

**Aquilino Ribeiro**  
**Percursos de um escritor, em tempo de ditadura**  
**(1926-1963)**



Renato David Simões Nunes

Doutoramento em História

Especialidade: Representações, Poderes e Práticas Culturais

**Lisboa**

**março de 2019**

◀ Imagem da capa: Aquilino Ribeiro e Jerónima Dantas Machado [1963?]: Paulo Neto (direção) – *aquilino* – *Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, n.º 3, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2016, p. 156.



**Universidade Aberta**

**Aquilino Ribeiro**

**Percursos de um escritor, em tempo de ditadura  
(1926-1963)**

Renato David Simões Nunes

Doutoramento em História

Especialidade: Representações, Poderes e Práticas Culturais

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel da Conceição João

**Lisboa**

**março de 2019**



## Resumo

Aquilino Ribeiro foi um intelectual, um escritor prestigiado, mas também um homem de ação, que nasceu no último quartel do século XIX, numa remota e periférica aldeia das Beiras, região que marcou para sempre a sua vida e obra literária. Influenciado por uma educação de matriz católica, até porque o seu pai era padre, frequentou o seminário de Beja, mas acabou por abandoná-lo em 1903.

Já em Lisboa, viveu o ambiente fervilhante da revolução que se avizinhava, conviveu com os republicanos radicais, de filiação maçónica, mas também carbonária, desenvolveu uma ação panfletária contra a Monarquia Constitucional, inspirou-se nas leituras de anarquistas como Jean Grave ou Kropotkin e forjou o seu ideário republicano nas famigeradas tertúlias dos cafés lisboetas.

Do seu currículo fazem parte três exílios em França, duas rocambolescas evasões de calabouços nacionais, bem como a participação direta em revoltas republicanas, primeiro contra a Monarquia Constitucional e depois contra a Ditadura Militar. Em 1959, o Estado Novo salazarista instruiu-lhe um processo-crime, em virtude da publicação do romance *Quando os lobos uivam*.

É esse percurso, em tempo de ditadura, que nos propomos aqui reconstituir, à luz de um exercício problematizador e objetivo, construído fundamentalmente a partir das fontes primárias consultadas.

Um percurso de vida de um homem, que teve como programa de vida (o grande sentido da sua existência) ser escritor em exclusividade, num país pouco povoado, marcado por elevadas taxas de analfabetismo e onde os direitos de autor eram quase uma miragem. Numa época, acrescente-se, marcada pela censura e pela repressão.

A nossa representação desse percurso, também marcado por sombras e luzes, pretende afirmar-se como mais um contributo para desvendar a vida de um mestre lido, admirado e recomendado, até mesmo por António de Oliveira Salazar.

**Palavras-chave:** Aquilino Ribeiro; Ditadura Militar; Estado Novo; polícia política e censura.

## Abstract

Aquilino Ribeiro was an intellectual, a prestigious writer, but also a man of action, born in the last quarter of the 19th century, in a remote and peripheral village of Beiras, a region that has marked his life and literary work forever. Influenced by a Catholic education (his father was a priest), he attended the seminary in Beja, but abandoned it in 1903.

In Lisbon, he lived the seething atmosphere of the upcoming revolution, and the radical republicans, of Masonic affiliation, but also carbonaria, developed a pamphlet against the Constitutional Monarchy, was inspired by the readings of anarchists like Jean Grave or Kropotkin and he forged his Republican ideology in the infamous tertulias of Lisbon cafes.

From his resume were three exiles in France, two rocambolescas evasions of national dungeons, as well as direct participation in republican revolts, first against the Constitutional Monarchy and then against the Military Dictatorship. In 1959, the Salazarist New State instructed him a criminal process, due to the release of the novel *When the Wolves Howl*.

It is this journey, in time of dictatorship, that we propose here to reconstitute, in the light of a problematic and objective exercise, constructed fundamentally from the primary sources consulted.

The course of a man whose life program (the great meaning of his existence) was to be an exclusive writer in a sparsely populated country marked by high rates of illiteracy and where copyright was almost one mirage; at one time, add, marked by censorship and repression.

Our representation of this route, also marked by shadows and lights, intends to assert itself as another contribution to unveil the life of a master read, admired and recommended, even by Antonio de Oliveira Salazar.

**Keywords:** Aquilino Ribeiro; Military Dictatorship; New State; political police and censorship.

Aquilino, tens de escrever as tuas memórias porque, claro, há sempre quem deturpe as coisas e não saiba explicar como se passou, não é? E era preciso que a verdade viesse bem ao de cima, como as coisas se tinham passado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. testemunho de Jerónima Dantas Machado, *in* “Um homem uma época”, parte 2, programa televisivo emitido pela RTP, em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.



## **Agradecimentos**

No pórtico desta viagem, importa começar por reconhecer que sem o apoio de várias pessoas e instituições este trabalho jamais teria visto a luz do dia. Vale, por isso, a pena enumerá-las, mesmo correndo o risco de a memória me trair e vir depois a descobrir que faltou nomear alguém:

–  Professora Doutora Maria Isabel João, que, prontamente, acedeu ao meu pedido para orientar esta investigação, uma função que, de resto, sempre desempenhou com um grande sentido de rigor e espírito de entreajuda. A sua limpidez textual constitui uma referência que me acompanha ao longo de tudo o que procuro escrever. Um bem-haja ainda a todos os professores e colegas, com os quais tanto aprendi na parte curricular do “doutoramento em História: Representações, poderes e práticas culturais”, ministrado pela UAb. Uma palavra em particular  Professora Doutora Adelaide Costa;

– Ao meu amigo e antigo professor de História Luís Filipe Torgal, autor de uma tese de doutoramento sobre Tomás da Fonseca, publicada pela Antígona, em 2016,  qual, de resto, este estudo foi beber várias influências de ordem metodológica;

– Ao Professor Doutor Luís Reis Torgal, sem o qual este trabalho jamais poderia sequer ter sido iniciado. A ele se deve, em grande parte, o meu interesse pela História Contemporânea;

– Aos meus amigos Hugo Garcia, Luís Mendes, Paula Torrão e Antenor Santos;

–  Fundação Aquilino Ribeiro, em Soutosa (concelho de Moimenta da Beira), proprietária do vasto espólio existente na BN, que, de um modo célere, autorizou a consulta integral de toda a documentação, durante os meus fugazes períodos de interrupção letiva. Uma palavra em especial de agradecimento a Cecília Santos e Fernanda Lisboa, “curadoras” da aludida instituição, pela disponibilidade que sempre demonstraram em responder às minhas solicitações;

- Aos funcionários da Sala de Reservados da BN, em Lisboa, em especial à Dra. Fátima Lopes, por todo o auxílio prestado, sempre que procurei consultar e compreender o labiríntico espólio pessoal de Aquilino;
- Ao professor Luís Filipe Mendes, do GICAV, e a Ana Nunes, funcionária do Santuário de Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe;
- Ao Dr. Paulo Tremeceiro, do IANTT, pelo profissionalismo com que recebeu os meus pedidos de esclarecimento;
- Ao Jaime Ferreira, da Câmara Municipal de Sernancelhe, pelas diligências efetuadas junto de um familiar de António Gomes Mota, que me permitiram descobrir importantes dados sobre este amigo de Aquilino;
- Aos funcionários da Casa Vitorino Nemésio, da Biblioteca Silvestre Ribeiro e da BPAAH, instituições culturais da ilha Terceira;
- Aos técnicos da Biblioteca D. José Pedro da Silva, da Universidade Católica, em Viseu, por toda a disponibilidade demonstrada em esclarecer as minhas dúvidas e facilitar o acesso ao espólio de António de Oliveira Salazar;
- À Dra. Sónia de Jesus, funcionária da Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro, de Moimenta da Beira;
- A todos aqueles que acederam em prestar-me informações, consentindo ou não a gravação de entrevistas;
- A Caroline Nunes e Romina Santos, pelas pertinentes sugestões aquando da tradução do resumo que precede este estudo;
- Ao grupo de “resistentes” da Sociedade 1.º de Agosto de Santa Iria de Azoia;
- À Clara, companheira de todas as caminhadas da vida;
- À memória do meu saudoso irmão e amigo César Nunes (1964-2016) e dos meus estimados amigos António Borges (1940-2018) e Ermelinda da Silva (1922-2019);
- À minha mãe Maria Helena Simões Nunes (1940-2017). Foi em nome da sua memória que este trabalho – realizado nos tempos livres, sem qualquer espécie de apoio financeiro e atravessado por tantas tragédias pessoais – conheceu o seu desenlace.

## Índice

Lista de siglas utilizadas-----	14
Introdução-----	16

### Parte I – O homem das Beiras

#### Capítulo 1 – As origens

1. Do batismo à perfilhação-----	36
2. O homem, o meio e a época-----	41
3. A “lenta e gradativa descristianização”: – anarquista?-----	51
4. O primeiro exílio na “inesquecível Babilónia”-----	68

#### Capítulo 2 – O homem e o seu pensamento

1. Influências-----	76
2. Pensamento	
2.1 Religião-----	83
2.2 Política-----	86
2.3 Educação-----	87
2.4 Germanofilia?-----	89
2.5 Filosofia-----	94

### Parte II – Um homem do “revirinho”

#### Capítulo 3 – A revolta de fevereiro de 1927

1. Exercício de enquadramento-----	102
2. Aquilino: um propagandista?-----	108
3. Condenado, em tribunal de guerra-----	117

#### Capítulo 4 – A “revolta do castelo”, em 1928

1. Breve enquadramento-----	128
2. Radiografia de um processo-crime-----	132

3. Aquilino, de pistola em punho-----	133
4. Comparando versões-----	142
5. Principais consequências da “revolta do castelo”-----	145

### **Capítulo 5 – O presídio do Fontelo**

1. “Às armas”... os réus fugiram-----	148
2. Cruzando versões-----	152
3. Sinopse de uma fuga: os instantes decisivos-----	159

### **Parte III – Aquilino, durante o Estado Novo**

#### **Capítulo 6 – Relações sociais, polémica e censura**

1. Considerações prévias-----	166
2. A correspondência de Aquilino com personalidades do Estado Novo-----	175
3. Num país de protegidos, pedia-se “boa classificação”, “emprego e tacho garantido”-----	187
4. A ação do “lápis azul” sobre algumas obras de Aquilino-----	195
5. Outros exemplos de censura-----	208
6. A viagem ao Brasil e o livro <i>Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias</i>	
6.1 O pacote “Vera Cruz”-----	212
6.2 A polémica em plena Assembleia Nacional-----	216
7. A PIDE entra em ação-----	224
8. Instaure-se um processo-crime!-----	225

#### **Capítulo 7 – O processo-crime motivado pelo romance *Quando os lobos uivam***

1. Fruto da sua época-----	232
2. “Nesta hora, em que andamos todos com grilhões nos pulsos”-----	238
3. O Estado Novo e a questão dos baldios-----	242
4. Análise do processo-crime-----	250
5. Documentação apensa-----	261

6. A candidatura ao Nobel e o fim do processo-----	264
7. Aquilino na delegação da PIDE/DGS, em Coimbra-----	271
8. Aquilino no Arquivo Salazar-----	276
Notas conclusivas-----	282
Referências bibliográficas-----	300
Anexos	
Anexo I – Perspetiva diacrónica do processo-crime PSE de Aquilino Ribeiro: 4004A/ NT-4523-----	332



## **Lista de siglas utilizadas**

- AAVV** – Vários autores
- ADL** – Arquivo Distrital de Lisboa
- ADV** – Arquivo Distrital de Viseu
- AHM** – Arquivo Histórico-Militar
- BN** – Biblioteca Nacional (Lisboa)
- BPAAH** – Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores)
- CADC** – Centro Académico de Democracia Cristã
- CEAR** – Centro de Estudos Aquilino Ribeiro
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CEP** – Corpo Expedicionário Português
- CP** – Comboios de Portugal
- CUF** – Companhia União Fabril
- CX.** – Caixa
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DGS** – Direção-Geral de Segurança
- FAQ** – Fundação António Quadros
- FAOJ** – Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis
- FLUC** – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- FLUL** – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- GICAV** – Grupo de Intervenção e Criatividade Artística de Viseu
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- Ha** – Hectares
- IANTT** – Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
- LN** – Liga Nacionalista
- MND** – Movimento Nacional Democrático
- MNI** – Movimento Nacional Independente
- MUD** – Movimento de Unidade Democrática
- MUDJ** – Movimento de Unidade Democrática Juvenil
- PCP** – Partido Comunista Português
- PIDE** – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PJ** – Polícia Judiciária

**PRP** – Partido Republicano Português  
**PVDE** – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado  
**PSE** – Polícia de Segurança do Estado  
**RCP** – Rádio Clube Português  
**RTP** – Rádio e Televisão de Portugal  
**SEN** – Sociedade Editora Norte  
**SIC** – Tal e qual: transcreve-se o texto tal como aparece na sua versão original, mesmo se tenham sido detetados erros de sintaxe e/ou semântica  
**SPE** – Sociedade Portuguesa de Escritores  
**SPN** – Secretariado de Propaganda Nacional  
**S.d** – Sem data  
**S.n** – Sem editora  
**SNI** – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo  
**S. r.** – Sem referência  
**TME** – Tribunal Militar Especial  
**UA**b**** – Universidade Aberta  
**UN** – União Nacional

## Introdução

A ideia de realizar este trabalho surgiu na sequência de um livro editado em 2007, sob a chancela da MinervaCoimbra e orientado por Luís Reis Torgal<sup>2</sup>. Mas foi a partir de 2012, ano em que, por várias contingências da vida, nos afastámos da área de docência da História, que renasceu com maior vigor a vontade de concretizar um trabalho a respeito de Aquilino Ribeiro (1885-1963). A inscrição, em 2014, no Programa de doutoramento em História, da UAb, na especialidade “Representações, Poderes e Práticas Culturais” marcou o passo decisivo para a concretização desse projeto.

A escolha do escritor beirão para objeto de estudo da nossa tese tem a sua própria história, que importará aqui recuperar, em traços sumários. Primeiro, porque ao vasculhar os processos de Miguel Torga (1907-1995) na polícia política do Estado Novo encontramos várias referências ao autor do pícaro *Malhadinhas* (novela editada pela primeira vez em 1922, no livro de contos *Estrada de Santiago*). Segundo, porque, algures na nossa infância, contactámos com o *Romance da Raposa* (1.ª edição: 1924), recomendado por uma das funcionárias da icónica Citröen vermelha da Gulbenkian, que, na década de 80, percorria o concelho de Oliveira do Hospital, levando livros a todos aqueles que mostravam interesse em lê-los. E a verdade é que, a partir desse momento, a raposa *Salta-Pocinhas* passou a pertencer ao nosso imaginário ou não se tivessem desenrolado as suas aventuras nas florestas da Beira Alta, quiçá mesmo na região que podemos avistar a partir da casa dos nossos pais.

Ora, de Vila Franca da Beira, localidade onde passámos grande parte da nossa infância e adolecência, a Sernancelhe, concelho natal de Aquilino Ribeiro, são menos de duas horas de viagem. Apesar de termos nascido em França, chegámos a Portugal com cerca de dois anos e, portanto, crescemos nas Beiras, ouvindo narrar o logro da “pesca dos gambuzinos”, à qual se refere Aquilino nas suas obras<sup>3</sup>. Efabulações que escutámos dos nossos familiares e vizinhos, tendo como pano de

---

<sup>2</sup> Cf. Renato Nunes – *Miguel Torga e a PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo*, 1.ª edição, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2007.

<sup>3</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Um escritor confessa-se*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974, p. 37.

fundo a incontornável Serra da Estrela, que Aquilino, no seu livro de memórias póstumas, confessou ser gémea da sua Nave<sup>4</sup>.

Servem estas notas de ego-história para sustentar que talvez esta afinidade geográfica entre o biógrafo e o biografado tenha também servido de inspiração a alguém que desde muito cedo se interessou pelos meandros da escrita e viu nesta arte um refúgio para sobreviver às circunstâncias menos favoráveis da existência. É, pois, possível que estes elementos também ajudem a explicar a génese deste trabalho, enquadrado numa temática mais vasta, que, no campo da historiografia, aponta a área central de interesse do autor: a literatura portuguesa e os escritores em tempo de ditaduras, no século XX.

Escreveu Aquilino, no seu livro *Abóboras no Telhado*, editado em 1955, que quem quisesse dar a volta à sua produção literária teria de “dispor de tempo e paciência, admitindo que possa prescindir doutras faculdades”<sup>5</sup>. Às cerca de 60 obras deixadas pelo autor (com as suas várias reedições e, sublinhe-se, sucessivas alterações), sem falar nos inúmeros textos, por exemplo, de natureza histórico-biográfica ou de centenas de artigos dados à estampa na imprensa escrita, teremos ainda de associar as quase intermináveis fontes existentes sobre o escritor beirão, mesmo se, logo à partida, delimitarmos o período cronológico que nos propomos estudar, como, de resto, foi o nosso caso.

Debrucemo-nos, portanto, sobre as questões concretas que nos servirão de referência ao longo das páginas que se seguem.

## **I – O objeto de estudo, as questões e as hipóteses de trabalho**

O principal escopo deste ensaio de cariz biográfico, arquitetado em estreita articulação com a História das Ideias e da política em Portugal, passará por interrogar o posicionamento de Aquilino Ribeiro perante a Ditadura Militar (1926-1933) e o regime político subsequente, o Estado Novo salazarista (1933-1963).

---

<sup>4</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 79.

<sup>5</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Abóboras no Telhado*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1955], pp. 37-38.

Tendo como referência a célebre máxima filosófica de José Ortega y Gasset (1883-1955): “yo soy yo y mi circunstancia”<sup>6</sup>, pretendemos, assim, apreender, enquadrar e interpretar a ação cívica, o pensamento e o posicionamento político de Aquilino no contexto (socioeconómico, político e cultural) que envolveu a sua trajetória de vida, sobretudo no período ditatorial.

Pretendemos, portanto, apresentar a nossa perspetiva a respeito da evolução do pensamento político e ideológico de Aquilino e de que modo esse percurso mental nos permite compreender e enquadrar – desde logo, no contexto das elites intelectuais com as quais foi interagindo de um modo mais regular – a sua intervenção cívica, cultural e política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, ou seja, entre 1926 e 1963. Apesar das especificidades inerentes a cada um dos regimes afigurou-se-nos pertinente invocar no título deste estudo o conceito de ditadura e não de ditaduras. Uma opção que, de resto, vai ao encontro do que já foi feito pela historiadora Irene Flunser Pimentel<sup>7</sup>.

Eis a hipótese de trabalho que guiou as nossas pesquisas e que procuraremos testar ao longo deste trabalho: Aquilino foi um ex-seminarista, um intelectual, mas também um homem de ação, que, tal como outras personalidades da sua conturbada época finissecular, acabou por tornar-se um crítico da hierarquia eclesiástica e da Monarquia Constitucional, evoluindo, assim, para um ideário republicano, aspetos que também nos ajudam a compreender a sua participação nas revoltas do “revirinho”, em 1927 e 1928. Todavia, a década de 30 parece ter sido marcada por um certo abrandamento do seu ímpeto revolucionário (quer do ponto de vista da intervenção literária de carácter mais panfletário, quer ao nível de uma ação mais direta), sendo que Fernando Rosas e Irene Pimentel chegaram mesmo a apresentar Aquilino como um autor “intocável”<sup>8</sup> até ao final dos anos 50, momento em que teria perdido esse estatuto de invulnerabilidade perante o regime salazarista.

Indiquemos, pois, as três grandes questões que nortearam as nossas pesquisas:

---

<sup>6</sup> Cf. José Ortega Y Gasset – *Meditaciones del Quijote*, 3.ª edição, Madrid, Catedra, Letras Hispánicas, 1984, p. 77.

<sup>7</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel – *História da oposição à Ditadura 1926-1974*, 1.ª edição, Porto, Figueirinhas, 2013.

<sup>8</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, p. 109 e Irene Flunser Pimentel – *A História da PIDE*, 1.ª edição, Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007, p. 528.

– Qual foi, em concreto, o papel desempenhado por Aquilino nas revoltas republicanas de 1927 e 1928?

– Qual o seu posicionamento perante o Estado Novo ao longo das várias fases do regime e da sua vida?

– Quais as representações construídas pelas principais máquinas repressivas do salazarismo (polícia política e censura) em relação a Aquilino?

A seu tempo chegarão as respostas, mas, para já, limitemo-nos a apresentar alguns dados que ajudem o leitor a contextualizar um pouco melhor a vida do escritor.

## **II – Notas biográficas sobre Aquilino Ribeiro**

Aquilino Ribeiro nasceu no dia 13 de setembro de 1885, na freguesia do Carregal, em Sernancelhe (alguns estudos referem-se a “Carregal da Tabosa”<sup>9</sup>), e faleceu em 27 de maio de 1963, no Hospital da CUF, em Lisboa, portanto, quando tinha 77 anos. A mãe de Aquilino chamava-se Mariana do Rosário Gomes (1848-1940) e o seu pai era o pároco Joaquim Francisco Ribeiro (1843-1918).

Entre 1895 e 1900, frequentou o Colégio da Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, transitando de imediato para o Colégio do Padre Alfredo Roseira, em Lamego. Após uma breve passagem por Viseu, para estudar Filosofia, ingressou no seminário de Beja, em 1902, de onde acabou depois por ser expulso, já no decurso do segundo ano letivo (1903). Foi para Lisboa, mas ao fim de alguns meses regressou a Soutosa.

Após alguns períodos em que alternou a morada entre as Beiras e Lisboa, Aquilino veio residir para a capital, em 1906, e aí continuou a revelar todo o seu espírito “revolucionário”, escrevendo panfletos contra a Monarquia Constitucional e convivendo com republicanos radicais, entre os quais Alfredo Costa (1883-1908) e Manuel dos Reis Buíça (1876-1908), que, na tarde de um de fevereiro de 1908,

---

<sup>9</sup> Cf., por exemplo, Manuel Mendes (coordenação) – *Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Arcádia, 1960, p. 28 ou Celina Moura Arroz – *Análise temática da correspondência Aquilino Ribeiro e Leal da Câmara 1908-1948*, 1.ª edição, [sem local de edição], Fundação Aquilino Ribeiro – Casa Museu, 2018, p. 21.

assassinaram D. Carlos (1863) e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe (1887), no Terreiro do Paço. Nesse momento, Aquilino encontrar-se-ia refugiado, segundo narrou na obra de memórias póstumas *Um escritor confessa-se* (1.ª edição: 1974), numa casa defronte da Boa Hora, que lhe fora angariada por Alfredo Costa, após a recente evasão do futuro escritor da Esquadra do Caminho Novo<sup>10</sup>. Aquilino, diga-se, havia sido preso na sequência de uma explosão registada em 28 de novembro de 1907, portanto, em plena ditadura de João Franco (1855-1929), na sua casa, na rua do Carrião. Conseguiu evadir-se dos calabouços em 12 de janeiro de 1908.

Em junho de 1908, o autor beirão partiu para Paris. Cerca de dois anos depois, passou a frequentar a Faculdade de Letras, na Sorbonne, onde viria a conhecer a sua primeira esposa, a alemã Grete Tiedmann (1896-1927). A capital francesa marcou-o de modo decisivo, sendo lá que aprofundou o seu contacto com a arte, nomeadamente com o Modernismo e, em particular, os *Fauves*, para além de ter tomado contacto com os progressos da aviação, pelos quais sempre confessou sentir-se fascinado.

Em 1912, mudou a sua residência, durante alguns meses, para a Alemanha, país natal de Grete Tiedmann, com o qual teria contactado pela primeira vez em 1910<sup>11</sup>. No ano seguinte, estreou-se no mundo das letras, durante o primeiro exílio em França, com o volume de contos<sup>12</sup> *Jardim das Tormentas*, data também marcada pelo seu casamento. Ainda em 1913, em Portugal, tomava posse o governo do “Partido Democrático” presidido por Afonso Costa (1871-1937) e no ano seguinte nasceu o seu primeiro filho, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro (1914-1998).

Sem concluir a licenciatura<sup>13</sup>, o autor regressou a Portugal em 1914, na sequência do início da I Guerra Mundial, assumindo-se mesmo contra a participação dos portugueses na frente europeia do conflito. Registe-se que a questão da

---

<sup>10</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, pp. 344-347.

<sup>11</sup> Na obra *Leal da Câmara*, dada à estampa em 1951, Aquilino refere que em 1910 teria derivado “boa parte do tempo para a Alemanha”, o que teria tornado os contactos com o artista português Leal da Câmara menos frequentes. Cf. Aquilino Ribeiro – *Leal da Câmara. Vida e obra*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1951, p. 35.

<sup>12</sup> *Jardim das Tormentas* é usualmente mencionado como sendo um conjunto de contos, mas o próprio escritor fez questão de escrever que a obra, editada em 1913, integrava um conjunto de novelas. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 13.

<sup>13</sup> Grete Tiedmann também acabou por não concluir a sua licenciatura em Filosofia. Cf. Filipe Costa – *As representações da Alemanha no Diário de Viagem Alemanha Ensanguentada, de Aquilino Ribeiro. A Questão da Germanofilia Aquiliniana*, versão policopiada da dissertação de mestrado em Estudos Germanísticos, área de especialização em Estudos Luso-Alemães, apresentada à FLUC, 2006, p. 7.

intervenção nacional na guerra motivou várias fraturas, com os Unionistas, de Brito Camacho (1862-1934)<sup>14</sup>, os anarcossindicalistas, os clericais e alguns membros do exército a oporem-se aos objetivos de guerra do Partido “Democrático” de Afonso Costa<sup>15</sup>.

Já em Portugal, exerceu funções docentes no liceu Camões entre 1915 e 1918. No ano seguinte, começou a trabalhar na BN, à semelhança do que sucedeu com Jaime Cortesão (1884-1960). Porém, a sua participação nas revoltas republicanas do “revirinho” contra a Ditadura Militar – primeiro em 1927 (ano em que faleceu a sua esposa, Grete Tiedmann) e depois em 1928 – conduziu-o, por duas vezes, ao exílio, uma vez mais, em França, degredo que apenas foi definitivamente interrompido em 1932, com o regresso a Portugal<sup>16</sup>. Um ano depois, o Estado Novo foi institucionalizado e as relações do escritor com o regime salazarista nem sempre serão pacíficas. Disso, porém, nos ocuparemos, de um modo detalhado, em parte posterior deste trabalho.

Aquilino foi, sobretudo, um escritor, um estilista das letras que se destacou nas áreas do romance e da novela. Um incansável trabalhador das palavras, metódico, disciplinado (começaria a trabalhar às 7h00, num total de oito a dez horas de labor diário<sup>17</sup>) e bastante preocupado em manter um estilo original. Não resistimos, de resto, em deixar aqui registada uma descoberta que nos parece assaz significativa para compreender o processo criativo do autor, o que equivale a falar da sua *ars scribendi*.

Concretize-se. Na caixa 96 do espólio do escritor, confiado à guarda da BN, encontrámos, por exemplo, uma tabuinha de madeira dividida em várias partes, encimadas, entre outros, pelos seguintes títulos: homem, mulher, plantas, terra,

---

<sup>14</sup> Em 1942, Aquilino Ribeiro e Ferreira de Mira deram à estampa o estudo *Brito Camacho*, sob a chancela da Livraria Bertrand. Quando faleceu, em 1934, o fundador do Partido Unionista (Brito Camacho) deixou em testamento a propriedade dos livros já editados, sendo que entre esses herdeiros constava o nome de Aquilino. Cf. Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires – *Manuel de Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento*, 1.ª edição, Lisboa, Assembleia da República, 2015, p. 197 (Epílogo).

<sup>15</sup> Cf. Isabel Pestana Marques – *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na primeira guerra mundial*, 2.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 18.

<sup>16</sup> Sobre estes elementos biográficos, cf. Manuel Mendes (coordenação) – *ob. cit.*, 1960, sobretudo pp. 28-39, ou Fernando Namora (apresentação e coordenação das legendas) – *Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Galeria Artis, 1963.

<sup>17</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *Fundação Aquilino Ribeiro. Boletim Trimestral*, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, n.º 49, ano XII, outubro-dezembro de 2002, p. 10.

lavoura e qualidades. Depois, em cada uma das colunas da aludida tabuinha, Aquilino esmiuçou a área vocabular de cada conceito. A título ilustrativo, na coluna da lavoura discriminou os termos estrume, borbulha e enxerto. Podemos ainda encontrar várias páginas/tabuinhas com palavras e respetivos significados e/ou sinónimos. Com toda a certeza, esta metodologia de trabalho ajudou-o, pelo menos numa fase inicial, a diversificar o campo lexical, encontrando, assim, as tais palavras ou expressões castiças que tantas vezes obrigam o leitor a consultar os dicionários especializados<sup>18</sup> ou mesmo a indagar junto de pessoas mais idosas o significado de vários termos ignorados pelos livros. Isto para já não falar na necessidade de procurar informações em obras mais antigas, como o *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, publicado no século XVIII, por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822), que, entre 1794 e 1797, foi diretor do Colégio da Lapa, frequentado por Aquilino, em regime de internato, a partir de 1895.

Aqui ficam, portanto, algumas notas a respeito de um homem que, apesar de ter passado grande parte da vida agarrado à “enxada” (analogia à qual recorria com alguma regularidade<sup>19</sup>), nunca deixou de relacionar-se com um espectro de personalidades provenientes dos mais variados contextos socioeconómicos, políticos, artísticos e culturais. Uma vida intensa à qual o próprio autor foi buscar matéria-prima para se inspirar na escrita de algumas obras com um inequívoco pendor autobiográfico (v.g., *A Via Sinuosa*: 1.ª edição, 1918; *Lápides Partidas*: 1.ª edição, 1945) e sobre a qual se têm debruçado alguns investigadores. Entre os estudos já desenvolvidos, importará agora destacar aqueles que mais nos ajudaram a desenvolver este trabalho.

---

<sup>18</sup> Cf., por exemplo, Elviro da Rocha Gomes – *Glossário sucinto para melhor compreensão de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Porto, Porto Editora, 1959, ou Henrique Almeida – *Glossário Aquilino do romance Terras do Demo – introdução ao estudo da linguagem de um “escritor regionalista”*, 1.ª edição, Viseu, CEAR, 1988.

<sup>19</sup> “Por isso hei de morrer com a enxada em punho”. Cf. Aquilino Ribeiro – *Quando os lobos uivam*, 1.ª edição, Lisboa, Bertrand, 1958, p. 7. Outrossim, numa carta enviada por Aquilino a Santos Costa, em 13/5/1959, o escritor beirão afirmava: “Lá a minha má sachola não se há de enferrujar enquanto vivo”. Cf. Manuel Braga da Cruz (organização e prefácio) – *Correspondência de Santos Costa 1936-1982*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2004, p. 323.

### III – Revisão de literatura e estado da arte

De acordo com o atual estado dos nossos conhecimentos, pensamos que não existe qualquer monografia, de cariz historiográfico, que tenha procurado traçar uma biografia de Aquilino Ribeiro, no que diz respeito ao seu posicionamento perante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Existem, porém, vários trabalhos que, de um modo mais ou menos profundo, acabam por tocar alguns dos aspetos que nos propomos desenvolver. Entre os aludidos textos teremos de destacar, desde já, aqueles que foram dados à estampa por Luís Vidigal.

Privilegiando uma abordagem sociológica e cultural, o autor procurou, por exemplo, problematizar e compreender o “apregoadado pró-germanismo de Aquilino”<sup>20</sup>, no período que antecedeu a II Guerra Mundial (1939-1945) e o decurso do conflito propriamente dito. Assim, segundo Luís Vidigal, as posições antibritânicas e pró-germânicas de Aquilino deverão ser separadas da apreciação dos sistemas políticos dos respetivos países. O que equivale a dizer que, Aquilino Ribeiro não poderá ser considerado um apoiante do Nazismo, apesar de, como teremos oportunidade de verificar, ter chegado a equacionar em determinado momento do conflito mundial se a vitória da Alemanha hitleriana não seria preferível à vitória da Inglaterra<sup>21</sup>. O historiador Fernando Rosas chegou mesmo a falar na aproximação de Aquilino na década de 40, do século passado, à cultura alemã, mesmo com uma certa “ambiguidade em relação ao nacionalismo alemão mais extremo<sup>22</sup>”, invocando logo de seguida as obras *Alemanha ensanguentada* e *Volfrâmio* para justificar essas conclusões e acrescentar os incómodos que essas posições originais do escritor beirão teriam provocado, na época, entre os setores oposicionistas ao Estado Novo.

De facto, a inclinação de Aquilino pela matriz cultural alemã parece espelhar-se no romance *Volfrâmio* (1.<sup>a</sup> edição: 1943), no âmbito do qual se aborda a exploração do subsolo português, quer pelos alemães, quer pelos ingleses, durante a II Guerra Mundial. Com a corrida a esta matéria-prima, decisiva para o fabrico de armas, descrevem-se, entre muitos outros aspetos, o aumento do contrabando, os

---

<sup>20</sup> Cf. Luís Vidigal – “Atitudes e mentalidades na oposição ao Estado Novo: o caso de Aquilino Ribeiro”, in AAVV – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*, volume II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 59.

<sup>21</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 74).

<sup>22</sup> Cf. II sessão do ciclo “Aquilino: o tempo da clandestinidade e dos exílios”, Lisboa, Biblioteca da Assembleia da República, 2013: <https://www.youtube.com/watch?v=FFLdufZyB2E> [22/4/2018].

exagerados comportamentos do novo-riquismo, as estratégias utilizadas pelos trabalhadores das minas para surripiarem algum volfrâmio ou enganarem os ingleses e os alemães. Teremos, porém, oportunidade de nos debruçar sobre esta matéria, de modo mais aprofundado, em parte posterior deste trabalho.

Ainda que não o motivasse “um interesse biográfico”<sup>23</sup>, os estudos de Luís Vidigal revelam-se decisivos para conhecer a ação e os postulados éticos que marcaram a juventude de Aquilino<sup>24</sup>. O assinalável esforço do investigador para coligir quase todos os textos editados por Aquilino Ribeiro na imprensa periódica, entre 1903 e 1908, também merece ser aqui realçado<sup>25</sup>. Em sentido complementar, a obra de Celina Moura Arroz, *Aquilino Ribeiro: Evolução do homem republicano*, apresenta interessantes considerações a respeito do percurso mental que conduziu Aquilino, ao longo da juventude, à ideologia republicana, sendo também de destacar o levantamento, disponibilizado em anexo, sobre a literatura nacional e estrangeira com a qual o nosso biografado contactou<sup>26</sup>, na medida em que este instrumento se revelou útil para que conseguíssemos compreender melhor as principais influências literárias do escritor beirão.

Segundo pensamos, pertencem a Luís Vidigal as conclusões de maior fôlego que já lemos a respeito do percurso de Aquilino durante o Estado Novo. A possibilidade de, em vários contextos do salazarismo, o escritor ter trilhado percursos distintos das oposições (“rumo solitário”<sup>27</sup>) constituiu uma das hipóteses que nos serviu de referência.

Numa perspetiva mais global, embora de pendor eminentemente literário, os trabalhos desenvolvidos por Henrique Almeida são incontornáveis, em particular a sua tese de doutoramento<sup>28</sup>. O aludido professor procurou acompanhar o processo de construção e consagração do escritor beirão, sustentando a ideia segundo a qual as incursões de Aquilino no campo do jornalismo (logo a partir de 1903, com apenas 17

---

<sup>23</sup> Cf. Luís Vidigal – *Imaginários portugueses*, 1.ª edição, Viseu, CEAR, 1992, p. 16.

<sup>24</sup> Cf. Luís Vidigal – *O jovem Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

<sup>25</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, pp. 71-151.

<sup>26</sup> Cf. Celina Moura Arroz – *Aquilino Ribeiro: Evolução do homem republicano*, 1.ª edição, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2012, anexo II, pp. 46-48.

<sup>27</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 77.

<sup>28</sup> Cf. Henrique Almeida – *Aquilino Ribeiro: entre jornalismo e literatura. Conformação e canonização da escrita Aquiliniana, 1903-1933* (texto policopiado: tese de doutoramento em Literatura Portuguesa), Viseu, Universidade Católica Portuguesa, [s.n], 2001.

anos) terão constituído uma espécie de estado intermédio fulcral para a sua evolução rumo à posterior consagração literária.

Trata-se de um dos estudos mais detalhados que já tivemos oportunidade de compulsar a respeito de Aquilino Ribeiro, não só pelas conclusões avançadas, mas também por um conjunto de preciosas ferramentas para o projeto que nos propomos concretizar, entre as quais destacamos:

– um interessante e atualizado inventário biográfico e literário de Aquilino, contextualizado com citações retiradas das suas obras. Paralelamente, são apresentados, ainda numa perspetiva diacrónica, elementos sobre a História factual de Portugal, procedendo-se também à inventariação dos textos editados na imprensa periódica pelo autor beirão, entre 1903 e 1933. Diga-se ainda que no volume III da tese de doutoramento de Henrique Almeida existe um inventário detalhado dos textos de Aquilino publicados na imprensa periódica até 1985 (recorde-se que Aquilino faleceu em 1963);

– no capítulo II, do volume inicial, o investigador aquiliniano partilha uma síntese temática dos artigos publicados pelo autor beirão, entre 1903 e 1933. Trata-se, por conseguinte, de textos fundamentais para perscrutar o pensamento de Aquilino.

Naturalmente que, não se tratando de um estudo de cariz historiográfico – embora o professor de Literatura Portuguesa procure anotar alguns elementos impressionistas a respeito do contexto histórico privilegiado (1903 a 1933) –, Henrique Almeida baseou-se, fundamentalmente, em textos da autoria de Aquilino, fontes coligidas na imprensa periódica e outros estudos já realizados a respeito do escritor. Ainda assim, o seu enfoque é predominantemente literário.

É forçoso mencionar aqui a tese de doutoramento desenvolvida por Nelly Novaes Coelho. Pelo seu carácter pioneiro, trata-se de uma análise direcionada para o estudo da obra de estreia do escritor<sup>29</sup>, afluindo ainda um interessante conjunto de assuntos que procurámos explorar, como seja o caso das possíveis influências que Aquilino teria ido colher ao filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900).

---

<sup>29</sup> Cf. Nelly Novaes Coelho – *Aquilino Ribeiro. Jardim das Tormentas: génese da ficção aquiliniana*, São Paulo, Editora Quíron, 1973.

Embora numa perspetiva associada à arquitetura e à Biologia, a tese de doutoramento de Ana Isabel Queiroz<sup>30</sup>, para além de representar um invulgar esforço para construir pontes entre áreas científicas diversas, constituiu uma preciosa ajuda, que nos permitiu enquadrar com maior rigor o escritor na sua paisagem de origem, as “Terras do Demo”. Para este exercício revelou-se também importante a monografia de Sernancelhe, dada à estampa pelo Abade Vasco Moreira<sup>31</sup>, bem como outros estudos e artigos, com diferente profundidade, que se revelaria de todo fastidioso procurar aqui inventariar de modo exaustivo, mas que serão citados em tempo oportuno e figuram na parte das referências bibliográficas.

Ainda no que concerne à bibliografia específica sobre Aquilino, é forçoso realçar os estudos de Jorge Reis, fulcrais para compreender a importância dos três exílios de Aquilino em Paris<sup>32</sup>, mas também pelo levantamento exaustivo dos artigos editados pelo escritor a partir de França<sup>33</sup>.

O estudo dado à estampa por Alfredo Caldeira e Diana Andringa constitui um importante contributo para a compreensão do processo-crime instruído a Aquilino Ribeiro, em 1959-1960<sup>34</sup>. Entre outros aspetos, aquele trabalho integra uma cronologia rigorosa e exaustiva dos principais momentos do processo-crime, desde a sua abertura na PJ até ao arquivamento, transcreve os autos das declarações de Aquilino Ribeiro, a correspondência do escritor com o ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), e com o diretor da censura, Quesada Pastor. Além disso, apresenta uma interessante tabela cronológica que nos permite comparar, numa perspetiva diacrónica, o desenvolvimento do processo com os principais acontecimentos coetâneos nacionais e internacionais. O trabalho em questão inclui, ainda, o texto da acusação (a pronúncia) e o *corpus* da defesa jurídica (requerimento de instrução contraditória) urdido pelo advogado Heliodoro Caldeira (1909-1966). Num generoso apêndice documental (com mais de 100 páginas), não muito comum nos trabalhos editados em Portugal, são apresentados alguns dados biográficos a

---

<sup>30</sup> Cf. Ana Isabel Queiroz – *A Paisagem de Terras do Demo*, 1.ª edição, Lisboa, Esfera do Caos, 2009.

<sup>31</sup> Cf. Abade Vasco Moreira – *Terras da Beira. Sernancelhe e seu alfoz*, edição facsimilada da 1.ª edição datada de 1929, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 1997.

<sup>32</sup> Cf. Jorge Reis – *Aquilino em Paris*, 1.ª edição, Lisboa, Veja, 1988 (c), p. 36.

<sup>33</sup> Cf. Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *Aquilino. Páginas do exílio: Cartas e Crónicas de Paris*, 1.º volume (1908-1914) e 2.º volume (1927-1930), 1.ª edição, Lisboa, Vega, 1988 (a e b, respetivamente).

<sup>34</sup> Cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *Em defesa de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Terramar, 1994.

respeito dos principais intervenientes no processo-crime e reproduzidos vários documentos, alguns deles constantes do aludido processo.

As biografias respeitantes ao escritor são também incontornáveis. Caso da obra de Manuel Mendes (1906-1969), que apresenta um conjunto de notas de cunho informativo/narrativo, com algum pendor hagiográfico, sem que, por conseguinte, tenha subjacente um exercício sistemático de problematização. Ainda assim, revela-se importante, sobretudo pela existência de uma minuciosa tábua cronológica respeitante à vida e obra do escritor<sup>35</sup>, sendo também importante destacar que o próprio Aquilino participou no processo de revisão desta obra, o que também contribui, em certo sentido, para conferir uma maior fidedignidade aos dados apresentados.

Em sentido mais global, as várias publicações associadas à *Fundação Aquilino Ribeiro*, com sede em Soutosa, constituíram uma referência decisiva no nosso trabalho, não só pelo conjunto de elementos disponibilizados a respeito das mais variadas facetas da vida de Aquilino, bem como pelas pistas que ali encontramos para aprofundar as nossas pesquisas.

Em sentido mais específico, o estudo de Luís Farinha a respeito das revoltas do “revirinho” mostrou-se importante para enquadrar a atuação de Aquilino no espírito mais global das revoltas de 1927 e 1928<sup>36</sup>. Destaque-se o importante exercício de enquadramento histórico e conceptual que Luís Farinha desenvolveu, bem como o levantamento de fontes primárias e de outros estudos a respeito desta temática<sup>37</sup>.

Na aludida dissertação de mestrado em História Contemporânea, Luís Farinha teceu algumas palavras a respeito da participação de Aquilino na revolta do “castelo”<sup>38</sup>, ignorando, porém, o envolvimento do escritor na revolta de 1927, em Lisboa (7-9 de fevereiro). Trata-se, segundo o atual estado dos nossos conhecimentos, de uma matéria ainda inexplorada, pois se a participação do autor na intentona é mencionada por vários estudiosos aquilinos, a verdade é que ela ainda não foi aprofundada com o devido rigor historiográfico.

---

<sup>35</sup> Cf. Manuel Mendes (coordenação) – *ob. cit.*, 1960, pp. 28-39.

<sup>36</sup> Cf. Luís Farinha – *O Revirinho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

<sup>37</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, sobretudo pp. 21-27.

<sup>38</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 92.

De resto, mesmo no que concerne à revolta de 1928, importa dizer que as suas complexas ramificações a nível nacional também carecem de estudos mais detalhados. Referimo-nos em concreto às movimentações do Batalhão de Caçadores 10, de Pinhel, no contexto das quais poderá ser enquadrada a intervenção de Aquilino Ribeiro. O referido historiador que temos vindo a acompanhar, Luís Farinha, apenas dedicou cerca de 30 páginas da sua obra (na versão editável do seu mestrado em História Contemporânea) à “revolta do castelo” e, dentre estas, apenas duas páginas foram consagradas às movimentações do regimento de Pinhel, aspeto, de resto, assaz compreensível se tivermos em consideração a vastidão, complexidade e até o próprio ineditismo do tema que o investigador se propôs estudar.

Passando agora à análise dos textos editados na imprensa periódica, gostaríamos de destacar um artigo de António Valdemar, divulgado no jornal *Público*, no dia em que se completavam 50 anos da morte do escritor beirão (27/05/2013): “Aquilino e Salazar”. Trata-se de um texto de carácter opinativo, que tem o mérito de procurar cotejar os percursos, bem como as opções cívicas, políticas e ideológicas de Aquilino e do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (1889-1970). Uma das afirmações do jornalista António de Valdemar será, de resto, problematizada no decurso da nossa tese, mormente quando nos propusermos perscrutar as relações do autor beirão com o Estado Novo. Eis a aludida afirmação de António Valdemar: “Sempre contra o salazarismo, Aquilino Ribeiro percorreu o calvário que pesou sobre os intelectuais e outros adversários do regime”<sup>39</sup>.

Eis aqui elencado, por conseguinte, um conjunto importante e diversificado de trabalhos, aos quais poderíamos ainda acrescentar outros. De todos eles é devedor o estudo agora partilhado, construído a partir de um conjunto de opções epistemológicas e metodológicas que importará agora apresentar.

#### **IV – Opções de natureza metodológica**

Procurámos privilegiar o contacto direto com as fontes primárias desentranhadas dos arquivos, mesmo quando já existiam – como no caso do processo-crime instruído pelo Estado Novo a Aquilino Ribeiro, em 1959-1960 –

---

<sup>39</sup> Cf. António Valdemar, “Aquilino e Salazar”, *Público*, 27/05/2013, p. 46. Consultado a partir da página *on-line*: <https://www.publico.pt/opiniao/jornal/aquilino-e-salazar-26594067> [23/12/2017].

obras que se propuseram atingir objetivos idênticos. Segundo entendemos, trata-se de um esforço imprescindível para quem almeja perseguir a íngreme cordilheira da historiografia, embora pareça ter caído em certo desuso, talvez até pelo desgaste inerente a esse processo necessariamente árduo e moroso.

Procurando não ser exaustivo, será importante destacar a consulta dos processos instruídos na sequência da participação de Aquilino nas revoltas de 1927 e 1928, o processo do escritor na delegação da PIDE/DGS de Coimbra, as informações constantes no Arquivo Salazar, bem como o processo-crime instruído em 1959-1960. Acrescentemos, igualmente, o espólio do escritor guardado na BN, num total de 176 caixas<sup>40</sup>, que percorremos na íntegra e do qual não poderemos deixar de destacar os 38 volumes iniciais que incluem quase toda a conhecida correspondência de e para o autor, num total de – só no que concerne àquela última matéria – cerca de 7300 documentos, muitos deles com várias páginas. Finalmente, destaque-se a leitura de artigos jornalísticos dados à estampa pelo autor, bem como da maioria das suas obras, tomando como referência a primeira edição, mas não descurando, sempre que considerado pertinente, a necessidade de cotejar as diferentes versões. Isto porque Aquilino Ribeiro aproveitava quase sempre cada reedição das suas obras para introduzir alterações, por vezes, de tal modo profundas que quase poderemos falar na publicação de um novo livro. Concretize-se. As novelas *Filhas de Babilónia*, editadas pela primeira vez em 1920 (versão original disponibilizada *on-line* pela *University of Toronto – Robarts Library*), integraram inicialmente três novelas: “Os olhos deslumbrados”, “Maga das ruas” e “O derradeiro fauno”, sendo que mais tarde apenas passariam a figurar as duas primeiras (a segunda passou a intitular-se “Maga”) e seria introduzida uma nova composição literária, designada “Frustração”<sup>41</sup>.

Naturalmente que, tal como já teve oportunidade de alertar um dos principais estudiosos aquilinos, Henrique Almeida, não podemos esquecer-nos que as obras literárias deverão ser estudadas com as devidas cautelas. O aludido professor e

---

<sup>40</sup> Embora no *site* da BN se mencione a existência de 177 caixas no espólio do escritor, o volume número 64 não existe, daí que apenas tenhamos contabilizado 176. Importa registar que, no momento das nossas consultas (2016-2018), a grande maioria das fontes ainda se encontravam em fase de tratamento arquivístico.

<sup>41</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Filhas de Babilónia*, 1.<sup>a</sup> edição, Paris-Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1920. Consultado a partir de <https://archive.org/stream/filhasdebabiln00ribe#page/n5/mode/2up> [25/12/2017].

estudioso aquiliniano concluiu mesmo a esse propósito que: “de tal modo predomina a perspectiva de leitura de incidência biográfica nos seus escritos, que também a leitura do texto literário se foi fazendo como se de um caudal indistinto de memórias se tratasse”<sup>42</sup>. Todavia, embora seja, de facto, importante reforçar que estamos perante textos literários, também se nos afigura pertinente realçar que, em nosso entendimento, as duas dimensões (vida e literatura) não podem ser completamente dissociadas em Aquilino, na medida em que até mesmo nas obras que enquadrámos no âmbito da literatura infantil conseguimos, por vezes, vislumbrar marcas evidentes do próprio pensamento político do autor beirão.

Exemplifique-se. No seu *Romance da Raposa*, dado à estampa em 1924 e posteriormente adaptado à televisão<sup>43</sup>, à banda desenhada<sup>44</sup> e ao teatro<sup>45</sup>, Aquilino – republicano, anticlerical e antimonárquico – conta-nos as fantásticas aventuras da ladina raposa *Salta-Pocinhas*, sendo muito curioso verificar que quando o lobo *D. Brutamontes*, vizo-rei das selvas da Beira Alta, fingiu estar morto – para assim tentar apanhar a matreira raposa – os animais da floresta celebraram a morte do “governador despótico e sanguinário”, projetando imediatamente passar a “viver na descuidosa paz das repúblicas”<sup>46</sup>. Mais tarde, já com o lobo expulso, a República acabou mesmo por ser implantada entre os animais.

Do ponto de vista teórico e metodológico, importa dizer que, ao longo do nosso trabalho, optámos por atualizar a grafia das fontes, quer sejam impressas ou manuscritas, tendo também em conta, por imperativos académicos, o Novo Acordo Ortográfico, ao qual opomos grandes reticências.

Com estas últimas opções metodológicas foi nosso intento facilitar a tarefa do leitor. Transcrevemos, porém, os nomes próprios na exata grafia da época e não alterámos a pontuação original ou o título das obras, tendo, ainda assim, a preocupação de alertar o nosso leitor para qualquer erro detetado, recorrendo para

---

<sup>42</sup> Cf. Henrique Almeida – *Aquilino Ribeiro e a crítica: ensaio sobre a obra Aquiliniana e sua recepção crítica*, 1.ª edição, Porto, Edições ASA, 1993, p. 12.

<sup>43</sup> Cf. Artur Correia e Ricardo Neto (realizadores) – *O Romance da Raposa*, obra de Aquilino Ribeiro com diálogos adaptados por Maria Alberta Menéres, RTP, 1987. Disponível *on-line*, em 13 episódios: <https://www.youtube.com/watch?v=4uawSwDY2T0> [12/12/2017].

<sup>44</sup> Artur Correia – *Romance da Raposa* (adaptado a partir do romance de Aquilino), 1.ª edição, Lisboa, Bertrand, 2009.

<sup>45</sup> Cf. peça de teatro intitulada “As Aventuras Maravilhosas de Salta-Pocinhas”, grupo de teatro “A Barraca”, Lisboa, 2014.

<sup>46</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Romance da Raposa*, 3.ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2006, p. 63.

isso à expressão latina *sic*. Finalmente, procurámos, na medida do possível, contextualizar as personalidades mencionadas, indicando, no primeiro momento em que são referidas, a data de nascimento e morte, dentro de parêntesis curvos. Quando as individualidades apenas eram mencionadas no corpo das citações integradas, optámos por colocar essas referências cronológicas dentro de parêntesis retos. Os nomes das personagens literárias ou cinematográficas aparecem destacados a itálico, bem como as referências espaciais imaginadas pelos autores. Sempre que se verificou que havia obras do mesmo autor, com o mesmo ano de edição, optou-se por distingui-las através de uma letra, colocada logo após o ano de publicação.

No corpo principal do nosso texto, optámos por indicar as datas sempre por extenso, enquanto nas notas de rodapé decidimos simplificar, recorrendo a numeração. De modo a uniformizar procedimentos, optámos por colocar os números por extenso até dez e em algarismo a partir daí. No caso do espólio de Aquilino na BN, é também indicado o número da caixa em que se encontram as fontes, quando se verificou que as mesmas ainda não tinham sido catalogadas.

A divisão da presente obra segue, com algumas exceções, uma perspectiva de ordem diacrónica, que procurámos associar, na medida do possível, ao carácter narrativo, problematizador e interpretativo, que, segundo consideramos, a historiografia não deve descurar.

Na primeira parte do nosso estudo falaremos de “Aquilino”: o homem das Beiras e a sua época. Consagramos, portanto, a abertura do trabalho às origens do escritor beirão, às suas circunstâncias espaciotemporais, à sua passagem pelo seminário e ainda às questões que motivaram o seu primeiro exílio em Paris (de um modo geral, entre 1908 e 1914).

Na parte II, procuraremos desenvolver as relações de Aquilino com a Ditadura Militar, dando particular destaque à sua participação nas revoltas “reviralhistas” de 1927 e 1928.

Na parte III, debruçar-nos-emos sobre as posições do nosso biografado perante o Estado Novo, analisando, em particular, os seus processos na polícia política (PVDE/PIDE) e na censura. Já em anexo, decidimos disponibilizar uma perspectiva diacrónica do processo policial organizado na sequência da participação de Aquilino na “revolta do castelo”, em 1928.

Como é comum dizer, todas as segmentações, embora artificiais, decorrem da necessidade de dar sentido e coesão ao caos. A limitação imposta a este trabalho ao nível do número de páginas constituiu um árduo desafio de síntese, que vai, de resto, ao encontro daquele que será um dos grandes objetivos do autor: atingir a posterior edição e a conseqüente chegada ao maior número possível de leitores. No entanto, esse constrangimento forçou-nos a não tratar outras matérias, às quais esperamos brevemente regressar. Ou não fosse o ofício de historiador um incessante labor de fazer, desfazer e voltar a construir.

Enquanto indivíduos, todos deixamos, deliberadamente ou não, fragmentos dispersos. Compete ao historiador recolher os vestígios que encontrar e depois apresentar uma imagem, necessariamente incompleta, da realidade que estudou. Ao longo das próximas páginas, procuraremos pois expor a imagem que construímos a respeito de Aquilino, no decurso dos últimos anos em que, literalmente, vasculhámos esse autor/homem, que Óscar Lopes (1917-2013) descreveu como “um dos mais dotados escritores deste século [XX] e de quase oito séculos de literatura portuguesa”<sup>47</sup>.

O nosso objetivo foi escrever uma biografia, com caráter problematizador, que não se limitasse, como escreveu José Mattoso, “a reconstituir o itinerário individual do protagonista”, mas averiguasse “até que ponto ele é influenciado e exprime a sua época”<sup>48</sup>. Perseguido sempre um discurso simples e transparente, próprio das narrativas, passível de ser decodificado por não especialistas, mas sem nunca perder de vista a objetividade. Afinal, o conselho de Jerónima Dantas Machado (1897-1987) a Aquilino perseguiu-nos, de um modo quase obsessivo: “Aquilino, tens de escrever as tuas memórias porque, claro, há sempre quem deturpe as coisas e não saiba explicar como se passou, não é? E era preciso que a verdade viesse bem ao de cima, como as coisas se tinham passado”<sup>49</sup>. De modo sintomático, estas palavras figuram no pórtico deste estudo, em jeito de epígrafe, como que a recordar-nos permanentemente que é fundamental cruzar (e problematizar) as

---

<sup>47</sup> Cf. Óscar Lopes – *Coordenadas de Aquilino na Literatura Portuguesa*, in *Revista Colóquio/Letras*, n.ºs 115/116, 1.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 14.

<sup>48</sup> Cf. José Mattoso – *A escrita da história. Teoria e métodos*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 60.

<sup>49</sup> Cf. testemunho de Jerónima Dantas Machado, in “Um homem uma época”, parte 2, programa televisivo emitido pela RTP, em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

memórias existentes nos mais variados suportes para que nos possamos aproximar, não da “verdade”, mas de uma representação rigorosa e cientificamente válida.

Caberá agora ao leitor avaliar o resultado final do nosso trabalho, de cujos erros, enquanto únicos responsáveis, nos penitenciamos desde já.

## **Parte I – O homem das Beiras**



## Capítulo 1 – As origens

### 1. Do batismo à perfilhação

Aquilino Gomes Ribeiro nasceu na freguesia do Carregal, em Sernancelhe, numa típica casa de granito do “Pátio dos Sanhudos”, às 13 horas do dia 13 de setembro de 1885, ano em que o filósofo alemão Friedrich Nietzsche concluiu a sua obra *Assim falava Zaratustra*. Na altura, esse era o dia consagrado no calendário litúrgico a Santo Aquilino, sacerdote e mártir nascido na Alemanha e que teria sido assassinado no século XI.

O menino “Aquelino” (como figura no assento de batismo) recebeu os santos óleos no dia sete de novembro, quando estava prestes a completar dois meses<sup>50</sup>. A cerimónia religiosa foi dirigida pelo pároco Luís Machado de Moraes e ocorreu na freguesia dos Alhais (Vila Nova de Paiva<sup>51</sup>), na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Corredoura. Aquilino teria sido levado ao referido cura por Maria de Jesus, tendo como padrinhos de nascimento Manoel dos Santos, casado, e Isabel dos Santos, solteira. Residiriam ambos na aldeia de Soutosa, concelho de Moimenta da Beira.

Como era filho do padre Joaquim Francisco Ribeiro (1843-1918), à época a exercer funções na freguesia do Carregal<sup>52</sup>, na certidão de nascimento de Aquilino figura apenas o nome da sua mãe, Mariana do Rosário Gomes. Não será despidendo mencionar que o pároco representava uma das figuras mais influentes e respeitadas, sobretudo, dos meios rurais, tendo habitualmente ao seu serviço uma criada, com a qual acabava depois, por vezes, por viver um relacionamento amoroso, circunstâncias que, apesar de serem do conhecimento das populações locais, eram geralmente toleradas. Certo é que, pese embora a relativa condescendência que existia em torno do incumprimento de alguns eclesiásticos em relação à castidade, o estigma social que, nessa época, recaía sobre as mulheres solteiras que engravidavam

---

<sup>50</sup> ADV – assento do batismo de Aquilino Ribeiro, na freguesia de Alhais, concelho de Vila Nova de Paiva. Cf. cx. 1A, n.º 21, Fl. 5-5N.

<sup>51</sup> Henrique Almeida desenvolveu um estudo, no decurso do qual procurou demonstrar que existe uma marca muito significativa de Vila Nova de Paiva (antiga “Barrelas”, como é designada no *Malhadinhas*) nas obras de Aquilino. Cf. Henrique Almeida – *Aquilino Ribeiro – O fascínio e a escrita da terra*, 1.ª edição, Vila Nova de Paiva, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva/Comissão de Coordenação da região Centro, 2003.

<sup>52</sup> Segundo Manuel Alcino Magalhães, o pai de Aquilino teria prestado serviço religioso no Carregal, entre janeiro de 1879 e março de 1895, sendo depois substituído nessas funções pelo padre José Gomes Oliveira. Cf. <http://sernancelhe.planetaclix.pt/Aquilino-Ribeiro-01.htm> [1/11/2017].

era evidente. E o mesmo se pode concluir em relação aos filhos daí resultantes, nem sempre legalmente reconhecidos pelo pai. Aquilino nunca se refere, de modo explícito, a tais questões, mas as importantes omissões que vai deixando nas suas obras acerca do pai não podem deixar de constituir um importante dado de reflexão. De resto, na sua obra *Um escritor confessa-se*, Aquilino retrata o modo sarcástico como um dos homens que o interrogou em 1907, na sequência da sua prisão, se referiu ao seu progenitor: “E num andante amável, familiar, perguntou-me como ia o padre Joaquim”<sup>53</sup>.

Numa carta datada de 11 de setembro de 1955, arquivada no espólio do escritor na BN, Maria Alexandra dos Santos, de Arcos (Tabuaço), dizia-se filha de Bernardo dos Santos, já falecido, que seria irmão paterno de Aquilino, o que parece levar-nos a concluir que o pai do escritor teve outros relacionamentos amorosos<sup>54</sup>. De resto, por vezes, é mesmo mencionado um terceiro irmão de Aquilino chamado Joaquim<sup>55</sup>, aspeto que, todavia, não foi possível confirmar.

Sobre a mãe, Mariana do Rosário Gomes, nascida a quatro de julho de 1851, na aldeia de Soutosa, escreveu Aquilino numa das suas notas pessoais: “De minha mãe, castelhana da meseta, herdei o caráter”<sup>56</sup>, acrescentando nas suas memórias editadas a título póstumo, em 1974, que ela era “rija e dura como uma espada, mas sã do entendimento”<sup>57</sup>.

As cartas que existem no espólio do escritor na BN permitem-nos igualmente perceber que Mariana do Rosário Gomes não saberia ler, nem escrever<sup>58</sup>, uma situação, de resto, comum à maioria da população portuguesa, como atestam os seguintes dados a respeito das taxas de analfabetismo para residentes em Portugal Continental: 79,4%, em 1878; 76%, em 1890; 74,1%, em 1900 e 69,7%, em 1911<sup>59</sup>.

*O livro do Menino-Deus* (1.<sup>a</sup> edição: 1945) foi consagrado pelo autor à progenitora, que recordou como “humilde, boa e religiosa sem ser pelo interesse de

---

<sup>53</sup> Cf. “carta saída no jornal *O País*, em 10/2/1908”, in Aquilino Ribeiro – *Um escritor confessa-se; seguido de lances da minha vida: memórias*, edição revista e aumentada, Lisboa, Bertrand Editora, 2008 (c), p. 318.

<sup>54</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6327).

<sup>55</sup> Cf. “Aquilino Ribeiro” – [https://pt.wikipedia.org/wiki/Aquilino\\_Ribeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aquilino_Ribeiro) [1/11/2017].

<sup>56</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 76).

<sup>57</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 315.

<sup>58</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6136).

<sup>59</sup> Cf. Rui Grácio, “Ensino Primário e Analfabetismo”, in Joel Serrão (direção) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 51.

ganhar o Céu”<sup>60</sup>. Segundo Aquilino Ribeiro Machado (1930-2012), filho mais novo do prosador beirão, a sua avó paterna não saberia ler, “mas tinha uma biblioteca guardada na memória”, o que o levou a descrevê-la como “um ser humano com uma inteligência e uma capacidade extraordinárias”<sup>61</sup>.

Já sobre o pai de Aquilino, Joaquim Francisco Ribeiro, ao qual o escritor dedicou, em 1918, *A Via Sinuosa*, as referências são, como já deixámos subentender, compreensivelmente mais vagas, aludindo o prosador, na sua obra póstuma, ao facto de o pároco conhecer o génio do filho e, por isso, ter rapidamente aceiteado a sua proposta, quando decidiu ir para o seminário de Beja, em 1902, sob o pretexto de que ali a disciplina era menos rigorosa<sup>62</sup>. O facto de Aquilino ter sido batizado em Alhais e não no Carregal também pode estar relacionado com a situação profissional do pai.

A escritura de perfilhação do futuro ficcionista, bem como dos seus dois irmãos, viria a ser lavrada no dia seis de setembro de 1890, quando Aquilino já residia em Soutosa. De acordo com o citado documento do foro civil, lavrado na presença de duas testemunhas e do tabelião (atual notário) Adelino Amado dos Santos Leite, o padre Joaquim Francisco Ribeiro declarou que:

de relações carnis com mulher solteira que não é sua parente teve três filhos, que foram batizados: a saber um por nome Aquilino na freguesia dos Alhais, outro por nome de Melchior na freguesia do Carregal, e outra com o nome de Maria na freguesia de Gradiz<sup>63</sup>. Foram padrinhos do primeiro [Aquilino] Manoel dos Santos e Izabel dos Santos, de Soutosa, do segundo [Melchior] foram padrinhos António Gomes, e madrinha por invocação a Senhora do Rozario tocando com a respetiva coroa, Maria do Nascimento da Tabosa do Carregal, e da terceira [Maria] foram padrinhos António de Campos, e seu filho José de Campos [...] desta freguesia; tem o primeiro [Aquilino] a idade de cinco anos pouco mais ou menos<sup>64</sup>, o segundo [Melchior] dois anos pouco mais ou menos, e a terceira [Maria] aproximadamente um ano. O mais velho vive na companhia dele outorgante, o segundo vive em Soutosa em casa de António Gomes e família e a terceira vive em casa da [ama?] Maria do Nascimento [...]. Que para todos os efeitos legais ele outorgante perfilha e dá por seus filhos os ditos menores Aquilino,

---

<sup>60</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O livro do Menino-Deus*, 2.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (b), p. 7 (dedicatória).

<sup>61</sup> Cf. Aquilino Machado, “Em jeito de post scriptum”, in Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010, p. 175.

<sup>62</sup> Para confirmar os elementos referidos a propósito dos pais do escritor, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), ps. 31 e 44.

<sup>63</sup> Julgamos tratar-se da antiga freguesia do concelho de Aguiar da Beira, de onde era natural Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, e que a partir de 2013 foi integrada na União das Freguesias de Sequeiros e Gradiz. Faz fronteira com o concelho de Sernancelhe, a norte.

<sup>64</sup> Faltava uma semana para Aquilino completar cinco anos.

Melchior e Maria e a todos três reconhece como tais e muito principalmente para que o possam representar em todos os seus direitos<sup>65</sup>.

Assim, de acordo com a fonte anterior, Aquilino viveria, em 1890, na companhia do pai, o pároco Joaquim Francisco Ribeiro, estando, portanto, separado dos seus dois irmãos mais novos. No entanto, pensamos estar perante uma estratégia utilizada pelo eclesiástico, parecendo-nos mais provável que na prática vivessem todos juntos, com D. Mariana do Rosário a assumir o papel de serviçal do cura de Carregal, como era uma prática algo vulgar na época. Ainda assim, também convém dizer que alguns estudos indicam que Aquilino, após o batizado em Alhais, teria permanecido algum tempo com uma ama responsável pela sua amamentação<sup>66</sup>.

No rascunho de uma carta enviada aos pais da alemã Grete Tiedmann (1890-1927)<sup>67</sup>, antes do casamento, em 1913, escreveu Aquilino as seguintes palavras a propósito da sua família:

mes parents sont propriétaires; ils ne sont pas riches mais ils ne sont pas pauvres. Aculé par les circonstances je pourrais vivre de ce qu'ils possèdent et je n'aurais pas faim<sup>68</sup>.

Na entrevista que concedeu a Igrejas Caeiro (1917-2012), em 1957, Aquilino confessou ter sido abandonado ao seu livre arbítrio um pouco cedo, o que lhe teria permitido desenvolver várias faculdades, como a autonomia, mas também teria originado muitos tombos, o que talvez nos ajude a compreender o título da obra *A Via Sinuosa* (1.<sup>a</sup> edição: 1918), na qual, com os devidos descontos, se espelham as vivências do autor durante a adolescência, sob o pseudónimo de Libório Barradas, personagem central que o republicano “Chinoca” descreve do seguinte modo, perante os restantes conspiradores contra a Monarquia: “Libório Barradas não é apenas o revolucionário capaz de empunhar uma espingarda, mas o cérebro apto a fazer vingar uma ideia”<sup>69</sup>. Palavras que, em certo sentido, parecem aplicar-se ao próprio autor beirão. Ademais, na sua obra *Cinco Réis de Gente* (1.<sup>a</sup> edição: 1948) Aquilino indicia

---

<sup>65</sup> Cf. ADV – escritura de perfilhação de Aquilino Ribeiro, exarada no Cartório Notarial de Sernancelhe: livro 29/221, folha 20v a 21.

<sup>66</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 41, ano XI, outubro-dezembro de 2000, p. 11.

<sup>67</sup> Fritz Tiedmann e Anna Liekert, que residiam na cidade de Parchim, na Alemanha.

<sup>68</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 1).

<sup>69</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *A Via Sinuosa*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (c), p. 256.

referir-se à falta de afeto que sentiu durante a meninice: “Nunca conheci as blandícias e a variadíssima bichinha-gata da ternura civilizada. Na aldeia, para acariciar, não passeiam as mãos pela cara das pessoas queridas”<sup>70</sup>.

Sobre os dois irmãos de Aquilino vulgarmente indicados nos estudos biográficos já realizados, importa recordar que eles se chamariam Melchior, por vezes nomeado como Belchior, e Maria do Rosário, tendo o primeiro nascido em dez de setembro de 1888 e a segunda em dois de outubro de 1889. Ademais, Maria teria falecido precocemente e Melchior, comumente identificado como serralheiro e proprietário, teria morrido, com 78 anos, no dia 30 de junho de 1967. José Gomes Natário (1926-2018), habitante de Soutosa, confessou-nos que Aquilino lhe pediria todos os anos para partilhar com Melchior alguns dos produtos cultivados na quinta (atual Fundação Aquilino Ribeiro), asseverando ainda que aquele morrera pobre<sup>71</sup>. Aquilino parece invocar o seu irmão através da personagem “Quinzinho” da obra *Cinco Réis de Gente*<sup>72</sup> e junto à Fundação de Aquilino, em Soutosa, existe mesmo uma rua denominada “Belchior Ribeiro”.

Como vimos, Aquilino nasceu de um relacionamento de uma criada, natural de Soutosa, e de um padre, em casa do qual ela trabalhava. A mãe, apesar de não saber ler e escrever, foi descrita pelo neto Aquilino Ribeiro Machado como tendo uma memória invulgar. Do ponto de vista financeiro, poderemos situar a família biológica do futuro escritor naquilo que hoje em dia corresponde à classe média, o que também teria ajudado Aquilino a escapar um pouco às pesadas lides agrícolas, nas quais as crianças beirãs da época eram desde muito cedo introduzidas.

O facto de ter sido perfilhado (uma situação que nem sempre ocorria na época) e ter passado a viver com o pai desde tenra idade teriam, por certo, pesado na sua formação humana e literária. Filho mais velho de uma fratria de três crianças, Aquilino, entre outros bens, herdou a casa do pai, quando ele faleceu em 1918<sup>73</sup>, imóvel que, por sua vez, já pertencera ao seu avô, Francisco José, mercador natural de Soutosa.

---

<sup>70</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Cinco Réis de Gente*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (d), p. 17.

<sup>71</sup> Entrevista gravada no dia 28/8/2017.

<sup>72</sup> “Aos domingos arrastava já comigo o Quinzinho. O Quinzinho era o mano, um pote de gordura com uma cabeça de *têtard*, que ia nos cinco anos, ainda balbuciava, e às duas por três surpreendíamos a chuchar no dedo”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1985 (d), p. 96.

<sup>73</sup> Não foi possível localizar no ADV o testamento feito pelo pai de Aquilino.

Recorde-se que o pároco era à época uma das poucas pessoas que saberia ler e escrever, possuindo livros, conhecimentos dos clássicos (caso do latim) e um inequívoco prestígio no meio circundante (segundo Aquilino, teria sido o pai a livrá-lo do serviço militar, em 1905<sup>74</sup>), aspetos importantes para compreender a formação de Aquilino. Palavras que nos transportam agora para a necessidade de contextualizar o homem no seu espaço e na sua época. Pré-requisitos cruciais para compreender depois o seu pensamento.

## 2. O homem, o meio e a época

Os concelhos de Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e Sernancelhe ainda conservam provas inequívocas da influência que o escritor beirão exerceu em toda esta região da Beira Alta, por si batizada como “Terras do Demo”<sup>75</sup>, título que deu a um livro editado em 1919 e que nem sempre mereceu a concordância dos seus conterrâneos beirões<sup>76</sup>.

Em Vila Nova de Paiva podemos, por exemplo, encontrar o restaurante “Malhadinhas”; em Moimenta da Beira, a Biblioteca Aquilino Ribeiro e em Sernancelhe (Carregal), a casa onde o escritor nasceu. De resto, não são necessários grandes esforços para conseguir conversar com alguém que tenha privado com o escritor ou se mostre disponível para testemunhar o que ouviu dizer a seu respeito, daí que várias empresas continuem a apropriar-se do seu legado literário, enquanto uma espécie de símbolo local daquela região<sup>77</sup>. Esta influência entre o homem e o meio foi recíproca. Concretizemos, pois, com alguns exemplos.

---

<sup>74</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 187.

<sup>75</sup> Um dos principais investigadores aquilínianos faz corresponder essa designação ao “atual concelho de V. N. de Paiva, grande parte dos concelhos de Moimenta da Beira e Aguiar da Beira, e parte dos de Sernancelhe e de Sátão (este sobretudo na sua fatia a norte)”. Cf. Henrique Almeida – *Roteiro. Viagem às “Terras do Demo”. Itinerário aquilíniano*, Viseu, Sindicato dos Professores da Região Centro/CEAR, 1997, pp. 7-8. Numa carta enviada por Aquilino a Raul Proença, em 23/4/1940, pode ler-se: “A meu ver as *Terras do Demo* englobam os concelhos de Vila Nova de Paiva, Sátão, parte de Viseu (o Norte), Tarouca, parte de Moimenta, parte de Sernancelhe. O coração é Vila Nova de Paiva. Castro Daire pertence ainda”. Cf. BN – Espólio de Raul Proença (E7, 1736).

<sup>76</sup> Na sua monografia de Sernancelhe, editada em 1929, Vasco Moreira procurou deixar claro ao leitor que “as «Terras da Beira» tal como ficavam descritas na sua obra são algo diferentes das «Terras do Demo» do sr. Aquilino Ribeiro”. Cf. Abade Vasco Moreira – *ob. cit.*, 1997, p. 317.

<sup>77</sup> Veja-se o caso do espumante e dos fumeiros “Terras do Demo”.

No decurso do banquete que, no dia 29 de maio de 1952, foi realizado em homenagem ao escritor, no Miramar Palace, no Rio de Janeiro, Aquilino ergueu-se e leu um texto de agradecimento, onde, entre outros aspetos, mencionou:

Eu sou um artista rude, filho da minha serra. Nasce-se com o berço às costas como uma gebo. A Beira Alta não tem símile no mundo. Em poucas dezenas de quilómetros reproduz-se a terra toda: amenidade e braveza, a colina e o vale, a civilização e a selvajaria. À volta da aldeia em que ergui a minha barraca, no inverno uivam os lobos ao desafio com o vento<sup>78</sup>.

Não por acaso, após o seu terceiro exílio em França, encerrado em 1932, Aquilino decidiu reconstruir a casa do pai, em Soutosa, tendo optado também por plantar as tílias que ainda hoje ali podemos admirar. Doravante, apesar de passar a maior parte do ano em Lisboa, regressou sempre às Beiras, durante os cerca de três meses de férias, que ainda assim passava em grande parte a escrever.

Mesmo em Lisboa, a fazer fé em várias fontes, não deixaria de comportar-se como se estivesse na terra natal<sup>79</sup>. Era por isso que, nos dias chuvosos, subia o Chiado, com o guarda-chuva pendurado no ombro, um hábito ainda hoje possível de ver, sobretudo, entre os pastores das Beiras. Também por isso, Fernando Namora escreveu que o facto de Aquilino ter conhecido vários locais vinculou-o ainda mais ao ponto de partida: “Ali para as bandas de Entre-Campos morava um jovem de setenta e oito anos<sup>80</sup> que trouxera a província para a cidade”<sup>81</sup>. Beirão era por nascimento e sempre assim permaneceu, até no inconfundível sotaque que o levava a acentuar e prolongar o “x”.

Concentremos, portanto, a nossa atenção nessas “Terras do Demo”. Uma análise sumária dos locais nos quais o escritor viveu entre 1885 e 1901 permite-nos compreender que esses anos foram em grande parte vividos nas Beiras: Carregal, Soutosa, Peva, Lapa, Lamego e Viseu. Falamos, afinal, de um período fulcral na formação de qualquer indivíduo.

---

<sup>78</sup> Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria *Bertrand*, 1952, p. 62.

<sup>79</sup> De acordo com Taborda de Vasconcelos, quando “Aquilino passeava no Chiado, de samarra às costas e o cabelo em desalinho, andava positivamente como na Soutosa”. Cf. Taborda de Vasconcelos – *Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1965, p. 9.

<sup>80</sup> Na realidade, em 1963, quando foi publicada a obra coordenada por Fernando Namora, Aquilino tinha 77 anos. Faleceu em 27 de maio de 1963, quando estava a cerca de quatro meses de completar 78 anos.

<sup>81</sup> Cf. Fernando Namora (apresentação e coord. das legendas) – *ob. cit.*, 1963, p. 9.

O concelho natal de Aquilino, Sernancelhe, fica localizado em plena Beira Alta, no distrito de Viseu, estendendo-se por uma área de cerca de 220 km<sup>2</sup>, ocupada, segundo o censo de 2011, por 5671 habitantes<sup>82</sup>. Faz fronteira com os concelhos de Trancoso, Penedono, Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão e S. João da Pesqueira. Sernancelhe é atravessado (no sentido sul-norte) pelo rio Távora (afluente do Douro), que nasce nos arredores de Trancoso e vai desaguar junto a Tabuaço.

A ocupação de Sernancelhe remonta, pelo menos, ao período Neolítico (veja-se a necrópole de 16 sepulturas da Aldeia da Faia), sendo que a referência escrita mais antiga à localidade data de 960, num testamento de D. Flâmula, no qual se ordena a venda dos seus castelos, onde se inclui o de Sernancelhe. O primeiro foral do concelho foi outorgado em 1124, por Egas Gosendes de Baião (1098?-1148), e confirmado, em 1220, pelo rei D. Afonso II, “O Gordo” (1185-1223). No âmbito da sua legislação de centralização política e administrativa, o monarca D. Manuel I (1469-1521) atribuiu-lhe um novo foral, em 1514, no qual, de um modo geral, apenas se acrescentavam mais obrigações aos moradores de Sernancelhe<sup>83</sup>. Por “Cernoncelhi” (como era designada em 1295, quando se criou a feira mensal na então vila) passaram, por exemplo, os nossos reis D. Afonso Henriques (1108/9?-1185), D. Dinis (1261-1325) ou D. Pedro I (1320-1367).

Segundo o *Guia de Portugal*<sup>84</sup>, obra fundada pelo bibliotecário, escritor e jornalista Raul Proença (1884-1941) e na qual Aquilino também participou, Sernancelhe depois de, provavelmente, ter sido abandonada pelos muçulmanos no final do século XI, foi repovoada por João Viegas e Egas Gosendes, no século XII<sup>85</sup>.

Terra de pastores, de ovelhas, bois, granito e de castanheiros (árvore a respeito da qual a tradição popular diz que “leva 300 anos a crescer, 300 a viver e

---

<sup>82</sup> Cf. quadros-resumo – população residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros) [12/12/2017].

<sup>83</sup> Sobre estas e outras informações, cf. “Roteiro Turístico de Sernancelhe”, in *Sernancelhe à tua descoberta* (versão multilíngua), 1.ª edição, Sernancelhe, Município de Sernancelhe/Progride, Projeto “Viver Melhor” Sernancelhe, 2008 e ainda Júlio Rocha e Sousa – *Forais da vila de Sernancelhe*, 1.ª edição, Viseu, edição do autor, 2003 (nesta última obra, o leitor pode encontrar uma transcrição dos forais em causa).

<sup>84</sup> O 1.º volume do *Guia de Portugal* foi inicialmente editado em 1924.

<sup>85</sup> Cf. Orlando Ribeiro, in Raul Proença (coordenação) – *Guia de Portugal. Beira: Tomo II – Beira Alta e Beira Baixa*, volume III, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, ps. 741 e 974.

300 a morrer” e que Aquilino confessou ter ouvido classificar como os “ossos de Portugal”<sup>86</sup>), o concelho de Sernancelhe é atualmente constituído por 17 freguesias: Arnas, Carregal, Cunha, Chosendo, Escurquela, Faia, Ferreirim, Fonte Arcada, Freixinho, Granjal, Lamosa, Macieira, Penso, Quintela, Sarzeda, Sernancelhe e Vila da Ponte.

É na freguesia do Carregal (parte nordeste da Serra da Lapa), onde Aquilino nasceu, que brota o ribeiro de Aviasca<sup>87</sup>, sendo no século XIX bastante vincada a presença dos castanheiros, o que nos ajuda a perceber a existência, ainda nos dias que correm, da festa da castanha, realizada uma vez por ano em Sernancelhe, entre finais de outubro e inícios de novembro.

Nas obras do criador do pícaro *Malhadinhas*<sup>88</sup>, as Beiras são amplamente invocadas, servindo de cenário a várias narrativas. Importa, pois, surpreender o modo como Aquilino percecionava a sua própria terra natal, recuperando, para o efeito, algumas das palavras que legou à posteridade a esse respeito.

Pelo seu pendor etnográfico, valerá a pena determo-nos no capítulo VII das *Arcas Encoiradas* (1.ª edição: 1953), no qual se apresentam alguns apontamentos curiosos sobre a antropologia e a psicologia do beirão: “alto, moreno, de cabeça e face sobre o comprido, mento saliente, prima entre outras qualidades pelo feitio positivo, constância e tenacidade”<sup>89</sup>. Parafrazeando Aquilino, o homem beirão é zelador das suas opiniões, mas capaz de retroceder, quando verifica o erro, facilmente adaptável a novos meios, sociável, brioso, muito importado com o crédito que goza e os juízos que pode provocar, rotineiro, vivaz e maleável, pouco atreito ao serviço militar e à arte, presta mais culto à utilidade do que à beleza, com um grande amor à terra, religioso, “mas duma religiosidade mais litúrgica do que interior”<sup>90</sup>.

Poderíamos prosseguir, acrescentando a influência da serra. Afinal, como escreveram José Mattoso e Suzanne Daveau, as serras assumiram geralmente um

---

<sup>86</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Aldeia: Terra, Gente e Bichos*, Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2010 (a), p. 250.

<sup>87</sup> Sobre outras informações, cf. [www.cm-sernancelhe.pt/concelho/o-concelho](http://www.cm-sernancelhe.pt/concelho/o-concelho) [27/10/2017].

<sup>88</sup> João Palma-Ferreira classificou o *Malhadinhas* de Aquilino como “o mais célebre dos pícaros rústicos modernos”. Cf. João Palma-Ferreira – *Do pícaro na literatura portuguesa*, 1.ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência, 1981, p. 135.

<sup>89</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Arcas Encoiradas. Estudos, Opiniões, Fantasias*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1953], p. 108.

<sup>90</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], p. 114.

importante papel na “consciência geográfica dos habitantes que viviam nas suas proximidades”<sup>91</sup>.

Vasco Moreira descreveu do seguinte modo o Homem sernancelhense e, quiçá, por analogia, o Homem beirão:

O sernancelhense é alto, corado, franco e leal: é o tipo do *beirão*, forte, amoroso, caritativo. Não tem aspirações demasiadas. Sóbrio, tenaz e resistente no trabalho, é também resignado e paciente. [...] Moureja no campo, dia e noite, e economiza em tudo para legar aos filhos a casa que herdou; e, se amealha, é ainda por eles. Por isso, vive sobriamente, sem luxo, sem higiene, alheio a confortos, desconhecendo as comodidades que dá a civilização<sup>92</sup>.

De acordo com uma interessante tabela apresentada por Vasco Moreira, onde se cotejam alguns dos dados coligidos aquando dos censos de 1700, 1800, 1911 e 1920, podemos concluir que, no ano que se seguiu à implantação da I República em Portugal, o Carregal (onde Aquilino nasceu) apresentava uma percentagem global de 90% de analfabetos (85 % ao nível dos homens e 93% ao nível das mulheres) e em 1920 a percentagem global de analfabetismo situava-se nos 83% (79% ao nível dos homens e 86% para o caso das mulheres)<sup>93</sup>.

Não poderemos deixar de surpreender – como o próprio abade Vasco Moreira confessou – uma população, à época, maioritariamente analfabeta, onde o álcool era usado e abusado (tal como o varapau, a faca ou a sachola para resolver problemas quotidianos) e os hábitos de higiene deixavam muito a desejar, tendo a população de suportar, mormente nas zonas mais elevadas do concelho de Sernancelhe, o frio invernal que poderia chegar aos seis graus negativos, a que se associavam a neve e a geada, além das tempestades que, por vezes, tornavam ainda mais reduzidos os proventos agrícolas, já por si muitas vezes escassos para pagar as pesadas rendas aos terratenentes. E idênticas conclusões poderíamos, por certo, extrair, caso existissem dados relativos ao ano de nascimento de Aquilino, no último quartel do século XIX.

Outra interessante tabela disponibilizada por Vasco Moreira na sua incontornável monografia (embora, compreensivelmente, a carecer de uma

---

<sup>91</sup> Cf. José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo – *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 332.

<sup>92</sup> Cf. Abade Vasco Moreira – *ob. cit.*, 1997, p. 47.

<sup>93</sup> Cf. Abade Vasco Moreira – *ob. cit.*, 1997, p. 53.

atualização) permite-nos identificar os principais produtos da economia de Sernancelhe, já nas primeiras décadas do século XX: centeio, trigo, cevada, milho, feijão, grão-de-bico, vinho, azeite, batata, castanha e o linho. Mencione-se que na freguesia do Carregal, os produtos que assumiam maior representatividade eram, sobretudo, o centeio, o trigo, o milho e o vinho, verificando-se um défice completo ao nível do azeite. No que respeita à produção animal do concelho de Sernancelhe – continuamos ainda a seguir a obra de Vasco Moreira –, verificamos a presença da lã, ovos, queijos, manteiga, cera, mel e peixes. Já no Carregal, em particular, destaca-se a produção da lã, dos ovos, dos queijos, da cera e do mel<sup>94</sup>. O solo do Carregal é, de resto, propício ao cultivo dos cereais e legumes, destacando-se também a omnipresença da serra. Ainda segundo Vasco Moreira, a povoação do Carregal é a mais moderna do concelho de Sernancelhe, depois de Lamosa e da Lapa, estando inicialmente integrada no concelho de Caria e passando, a partir de 1855, a pertencer ao concelho de Sernancelhe. Tomando em consideração os dados constantes do censo de 2011, o Carregal teria apenas 393 habitantes, verificando-se, à semelhança de quase todas as freguesias beirãs, um claro decréscimo populacional ao longo das últimas décadas<sup>95</sup>.

Face ao exposto, talvez estejamos agora mais habilitados para compreender um pouco melhor o caráter impulsivo do escritor (a fazer lembrar o arcipreste de Rio Verde, Dâmaso, da sua obra *Andam faunos pelos bosques*), ou até mesmo “colérico” – para citar a expressão do seu filho Aquilino Ribeiro Machado no documentário exibido pela RTP2, em 2000. Segundo este último, quando o pai se enervava, ao tentar ensinar-lhe algo, chamava-lhe, entre outros epítetos, “burro” e “cavalo”<sup>96</sup>, embora, logo depois, tomasse consciência da sua impetuosidade e pedisse desculpa. Afinal, os extremos das Beiras (especialmente da Beira Alta, pese embora o facto de Sernancelhe possuir um clima mediterrânico com feição continental, mas ligeiramente mais moderado) bem evidentes, por exemplo, ao nível da considerável amplitude térmica registada ao longo do ano, tal como o elevado número de horas

---

<sup>94</sup> Sobre estas e outras informações, cf. Abade Vasco Moreira – *ob. cit.*, 1997, sobretudo pp. 16-66.

<sup>95</sup> Cf. quadros-resumo – população residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros) [12/12/2017].

<sup>96</sup> Cf. testemunho de Aquilino Ribeiro Machado, in “Aquilino Ribeiro”, programa de Luís de Sttau Monteiro, emitido pela RTP, em 20/9/1981. Arquivo da RTP, origem: 80550010/009.

que Aquilino passava diariamente debruçado sobre os livros constituem condições que perturbam o humor dos comuns mortais. Numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, editada em dez de janeiro de 1953, o próprio escritor fez questão de reconhecer aquele que seria o seu principal defeito: impaciência<sup>97</sup>.

Na sua obra *Portugal. O sabor da terra*, José Mattoso e Suzanne Daveau destacaram o tradicional hábito de contactos e viagens dos beirões, obrigados desde cedo a procurar a sobrevivência nas planícies periféricas, quer para levarem os gados a pastar, quer, por exemplo, para buscarem empregos sazonais. Hábitos que, segundo os investigadores, facilitaram depois a emigração dos habitantes das Beiras<sup>98</sup>. Aquilino, como veremos, conheceu três exílios em França, todos motivados por questões políticas.

Repare-se que a fauna e a flora beirãs marcam presença incontornável nos seus livros, com particular destaque para a raposa e o castanheiro, tendo como pano de fundo a omnipresença da serra. Tal como o linguajar do povo, os seus usos, costumes e tradições. Afinal, várias expressões invocadas por Aquilino, como “beijinhas” (vagens de feijão), chedas, seitoira ou “gambuzinos”, dificilmente serão compreendidas caso não se possua de antemão algum contacto com as populações da Beira Alta.

Afigura-se-nos, portanto, legítimo sustentar que o meio beirão desempenhou um papel importante na formação da identidade de Aquilino e na definição da geografia literária da sua obra.

Aquilino foi um caçador, estando por isso calejado a calcorrear os montes em busca do coelho, da lebre e da perdiz. Homem habituado a manejar as armas, dotado de uma grande resistência física, foi também um amante da natureza (vejam-se as referências detalhadas às aves<sup>99</sup>) e da gastronomia beirãs, embora tenha confessado, já na década de 50, a sua preferência pela cozinha francesa<sup>100</sup>. Enfim, um conjunto de características associadas ao seu percurso, mais ou menos solitário, pelas “Terras do

---

<sup>97</sup> Cf. entrevista a Aquilino “Diga-nos a verdade”, *Diário de Lisboa*, 10/1/1953, p. 7. Consultado a partir de: [http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/) [15/11/2017].

<sup>98</sup> Cf. José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo – *ob. cit.*, 2013, p. 350.

<sup>99</sup> Sobre esta matéria, cf. Ana Isabel Queiroz (antologia e texto introdutório) – *Guia das Aves de Aquilino Ribeiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Boca-Palavras que alimentam, 2012.

<sup>100</sup> Cf. entrevista a Aquilino Ribeiro: “Diga-nos a verdade”, *Diário de Lisboa*, 10/1/1953, p. 7. Consultado a partir de: [http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/) [15/11/2017].

Demo”, sobretudo durante a infância e adolescência. Percursos que o próprio reconheceu como fundamentais:

Nestas digressões pelos montes me fiz rijo, filósofo embora de filosofia barata, amigo da solidão, e armazenei o pouco de firmeza que pela vida fora me tem coraçado perante os descabros da sorte e ralé para responder com uma ou outra das sete pedras de David à agressividade dos jagunços, de bacamartes municidados nas alfurjas do Poder<sup>101</sup>.

Feito, pois, o enquadramento geográfico possível, teçamos agora algumas considerações sobre o plasma histórico nacional e internacional em que viveu Aquilino, nomeadamente durante a sua primeira década de vida.

Aquilino veio ao mundo em 1885, quando governava em Portugal D. Luís I (1838-1889), monarca consagrado na História de Portugal com o cognome “o Popular”. Tratou-se de um reinado conturbado, marcado, desde logo, pelos conflitos entre Históricos e Progressistas, por revoltas, como sejam a “Janeirinha” (1867), decorrente da criação de um imposto geral sobre o consumo, a “Questão Coimbrã” (1865-1866), as célebres conferências do Casino (1871), a Conferência Colonial de Berlim (1884-1885), que haveria de levar ao malogrado projeto português do “mapa cor-de-rosa”. Já no reinado de D. Carlos (1863-1908), realce-se a questão dos tabacos, em 1904, e a fraturante retaliação britânica (Ultimato, de 11 de janeiro de 1890).

É, pois, neste caldo ebulitivo, que alguns autores consideram próprio dos períodos finisseculares, que deverá ser enquadrada a fundação de partidos políticos, como sejam o Partido Reformista (1865), o Partido Socialista Português (1875), o Partido Progressista (1876) e, claro, é também neste ambiente que devem ser entendidos os primeiros passos do Partido Republicano – o congresso da comissão organizadora realizou-se em 1883 – até à sua afirmação, mormente depois daquela que os republicanos considerariam uma “humilhação” nacional: o *diktat* inglês de 1890. Um acontecimento, de resto, determinante para compreender o pensamento antibritânico que atravessou este período finissecular e do qual também comungou Aquilino.

---

<sup>101</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 144.

Quando Eça de Queirós (1845-1900) faleceu, Aquilino estava prestes a completar 15 anos de vida. Cerca de dez anos antes, suicidara-se Camilo Castelo Branco (1825-1890), autor romântico sobre o qual o prosador se debruçou nos seus estudos<sup>102</sup>.

De um modo mais geral, o século XIX ficou também marcado por importantes invenções e novos desenvolvimentos, desde logo ao nível dos transportes e das comunicações. As últimas décadas do século XIX, na Europa, ficaram mesmo marcadas pela terceira fase da industrialização, com a eletricidade e o petróleo a assumirem um papel fulcral nesse processo. Em 1885 foi construído o primeiro automóvel a gasolina.

Assim, apesar de ter nascido numa região ultraperiférica, Aquilino Ribeiro viveu numa época marcada por grandes progressos técnicos, com os quais teria começado a contactar, muito especialmente, a partir do início do século XX, quando chegou a Lisboa e depois já em Paris, aquando do seu primeiro exílio, *grosso modo*, compreendido entre 1908 e 1914. Neste último caso, será fulcral recordar a sua admiração e até mesmo fascínio pelos avanços da aviação e pela arte, em particular a modernista.

Ao longo da sua vida, o escritor manteve sempre um profundo interesse pelos avanços técnicos e científicos, não se inibindo de escrever mesmo vários artigos a defender o progresso e a importância da sua chegada às aldeias: “Todas querem à compita estradas, telefone, escolas, carreiras de camionetas, água canalizada, luz elétrica. E é justo”<sup>103</sup>. O que, todavia, não o coíbia de alertar também para os possíveis perigos, como sucedeu após a II Guerra Mundial, em pleno período de guerra fria marcado pelos avanços nucleares<sup>104</sup>. Eis as seguintes palavras datadas de 1957 e cuja atualidade parece evidente:

Estamos numa viragem da História, e os representantes dos povos, alguns dos quais eu não queria a dirigir uma quinta se a tivesse, reunidos no Palácio Chailot [Paris], vão

---

<sup>102</sup> Sobre o autor de *Amor de Perdição* (1.ª edição: 1861), Aquilino publicou, por exemplo, em 1955, o estudo biográfico *O romance de Camilo*. Na biblioteca pessoal do escritor, em Soutosa, existem 119 títulos referentes ao escritor romântico, natural de Lisboa. Cf. Maria da Graça Alvarez Toscano (coordenação) – *Catálogo da Biblioteca de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, 2004, pp. 115-127. Em 1951, Aquilino criou e dirigiu a revista *Camiliana & Vária: revista-boletim do círculo Camiliano*.

<sup>103</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, “Progresso e pilosidade”, *O Século*, 23/8/1950, p. 2.

<sup>104</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – “Contra o possível cataclismo”, *O Século*, 23/1/1958, p. 1.

escrever uma palavra que pesará sobre a nossa existência. Oxalá que fujam de representar a farsa de aprendizes de feiticeiro e nós todos não sejamos as vítimas imbeles de alguma imprudente psicose<sup>105</sup>.

Ora, para compreender o homem, na sua dimensão cívica e política, revela-se também fulcral recuperar as suas circunstâncias históricas.

O final do século XIX em Portugal foi marcado pelo evidente fracasso/descrédito do sistema político rotativista (com a manipulação das eleições a ser constantemente denunciada pelos republicanos), pelo agravamento das tensões sociais e, ainda, pela grave crise económico-financeira, da qual não poderemos dissociar, entre muitos outros aspetos, o aumento do endividamento externo, para dotar o país dos melhoramentos materiais que os Regeneradores procuraram implementar, a partir de 1851, bem como a polémica em torno dos adiantamentos financeiros à casa real<sup>106</sup>. Circunstâncias que tornavam ainda mais evidente o descontentamento dos setores urbanos mais progressistas em relação à própria instituição monárquica.

A questão do Ultimato Britânico, à qual já tivemos oportunidade de aludir, levou em linha reta à primeira tentativa para derrubar a Monarquia, no dia 31 de janeiro de 1891. O movimento em causa denotou uma incipiente organização, mas, apesar do seu fracasso, teria importantes repercussões, parecendo mesmo representar, em certo sentido, o início de uma nova era, em que a violência armada passou a ser vislumbrada por vários republicanos como a via conducente à (já inevitável para muitos) queda do regime monárquico. Quando o jovem Aquilino Ribeiro chegou a Lisboa, no dealbar do século XX, depois de ser expulso do seminário de Beja, em 1903, iria imbuir-se nesse ambiente de conspiração contra a monarquia. A partir de 1907, com a ditadura de João Franco a situação extremou-se ainda mais.

Ora, como se depreenderá, a ação de várias obras de Aquilino desenvolve-se no agitado clima político-social que acabámos de descrever, importando destacar: *Cinco Réis de Gente*, romance autobiográfico que termina com a partida de Amadeu para o Colégio da Lapa; em certo sentido, *Uma luz ao longe* (editado em 1948 e que dá continuidade ao romance anteriormente referido); *A Via Sinuosa*, onde parecem

---

<sup>105</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – “A quarta dimensão”, *O Século*, 18/12/1957, ps. 1 e 5.

<sup>106</sup> Cf. José Miguel Sardica – *Da Monarquia à República. Pequena história política, social e militar*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2011, sobretudo pp. 17-76.

espelhar-se alguns aspetos da adolescência do escritor e sobretudo as *Lápides Partidas*, continuação da *Via Sinuosa*, já com *Libório Barradas* na Lisboa pré-revolucionária, a procurar empregar-se, convivendo com os futuros regicidas no histórico “Café Gelo”, “o quartel-general dos revolucionários”<sup>107</sup> – como aparece designado numa das suas obras – ou perdendo-se nas suas leituras demoradas na BN.

Repare-se que em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República, no Brasil, na sequência de um golpe de estado de cariz militar que derrubou D. Pedro II (1825-1891). Segundo cremos, as circunstâncias históricas revelam-se, por conseguinte, fundamentais para compreender as opções ideológicas, políticas e literárias de Aquilino, que haveriam de atravessar a sua vida, enquanto um homem progressista, mas atento às desigualdades sociais. Um cidadão que pugnou e lutou pela implantação da República em Portugal e que demonstrou uma certa admiração pela matriz cultural alemã, à qual se associa uma inequívoca desconfiança pela Inglaterra.

### **3. A “lenta e gradativa descristianização”:**

#### **– anarquista?**

Na fase final do romance – com inequívoco pendor autobiográfico – *A Via Sinuosa*, que Aquilino deu à estampa em 1918, o padre *Ambrósio* interroga-se sobre o futuro do jovem discípulo *Libório Barradas*: “até dar em ateu ou coisa parecida, republicano, epicurista! Para onde correrá a via sinuosa? Não sei, mas estou em jurar que o meu discípulo será bem desgraçado!”<sup>108</sup> As preocupações do aludido pároco parecem inspiradas no próprio percurso do futuro escritor, que, recorde-se, também frequentou o seminário (1902-1903), do qual acabou por ser expulso. De resto, segundo o jovem professor *Henrique Sapardo* da novela “Domingo de Lázaro”, personagem que teria sido concebida a partir das experiências docentes de Aquilino no liceu Camões<sup>109</sup>, entre 1915 e 1918, haveria rumores que o davam como inimigo

---

<sup>107</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Lápides Partidas*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1945], p. 60.

<sup>108</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1983 (c), p. 346.

<sup>109</sup> Aquilino foi nomeado professor provisório por decreto do governo, datado de 13/11/1915. Cf. “Diploma de Funções Públicas”, in Mário Braga (coordenação) – *Aquilino Ribeiro (1885-1963). Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário do nascimento*, 1.ª edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, sem numeração.

dos reis, inimigo do exército e do sacerdócio e até mesmo anarquista<sup>110</sup>. Importa, pois, perguntar: poderá Aquilino, que, como o próprio reconheceu, viveu um processo de “descristianização”<sup>111</sup>, ser considerado um anarquista?

Em consonância com a sua época, meio sociocultural e atendendo, sobretudo, à situação profissional do pai, a formação inicial de Aquilino teve uma matriz vincadamente católica. Em 1895, ainda com nove anos, ingressou no Colégio da Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, que havia sido fundado no século XVI por jesuítas pertencentes ao Colégio de Coimbra. O romance *Uma luz ao longe*, editado em 1948, baseia-se nesta experiência de Aquilino no Colégio da Lapa, onde o jovem estudante pagou uma prestação anual de 12\$500 réis<sup>112</sup>.

Após cerca de cinco anos no Colégio de Nossa Senhora da Lapa<sup>113</sup> passou a frequentar o Colégio Roseira, em Lamego. O objetivo passaria por concluir os preparatórios que lhe dariam depois acesso ao seminário.

O Colégio de Lamego era na época dirigido pelo padre Alfredo Pinto Teixeira, que o prosador descreveu como um “homem austero, de poucas falas, respeitável desde logo pela sua nobre compostura e sóbrio donaire”<sup>114</sup>. Tratava-se de uma instituição orientada pelas regras de São Bento, tendo o próprio escritor destacado a importância que o professor de Matemática Alfredo Vieira Cardoso teve na sua formação. Concluiu mesmo que foi com ele que aprendera a pensar<sup>115</sup>.

A matrícula no Colégio Roseira, em Lamego, foi formalizada no dia cinco de outubro de 1900, portanto, quando o autor tinha 15 anos. Cerca de um ano depois, experimentou uma crise mística que, de modo intermitente, haveria de arrastar-se até

---

<sup>110</sup> Cf. “Domingo de Lázaro”, in Aquilino Ribeiro – *Estrada de Santiago*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (e), pp. 57-59.

<sup>111</sup> A expressão invocada no título desta rubrica pertence ao próprio Aquilino Ribeiro, que se refere à “obra lenta e gradativa” que o levou, ainda durante a frequência do seminário de Beja, entre 1902 e 1903, a “despir a carapaça religiosa”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 89.

<sup>112</sup> BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 101). No Colégio da Lapa pode ser encontrado um pequeno memorial, no quarto número 33, onde teria sido acolhido Aquilino, enquanto estudante.

<sup>113</sup> Como já escrevemos, Aquilino frequentou o Colégio da Lapa, entre 1895 e 1900. Ana Nunes, funcionária do Santuário de Nossa Senhora da Lapa, referiu-nos que o Monsenhor Cândido Azevedo (1927-2015) teria afirmado publicamente (no âmbito de uma palestra realizada em 8/11/2014) que Aquilino Ribeiro fora convidado a sair do Colégio da Lapa, em 1900, em virtude de uma rixa gerada por causa de um terço. Apesar dos nossos esforços para consultar os arquivos do Colégio, não obtivemos a devida autorização, pelo que esta e outras questões carecem ainda de um estudo mais detalhado.

<sup>114</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], p. 178.

<sup>115</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], pp. 182-183.

aos 18/19 anos. Mais do que a descrença em Deus, Aquilino concluiu que foram outros os motivos a levá-lo a declarar aos pais “que não sentia bossa nenhuma para a carreira eclesiástica”<sup>116</sup>. Na sua decisão teria pesado o facto de não saber se conseguiria cumprir a castidade, bem como as contradições que o seu espírito observador o levava a vislumbrar nas práticas dos membros eclesiásticos. Tratou-se, segundo as suas próprias palavras, de um lento, mas irreversível processo de “descristianização”, que, de resto, visto à distância proporcionada pela passagem do tempo, é possível enquadrar na tendência que atravessou essa época.

Repare-se que o anticlericalismo que então emergia na sociedade portuguesa<sup>117</sup>, nomeadamente nos meios urbanos e progressistas, – que conheceu um dos seus momentos mais extremados durante a I República com a lei da separação das igrejas do Estado, da autoria de Afonso Costa (aprovada em 20 de abril de 1911) – deverá ser lido num contexto mais global que podemos fazer remontar ao positivismo. Para compreender o anticlericalismo<sup>118</sup> será também fundamental mobilizar muitos outros motivos, tais como a reação nacional à intransigência do Clero<sup>119</sup> perante o racionalismo (recuperem-se as perseguições movidas durante séculos aos pensadores heterodoxos e as decisões do Concílio Vaticano I, em 1870), à sua influência (considerada nefasta) no ensino, bem como aos encargos financeiros infligidos às populações pela estrutura eclesiástica e às contradições há muito tempo denunciadas entre a mensagem bíblica e a atuação de vários religiosos. Isto, apesar do esforço que o Papa Leão XIII (1810-1903) havia desenvolvido, ao publicar, em

---

<sup>116</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 29.

<sup>117</sup> Um dos primeiros estudiosos a debruçar-se sobre esta matéria localiza o aparecimento do vocábulo em Portugal no ano de 1877. Cf. Luís Machado de Abreu – *Ensaio Anticlericais*, Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 32.

<sup>118</sup> Sobre esta matéria, cf. Fernando Catroga – *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra, Almedina, 2010, sobretudo pp. 304-315.

<sup>119</sup> Fernando Catroga concluiu a este respeito que “não se entenderão as características virulentas do anticlericalismo português [...] sem as confrontar com as do clericalismo. É que, como irmãos siameses, se o primeiro levou às últimas consequências o processo de execração do jesuíta, do padre e do próprio papa, o segundo prolongava uma antiquíssima herança maniqueísta de diabolização do *outro* e do diferente, fosse ele o infiel, o herege ou os seus sucessores contemporâneos: o heterodoxo, o pedreiro-livre, o livre-pensador, o comunista, etc. [...] Consequentemente, pode concluir-se que, se o livre-pensamento atacava a Igreja, esta era, porém, a principal adversária da liberdade de pensar e a grande defensora da confessionalidade do Estado, caindo, assim, na incoerência de reivindicar a liberdade para si, mas de negá-la para as outras religiões”. Cf. Fernando Catroga – “O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XX e XXI)” in Vítor Neto (coordenação) – *Revista de História das Ideias*, volume 22, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 2001, p. 349.

1891, a encíclica *Rerum Novarum*<sup>120</sup>, na qual eram evidentes as preocupações ao nível da justiça social, numa época marcada pelo capitalismo industrial e pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Devido às suas dúvidas a respeito da vocação sacerdotal, Aquilino passou o inverno de 1901-1902 na aldeia de Soutosa, “como um barco desarvorado em mar borrascoso”<sup>121</sup>. Os pais não teriam aceitado as hesitações do jovem e, sobretudo, a mãe far-lhe-ia sentir, através do seu silêncio, o quanto essa decisão a desiludia. Afinal, no início do século XX, o seminário constituía uma das raras vias de mobilidade social ascendente, representando muitas vezes a única possibilidade que o indivíduo tinha para tentar fugir às agruras do campo e obter o prestígio social que não herdara do berço. Isto, reforça-se, numa época em que a larga maioria da população era analfabeta e continuava a dedicar-se a uma agricultura de subsistência, ainda para mais praticada em terras quase sempre fragmentadas e arrendadas aos terratenentes, aos quais era depois necessário entregar uma parte muito significativa da magra colheita arrecadada.

Talvez todos os fatores atrás enumerados, em conjunto com as pressões familiares, tenham pesado no regresso de Aquilino ao projeto de um futuro eclesiástico. Assim, em 1902, dirigiu-se para Viseu, onde, tendo como explicador Júlio Alves Martins – sobrinho do célebre bispo António Alves Martins (1808-1882) –, procurou preparar-se para o exame de Filosofia, disciplina na qual lhe faltava ainda obter aprovação. Com 17 anos, instalou-se primeiro na rua do Arco, em casa de uma senhora chamada Joaquina, mas depois de ter dado “um bom par de galhetas” no filho da senhoria, foi expulso e passou a alojar-se na pensão “Milheiro”, na rua do Gonçalinho. Ao fim de duas épocas, obteve, por fim, aprovação em Filosofia, *nemine discrepante* (por unanimidade), e decidiu frequentar o curso teológico em Beja<sup>122</sup>.

Tratou-se de uma decisão que o próprio confessou ter tomado por influência de um seminarista de Viseu, que cursava Teologia na atual cidade alentejana, chamado Joaquim de Almeida Costa Nunes. A proposta teria recebido o imediato apoio do pai, conhecedor do génio do filho. Afinal, segundo narrou, em Beja, a

---

<sup>120</sup> Cf. José Miguel Sardica – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal” in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 16 (2004), pp. 367-383. *On-line*: Veritati, Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa – <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4493> [10/2/2019].

<sup>121</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 34.

<sup>122</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 49.

“disciplina era branda e não se esfolavam os joelhos a rezar”, além de que “nunca se saía à praça em formatura como os soldados” (segundo refere, a única vestimenta obrigatória seria o cabeção) e emborcava-se “a ciência tomística e canónica sem grande queimação de pestanas”<sup>123</sup>. Sublinhe-se que a região de Beja integrava, no início do século XX, uma das áreas mais republicanizadas do país<sup>124</sup>, o que talvez possa ajudar-nos a compreender melhor aquelas passagens que Aquilino deixou registadas na sua obra póstuma *Um escritor confessa-se*.

Aquilino entrou no seminário de Beja em outubro de 1902 (a partida das Beiras ocorreu em 16 de outubro). No seu livro de memórias, por nós amplamente referido, perpassam as dificuldades inicialmente experimentadas pelo jovem: “inenarrável quebranto e desolação moral”, sentimentos agravados pela obrigatoriedade de despertar todos os dias às 6h30 da madrugada. Aquilino discorre também acerca dos professores de Dogmática, cónego Mouta; Filosofia, cónego Macedo; História Eclesiástica, padre Marques e, por fim, Cantochão e Desenho, padre José Augusto do Rego (subprefeito), destacando as rixas entre os irreverentes seminaristas, que, por vezes, acabavam mesmo à paulada. Recorda também as intermináveis horas que passava sem comer, que o levavam a ansiar pelas petisqueiras organizadas à socapa com a vinhaça, atum, sardinhas e linguça<sup>125</sup>.

A pouco e pouco, a irreverência de Aquilino (própria, quiçá, de um jovem que cresceu um pouco deixado ao seu livre arbítrio, num meio rural), sempre pronto a pegar num estadulho para responder às provocações dos colegas mais ousados, levava-o a interrogar a sua estadia no seminário. Teria sido durante a sua permanência em Beja que passou a escrever na imprensa, mais concretamente num jornal de Olhão (distrito de Faro), com o pseudónimo Bias Agro. A estreia teria ocorrido em abril de 1903, no jornal *O Cruzeiro do Sul*, com o conto “Para os Anjos”<sup>126</sup>.

Uma carta datada de 29 de outubro de 1903, enviada de Beja por José Maria Ançã (vice-reitor do seminário de Beja) a um colega do clero, que pensamos ser o próprio pai de Aquilino, deixa-nos antever que:

---

<sup>123</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 48.

<sup>124</sup> Cf. Fernando Catroga – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.<sup>a</sup> edição, Alfragide, Casa das Letras, 2010, p. 217.

<sup>125</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, pp. 79-83.

<sup>126</sup> Sobre esta matéria, cf. Henrique Almeida – *ob. cit.*, [s.n], 2001, anexo I, p. 9.

O Aquilino deu entrada, neste Seminário, no dia marcado, e parece-me que tem vontade de seguir a carreira eclesiástica. É um pouco leviano, mas já foi pior – salvo erro [...].

A mensalidade é de 12\$000 rs: ele paga 7<sup>1</sup>/<sub>2</sub> meses<sup>127</sup>.

Através de um diálogo recuperado na obra *Um escritor confessa-se*, conseguimos perceber que a mensalidade completa seria efetivamente 12\$000 réis, descrita como “a mais alta de todas as dioceses”<sup>128</sup>. A fazer fé na fonte que citámos atrás, Aquilino pagaria 7\$000 réis por cada dois meses, o que à época representaria uma importância assinalável. Ainda segundo o nosso biografado, por volta de 1906, uma viagem entre Lisboa e Vila Nova de Paiva custaria cerca de 2\$700 réis.

Depois de ter concluído o primeiro ano e parte do segundo, portanto, quando teria cerca de 18 anos, Aquilino foi expulso do seminário de Beja por se revoltar contra a disciplina aí vigente. Segundo o escritor, a gota de água final sobreveio, depois de ter respondido à letra a uma advertência do prefeito em relação à sua postura durante a oração da noite, no refeitório. Refere ter abandonado o seminário de Beja entre cinco a sete de novembro de 1903 (sublinhe-se, quando já estava no primeiro período letivo do segundo ano, portanto, a meio do curso teológico). Como o próprio escreveu, deixou o seminário depois de ter colocado a gravata “mais profana” que encontrara no baú, pelo que no dia nove de novembro já teria assistido, em Lisboa, à inauguração do monumento a Eça de Queirós, no Largo do Quintela. Estes episódios parecem tê-lo inspirado, aquando da descrição do morgado *Telmo de Montenegro*, do romance *A casa grande de Romarigães* (1.<sup>a</sup> edição: 1957), também ele expulso do “Colégio da Virgem Intemerata” devido, precisamente, à sua irreverência<sup>129</sup>.

A este propósito, num artigo publicado no jornal *O Alentejo Ilustrado*, de setembro de 1959, assinado por João de Mello Garrido, afirma-se que teria sido José Augusto do Rego, que no início do século XX ocupava o lugar de subprefeito do seminário, a instituir o processo disciplinar a Aquilino, procedimento “que teve origem numa atitude de rebeldia”. O articulista em questão afirma mesmo que, segundo o que lhe disse José Augusto do Rego, caso não fora “o convencimento em

---

<sup>127</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 76).

<sup>128</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 66.

<sup>129</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *A casa grande de Romarigães*, 5.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963, pp. 218-219.

que estava o Conselho Escolar, da falta de vocação do *réu* e, porventura, o castigo não seria tão duro...”<sup>130</sup>.

João de Mello Garrido mencionou, ainda, ter encontrado no jornal *A Folha de Beja*, de quatro de junho de 1903, “uma notícia com os resultados dos exames no seminário diocesano, onde aparece aprovado *neminé* (a nota mais alta dada nos estabelecimentos docentes eclesiásticos), no 1.º ano dos atos do curso teológico, o Aquilino Gomes Ribeiro” e transcreve mesmo o artigo em questão<sup>131</sup>.

Face ao exposto, João de Mello Garrido concluiu que Aquilino viveu em Beja “quase dois anos encerrado nas frias salas onde hoje funciona a Escola Industrial e Comercial, e é com quase 19 anos que abandona o Alentejo”<sup>132</sup>.

A rutura de Aquilino com o mundo eclesiástico tornou-se irreversível e doravante o jovem continuou a criticar publicamente o seminário de Beja<sup>133</sup>. Assim, num artigo dado à estampa no jornal *A Vanguarda*, no dia 20 de outubro de 1907, portanto, posterior à sua expulsão, escreveu:

O seminário de Beja é o limbo das dioceses. A ele se acoitam todos os ordenandos das outras partes escuraçados por demasiadamente espertos ou palúrdios. O Alentejo ouve poucas missas e correlativamente dá poucos padres.

Mas o seminário de Beja não é gratuitamente um “refugium peccatorum”. Quem leva a demissória tem que levar a bolsa bem recheada, e disposições de ser mártir e escarradeira.

Começa o edifício por ser um cárcere de tijolo, sem ar nem luz. Higiene absolutamente nenhuma. O regímen alimentar é um fac-símile do divino mestre nas montanhas. As autoridades, uns pequeninos carrascos, oprimindo à moderna, do alto da sua bondade oleosa.

Tirante alguns professores, aquilo é um sobado de que partilham a tanga e o ceptro os manos Ançãs. Dissimelhantes à superfície, no fundo parecem-se como dois ovos de jiboia.

[...] A razão foi esticada aos seminaristas, como praça em sítio, as extorsões subiram nas ordens sacras, nos livros, nas matrículas, no diabo. A opressão caía sobre os rapazes como patas de elefantes.

[...] Fecham-se as escolas e abrem-se destes viveiros, em que se matam lentamente pobres seres, sacrificados como uns eunucos, a um porvir odioso mirabolante.

E ainda se toleram coisas destas no século XX?!<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> Artigo jornalístico integrado no proc. n.º 16 223/1959, no dia 3/10/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 302.

<sup>131</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 302.

<sup>132</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 302.

<sup>133</sup> A respeito do Seminário de Beja, fundado em 1885, e para uma melhor compreensão do seu contexto, cf. Jacinto Salvador Guerreiro – “Nos Caminhos da Planície: contributos para o Estudo da Presença da Igreja no Baixo Alentejo” in José António Falcão (direção) – *Entre o Céu e a Terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*, tomo I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese, 2000, pp. 82-145.

<sup>134</sup> Cf. “Casos do Dia”, artigo de Aquilino publicado no periódico *A Vanguarda*, em 20/10/1907, apud Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, pp. 101-102.

Muitos outros textos poderiam ser aqui recuperados para atestar o seu declarado anticlericalismo, associado à crítica da monarquia. Invoquemos apenas mais alguns exemplos.

No decurso do seu primeiro exílio em França (1908-1914), Aquilino fez editar no jornal *A Capital* um artigo no qual sustentava que o “padre português da cidade é um senhor utilitário e ambicioso, e na pedra bruta das aldeias um labrego carregado de filhos, como uma vide que cuida do ventre e não das almas”<sup>135</sup>. E na sua obra póstuma *Um escritor confessa-se* deixou registadas as seguintes palavras:

Em verdade o Português nunca aprendeu outra coisa que não fosse rezar. Nunca aprendeu a pensar, nem lhe consentiriam pensar livremente. Jamais lhe cultivaram esta faculdade perigosa, o espírito, no que tem de original e ativo. Tanto a Igreja como a Realeza quiseram-no sempre carneiro e nutrindo-se no prado sujo das ideias feitas. À retaguarda, a censura e o Santo Ofício tinham sido os instrumentos perfeitos deste recalçamento e repressão<sup>136</sup>.

Convém, porém, não esquecer que este anticlericalismo não o impediu de travar relações de amizade ou pelo menos de certa cordialidade com padres, como Manuel da Fonseca da Gama, Bento da Guia (1921-2006) ou Lucas Ribeiro. Além disso, a sua formação católica atravessou as suas obras (basta pensar em alguns títulos<sup>137</sup>) e a arte sacra permaneceu como um dos grandes temas de interesse da sua vida.

Após a sua expulsão do seminário de Beja, em 1903, Aquilino foi viver para Lisboa. Ávido de representar o seu papel e de conquistar a independência financeira, rapidamente se integrou e ganhou voz própria nos grupos revolucionários republicanos que então fervilhavam pela capital. Começou a estudar contabilidade comercial com o guarda-livros Joaquim Pinto Ramos e desenvolveu algumas reportagens jornalísticas. Num e noutro caso, não obteve sucesso e decidiu, finalmente, retornar a Soutosa, aldeia onde permaneceu cerca de nove meses. Regressou a Lisboa, no dia 26 de outubro de 1904, para uma nova estadia de cerca de oito meses. Nessa sequência, como não conseguiu o almejado emprego para os

---

<sup>135</sup> Cf. Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *ob. cit.*, 1.º volume, 1988 (a), p. 108.

<sup>136</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 46.

<sup>137</sup> Frederick Garcia escreveu mesmo que: “a ficção de Aquilino corre na direção da Estrada de Santiago”. Cf. Frederick C. Hesse Garcia – *Aquilino Ribeiro: um Almoço na Estrada de Santiago*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981, p. 136.

caminhos de ferro, tornou-se um frequentador regular da BN e, em 1905, traduziu o livro *Il Santo*, de António Fogazzaro (1842-1911) – segundo Aquilino, “um dos mais ardentes reformistas”<sup>138</sup> – um trabalho remunerado, que lhe tinha sido encomendado pela livraria Bertrand.

Por volta de 1906, Aquilino teria sido apresentado por Raul Pires ao editor maçónico Gomes de Carvalho, que lhe encomendou a tradução da obra *Anarchie – son but, ses moyens*, dada à estampa em 1899 pelo socio-anarquista francês Jean Grave (1854-1939), tarefa que o nosso biografado viria a realizar em colaboração com Raul Pires. Mencione-se que esta tradução seria depois publicada, em 1909, pela livraria Gomes de Carvalho, de Lisboa<sup>139</sup>, editor que, registe-se, pertencia à Maçonaria.

Não nos afastemos, porém, da pergunta inicial desta rubrica: Aquilino foi um anarquista?

Talvez seja pertinente começar por dizer que o termo anarquia tem a sua origem etimológica no grego (*anarkhia*), “sem comando”, que no decurso da Idade Média passou a significar “sem governo”. Durante a Revolução Francesa, o termo adquiriu uma conotação pejorativa, “acabando por indicar no século XIX a doutrina política que defende uma organização da sociedade liberta das pressões estatais”<sup>140</sup>.

Segundo Jean Préposiet, o anarquismo surgiu, de um modo geral, enquanto reação ao advento do Nacionalismo e ao poder do Estado. É a partir deste autor que citaremos a definição apresentada por Sébastien Faure na *Encyclopédie anarchiste*:

aquilo a que se pode chamar doutrina anarquista é um conjunto de princípios gerais, concepções fundamentais e aplicações práticas acerca dos quais se estabeleceu um consenso entre indivíduos que pensam como inimigos da autoridade e que lutam, isolada ou coletivamente, contra todas as disciplinas e condicionalismos políticos, económicos, intelectuais e morais que dela decorrem.

Podem existir e, de facto, existem, vários tipos de anarquistas, mas todos têm uma característica comum que os separa das demais variedades humanas. Esse ponto comum é a negação do princípio de autoridade na organização social e o ódio a todos os condicionalismos que decorrem das instituições assentes neste princípio.

---

<sup>138</sup> Cf. “Caso do Dia”, artigo de Aquilino publicado no periódico *A Vanguarda*, em 23/9/1907, apud Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, p. 96.

<sup>139</sup> Cf. Jean Grave – *A Anarchia. Fim e meios* (versão de Raul Pires e Aquilino Ribeiro), Lisboa, Gomes de Carvalho, 1909.

<sup>140</sup> Cf. Catherine Roux-Lanier, Daniel Pimbé, Frank Lanot e André Ropert – *A Cultura Geral de A a Z*, 2.ª edição, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003, p. 9.

Portanto, quem nega a Autoridade e a combate, é anarquista<sup>141</sup>.

Pese embora as divergências existentes entre os vários teóricos doutrinários que atravessam o abrangente conceito de anarquismo, podemos identificar, apenas a título meramente esquemático, algumas ideias comuns, como sejam a condenação do Estado, a total defesa da liberdade e primazia do indivíduo (contra todas as formas de tirania) e, entre outros, a crítica feroz à oligarquia dirigente. Na atualidade, enquanto estado de espírito, uma utopia, mais do que propriamente um movimento político estruturado, o anarquismo, segundo alguns autores, “representa, nas sociedades tecnocráticas modernas constantemente ameaçadas pelo conformismo e a uniformização, um fermento de liberdade e de democracia real”<sup>142</sup>.

Diga-se que nos finais do século XIX a ação anarquista constituía uma enorme preocupação para o poder vigente em Portugal, como bem o comprova a lei repressiva de 13 de fevereiro de 1896, na qual se contemplava a deportação de agitadores e anarquistas para África e Timor<sup>143</sup>.

Na sua obra *Zona de Tufões* (1.ª edição: 1912), Carlos Malheiro Dias (1875-1941) classificou Aquilino como um “anarquista incidental”, associando o autor beirão – à época refugiado em França – a um certo dandismo, debaixo do qual ninguém se lembraria de pressentir um revolucionário<sup>144</sup>.

Através do seu livro de memórias *Um escritor confessa-se*, conseguimos perceber que Aquilino, quando foi interrogado pelo célebre juiz Veiga (1852-1934), em 1907, reconheceu, implicitamente, ser anarquista<sup>145</sup>. No entanto, quando, pouco depois, voltou a ser confrontado com essa matéria, já com o juiz Alves Ferreira à frente do processo, contornou subtilmente essa matéria:

---

<sup>141</sup> Cf. Sébastien Faure (diréction) – *Encyclopédie anarchiste*, Paris, Oeuvre internationale des Éditions anarchistes, 1934-1935 (4 vols.), *apud* Jean Préposiet – *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 91.

<sup>142</sup> Cf. Catherine Roux-Lanier, Daniel Pimbé, Frank Lanot e André Ropert – *ob. cit.*, 2003, pp. 9-11.

<sup>143</sup> Eis as palavras de Aquilino a respeito dessa lei: “Forjada com todo o virtual discricionário contra os anarquistas, tal instrumento jurídico permitia que um cidadão fosse preso e, após julgamento sumaríssimo, deportado para qualquer domínio do Ultramar sem mais fórmula de processo”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1951, p. 12.

<sup>144</sup> Cf. Carlos Malheiro Dias – *Zona de Tufões*, 1.ª edição, Lisboa, Aillaud, Alves & Ca, 1912, pp. 486-488.

<sup>145</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, ps. 253 e 282.

tendo em vista os princípios de igualdade e liberdade que parecem ser a base de semelhante sistema [anarquismo], todos nós, com certa cultura e professando a verdadeira moral cristã, não podíamos deixar de ser anarquistas. Não era Cristo um anarquista? Se daí [o juiz Veiga] fora levado a inferir que eu era um praticante anarquista, ou mesmo adepto de semelhante ideal, foi abuso de interpretação<sup>146</sup>.

Para além de Jean Grave, Aquilino leu Alexeievich Kropotkine (1842-1921), anarquista russo, que escreveu, por exemplo, *Um século d'expectativa: 1789-1889*, *Auto do progresso* e *À gente nova*, obras que constam da biblioteca pessoal de Aquilino em Soutosa, nas suas edições de 1904, 1908 e 1904, respetivamente.

Parece, pois, legítimo sustentar que o anarquismo finisse secular, que influenciou vários autores, teria também deixado as suas marcas em Aquilino Ribeiro. A este respeito, Taborda de Vasconcelos, que editou, em 1965, um estudo a respeito de Aquilino, destacou mesmo “a tendência anarquisante ou acrata do republicano convicto”<sup>147</sup>.

Rocha Martins (1879-1952) escreveu, a propósito da detenção de Aquilino, em 1907, na Esquadra do Caminho Novo (na rua das Francesinhas, junto ao Jardim de São Bento) que: “O Governo processara-o pela lei de 13 de fevereiro, considerava anarquista o conspirador republicano tão dedicado à sua causa que nem uma palavra vaga pronunciara acerca da ação dos seus cúmplices”<sup>148</sup>. Um silêncio que, segundo algumas fontes, teria permitido aos republicanos esconder a artilharia civil conservada nas casas de Belmonte de Lemos e Gonçalves Lopes, que haviam morrido na sequência da explosão no quarto do escritor, na rua do Carrião, em 17 de novembro de 1907.

Portanto, Aquilino conviveu com republicanos radicais, nomeadamente com os futuros regicidas Alfredo Costa e Reis Buíça<sup>149</sup>, participou na intentona da biblioteca, em 28 de janeiro de 1908 (na qual também colaboraram vários

---

<sup>146</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, pp. 282-283.

<sup>147</sup> Cf. Taborda de Vasconcelos – *ob. cit.*, 1965, p. 22.

<sup>148</sup> Cf. Rocha Martins – *João Franco e o seu tempo*, 1.ª edição, Lisboa, edição de autor, 1925, p. 402. Esta fonte foi apenas ao processo-crime instruído a Aquilino, em 1959 (ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 29).

<sup>149</sup> Aquilino Ribeiro foi uma das testemunhas da “carta-testamento” de Manuel dos Reis Buíça, lavrada e reconhecida em 28/1/1908. Nesse documento, Aquilino – que seria padrinho de um dos filhos de Buíça – é apresentado como publicista. Cf. “carta-testamento” de Manuel Buíça: consultada a partir de <http://www.laicidade.org/documentacao/textos-historicos/carta-buica/> [12/12/2018].

maçons<sup>150</sup>), existindo mesmo alguns autores que sustentam uma participação, mais ou menos direta, do escritor no regicídio<sup>151</sup>. Sublinhe-se que o escritor Baptista-Bastos (1933-2017) defendeu mesmo que Aquilino seria a “terceira carabina do Terreiro do Paço”<sup>152</sup>, uma acusação que parece remontar logo ao período imediato que se seguiu aos acontecimentos, como indicia um artigo inserto na revista republicana *Alma Nacional*, editada em 16 de junho de 1910. Nesse texto, da pena do próprio diretor António José de Almeida (1866-1929), procurava desmentir-se o envolvimento do escritor beirão no assassinato do rei D. Carlos e do seu herdeiro natural, D. Luís Filipe:

Aquilino Ribeiro tem sido indigitado como um dos regicidas... Sem querer agora tratar desse trama em que a infâmia e a inépcia se têm dado as mãos, porque queremos, para ser coerentes com o que o diretor desta revista afirmou no Parlamento, guardar o silêncio por mais algum tempo, diremos que todo o mundo que conhece a vida de Aquilino Ribeiro — é concorde em afirmar que ele tem tanto com o regicídio como o próprio Padre Santo<sup>153</sup>.

Para além de ter contactado com carbonários<sup>154</sup>, organização na qual foi iniciado em 1907, teve ligações com a Maçonaria<sup>155</sup> e chegou mesmo a integrar a Loja “Montanha”, à qual também pertenceu Machado Santos (1875-1921). Relações que o seu espírito de jovem boémio também ajudou, por certo, a sedimentar, no contexto de uma Lisboa pré-revolucionária.

Face ao exposto, ensaiaremos agora a resposta possível à pergunta atrás colocada: Aquilino era um anarquista? Segundo consideramos, ele não poderá ser considerado um anarquista (desde logo no sentido abrangente daqueles que combatem a autoridade estatal e se reconhecem como ateus), embora possamos

---

<sup>150</sup> Cf. António Ventura – *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, 1.ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p. 404.

<sup>151</sup> Cf. Mendo Castro Henriques, Maria João Medeiros, Jaime Regalado, João Mendes Rosa e Luiz Alberto Moniz Bandeira – *Dossier regicídio o processo desaparecido*, 1.ª edição, Lisboa, Tribuna, 2008.

<sup>152</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O Lugar da História* (documentário), RTP2, 2000. Consultado a partir de: <http://www.youtube.com/watch?v=FvzVv9Mjre0> [23/12/2017].

<sup>153</sup> Cf. *Alma Nacional*, n.º 19, 16/6/1910, p. 298.

<sup>154</sup> Cf. o seu título de iniciação na Carbonária, datado de 1907, reproduzido por Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 3, 2016, p. 44.

<sup>155</sup> Tal como o historiador Fernando Catroga teve oportunidade de concluir, importa tomar em consideração que, nesta conjuntura em concreto, “a função da Carbonária acabou por ser objetivamente complementar da atuação política da maçonaria”. Cf. Fernando Catroga – *ob. cit.*, 2010, p. 99.

reconhecer algumas influências libertárias que, provavelmente, o nosso biografado foi beber, desde logo, nas suas leituras/traduições que fez dentro dessa temática e que, sobretudo, até ao final da década de 20, estiveram – permita-se-nos a expressão – mais “ativas”. Registe-se que, num artigo onde procurou recapitular os acontecimentos da rua do Carrião, Aquilino escreveu: “Eu nunca tinha feito bombas, apesar das minhas convicções já me terem enfileirado n’um grupo libertário”<sup>156</sup>.

Para essas influências não foram, por conseguinte, despiciendo os seus contactos com elementos do republicanismo radical. Talvez assim possamos compreender melhor a dificuldade em classificar este homem dentro de uma corrente política ou literária, a sua grande sensibilidade (enquanto cidadão e também enquanto prosador) em relação às temáticas da injustiça, a sua recusa em participar direta e abertamente nos cargos de poder, a sua filosofia apartidária, enfim, todo um conjunto de preocupações sociais que atravessaram a sua obra literária e, em certo sentido, o seu próprio percurso de vida. Daí que tenhamos falado anteriormente em tendências libertárias (no sentido de defesa da liberdade do indivíduo), quando pensamos neste autor para o qual o Homem seria sempre atravessado pelo egoísmo (espécie de motor de todas as ações) e que sustentava que a evolução ética da Humanidade era infinitesimal em relação à evolução técnica. Ademais, para Aquilino, o indivíduo, um coloide, sobrepunha-se a tudo e quando tal não sucedia era porque algo o impedia<sup>157</sup>. Ora, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o conceito de coloide pretende significar um “sistema sólido, líquido e gasoso, aparentemente homogéneo, que contém uma fase dispersante e outra dispersa, com partículas de tamanho intermediário entre as de uma solução verdadeira e as de uma suspensão”<sup>158</sup>. O facto de o autor recorrer a esta analogia química (o conceito é aplicado em relação às substâncias) parece levar-nos a sustentar a sua aproximação a

---

<sup>156</sup> Cf. Jorge d’Abreu – *A Revolução Portuguesa. O 5 de Outubro*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912. Consultado a partir de <http://www.gutenberg.org/files/26777/26777-h/26777-h.htm> [9/12/2017].

<sup>157</sup> Cf. entrevista realizada pelo locutor (também ator) Igrejas Caeiro, em 16/7/1957, transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista”: <http://www.rtp.pt/play/p321/e118401/a-forca-das-coisas> [29/5/2017].

<sup>158</sup> Cf. Antônio Houaiss – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, tomo I, p. 988.

uma conceção materialista<sup>159</sup> do Homem, atravessado, por conseguinte, para além da aparente homogeneidade, por uma variável de substâncias, tonalidades e até contradições. Afinal, como afirmou numa entrevista concedida a Baptista-Bastos, em 1963, a “igualdade só existe nas medidas de capacidade ou de peso e, abstratamente, nas matemáticas”, duas “gotas de água, vistas ao microscópio, são diferentes como duas pérolas tiradas do fundo do mar”<sup>160</sup>. No prefácio que Aquilino escreveu para o romance *Ilhéus*, de Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), o escritor beirão afirmou: “O permanente da humanidade é a alma, isso que os espiritualistas consideraram imorredoiro e aqueles que não aceitam o dogma de sobrevivência um sistema de reações subtis, ainda mal compreendidas, do coloide que nós seríamos”<sup>161</sup>. Aquilino faria parte do segundo grupo.

Face ao exposto ao longo da presente rubrica, concluímos que Aquilino não pode ser considerado um anarquista, no sentido da nossa definição inicial, pois nunca lemos da sua pena qualquer afirmação na qual sustentasse o fim do Estado. Recebeu, isso sim, influências libertárias<sup>162</sup>, muito especialmente em Lisboa, no início do século XX, que também nos ajudam a compreender a sua idiossincrasia, em especial a ânsia de originalidade e liberdade. A este propósito, escreveu Urbano Tavares Rodrigues (1923-2013):

Alguma coisa nele ficou das ideias de Babeuf [François Noël, 1760-1797] e até das de Kropotkine, entusiasmos juvenis que o tempo se encarregou de limar, de esfarelar, deixando no entanto o seu depósito. Aquilino detestava as relações de poder entre os homens. O seu individualismo manifesta-se, aliás, na adesão à atitude pícara, desresponsabilizada, dos que, avessos a leis que nunca lhes valeram, se socorrem da esperteza para defrontar os mais fortes, porque mais ricos, mais sabedores<sup>163</sup>.

De acordo com as nossas pesquisas, mesmo no agitado período de combate à Monarquia, Aquilino nunca pugnou pela abolição do Estado e como teremos oportunidade de verificar, em parte posterior deste estudo, desenvolveu até, em

---

<sup>159</sup> Em 1952, Aquilino, no seu discurso de agradecimento pelas homenagens prestadas no Brasil, deixou bem claro: “Senhores, eu sou materialista e aguardo o fim com serenidade”. Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 62.

<sup>160</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 49, ano XII, outubro-dezembro de 2002, p. 9.

<sup>161</sup> Cf. Horácio Bento de Gouveia – *Ilhéus*, 1.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, s.d [1949], prefácio de Aquilino Ribeiro.

<sup>162</sup> Esta caracterização é amplamente repetida por Jorge Reis. Cf. *ob. cit.*, 1988 (c), p. 17.

<sup>163</sup> Cf. Urbano Tavares Rodrigues – *Aquilino visto por Urbano*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Colibri/Sociedade Portuguesa de Autores, 2014, pp. 69-70.

vários momentos, relações privilegiadas com personalidades ligadas aos mais variados centros de decisão política e económica.

Logo na primeira década do século XX, dois acontecimentos projetaram-no para a ribalta, criando à volta da sua figura uma auréola de admiração pelo jovem, irreverente, impetuoso e corajoso revolucionário: em 1907, a explosão na rua do Carrião; em 1908, a fuga da Esquadra do Caminho Novo, depois de ter conseguido resistir em silêncio às várias investidas policiais, incluindo do temido juiz Veiga. Isto para já não falar nas dúvidas, que ainda hoje subsistem, sobre o seu eventual envolvimento no regicídio e que também contribuíram para a construção dessa representação pícara em torno do jovem irreverente. E tudo isto, reflita-se, num contexto em que já fazia parte da Maçonaria, através da Loja “Montanha”, e fora mesmo iniciado na Carbonária<sup>164</sup>.

Em junho de 1908, Aquilino partiu para Paris, levando consigo, segundo referiu o seu filho mais novo, Aquilino Ribeiro Machado, um passaporte maçónico<sup>165</sup>, do Grande Oriente Lusitano Unido, que lhe teria possibilitado inscrever-se no Grande Oriente francês, na “Loja L’Action”<sup>166</sup>. Não nos esqueçamos que Aquilino tinha, já nesta altura, estreitas relações com vários republicanos *maçons*, como sejam António José de Almeida e o antigo monárquico Bernardino Machado (1851-1944), seu futuro sogro, que, por volta de 1903, aderiu à causa republicana. Para as despesas da viagem rumo a França, segundo confessou nas suas memórias inacabadas, Aquilino contou uma vez mais com o apoio financeiro do pai, à época sexagenário, que teria solicitado um empréstimo a um habitante da Tabosa (Sernancelhe). Porém, Luís Vidigal refere que, em 1910, corriam rumores em Portugal sobre as circunstâncias da fuga do escritor, dizendo-se mesmo que “teria

---

<sup>164</sup> Cf. Luz de Almeida, “A obra revolucionária da propaganda/as sociedades secretas”, in *História do Regime Republicano em Portugal*, volume II, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1935, p. 231.

<sup>165</sup> Esse documento, assinado por Luz de Almeida, é reproduzido por Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 3, 2016, p. 44. Na p. 54 da referida obra é igualmente apresentado um documento emitido pelo grão-mestre da Maçonaria Magalhães Lima, com a data de 31/12/1907, que Aquilino teria levado para Paris, de modo a auferir de auxílio. Registe-se que o próprio Magalhães Lima também tinha viajado para a capital francesa, em setembro de 1907, para evitar a sua detenção, na sequência das manifestações contra a ditadura de João Franco.

<sup>166</sup> Cf. testemunho de Aquilino Ribeiro Machado, in Aquilino Ribeiro – *O Lugar da História* (documentário), RTP2, 2000. Consultado a partir de: <http://www.youtube.com/watch?v=FvzVv9Mjre0> [23/12/2017].

sido a Maçonaria a financiar a sua partida, e que o estadista francês Pichon<sup>167</sup> lhe teria dispensado proteção, também a pedido da Maçonaria...”<sup>168</sup>. Não será despidendo dizer que na sua casa em Soutosa existe numa das paredes um azulejo onde são visíveis imagens que as funcionárias da Fundação Aquilino Ribeiro sugerem tratar-se de símbolos maçônicos: martelo, régua e esquadro, em conjunto com uma flor difícil de identificar (flor-de-lis?).

Aquilino foi um intelectual, um escritor e livre-pensador, influenciado pelo materialismo do Barão D’Holbach (1723-1789), filósofo franco-alemão que no seu livro *A verdadeira interpretação do “systema da Natureza”* (1.<sup>a</sup> edição: 1770) se propunha “restituir o homem à natureza [enquanto máquina que opera segundo leis imutáveis] e à razão”<sup>169</sup>. Holbach ataca a Monarquia, as religiões e todo o tipo de crenças (desde logo a imortalidade da alma), na medida em que o Universo apenas seria constituído por matéria e movimento<sup>170</sup>. Uma das grandes influências que Aquilino teria ido beber a Holbach parece residir na importância concedida à Natureza<sup>171</sup>, a qual, sustentou o filósofo, “bem estudada”, nos forneceria “o bastante para sermos felizes, enquanto a nossa essência o comportar”<sup>172</sup>. Poderíamos aqui citar inúmeros textos nos quais é evidente a tentativa de Aquilino em compreender o mundo natural, mas socorremo-nos apenas de um artigo dado à estampa, em 1954, no qual, depois de refletir sobre dois episódios passados na quinta de Soutosa, em torno dos pintassilgos e da destruição (pelo caseiro) de um ninho de vespas, concluiu: “a estática na natureza seja em que reino for, quer implicando a transformação das moléculas tidas como inertes, ou no evoluir das sensações dos animais [...] é uma ideia anacrónica, a riscar dos compêndios”<sup>173</sup>. E no romance *Uma luz ao longe* deixou mesmo registado o seguinte parágrafo: “A natureza, em relação ao meu entendimento, sempre teve que dizer mais que as pessoas e os livros.

---

<sup>167</sup> Stephen Pichon (1857-1933) foi um político francês, jornalista e diplomata, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1906 e 1920, durante a III República Francesa, período que, portanto, abrange o ano em que Aquilino Ribeiro chegou pela primeira vez à França.

<sup>168</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, p. 60.

<sup>169</sup> Cf. D’Holbach – *A verdadeira interpretação do “systema da natureza”*, 1.<sup>a</sup> edição portuguesa, Porto, Typographia Commercial, 1870, p. 7 (prefácio).

<sup>170</sup> Cf. D’Holbach – *ob. cit.*, 1870, ps. 9 e 11.

<sup>171</sup> O seu sentido ecologista presta-se, de resto, a várias interpretações. Sobre esta temática e em especial a respeito do seu interesse pela natureza, cf. Ana Isabel Queiroz – *ob. cit.*, 2009.

<sup>172</sup> Cf. D’Holbach – *ob. cit.*, 1870, p. 57.

<sup>173</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, “Universal Progresso”, in Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 52, ano XII, julho-setembro de 2003, p. 4

Ainda hoje estou em julgar que lucrava mais a minha formação com um passeio pela serra do que com uma semana de aulas”<sup>174</sup>. De resto, o interesse do escritor pelo campo e pelo mundo rural, em especial pelas aves, levou-o, a título precursor, a compreender que o canto do melro da cidade e do campo assumiam características um pouco distintas<sup>175</sup>.

Em variadas fases da vida, o autor sustentou ainda um relacionamento mais harmonioso entre o Homem e todos os restantes seres, o que também o levou a procurar desconstruir várias representações pejorativas a respeito de determinados animais, como o lobo. Ademais, apesar de caçador, teria mesmo proibido a caça a todos os animais que se refugiassem na sua quinta, em Soutosa.

Por volta dos 20 anos, Aquilino bebeu algumas influências libertárias. Em 1912, Carlos Malheiro Dias descreveu-o mesmo como um “anarquista incidental”<sup>176</sup>, um revolucionário que a civilização parisiense iria, ainda segundo aquele autor, fazendo desaparecer. Importa, porém, não esquecer que em 1927 e 1928 Aquilino voltou a participar em dois movimentos revolucionários.

Aquilino era, sem dúvida, um homem de tendências racionalistas e libertárias, que o aproximaram, em determinados períodos da vida, do materialismo mecanicista, aspetos que talvez nos ajudem a compreender a sua afirmação segundo a qual o Homem era um coloide<sup>177</sup>. Variáveis que, em conjunto com a sua desilusão em relação aos servidores diretos de Deus na Terra, estiveram na génese do seu irreversível processo de abandono de um projeto de vida no mundo religioso, ao contrário do que seria a intenção dos pais. Porém, a sua paixão pela vida em todas as suas formas, particularmente as mais minúsculas e ignoradas, também o fazia duvidar e perscrutar novos caminhos, o que talvez nos permita compreender as suas leituras de Allan Kardec (1804-1869) e Cesare Lombroso (1835-1909)<sup>178</sup>, numa época (início do século XX) em que o espiritismo parecia estar em voga. Matérias às

---

<sup>174</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Uma luz ao longe*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (l), p. 126.

<sup>175</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Geografia Sentimental (História, paisagem, folclore)*. Coleção “Obras completas de Aquilino Ribeiro”, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (a), p. 301.

<sup>176</sup> Cf. Carlos Malheiro Dias – *ob. cit.*, 1912, pp. 486-488.

<sup>177</sup> Cf. Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), p. 89.

<sup>178</sup> Na sua biblioteca particular em Soutosa podemos encontrar: Allan Kardec – *Le livre des médiums ou Guide des médiums et des évocateurs. Spiritisme Expérimental*, 6.<sup>a</sup> edição, 1863; Cesare Lombroso – *Hypnotisme et spiritisme*, 1910.

quais regressaremos, quando nos debruçarmos perante o posicionamento religioso de Aquilino.

#### 4. O primeiro exílio na “inesquecível Babilónia”

Se Aquilino nasceu numa aldeia beirã e foi profundamente influenciado pelas suas vivências rurais, foi na cidade que o escritor desenvolveu ferramentas para compreender melhor o mundo que trazia gravado nas retinas: “fora à cidade buscar olhos para ver”<sup>179</sup>.

Ora, além de Lisboa, Paris teria sido uma das urbes mais importantes nesse processo de aprendizagem. Entre 1908 e 1932, ainda que de um modo intermitente, Aquilino Ribeiro esteve exilado três vezes em França, sempre por motivos políticos. No que concerne ao primeiro exílio (1908 a 1914), o autor diz-nos no seu livro de memórias *Um escritor confessa-se* que, depois de ter comprado um bilhete no *Sud-Express* para Paris, partiu do Entroncamento na manhã de um de junho de 1908, pois não fora abrangido pela mais recente amnistia. O país vivia os primeiros meses sob o reinado do jovem e inexperiente D. Manuel II, aclamado após o assassinato de seu pai, o monarca D. Carlos, e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe, que, ao contrário do seu irmão mais novo, estivera a ser preparado para ser rei.

A partida para França, em 1908, representou, afinal, o previsível desenlace de um turbulento percurso que tinha incluído, entre outros aspetos, o famoso rebentamento de bombas no seu quarto da Rua do Carrião (17 de novembro de 1907), a prisão na esquadra do Caminho Novo e a rocambolesca evasão perpetrada no dia um de janeiro de 1908.

A chegada a Paris ocorreu no dia três de junho de 1908, quando Aquilino tinha 22 anos. Para concretizar a matrícula na Faculdade de Letras da Universidade de Paris (Sorbonne) teve necessidade de deslocar-se a Portugal, logo após a implantação da República, em 1910. Nessa incursão fugaz, teria aproveitado para “abraçar os pais e os amigos, recuperar os diplomas escolares e fechar contrato com *A Capital* para uma colaboração o mais assídua possível”<sup>180</sup>. Afinal, a sua

---

<sup>179</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 188.

<sup>180</sup> Cf. Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), p. 57.

colaboração com a imprensa periódica portuguesa, em particular durante os exílios, representou uma significativa fonte de rendimento e também de um certo prestígio.

Como já escreveu Luís Vidigal, a capital francesa ocupava então uma posição privilegiada no imaginário português e em especial nos jovens<sup>181</sup>. Acrescentaríamos mesmo que, após a Revolução Francesa e sobretudo a partir do século XIX, a cultura francófona exerceu uma influência determinante na formação ocidental, havendo mesmo vários casos de artistas e escritores portugueses que foram para França durante este período, entre os quais aquele que é considerado como um dos principais representantes do primeiro Modernismo nacional, Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918). Mas poderíamos também referir outros nomes, como Domingos Rebelo (1891-1975), Leal da Câmara<sup>182</sup> (1876-1948) ou Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), entre muitos outros.

Sobre a sua estadia em Paris escreveu Aquilino: “Estudava e a sério. A sério com tudo o que pode ser depois do padre-nosso. Sorbonne o verbo com Durkheim, Levy Bruhl, Brunschvig, Lalande, e até um latinista célebre M. Durand que nos dava o *De finibus* de Cícero”<sup>183</sup>. Curiosamente, nesta entrevista teria ainda declarado ter visto Lenine (1870-1924) e Trotsky (1879-1940) em Paris, o que Jorge Reis considera tratar-se de um lapso do jornalista que anotou as declarações do escritor<sup>184</sup>.

Uma cópia de uma carta, sem data, enviada por Aquilino ao Ministro da Instrução Pública, Domingos Leite Pereira (1882-1956), permite-nos perceber que o jovem estudante universitário usufruiu de alguns apoios financeiros da I República, enquanto esteve em Paris, durante o seu primeiro exílio:

Por decreto do Governo Provisório, datado de março de 1911 e ofícios retificativos trocados entre mim e a Direção-Geral de Instrução Pública ficou definido que o prazo da minha pensão seria de três anos e meio, isto é, de abril de 1911 a setembro de 1914. [...] a pensão fora concedida a título de serviços prestados à República para poder levar a cabo a minha formatura concertada na Sorbonne [...].

---

<sup>181</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, p. 45.

<sup>182</sup> Aquilino conheceu Leal da Câmara no decurso do seu primeiro exílio, em Paris. Já em Portugal, tornou-se um dos habituais frequentadores dos encontros organizados pelo caricaturista na sua casa da Rinchoa (atual Casa Museu), em Sintra. Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2018, sobretudo p. 134.

<sup>183</sup> Entrevista de Aquilino ao jornal *Voz de Portugal*, em maio de 1952. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.059.007> [5/10/2017].

<sup>184</sup> Cf. Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), pp. 20-21. Na obra *Leal da Câmara*, Aquilino referiu o encontro, em Paris, entre o caricaturista português e Trotsky, na sequência de uma encomenda de estampas de propaganda contra o czar Nicolau II (1868-1918). Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1951, p. 19.

Foi-me absolutamente impossível completar a formatura dentro do prazo que deliberadamente anunciei; ao contratempo da época pré-fixa de exames do doutorado (segundo trimestre letivo) vieram acrescentar-se as dificuldades inesperadas do assunto que escolhi e que seria censurável renegar por um outro<sup>185</sup>.

No espólio de Aquilino na BN existem alguns rascunhos de cartas enviadas aos pais de Grete<sup>186</sup>, antes do casamento, que contêm algumas explicações, por exemplo, sobre o motivo de ainda ser estudante aos 26 anos (portanto, em 1911). Argumentou Aquilino, entre outros aspetos, que depois da implantação da I República em Portugal lhe haviam oferecido “la place de secrétaire à l’embassade de Madrid”, o que ele recusara. E concluiu depois, tentando, por certo, quebrar algumas resistências erguidas pelos pais de Grete:

[...] j’ai accepté quelques choses de la République, le gage, la caution en somme de ma vie de demain. Je suis pensionnaire de l’État à université de Paris. C’est à dire avec des clauses bien entendu nous avons signé un contrat, Lisboa subventionne ma formation à Paris, à la fin de laquelle j’irais occuper à Portugal la place qui on me designera ou celle à laquelle ayant le droit [sic]<sup>187</sup>.

De facto, num artigo inicialmente editado nos *Cadernos Aquilinos*<sup>188</sup> e depois incluído na obra *Um escritor confessa-se*, Aquilino descreveu o modo como conheceu a sua primeira esposa e reconheceu que o Ministro do Interior, António José de Almeida, lhe mandara dizer para Paris: “– Venha-se embora. Tem o lugar de secretário na Legação de Madrid”<sup>189</sup>. Não aceitou a oferta, mas, segundo as suas próprias palavras, a diplomacia portuguesa teria abordado o pai de Grete, para convencê-lo a consentir o matrimónio<sup>190</sup>.

No espólio do escritor armazenado na BN consta um documento da legação da República Portuguesa em França, datado de três de agosto de 1914, com a seguinte indicação: “Je soussigné, Ministre de Portugal certifie que M. Aquilino Ribeiro, citoyen portugais, étudiant, marié et domicilié à Paris, 67 Rue Dareau [...],

---

<sup>185</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, 5293-5295, caixa 39).

<sup>186</sup> Sobre Grete, cf. Aníbal Aquilino Ribeiro (direção) – *Fundação Aquilino Ribeiro. Boletim Trimestral*, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, n.º 4, ano I, outubro-dezembro de 1990.

<sup>187</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 1).

<sup>188</sup> Cf. Henrique Almeida (direção) – *Cadernos Aquilinos*, n.º 18, Viseu, CEAR, 2007, pp. 33-38.

<sup>189</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 327.

<sup>190</sup> Cf. Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 18, 2007, p. 34.

immatriculé à l'Université de Paris est pensionnaire de l'État portugais”<sup>191</sup>. Não restam, por conseguinte, dúvidas sobre a situação de bolsheiro de Aquilino, estatuto que lhe foi concedido pela I República portuguesa e que tinha um período de validade balizado entre 1911 e 1914. O que, em certo sentido, vem confirmar as informações publicadas, ainda em 1909, no folheto (panegírico e anónimo) *Eu – Homens de Acção – Aquilino Ribeiro*, quando menciona que os recursos necessários à sobrevivência do então emigrado político, em Paris, lhe eram confiados pelo próprio diretório do Partido Republicano<sup>192</sup>.

Os biógrafos costumam justificar o regresso do escritor a Portugal, em 1914, devido ao início da I Guerra Mundial<sup>193</sup>, mas é provável que o fim da bolsa também nos ajude a compreender a sua decisão, até porque as datas são coincidentes (setembro de 1914).

Sobre o assunto escolhido pelo estudante universitário para concluir a sua licenciatura em Filosofia na Sorbonne não podemos tecer grandes considerações, mas é provável que a dissertação final tenha girado em torno da cultura clássica portuguesa<sup>194</sup>, até porque, através da correspondência arquivada no espólio pessoal do escritor, é possível concluir que o seu trabalho implicava a leitura de obras em latim, pois não havia “nada traduzido”. Aquilino chegou mesmo a classificar o assunto escolhido como “extenuante e árido”<sup>195</sup>.

No decurso dos anos que marcaram o seu primeiro exílio em França (1908-1914), Aquilino fez várias viagens até à Alemanha e escreveu cerca de 50 textos, que depois foram publicados na *Ilustração Portuguesa*, *A Vanguarda*, *A Beira*, *Alma Nacional* e *A Capital*<sup>196</sup>. Ademais, deveremos ainda associar a estes números o

---

<sup>191</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 122).

<sup>192</sup> Citado a partir de Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, p. 145. Reforce-se, porém, que o folheto em causa data de 1909 e a bolsa apenas teria sido atribuída a Aquilino Ribeiro em 1911.

<sup>193</sup> Numa das últimas notas que deixou no seu diário *É a Guerra*, escreveu Aquilino: “Vou-me embora, vou fugir do adorado Paris, de tudo o que esta terra mimosa dava à farta ao gosto que tenho pela vida. Vou para a aldeia, antípoda da capital excelsa, vegetar, dormir, esquecer, pondo apenas a cabeça de fora a saber se já terminou o horrendo ataque de epilepsia universal”. Cf. Aquilino Ribeiro – *É a Guerra (Diário)*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1934 a], p. 296. A entrada em causa tem a data de 23/9/1914.

<sup>194</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 233. Importa referir que o *Diário de Lisboa* publicou um conjunto de textos a respeito da morte do escritor, onde se afirmava que o trabalho final de licenciatura de Aquilino trataria a temática dos “expatriados portugueses do século XVI”. Cf. *Diário de Lisboa*, 27/5/1963, p. 8.

<sup>195</sup> Rascunho de uma carta, sem data. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 115).

<sup>196</sup> Sobre esta matéria, cf. Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *ob. cit.*, 1.º volume, 1988 (a).

primeiro livro, *Jardim das Tormentas*, que foi dado à estampa em 1913 e integrou um conjunto de contos, prefaciados por Carlos Malheiro Dias, jornalista, monárquico<sup>197</sup>, diretor da *Ilustração Portuguesa* e autor, por exemplo, da obra *Paixão de Maria do Céu* (1.<sup>a</sup> edição: 1902), a quem depois Aquilino dedicou as suas *Terras do Demo*, e isto, realce-se, pese embora o facto de estarmos perante dois opositores políticos (um republicano e um monárquico liberal, respetivamente). A este respeito, nas suas célebres *Terras do Demo*, o ficcionista beirão deixou as seguintes palavras de agradecimento a Malheiro Dias: “Foi a sua mão, tão forte como delicada, que me guiou ao proscénio das letras; aí me incutiu a força de ânimo necessária para persistir”<sup>198</sup>. De resto, a fazer fé nas palavras do próprio escritor, a intervenção de Malheiro Dias teria mesmo sido decisiva para a edição da sua obra de estreia: “Se não fora a sua intervenção junto de Aillaud o livro estaria ainda na gaveta, bem alto mo disse ele quando se decidiu a publicá-lo”<sup>199</sup>.

De resto, no espólio do escritor na BN, conseguimos encontrar a cópia incompleta de uma carta enviada por Aquilino a Carlos Malheiro Dias, a propósito da sua estreia literária, em pleno exílio, e que, entre outros aspetos, nos permite compreender que foi o nosso biografado a convidar Malheiro Dias para redigir o prefácio de *Jardim das Tormentas*:

Não, o revolucionário de [1]907 não tem nada que refletir – Se alguém corre o risco de ser prejudicado é o meu [ilustre] amigo apadrinhando um tão mau neófito nas letras. Os seus créditos literários, sim, é que podem sofrer, veja o conceito em que me têm os meus amigos políticos que não me têm dado nem honra nem proveito.

[...] De resto há um engano profundo quanto ao revolucionário de 907. Eu nunca fui um dinamitista, pois sempre um mau estudante de química, não conheci nunca a fórmula dum explosivo.

Fui revolucionário, sim, levado talvez na maré que [agitou?] a sociedade portuguesa em 907, mas nunca um extremista. [...]

Pois repito, eu não tenho nada que refletir quanto ao pedido que lhe fiz, a honra é toda, toda minha. De resto o meu livro não tem nada de política, nem de políticos. [...]

Quanto ao editor eu aceito reconhecidamente a carta para Aillaud; se ele se encarregar da publicação tanto melhor [...]<sup>200</sup>.

---

<sup>197</sup> À época, este facto teria provocado alguma celeuma entre alguns setores republicanos. Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2018, p. 87.

<sup>198</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Terras do Demo*, Lisboa, Herdeiros de Aquilino Ribeiro e Bertrand Editora, 2012, p. 7.

<sup>199</sup> Cf. rascunho de uma carta de Aquilino a Malheiro Dias, em 1918: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 115).

<sup>200</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 39).

O prefácio composto por Carlos Malheiro Dias, na sua versão original, consta do espólio do escritor na BN<sup>201</sup> e no envelope tem o carimbo com a data de 16 de dezembro de 1912. Registe-se, ainda, que a publicação da obra em causa acabou mesmo por ficar a cargo do editor parisiense Júlio Monteiro Aillaud (1858-1928), recomendação que, a fazer fé na insuspeita fonte que acabámos de citar, partiu de Malheiro Dias. A obra de estreia seria vendida a 200 réis<sup>202</sup>.

Já no que diz respeito aos textos de pendor jornalístico produzidos pelo autor durante o seu primeiro exílio em terras francófonas, eles permitem-nos, desde logo, surpreender o complexo e agitado período que antecedeu o deflagrar da I Guerra Mundial (1914-1918), mais concretamente a derrota da França na sequência da guerra franco-prussiana de 1870-1871 e o desejo francês de uma *révanche* – aspetos que Aquilino focou e que, tal como Luís Vidigal já teve oportunidade de concluir, parecem constituir uma análise original, face à então maioritária tendência dos articulistas para aludirem ao apetite imperialista alemão<sup>203</sup>. Além disso, aqueles escritos revelam-se, por exemplo, importantes para perceber a evolução do pensamento do próprio autor, nomeadamente no que diz respeito às – ainda hoje controversas – posições sobre a Alemanha ou a Inglaterra, já nos anos 30 e 40, sobre as quais, de resto, procuraremos ocupar-nos, de um modo mais desenvolvido, em parte ulterior deste estudo.

Através do diário *É a Guerra*, é possível situar a partida de Aquilino de Paris por volta do final de setembro de 1914 (mês em que, recorde-se, findava a sua bolsa)<sup>204</sup>. Haverá de regressar para mais dois exílios e, por exemplo, em 1961, para se despedir “dos grandes centros”<sup>205</sup> (Paris, mas também Londres).

É difícil precisar a influência da França na formação do escritor, mas ela parece ter sido determinante, tal como a sua experiência enquanto assíduo colaborador da imprensa escrita<sup>206</sup>. O investigador Jorge Reis concluiu mesmo que: “sem os seis primeiros anos de desterro, é muito provável que o escrevedor de

---

<sup>201</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 138).

<sup>202</sup> Cf. Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), p. 116.

<sup>203</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 43.

<sup>204</sup> A última entrada do seu diário *É a Guerra* data de 26/9/1914 (sábado). Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1934 a], pp. 297-299.

<sup>205</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 27/5/1963, p. 9.

<sup>206</sup> Henrique Almeida, que estudou de modo aprofundado esta matéria, concluiu que Aquilino teria escrito mais de 1200 artigos. Cf. Henrique Almeida, “O Despertar”, *apud* Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 60, ano XIII, julho-setembro de 2005, p. 6.

crónicas Aquilino Ribeiro nunca viesse a ser Aquilino”<sup>207</sup>. Eis algumas das icónicas palavras do romancista beirão a respeito da capital francesa: “Paris formou-me. Deu-me imaginação. Incutiu-me o culto da beleza! Nunca lá adoeci do corpo nem da alma. Como não hei de ter saudades de Paris, a única!”<sup>208</sup>.

Em jeito de síntese, importa dizer que foi na “capital das luzes” que Aquilino tomou contacto com a arte modernista (e em especial os *fauves*, que tanto admirava e que descreveu como os “anarquistas em arte”<sup>209</sup>) e os avanços da aeronáutica. Foi lá que escreveu e publicou o seu primeiro livro, que frequentou a biblioteca Sainte Geneviève, que conheceu a primeira mulher, Grete Tiedman, que recebeu lições de grandes mestres da Filosofia e da Sociologia, que conviveu com outros portugueses exilados, que bebeu várias influências da literatura francesa (em especial, Anatole France, 1844-1924, Guy de Maupassant e Honoré de Balzac, 1799-1850), foi lá que nasceu o seu primeiro filho e que voltou a casar, em segundas núpcias, com Jerónima Dantas Machado (“Gigi”), em 1929. Foi lá que frequentou museus e concertos.

A grande lição que trouxe de Paris sintetizou-a assim:

no dia em que o Aillaud, depois de ter farejado a minha *Via Sinuosa*, decretou que eu não tinha público, decidi para comigo não me parecer com ninguém, não escrever como qualquer outro escritor. Foi a grande lição que recebi de França e, em particular, de Anatole France...<sup>210</sup>

---

<sup>207</sup> Cf. Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *ob. cit.*, 1.º volume, 1988 (a), p. 13.

<sup>208</sup> Entrevista concedida por Aquilino a Aurélio Martins e que foi transmitida no Brasil, no dia 13/7/1952. Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 27.

<sup>209</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, artigo editado no jornal *A Beira*, n.º 240, 16/10/1909, *apud* Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *ob. cit.*, 1.º volume, 1988 (a), p. 52.

<sup>210</sup> Cf. Aquilino Ribeiro *apud* Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), p. 115.



## Capítulo 2 – O homem e o seu pensamento

### 1. Influências

É sempre arriscado tentar identificar as fontes nas quais foi beber um escritor, até porque o facto de conhecermos de antemão o resultado final pode levar-nos a incorrer na tentação de estabelecer laços de causalidade, mais ou menos imediata, entre o que hoje parece mais óbvio. Ainda assim, ponderadas as necessárias cautelas epistemológicas, entendemos que as palavras que o próprio prosador nos legou podem ajudar-nos a compreender melhor as bases da sua formação, não apenas na vertente literária, mas, de um modo mais geral, em tudo o que poderá ter contribuído para a formação da identidade do indivíduo, nesse permanente processo de reconstruções. Afinal, como escreveu Vitorino Nemésio (1901-1978): “Eu me construo e ergo, peça a peça, // De saudade, vagar e reflexão<sup>211</sup>”.

Aquilino Ribeiro era filho de um padre, teve uma formação de base de inequívoco pendor católico, o que também nos ajuda a compreender os seus vastos conhecimentos a respeito dos clássicos e, em especial, no domínio do latim e do grego antigo.

Nascido num ambiente rural, conservou sempre essa matriz beirã e fez questão de espelhá-la nas suas obras: “la nature jouit dans mes livres d’une véritable personnalité”<sup>212</sup>. De modo sintomático, a aldeia era por ele percebida como a base da Nação, o que é bem visível nesta carta dirigida por Aquilino a Vitorino Nemésio, datada de 25 de abril de 1930, portanto, já no decurso do seu último exílio em França:

A verdade é que cada vez me convenço mais que isso não é uma pátria, mas uma tripa. Com mágoa o penso e digo. Há uma coisa que me entenece aí: a natureza e o camponês. No fundo, não fazem mais que um: terra. Os poetas, os políticos, os literatos, na maioria, que detestável cambada! [...] Não auguro nada do futuro de Portugal e do final desta tragicomédia. Sinto a nação a desfibrar-se da sua parte vital, a célula que é a aldeia. [...] Se não fora o instinto e as luzes que nos chegam do estrangeiro, acabaríamos todos a fazer tamancos e, mais longe, com os vindouros, regressaríamos à tanga”<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> Cf. Vitorino Nemésio – *Eu, Comovido a Oeste* (1.<sup>a</sup> edição: 1940), in *Obras Completas*, volume I, Poesia, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 236.

<sup>212</sup> Cf. entrevista de Aquilino a Frédéric Lefèvre (1889-1949), publicada em *Les Nouvelles Littéraires*, n.º 676, de 28/9/1935, *apud* Henrique Almeida – *ob. cit.*, 1993, p. 28.

<sup>213</sup> Cf. BN – Espólio de Vitorino Nemésio (E11/6712).

Apesar de não poder ser considerado um ruralista, na medida em que insistiu na importância da cidade, das luzes e do progresso, algumas das suas obras são atravessadas por um certa ruralidade beirã e marcadas pela presença de expressões regionalistas.

Ademais, a sobrevalorização do papel da aldeia e do mundo rural no contexto global do país também contribuiu para que fosse apodado, por vezes com um propósito pejorativo, de regionalista, um rótulo que o próprio teve oportunidade de contestar, por exemplo no preâmbulo da sua obra *O Servo de Deus e a Casa Roubada* (1.<sup>a</sup> edição: 1940):

Os Sainte-Beuve que riscaram o Tratado de Tordesilhas da literatura nacional entenderam que eu me devia dar por contente ficando com o tojo, o labrego e a vária boiada nacional. Respetivamente ao partido tomado, fizeram crer que o meu estilo era de caso fito provinciano, bárbaro, como fartum do burel e o ranço de Fernão Lopes.

[...] Com o rodar dos anos e prolongamento da carreira obnoxia, mudou de todo o som do tintinábulo: ao presente sou um prosador trabalhado pela febre da perfeição externa, um Herédia que vendeu a alma ao demónio lúbrico do estilo, atento como uma vestal à pureza da forma e à linguagem vernácula e castiça, catando os argueiros da composição como as mães símias do Jardim Zoológico ao piolho dos macaquinhos<sup>214</sup>.

E na obra *Abóboras no Telhado*, publicada em 1955, Aquilino voltou a esclarecer:

Àqueles que ainda teimam na classificação [regionalista] poderia perguntar onde fica o umbigo geográfico-literário de Portugal. Em verdade descrever a Beira, seres ou coisas da Beira com sujeito, verbo e atributo e os vocábulos na sua integridade prosódica, não é fazer literatura regionalista. Fazer literatura regionalista é descrever a região com os modismos de linguagem, formas dialetais ou corruptelas ali sazoadas, sentidas e vividas<sup>215</sup>.

Por conseguinte, o conceito de regionalista constitui, em nosso entender, um rótulo redutor pois se é certa a influência que as vivências beirãs assumem nas suas obras e a presença dos elementos rurais é evidente, bem como das expressões regionalistas, não é menos certo que Aquilino demonstrou uma perspectiva cosmopolita, para a qual muito terão contribuído os seus exílios em França, o seu primeiro casamento com uma alemã, o estudo (também como autodidata) de línguas

---

<sup>214</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O Servo de Deus e a Casa Roubada*, Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2009, pp. 13-14.

<sup>215</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.<sup>a</sup> edição, s.d [1955], pp. 288-289.

como o latim, o grego antigo, o francês, o italiano, o espanhol e, pelo menos, o alemão. Ademais, a riqueza da sua linguagem extravasa os meros conceitos regionais, recuperando, entre outras, influências clássicas e francófonas. António Augusto Fernandes concluiu mesmo que: “sendo dos escritores mais vincadamente regionalistas e dos menos permeáveis a influências exógenas, é, simultaneamente, dos mais universalistas”<sup>216</sup>.

A experiência da sua geração em torno do Ultimato (11 de janeiro de 1890), bem como das consequências daí decorrentes, ajudam-nos a compreender o seu espírito antibritânico, ao qual poderemos ainda associar um certo fascínio pela matriz cultural alemã, características que perpassam em obras como *Alemanha Ensanguentada*, que tem como pano de fundo a situação da Alemanha (e da jovem República de *Weimar*), em 1920, após a I Guerra Mundial, e *Volfrâmio*, com a ação já a decorrer na II Guerra Mundial.

Após a expulsão do seminário, em 1903, Aquilino conviveu, em Lisboa, com vários republicanos radicais. Bebeu influências anarquistas, conservando ideias “libertárias” para o resto da vida. Empreendeu várias incursões jornalísticas, nas quais são evidentes as suas críticas à monarquia e ao clero. É à cidade de Lisboa que confessa ter ido “buscar olhos para ver”, até mesmo “sentidos para gozar a natureza, pela qual dantes passava com uma indiferença perfeitamente selvagem”<sup>217</sup>.

Racionalista, marcado por um certo materialismo mecanicista (na linha do Barão D’Holbach) que o aproximou ainda mais da natureza. Foi em França que verdadeiramente descobriu a arte e, em especial, os pintores *fauvistas*, tendo também aí colhido importantes lições de Sociologia e Filosofia.

Como escrevemos, as influências libertárias que colheu ajudam-nos também a compreender o seu profundo desejo em tornar-se original em tudo o que escrevia. Observador minucioso, autodidata, dotado de uma grande vontade e capacidade de trabalho, bem como de um exímio e disciplinado método, aproveitaria praticamente todos os momentos para escrever ou preparar o que pretendia redigir. Nesse sentido, o linguajar do povo beirão, que tão bem conhecia, servir-lhe-ia de matéria-prima para alguns dos seus livros.

---

<sup>216</sup> Cf. António Augusto Fernandes, “O Malhadinhas – História de um velho almocreve de Barreiras”, in Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 3, 1992, p. 59.

<sup>217</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 188.

Seria impossível desenvolver este capítulo sem falar nos livros, ou não fosse Aquilino um leitor compulsivo e mesmo um colecionador, sobretudo, de exemplares raros que ia, por exemplo, resgatando nos antiquários. Revela-se, contudo, impossível apresentar uma síntese exaustiva das obras que mais terão contribuído para a sua formação, até porque na biblioteca pessoal do escritor em Soutosa existem cerca de 8000 volumes<sup>218</sup>.

Celina Moura Arroz deu à estampa um trabalho, cujos anexos se revelam particularmente pertinentes para os propósitos desta rubrica. No que concerne às fontes nas quais o autor beirão mais teria ido beber para escrever as obras, a investigadora destacou os seguintes escritores: Eça de Queirós, Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano (1810-1877), Barão D'Holbach, François Malherbe (1555-1629), Pierre Corneille (1606-1684), Anatole France, Antonio Fogazzaro (1842-1911), Máximo Gorki (1868-1936), Leão Tolstoi (1828-1910), Paolo Mantegazza (1831-1910), Jean Louis Dubut de Laforest (1853-1902), Jean Grave, Frederich Engels (1820-1895), Victor Hugo (1802-1885), Alexeievich Kropotkine e Alphonse Lamartine (1790-1869)<sup>219</sup>.

A aludida historiadora propôs-se analisar a transformação do pensamento de Aquilino, tendo como fonte de estudo a sua obra de memórias *Um escritor confessa-se*. As referências aos autores anteriormente apontados foram colhidas apenas nesta última obra, pelo que seria importante alargar a pesquisa aos restantes livros de Aquilino.

À semelhança de grande parte dos intelectuais portugueses da sua época, a matriz cultural de Aquilino é, sobretudo, católica, clássica e francófona. Daí que durante muitos anos tivesse escolhido Anatole France como o seu escritor preferido, sobre o qual, de resto, chegou a produzir uma conferência, na década de 20, onde, praticamente logo a abrir, afirmou: “Anatole France, sendo hoje, no entanto, o génio mais representativo da latinidade, é nosso também”<sup>220</sup>.

Em cima da sua secretária de trabalho, em Soutosa, é ainda hoje possível encontrar uma imagem de Honoré de Balzac, romancista que Aquilino chegou a

---

<sup>218</sup> Cf. Maria da Graça Alvarez Toscano (coordenação) – *ob. cit.*, 2004.

<sup>219</sup> Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2012, anexo II, pp. 46-48.

<sup>220</sup> Cf. Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 1993, pp. 99-106.

eleger como o seu escritor de eleição<sup>221</sup>. Repare-se também que o seu primeiro livro de estreia (*Jardim das Tormentas*) foi escrito e publicado, no decurso do primeiro exílio em França, tendo sido inspirado em Octave Mirbeau (1848-1917)<sup>222</sup>, que, em 1899, publicou *Le jardin des supplices*.

Mas à literatura francesa e à influência dos clássicos (casos de Ovídio<sup>223</sup> e Xenofonte<sup>224</sup>), poderemos ainda associar a literatura espanhola do século XVII: “Quem lê Cervantes, o seu *Dom Quixote* ou as *Novelas Exemplares*, não pode esquecer-lo”<sup>225</sup>. Duas obras sobre as quais Aquilino chegou mesmo a editar versões traduzidas<sup>226</sup>.

O *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, publicado no século XVIII, por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) foi outra das obras influentes. Aquilino, entre outros epítetos elogiosos, classifica o *Elucidário* como “admirável” e um “tombo raro na língua”, rematando depois:

Quanto lhe devo, não o sei eu dizer. Que mais não seja o *Elucidário*, além de me abrir uma larga janela para o passado, explicou-me, como um cicerone de museu, a antiga província da Beira. Sim, o grande serviço foi esse: acender a luz no sótão das coisas velhas, desusadas, arcaicas, e poder revê-las eu em sua estrutura original, inertes agora de todo ou mais que purulentas e desconjuntadas.

Certos costumes de ética obscura, modos de dizer únicos em Portugal, usanças sediças regionais têm no *Elucidário* a chave, ou melhor a gazua, tão subtil e imprevisivelmente vemos desandar as fechaduras de segredo e patentear-se os cofres de escano, góticos, mourescos, ibéricos, e as arcas encoiradas dos tempos afonsinos.

---

<sup>221</sup> Cf. entrevista a Aquilino Ribeiro, aquando da sua viagem ao Brasil, editada em abril de 1952, na revista *Padrão*, apud Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 63, ano XIII, abril-junho de 2006, p. 10.

<sup>222</sup> Cf. Urbano Tavares Rodrigues, apud Maria da Conceição de Castro Pina Monteiro de Lima – *As reconfigurações do amor em Aquilino Ribeiro: incursão em obras representativas*. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa (Investigação e Ensino), apresentada à FLUC, 2010, p. 24, nota 42. Consultada a partir de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15188?mode=full> [12/5/2018].

<sup>223</sup> Aquilino alude ao poeta romano Ovídio (43 a.C.-18? d.C.) na nota de apresentação que escreveu para a sua obra *Filhas de Babilónia*, assumindo-se como um “seu longínquo sequaz”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1920: <https://archive.org/stream/filhasdebabiln00ribe#page/n5/mode/2up> [25/12/2017].

<sup>224</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *A retirada dos dez mil* (tradução da obra de Xenofonte *Anábase*, editada no século IV a.C., e publicada pela primeira vez por Aquilino em 1938), Lisboa, Bertrand Editora, 2014.

<sup>225</sup> Cf. Manuel Mendes (coordenação) – *ob. cit.*, 1960, p. 58.

<sup>226</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *D. Quixote de la Mancha* (tradução da obra de Miguel de Cervantes, editada no século XVII, e publicada pela primeira vez por Aquilino em 1954), Lisboa, Bertrand Editora, 2010 (b) e ainda *Novelas Exemplares* (tradução da obra de Miguel de Cervantes, editada no século XVII, e publicada inicialmente por Aquilino em 1958), Lisboa, Bertrand Editora, 2016.

O curioso é que deitando os olhos do espírito a essas coisas, modos e formas do linguajar, nos surpreendemos entre curiosos e perplexos: *Onde vi eu isto? Ah, já me recordo! Agora compreendo*<sup>227</sup> ...

Poderemos, ainda, falar de *Eva, e Ave ou Maria Triunfante*, de António de Sousa de Macedo (1606-1682), o primeiro livro a descerrar-lhe ao espírito “os largos horizontes do saber e da madureza humana”<sup>228</sup>. Ou ainda de autores como Ernest Renan (1823-1892), Fialho de Almeida (1857-1911), Teófilo Braga (1843-1924) e Charles Dickens (1812-1870), criador do icónico *sr. Pickwick*, que Fernando Pessoa classificou mesmo como “uma das figuras sagradas da história mundial”<sup>229</sup>. Camões (1524-1580), ao qual Aquilino chegou a consagrar vários estudos, é outra figura incontornável<sup>230</sup>, bem como Fernão Mendes Pinto (1510?-1583), com *A Peregrinação*, ou ainda, repita-se, Camilo Castelo Branco, a respeito do qual também se debruçou.

Numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, Aquilino confessou que o seu músico preferido seria Beethoven (1770-1827), enquanto Diego Velásquez (1599-1660) e Albrecht Dürer (1471-1528) seriam os pintores que mais interesse lhe despertavam<sup>231</sup>. Segundo António Silva Neves, ressaltando o caso de Amália Rodrigues (1920-1999), Aquilino não gostaria de fado<sup>232</sup>.

Claro que as referências feitas pelo próprio escritor não podem levar-nos a considerar encerrada esta lista, até porque poderão existir influências que o próprio indivíduo não pôde ou não soube inventariar.

Por conseguinte, importa ainda tecer algumas considerações a respeito de outros mentores da vida do escritor, que teriam influenciado a sua formação e identidade, bem como o produto final do seu trabalho literário. Falamos, desde logo, das suas duas mulheres, mas em especial de Jerónima Dantas Machado, que desempenhou um papel fulcral na concretização da obra de Aquilino. Afinal, acompanhou-o durante 34 anos (1929-1963) e também foi por esse motivo que

---

<sup>227</sup> Sobre estas e outras palavras de Aquilino, em relação à obra de Frei Viterbo, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1983 (a), ps. 163, 171 e 177-178.

<sup>228</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 146.

<sup>229</sup> Cf. Charles Dickens – *Os Cadernos de Pickwick*, Lisboa, Tinta-da-China, 2014, contracapa.

<sup>230</sup> Em 1949, Aquilino deu à estampa o estudo *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais*. Frederick Garcia fala mesmo numa fase camoniana do escritor beirão – *ob. cit.*, 1981, sobretudo pp. 66-79.

<sup>231</sup> Cf. “Diga-nos a verdade. Aquilino Ribeiro”, *Diário de Lisboa*, 10/1/1953, p. 7.

<sup>232</sup> Cf. António Silva Neves – *Aquilino Ribeiro. Desigual entre iguais*, 1.ª edição, Viseu, CEAR, 1993, p. 48.

optámos por apresentar na capa deste trabalho uma imagem do casal Ribeiro, em pleno ato de produção literária.

Numa missiva dirigida a Sousa Costa, datada de 15 de maio de 1959, remetida de Lisboa, escreveu o autor beirão: “Esta carta foi alinhavada logo no mesmo dia em que recebi o seu livro. Só agora minha mulher pôde pôr a limpo os hieróglifos que só ela decifra e já não eu”<sup>233</sup>. Existem mesmo alguns testemunhos que colocam Aquilino, num determinado contexto da vida, a ditar os seus textos em voz alta, enquanto a mulher os datilografava à máquina. De resto, era habitualmente ela que datilografava os manuscritos<sup>234</sup>.

Apontador obsessivo (muitos dos livros da biblioteca pessoal, em Soutosa, contêm notas sobre as circunstâncias em que foram adquiridos), escritor metódico, disciplinado<sup>235</sup> e preciosamente auxiliado pela sua segunda esposa, Aquilino era, por conseguinte, um ávido leitor, mormente dos clássicos (casos de Virgílio, 70 a.C.-19 a.C. e Xenofonte, 430 a.C.? -355 a.C.?). Das suas narrativas e em algumas das entrevistas que concedeu perpassa uma ironia mordaz, a fazer lembrar o cómico clássico Aristófanes (447 a.C.? -385 a.C.?). Veja-se, por exemplo, estas respostas que deu a Artur Portela, do *Almanaque Bertrand*, em 1946:

- É cristão ou pagão?
- Pagão... pago tudo!
- Que tal se dá com o padre de Soutosa?
- Muito bem. Mas precató-me para que não leia os meus livros<sup>236</sup>!

Do seu espólio na BN consta, de resto, um divertido inquérito, promovido por uma gazeta da província, a que Aquilino teria respondido, numa data que não conseguimos precisar. Aqui ficam duas breves passagens que bem atestam o espírito divertido e, simultaneamente, mordaz do escritor. Começa o jornalista:

Se lhe fosse dado escolher uma profissão, o que desejaria ser?  
Ferrador, com filiais em todas as cidades e vilas de Portugal.  
Como encara o amor?

---

<sup>233</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 91).

<sup>234</sup> Cf. entrevista feita por António Valdemar a Jerónimo Dantas Machado, *Diário de Notícias*, 17/11/1985, secção “Cultura”, IV.

<sup>235</sup> Baptista-Bastos fala a este respeito no “rigor proletário do trabalho” de Aquilino. Cf. João Silva de Sousa (direção) – *Letras Aquilinianas*, n.º 2, 1.ª edição, Viseu, Confraria Aquiliniana, 2007, p. 42.

<sup>236</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 36, ano X, julho-setembro de 1999, p. 8.

Uma boa petisqueira enquanto se têm dentes<sup>237</sup>.

Outrossim, o espírito sociável do prosador levou-o, como teremos oportunidade de comprovar, a manter uma rede de relações bastante ampla. Dos diálogos travados recebeu inequívocas influências, tal como das vivências aquando da sua permanência no mundo eclesiástico, das desilusões daí decorrentes, bem como das experiências determinantes dos três exílios. É, afinal, nesse caldo que poderemos encontrar as sementes que depois germinarão no seu pensamento, mais ou menos estruturado. Matéria da próxima rubrica deste estudo, no âmbito da qual procuraremos condensar as principais ideias do homem, a respeito de cinco grandes áreas temáticas: religião, política, educação, possível germanofilia e filosofia. Balizas que nos servirão depois de referência quando, na parte II deste estudo, procurarmos surpreender Aquilino em ação, aquando das revoltas de 1927 e 1928.

## 2. Pensamento

### 2.1 Religião

Num artigo dado à estampa em 1930, no jornal sadino *A Vitória*, Aquilino deixou-nos algumas reflexões, que parecem traduzir o seu próprio pensamento. Nesse texto, com o sugestivo título “Não, já não sou católico”, o protagonista desabafava:

Falhei a vida mercê da estreiteza dos moldes em que me formaram o entendimento. O demónio que trago dentro de mim, bem o sinto, nasceu e engordou no nateiro das minhas superstições. É ele, só ele, que me faz mesquinho, egoísta, voluptuoso, mau em suma. Não, não sou católico, mas por desgraça minha é tarde para pôr direita a alma encurvada<sup>238</sup>.

---

<sup>237</sup> Cf. Mário Braga (coordenação) – *ob. cit.*, 1985, imagem n.º 89.

<sup>238</sup> Cf. Jorge Reis (recolha de textos e organização) – *ob. cit.*, 1.º volume, 1988 (a), p. 147. Este parágrafo foi depois recuperado pelo escritor na obra *O Homem que matou o Diabo*: a personagem principal, *Macário*, cuja educação havia sido confiada por um tio aos eclesiásticos, utiliza, *ipsis verbis*, aquelas palavras para se descrever. Cf. Aquilino Ribeiro – *O Homem que matou o Diabo*, 3.ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983 (d), p. 242.

A formação católica de base e a frequência do seminário deixaram no homem e no escritor marcas indeléveis para toda a vida, pese embora o facto de ele ter evoluído para um declarado anticlericalismo e de, em 1952, ter mesmo chegado a declarar-se materialista<sup>239</sup>.

As suas obras são frequentemente atravessadas por debates entre crentes e descrentes<sup>240</sup>, personagens que oscilam entre o pecado e a ânsia de perfeição<sup>241</sup>, entre a matéria e o espiritual<sup>242</sup> tal como sucede, por exemplo, no romance *S. Banaboião, anacoreta e mártir* (1.<sup>a</sup> edição: 1937), eremita que persegue a ascese até Deus, mas acaba por sucumbir nos braços de uma mulher<sup>243</sup>.

Segundo confessou o próprio escritor, teria atravessado uma crise de misticismo até aos 18/19 anos, ou seja, até ao período em que frequentou o seminário de Beja e na fase que se lhe seguiu, quando se dirigiu para Lisboa. Porém, a fazer fé nas suas palavras, essa questão seria encerrada de modo definitivo<sup>244</sup>.

Apesar do seu anticlericalismo, importa registar que nunca lemos da sua pena qualquer crítica a Jesus Cristo. Outrossim, para além de ter mantido relações cordiais com vários padres, Aquilino sentiu-se atraído pelos Franciscanos<sup>245</sup> e foi influenciado de modo significativo pela história, a arte e os valores cristãos. Na sua casa em Soutosa é ainda hoje bem evidente o peso que a arte sacra teve na sua vida, isto para já não falar nas várias obras de pendor religioso que constam da sua biblioteca pessoal, entre as quais teremos de destacar as várias traduções da Bíblia<sup>246</sup>.

---

<sup>239</sup> Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 62.

<sup>240</sup> Cf., a título ilustrativo, o debate entre o morgado *Telmo de Montenegro* e um padre, no romance *A casa grande de Romarigães*: Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1963, pp. 218-219.

<sup>241</sup> O crítico e ensaísta literário Óscar Lopes deu à estampa um sugestivo artigo intitulado “Aquilino entre o paraíso e o pecado”, *apud* Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 51, ano XII, abril-junho de 2003, pp. 4-9.

<sup>242</sup> Sobre esta matéria, cf. Manuel Mendes (coordenação) – *ob. cit.*, 1960, p. 60.

<sup>243</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *S. Banaboião, anacoreta e mártir*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (k), p. 223.

<sup>244</sup> “Depois eu despi essa clâmide de uma maneira definitiva. [...] Nunca mais, nunca mais, nunca mais. Dou louvores ao Senhor que me tirou todas essas escamas dos olhos e da alma”. Cf. entrevista realizada pelo locutor Igrejas Caeiro, em 16/7/1957, transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista”: <http://www.rtp.pt/play/p321/e118401/a-forca-das-coisas> [29/5/2017].

<sup>245</sup> De acordo com Aquilino Machado, o seu pai teria exigido “ir a enterrar envolvido apenas no lençol onde tinha morrido”, o que também parece reforçar o impacto das ideias franciscanas na sua vida. Cf. Aquilino Machado, “Em jeito de post scriptum”, *in* Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010, p. 175. Registe-se que, logo no dia marcado pelo falecimento de Aquilino, o *Diário de Lisboa* trazia a notícia segundo a qual o funeral “seria caracterizado pela maior simplicidade”, de modo a respeitar a vontade do autor. Cf. *Diário de Lisboa*, 27/5/1963, p. 8.

<sup>246</sup> Cf. Maria da Graça Alvarez Toscano (coordenação) – *ob. cit.*, 2004, pp. 67-68.

Ao longo da vida, o escritor beirão teria evoluído para uma “dúvida benigna”<sup>247</sup>, que nos permite, à semelhança do que fez o seu filho mais novo, aproximá-lo de um certo agnosticismo<sup>248</sup>, mais do que de um declarado ateísmo, do qual se teria, porém, aproximado, na medida em que chegou a assumir-se como materialista. No seu discurso de agradecimento às homenagens prestadas no decurso da sua viagem ao Brasil, em 1952, deixou bem claro: “Senhores, eu sou materialista e aguardo o fim com serenidade”<sup>249</sup>. Todavia, na obra *Abóboras no Telhado*, dada à estampa em 1955, deixou bem claro perante aqueles que o acusavam de ser ateu: “eu sou sobretudo um inconformista e agnóstico”<sup>250</sup>.

Aquilino foi um homem de tendências racionalistas e libertárias, que, repita-se, o aproximaram, em certo sentido, do materialismo mecanicista de Holbach. Evoluiu, todavia, para uma certa dúvida metódica. Repare-se que, por exemplo, na entrevista que concedeu a *Igrejas Caeiro*, em 1952, Aquilino sustentou que a vida humana era um mistério, acrescentando ainda que o Homem era um coloide, cujo aparecimento e evolução permanecia uma incógnita<sup>251</sup>. Aspetos que, reforce-se, talvez nos permitam aproximá-lo – sobretudo no que diz respeito às duas últimas décadas de vida – mais de um certo agnosticismo do que de um declarado ateísmo. Afinal, a sua paixão pela existência em todas as suas formas, particularmente as mais minúsculas e ignoradas, também o fazia duvidar e perscrutar novos caminhos.

Como disse a poetisa, escritora e professora brasileira Cecília Meireles (1901-1964) no discurso de homenagem que lhe fez, aquando da viagem do escritor ao Brasil, em 1952: “Não é por ociosidade que o poeta ama o pormenor; é só por amor, amor unânime. Por não deixar esquecida nenhuma vida no universo; por desejar ensinar a tudo seu momento e sua eternidade.”<sup>252</sup>

Foi também a esses detalhes, que a tantos passam despercebidos, que Aquilino foi buscar inspiração para redigir muitas das suas páginas. É nesse esforço que também radica a sua originalidade.

---

<sup>247</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Portugueses das sete partidas (viajantes, aventureiros, troca-tintas)*, 6.ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1992, p. 8.

<sup>248</sup> Cf. Aquilino Machado, “Republicanos nas Terras do Demo”, in Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010, p. 332.

<sup>249</sup> Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 62.

<sup>250</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 278.

<sup>251</sup> No seu diário *É a Guerra*, Aquilino escreveu que a “máquina de viver” se resumia, segundo parecia, a um “patusco coloide”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1934 (a), p. 299.

<sup>252</sup> Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 53.

## 2.2 Política

O Aquilino político, conceito aqui entendido na aceção clássica do cidadão que assume uma intervenção na *pólis*, desabrochou em Lisboa, no início do século XX, muito especialmente após 1906, quando passou a frequentar os círculos republicanos, nos quais procurou conquistar o direito a ter voz ativa. Nesse ambiente pré-revolucionário e de crescente republicanização (tendência que também ia ao encontro das expectativas geradas pelas transformações sociais e urbanas entretanto operadas<sup>253</sup>), Aquilino vai colaborar na luta antimonárquica, quer como folhetinista (o primeiro fascículo d' *A filha do jardineiro*<sup>254</sup> era da sua autoria), quer como membro de uma loja maçónica, iniciado na Carbonária ou como ativo colaborador das incursões antimonárquicas (caso da intentona do Elevador da Biblioteca, em 28 de janeiro de 1908). Na primeira década do século XX, devido à ditadura de João Franco, a luta radicalizou-se e a artilharia civil tornou-se um meio recorrente. Circunstâncias, afinal, fulcrais para compreender as próprias incursões revolucionárias de Aquilino.

Imbuído, pois, pelas circunstâncias da sua época, Aquilino começou por ser um declarado anticlerical e antimonárquico, que pugnava pela implantação da República, uma condição sem a qual não conseguia conceber o desenvolvimento do país.

Apesar das suas convicções republicanas, procurou conservar sempre uma independência partidária, pois nunca chegou a filiar-se no PRP, nem em qualquer outro partido republicano, após a pulverização do Partido Republicano, em 1912. Numa carta que escreveu a Raul Proença, em 15 de novembro de 1928, a respeito dos desentendimentos na frente oposicionista à Ditadura Militar entre os “Democráticos, Esquerdistas e Independentes” o escritor fez questão de afirmar:

Magoou-me que V. escrevesse: nunca supus que o meu amigo pretendesse valer-se dele (protesto<sup>255</sup>) para dirimir as suas questões pessoais. Que questões pessoais? Eu sou tão indiferente a uns como a outros. Para mim tão bom é o diabo como sua mãe. Mas com que direito, ó Proença, se abalança V. a fazer uma afirmação destas, em contraste

---

<sup>253</sup> Cf. Fernando Catroga – *ob. cit.*, 2010, sobretudo p. 87.

<sup>254</sup> Em 1907, Aquilino redigiu o primeiro fascículo do romance *A filha do jardineiro*, editado no jornal *A Vanguarda*, sob o pseudónimo de Myriel Myrra. O terceiro e último capítulo do romance também foi assinado por Aquilino, mas nunca teria sido distribuído.

<sup>255</sup> Refere-se ao manifesto de “Democráticos, Liga e Independentes”, elaborado pelos emigrados políticos em Paris.

com tudo o que há de público, de político, de social na minha vida? Nunca antepus o meu egoísmo à causa geral. Não pretendo nada dos Democráticos, não pretendo nada da política. Sempre fui um franco-atirador e nada mais<sup>256</sup>.

Finalmente, importa referir que, ao longo da sua vida, Aquilino integrou vários movimentos cívicos e culturais, como sejam a *Seara Nova* e o grupo dos *Homens Livres*.

### 2.3 Educação

Entre 1915 e 1918, Aquilino foi professor supranumerário de História e Geografia, no Liceu Camões, em Lisboa – uma experiência que parece refletir-se na longa novela “Domingo de Lázaro”, que passaria a integrar a obra *Estrada de Santiago* (1.ª edição: 1922). Numa época em que a “ordem era o principal na caserna pedagógica para cobrar o ordenado ao fim do mês”<sup>257</sup>, nem que fosse à custa dos castigos corporais, Aquilino pugnou por métodos pedagógicos progressistas, apelando ao bom senso dos difíceis alunos que lhe haviam sido distribuídos (com os quais, segundo escreveu, os docentes efetivos não queriam trabalhar): “Como domar os lobinhos? [...] interessá-los exige um ensino tão ameno, tão empolgante, tão vivo como a própria vida e uma novela policial”<sup>258</sup>. Num artigo dado à estampa em 1958, concluiu mesmo: “Estamos no século da eletricidade, do automóvel, do avião, da desintegração atômica, e a pedagogia mantém-se no tempo das candeias de barro e dos carros visigóticos”<sup>259</sup>.

As suas preocupações em colaborar na formação da juventude continuaram a espelhar-se nas suas obras, nomeadamente nas que consagrou aos mais novos, como constitui exemplo o *best-seller Romance da Raposa*, dado à estampa em 1924.

Enquanto republicano e anticlerical, Aquilino sustentou a construção de um sistema educativo laico. Por exemplo, em 1907, no periódico *A Vanguarda*, Aquilino defendeu que o “clero não tem competência pedagógica nem moral para ministrar o

---

<sup>256</sup> Cf. carta de Aquilino Ribeiro a Raul Proença, 15/11/1928: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 134). Respeitamos o sublinhado constante da fonte.

<sup>257</sup> Cf. “Domingo de Lázaro”, in Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1985 (e), p. 131.

<sup>258</sup> Cf. “Domingo de Lázaro”, in Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1985 (e), p. 62.

<sup>259</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – “A crise da juventude”, *O Comércio* (Luanda), 16/12/1958, p. 6. O artigo em causa faz parte da documentação pessoal do escritor: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 134).

ensino primário”<sup>260</sup>. Esta seria de resto uma das políticas perseguidas pelos republicanos, após a vitória da revolução de cinco de outubro de 1910, constituindo mesmo uma matéria central para a prossecução da ideologia republicana, nomeadamente no que diz respeito à criação do novo Homem, numa sociedade que, por ser iluminada pela instrução e pela razão, conseguiria depois, segundo pensavam, atingir a felicidade e o progresso.

Num artigo editado no diário *O Século*, em dez de janeiro de 1927, com o sugestivo título “Do absurdo de criar escolas”, Aquilino sustentou que, mais do que tomar medidas para combater as elevadas taxas de analfabetismo, era fundamental dar prioridade às condições económicas e à criação de infraestruturas que levassem depois as populações a compreenderem os benefícios concretos da alfabetização<sup>261</sup>. Na sua obra de pendor etnográfico *Aldeia: Terra, Gente e Bichos* (1.<sup>a</sup> edição: 1946), o escritor insistiu nessa tese, quando problematizou o sentido que poderia adquirir, na prática, para o aldeão, o luxo de saber ler e escrever. E no capítulo IV daquela obra deixou bem vincada a ideia segundo a qual, por si só, a escola não resolvia o problema do analfabetismo:

[...] analfabetismo não é apenas uma questão de escola e de professor, mas de progresso geral. [...]

Aprender a ler e a escrever – e a tanto se tem reduzido até agora o sistema educativo nas populações rurais – só serve no sertão para roubar tempo, eximir o rapazinho à pastorícia e mais lida campestre. Para mais nada. [...]

E a conclusão a assentar é esta: para que o magistério primário rural produza, primeiro, os resultados imediatos que se têm em vista, coopere eficazmente, em seguida, para o progresso geral, há que integrá-lo no conjunto de fatores que constituem a dinâmica da vida moderna. Há que conjugá-lo com outros agentes de civilização<sup>262</sup>.

Repare-se ainda que Aquilino defendeu a importância do desporto na formação do indivíduo. O jornal *Mundo Desportivo*, na sua edição de 13 de março de 1959, trazia o testemunho de vários intelectuais e artistas sobre o encontro futebolístico, no domingo seguinte, entre Sporting e Benfica. Eis algumas afirmações progressistas de Aquilino, no século em que o desporto se transformou num espetáculo de massas:

---

<sup>260</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, “Casos do dia”, in *A Vanguarda*, 2/10/1907. Consultado a partir do *site* da BN: <http://purl.pt/14330> [12/12/2017].

<sup>261</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, “Do absurdo de criar escolas”, *O Século*, 10/1/1927, p. 1.

<sup>262</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2010 (a), ps. 71, 73 e 74.

Não tenho preferências. Só me exalto quando a representação nacional está em jogo. Nesse caso, como não podia deixar de ser, sou como os outros, sou uma das moléculas dessa multidão anónima. [...]

Gosto francamente de Desporto e tanto que já escrevi em jornais da especialidade. O Desporto, hoje, é uma necessidade da vida<sup>263</sup>!

Mais uma vez fica patente o carácter precursor do seu pensamento.

## 2.4 Germanofilia?

A pública admiração de Aquilino pela matriz cultural alemã, que já remontava à I Guerra Mundial, levou a que, por vezes, fosse apodado de germanófilo, mesmo entre os que com ele privavam. Um dos melhores amigos de sempre de Aquilino, António Maria Monteiro (a quem o nosso biografado ficou a dever uma descrição detalhada da lenda do juiz de “Barrelas”), classificou-o mesmo, em 27 de fevereiro de 1918, como o único germanófilo com o qual tratava<sup>264</sup>.

Aquilino compreendia *avant la lettre* a importância decisiva que o Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919) haveria de desempenhar no século XX. Em 1934, escreveu as seguintes palavras proféticas, depois confirmadas pelo desenrolar dos acontecimentos:

Em Versalhes não se pretendeu estabelecer a verdadeira concórdia entre as nações, mas sim dar satisfação aos ódios triunfantes. É explicável. Mas deixassem, ao menos, criar ossatura à nascente democracia alemã, chorona e paz de alma. Ao contrário, a mísera veio disforme à luz e morreu de consumpção chupada pelos vampiros francês e britânico com seus acólitos. Hitler desabrochou do nateiro de miséria, de opressão, de vexame, de rancor reprimido como flor onde menos se espera, miraculosamente, por conjura do vento, húmus e sol. Aí têm Átila II. Por agora está a forjar o gládio; quando o tiver forjado, brandi-lo-á com fúria sobre a Europa espavorida e nada saberá resistir-lhe. É fatal.

[...] Acabou-se; são chegados os tempos mais trágicos e fecundos na história do género humano; cinco anos para a Alemanha se armar; um até dois de hecatombe; dois de diabo à solta, e o *dias irae*. Para a treva, para a claridade?<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 117).

<sup>264</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4510). Nesta carta, respondendo a um pedido do escritor, o amigo natural de Alhais narrou-lhe a lenda do juiz de Barrelas, matéria-prima que Aquilino depois explorou na sua *Geografia Sentimental*, dada à estampa em 1951.

<sup>265</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1934 a], prefácio consagrado a António Gomes Mota, ps. 14, 15 e 16.

Na obra *Alemanha Ensanguentada*, editada em 1935, o autor encerrou o prefácio, dirigido a Francisco Pulido Valente, a procurar contextualizar as palavras do seu livro: “O Pulido Valente veja nelas o propósito de esclarecer o fenómeno estupendo<sup>266</sup> da Alemanha hitleriana<sup>267</sup>”.

Ora, parece-nos hoje compreensível que um confessado admirador da civilização alemã (não se confunda com simpatizante do Nazismo), conhecido, de resto, pelas suas afirmações antibritânicas (na linha da geração do “Ultimato” inglês de 1890), teria de quase forçosamente receber na época da II Guerra Mundial aquele rótulo de germanófilo. Sublinhe-se que o próprio Santos Costa foi, por vezes, acusado de ser um defensor da Alemanha, embora Tom Gallagher não tenha encontrado qualquer documento diplomático ou qualquer informação dos Serviços Secretos americanos e britânicos que ligasse “diretamente Santos Costa à fação pró-Eixo de Portugal no tempo da guerra”<sup>268</sup>.

A obra *Volfrâmio*, editada em 1943, num contexto em que se começavam a denunciar as atrocidades do Eixo, denota uma certa inclinação do narrador perante os alemães, em detrimento dos ingleses.

*Franz Hincker*, administrador-geral das “Minas da Sobriga”, é um alemão que fala perfeitamente o português. Apresentado como um “homem de rasgo e vistas largas”, pronto a socorrer os mineiros vítimas dos desabamentos, sensato, que não aceita as vinganças. Enfim, o representante de um povo pacífico e generoso, que concorda em ressarcir convenientemente os donos dos terrenos nos quais fora encontrado volfrâmio<sup>269</sup>. Se como Luís Vidigal teve oportunidade de concluir, “a honestidade e a retidão de carácter vão a par do alemão e seus colaboradores portugueses”, o lado inglês “acantona tudo quanto há de atrabiliário e de aldrabice na busca do *volfro*”<sup>270</sup>.

---

<sup>266</sup> Tal como Filipe Costa teve oportunidade de ressaltar, este adjetivo poderá ser entendido na sua “conotação negativa, outrora mais em uso do que hoje”, ou seja, na aceção de algo que provoca espanto. Cf. Filipe Costa – *ob. cit.*, 2006, p. 10, nota de rodapé número 10.

<sup>267</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Alemanha Ensanguentada*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1935], p. 9.

<sup>268</sup> Cf. AAVV – *ob. cit.*, volume I, 1987, p. 202.

<sup>269</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Volfrâmio*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1943], sobretudo ps. 65, 150, 198 e 267.

<sup>270</sup> Cf. Luís Vidigal, “Volfrâmio: anglofobia e germanofilia em Aquilino Ribeiro”, *in* Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 4, 1992, p. 39.

Luís Vidigal justifica estas “posições dissonantes” de Aquilino recuperando o antibritanismo do escritor e a sua velha opção afetiva pela Alemanha<sup>271</sup>, o que, sublinhe-se, não deve ler-se enquanto uma prova da admiração de Aquilino pelo regime de Hitler (1889-1945). O supradito investigador conclui que, nessa época, este género de manifestações mereciam a clara desconfiança dos apoiantes dos Aliados, o que motivaria dúvidas em relação ao posicionamento ideológico do escritor<sup>272</sup>.

Recuando duas décadas, podemos verificar que, em 1920, no âmbito de uma viagem que fez à Alemanha (incursão que inspiraria a obra *Alemanha Ensanguentada*), Aquilino Ribeiro escreveu uma carta a Raul Proença, na qual afirmava:

A vida aqui sofre oscilações duns dias para os outros; vê-se nos pratos dos restaurantes. Estamos agora na maré cara.

[...] O estribilho aqui de toda a gente é: Estamos passando dias bem tristes. É verdade, mas deixe-me dizer-lhe que o meu germanofilismo sofreu muita correção. A verdade me obriga em muitos pontos, a desestimar o que estimava. A Alemanha não teve razão em muita cousa; as acusações dos aliados, muitas são legítimas e com fundamento, mas expoliam-nos [sic] em excesso, e é outra verdade<sup>273</sup>.

Portanto, o escritor reconheceu o seu “germanofilismo”, uma matéria que mereceu a atenção de Filipe Costa na sua dissertação de mestrado, onde privilegiou as décadas de 20 e 30. O investigador alerta para a ligação afetiva do escritor com a Alemanha (no que esse país, com base nas suas representações, teria de melhor) e o seu próprio espírito de trabalho: “É essa admiração – até podemos dizer afeto – que motiva Aquilino a defender a Alemanha, discriminando os que de dentro a corrompem com políticas autodestrutivas e de fora com o Tratado de Versalhes”<sup>274</sup>.

---

<sup>271</sup> Ainda que não possamos estabelecer qualquer correspondência direta, não deixa de ser interessante constatar que, no romance *O Homem que matou o Diabo*, a personagem principal, *Macário*, justificou do seguinte modo o facto de o tio, *Pedro Mendanha*, se ter mostrado favorável à vitória da Alemanha, na I Guerra Mundial: “A paixão que o levava a escolher partido estava-lhe arreigada no peito mais funda que amor por mulher”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1983 (d), p. 21.

<sup>272</sup> Cf. Luís Vidigal, “Volfrâmio: anglofobia e germanofilia em Aquilino Ribeiro”, in Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 4, 1992, pp. 44-45.

<sup>273</sup> Cf. BN – Espólio de Raul Proença (E7, 1727).

<sup>274</sup> Cf. Filipe Costa – *ob. cit.*, 2006, p. 122. Peter Hanenberg também consagrou algumas páginas a esta matéria: “A Alemanha vista por Aquilino”, in Jerónimo Costa (direção) – *Cadernos Aquilinos*, n.º 22, Viseu, CEAR, 2014, pp. 47-54.

Recorde-se que Aquilino casara, no dia 28 de fevereiro de 1913, na Alemanha com Grete Tiedman, viajara até àquele país várias vezes, mostrando uma inequívoca admiração pela matriz cultural teutónica, à qual se contrapõe o seu antibritanismo. No decurso da I Guerra Mundial, no qual sustentou a não intervenção de Portugal na frente europeia, não teria manifestado preferência pela vitória de qualquer um dos blocos: “[...] sinto a guerra como qualquer alma que esteja em espasmo, suspensa aos ruídos que chegam dos campos de batalha, interessado não pelo êxito deste ou daquele beligerante, mas dolorido sobre os infelizes que matam e morrem”<sup>275</sup>. Antibélico, favorável ao desarmamento, as suas posições nem sempre foram suficientemente claras para que não subsistissem dúvidas a respeito de que lado das barricadas se posicionara durante o segundo conflito à escala planetária. De resto, no seu espólio depositado na BN encontramos um caderno de capa azul-clara, com a indicação: “Notas e apontamentos, e comentários a propósito da 2.ª G. Guerra, para um possível livro”, uma prática que, de resto, parece bastante frequente no autor. As notas que recolhia para os seus artigos e livros evidenciam bem a existência de um trabalho disciplinado, exaustivo e metódico, impressionando mesmo o número de documentos constantes no seu fundo particular que podem integrar-se nesse âmbito. Curiosamente, naquele caderno, além de outros apontamentos que constituem uma espécie de diário de alguns acontecimentos do conflito até 1942, Aquilino escreveu o seguinte desabafo, que poderemos localizar antes de junho de 1941, quando se deu a “operação Barbarossa” (invasão da URSS pelas tropas de Hitler):

A vitória da Alemanha com todos os seus pecados não será preferível à vitória da Inglaterra, pois que sempre se esteve a marimbar para os outros, pirata por excelência, ataçadora das sigânicas [sic] da Europa para viver delas os pecados de Hitler seriam intervir na guerra civil espanhola e não está ainda bem provado que não queira evitar a guerra com a Rússia.

A Inglaterra está-se borrarando para os outros para a sua felicidade, as suas liberdades. Interessa-se por si. Quantas vezes levantou a espada para defender a liberdade dos países oprimidos. Santa ilusão, a dos liberais. Àqueles que estão a ouvir chocalhar as libras não falo. Aos católicos que esqueceram os cultos antigos direi – Portugal foi sempre carneiro de tosquia<sup>276</sup>!

---

<sup>275</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1934 (a), p. 296.

<sup>276</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 74).

De modo sintomático, na obra *Abóboras no Telhado*, Aquilino fez questão de recuperar um debate travado no passado, em data que não conseguimos precisar, com Carlos Olavo (1881-1958):

O que seria o mundo se a Alemanha vencesse? Eu sei lá! [...] Sim, estou para a parte que se a Alemanha vencesse, quer na primeira, quer na segunda guerra, o mundo, mormente os países fracos e descuidados que vivem à lei da natureza, poderiam passar um mau bocado. A planta humana, quando é nobre, reergue-se porém, como a erva calcada. E muitas das vicissitudes que o mundo atravessa, grande parte na esfera do material, algumas no domínio da consciência, ter-nos-iam sido poupadas. Digo-lhe isto, Carlos Olavo, e não me tenha por reacionário<sup>277</sup>.

As afirmações do escritor terão de ser contextualizadas, dizendo, desde logo, que na época ainda não haveria muitas informações sobre o holocausto levado a cabo pelo regime nazi. Todavia, é importante ter presente que a obra que acabámos de citar foi editada em 1955. Diga-se ainda que Aquilino aproveitou o preâmbulo do livro *É a Guerra*, dado à estampa em 1934, para comparar a situação da Alemanha na época com aquela que se vivera em 1914. Embora seja claro que o escritor não tinha ainda consciência (e dificilmente poderia tê-la) da dimensão dos crimes já perpetrados nessa época, não deixam de ser evidentes as críticas ao regime nazi:

Apesar de tudo era bem mais simpática que a Alemanha dos nossos dias, que ferve na mística mais descabelada, acende autos de fé dos livros que divergem do credo estreitamente nazi, provoca o êxodo dos judeus e encurrala em campos de concentração, até se renderem à mercê, os que não comungam na religião nascente. A outra tilintava a espada, é certo, e esta a cada passo entoava o hino da paz; a outra tinha prazer em fazer-se passar por lobo, esta traz vestida a samarra de cordeiro; simplesmente, a outra era o que transparecia, e esta não é nada do que inculca<sup>278</sup>.

Tal como teve oportunidade de observar Luís Vidigal<sup>279</sup>, talvez o próprio título da obra *Caminhos Errados*, publicada cerca de dois anos depois do fim da II Guerra Mundial, possa indiciar que, mais tarde, Aquilino reconheceu alguns erros pretéritos de avaliação, o que talvez nos ajude a compreender as palavras (muito genéricas) que deixou no prefácio daquela obra, que consagrou ao jornalista e escritor João Pina de Moraes (1889-1953):

---

<sup>277</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], pp. 200 e 201.

<sup>278</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1934 (a), p. 13 (notas preambulares: dedicatória a António Gomes Mota).

<sup>279</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 98.

Olhando à retaguarda, bato e torno a bater no peito. É possível que errar seja o condão inelutável de tudo, dos homens, das nações, dos próprios astros. Não há ninguém que, chamado à loisa em Josafat<sup>280</sup> [sic], não tenha a retificar 90% dos seus passos<sup>281</sup>.

E talvez esta aproximação de Aquilino à Alemanha (não se confunda, repita-se, com o nacional-socialismo de Hitler) associada ao seu espírito antibritânico, sobretudo se pensarmos no contexto da II Guerra Mundial e da maioria da oposição ao Estado Novo que era aliadófila, nos ajudem também a compreender a omissão de um dos intelectuais portugueses mais consagrados da época das listas da comissão central do MUD, em 1945. Uma questão à qual teremos ainda oportunidade de regressar.

## 2.5 Filosofia

Aquilino escreveu que se havia feito filósofo (embora de uma “filosofia barata”<sup>282</sup>) nas suas digressões solitárias pelos campos das Beiras. Mais tarde, haveria de consolidar essas ideias com a leitura de textos de pendor filosófico e com os debates travados, tantas vezes, nas tertúlias dos cafés lisboetas. Ora, segundo pensamos, Friedrich Nietzsche teria sido um dos filósofos que influenciou o escritor beirão, o que não poderá, de resto, surpreender-nos pois as ideias do pensador alemão assumiram um grande impacto na civilização ocidental da época. Registe-se que já Henrique Almeida assinalou a lacuna que ainda existe a respeito da investigação mais profunda e sistemática acerca dessas influências<sup>283</sup> e Nelly Novaes aflorou esta matéria na sua tese de doutoramento, destacando, entre as principais afinidades que aproximavam os dois autores, “a crença absoluta na Vontade poderosa do homem e nos profundos e obscuros laços que invisivelmente o integravam no cosmo”<sup>284</sup>.

Na biblioteca pessoal de Aquilino, em Soutosa, é possível encontrar uma obra da autoria de Nietzsche, numa versão francesa dada à estampa em 1922: *Ainsi parlait*

---

<sup>280</sup> Jeosafá ou Jeosafat governou o reino de Judá, no século IX a.C.

<sup>281</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Caminhos Errados*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1947 a], prefácio, p. 7.

<sup>282</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 144.

<sup>283</sup> Cf. Henrique Almeida – *ob. cit.*, 1993, p. 89.

<sup>284</sup> Cf. Nelly Novaes Coelho – *ob. cit.*, 1973, p. 24.

*Zarathoustra: un livre pour tous et pour personne* (obra escrita entre 1883 e 1885)<sup>285</sup>. De resto, parece ter sido em França que Aquilino tomou contacto com o pensamento do autor de *A Origem da Tragédia* (1.<sup>a</sup> edição: 1872), embora não tenhamos encontrado referências concretas nas suas obras sobre esta matéria.

A obra de Nietzsche, fortemente influenciada por Schopenhauer (1788-1860), não pode ser sintetizada em alguns parágrafos, até porque a mesma não assume um carácter sistémico e é atravessada por um estilo metafórico. Equivale isto a dizer que os livros do filósofo são marcados por várias ambiguidades próprias de quem busca e que, por conseguinte, se predispõem a leituras mais subjetivas. Isto para já não falar nas próprias contradições que podem ser encontradas nos seus textos. De resto, as obras do pensador alemão, após a sua morte, em 1900, ficaram à guarda da sua irmã Elizabeth (1846-1935), conhecida pelas incursões que fez junto do Nazismo para transformar Nietzsche no filósofo do III *Reich*. Falamos, afinal, de um filósofo que não se propôs edificar um guia para os outros seguirem, mas sim incitar cada um a ousar buscar o seu próprio caminho.

Conhecido por ter anunciado a morte de Deus, o pensador germânico procurou confiar ao Homem a sua carta de alforria, libertando-o dos vários constrangimentos, desde logo, morais. O filósofo colocava-se ao lado de Dioniso, o que equivale a pugnar pela vitória dos instintos em detrimento das amarras erguidas pela sociedade, à custa de sangue e mortes, sobretudo – tomando em consideração as suas reflexões – nos últimos 2000 anos que perfazem a História do Cristianismo.

Para o filósofo, o Homem estaria situado entre o animal e o super-Homem. Nesse desafio de cada indivíduo, ousando tornar-se o seu próprio Deus, residiria o caminho individual para a liberdade.

Aquilino parece ter bebido influências no pensador refratário que, em 1895, publicou *O Anticristo*. Repare-se, desde logo, na importância que o prosador beirão concedia à liberdade do indivíduo, ao ponto de ele mesmo se assumir como um franco-atirador<sup>286</sup>. Ademais, como já tivemos oportunidade de assinalar, várias das suas obras são marcadas pela vitória dos instintos, em detrimento das amarras

---

<sup>285</sup> Cf. Maria da Graça Alvarez Toscano (coordenação) – *ob. cit.*, 2004, p. 426.

<sup>286</sup> Cf. carta de Aquilino Ribeiro a Raul Proença, 15/11/1928: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 134). Respeitamos o sublinhado constante da fonte. Registe-se que na obra *Abóboras no Telhado*, Aquilino reforçará esta ideia: “Eu odeio, de resto, a formatura e as vozes da disciplina. Sou franco-atirador por tendência e vontade”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 278.

culturais que procuravam moldar os comportamentos das personagens. Descrevendo Aquilino como um cético civilizado, Henrique Almeida não deixou de assinalar a “contínua exaltação de alguns dos seus valores mais «puros», como entendia serem os instintivos, os irracionais, os libidinosos, isto é, os mais identificados com os valores mais naturais e mais primitivos”<sup>287</sup>. Como se, à semelhança do que Nietzsche sustentara, fosse importante reabilitar o corpo, a dimensão física que a moral cristã havia procurado abolir, desde logo, com os conceitos de pecado, castigo e domínio dos instintos. Repare-se que, tal como teve oportunidade de escrever Peter Hanenberg, Aquilino, afastado dos idealismos, mostrava-se sobretudo preocupado em “reconhecer como as pessoas vivem”<sup>288</sup>.

E se para Nietzsche a “vontade de poder” deveria incitar cada ser humano a ousar superar-se, ou seja, a construir-se a si mesmo: “o homem é aquilo que deve ser superado”<sup>289</sup>, para Aquilino tudo na vida era vontade (esta ideia de que a vontade é a essência da vida é claramente inspirada em Schopenhauer<sup>290</sup>). Na sua obra póstuma de memórias *Um escritor confessa-se*, o escritor coloca na boca do pai uma frase que parece traduzir um dos grandes ensinamentos da sua vida: “Mas tem coragem e nunca desconfies de ti, que o mundo, não é preciso que no-lo diga o filósofo alemão [Schopenhauer], não é outra coisa senão vontade”<sup>291</sup>. Aquilino, recorde-se, era um homem metódico e disciplinado – contou a sua segunda esposa que, aquando do casamento, ele fumaria muito. Depois, decidiu abandonar o tabaco e fê-lo: “Tinha uma vontade de ferro. Nunca mais pegou num cigarro”<sup>292</sup>.

O prosador que inspira esta tese procurou acima de tudo, enquanto criador literário, ser original em tudo o que fazia. E foi na criação literária que buscou o sentido da sua existência. Um pouco à semelhança do que Nietzsche sustentara, quando procurou responder a uma das perguntas que atravessou a sua vida: como construir o sentido do Universo após a morte de Deus? A arte e, sobretudo, a música

---

<sup>287</sup> Cf. Henrique Almeida – *ob. cit.*, 1993, pp. 107-108.

<sup>288</sup> Cf. Peter Hanenberg, “A Alemanha vista por Aquilino”, in Jerónimo Costa (direção) – *ob. cit.*, n.º 22, 2014, p. 54.

<sup>289</sup> Cf. Friedrich Nietzsche – *Assim falava Zaratustra*, 12.ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2000, p. 311.

<sup>290</sup> Na sua biblioteca pessoal, em Soutosa, é ainda hoje possível encontrar três obras de Schopenhauer: *Le fondement de la morale*; *Le monde comme volonté et comme représentation*; *La vie: l’amour et la mort*. Cf. Maria da Graça Alvarez Toscano (coordenação) – *ob. cit.*, 2004, p. 551.

<sup>291</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 204.

<sup>292</sup> Cf. entrevista feita por António Valdemar a Jerónima Dantas Machado, *Diário de Notícias*, 17/11/1985, secção “Cultura”, IV.

ajudariam o filósofo a construir esse sentido, pelo menos numa fase inicial, no decurso da qual o maestro e compositor Richard Wagner (1813-1883) foi um dos seus modelos e raros amigos.

Tal como Nietzsche fizera, Aquilino descrevia a vida como um mistério, um enigma. Ambos haviam sido preparados para seguir uma vida religiosa. O pai de Aquilino era um padre de aldeia e o pai de Nietzsche (Karl Ludwig, 1813-1849), que viria a morrer precocemente, era um pastor protestante. O filósofo alemão abandonou a via sacerdotal quando tinha 21 anos e Aquilino fê-lo aos 18. O primeiro quis dedicar-se ao estudo das línguas, enquanto filólogo clássico. O segundo embrenhou-se no estudo dos clássicos e em França viria a ter lições de Filosofia e Sociologia.

Se a ópera *Tristão e Isolda* influenciou Nietzsche, Aquilino parece ter sido igualmente marcado pela dramática ópera *Pagliacci* (1892) do compositor Ruggero Leoncavallo, recuperando mesmo, nos últimos instantes da sua vida, a célebre expressão: *Ite, la comedia è finita*<sup>293</sup>.

Ambos reivindicaram o direito à libertação do indivíduo; entre Apolo e Dioniso, ambos optariam pelo segundo. E é nessa tentativa de libertação e superação, nessa tensão permanente entre os instintos e as amarras sociais, que também deveremos compreender a obsessão de Aquilino em tornar-se original. Daí, segundo pensamos, a dificuldade, para não dizer mesmo impossibilidade, em enquadrá-lo numa corrente literária. Alexandre P. Torres apresentou-o como um elo de charneira entre o realismo (enquanto reação aos ideais românticos, na segunda metade do século XIX) e o neorrealismo<sup>294</sup>, o que, atendendo até à influência que vários escritores desta última escola literária confessaram ter recebido de Aquilino<sup>295</sup>, se

---

<sup>293</sup> Cf. Aquilino Ribeiro Machado, “Em jeito de post-scriptum”, in Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010 p. 176.

<sup>294</sup> Cf. Alexandre Pinheiro Torres, “Aquilino Ribeiro, Elo da Tradição Realista”, *Seara Nova*, 42, n.º 1412, junho de 1963, pp. 145-146, *apud* Frederick C. Hesse Garcia – *ob. cit.*, 1981, p. 35.

<sup>295</sup> No Museu do Neorrealismo, em Vila Franca de Xira, Aquilino Ribeiro figura, inclusive, como um dos escritores desta corrente literária, que apareceu em Portugal na década de 30, do século XX. Alves Redol (1911-1969), naquela que teria constituído a obra que assinala o início do Neorrealismo em Portugal (Gaibéus: 1.ª edição, 1939), referiu-se a Aquilino, quando em 1966 procurou fazer a história do seu romance: “Pascoaes e Aquilino assustaram-me na sua força quase telúrica”. Cf. Alves Redol – *Gaibéus*, 7.ª edição, Mem Martins, Europa-América, 1979, palavras introdutórias. A consulta da biblioteca pessoal de Aquilino, em Soutosa, permitiu-nos verificar que o escritor neorrealista lhe ofereceu um exemplar da obra *Olhos de Água* (1.ª edição: 1954), onde anotou a seguinte dedicatória: “Para Mestre Aquilino Ribeiro, com o alto apreço pelo Escritor ímpar e pelo caráter exemplar que é orgulho dos escritores mais jovens”. Álvaro Cunhal (1913-2005) também se referiu a esta influência:

nos afigura uma hipótese que merecia ser aprofundada. Repare-se que o escritor beirão era, já na década de 30, uma das grandes referências da literatura nacional. No entanto, explorar tais possíveis influências extravasaria os objetivos deste estudo, a respeito de um homem que Luís de Guimarães classificou como três vezes beirão: “pelo berço, pelo temperamento e pela literatura”<sup>296</sup>. Uma síntese que se nos afigura bastante bem conseguida e serve para dar por encerrada esta parte I, consagrada ao homem das Beiras.

---

Aquilino Ribeiro – *Quando os lobos uivam*, Lisboa, Edições Avante, 2008 (d), prefácio de Álvaro Cunhal.

<sup>296</sup> Cf. Luís de Oliveira Guimarães, “Aquilino Ribeiro, escritor beirão”, *República*, 7/4/1961, p. 6. Este texto pode ser encontrado no espólio pessoal de Aquilino na BN (D11/s.r., caixa 118).



## **Parte II – Um homem do “revirinho”**



## Capítulo 3 – A revolta de fevereiro de 1927

### 1. Exercício de enquadramento

O movimento militar de 28 de maio de 1926, liderado, entre outros, pelo general Gomes da Costa (1863-1929), integrou projetos ideologicamente distintos, que viriam à tona logo após o sucesso do golpe. Na sua sequência, iniciou-se um período com desenlace imprevisível.

Desse efervescente processo revolucionário marcado por estratégicas jogadas de influência e vários golpes resultou, por exemplo, o posterior afastamento do moderado Mendes Cabeçadas (1883-1965), o que abriria o caminho para a solução da extrema-direita poder triunfar. David Ferreira (1897-?) narrou um interessante episódio, registado em junho de 1926, segundo o qual Aquilino Ribeiro e Jaime Cortesão teriam ido falar com Mendes Cabeçadas, para que resistisse e não aceitasse a demissão. Perante o “choro” de Mendes Cabeçadas, que pretendia “evitar a efusão de sangue”, Aquilino teria dito, discretamente, a Cortesão: “Ó Jaime, bota um discurso a este gajo para lhe levantar o moral”<sup>297</sup>.

Sobretudo os anos de 1927 a 1931 foram atravessados por uma “guerra civil intermitente”<sup>298</sup>, da qual não poderemos dissociar as profundas divergências ideológicas que caracterizaram os intervenientes no movimento militar de 1926<sup>299</sup>, bem como a ação revolucionária do “revirinho”, o principal movimento político de resistência à autoproclamada Ditadura Nacional.

O “revirinho” tinha como principais objetivos “revirar” a situação política, garantindo, portanto, o regresso à I República e à concomitante legalidade constitucional de 1911, mas, ao mesmo tempo, expurgando-a dos vícios que haviam conduzido ao derrube, em maio de 1926, do governo de António Maria da Silva (1872-1950)<sup>300</sup>, o que também equivale a dizer combater a “ditadura” do intitulado Partido “Democrático”. Apesar de não ser fácil quantificar os índices de adesão

---

<sup>297</sup> Cf. “Cortesão e Aquilino apelam a Cabeçadas para salvar a República”, *Diário Popular*, 7/2/1976, p. 13.

<sup>298</sup> Cf. Fernando Rosas – *Lisboa revolucionária, 1908-1975*, 1.ª edição (de bolso), Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 15.

<sup>299</sup> Segundo Bigotte Chorão, de modo paradoxal, “foi nas desinteligências entre as fações do movimento que residuiu, em grande medida, a capacidade de sobrevivência da Ditadura Militar”. Cf. Luís Bigotte Chorão – *A crise da República e a Ditadura Militar*, 2.ª edição, Lisboa, Sextante Editora, 2010, p. 9.

<sup>300</sup> Sobre esta questão cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, sobretudo pp. 15-28.

popular ao movimento oposicionista, certo é que o “revirvalho” parece ter apresentado uma significativa capacidade para arregimentar intelectuais. De resto, sobretudo entre 1931 e 1936, os “reviralhistas” receberam mesmo o apoio da jovem República espanhola.

De acordo com o historiador e seareiro David Ferreira, o núcleo conspirador inicial do “revirvalho” teria partido do grupo da BN/*Seara Nova*, em 25 de junho de 1926<sup>301</sup>. Este grupo de intelectuais fora fundado em 1921 e integrava nomes como Aquilino, David Ferreira, Raul Brandão (1867-1930), Raul Proença e Luís da Câmara Reys (1885-1961). Reunia-se na BN e, devido ao prestígio dos seus membros, teria “uma certa audiência entre os políticos”<sup>302</sup>. Viria mesmo a ser responsável pelo lançamento da revista *Seara Nova*, de cujo corpo diretivo o nosso biografado fez parte até 1923. Aquilino Ribeiro, que começara a trabalhar na BN<sup>303</sup> em 1919, na qualidade de segundo bibliotecário, parece mesmo ter sido um dos responsáveis, em conjunto com Câmara Reys, pela escolha do nome do grupo e da revista<sup>304</sup>.

Num contexto de evidente crise política do sistema parlamentar, crise social e económico-financeira (pense-se, por exemplo, nas consequências decorrentes da fuga de capital nacional para o estrangeiro), este grupo de intelectuais progressistas e “apartidários” propunha-se cultivar a “seara” (leia-se, o país ainda vincadamente rural, analfabeto<sup>305</sup> e pobre), de modo a agitar as consciências cívicas, criar uma opinião pública esclarecida e exigente ou incitar à concretização de reformas<sup>306</sup>, tudo isto numa época marcada pelo extremar do radicalismo jacobino, como bem o demonstra a fatídica “Noite Sangrenta”, em 19 de outubro de 1921 (pouco depois da criação da *Seara Nova*), no decurso da qual foram assassinados os “heróis” do cinco

---

<sup>301</sup> Cf. *Diário Popular*, 7/2/1976, pp. 12-13.

<sup>302</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques – *Breve História de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1996, ps. 576 e 586.

<sup>303</sup> Importa registar que, a partir de 1837, as instalações da BN passaram a estar localizadas no antigo Convento de São Francisco (Chiado). O projeto da atual BN apenas seria iniciado já durante o Estado Novo, em 1951, tendo a sua inauguração ocorrido em 1969.

<sup>304</sup> Cf. António Ventura – *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, 1.ª edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 157-158.

<sup>305</sup> Em 1926, a percentagem de analfabetismo, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela I República, ainda rondava os 66%. Consultar a entrada “Analfabetismo”, de Rui Ramos, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coordenação) – *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, suplemento A/E, 1.ª edição, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 95-100.

<sup>306</sup> Cf. *Seara Nova*, n.º 1, 15/10/1921, sobretudo ps. 2 e 6.

de outubro Machado Santos e Carlos da Maia (1878-1921), bem como, por exemplo, o primeiro-ministro António Granjo (1881-1921), que havia recentemente apresentado a demissão e ao qual, de resto, Aquilino consagrou a obra *Anastácio da Cunha. O lente penitenciado* (1.<sup>a</sup> edição: 1938<sup>307</sup>).

Para Luís Farinha, os pensadores da *Seara Nova* teriam mesmo sido os “verdadeiros ideólogos” do movimento revolucionário de fevereiro de 1927, quiçá a única sedição que colocou, de facto, em causa a continuidade da Ditadura Militar. De resto, podemos até dizer que alguns dos seareiros tiveram uma participação direta na insurreição, caso de Aquilino, Jaime Cortesão e Sarmiento Pimentel (1888-1987). Falamos, afinal, de um conjunto de destacados intelectuais republicanos, que se propuseram pensar a *pólis*, comprometendo-se com a sua transformação, através da luta ideológica, mas também da ação direta e armada.

Ainda que não seja nosso objetivo fazer aqui a história da ainda pouco aprofundada revolta de fevereiro de 1927, importa traçar uma imagem necessariamente impressionista dos principais acontecimentos, de modo a que o leitor possa depois compreender melhor o papel desempenhado por Aquilino na máquina revolucionária, uma matéria sobre a qual nem as próprias memórias do escritor se referem de um modo direto.

Será, pois, importante começar por dizer que a revolta rebentou no Norte, com epicentro no Porto, por volta das 4h30, do dia três, sendo os seus pouco sigilosos preparativos do conhecimento prévio do governo da Ditadura Militar. Registe-se que, entre 1926 e 1928, após os afastamentos de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, Óscar Carmona (1869-1951) acumulou os cargos de chefe do Ministério e Presidente da República. Viria a desempenhar esta última função até à sua morte, em 1951, podendo, por conseguinte, ser considerado um dos (inesperados) grandes vencedores do golpe militar de 1926.

No Porto, entre os dirigentes do dessincronizado movimento de fevereiro de 1927 parecem destacar-se os casos do general Adalberto Gastão de Sousa Dias

---

<sup>307</sup> “Em Granjo foi assassinado o povo que fez a República em Portugal”. Cf. Aquilino Ribeiro – *Anastácio da Cunha. O lente penitenciado*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [194-], p. 10.

(1865-1934)<sup>308</sup>, do coronel Fernando Freiria e do capitão-tenente da marinha e médico Jaime de Moraes (1882-1974).

Face ao isolamento crescente das forças revoltosas nortenhas, no final do dia cinco de fevereiro foi solicitado um armistício e a rendição acabou mesmo por concretizar-se logo no dia oito, por volta das 3h00 da madrugada<sup>309</sup>.

O apoio de Lisboa tardou em chegar, só vindo a ocorrer, já em desespero de causa, na véspera do dia que assinalou a rendição formal dos insurretos nortenhos. No dia três de fevereiro, o *Diário de Lisboa* publicou uma entrevista a Sinel de Cordes (1867-1930), que se encontrava a substituir o adoentado ministro da guerra Passos e Sousa (1881-1966). Quando confrontado com a previsível possibilidade de a revolta se estender também à capital, o ministro das finanças respondeu: “Não sei. O que posso é garantir-lhe que não nos apanham desprevenidos”<sup>310</sup>. Certo é que, apesar de ser aguardada, a “revolução do remorso” – para recuperar a expressão de Sarmiento Pimentel – apenas avançou, em Lisboa, por volta das 10h30, do dia sete de fevereiro, com a tomada do Quartel dos Marinheiros, por um grupo de civis, dirigidos pelo tenente da Marinha Armando Agatão Lança (1894-1965), pelo tenente-coronel Cordeiro e por vários marinheiros. Entre os principais dirigentes desta revolta em Lisboa podem destacar-se os casos do coronel José Mendes dos Reis (1873-1971) e do contra-almirante João Manuel de Carvalho.

No entanto, a revolta na capital do país apenas lavrou durante, aproximadamente, 48h. A rendição das últimas forças resistentes seria pedida, em S. Mamede (no atual território da freguesia lisboeta de Santo António), às 19h30, do dia nove, pelo coronel Mendes dos Reis<sup>311</sup>.

---

<sup>308</sup> Adalberto Gastão de Sousa Dias esteve também à frente do movimento de 4/4/1931, na Madeira. Na sequência do movimento revolucionário de 1927, foi detido e deportado para S. Tomé, onde permaneceu 11 meses. Em julgamento, registado a 13/4/1929, no Forte da Graça, em Elvas, foi condenado a dois anos de prisão correccional, sendo-lhe fixada residência na ilha do Faial e a partir de 1930 na Madeira. Após o fracasso da revolta que liderou neste último arquipélago, em 1931, foi deportado para Cabo Verde, onde faleceu. Pese embora o facto de o Estado Novo ter autorizado a transladação, os seus restos mortais foram trazidos, em segredo, em 1936, para o cemitério da Guarda. Cf. Augusto José Monteiro Valente – “Em Memória do General Adalberto Gastão de Sousa Dias”: [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=3](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=3) [9/9/2017].

<sup>309</sup> Sobre estas e outras informações, cf. Fernando Rosas (coordenação) – *O Estado Novo*, integrado na coleção *História de Portugal*, volume 7 (direção de José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 194-196.

<sup>310</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 3/2/1927, p. 8.

<sup>311</sup> A vitória da Ditadura seria, por exemplo, anunciada pelo *Diário de Lisboa*, na sua edição do dia 10/2/1927, p. 1.

No seu cômputo global, segundo Alfredo Ribeiro dos Santos, a revolta de fevereiro provocou “mais de duas centenas de mortos, algumas centenas de feridos e importantes danos materiais”<sup>312</sup>. Filomena Bandeira acrescentou ainda que, na sequência da revolta de 1927, teriam embarcado no Lourenço Marques cerca de 800 prisioneiros rumo às colónias nacionais<sup>313</sup>.

O desenrolar destes acontecimentos revolucionários nas duas principais cidades portuguesas refletiu, desde logo, as grandes divergências entre os próprios republicanos (espartilhados em várias fações, com objetivos e interesses distintos<sup>314</sup>), a eficiente capacidade de resposta das bem apetrechadas forças afetas à Ditadura Militar, bem como as evidentes dificuldades de coordenação/comunicação das forças revolucionárias presentes no terreno. Saliente-se que as principais unidades do exército haviam recusado aderir à insurreição, isto para já não dizer que as várias células que deveriam acompanhar o movimento revolucionário um pouco por todo o país raramente o fizeram e quando avançaram a descoordenação foi evidente. Registaram-se apenas alguns focos insurrecionais no Algarve, em Setúbal, no Barreiro, em S. Julião da Barra, Queluz e Évora<sup>315</sup>. Importa também não esquecer que, antes de a revolta rebentar, o governo procedeu a um saneamento dos militares em Lisboa, o que justifica o seu início no Norte, bem como, pelo menos em parte, as hesitações verificadas na capital.

No seu romance *O Arcanjo Negro*, editado em 1947, Aquilino Ribeiro baseou-se nas suas memórias sobre a revolta de fevereiro, tendo *Ricardo* – a ciumenta personagem central do enredo – sistematizado do seguinte modo um dos principais motivos que haveriam de conduzir ao fracasso do movimento: “– Pois se não saem simultaneamente no Sul e no Norte temos fiasco. Fiasco grosso”<sup>316</sup>. João Sarmiento Pimentel, outro dos revoltosos cujas *Memórias* seriam proibidas pela censura salazarista e que procurou exílio no Brasil após a revolta de 1927, atribuiu

---

<sup>312</sup> Cf. Alfredo Ribeiro dos Santos – *Jaime Cortesão um dos grandes de Portugal*, 1.ª edição, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993, p. 160.

<sup>313</sup> Filomena Bandeira, “A oposição externa à ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa”, in AAVV – *ob. cit.*, volume II, 1987, p. 29.

<sup>314</sup> Cf. Filomena Bandeira, “A oposição externa à ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa”, in AAVV – *ob. cit.*, volume II, 1987, p. 33.

<sup>315</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel – *ob. cit.*, 2013, p. 62.

<sup>316</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O Arcanjo Negro*, 1.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1947 b], p. 94.

também o fracasso da sedição ao facto de Lisboa não ter acompanhado as movimentações logo no dia 3<sup>317</sup>.

Ainda assim, pese embora toda a descoordenação e o próprio fracasso final, é importante dizer que estamos perante um movimento que contou com uma participação significativa de republicanos que não se encontravam filiados em qualquer partido e de intelectuais recrutados, como já escrevemos, do núcleo da *Seara Nova*<sup>318</sup>, grupo fundado em 1921, que a historiadora Cristina Clímaco integra nos “Republicanos Radicais”<sup>319</sup>, a par da Esquerda Democrática e da Ação Republicana. Segundo a própria revista, “sob o ponto de vista político, a SEARA NOVA enfileira na extrema-esquerda da República. Radical, sem ser jacobina, os seus esforços irão para a transformação do regímen no sentido das mais avançadas aspirações”<sup>320</sup>.

Repare-se que este projeto de regeneração<sup>321</sup> da vida nacional que inspirava o ideário seareiro estará também na base da criação do grupo dos *Homens Livres*<sup>322</sup>, no final de 1923. Deste último movimento, com inequívoco pendor unificador, no qual se integraram seareiros como Aquilino e António Sérgio (1883-1969, viriam também a fazer parte várias individualidades do Integralismo Lusitano, como António Sardinha, além de personalidades que não estavam ligadas a qualquer grupo, como Aurélio Quintanilha (1892-1987).

Face ao exposto, estaremos agora em condições de procurar compreender o papel de Aquilino na máquina revolucionária, entre os dias sete e nove de fevereiro de 1927. Foram dias de combates violentos, no decurso dos quais se jogou uma

---

<sup>317</sup> Cf. *Sarmiento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor de Memórias do Capitão*, Lisboa, Aster, 1976, p. 142.

<sup>318</sup> Sobre esta matéria, cf. António Rafael Amaro – “A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939)” in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995. Consultado a partir de [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/seara\\_nova\\_e\\_resist%C3%A2ncia\\_cultural\\_e\\_ideol%C3%B3gica\\_%C3%A0\\_ditadura\\_e\\_ao\\_estado\\_novo1926\\_1939](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/seara_nova_e_resist%C3%A2ncia_cultural_e_ideol%C3%B3gica_%C3%A0_ditadura_e_ao_estado_novo1926_1939) [23/9/2018].

<sup>319</sup> Cf. Cristina Clímaco – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 30.

<sup>320</sup> Cf. *Seara Nova*, 15/10/1921, p. 2.

<sup>321</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 55.

<sup>322</sup> Como resumiu João Medina, a “intenção política superior do grupo estava numa espécie de recurso a uma ditadura de salvação nacional, regime com a duração meramente limitada à necessária promulgação de reformas e medidas inadiáveis”. Cf. João Medina – *O Pelicano e a Seara. A Revista Homens Livres*, 1.ª edição, Lisboa, Edições António Ramos, 1978, p. 20.

partida decisiva para o futuro da ditadura de Óscar Carmona<sup>323</sup>. Luís Bigote Chorão escreveu mesmo que esta revolta “deixou marcas profundas na sociedade portuguesa”<sup>324</sup>, contribuindo, desde logo, para o reforço da autoridade (com a decorrente anulação dos partidos políticos) e abrindo “espaço para a afirmação da ideia de *Ditadura Nacional*, que assenta no compromisso das direitas republicanas e monárquicas”<sup>325</sup>.

Mergulhemos, enfim, nesse mundo de encruzilhadas, do qual acabaria por germinar, em circunstâncias muitas vezes explosivas, o Estado Novo. Circunstâncias nas quais Salazar passou a desempenhar um papel crucial, a partir de 1928, enquanto ministro das finanças, e sobretudo após 1932, quando foi nomeado Presidente do Conselho.

## **2. Aquilino: um propagandista?**

David Ferreira escreveu que os membros da *Seara Nova* recrutados para o “revirinho” e que estavam “sobretudo capacitados para escrever”<sup>326</sup> tinham a seu cargo a tarefa de propaganda contra a ditadura e a ligação com os delegados dos partidos, que ainda não haviam sido completamente ilegalizados. Conseguir fazer passar a mensagem ao maior número possível de cidadãos, por exemplo, através dos jornais, da imprensa clandestina e até mesmo do contacto direto, era de tal modo importante que, na tarde de seis de fevereiro de 1927, enquanto a cidade do Porto era bombardeada através do recurso a granadas e obuses, vários aviões favoráveis à Ditadura Militar a sobrevoaram lançando propaganda<sup>327</sup>. De modo sintomático, a revolta de fevereiro contou com a participação de vários escritores.

Face ao exposto, importa, pois, perguntar: teria Aquilino desempenhado a missão de propagandista no decorrer da sedição? Eis a hipótese que inspira o título desta rubrica e que procuraremos testar ao longo das próximas páginas.

Como tivemos oportunidade de escrever, a geografia da revolta de 7-9 de fevereiro de 1927, em Lisboa, conheceu várias ramificações, mas os palcos centrais

---

<sup>323</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 60.

<sup>324</sup> Cf. Luís Bigotte Chorão – *ob. cit.*, 2010, p. 341.

<sup>325</sup> Cf. Luís Bigotte Chorão – *ob. cit.*, 2010, p. 356.

<sup>326</sup> Cf. *Diário Popular*, 7/2/1976, p. 17.

<sup>327</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 43.

passaram, *grosso modo*, pelas zonas do Bairro Alto, do Rato, da rua da Escola Politécnica e do Arsenal (junto ao Terreiro do Paço). As áreas mais afetadas pelos bombardeamentos constituem, de resto, uma importante pista sobre esta matéria – Bairro Alto, Largo do Rato, Arsenal da Marinha, ministérios da Guerra e da Marinha<sup>328</sup>. Estes vetores procurariam convergir para a simbólica Rotunda, onde Machado Santos havia resistido, em cinco de outubro de 1910, mas isso nunca chegou a concretizar-se, devido à pronta e eficiente intervenção das forças afetas à Ditadura.

A ação de Aquilino no terreno parece ter-se desenvolvido numa área um pouco mais periférica, nomeadamente em Cascais e Oeiras, havendo, no entanto, testemunhos que o colocam, por duas vezes, na estação dos comboios do Cais do Sodré. Saliente-se que, na altura em que eclodiu a revolta, Aquilino vivia em Santo Amaro de Oeiras, aspeto que poderá ser importante, na medida em que o prosador conhecia bem a área onde atuou<sup>329</sup>. A intervenção do escritor teria sido desenvolvida, sobretudo, junto de Victor Falcão (1886-1966) e Ribeiro de Carvalho (1880-1942)<sup>330</sup>, dois revolucionários sobre os quais convém, desde já, tecer algumas considerações.

Falcão era jornalista e, através da sua correspondência com o escritor, é possível compreender que eles seriam antigos camaradas de longa data, talvez até mesmo da época em que Aquilino lutara contra a Monarquia Constitucional. Em 1914, quando a I Guerra Mundial rebentou, Falcão foi para Paris, tendo Aquilino, pelo contrário, regressado a Portugal nesse mesmo ano. Através das missivas trocadas, torna-se ainda evidente a admiração de Falcão por Aquilino, vendo nele uma espécie de líder carismático. Concretizemos esta asserção com uma carta datada de 12 de novembro de 1919, na qual o aludido jornalista lançou o seguinte desafio ao novelista beirão: “Afastado completamente, há 2 anos e meio, da cafre política portuguesa, eu estou no direito de me colocar abertamente a seu lado. Diga-me se isto lhe desagrade”<sup>331</sup>. E numa carta datada de 13 de maio de 1930, enviada a

---

<sup>328</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel – *ob. cit.*, 2014, p. 65. O *Diário de Lisboa*, na p. 4 da sua edição de 10/2/1927, identificava as áreas mais afetadas pela revolta, como sendo as imediações do Rato, Rua Alexandre Herculano, Rua da Escola Politécnica e Rua do Sol.

<sup>329</sup> Aquilino editou, em 1940, uma monografia sobre Oeiras, onde viveu, em conjunto com a mulher Grete Tiedman e o filho Aníbal, entre 1918 e 1927.

<sup>330</sup> Sobre Ribeiro de Carvalho, cf. Jorge Trigo e Luís Miguel Baptista – *Ribeiro de Carvalho. Um republicano com alma de sonhador*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Sete Caminhos, 2005.

<sup>331</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2075).

Bernardino Machado a partir de Bruxelas – cidade onde Falcão estava exilado –, voltou a reforçar: “O Aquilino é hoje uma das poucas pessoas que eu, apesar do meu espírito de independência inquebrantável, sou capaz de seguir com os olhos fechados”<sup>332</sup>.

Victor Falcão chegou a Bayonne, em outubro de 1927, para onde teria fugido na sequência da revolta de fevereiro<sup>333</sup>. Posteriormente, viria a ser preso e deportado para África, de onde acabou por evadir-se no final da década de 20, dirigindo-se depois para a Bélgica<sup>334</sup>. Aí permaneceu exilado, pelo menos até ao final da década de 30, sendo possível verificar que em 1933 teria mesmo optado por abandonar a atividade política<sup>335</sup>.

Já em relação a Ribeiro de Carvalho, importa dizer que ele nasceu em Leiria, cidade onde frequentou o seminário. Veio para Lisboa por volta de 1906, chegando mesmo a integrar o grupo dos homens que, na manhã de cinco de outubro de 1910, proclamaram a República, a partir da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

Antes de nos embrenharmos nos acontecimentos revolucionários de 1927, procuremos primeiro elencar as fontes que nos servem de referência. Assim, encontrámos no AHM, em Lisboa, dois processos judiciais com carácter coletivo, por crimes de rebelião, referentes ao movimento revolucionário de 7-9 de fevereiro de 1927, que incluem informações inéditas sobre Aquilino<sup>336</sup>.

O processo n.º 178 abrangeu os seguintes réus: 1) civis – Victor Falcão, Aquilino Ribeiro, Joaquim Ribeiro de Carvalho; 2) militares – Francisco Fernandes, 1.º cabo da guarda de Viseu e Manuel Gama, soldado na guarda-fiscal de Cascais. Para conhecer o desfecho deste processo é necessário consultar outro, identificado com o n.º 134<sup>337</sup>, que teve como réus os seguintes civis: Victor Falcão, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Aquilino, João Peixoto, José Peixoto, Domingos Escaravana<sup>338</sup>, Matias José dos Santos e Eurico Veríssimo Monchique, todos acusados do crime de

---

<sup>332</sup> Cf. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07014.162> [4/10/2017].

<sup>333</sup> Cf. carta de Victor Falcão a Bernardino Machado, datada de 8/10/1927: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07201.141> [4/10/2017].

<sup>334</sup> Cf. carta de Victor Falcão a Bernardino Machado, datada de 18/1/1929. Cf. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07014.163> [4/10/2017].

<sup>335</sup> Cf. Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, p. 159.

<sup>336</sup> Cf. AHM: processos com os números 134 e 178 – pacote 5, caixa 9, pasta 13. As fontes em causa encontram-se armazenadas no Depósito de Chelas.

<sup>337</sup> Corresponde ao auto n.º 677/1927.

<sup>338</sup> Por vezes, também designado por Filipe Domingos, Filipe Escaravana/Escarabana ou Domingos “Orelha”.

“rebelião”. No decurso do presente capítulo, iremos, portanto, basear o nosso discurso, sobretudo, nestes dois processos, cujas informações importará cruzar e ordenar, numa perspetiva diacrónica. Iremos deter-nos em especial no caso de Aquilino.

Assim, do ponto de vista cronológico, a primeira informação que encontrámos nos supraditos processos tem a data de 18 de fevereiro de 1927 e talvez esteja mesmo na origem de todas as investigações depois efetuadas. Trata-se de uma denúncia, enviada por António Dias Antunes:

Para os fins convenientes participo a V. Ex.<sup>a</sup> que na 3.<sup>a</sup> feira 8 do corrente estiveram em Cascais, Aquilino Ribeiro, Victor Falcão e Ribeiro de Carvalho procurando levar os marinheiros do Vasco da Gama para a revolta. Fizeram comícios<sup>339</sup>.

Outra denúncia, desta vez anónima e sem qualquer referência temporal, dizia ainda que:

Aquilino Ribeiro ao desembarcar em Santo Amaro de Oeiras na noite de 2.<sup>a</sup> feira [sete de fevereiro], acompanhado d’um tal dr. Falcão e d’um sargento, levava o intento de conduzir civis para sublevarem o forte de Caxias.

Para este efeito havia entendimentos entre um oficial da guarnição deste forte e um seu parente residente em Oeiras chamado Álvaro Seabra que mora no sítio da Arriaga, com o qual Aquilino conferenciou nessa ocasião repetidas vezes.

Averigue V. Ex.<sup>a</sup> que alguma coisa deve apurar digna de nota.

Um amigo da ordem<sup>340</sup>.

Apenas três dias após a primeira denúncia (21 de fevereiro), foi ouvido o ferroviário Armando de Matos, residente no concelho de Cascais. Declarou que no dia sete de fevereiro, por volta das 20h48, quando exercia a função de ajudante do chefe na estação do Cais do Sodré, foi abordado por Victor Falcão e Aquilino, que lhe perguntaram qual era o último transporte ferroviário da noite. Perante a resposta – 24h00 –, os dois jornalistas teriam protestado, alcunhando-o de “monárquico”. Só depois decidiram ir embora (ainda que de modo temporário), provavelmente para Santo Amaro de Oeiras.

De acordo com Armando de Matos, por volta das 21h30, altura em que iria partir outro comboio, Falcão e Aquilino regressaram ao Cais do Sodré e exibiram

---

<sup>339</sup> Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>340</sup> Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

cartões que demonstravam a sua ligação ao comité revolucionário. Face ao desenrolar dos acontecimentos, voltaram a protestar, de modo a que fossem colocados em circulação mais comboios.

Os dois jornalistas teriam então sido intimados a abandonar o gabinete da inspeção, mas recusaram-se terminantemente a fazê-lo. Nessa sequência, Aquilino teria encetado conversações com o inspetor Morgado e da conversa travada acordou-se adiar a partida do comboio em 40 minutos (00h40).

Ainda descontentes – pois pretendiam mais comboios –, os dois civis demonstraram vontade em tomar de assalto o posto telefónico central, o que só não conseguiram concretizar devido à intervenção dos funcionários da ferrovia<sup>341</sup>.

Outro dos indivíduos interrogados no âmbito das investigações levadas a cabo pela Comissão de Averiguações, constituída na sequência da revolta de 1927, foi o regedor da freguesia da vila de Cascais, Francisco Constancio, que declarou ter visto Aquilino, no dia oito, junto ao edifício da guarda-fiscal, em Cascais, à conversa com o cabo Francisco Fernandes, o soldado Manuel Gama e outro indivíduo conhecido como “Chico Maluco”<sup>342</sup>, todos eles afetos à revolta.

Quando o regedor da vila de Cascais se aproximou dos supraditos civis, estes ter-lhe-iam dito que “os revoltosos estavam senhores da situação e que o governo tinha que se entregar. Chegara mesmo o tal indivíduo Aquilino Ribeiro a dizer que o Carvalho Araújo estava bombardeando a cidade”<sup>343</sup>. De facto, o aludido cruzador, à época fundeado no Tejo, aderiu à revolta, mas devido a várias avarias teve necessidade de recorrer aos rebocadores para conseguir avançar. No dia oito de fevereiro, disparou sobre a cidade de Lisboa, ainda que sem qualquer eficácia.

Interessante também se nos afigura o testemunho de Rui Mendes, ao qual Victor Falcão, exaltado, teria respondido que um “parvo” o queria prender:

sob acusação de que ele Victor Falcão, Aquilino Ribeiro e Ribeiro de Carvalho estavam [ali] em Cascais com a missão de revolucionarem a guarnição do Vasco da Gama, dizendo ainda [que] se os filhos de Cascais fossem doutra força as coisas correriam doutra maneira, tanto mais que tinha a guarda-fiscal por seu lado<sup>344</sup>.

---

<sup>341</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>342</sup> Interrogatório concretizado no dia 26/2/1927. Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>343</sup> Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>344</sup> Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

Na sequência dos vários interrogatórios já efetuados, o diretor da Comissão de Averiguações ordenou, no dia seis de março de 1927, a detenção de Aquilino, Victor Falcão e Ribeiro de Carvalho, o que, em relação aos dois primeiros casos, nunca viria a concretizar-se, devido ao permanente paradeiro incerto dos mesmos.

Já no dia 30 de março, foi ouvido, na qualidade de testemunha, Francisco Santos, que declarou considerar crime que Ribeiro de Carvalho, Victor Falcão e Aquilino se deslocassem a uma terra pequena como Cascais para “tentar fazer a apologia da revolução a uma dúzia de soldados que se encontravam na cidadela quase sem munições e a três ou quatro polícias”<sup>345</sup>. Ainda segundo o depoente, os três revolucionários procuraram falar com a tripulação do Vasco da Gama e, segundo pensava, aguardariam mesmo um presumível desembarque da guarnição daquele barco, para auxílio dos revoltosos. O testemunho de Alexandre de Carvalho, recolhido no dia seis de abril de 1927, ia no mesmo sentido: Aquilino e Victor Falcão teriam permanecido em Cascais, com o objetivo de insubordinar a guarnição do Vasco da Gama<sup>346</sup>.

Curiosamente, consta do processo n.º 134 uma autêntica preciosidade alfarrabista. Referimo-nos a uma declaração assinada por Aquilino Ribeiro, datada de 14 de junho de 1927, através da qual o escritor constituía seu procurador José Montez, advogado na comarca de Lisboa:

Eu, abaixo assinado, Aquilino Ribeiro, casado, escritor, residente em Santo Amaro de Oeiras, 4: Largo do Conde de Tomar, constituo meu bastante procurador o Ex.mo Senhor Dr. José Montez, advogado na comarca de Lisboa, a quem dou todos os poderes em direito, incluindo os de poder substabelecer uma e mais vezes, necessários para me representar em todo e qualquer tribunal civil ou militar, e aí defender e alegar todos os meus direitos em qualquer processo civil, comercial, criminal, administrativo e fiscal<sup>347</sup>.

A decisão de encaminhar o julgamento para o Tribunal Militar foi tomada no dia quatro de julho de 1927, pelo próprio ministro da guerra Passos e Sousa. Depois de analisar o auto de investigação, concluiu que Victor Falcão, Ribeiro de Carvalho e Aquilino tomaram parte ativa nos acontecimentos revolucionários integrando “um

---

<sup>345</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>346</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>347</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

grupo de civis, sem armas, que no referido dia sete, em Oeiras tentaram mobilizar para o serviço de revoltosos uma camioneta que por ali passava<sup>348</sup>.

Aquilino continuava, porém, em parte incerta. Recorde-se que, na sequência da sua participação na gorada revolta de fevereiro, o escritor fugira do país. Já em Espanha (San Sebastian), que à época vivia sob a ditadura do general Primo de Rivera (1870-1930), obteve, em março de 1927, o passaporte que lhe permitiu chegar a França. Replicava, afinal, o trajeto de centenas de fugitivos republicanos, que, após o malogro da revolta, procuraram abrigo nos dois países vizinhos. Repare-se que muitos resistentes ao fascismo italiano também procuraram refúgio em França, mormente ao longo da década de 20<sup>349</sup>.

Em Portugal, as diligências judiciais prosseguiram, pelo que, no dia 26 de agosto de 1927, o ministro da guerra determinou que os réus em causa, entre os quais se incluía Aquilino, respondessem perante o Tribunal Militar, atendendo a que ficou provado que:

tomaram parte no movimento revolucionário que eclodiu em Lisboa em 7 de fevereiro último, incitando em Cascais, os habitantes do território português e militares ao serviço do exército a terra e mar a levantarem contra a autoridade do Presidente da República, o que é crime, quanto ao primeiro, do artigo 1.º n.º 4 e quanto aos restantes, do artigo 1.º § 1.º, todos da Lei de 30 de abril de 1912<sup>350</sup>.

Vale a pena recuperar a supradita lei republicana de 1912, porquanto este diploma voltará a ser repetidamente citado no decurso deste capítulo. Eis os seus principais pontos:

Artigo 1.º

N.º 4. Serão punidos com a pena de prisão maior celular por seis anos, seguida de dez de degredo, ou, em alternativa, com a pena fixa de degredo por vinte anos:

1.º Os que tentarem restabelecer a forma de governo monárquico ou, por outro modo, destruir ou mudar a forma de Governo Republicano;

2.º Os que tentarem destruir a integridade territorial da República Portuguesa;

3.º Os que excitarem os habitantes do território português à guerra civil, e se deverem considerar autores, segundo as regras gerais da lei;

4.º Os que excitarem os habitantes do território português, ou quaisquer militares ao serviço português de terra ou de mar, a levantarem-se contra a autoridade do Presidente

---

<sup>348</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>349</sup> Cf. Renzo de Felice – *Breve História do Fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, 1.ª edição, Lisboa, Casa das Letras, 2005, p. 86.

<sup>350</sup> Cf. AHM: processo n.º 178, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

da República ou contra o livre exercício das faculdades conferidas pela Constituição aos Ministros do Governo da República [...].

§ 1.º Os co-réus, considerados cúmplices, nos casos previstos em os n.ºs 3 e 4 deste artigo, serão punidos com a pena de dois anos a oito anos de prisão maior celular, ou, em alternativa, em degredo temporário<sup>351</sup>.

No caso de Aquilino, será, porém, necessário avançar até 1929 para conhecer a sentença final do julgamento, cujas audiências iniciais foram agendadas para o dia 20 de setembro de 1927. Numa carta enviada de Paris por Correia da Costa ao autor de *Jardim das Tormentas* teciam-se algumas considerações interessantes sobre esta matéria. A fazer fé no envelope da referida missiva, datada de 15 de setembro de 1927, o nosso biografado estaria nessa altura instalado num hotel dos Baixos-Pirenéus, no extremo sudoeste do território francês:

No século [jornal] de 12, vem a notícia de que você e o Victor Falcão são julgados no dia 20 deste mês. O seu advogado é o dr. José Montez e o do Falcão e dos outros réus é o capitão J. Botelho Moraes. Acrescenta a seguir “O Século” que consta que você e os outros réus, ausentes se apresentarão no dia da audiência. A opinião do Montez e do Carrapatoso é de que não entre em Portugal antes do resultado da audiência. O Carrapatoso tem assim partido nos começos de outubro para Portugal e podendo fará a travessia da fronteira consigo<sup>352</sup>.

Na sequência da sessão de 20 de setembro de 1927, o Ministério Público acusou Aquilino e Falcão de “diversas faltas” puníveis pela lei de 30 de abril de 1912, registando igualmente que os arguidos se encontravam em parte incerta<sup>353</sup>. Cerca de dois anos depois, acabariam por ser julgados à revelia<sup>354</sup>. Através do cruzamento de fontes, é também possível constatar que Ribeiro de Carvalho decidiu comparecer à supradita audiência de setembro de 1927, no decurso da qual tomou mesmo a palavra para apresentar a sua defesa:

Eu fui preso após os acontecimentos revolucionários, e depois fui posto em liberdade por nada se ter provado contra mim. Nessa altura, era acusado de ter cumprimentado o sr. Aquilino Ribeiro, o que me parece não ser crime. Garanto sob minha honra que

---

<sup>351</sup> Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1912*, 1.º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 260.

<sup>352</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1721).

<sup>353</sup> Aquando da acusação, seria invocado o artigo 1.º da lei republicana: n.º 1, n.º 4 e § 1.º Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>354</sup> Através dos éditos publicados no *Diário do Governo* (n.ºs 67 e 68, III série), de 22 e 23/3/1929, citavam-se os réus, ausentes em lugar desconhecido, para se apresentarem no TME, no prazo de 20 dias, a fim de serem submetidos a julgamento, findo o qual seriam julgados à revelia.

nunca estive em Oeiras. Fui para Cascais, no dia da revolução, para me afastar dessa agitação, porque noutras situações tenho já tido outros amargos de boca. Em Cascais não houve a menor alteração da ordem pública<sup>355</sup>.

Conseguimos ainda perceber que, numa fase posterior, Ribeiro de Carvalho foi novamente detido. Uma fotografia coloca-o na Penitenciária de Lisboa, em 30 de outubro de 1927, tendo também sido encaminhado para o Forte de Monsanto, em data que não conseguimos precisar. No ano seguinte, encontrava-se no exílio na Madeira, onde acabou depois por participar na revolta de 1931<sup>356</sup>.

Antes de avançar para a leitura da sentença final sobre Aquilino (julgado à revelia em 1929), será interessante apresentar uma síntese diacrónica dos principais momentos que teriam marcado a participação do prosador na insurreição, até porque as várias pistas já apresentadas poder-nos-ão ajudar a construir uma representação mais detalhada acerca da sua intervenção. Afinal, se é certo que a História não pode limitar-se a perseguir uma simples enumeração dos acontecimentos, a verdade é que estes revelam-se decisivos para sustentar as interpretações apresentadas:

### **7 de fevereiro**

– (à tarde?): em Oeiras, Aquilino teria colaborado na tentativa de mobilizar uma camioneta para o serviço dos revoltosos;

– 20h48: teria estado na estação dos comboios do Cais do Sodré. Depois, teria partido para Santo Amaro de Oeiras, com o objetivo de sublevar o Forte de Caxias;

– por volta das 21h30: regressou ao Cais do Sodré, conseguindo adiar a partida de um comboio em 40 minutos. Aquilino e Victor Falcão teriam mesmo demonstrado vontade em assaltar o posto telefónico central da aludida estação ferroviária.

### **8 de fevereiro**

– em Cascais, Aquilino, Falcão e Ribeiro de Carvalho teriam procurado insubordinar os marinheiros do Vasco da Gama. Algumas fontes referem a existência de comícios;

---

<sup>355</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 20/9/1927, p. 8.

<sup>356</sup> Cf. Jorge Trigo e Luís Miguel Baptista – *ob. cit.*, 2005, sobretudo ps. 39, 132 e 133.

– em Cascais, junto ao edifício da guarda-fiscal, à conversa com Francisco Fernandes, Manuel Gama e Chico “Maluco”, que teriam aderido à revolta. Ação de propaganda, para incitar à revolta.

### **9 de fevereiro:**

– após o fim da insurreição, Aquilino teria permanecido alguns dias no Estoril<sup>357</sup>.

Seriam estes indícios confirmados em tribunal? Qual a sentença final proferida contra o escritor?

### **3. Condenado, em tribunal de guerra**

O texto da acusação formal ao nosso biografado apenas foi elaborado no dia 18 de março de 1929, pelo promotor do Ministério Público, coronel José Coutinho de Gouveia.

Victor Falcão e Aquilino foram incriminados de “terem tomado parte ativa nos acontecimentos registados em Oeiras e Cascais por ocasião do movimento revolucionário que eclodiu em Lisboa, no dia 7 de fevereiro de 1927”<sup>358</sup>, o que, como tivemos oportunidade de escrever, poderia traduzir-se numa pena de prisão entre dois a oito anos ou de degredo temporário.

Será pertinente dizer que, no decurso do processo, a defesa dos arguidos procurou combater a acusação anterior, argumentando, entre outros aspetos, que:

os réus Victor Falcão, jornalista e Aquilino Ribeiro, escritor, negam a acusação do libelo, porquanto não praticaram os factos criminosos que lhes são atribuídos e os que, porventura, cometeram, praticaram-nos sem intenção criminosa e sem culpa.

Alega a defesa, além da falta de intenção criminosa, todas as circunstâncias que lhes forem aproveitantes<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>358</sup> Crime previsto no § 1.º do artigo 1.º, da lei de 30/4/1912. Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>359</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

Entre outras atenuantes, o advogado de Aquilino invocou o bom comportamento anterior do réu e o facto de, pouco tempo depois, o seu cliente ter deixado de praticar esses atos revolucionários. Pese embora estas palavras, cumpre registar que o nosso biografado acabaria por envolver-se de modo direto na “revolta do castelo”, em 20 de julho de 1928, portanto quando apenas eram volvidos cerca de 17 meses após a revolta de fevereiro e quando ainda nem sequer era conhecida a sentença judicial daí decorrente.

O julgamento final concretizou-se no dia 25 de maio de 1929. Pelas 11h00, na cidade de Lisboa, na sala de audiências do TME, em Santa Clara, então presidido pelo coronel de artilharia Guilherme de Campos Gonzaga, foram divulgadas as sentenças finais.

Victor Falcão foi condenado a um ano de prisão correccional e igual tempo de multa à razão de 5\$00 por dia (ou seja, cerca de 1800\$00) e Aquilino Ribeiro em seis meses de prisão correccional e igual tempo de multa à razão de 5\$00 por dia (ou seja, cerca de 900\$00), multas que para o caso de não serem pagas seriam substituídas por igual tempo de prisão correccional<sup>360</sup>. Ou seja, não procedendo ao pagamento da multa, Falcão teria de cumprir dois anos de prisão e Aquilino um ano. Já em relação a Ribeiro de Carvalho, as fontes são omissas sobre a sentença final do TME<sup>361</sup>.

Mencione-se que, nesta sequência, no dia 27 de maio de 1929, o Promotor de Justiça José Coutinho de Gouveia escreveu o seguinte texto, aplicável a Aquilino e Falcão:

Por ter cometido o crime previsto e punido pelo § 1.º do artigo 1.º da Lei de 30 de abril de 1912, mas sem intenção criminosa pelo que se acha ao abrigo da sanção penal do artigo 110.º do Código Penal requiero que a sentença se cumpra nos termos do § 1.º do artigo 21.º do Decreto n.º 13 392 de 31 de março de 1927<sup>362</sup>.

---

<sup>360</sup> Ata do julgamento de Aquilino Ribeiro e Victor Falcão. Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

<sup>361</sup> O “Ato de Acusação” contra Ribeiro de Carvalho deu entrada no TME, no dia 20/9/1927. Cf. Jorge Trigo e Luís Miguel Baptista – *ob. cit.*, 2005, p. 132. Os biógrafos de Ribeiro de Carvalho são omissos em relação à sentença final que teria recaído sobre o jornalista, após a revolta de 1927.

<sup>362</sup> Cf. AHM: processo n.º 134, pacote 5, caixa 9, pasta 13.

Por conseguinte, não existindo recurso, a sentença passaria logo em julgado<sup>363</sup>, o que equivalia ao fim do processo. Esta proposta seria, de resto, aceite pelo ministro da guerra, Júlio Ernesto de Moraes Sarmento, no dia 30 de maio de 1929.

Diga-se que, já antes do próprio julgamento final, mais concretamente no dia 15 de janeiro de 1929, um documento<sup>364</sup> da Direção-Geral do Ensino Primário e Normal determinara que Aquilino Ribeiro fosse afastado do seu lugar na BN, através de um despacho assinado nesse mesmo dia pelo Presidente da República Óscar Carmona e pelo ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974)<sup>365</sup>. Igual destino conheceram, nessa mesma data, Jaime Cortesão e Raul Proença, que também foram demitidos dos seus cargos de diretor-geral e diretor dos serviços técnicos da BN, respetivamente. David Ferreira também foi afastado da BN, na sequência da revolta de fevereiro.

Em síntese, da análise dos processos 134 e 178 fica confirmada a colaboração de Aquilino na ação propagandista para aliciar apoiantes, com especial enfoque nas localidades de Cascais e Oeiras. De modo sintomático, numa carta datada de nove de junho de 1930 enviada por Bernardino Machado a Raul Proença, funcionário da BN entre 1911 e 1927, o antigo Presidente da República queixava-se da falta de propaganda que à época se fazia sentir, lamentando-se a esse respeito da ausência de Aquilino<sup>366</sup>, que, por exemplo, havia colaborado no “Manifesto” da Liga de Paris, escrito por António Sérgio, em 1927<sup>367</sup>. No aludido documento, pode ler-se: “A República portuguesa está de pé apenas nominalmente. Que resta dela mais do que a bandeira? Que outros sinais temos de que existe, além dos vivas dos ditadores à hora animada e complacente dos festins?!”<sup>368</sup>.

---

<sup>363</sup> Artigo 21.º do decreto n.º 13 392 de 31/3/1927. Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1927*, 1.º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931, p. 343.

<sup>364</sup> Publicado no *Diário do Governo*, II série, n.º 14, de 17/1/1929 e republicado no n.º 27, de 2/2/1929, por se terem detetado falhas aquando da primeira publicação. O escritor seria reintegrado, a título póstumo, em 14/8/1980, pelo decreto-lei n.º 275/80, assinado por António Ramalho Eanes (1935-) e Francisco Sá Carneiro (1934-1980).

<sup>365</sup> Documentos integrados no proc. n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, pp. 344-345.

<sup>366</sup> Cf. Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, p. 102.

<sup>367</sup> Cf. carta de António Sérgio para Raul Proença, datada de abril de 1927, *apud* Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, p. 47.

<sup>368</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques – *A Literatura Clandestina em Portugal 1926-1932*, volume I, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 173. Uma versão manuscrita deste manifesto pode ser encontrada em Congresso de Estudos Aquilínianos (organização) – *Homenagem a Aquilino: Aquilino desconhecido*

De acordo com um dos relatos das sessões iniciais da assembleia-geral da Liga de Paris, Aquilino Ribeiro teria apresentado e defendido, logo em abril de 1927, a seguinte moção:

Os emigrados portugueses residentes em Paris, fiéis aos princípios constitucionais, protestando a sua fé na República e aproveitando o ensejo para manifestar a sua reprovação por toda a obra governamental posterior ao 28 de maio, deliberam manter-se alheios a acordos ou entendimentos a fechar ou fechados entre republicanos e os homens da Ditadura<sup>369</sup>.

A moção em causa, na qual era evidente a intransigência, sobretudo, da esquerda mais radical em negociar com a ditadura, acabou, no entanto, por ser preterida, tendo sido escolhida aquela que foi apresentada pelo advogado e major do exército Álvaro Xavier de Castro (1878-1928), que, de resto, respeitava a que havia sido criada logo no dia quatro de abril.

Recorde-se que, em fevereiro de 1927, o autor teria colaborado *in loco* na nevrálgica questão dos transportes, além de ter espalhado boatos sobre o sucesso da insurreição, o que vem confirmar a hipótese inicial que inspirou o presente capítulo, a respeito da possível intervenção de Aquilino enquanto propagandista. Na medida em que Aquilino Ribeiro era, fundamentalmente, um prestigiado escritor, ou seja, um especialista das palavras – mas também um consagrado homem de ação, já durante a fase final da Monarquia Constitucional –, cujo carisma arrastava atrás de si outros republicanos, é natural que os líderes do “revirinho” procurassem rentabilizar as suas potencialidades. Em fevereiro de 1927, a geografia das suas movimentações circunscreveu-se, *grosso modo*, à atual Linha de Cascais, constituindo à época o comboio um meio de transporte fundamental para a chegada em tempo útil dos revolucionários ao local pretendido, bem como para agilizar a interação concertada entre os vários tentáculos da revolta. Assim se justificam as constantes movimentações do nosso biografado ao longo da linha de comboio junto ao Tejo. Para que o nosso leitor tenha uma ideia mais aproximada sobre as movimentações efetuadas, interessa detalhar que, na atualidade, o percurso ferroviário entre Cascais e o Cais do Sodré demora cerca de 1h a completar, enquanto o trajeto de comboio

---

(catálogo), Paredes de Coura, Árvores – Cooperativa de atividades artísticas, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000, p. 50.

<sup>369</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques (direção) – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928: a questão do empréstimo externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, p. 7.

entre Santo Amaro de Oeiras e o Cais do Sodré pode ser feito em cerca de 20 minutos.

O facto de Aquilino ter “trabalhado” numa área mais periférica poderá estar relacionado com a tentativa de insubordinar o navio “Vasco da Gama” (algo que parece nunca ter sido conseguido), garantir a ligação entre os vários setores e aliciar outros apoiantes para a revolta, encaminhando-os depois para os palcos centrais de combate. Atendendo às fragilidades do cruzador “Carvalho Araújo”, a mobilização de mais um navio e da sua tripulação teria sido importante para os revoltosos.

Em certo sentido, *Ricardo*, a personagem central do romance *O Arcanjo Negro* (1.<sup>a</sup> edição: 1947), parece ter sido, com as necessárias ressalvas, inspirada nalgumas das experiências do próprio escritor, no âmbito da sedição em causa. Escreveu Aquilino a respeito daquele advogado: “Depois em nome duma vaga Junta rompeu a aliciar oficiais e civis a torto e a direito, e até gente com quem mantinha relações de civilidade, se não era que a conhecia apenas de vista ou de nome”<sup>370</sup>. De modo sintomático, numa entrevista que concedeu em 1952, o prosador classificou este romance (ao qual teremos oportunidade de regressar na última parte deste estudo) como o mais “sentido”<sup>371</sup> dos seus livros.

A descrição apresentada a respeito de *Libório Barradas* na obra *A Via Sinuosa* parece, pois, encaixar que nem uma luva no percurso do próprio Aquilino, pelo menos até ao final da década de 20: “Libório Barradas não é apenas o revolucionário capaz de empunhar uma espingarda, mas o cérebro apto a fazer vingar uma ideia”<sup>372</sup>.

A fuga do escritor para França, na sequência da revolta de 1927, determinou o seu julgamento à revelia, tendo a sua prisão sido ordenada logo no dia seis de março. A sentença final apenas foi proferida no dia 25 de maio de 1929: seis meses de prisão e igual tempo de multa à razão de 5\$00 por dia. A notícia da condenação atravessaria o Atlântico, como o comprova a sua divulgação, por exemplo, no jornal *Globo*<sup>373</sup>.

---

<sup>370</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], p. 86.

<sup>371</sup> Entrevista de Aquilino ao jornal *Voz de Portugal*, em maio de 1952. Cf. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.059.007> [5/10/2017].

<sup>372</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1983 (c), p. 256.

<sup>373</sup> Cf. *O Globo*, 27/5/1929, p. 3. Consultado a partir de <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/> [26/12/2017].

Importa agora escrever que algumas narrativas destacam uma ação ainda mais impetuosa do escritor, no contexto da revolta de 1927. A este respeito, o historiador Fernando Rosas, num documentário televisivo sobre Aquilino Ribeiro, descreveu a participação do nosso biografado na revolta de Lisboa, sem no entanto fazer qualquer referência às fontes em que se baseava:

ele faz parte dos combatentes que ocupam o setor dos ministérios do Terreiro do Paço, a zona oeste dos ministérios, ocupam os ministérios e o arsenal de marinha. Essa parte da revolta nunca se consegue unir com a outra chefiada pelo Agatão Lança que anda pelos lados do Rato e da rua da Escola Politécnica. Fica aí. É aí cercado, é aí bombardeado. Bate-se durante dois dias, até ao dia oito/nove de fevereiro e o Aquilino Ribeiro é ferido, é ferido por um estilhaço de granada e vai ter que abandonar, enfim, a zona que ocupa nas instalações dos ministérios ferido, ferido na testa e carregado pelo meu avô materno Filipe Mendes [advogado: 1891-1966] que era um também, era um dos dirigentes civis dessa revolta militar<sup>374</sup>.

Outrossim, segundo Raúl Rêgo (1913-2002), em 1927, Aquilino teria mesmo comandado grupos de civis no ataque ao Arsenal<sup>375</sup>. Idêntica afirmação é proferida por Luís Vidigal: “Aquilino participa, na capital, de armas na mão, na frustrada e sangrenta revolta de 7 de fevereiro, comandando grupos de civis no ataque ao Arsenal”<sup>376</sup>. Em ambos os casos, não são indicadas as fontes consultadas. Ainda assim, atendendo à influência que o prosador parecia exercer em Victor Falcão não nos parece de todo improvável que, pelo menos, este jornalista tivesse atuado em função das ordens de Aquilino.

Recorde-se que o ferroviário Armando de Matos declarou que os dois “jornalistas” teriam mesmo tentado tomar de assalto o posto telefónico central, o que não foi conseguido devido à pronta intervenção dos funcionários. Ainda de acordo com Armando de Matos, Aquilino e Victor Falcão exibiram cartões, que comprovavam a respetiva ligação ao comité revolucionário.

A existência de múltiplos grupos revolucionários, organizados em *comités*, para além das intervenções isoladas e improvisadas, em função do desenrolar dos

---

<sup>374</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O Lugar da História* (documentário), RTP2, 2000 – <http://www.youtube.com/watch?v=FvzVv9Mjre0> [23/12/2017]. Cf. também II sessão do ciclo “Aquilino: o tempo da clandestinidade e dos exílios”, Lisboa, Biblioteca da Assembleia da República, 2013: <https://www.youtube.com/watch?v=FFLdufZyB2E> [22/4/2018].

<sup>375</sup> Cf. Raúl Rêgo – *Aquilino Ribeiro, Cadernos FAOJ*, Lisboa, s.d, p. 9.

<sup>376</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 59.

acontecimentos<sup>377</sup>, contribuem para tornar ainda mais difícil perscrutar a interligação entre os vários elos da revolta, no âmbito do seu espírito mais global. Todavia, as fontes analisadas permitiram-nos apresentar uma perspetiva geral dos principais vetores que nortearam a intervenção do escritor durante a sedição. Uma matéria que, reforce-se, não é abordada por Aquilino nas suas memórias, o que, de *per si*, também constitui um importante elemento de reflexão acerca da sensibilidade deste assunto. Um dos raros textos de Aquilino que versa esta matéria debruça-se sobre um encontro fugaz que teve, “à esquina do hotel de S. Pedro de Alcântara [Largo do Rato] em que se estabelecera o quartel-general”<sup>378</sup>, com Stuart de Carvalhais (1887-1961), que aparece travestido no romance *O Arcanjo Negro* sob o nome de *Rangel*.

Perante o que ficou escrito, pode concluir-se que Aquilino Ribeiro desempenhou, sobretudo, um papel de propagandista (no sentido de ajudar a divulgar uma ideia e angariar apoiantes para a causa), mas também de intervenção direta no terreno (desde logo, na tentativa de angariar transportes), em estreita articulação com dois jornalistas: Victor Falcão e Ribeiro de Carvalho.

Importa, a este respeito, explicitar um pouco melhor qual a importância da propaganda já na época. Repare-se que os jornais *A Batalha* e o *Diário de Notícias* editaram suplementos de apoio à revolta de 1927, enquanto ela decorria. Consciente desta realidade cada vez mais premente, na sequência do malogro da sedição, a Ditadura Nacional tomou medidas duras em relação à propaganda subversiva, penalizando-a de modo severo<sup>379</sup>. Não é, de resto, por acaso que os panfletos e a literatura clandestina desempenharam um papel fulcral para as oposições, quer durante a Ditadura Militar, quer durante o Estado Novo<sup>380</sup>, destacando-se, neste último caso, a ação desempenhada por centenas de simpatizantes ou filiados no Partido Comunista.

---

<sup>377</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel – *ob. cit.*, 2014, p. 63.

<sup>378</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, “Relance à vida e arte de Stuart de Carvalhais”, in Aníbal Aquilino Ribeiro (direção) – *ob. cit.*, n.º 17, ano V, janeiro-março de 1994, p. 7. O episódio em causa foi recuperado por Aquilino, em 1962, quando redigiu o prefácio à obra *Stuart e os seus bonecos* (Lisboa, Edição de Armando Paulouro, 1962).

<sup>379</sup> Cf. decreto n.º 13 465, de 16/4/1927.

<sup>380</sup> Cf. A. H. Oliveira Marques – *A Literatura Clandestina em Portugal 1926-1932*, volumes I e II, Lisboa, Fragmentos, 1990 e, por exemplo, José Pacheco Pereira – *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*, 1.ª edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

Em relação à morosidade de todo o processo judicial (mais de dois anos), reconheça-se que, apesar de tudo, se tratou de algo comum nesta matéria, pois pelos “finais de 1930 estava longe de se encontrar concluído o julgamento da maioria dos implicados nas revoltas dos anos anteriores contra a Ditadura Militar, até porque centenas deles se encontravam dispersos pelo exílio e pela deportação”<sup>381</sup>. Ora, era precisamente este o caso de Aquilino. Retenha-se que o próprio Adalberto Gastão de Sousa Dias – um dos destacados líderes do movimento revolucionário de 1927, no Porto – apenas foi julgado em abril de 1929.

Todavia, o que acabámos de escrever não deverá levar-nos a ignorar que, na sequência da revolta de 1927, foram implementadas medidas repressivas draconianas<sup>382</sup>, representando a própria criação do tribunal militar extraordinário<sup>383</sup> uma consequência desta insurreição. Ademais, os principais líderes revolucionários foram afastados dos seus postos de trabalho, caso de Raul Proença, Jaime Cortesão e o historiador e seareiro David Ferreira, até então a exercerem funções na BN. Outros republicanos foram mesmo expulsos do país, apesar de não estarem diretamente implicados no movimento, como foi o caso de Bernardino Machado – sogro de Aquilino, a partir de junho de 1929. E logo no dia nove de fevereiro de 1927, na sequência da rendição, foram efetuados vários fuzilamentos no Largo do Rato, junto ao chafariz.

Não será também despidendo recordar que, após o 3-7 de fevereiro, graças à atuação concertada de várias ferramentas repressivas governamentais, alguns jornais e revistas nacionais deixaram de ser publicados. Falamos inclusive de diários como *O Mundo* (do Partido Republicano da Esquerda Democrática, dirigido por Urbano Rodrigues, 1888-1971), *O Rebate* (do PRP) e *A Batalha* (diário da Confederação Geral dos Trabalhadores, cuja sede acabaria por ser destruída no dia dois de novembro de 1927)<sup>384</sup>. E a vitória sobre os revoltosos do Porto, no dia sete de

---

<sup>381</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 36.

<sup>382</sup> Sobre esta matéria, cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 22.

<sup>383</sup> Como recordou Fernando Rosas, o “primeiro tribunal militar extraordinário, para julgar crimes de rebelião, foi criado na sequência da revolta de 3-7 de fevereiro” pelo decreto 13 392, de 31/3/1927. Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 26.

<sup>384</sup> Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *A política de informação no regime fascista*, 1.º volume, 2.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980, pp. 6-7.

fevereiro, chegaria mesmo a ser comemorada pelo Estado Novo<sup>385</sup>, uma iniciativa que deverá ser enquadrada no espírito nacionalista de divulgar uma determinada representação oficial da História, no âmbito da qual também se procurava difundir uma clara dicotomia entre a ordem e a prosperidade do presente (leia-se, regime salazarista) por oposição à “balbúrdia sanguinolenta”<sup>386</sup> da I República.

Como tivemos oportunidade de registar, após o fracasso da insurreição, Aquilino partiu para o seu segundo exílio em França<sup>387</sup> (o seu filho Aníbal permaneceria em Lisboa, onde estudava). Já em Paris, a fazer fé nos relatórios da polícia francesa, em junho de 1927, Aquilino procurou incentivar os jovens estudantes universitários do *Quartier Latin* a apoiarem a causa republicana portuguesa<sup>388</sup>.

Todavia, pouco tempo depois Aquilino teria de regressar clandestinamente a Portugal, por motivos de doença da sua esposa, a alemã Grete Tiedman. Esta acabaria por falecer em 19 de setembro de 1927, pouco antes do meio-dia, vindo a ser sepultada no cemitério de Soutosa, na campa rasa onde repousava o pai do escritor, Joaquim Francisco Ribeiro. A sua beleza é evidente nas fotografias que chegaram até nós, merecendo também realce a sua formação superior, para além dos dotes musicais<sup>389</sup>. Grete, que era filha de um advogado, teria mesmo sido “a primeira mulher de Parchim que estudou em Paris, na Sorbonne”<sup>390</sup>. Recorde-se que o casal se teria conhecido, por volta de 1910, na aludida universidade, onde ambos estudavam. Após a morte de Grete (talvez por problemas pulmonares<sup>391</sup>), Aquilino teria

---

<sup>385</sup> De modo sintomático, no filme de propaganda *A Revolução de Maio*, realizado por António Lopes Ribeiro, em 1937, *César Valente* é apresentado como sendo um perigoso agitador (provavelmente comunista), que teria participado na revolta de fevereiro de 1927. Depois de conhecer *Maria Clara* – cujo pai havia sido morto pelos revoltosos de fevereiro –, *César Valente* inicia o seu processo de conversão ao Estado Novo. Cf. António Lopes Ribeiro (realizador) – *A Revolução de Maio*, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema (1.ª edição: 1937), 2018.

<sup>386</sup> Cf. Luís Reis Torgal – *Estados Novos Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, volume 1, 1.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 541.

<sup>387</sup> Grete Tiedmann escreveu nos seus apontamentos que Aquilino chegou a Soutosa no dia 16 de abril de 1927, tendo este depois partido para Paris. Atravessou a fronteira espanhola no dia 18 e chegou a Paris no dia 22 de abril. Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 36, ano X, julho-setembro de 1999, p. 9.

<sup>388</sup> Cf. relatório da polícia francesa, datado de 20/6/1927, *apud* Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, p. 48.

<sup>389</sup> Em Paris, o casal possuía mesmo um piano, que, após o fim do primeiro exílio, em 1914, foi necessário enviar para Portugal. Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2018, ps. 93 e 119.

<sup>390</sup> Cf. testemunho de Wolfgang Kaelcke, *in* Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 33, ano IX, outubro-dezembro de 1998, p. 5.

<sup>391</sup> Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2018, p. 79.

permanecido, de modo clandestino, em Portugal, durante algum tempo, muito provavelmente nas Beiras.

Esta perda constituiu um dos acontecimentos mais traumáticos da vida de Aquilino, como bem o demonstra a seguinte passagem do dramático texto “Nevermore”, escrito menos de dois meses depois daquele falecimento e inicialmente editado na revista *Ilustração*, em 16 de novembro de 1927:

Para os que sofrem à beira de uma sepultura ainda fumegante, as religiões são um adorável e benigno narcótico. Mas para aqueles em que se converteu em doce ilusão a crença na vida eterna ou, simplesmente, a sobrevivência dos espíritos, desesperada é a sua tortura e negro o seu desespero.

[...] Chove; a festa dos defuntos, fiéis e infiéis, já lá vai; a terra vestiu-se toda de verde, que é o seu luto pesado; o céu cobriu-se de névoa, que são os seus crepes. O homem desfazer-se-á em pranto de sua alma e de nada lhe valerá, Nevermore<sup>392</sup>.

Na obra *A batalha sem fim*, editada em 1931, a personagem *Pedro Algodres*, mestre de um barco, é descrita como alguém a quem havia falecido a mulher, deixando-lhe um menino e “uma destas mágoas, que só se curam com a terra do cemitério”<sup>393</sup>. Era precisamente o caso de Aquilino, pois, quando Grete morreu, em 1927, o seu filho Aníbal tinha apenas 13 anos.

No espólio do escritor na BN constam duas cartas dirigidas pelo nosso biografado a Raul Proença, onde são abordados os problemas de saúde de Grete Tiedmann. Por exemplo, numa missiva, datada de quatro de setembro de 1922, Aquilino comunicava, a partir do Coimbrão (freguesia do concelho de Leiria), não poder comparecer na BN, esgotados que eram os dois meses de licença anteriormente solicitada. Motivo: grave estado de saúde da sua esposa<sup>394</sup>. Numa nova carta, desta vez datada de cinco de setembro, dirigida ao professor Ferreira de Macedo (1887-1959), também a partir do Coimbrão, Aquilino escreveu:

O médico, infelizmente, não mentiu, mas que assim não fosse eu não poderia arriscar-me a partir já para Lisboa, sem possibilidades de ter casa, ou encontrá-la breve. Sabe, sou pobre, e não me posso arrastar com a família por hotéis<sup>395</sup>.

---

<sup>392</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), ps. 331 e 333.

<sup>393</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *A batalha sem fim*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1972, p. 19.

<sup>394</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1743) e, ainda sobre esta questão, D11/1742.

<sup>395</sup> Cf. *Aquilino Ribeiro: duas cartas desconhecidas a Raul Proença*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Célula dos Editores e Livreiros da ORL do PCP, 10.<sup>a</sup> Festa do Avante!, 1985, sem numeração.

Como escrevemos, a morte de Grete, em 1927, representou um dos momentos mais marcantes da vida do escritor<sup>396</sup>, a que poderemos ainda somar a morte de Aillaud<sup>397</sup>, em 1928, as experiências dos seus dois últimos exílios em França, com as profundas dificuldades económicas daí decorrentes, sobretudo se pensarmos num homem, já na fase final da década de 20, sem outros rendimentos além dos que provinham da escrita (em especial numa época em que os direitos de autor começavam apenas a dar os primeiros passos) e que tinha necessidade de criar um filho ainda bastante jovem. Numa carta que Jerónima Dantas Machado escreveu ao pai, Bernardino Machado, a partir de Vigo, em três de novembro de 1931 (portanto, após o nascimento do segundo filho de Aquilino), aquela desabafava ser impossível suportar a vida ali sem a mesada atribuída pelo progenitor, após o casamento<sup>398</sup>. E muitas outras cartas constantes no espólio do escritor poderiam aqui ser invocadas para testemunhar as dificuldades financeiras experimentadas pelo casal Ribeiro durante esse período.

Falamos, afinal, de um conjunto de circunstâncias que, segundo pensamos, marcarão, de modo indelével, o rumo da sua atuação ao longo da década de 30. Mas disso nos ocuparemos na última parte deste estudo.

Para fechar a abóbada deste capítulo, falta-nos apenas dizer que, apesar das várias purgas levadas a cabo pela Ditadura Nacional na sequência da malograda revolta de 1927, o “reviralho” voltaria à carga pouco depois, como bem o demonstra a “revolta do castelo”, em julho de 1928. Nela participaram vários indivíduos que colaboraram na revolta de fevereiro e que escaparam às detenções, casos de Agatão Lança e Aquilino Ribeiro. É nessa direção que iremos, portanto, prosseguir.

---

<sup>396</sup> Numa carta, sem data, enviada a Vitorino Nemésio, escreveu Aquilino: “Sou realmente muito infeliz e a mágoa de ter perdido o meu único e verdadeiro amor consome-me por dentro como uma labareda”. Cf. Aquilino Ribeiro, *apud* Jorge Reis – *ob. cit.*, 1988 (c), p. 90.

<sup>397</sup> Nas *Abóboras no Telhado*, Aquilino escreveu mesmo a respeito do seu editor: “A sua morte súbita foi, posso dizê-lo, um dos piores desastres da minha vida”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 45.

<sup>398</sup> Cf. Jerónima Dantas Machado, carta a Bernardino Machado, datada de 3/11/1931. Consultado a partir de *Casa Comum* (desenvolvido pela Fundação Mário Soares), *on-line*: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07006.032#!1> [12/12/2017].

## Capítulo 4 – A “revolta do castelo”, em 1928

### 1. Breve enquadramento

Como destacou Luís Farinha, a derrota do movimento revolucionário de fevereiro de 1927 tornou ainda mais visíveis as dissensões que atravessavam os vários feixes do republicanismo, pressionados pela urgência de derrubar a Ditadura Militar<sup>399</sup>. É precisamente essa autêntica “corrida contra o tempo” que nos permite compreender a saída à rua de outro golpe revolucionário, apenas cerca de um ano e meio depois daquele que acabámos de analisar nas páginas anteriores.

Vivia-se um período percecionado por vários republicanos como uma época do tudo ou nada, até porque a “eleição” de Óscar Carmona (25 de março de 1928) parecia dar a entender que a Ditadura Nacional estava cada vez mais consolidada. Isto, apesar de já em 1928 se começarem a fazer sentir os efeitos das medidas draconianas implementadas por Salazar, que tinha sucedido ao desastroso ministério das finanças de Sinel de Cordes, com um défice avaliado em 650 mil contos<sup>400</sup>.

O novo movimento, que ficaria conhecido como a “revolta do castelo”, teve o seu início no dia 20 de julho de 1928 e foi ensaiado em circunstâncias claramente desfavoráveis. Numa época em que se reclamava paz social e equilíbrio das finanças públicas, a base social de apoio do “revirinho” diluía-se de modo significativo. Sobretudo para a pequena burguesia das cidades e para as classes médias, este movimento político e militar convertia-se mesmo numa “causa sem futuro, e por isso perigosa”<sup>401</sup>. Para esse descrédito também contribuiu a campanha promovida pela Ditadura Nacional, por exemplo através do jornal *O Imparcial*, no decurso da qual os revolucionários e a própria Liga de Paris chegaram a ser associados aos bolchevistas<sup>402</sup>, espada de Dâmocles que pairava sobre a Europa após o sucesso da revolução russa de outubro de 1917. De resto, por volta de maio de 1927, ou seja, durante o segundo exílio do escritor, a polícia portuguesa teria enviado informações à

---

<sup>399</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 67.

<sup>400</sup> Cf. Carlos Ferrão – *História da 1.ª República*, 1.ª edição, Lisboa, Terra Livre, 1976, p. 89.

<sup>401</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 1998, p. 198.

<sup>402</sup> Cf. *O Imparcial*, edição n.º 60, 5/7/1927, p. 1, *apud* A. H. de Oliveira Marques (direção) – *ob. cit.*, 1976, p. 84.

sua congénere francesa, classificando Aquilino e António Sérgio como “intelectuais comunistas”<sup>403</sup>, o que, como sabemos, não corresponde à verdade dos factos.

Este crescente isolamento do “revirinho” não deve fazer-nos esquecer que a “revolta do castelo” contou com novos atores, nomeadamente “muitos republicanos moderados, que até há pouco tempo tinham apostado num entendimento com o setor republicano da Ditadura”. Juntaram-se-lhes vários oficiais demitidos ou reformados compulsivamente, muitos militares e intelectuais que haviam participado na revolta de fevereiro de 1927 e tinham conseguido escapar à prisão, além dos próprios militares exilados que regressaram ao país para participarem na sedição de julho<sup>404</sup>. Muitos terão sido instruídos nessas movimentações pela Liga de Defesa da República, mais conhecida como Liga de Paris, fundada por Afonso Costa, Bernardino Machado, José Domingos dos Santos (1885-1958) e António Sérgio, após o malogro de 1927.

O núcleo conspirativo do movimento de 20 de julho de 1928 encontrava-se sediado no castelo de São Jorge, em Lisboa, facto que nos ajuda a compreender que a insurreição tenha ficado para a História associada ao “castelo”. Entre os cabecilhas do movimento poderão destacar-se, entre outros, os casos do coronel do Estado-Maior José Esteves da Conceição Mascarenhas (1881-1955), do capitão-tenente Philemon de Almeida (1882-1962) e do major Sarmento de Beires (1893-1974).

Na capital, a revolta rebentou por volta das 21h00 do dia 20. Nessa sexta-feira, o Batalhão de Caçadores 7 controlou o castelo de São Jorge, transformado depois em sede da revolta. Os insurretos conseguiram ainda ocupar o quartel da GNR localizado no antigo Convento dos Loios, próximo do miradouro de Santa Luzia e da porta da Cerca Moura. Todavia, depois de alguma resistência armada, acabaram por render-se às 8h30 do dia 21, portanto, menos de 24 horas após o início da insurreição. Tratou-se, por conseguinte, de uma revolta relâmpago.

Procurando corrigir o que corra mal em 1927, o movimento de julho de 1928 tinha ramificações a nível nacional e previa que os revolucionários convergissem para Lisboa, de modo concertado, através dos principais eixos de caminhos de ferro. No entanto, a verdade é que, colocada a máquina revolucionária

---

<sup>403</sup> Cf. ofício do chefe do “Service de Renseignements Généraux et des Jeux” para o prefeito de polícia, 7/5/1927, *apud* Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, pp. 117-118.

<sup>404</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, ps. 79, 81 e 96.

em marcha, devido à precipitação dos acontecimentos, alguns agrupamentos locais não puderam declarar-se e outros pouco (ou nada) conseguiram contribuir para o êxito da insurreição, como bem o demonstra o que aconteceu em Coimbra, cidade onde a ação dos revolucionários foi inviabilizada pelas forças afetas à Ditadura, antes mesmo de rebentar a insurreição na capital<sup>405</sup>. A descoordenação e os problemas de comunicação voltaram, portanto, a ser evidentes, isto para já não falar nas constantes quebras de sigilo, que levaram a Ditadura a atuar com prontidão e até mesmo por antecipação.

Entre aqueles que se insurgiram fora de Lisboa destacou-se, pela sua impetuosidade e resiliência, o Batalhão de Caçadores 10 de Pinhel (atual cidade do distrito da Guarda). É de resto muito curioso verificar que, segundo Luís Farinha, a maior parte dos oficiais e sargentos que participaram na coluna deste batalhão havia sido desterrada para Pinhel, no verão de 1927<sup>406</sup>.

Constituída por aproximadamente 350 homens, a coluna militar teria partido de Pinhel às últimas horas do dia 20<sup>407</sup>, tendo os revoltosos ocupado a estação dos caminhos de ferro da Guarda e aí “formado”, na madrugada do dia 21, um comboio que pretendia dirigir-se para Coimbra. O transporte ferroviário em causa seria comandado pelo tenente Martins de Lima, a que se juntariam os oficiais do Regimento de Infantaria n.º 12, da Guarda, e o seu capitão João Bernardo Pessoa. Por volta das 2h15m da madrugada, rumariam, através da linha da Beira Alta, em direção a Mangualde, sendo a sua marcha gravemente prejudicada pelos sucessivos cortes de linha. Neste sentido, só para o nosso leitor ter uma ideia concreta dos atrasos verificados, a fazer fé no testemunho do maquinista Evaristo Nunes, que, mediante coação, conduziu o comboio dos revoltosos entre a estação da Guarda e a de Mangualde (77,8 quilómetros), o comboio teria demorado “onze horas, quando tal trajeto podia ser feito em duas horas”<sup>408</sup>.

Uma visita à página digital dos CP permite-nos perceber que a atual linha da Beira Alta possui cerca de 200 quilómetros de extensão e liga a Pampilhosa, no norte

---

<sup>405</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, ps. 86 e 90.

<sup>406</sup> Cf. AHM, 1.ª Div., 38.ª secção, caixa 67, n.º 3, *apud* Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 82.

<sup>407</sup> No seu estudo, Luís Farinha localizou esta partida “às primeiras horas do dia 20”, o que consideramos tratar-se de um lapso, pois todas as movimentações preparatórias para transportar os militares do Batalhão de Caçadores 10, a partir de Pinhel, tiveram lugar – como teremos oportunidade de demonstrar – na noite de sexta-feira, 20 de julho. Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 91.

<sup>408</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

de Coimbra, à fronteira de Vilar Formoso. A linha em causa foi construída entre 1878 e 1882 (reinado de D. Luís I) e se viajarmos a partir da Guarda em direção à Pampilhosa iremos encontrar, entre as principais localidades, Vila Franca das Naves (freguesia do concelho de Trancoso), Celorico da Beira (vila do distrito da Guarda), Abrunhosa-a-Velha (freguesia do concelho de Mangualde, distrito de Viseu) e, finalmente, Mangualde (atual cidade, também do distrito de Viseu).

Ora, em julho de 1928, Aquilino Ribeiro entrou em ação precisamente em Mangualde. Essa intervenção *in loco* valeu-lhe a clausura no presídio do Fontelo, em Viseu, e nessa sequência o seu primeiro processo-crime, que, por indicação do ministro da guerra, seria remetido à Polícia Especial de Informações, em agosto de 1928.

A Polícia Especial de Informações foi criada em Portugal, em 1928, o que motivaria a extinção das Polícias de Informações de Lisboa e do Porto<sup>409</sup>. Esta “superpolícia”, gerada no rescaldo da repressão que se seguiu ao 3-7 de fevereiro de 1927 – e, portanto, numa lógica de claro endurecimento e aperfeiçoamento da máquina repressiva –, encontrava-se na dependência direta do Ministério do Interior, abrangia todo o território da “República Portuguesa”, tinha como competência a “repressão dos crimes sociais e a coadjuvação nos assuntos policiais de caráter político internacional”<sup>410</sup>. Possuía vastas competências instrutórias, pois os autos por ela levantados e as investigações realizadas valiam “como corpo de delito”, o que constituía um aspeto original em relação às suas antecessoras<sup>411</sup>. São esses autos (processos), cuja instrução foi, por vezes, iniciada por outras forças policiais, que hoje nos permitem acompanhar as várias investigações efetuadas, após a revolta do regimento de Pinhel, em julho de 1928. Passemos, então, à análise detalhada do processo-crime instruído na sequência da “revolta do castelo”, pois o mesmo permitir-nos-á perceber melhor uma matéria ainda pouco estudada<sup>412</sup>.

---

<sup>409</sup> Cf. decreto n.º 15 195, de 17/3/1928.

<sup>410</sup> Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1928*, primeiro semestre, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 403.

<sup>411</sup> Sobre esta matéria, cf. o estudo de Maria da Conceição Ribeiro – *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, sobretudo, pp. 54-55.

<sup>412</sup> O tema do “revivalho” constituiu durante um largo período de tempo um assunto marginal para a historiografia portuguesa. Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, pp. 91-93.

## 2. Radiografia de um processo-crime

O processo-crime instruído a Aquilino na sequência da sua participação na “revolta do castelo” é constituído por três volumes, num total de 496 páginas<sup>413</sup>. Os dois volumes iniciais dizem respeito a oito arguidos acusados de participar na revolta: Aquilino Ribeiro, António Gomes Mota (1891-1956), Ernesto Torres Furtado (1900-?), Artur Mendonça (1900-?), Luciano da Costa (1885-?), Domingos Marques Pinto, Hernâni Cardoso Pessoa e José Peixoto de Alarcão. O último volume está relacionado com a rocambolesca fuga do presídio do Fontelo, em Viseu, levada a cabo pelo nosso biografado, em 15 de agosto de 1928.

Importa, desde já, salientar que o objetivo prioritário do presente capítulo do nosso estudo passará por compreender o papel desempenhado por Aquilino ao longo da intentona, mais especificamente na região centro. Convirá, no entanto, tecer algumas palavras a respeito das restantes individualidades mencionadas no processo-crime e que já tivemos oportunidade de identificar no parágrafo anterior.

António Gomes Mota era um amigo de Aquilino. Médico, natural do Freixo, fora companheiro de exílio do escritor nas terras francófonas. Aquilino descreveu-o como “professor, médico notável e vinhateiro de qualidade”<sup>414</sup>, dedicando-lhe o seu caderno de um viajante *É a Guerra*, dado à estampa em 1934, mas que tem como pano de fundo a fase inicial da I Guerra Mundial, ainda com Aquilino em França:

Na aventura republicana de que fomos comparsas tive ensejo de admirar os seus raros dons do mais fino e, simultaneamente, do mais resoluto dos homens.

[...] Ao pé de mim viu V. com olhos nublados de melancolia, no remanso da paz, o Paris que pinto no alvoroço da guerra<sup>415</sup>.

Sobre os restantes intervenientes, as informações colhidas são mais lacónicas. Assim, Ernesto Torres Furtado é identificado pela Polícia Especial de Informações como um proprietário, que, em julho de 1928, residiria em Pinhel. Artur Mendonça é

---

<sup>413</sup> O 1.º volume possui 232 páginas, o 2.º 46 e o 3.º 218. Código referência PT-TT-PIDE/E/5/4004A. O processo 4004A, NT 4253 (1928/1929) pode ser consultado através do seguinte sítio: [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=5&dsqSearch=\(\(text\)='aQUILINO'\)AND\(\(text\)='rIBEIRO'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=5&dsqSearch=((text)='aQUILINO')AND((text)='rIBEIRO')))). No anexo I deste estudo pode ser encontrada uma síntese diacrónica das várias diligências desencadeadas ao longo do processo-crime.

<sup>414</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2010 (a), ps. 154 e 155.

<sup>415</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1934 a], p. 7.

apresentado nas fontes processuais como condutor e dono de uma garagem, em Pinhel. Luciano da Costa era fiscal do governo, de via e obras da Beira Alta. Domingos Marques Pinto era comerciante, agente de passaportes, residente em Mangualde, aquando da insurreição de 1928. Hernâni Cardoso Pessoa seria médico, havendo referências no decurso do processo à sua possível residência em Tondela e/ou Figueira da Foz, na sequência da intentona. Por fim, José Peixoto de Alarcão é apresentado como industrial e proprietário.

Desçamos agora às catacumbas processuais e procuremos enquadrar a intervenção do escritor beirão no movimento mais amplo dos acontecimentos revolucionários.

### **3. Aquilino, de pistola em punho**

A atuação do nosso biografado aquando da “revolta do castelo”, em julho de 1928, possui todos os ingredientes para inspirar um filme de ação ou pelo menos mais algumas páginas do seu quixotesco *Malhadinhas*. A peripécia envolveu armas, movimentações constantes, desenlace imprevisível, prisão, fuga engenhosa, esconderijo no meio das serranias e decorrente exílio no estrangeiro. Isto para já não falar nas zonas omissas, mistérios que nem as próprias fontes nos ajudaram a desvendar.

O filme dos acontecimentos iniciou-se às últimas horas do dia 20 de julho, quando cerca de 350 homens, comandados pelo capitão Soares Brandão, partiram de Pinhel (atual cidade do distrito da Guarda). O transporte fora conseguido através da mobilização dos carros de um civil.

Viajando nas quatro viaturas confiscadas, entre as quais uma camioneta, os revoltosos do Batalhão de Caçadores 10 dirigiram-se à estação de Vila Franca das Naves e depois para a Guarda, pois pretendiam “formar” um comboio com o objetivo de chegar a Coimbra. A fazer fé nas palavras do próprio capitão Soares Brandão, a finalidade do grupo militar de Pinhel seria ir para a “cidade dos estudantes” de modo a organizar “uma coluna que ficaria de prevenção de marcha sobre Lisboa no caso de haver excessos cometidos por quaisquer elementos revolucionários”<sup>416</sup>. O que, de *per*

---

<sup>416</sup> Cf. AHM, 1.ª Div., 38.ª secção, caixa 68, n.º 1, *apud* Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 97.

si, demonstra bem os receios existentes e também nos ajuda a compreender algumas hesitações que, apesar do sentimento generalizado de que era urgente atuar, ainda percorriam os próprios republicanos mais conservadores a respeito da ação armada.

Na estação da Guarda, por volta das 2h30 da madrugada, um grupo de homens comandados pelo tenente Martins de Lima tomou de assalto o comboio número cinco, que fazia a ligação entre a Pampilhosa e a Guarda. O maquinista Evaristo Nunes foi intimado a dirigir o comboio até Coimbra, mas o desencadear dos acontecimentos, mais especificamente as sucessivas sabotagens da linha pelas forças afetas à Ditadura, levaria a atrasos muito prolongados e a viagem acabou mesmo por ser interrompida em Mangualde. Falamos, recorde-se, de um percurso com cerca de 80 quilómetros que demorou cerca de 11 horas a ser concluído.

Ainda na estação da Guarda, foi tomado de assalto o gabinete telegráfico, de modo a inutilizar ou controlar os meios de comunicação. Segundo podemos depreender, tratava-se de uma ação planeada, na medida em que, depois do erro cometido pelos revoltosos de fevereiro de 1927 em deixarem, por exemplo, na posse do governo a estação de radiotelegrafia localizada no Bom Pastor (Porto), os movimentos “reviralhistas” compreenderam a importância de inutilizarem as redes de comunicação<sup>417</sup>. Os prejuízos provocados pelos insurretos nos aparelhos da estação da Guarda seriam mais tarde calculados em 60\$00<sup>418</sup>.

Por volta das 10h15, do dia 21 de junho, o comboio que transportava a coluna militar, vindo do lado de Vila Franca das Naves, deteve a sua marcha na estação do Baraçal, em Celorico da Beira. O objetivo era seguir em direção a Mangualde.

Volvidas pouco mais de duas horas, as forças policiais afetas à Ditadura Nacional já se encontravam no terreno. É nesse sentido que se deve enquadrar a chegada do tenente João Ribeiro Baptista Montes ao posto da GNR de Mangualde. Auxiliado por dois sargentos, veria depois a sua força reforçada por dois praças da guarda republicana de Mangualde, que o acompanharam na sua imediata deslocação ao túnel de Mourilhe, a cerca de seis quilómetros.

Em Mourilhe, junto ao túnel (localizado a 1,5 quilómetros da estação de Contenças), havia sido cortada a linha, para impedir a passagem do comboio que transportava o Batalhão de Caçadores 10. Entre as fontes que tivemos oportunidade

---

<sup>417</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 42.

<sup>418</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 2.º volume, NT-4523.

de consultar, algumas indicam que o corte teria sido feito no interior do túnel, enquanto outras dizem que a interrupção ocorreu à entrada do mesmo, no sentido Celorico da Beira→ Mangualde. Certo é que o corte foi concretizado por Lúcio Sobral, por indicação do diretor da exploração da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, Joaquim Abranches.

Depois, os carris levantados foram colocados numa vagoneta e transportados pelos funcionários da ferrovia rumo à estação de Mangualde, enquanto Lúcio Sobral fazia o percurso inverso para verificar se o comboio dos revoltosos já se aproximava. Como isso não sucedia, voltou para trás, tendo encontrado no seu percurso António Gomes Mota, que o ameaçou com uma pistola. Nessa sequência, o aludido médico, amigo de Aquilino, rumou a Contenças, de modo a tentar avisar o Batalhão de Caçadores 10 sobre o perigo que corriam. Pouco depois, o empregado da ferrovia, Lúcio Sobral, encontrou Aquilino, ao quilómetro 130, que, de pistola em punho, forçava o regresso da vagoneta com os carris anteriormente levantados junto ao túnel de Mourilhe.

Eis a descrição dos acontecimentos feita pelo tenente João Ribeiro Baptista Montes, iniciada no momento em que este se encontrava junto ao aludido túnel:

Porém a uma distância de uns trinta metros aproximadamente, vinha uma vagoneta em direção ao túnel com os 4 carris que tinham sido levantados, conduzida pelo pessoal da linha e ao lado de pistola em punho ameaçando o referido pessoal vinha um civil que depois soube chamar-se Aquilino Ribeiro. Perguntando eu que iam fazer, foi-me respondido pelo referido civil que se ia consertar a via, pois que era um crime o que se tinha feito e isso provocaria o descarrilamento de um comboio ocasionando muitas vítimas. Tendo-lhe perguntado quem lhe ordenara que tomasse esse procedimento, declarou que se assim procedia era para evitar que se desse um desastre.

Dei-lhe ordem de prisão, considerando-se ele então imediatamente preso. Desarmeí-o tirando-lhe a pistola. Então o capataz dos empregados da linha disse: meu tenente, acautele-se com esse maroto que já me apertou o pescoço para me obrigar a fazer seguir a vagoneta para consertar a linha e nos estava a ameaçar com a pistola.

Conduzi o preso no automóvel que eu tinha na estrada junto da entrada do túnel até à passagem de nível [da Mesquitela], tendo ali parado por uns momentos a fim de me informar com o guarda da linha se tinha visto passar o preso em direção ao túnel. Disse que sim, que ia de automóvel e que não ia só. Nessa ocasião apareceu do lado de Contenças um automóvel que conduzia o Dr. António Gomes Mota, residente em Viseu. Ordenando-lhe que parasse, fê-lo imediatamente e então o guarda da linha declarou que era um dos companheiros de Aquilino Ribeiro. Prendi-o também e passando a revistá-lo mostrou-se estranho declarando que não era nenhum assassino, que era um homem de bem. Não lhe foi encontrada qualquer arma tendo sido necessário intimá-lo a declarar onde tinha uma pistola pois tinha sido visto com ela. Fez então o gesto de a tirar debaixo

do estofo do carro no lugar onde vinha sentado. Então eu adiantando-me retirei-a do lugar donde ele a ia buscar<sup>419</sup>.

Registe-se, a título de curiosidade, que, no momento em que Aquilino foi detido, um dos empregados dos caminhos de ferro teria tentado agredi-lo, o que só não chegou a concretizar-se, de acordo com as próprias palavras de João Ribeiro Baptista Montes, porque os dois sargentos (António Prestes e Ismael Augusto) e os dois praças da GNR que o acompanhavam (José Marques Pêgo e Joaquim Monteiro) conseguiram intervir a tempo de evitar a investida. Nas suas *Memórias*, Aquilino, pelo contrário, escreveu que a tentativa de agressão teria partido de um dos praças da GNR<sup>420</sup>.

Para enquadrar melhor o instante da detenção de Gomes Mota e Aquilino é forçoso recuar alguns momentos no filme da revolta. Detenhamo-nos, por conseguinte, na fase em que os dois amigos beirões teriam iniciado a sua intervenção no palco da revolta.

No dia 21, por volta das 12h30, os ferroviários que tentavam transportar os carris anteriormente levantados para a estação de Mangualde tinham sido surpreendidos junto à passagem de nível da Mesquitela (a cerca de 700 m do túnel de Mourilhe) por três homens, todos eles armados: Aquilino, Gomes Mota e, muito provavelmente, o médico Hernâni Pessoa. Logo depois, os dois últimos teriam partido num carro conduzido por César Sampaio, ali permanecendo Aquilino, que procurou forçar os funcionários a restabelecer a linha interrompida. Não o conseguiria, como vimos, devido à intervenção de João Ribeiro Baptista Montes.

A participação de Aquilino e Gomes Mota na insurreição teria sido preparada com antecedência. Assim, na parte final do dia 20, o médico de Viseu solicitou ao condutor César Sampaio que o transportasse, na manhã do dia seguinte, de Viseu, supostamente, até ao Penso, freguesia do concelho de Sernancelhe. Porém, aquando da prestação do serviço solicitado, César Sampaio teria sido surpreendido com uma alteração do trajeto anteriormente acordado: passaram primeiro em Soutosa, para

---

<sup>419</sup> Relatório policial datado de 23/7/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

<sup>420</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 336.

apanhar Aquilino, rumaram em direção ao Freixinho, mas, depois de Gomes Mota ter, supostamente, tomado conhecimento da revolta, avançaram para Mangualde<sup>421</sup>.

Ora, o aluguer prévio da viatura, nos momentos em que a insurreição dava os seus primeiros passos, parece ajudar-nos a sustentar que Gomes Mota estaria a par das movimentações previstas.

Após a detenção, Aquilino e Gomes Mota foram levados para Mangualde, interrogados pelo administrador do concelho e depois encaminhados para o presídio do Fontelo, em Viseu. Foram-lhes confiscadas duas armas: *Wahnan*, n.º 52 579, que pertencia a António Gomes Mota, e *FN Browning's* n.º 357 627 de seis milímetros, que pertencia a Aquilino, bem como o carro que haviam utilizado no decurso das suas movimentações. Nessa viatura, conduzida por César Sampaio, seria mais tarde descoberta uma outra arma, que, muito provavelmente, deveria pertencer a Hernâni Pessoa.

O jornal *O Século*, na sua edição de 24 de julho de 1928, editou uma fotografia de Aquilino Ribeiro, destacando que ele se encontrava preso<sup>422</sup>. Ainda sobre a detenção de Aquilino, o supradito periódico trazia a seguinte notícia, na sua edição de domingo, 22 de julho de 1928: “Viseu, em 21, às 17h50 – Motivo ordem pública foram presos em Mangualde, dando entrada na casa de reclusão, escritor Aquilino Ribeiro e médico António Gomes Mota, de Viseu”<sup>423</sup>.

Foi, pois, em Viseu, mais concretamente na casa de reclusão da 2.ª região militar, no Fontelo, que os dois arguidos foram interrogados, no dia 25 de julho de 1928. Sublinhe-se que o Fontelo, atual Solar do Vinho do Dão, já havia sido o presídio por onde tinham passado outros republicanos, como seja o caso do conhecido “herói” da Rotunda e “fundador” da República Machado Santos<sup>424</sup>, ali detido na sequência da sua intervenção na “Revolta de Tomar”, iniciada na noite de 12 para 13 de dezembro de 1916, contra o governo da União Sagrada (Partido “Democrático” coligado com o Partido Evolucionista). Curiosamente, à semelhança

---

<sup>421</sup> Cf. declarações prestadas por César Sampaio, no dia 28/7/1928: IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

<sup>422</sup> Documento integrado no processo n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-001-16223-1959-vol-3, p. 332.

<sup>423</sup> Documento integrado no processo n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-001-16223-1959-vol-3, p. 328.

<sup>424</sup> Sobre o “herói” da Rotunda, cf. Carlos Alberto da Costa Cordeiro, Armando Malheiro da Silva e Luís Filipe Torgal – *Machado Santos: o intransigente da República (1875-1921)*, 1.ª edição, Lisboa, Assembleia da República, 2013.

do que depois fez Aquilino, Machado Santos também conseguiu evadir-se do Fontelo.

O prosador beirão permaneceu incomunicável até ao dia 26 de julho de 1928<sup>425</sup>. O *Diário de Notícias*, de 27 de julho, chegou mesmo a divulgar a seguinte notícia, logo na segunda página:

Viseu, 26 – Foi mandada levantar a incomunicabilidade aos presos civis que se encontram na casa de reclusão, sr. Aquilino Ribeiro, dr. António Gomes Mota e “*chauffeur*”, Ernesto Torres Furtado e Artur Mendonça, supostos implicados no último movimento revolucionário.

– Os presos políticos da casa de reclusão podem ser visitados pelas suas famílias todos os dias, da 1 às 3 da tarde, e por outras quaisquer pessoas às terças, quintas e domingos, à mesma hora<sup>426</sup>.

Não deixa, porém, de ser interessante verificar que, a fazer fé no testemunho do alfaiate Mário Matos (1892-?), este teria conseguido falar com o escritor ainda mesmo durante o período em que vigorou a incomunicabilidade, realçando-se, já nessa altura – de acordo com o seu testemunho –, a vontade de Aquilino em evadir-se<sup>427</sup>.

Procuremos agora apresentar uma síntese dos principais interrogatórios entretanto concretizados, após a detenção do escritor.

No dia 25 de julho de 1928, na casa de reclusão do Fontelo, Aquilino foi o primeiro a ser chamado perante Celestino Baptista da Silva, capitão do regimento de infantaria n.º 14<sup>428</sup>. Dado o inquestionável valor histórico do documento em causa vale a pena acompanhá-lo quase *in extenso*. Aquilino:

jurava pela sua honra desafiando todos os desmentidos não ter entendimentos com os revoltosos de Pinhel nem sequer conhecer quaisquer oficial ou sargento desse B. digo, do Batalhão de Caçadores n.º 10, nem teve interferência direta ou indireta com a revolta desse batalhão; declarou mais que cerca das oito horas da manhã de sábado [dia 21] o Dr. António Mota aparecendo em Soutosa o convidou para ir passar o dia a Freixinho com seu pai; nas imediações de Penso [freguesia do concelho de Sernancelhe] foram colhidos pela notícia de que se tinham revoltado as tropas da Beira e avançavam pela linha da Beira Alta em direção ao Sul. O Dr. António Mota movido pela curiosidade tanto como ele, de saber o que se passava, deixaram recado numa taberna ou mercearia

<sup>425</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

<sup>426</sup> Cf. *Diário de Notícias*, 27/7/1928, p. 2.

<sup>427</sup> Cf. programa televisivo “Mário Matos Alfaiate de Aquilino”, emitido em 17/5/1976. Arquivo da RTP, origem: 75150024/002.

<sup>428</sup> Auto de corpo de delito indireto. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

de Penso “que iria jantar com o pai” e deu ordens ao *chauffeur* que se dirigisse a Mangualde; que chegados à estação e sendo já tarde ali almoçaram; quando estavam para partir lhes constou avançar um comboio militar vindo da Guarda e que a via estava levantada sendo certa uma catástrofe; que cedendo ao sentimento de humanidade acima de tudo, se dirigiu à estação com o fim de deter a marcha do comboio; que na passagem da linha o boato lhe fora confirmado ao ouvir dizer a uma mulher, que supõe ser a guarda da via, em tom lamentoso “ai que vem aí o comboio e vai dar-se uma grande desgraça”; que nesse momento viu lançar digo, avançar na via uma vagoneta em direção a Mangualde com quatro carris; que rapidamente percebeu pelos dizeres dos homens que eram aqueles os carris da via levantada e o corte ter sido feito em pleno túnel de Contenças; que ignorando se o comboio já teria partido e fora de tempo para prevenir o descarrilamento, enquanto o Dr. Mota partia para Contenças na ânsia de avisar, ele fazia recuar a equipa de homens com os carris, com o fim de remediar o mais possível ao descarrilamento, que se tivesse dado, tanto mais que era no túnel, impedindo o desembarque de homens e gado; que, armado duma pistola de 6 mm (F.N.), cujo porte lhe confere a carteira de jornalista, se serviu dessa pistola para intimidar os homens e obrigá-los a obedecer e que assim os acompanhando até à entrada do túnel, aí foi preso pela guarda Republicana. Declarou mais, que não conhecia o *chauffeur* que conduzia o automóvel do Dr. Mota e não dá testemunhas por imaginar que não são precisas. [...] Tendo-lhe sido apresentada a pistola F.N. n.º 357 627 com um carregador contendo seis cartuchos e mais um cartucho amarrado à parte inferior, do mesmo carregador, a reconheceu como sendo sua, bem como os sete referidos cartuchos, declarando ser provável que um desses cartuchos estivesse na câmara da arma na ocasião da sua prisão. Sob este ponto de vista declarou mais que vivendo na aldeia, onde podem surgir perigos imprevistos costuma andar armado, trazendo a pistola carregada; mais declarou a título de observação que nunca verificando a sua arma nem nunca dando fogo com ela supõe que os cartuchos comprados há mais de dezoito anos como se poderá verificar devem ser de nenhuma ou quase nenhuma eficácia. Declarou mais que não nomeia defensor<sup>429</sup>.

Terminado o interrogatório, foi ouvido António Gomes Mota, cujo testemunho reproduz, quase *ipsis verbis*, a versão explanada por Aquilino, o que parece levar-nos a sustentar que os dois poderiam ter previamente acordado a narrativa da sua defesa, para o caso de serem presos.

Voltaram a ser questionados, no dia quatro de agosto de 1928, portanto, cerca de oito dias depois do primeiro interrogatório, não resultando daí dados relevantes<sup>430</sup>.

Pelo contrário, as declarações de César Sampaio merecem ser aqui afluadas. O condutor do automóvel no qual viajaram Aquilino e Gomes Mota declarou que na sexta-feira à noite, dia 20 de julho, o médico viseense ter-lhe-ia fretado uma viagem para o dia seguinte, rumo a Penso. No entanto, durante a deslocação, mais concretamente em Soutosa, entrou no carro o escritor Aquilino Ribeiro, facto para o qual não teria sido previamente avisado.

---

<sup>429</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523. Optámos por manter os sublinhados constantes da fonte policial.

<sup>430</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

Depois de terem passado no Penso, onde teria deixado um recado para o pai<sup>431</sup>, Gomes Mota mandou seguir o carro para Mangualde, argumentando que teria rebentado uma revolta e o ponto de encontro das tropas revoltosas de Viseu, Lamego, Guarda e Pinhel seria precisamente em Mangualde. Já depois do almoço, na gare da estação de Mangualde, seguiram para Contenças, onde se apeou Aquilino Ribeiro, junto a uma passagem de nível da Mesquitela, que fica próxima do túnel de Mourilhe. Segundo o condutor em questão, os dois clientes por si transportados estariam a par do corte da via-férrea.

No dia cinco de agosto de 1928, César Sampaio voltou a ser interrogado. Confrontado com a possibilidade de, no dia 21, ter transportado no seu automóvel pertencente a Artur Mendonça outras pessoas, além de Aquilino e Gomes Mota, o condutor César Sampaio reconheceu que, depois de ter deixado Gomes Mota sobre o túnel de Mourilhe e de ser mobilizado pelos insurretos, teria transportado vários sargentos revoltosos e um indivíduo chamado Hernâni Pessoa, tendo este pedido que o conduzisse a Viseu, “pois queria ir para a Figueira e não tinha comboio”<sup>432</sup>. Tratava-se de uma informação inédita, a respeito da qual eram omissos os testemunhos de Aquilino e Gomes Mota.

Atendendo aos vários elementos partilhados, é chegado o momento de sistematizar as principais ideias. Recorde-se, portanto, que a intervenção de Aquilino na “revolta do castelo” teria sido operacionalizada no contexto de um pequeno grupo, em estreita articulação com mais um ou dois homens. Se em fevereiro de 1927 haviam sido Ribeiro de Carvalho e Victor Falcão, neste último caso foram António Gomes Mota e talvez Hernâni Pessoa. Mais uma vez, o escritor atuou numa área geográfica que conhecia bem, as Beiras. Armado (ao contrário do que parece ter sucedido em 1927), teria agido em função das circunstâncias, ajudando a tentar restabelecer a linha ferroviária interrompida. Todavia, tivemos oportunidade de encontrar o testemunho gravado de um revolucionário, segundo o qual Aquilino teria sido incumbido de procurar aliciar as tropas de Lamego para a “revolta do castelo”, uma missão em que, todavia, não teria sido bem sucedido<sup>433</sup>.

---

<sup>431</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

<sup>432</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

<sup>433</sup> Cf. “Um homem uma época”, parte 1, programa emitido pela RTP em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000. O revolucionário em causa, cuja identidade não foi possível identificar nem mesmo junto dos arquivos da RTP, seria à época estudante e teria desempenhado o papel de

Mas o que aconteceu, afinal, ao Batalhão de Caçadores 10 de Pinhel que, na madrugada do dia 20 de julho de 1928, partiu da estação de caminho de ferro da Guarda em direção a Coimbra?

Os sucessivos cortes da linha do caminho de ferro, ordenados pelas forças afetas à ditadura, fizeram com que a viagem dos militares sublevados, entre a Guarda e Mangualde, que, dentro da normalidade, deveria durar uma hora e meia acabasse por prolongar-se durante cerca de 11 horas.

Depois de chegarem a Mangualde, os militares decidiram seguir a pé até Viseu, para enfrentarem as forças governamentais dirigidas pelo coronel Lopes Mateus. O combate, travado nos arredores de Viseu, demonstrou a superioridade do fogo de artilharia das forças fiéis ao governo e, como tal, os militares sublevados foram obrigados a recuar rumo a Mangualde e, já na Freixiosa, aqueles acabariam mesmo por render-se ao regimento de Infantaria 12 da Guarda, por volta das 13h00, do dia 22 de julho, quando já tinham decorrido mais de 24 horas desde a rendição do Batalhão de Caçadores 7 de Lisboa (8h30, do dia 21)<sup>434</sup>.

Devido à sua colaboração no fracassado movimento revolucionário de 20 de julho de 1928, o referido Batalhão de Pinhel acabou por ser extinto<sup>435</sup>, facto que, por exemplo, foi noticiado no *Diário de Notícias*<sup>436</sup>. Vários militares deste batalhão seriam depois encaminhados para o presídio do Fontelo, em Viseu, onde já estava detido Aquilino.

Numa carta remetida ao escritor beirão, com a data de 26 de abril de 1963 (portanto, a um mês do seu falecimento), Raúl Gomes Aparício, 3.º conservador do ADV e antigo funcionário da BN, respondendo a uma carta do escritor, comunicava-lhe que as fotos da casa de reclusão do Fontelo por ele solicitadas já haviam sido feitas e ser-lhe-iam remetidas em breve<sup>437</sup>. Que malogrados projetos teria Aquilino para estas fotografias do Fontelo? Não poderemos sabê-lo, mas certo é que, volvidos mais de 30 anos destes acontecimentos, continuava a pensar neles; ou não

---

“pombo-correio” entre vários setores da região centro. A fazer fé nas suas palavras, atuou junto de Hernâni Pessoa.

<sup>434</sup> A este respeito, *O Século*, na sua edição de 23/7/1928, trazia uma notícia com o título: “A revolta nas Beiras – Os rebeldes renderam-se sem condições”.

<sup>435</sup> Cf. Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, pp. 91-104.

<sup>436</sup> Cf. *Diário de Notícias*, 24/7/1928, p. 1. Documento integrado no proc. n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 326.

<sup>437</sup> Cf. BN – espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 3).

constituíssem, afinal, a matéria-prima que inspiraria mesmo algumas das suas obras. O que serve de mote para o tema da próxima paragem deste estudo.

#### 4. Comparando versões

Aquilino Ribeiro escreveu a obra *Um escritor confessa-se* em 1960, mas esta apenas viria a ser editada em 1974, devido aos problemas políticos desencadeados pelo romance *Quando os lobos uivam* (1.<sup>a</sup> edição: 1958). Na parte II daquele livro de memórias incompletas (já nas suas edições mais recentes) é apresentado, em anexo, um curioso texto, precisamente sobre as circunstâncias que conduziram à prisão do autor beirão, na sequência da revolta do regimento de Pinhel, em 1928<sup>438</sup>. Trata-se de um texto que foi publicado pela primeira vez na revista *Eva* e que seria depois difundido, já numa versão renovada, no n.º 17 dos *Cadernos Aquilinos*, em 2006. A questão central desta nossa rubrica consiste em procurar compreender até que ponto o testemunho urdido pelo escritor respeita (ou não) a versão constante das fontes por nós consultadas.

Numa entrevista concedida por Aquilino a Igrejas Caeiro e transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista”, o escritor sustentou que, de uma maneira geral, respeitava a verdade histórica dos factos quando escrevia, dando apenas um “bocadinho de água-tinta”, cor, mas nunca se permitindo alterar o ato “no seu dimensional”<sup>439</sup>. Esta é, pois, uma oportunidade privilegiada para cruzar a narração dos factos feita pelo escritor e os elementos resultantes das averiguações policiais a que já fizemos referência. Acompanhemos a narração de Aquilino.

Começa o autor por contar que, encontrando-se no cais da estação de Mangualde, acompanhado por António Gomes Mota, a fazer tempo para o almoço, ouvira tocar a campainha do telefone. O chefe da estação atendeu e pela conversa Aquilino percebeu que o diretor da companhia dos caminhos de ferro, “Joaquim Abranches de Andrade e Silva”, teria mandado cortar a via-férrea dentro do túnel.

---

<sup>438</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), pp. 334-367. Registe-se que este texto, apresentado em anexo na edição da aludida obra, em 2008, não consta do corpo do livro publicado, pela primeira vez, em 1974.

<sup>439</sup> Entrevista transmitida no dia 16/7/1957. Cf. <http://www.rtp.pt/play/p321/e118401/a-forca-das-coisas> [29/5/2017]. As entrevistas recolhidas por Igrejas Caeiro a Aquilino, Jaime Cortesão e António Sérgio dariam origem a um álbum, com três discos, editados sob a chancela da casa discográfica *Sassetti*.

Nessa altura, o Batalhão de Caçadores n.º 10, que tinha saído de Vila Franca das Naves, estaria pronto para seguir rumo a Santa Comba Dão, mas fora forçado a parar junto à entrada do túnel de Contenças (Mourilhe).

Aquilino, Gomes Mota e um terceiro indivíduo, identificado pelo nosso biografado com a letra H., entraram no carro e avançaram ao longo da linha, encontrando pouco depois, junto a uma passagem de nível, uma vagoneta empurrada por seis homens e um capataz, dentro da qual seguiam os carris levantados<sup>440</sup>.

O escritor pediu, então, a Gomes Mota para ir avisar o Batalhão de Caçadores 10, enquanto ele próprio, de pistola em punho, obrigava os funcionários da companhia a repor os carris no seu lugar de origem.

No entanto, quando estavam quase a entrar no túnel, apareceu uma força de artilharia e da guarda republicana, tendo Aquilino recebido voz de prisão por parte do tenente João Ribeiro Baptista Montes. Depois de entregar a arma, um dos praças disparou, só não conseguindo acertar-lhe, porque o sargento Prestes, de artilharia 7, perturbou a ação do praça. Segundo Aquilino, tratava-se do soldado n.º 18, 1.ª companhia, da GNR, aquartelada em Mangualde.

Cruzando, agora, a descrição feita por Aquilino acerca das circunstâncias que motivaram a sua prisão, na sequência da implicação na “revolta do castelo”, com as fontes constantes no processo-crime que nos tem servido de referência, poderemos, desde já, registar as seguintes conclusões:

- se a nossa interpretação é correta, Aquilino menciona o levantamento de oito carris, quando todas as fontes apontam para quatro (dois de cada lado da linha);
- aperfeiçoando o que Aquilino escreveu, importará registar que o diretor da companhia dos caminhos de ferro chamava-se Joaquim José Andrade e Silva Abranches e, de facto, foi ele que ordenou o corte da via-férrea dentro do túnel;
- a existência de um terceiro elemento dentro do automóvel que transportava Aquilino e Gomes Mota é confirmada pelas fontes, sendo quase garantido tratar-se de Hernâni Cardoso Pessoa, aspeto que, por certo, terá levado Aquilino a identificá-lo literariamente com a letra H. Já em relação ao condutor do veículo, César Sampaio, a obra de Aquilino é omissa;

---

<sup>440</sup> A seguinte frase, que Aquilino colocou na boca do chefe da estação, parece dar-nos a entender que teriam sido levantados oito carris: “– Quantos?... Oito, senhor diretor”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 334. Todas as fontes policiais que consultámos referem, no entanto, quatro carris.

– quando chegaram à passagem de nível, Gomes Mota parece ter ido, de facto, num segundo momento, avisar o Batalhão de Caçadores 10, enquanto Aquilino procurou obrigar os funcionários a restabelecer a linha, o que só não conseguiu devido à intervenção de uma força policial. Todavia, num primeiro momento, os três homens (Aquilino, Gomes Mota e, provavelmente, Hernâni Pessoa – todos armados) teriam obrigado a guarda da passagem de nível da Mesquitela a abrir as cancelas. Aspeto que não é mencionado pelo prosador no seu livro de memórias;

– contrariando a narração do escritor, as fontes policiais destacam que, no momento da sua prisão, um dos empregados dos caminhos de ferro teria tentado agredi-lo, ação inviabilizada pelos agentes que acompanhavam o tenente João Ribeiro Baptista Montes. É, no entanto, curioso verificar que, na descrição que nos legou, Aquilino mencionou que o praça que o teria tentado agredir era o n.º 18, 1.ª Companhia, da GNR aquartelada em Mangualde, que, por cruzamento de dados, corresponde precisamente ao soldado Joaquim Monteiro, que acompanhava o aludido tenente. Ainda segundo o escritor, teria sido a ação do sargento Prestes a salvá-lo e, mais uma vez, constatamos que o 2.º sargento António Prestes encontrava-se, de facto, presente. No momento dos seus interrogatórios, nenhum dos militares mencionou este episódio. De resto, no espólio do escritor na BN existe uma espécie de plano utilizado para depois escrever as suas memórias sobre este período agitado da sua vida. Desse plano, constavam dez perguntas a que depois Aquilino procurou responder, entre as quais constava a seguinte: “Haveria maneira de saber o nome e o n.º do guarda republicano do posto de Mangualde que queria disparar sobre mim?”<sup>441</sup> –, pergunta que, afinal, comprova as próprias dúvidas do autor, aquando da tentativa de reconstituição dos factos pretéritos. Todavia, embora nos pareça pouco plausível, também poderia ter sucedido que, no momento em que realizou o seu relatório, João Ribeiro Baptista Montes quisesse proteger os militares que o acompanharam e, por isso, tivesse registado uma versão diferente sobre os acontecimentos;

– corroborando a narração aquiliniana, os dois detidos foram encaminhados para Viseu, mas, em primeiro lugar, podemos nós acrescentar, passaram por Mangualde.

---

<sup>441</sup> Cf. BN – espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 76).

Concluimos, assim, que, salvo pontuais divergências, próprias até de quem escreve sobre assuntos decorridos há mais de três décadas, a narração que Aquilino fez acerca dos factos respeitantes à sua participação na “revolta do castelo” é confirmada pelas fontes policiais anteriormente exploradas, o que não invalida, no entanto, o facto de continuarmos a detetar importantes (e estratégicas) omissões/silêncios, como seja a nevrálgica questão da sua ligação (mais ou menos direta) ao Batalhão de Caçadores n.º 10 e, num sentido mais amplo, à preparação da revolta. Uma conclusão que, de resto, acreditamos ser comum a outros importantes episódios da História nacional descritos por Aquilino, ao longo da obra de memórias (inacabadas) *Um escritor confessa-se*.

## 5. Principais consequências da “revolta do castelo”

A intentona de julho de 1928 provocou oito mortos, cerca de 30 feridos, 102 militares afastados das Forças Armadas, dos quais 89 deportados para Angola, e ainda várias dezenas de civis detidos<sup>442</sup>.

No dia 27 de julho de 1928, sob o governo do general José Vicente de Freitas (1869-1952), o *Diário do Governo* publicou o decreto n.º 15 790, onde, embora se considerasse que havia sido “insignificante o número das forças revoltadas”, eram tomadas medidas idênticas às que haviam sido desencadeadas em 1927. A este propósito, logo no seu primeiro artigo, entre outros exemplos, previa-se que:

Serão demitidos os oficiais do exército e da armada e os funcionários civis que, em relação ao movimento revolucionário dos dias 20 e 21 do corrente mês de julho, estejam compreendidos em algumas das seguintes categorias ou condições:

- 1.º Ter pegado em armas contra o Governo da Nação;
- 2.º Ter sublevado ou tentado sublevar forças militares ou policiais;
- 3.º Ter impedido ou inutilizado a ação de autoridades ou de seus agentes ou de forças fiéis;
- 4.º Ser chefe ou dirigente do movimento ou comandante de grupo militar;
- 5.º Ser chefe de grupo civil armado<sup>443</sup>.

---

<sup>442</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 1998, p. 200.

<sup>443</sup> Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Legislação Repressiva e Antidemocrática do Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985, pp. 69-70.

A resposta da, cada vez mais consolidada, Ditadura Nacional passaria, portanto, por um reforço das medidas repressivas, no âmbito das quais pode também ser enquadrada a criação da Direção-Geral dos Serviços da Censura à Imprensa, em 22 de setembro de 1928.

Como destacou Luís Farinha, quase todos os militares envolvidos na “revolta do castelo” foram degradados para as colónias, ao contrário do que havia sucedido em 1927. O aludido historiador sistematizou deste modo as principais perdas materiais resultantes da intentona de julho: destruição das redes telefónicas e telegráficas da linha da Beira Alta e de outras regiões do país – o que provocou nesse fim de semana (20/21) um “verdadeiro estado de sítio, com os transportes urbanos, fluviais e ferroviários paralisados em muitos locais, o comércio e mercados de Lisboa encerrados e o recolher obrigatório” –, despesas relativas à formação/manutenção das colunas militares insurrecionais e destruição de algumas casas situadas em torno do castelo de S. Jorge<sup>444</sup>.

Ainda de acordo com o supradito especialista no estudo do “revirinho”, a Ditadura conseguiu capitalizar a seu favor os efeitos “morais e políticos” da nova insurreição, apresentando-a como um obstáculo para a recuperação do país e como um fator de descrédito internacional da nação<sup>445</sup>.

Cada derrota do “revirinho” desgastava ainda mais a sua já fragilizada base social de apoio. O desabafo de um cidadão chamado Abraão, proferido no dia seguinte à revolta, afigura-se-nos paradigmático: “não sei para que servem estas fantochadas; habituaram-se a revoluções e agora não há meio de estarem quietos. Isto, só serve para despesas e para carregarem nas contribuições do povo”<sup>446</sup>. Salazar saberá rentabilizar este sentimento, nomeadamente através das suas habituais antíteses discursivas (ordem/caos; novo/velho).

Entretanto, Aquilino, em agosto de 1928, tratava de concretizar a sua evasão do presídio do Fontelo, em Viseu. É dela que nos propomos ocupar já de imediato, nomeadamente através da análise detalhada da terceira parte deste primeiro processo-crime que lhe foi movido. Uma fuga que levaria o escritor ao seu terceiro e último exílio em França, país onde confessou um dia nunca ter sido infeliz: “Nunca desejei

---

<sup>444</sup> Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, ps. 102 e 103.

<sup>445</sup> Luís Farinha – *ob. cit.*, 1998, p. 102.

<sup>446</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 1.º volume, NT-4523.

nada em Paris que não realizasse. Nunca concebi um projeto que não levasse a seu termo. Nunca tive em Paris uma dificuldade que não resolvesse<sup>447</sup>.

Para já, detenhamo-nos nas circunstâncias em que foi concretizada essa rocambolesca evasão.

---

<sup>447</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 329.

## Capítulo 5 – O presídio do Fontelo

### 1. “Às armas”... os réus fugiram

Por volta das 21h30, do dia 15 de agosto de 1928, a sentinela bradou às armas: ao fim de mais de 20 dias nos calabouços, Aquilino e Gomes Mota tinham escapado da cela, no Fontelo, em Viseu. Era o dia em que se celebrava a festa da Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, e nessa noite encontrava-se de serviço o “rigoroso”<sup>448</sup> tenente António Joaquim Martins. Era a segunda vez que o escritor conseguia empreender com êxito uma tal proeza, pois já o havia feito no dia 12 de janeiro de 1908, quando se encontrava preso, em Lisboa, na Esquadra do Caminho Novo.

Assim que a evasão foi detetada, formou-se um grupo armado, que percorreu as imediações da casa de reclusão, para tentar capturar os fugitivos. Em vão. Quase de imediato, iniciaram-se também um conjunto de complexas diligências para investigar as circunstâncias em que tinham sido concretizadas as fugas. Desse conjunto de demoradas pesquisas policiais, marcadas por dezenas de interrogatórios e perícias técnicas, resultou um volumoso processo constituído por 218 páginas, cujas informações estão compreendidas entre os dias 15 de agosto de 1928 e 26 de novembro do ano seguinte<sup>449</sup>.

O auto do corpo de delito, no qual se baseia o presente capítulo do nosso estudo, foi iniciado logo no dia das evasões, pelo tenente António Joaquim Martins, que, como escrevemos, se encontrava de serviço na casa de reclusão do Fontelo. Para além dos dois foragidos, foi ainda acusado o sapateiro António José Pereira de Oliveira, que tinha uma oficina dentro do presídio. Foi indiciado de ter auxiliado os presos a concretizarem a evasão.

A fazer fé nos vários elementos que tivemos oportunidade de confrontar, podemos, desde já, assegurar que a fuga teria sido pensada de modo metódico e meticuloso. Uma característica, de resto, bem evidente na personalidade de Aquilino, sempre atento aos detalhes. A própria hora escolhida para concretizar o projeto não teria sido escolhida ao acaso. Afinal, todos os dias, antes de anoitecer, o estabelecimento prisional do Fontelo aguardava a chegada de reforços, mas isso nem

---

<sup>448</sup> Interrogatório ao capitão da casa de reclusão, António Soares, no dia 21/8/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>449</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523. Importa sublinhar que o 3.º volume do processo-crime instruído ao escritor beirão na sequência da “revolta do castelo” integra 44% de todas as páginas do processo.

sempre sucedia antes de o sol se pôr. Os dois detidos teriam, por conseguinte, identificado esta lacuna aquando do render da guarda e procurado explorar os previsíveis momentos de menor vigilância. Disso mesmo nos dá conta um relatório elaborado, no dia 19 de agosto, pelo comandante da casa de reclusão, António Soares<sup>450</sup>. Ademais, o próprio tenente António Joaquim Martins, interrogado no dia 22 de agosto, reconheceu igualmente que as sentinelas de reforço, que deveriam ocupar os seus postos entre o nascer e o pôr do sol, haviam frequentemente começado a chegar já depois de ter escurecido.

O já citado relatório elaborado por António Soares, no dia 19 de agosto, apresentava as primeiras conclusões, cujos principais pontos importa partilhar:

A evasão teve lugar por meio de arrombamento no soalho da casa onde se encontravam presos, tendo saído por uma loja situada nos baixos da mesma casa, cuja porta foi aberta por alguém da parte de fora, conforme constataram os peritos no exame a que procederam [...].

Tudo isto foi feito no espaço de 10 minutos, aproximadamente, pois que os dois presos foram visto[s] no seu quarto cerca das 21 horas pelo oficial e sargento de dia e pelo sargento da guarda, tendo-lhes estes últimos fechado a porta àquela hora<sup>451</sup>.

Através do cruzamento das várias fontes processuais, é, portanto, possível confirmar que nos dias anteriores ou no próprio dia da evasão os dois detidos serraram o soalho de madeira, utilizando para o efeito, pelo menos, uma fina serra para cortar ferro. De acordo com os peritos chamados à cela, o buraco aberto no soalho tinha uma forma retangular, 55 cm de comprimento e 40 cm de largura<sup>452</sup>. Várias fontes processuais referem-se ainda à existência de um enigmático gramofone, que teria sido levado para a cela no dia da fuga. Certo é que, no decurso das averiguações, nenhum dos responsáveis pela prisão conseguiu identificar quem teria autorizado a sua entrada na prisão e – ainda de modo mais estranho – o aparelho musical acabou por desaparecer, sem que ninguém conseguisse apontar depois o seu paradeiro. Muito provavelmente, a música teria também ajudado a disfarçar o som provocado pela serra a cortar a madeira.

---

<sup>450</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>451</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>452</sup> Eis os nomes dos peritos requisitados ao regimento de infantaria n.º 14: Pedro José, Augusto Fernandes Pascoal, Apolónio [?] Cardoso Salviano e Onofre Marques. O relatório em que nos baseamos foi elaborado no dia 25/8/1928.

A abertura feita no soalho integrava-se num plano preciso, já anteriormente ensaiado com êxito neste mesmo estabelecimento prisional<sup>453</sup>. A partir da cela, os detidos pretendiam descer ao piso inferior, onde encontrariam uma loja. Arrombada a fechadura da “porta dos coelhos” (como era, de resto, conhecida entre os guardas), restar-lhes-ia dirigirem-se para o pátio, procurar não captar a atenção das sentinelas postadas de vigia e ultrapassar a última barreira que os separava da liberdade: o muro que circundava a prisão.

A “porta dos coelhos” revelava-se, contudo, um difícil obstáculo, na medida em que, após a última fuga da prisão, fora decidido colocar um ferrolho no exterior. É nesta sequência que os dois beirões procuraram o auxílio de um terceiro elemento.

Primeiro, Gomes Mota envidou esforços para aliciar o capitão aviador José Maria Brandão de Brito, que se encontrava ali detido, tarefa em que não foi bem sucedido. Ademais, este capitão acabaria por contar o sucedido ao comandante da casa de reclusão, António Soares, que, alertado ainda por outros boatos sobre os preparativos para um eventual assalto ao Fontelo, rapidamente optou por reforçar os meios de vigilância sobre os dois reclusos<sup>454</sup>. Uma das mais apertadas medidas de vigilância teria passado por colocar a sentinela de serviço em frente da porta da cela dos reclusos, sempre aberta.

Gomes Mota conversou depois com o sapateiro António José Pereira de Oliveira, que trabalhava numa oficina contígua à cela dos dois beirões<sup>455</sup>. Aliciado, concordou em abrir, a partir do exterior, a porta da loja que dava acesso ao pátio. Teria também sido ele que, no momento da fuga, procurou distrair uma das sentinelas postadas de vigia. Face ao exposto, poderemos desde já assegurar que o sapateiro em causa desempenhou um papel decisivo na fuga do escritor. Foi detido no próprio dia 15 de agosto e posteriormente interrogado, por duas vezes.

Voltando ao dia chave dos acontecimentos, já com o buraco aberto no soalho, por volta das 20h00 tudo poderia ter corrido mal. A chegada de Adalberto Duarte à cela poderia ter inutilizado todos os esforços. Ele vinha incumbido de limpar a cela,

---

<sup>453</sup> Aquando do seu interrogatório, no dia 12/9/1928, o tenente José dos Santos recordou a fuga de quatro detidos, através da loja. Teria sido, aliás, por esse motivo que foi colocada na porta uma fechadura com um ferrolho, que obrigava à sua abertura a partir do exterior.

<sup>454</sup> Interrogatório ao capitão António Soares, no dia 21/9/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>455</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

mas os dois detidos convenceram-no a limitar-se a apanhar os papéis espalhados pelo chão. Registe-se que, de acordo com os peritos, o buraco no soalho deveria ter demorado alguns dias a ser concluído, mas, segundo António Soares, não seria fácil detetá-lo, pois durante o dia os reclusos voltariam a colocar as tábuas, disfarçando o corte com uma mistura de pó e água ou outra substância. Teriam, ainda, disposto uma das camas de modo a tapar o soalho onde se dera o corte e amontoado roupa suja debaixo da mesma<sup>456</sup>.

A fazer fé nas fontes processuais, poucos minutos antes de a evasão ter sido consumada, mais concretamente por volta das 21h05, António Francisco Lopes teria permanecido à porta da cela, que estaria nessa altura aberta para deixar o filho de Aquilino sair. A presença do jovem Aníbal na cela do pai à hora do jantar não pode deixar de causar-nos admiração, porquanto o regulamento das visitas definia que o horário de visita deveria decorrer todos os dias, para os familiares, impreterivelmente, entre as 13h00 e as 15h00<sup>457</sup>.

Os testemunhos indicam-nos ainda que era habitual a chegada de uma criada, que diariamente trazia a comida para o médico Gomes Mota e, portanto, muito provavelmente, também para Aquilino. Contudo, várias fontes alertam-nos para a presença de três mulheres na cela no dia da evasão<sup>458</sup>.

A descoberta da fuga ocorreu por volta das 21h15, quando os tenentes António Joaquim Martins e António de Almeida se depararam com a cela vazia. Todavia, o alerta apenas seria dado cerca de 15 minutos depois, quando os dois evadidos já deveriam ter conseguido afastar-se das imediações do edifício.

Os fugitivos transpuseram o muro, junto a uma nitreira ali existente, onde se juntava o lixo proveniente das limpezas diárias. As fontes referem ainda que Aquilino e Gomes Mota recorreram a uma padiola, para transpor mais facilmente o muro.

Curiosamente, no dia 29 de agosto, seria mesmo enviada uma denúncia anónima por um “amigo da situação” ao ministro da guerra, Júlio Ernesto de Moraes

---

<sup>456</sup> Interrogatório ao capitão António Soares, efetuado no dia 21/8/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>457</sup> Esta cópia manuscrita da ordem n.º 214, emitida pelo comandante do presídio do Fontelo no dia 24/7/1928, foi realizada no dia 27/8/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

<sup>458</sup> Interrogatório ao cabo Manuel Ernesto Nunes, concretizado no dia 24/8/1928. Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

Sarmiento (1875-1949), na qual se alertava, entre outros aspetos, para a importância do monte de resíduos aquando da fuga:

Os presos políticos evadidos da C. R. [casa de reclusão] de Viseu no dia 21 [na verdade, dia 15] do corrente Dr. António Gomes Mota e Aquilino Ribeiro, achavam-se num quarto donde já outros presos tinham em tempos fugido, não oferecia resistência nenhuma.

O capitão Soares Comandante da C. R. foi avisado pelo Tenente Alfredo Ernesto Pina de que eles lhe pediram para lhe auxiliar a fuga e então que tomasse providências e ele de nada disto avisou o pessoal de serviço, nem tomou providências.

O mesmo auxílio de fuga pediram ao capitão Brandão de Brito e ao tenente Leonel da Cunha. Estes três oficiais estavam presos, mas tinham liberdade interna. Junto aos muros do lado norte por onde fugiram há grandes nitreiras de esterco que facilitaram o salto dos muros e prejudicam todo o serviço interno feito pelos presos com relação à limpeza e higiene<sup>459</sup>.

No dia 31 de agosto, foi acrescentada uma nota manuscrita naquela carta anónima, através da qual se ordenava que se fizessem as devidas averiguações e depois se apensasse a missiva ao auto de corpo de delito. Seriam, por conseguinte, desencadeados um conjunto de novos interrogatórios, que, todavia, não acrescentariam nada de significativo em relação às principais conclusões já partilhadas ao longo deste capítulo.

## 2. Cruzando versões

Como indicámos numa das rubricas anteriores deste estudo, Aquilino deixou-nos uma representação pessoal sobre a sua participação na “revolta do castelo”, que depois seria integrada, em jeito de anexo, nas edições mais recentes da sua obra de memórias inacabadas *Um escritor confessa-se*. A sua prisão no Fontelo e a rocambolesca fuga daí decorrente inspirariam também o autor para a redação de mais algumas páginas. É, pois, chegado o momento de voltar a cruzar os elementos disponíveis.

Sem nunca mencionar de modo explícito a prisão de Gomes Mota ou as circunstâncias em que ela foi concretizada, Aquilino inicia a sua narração, dizendo que, após a detenção em Mangualde, foram conduzidos para Viseu, sob escolta, e

---

<sup>459</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

horas depois transferidos da esquadra do Paço dos Três Escalões<sup>460</sup> para o presídio do Fontelo.

Sobre a sua cela, diz-nos o escritor que tinha uma porta maciça de castanho, com uma lingueta de ferro, larga e grossa, com formato retangular, entre sete a oito metros, com um soalho de tábuas grossas, que cobriam um recinto inferior, de onde lhe chegava o som dos passos.

Mais tarde, recorrendo a um espelho, os dois detidos teriam explorado a fachada do presídio e verificaram que “a porta era chapeada, com fechadura de fortaleza e um poderosíssimo ferrolho”<sup>461</sup>. A dez metros da porta estava colocada uma sentinela, que dava sinal de meia em meia hora.

Aquilino refere ter escutado o rumor segundo o qual seriam os dois desterrados para Timor, tendo nessa sequência partilhado com Gomes Mota o seu plano de fuga, no qual o aludido médico não teria concordado em participar. Escreveu ainda que a “incomunicabilidade foi curta, forçando-a logo no primeiro ou segundo dia”<sup>462</sup>, o que parece, portanto, confirmar as palavras do alfaiate Mário Matos, a cujos serviços profissionais o escritor recorria, habitualmente, na rua Formosa, em Viseu (“Alfaiataria Académica”).

A respeito de António Soares, que à época desempenhava a função de comandante da casa de reclusão, Aquilino escreveu:

Comandava o presídio um oficial de tarimba, o tenente Soares, que havia de assistir infalivelmente ao abrir e fechar da porta da nossa sala, quando não era ele próprio que o fazia. Era um homem cauteloso e cumpridor, muito temente a Deus e defensor da Ordem. Hoje está reformado e há de ir para o céu<sup>463</sup>.

A grande afluência de visitas à cela, sobretudo ao domingo, teria levado Aquilino a maquirar um plano de fuga: iria disfarçar-se e tentar sair, de modo sorrateiro, com os visitantes: “Mandei vir de minha casa de Soutosa um fato de linho, cor de palha, que era a minha andaina de caçador, e com ele o meu panamá barato.

---

<sup>460</sup> O Paço Episcopal de Viseu, também conhecido como Paço dos Três Escalões, começou a ser construído nos finais do século XVI, sendo, desde 1916, a sede do conhecido Museu Grão Vasco. Cf. [http://www.infopedia.pt/\\$paco-episcopal-de-viseu](http://www.infopedia.pt/$paco-episcopal-de-viseu) [21/6/2017].

<sup>461</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 337.

<sup>462</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 338.

<sup>463</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 339.

Escrevi para Lisboa ao Dr. José Gomes Mota<sup>464</sup> que me obtivesse de Robles Monteiro [1888-1958] uma cabeleira loura, com a respetiva bigodeira<sup>465</sup>. E logo a seguir, Aquilino confessa-nos mesmo que “havia franquia nas coisas que entravam e saíam<sup>466</sup> da cela.

No entanto, quando já teria tudo pronto para ensaiar a evasão, Gomes Mota mudou de ideias e decidiu que também queria fugir. O plano do nosso biografado, pormenorizadamente pensado, ficava, assim, sem efeito.

Era agora necessário encontrar uma estratégia em comum e ela passava pelo arrombamento. Aquilino optou, então, por cair nas boas graças do tenente Soares, passando a tratá-lo de um modo simpático, contrariando, assim, a rudeza que sempre lhe demonstrara. De acordo com as representações literárias que nos legou, o médico Gomes Mota havia dito a um dos cabos de serviço que os dois reclusos acabariam por evadir-se dali, brevemente, facto que teria motivado o reforço da vigilância.

A simpatia de Aquilino teria produzido frutos, pelo que pouco depois os dois detidos foram autorizados a desfrutar a hora do recreio com os oficiais do Batalhão de Caçadores n.º 10, que ali se encontravam detidos, também na sequência da revolta do regimento de Pinhel.

Foi, aliás, graças a essa estratégia – segundo Aquilino – que os detidos conseguiram levar para a cela duas serras finas e que foi colocado à sua disposição um poderoso pé de cabra, forjado pelo conhecido ferreiro viseense Arnaldo dos Santos Malho (1880-1960)<sup>467</sup>.

Para dentro da cela foi, ainda, enviado um gramofone, cujo som acabaria por abafar o ruído provocado ao serrar um buraco no soalho, através do qual o escritor conseguiu, numa primeira incursão, descer à loja inferior e esbarrar na porta, impossível de abrir a partir do interior. Constatou-se, assim, que era imprescindível a

---

<sup>464</sup> José Gomes Mota, irmão de António Gomes Mota, era advogado e, em 1959, quando também vivia em Lisboa, foi uma das testemunhas apresentadas por Aquilino Ribeiro, na sequência do processo-crime que lhe estava a ser instruído. Requerimento de instrução contraditória, datado de 19/11/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 202. Os irmãos Mota eram naturais do Freixo. Segundo o que conseguimos apurar, António Gomes Mota, José Gomes Mota e Aquilino foram alunos do Colégio da Senhora da Lapa, em Sernancelhe, estando os três presentes num almoço de confraternização entre os antigos alunos e de homenagem ao padre e professor Francisco Pinto Ferreira, no dia 7/9/1948, na Senhora da Lapa. Aquilino dedicou o romance *S. Banaboião, anacoreta e mártir* (1.ª edição: 1937) ao jurista e amigo, Gomes Mota.

<sup>465</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 340.

<sup>466</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 340.

<sup>467</sup> Sobre ele escreveu Aquilino algumas páginas – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], pp. 227-228.

ajuda de alguém, a partir do recinto exterior do edifício prisional. Nesse sentido, Gomes Mota começou por tentar subornar um cabo, depois uma das sentinelas, mas nada conseguiu. Então:

Lançou a vista sobre o sapateiro, o José da Parada, que morava à Rua do Arco, logo abaixo do chafariz de S. Francisco, de quem um dia tratara a mulher. Deu-se-lhe a fazer um conserto bem dispensável de modo, quando entregasse as botas, viesse à fala connosco. Era, como se depreende, o remendão dos presidiários. O homem hesitou de princípio; prometeu-se-lhe um conto de réis e o lugar de sapateiro no Paraíso, quando se restaurasse a República. Um conto de réis, para aquele pária que nunca avezara cheta, chamava-se uma isca de truz. Ficou de consultar o travesseiro. No dia seguinte, fez-nos saber que lhe arranjássemos uma unha-gata ou pé de cabra<sup>468</sup>.

A fazer fé no seu próprio testemunho, Aquilino planeou detalhadamente a evasão, estudando, entre outros aspetos, a configuração da casa de reclusão, a psicologia e os hábitos dos guardas, o que depois lhe permitiu chegar à conclusão que o render das sentinelas, ao anoitecer, constituía a melhor oportunidade para fugir: seriam três a quatro minutos decisivos para os dois detidos.

Na manhã do dia 15 de agosto, já fora da hora regulamentar, visitara-os uma senhora, que lhes levou uma caixa de doces. Segundo Aquilino, no fundo da oferta estaria escondida uma arma, mas ele apenas tomou conhecimento desse facto já depois da fuga. Recorde-se que as fontes policiais analisadas mencionavam a permanência de três mulheres na cela, naquele dia, algo que não é confirmado pelo testemunho do escritor.

Entrementes, os detidos teriam instruído José de Almeida Meireles para que, entre as 20 e as 21h, percorresse a estrada (Rua do Arco ↔ Mundão) e, mediante o sinal combinado, os transportasse de automóvel para o local pretendido.

Nas suas narrativas de pendor autobiográfico, Aquilino construiu a sua representação sobre os instantes decisivos do dia 15: quando a sentinela deixou o posto de vigia, o sapateiro “José da Parada” conseguiu, com dificuldade, arrancar a fechadura, usando para o efeito o pé de cabra. Desceram os dois evadidos para a loja, abriram a porta e correram para o muro, onde encontraram a fossa cheia de esterco líquido e na qual se enterraram até aos joelhos.

---

<sup>468</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 344.

Transposto que foi o muro, entraram na estrada para S. João da Carreira e para Cavernães. Iniciaram a maratona, mas a debilidade de Gomes Mota dificultava o avanço e, ainda por cima, o automóvel de José de Almeida Meireles nunca teria aparecido.

Entraram na aldeia de Travassós e depois avançaram em direção ao Mundão, tendo Gomes Mota aí pernoitado na casa de um professor primário. Aquilino, pelo contrário, partiu em direção à Pedrosa. Passou a noite em Brufe e depois de uma refeição, por volta das 10h00, voltou a partir. Uma jogada decisiva que teria evitado a sua detenção.

Aquilino avançou para Segões (antiga freguesia de Moimenta da Beira), onde a sua mãe, Mariana do Rosário, se apressou a arranjar-lhe refúgio. Temendo a sua segurança, retirou-se depois para os penedais<sup>469</sup> e mandou um mensageiro a Lamas, à procura de Luís Figueiredo, recebendo em troca uma arma e 125 cartuchos.

Logo após, fez algumas incursões pela aldeia (Soutosa), mas, por uma questão de precaução, optou por ir dormir a uma eira no povo de Ariz, acompanhando-o, por vezes, o seu filho Aníbal, com 13 anos<sup>470</sup>. Um percurso noturno de, aproximadamente, três quilómetros, por mata contínua.

Finalmente, o escritor decidiu partir para França, tendo a sua passagem na fronteira luso-espanhola sido preparada pelo seu amigo Acácio de Paiva Gomes e outros correligionários. Uma viagem também ela marcada por várias peripécias descritas pelo próprio autor<sup>471</sup> e no decurso da qual chegou, por exemplo, a escrever uma carta a Vitorino Nemésio<sup>472</sup>.

---

<sup>469</sup> Fernando Namora apresenta, inclusive, uma fotografia do sítio, no meio da serra, onde “Aquilino se abrigou depois da sua fuga do Fontelo” e logo depois outra foto da “Casa da Soutosa, que também serviu de guarida a Aquilino”. Cf. Fernando Namora (apresentação e coord. das legendas) – *ob. cit.*, 1963, p. 39. Na obra *Viajar com... Aquilino Ribeiro* é apresentada uma pequena fotografia da gruta “onde Aquilino se escondeu depois da sua fuga do Fontelo”. Cf. Alberto Correia (com a colaboração de António Augusto Fernandes) – *Viajar com... Aquilino Ribeiro*, Guimarães, Direção Regional da Cultura do Norte e Opera Omnia, 2013, p. 10. A nossa deslocação a Soutosa, em agosto de 2017, permitiu-nos compreender que esta matéria ainda faz parte da memória de vários habitantes, que, inclusive, se dispuseram a acompanhar-nos ao penedo onde, supostamente, Aquilino se teria refugiado, em 1928.

<sup>470</sup> Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro, nascido no dia 26/2/1914, já havia completado os 14 anos, pelo que o escritor cometeu aqui um lapso.

<sup>471</sup> Sobre esta última questão, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), pp. 359-367.

<sup>472</sup> Carta de Aquilino a Vitorino Nemésio, datada de 23/8/1928. Cf. BN – Espólio de Vitorino Nemésio (E11/6711).

Na obra *Ariz, um pouco da sua história*, Manuel Alcino Magalhães descreveu o auxílio que o seu avô paterno, Manuel de Almeida Magalhães, teria prestado a Aquilino<sup>473</sup>. Parece, assim, confirmar-se a afirmação de Aquilino, segundo a qual este teria ido dormir a uma eira no povo de Ariz, embora as suas memórias nunca mencionem o eventual apoio prestado por Manuel de Almeida Magalhães.

Cruzando, agora, a descrição feita por Aquilino em relação às circunstâncias que levaram à sua evasão, com as fontes constantes no processo-crime que temos vindo a estudar, poderemos, desde já, registar as seguintes conclusões:

– escreveu Aquilino que a incomunicabilidade teria sido levantada logo no primeiro ou segundo dia em que entrou no Fontelo. Na verdade, os documentos policiais indicam-nos que, do ponto de vista formal, ela apenas ocorreu no dia 26 de julho, portanto cinco dias depois da detenção. Todavia, é importante ressaltar que as palavras de Mário Matos confirmam a versão do escritor;

– a descrição feita por Aquilino, em relação à cela onde ficou detido, à porta da loja por onde depois conseguiu evadir-se e, por exemplo, no que diz respeito ao rigor do tenente António Soares corresponde, *grosso modo*, aos elementos policiais que tivemos oportunidade de compulsar;

– enquanto o prosador justifica o reforço da vigilância, decretado pelo comandante da casa de reclusão, invocando um comentário, em tom de desafio, que Gomes Mota teria deixado escapar para um cabo<sup>474</sup>, as fontes policiais invocam os avisos feitos ao comandante do Fontelo sobre a previsível fuga dos dois detidos e os rumores que corriam sobre um possível assalto à casa de reclusão para concretizar a libertação dos presos. As duas versões parecem, portanto, complementar-se;

– Aquilino é omissivo em relação à presença do filho dentro da cela, à hora do jantar, no dia da evasão. Uma presença que, importa dizê-lo, é mencionada em várias fontes policiais, mas que nos parece particularmente estranha, pois, como já tivemos oportunidade de constatar, o horário das visitas decorria entre as 13h00 e as 15h00. Talvez isso, em conjunto com a comida trazida diariamente pela criada de Gomes Mota, nos ajude a atestar as benesses que o escritor confessou ter passado a receber,

---

<sup>473</sup> Cf. Manuel Alcino Magalhães – *Ariz, um pouco da sua história*, 2.<sup>a</sup> edição, Ariz, Junta de Freguesia de Ariz, 2006, pp. 140-142.

<sup>474</sup> “ – Então, meteu-se-te na cabeça, meu bolas, que não sairemos daqui?! Saímos, sim, senhor, e mais cedo do que julgas”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 342.

sobretudo, depois de ter procurado cativar a simpatia do tenente Soares: “A qualquer hora que tivéssemos um desejo, bastava bater na porta para acudir o cabo solícito e respeitoso”<sup>475</sup>;

– se a chegada do gramofone à cela nunca acabou por ser suficientemente averiguada, a verdade é que o seu desaparecimento também não deixa de ser, no mínimo, estranho. Estes episódios – associados à entrada das duas serras e ao pé-de-cabra, segundo o relato de Aquilino – parecem corroborar a afirmação do autor: “havia franquia nas coisas que entravam e saíam”<sup>476</sup>;

– a fazer fé nas palavras de Aquilino, o facto de a nitreira estar cheia parece tê-los ajudado a escalar o muro e, deste modo, escapar da prisão, o que vai, portanto, ao encontro da denúncia anónima enviada ao ministro da guerra, Júlio Ernesto de Morais Sarmiento;

– tal como a sua obra deixa entrever, o escritor planeou, criteriosamente, a sua fuga;

– à semelhança do que escreveu Aquilino, foi o sapateiro António José Pereira de Oliveira, conhecido como “José da Parada”, que os auxiliou na fuga, arrancando a fechadura da porta da loja que tinha um grosso ferrolho de reforço. A este respeito, numa missiva, datada de um de junho de 1962, Abel Pereira de Oliveira mencionava ser filho do “Zé da Parada”, empregado das casas de banho camarárias em Viseu, “que infelizmente estive no Fontelo na companhia de vossa excelência em 1926 [sic]”. De seguida, pedia a ajuda do escritor, pois necessitava de ser subsidiado pela Assistência à Família, na medida em que padecia de uma “terrível doença” e tinha “pouca vista”. Finalmente, recordava: “Não deixará de se lembrar que foi a Vossa Excelência e falecido médico [...] Mota que meu querido e chorado pai facilitou a vossa liberdade”<sup>477</sup>.

Outrossim, não deixa de ser curioso verificar que o escritor poderia ainda ter beneficiado de outras ajudas. Numa interessante carta, datada de 12 de abril de 1947, enviada ao escritor a partir da Guarda, Eduardo Marques, depois de referir que já não via Aquilino há 20 anos, confessava ser o 1.º sargento, também ele detido na casa de reclusão, na sequência da “revolta do castelo”:

---

<sup>475</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 343.

<sup>476</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), p. 340.

<sup>477</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4943, caixa 25).

Sou aquele mesmo rapaz, hoje velho, que auxiliou a fuga de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> da Reclusão de Viseu. Posto isto, devo dizer-lhe que, depois da deportação de Angola, dos Açores e de Peniche, estive 321 dias no Presídio Militar de Santarém e, daí, fui passado à reforma forçada<sup>478</sup>.

### **3. Sinopse de uma fuga: os instantes decisivos**

Pensamos que os derradeiros minutos que antecederam a evasão foram marcados pelos seguintes, e decisivos, acontecimentos. Trata-se, naturalmente, de um cálculo aproximado, mas que nos permite perceber, de um modo inequívoco, o rigor que a fuga encerrou, sem que no entanto pretendamos escamotear, como o próprio escritor escreveu, o “fator sorte”, nesta autêntica corrida contra o tempo:

– entre as 21h05 e as 21h10: a sentinela postada em frente da janela da cela dos detidos ausentou-se, como era habitual, para ser depois rendida pela guarda de reforço;

– por volta das 21h10: o sapateiro António José Pereira de Oliveira, conhecido como “José da Parada”, usou o pé de cabra e arrancou a fechadura da porta da loja. Entretanto, Aquilino e Gomes Mota passaram pelo buraco aberto no soalho, recorreram a uma escada para descer até à loja e conseguiram depois avançar para o recinto exterior;

– entre as 21h10 e as 21h15: os evadidos aproveitaram o facto de a nitreira estar cheia, escalaram o muro e saltaram para a liberdade (Aquilino nunca se refere à existência da padiola comumente referida nos interrogatórios policiais, mas é provável que se tenham servido dela);

– por volta das 21h15: o tenente António Joaquim Martins e o comandante da guarda da casa de reclusão, tenente António de Almeida, dirigiram-se à cela e encontraram-na vazia;

– por volta das 21h20: teria chegado a guarda de reforço;

– por volta das 21h30: foi dado o alerta e nomeado um grupo armado, que percorreu as imediações da casa de reclusão para capturar os fugitivos, o que não foi conseguido.

---

<sup>478</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4007, caixa 21).

Naturalmente que, importará desde já destacá-lo, os cerca de dez a 15 minutos que decorreram entre o momento em que a cela foi encontrada vazia e a altura em que a sentinela bradou às armas para dar o alerta favoreceram a fuga de Aquilino e Gomes Mota, cuja missão foi dificultada, registe-se, pelo facto de não poderem utilizar o carro planeado.

Num documentário emitido pela RTP, em 1976, Jerónima Dantas Machado recordou a narração feita pelo marido, após a fuga do Fontelo: ao percorrer as serras, teria ficado com os pés em sangue, permanecendo depois escondido durante 18 dias num penedo, em Soutosa<sup>479</sup>.

Registe-se que, depois desta rocambolesca evasão, Aquilino voltou a refugiar-se em Paris e teria sido na capital francesa que tomou conhecimento do seu julgamento e decorrente condenação, à revelia, ainda pela sua participação no movimento revolucionário de 7-9 de fevereiro de 1927, em Lisboa, como de resto já tivemos oportunidade de referir em capítulo anterior deste estudo.

No decurso deste terceiro e último exílio (1928-1932), o autor beirão escreveu vários textos, depois publicados na *Ilustração* e no efémero jornal clandestino *Vitória* (de Setúbal), editado em Lisboa e também em Paris. Foi também neste último período de “fuga” que redigiu os romances *O homem que matou o diabo*<sup>480</sup> (1.<sup>a</sup> edição: 1930<sup>481</sup>) e *A batalha sem fim*<sup>482</sup> (1.<sup>a</sup> edição: 1931).

Em 1931, deixou Paris e partiu com a família para a Galiza. No ano seguinte regressou de modo “semiclandestino” a Portugal, instalando-se em Abraveses<sup>483</sup> (Viseu) e colocando, assim, um ponto final nos seus exílios.

Uma interessante carta de António Gomes Mota, datada de 30 de abril de 1930, dá-nos conta das diligências deste médico para conseguir a autorização oficial

---

<sup>479</sup> Cf. “Um homem uma época”, parte 1, programa televisivo emitido pela RTP em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

<sup>480</sup> A revista *Presença* publicou, na sua edição de agosto-outubro de 1930, uma crítica literária da pena de José Régio, onde se afirma que: “Ora em *O Homem que matou o Diabo* o miolo psicológico dos protagonistas é pobre – pobríssimo se pensarmos na complexidade psíquica dos modernos heróis de romance; e a intenção filosófica do livro falha porque o livro no-la faz parecer banal”. Cf. *Presença, edição facsimilada compacta*, tomo II, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Contexto, 1993, sem numeração.

<sup>481</sup> O conto *El hombre que mató al diablo* foi inicialmente dado à estampa em Espanha, em 1924. Posteriormente, seria ampliado e editado em Portugal.

<sup>482</sup> Na sua edição de fevereiro de 1933, a revista *Presença* trazia uma crítica literária, no decurso da qual José Régio escreveu que o romance em causa (*A batalha sem fim*) era “um livro mais que pobre”, quando comparado com as obras de Dostoiévski ou Proust, mas “apesar de tudo um livro admirável”. Cf. *Presença, edição facsimilada compacta*, tomo II, 1993, sem numeração.

<sup>483</sup> Em Abraveses, existe hoje a rua Aquilino Ribeiro, principal avenida da freguesia.

para o regresso de Aquilino a Portugal. Dizia Gomes Mota que tinha ido falar com o chefe de gabinete do Ministro do Interior, António Lopes Mateus (1878-1955), pois era das relações do irmão de António Gomes Mota. Finalmente, aconselhava o escritor a ter paciência<sup>484</sup>. Outras cartas constantes no espólio do romancista também nos permitem depreender que existiram movimentações estratégicas no tabuleiro das influências nacionais para trazer o escritor para Portugal, negociações essas que seriam, de resto, do conhecimento do sogro de Aquilino, o antigo Presidente da República Bernardino Machado<sup>485</sup>. Após uma breve estadia em Espanha, Aquilino acabou por regressar ao território nacional em maio de 1932, atravessando a fronteira de Vilar Formoso num automóvel emprestado pelo médico de Viseu José do Nascimento Ferreira<sup>486</sup>.

Numa missiva, datada de nove de novembro de 1932, de António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1891-1950), 1.º tenente da marinha que partira para o exílio na sequência do movimento de 1927, o exilado em Bayonne, concluía: “O ideal seria que nos deixassem entrar pura e simplesmente como a si”<sup>487</sup>. O que nos deixa, portanto, antever que as autoridades teriam conhecimento deste regresso, uma conclusão, de resto, subscrita pela própria esposa do nosso biografado, Jerónima Machado, que sustentou que o governador civil (provavelmente de Viseu) teria ido esperar Aquilino à fronteira, quando este entrou no país, através da fronteira de Trás-os-Montes<sup>488</sup>.

As palavras do escritor deixam-nos, no entanto, algumas dúvidas sobre esta matéria. Numa carta que escreveu a Bernardino Machado, em 13 de maio de 1932, Aquilino anunciava a partida, assegurando, porém, que o seu regresso a Portugal seria clandestino:

na semana que vem teremos fatalmente que largar. Possivelmente quinta-feira. A Gigi vai a Lisboa, eu sigo diretamente para a Beira, espécie de Covadonga onde espero que me deixem em paz. Nada pedi aos ditadores; a minha entrada é clandestina; em Viseu é

---

<sup>484</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4725).

<sup>485</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5630).

<sup>486</sup> Cf. Gilberto de Carvalho – *Aquilino Ribeiro (pequenas coisas num grande homem)*, Viseu, [s.n], 1968, sem numeração, nota 1.

<sup>487</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6207).

<sup>488</sup> Cf. o testemunho de Jerónima Dantas Machado: “Um homem uma época”, parte 1, programa televisivo emitido pela RTP em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

que o Mota e outros amigos sondaram as autoridades para o caso da minha estada na aldeia<sup>489</sup>.

No ocaso de 1932, devido a problemas de saúde (uma ciática decorrente da travessia do rio durante a noite, durante o regresso a Portugal<sup>490</sup>), Aquilino veio para Santo Amaro de Oeiras e depois para a Cruz Quebrada (Quinta de Santa Catarina). Optou, entretanto, por reconstruir a casa do pai, em Soutosa (atual Fundação Aquilino Ribeiro).

Acabou depois por ser amnistiado<sup>491</sup>. Uma amnistia que contemplou quase todos os implicados nas revoltas, excetuando 50 indivíduos tidos como perigosos, entre os quais se pode destacar o caso de Adalberto Gastão de Sousa Dias. Recorde-se que, em 1932, Aquilino tinha dois filhos para sustentar: um com 18 anos, o outro com dois anos e as dificuldades financeiras da família eram evidentes<sup>492</sup>, como, de resto, acontecia com a maioria dos exilados políticos<sup>493</sup>.

Não deixa de ser curioso verificar que em todo o processo-crime que nos tem vindo a servir de referência não existe qualquer indicação sobre o desenlace final do mesmo: teria Aquilino sido condenado ou absolvido, na sequência da sua participação na “revolta do castelo”, em julho de 1928? Pelo contrário, existem fontes que nos permitem sustentar que, no final de 1929, Gomes Mota foi condenado ao pagamento de uma multa, num total de 4000\$00, depois confiados à guarda da mendicidade<sup>494</sup>. Será que o nosso biografado acabou por nunca ser sentenciado? É uma resposta que, no estado atual dos nossos conhecimentos, não conseguimos avançar, nem mesmo depois de consultar a imprensa periódica da época.

Certo é que no ano em que Aquilino regressou a Portugal, António de Oliveira Salazar foi nomeado Presidente do Conselho. Numa carta, datada de 27 de dezembro de 1932, o diretor do *Diário de Notícias*, Eduardo Schwalbach Lucci (1860-1946), agradecia a oferta da obra *Três mulheres de Sansão* (1.<sup>a</sup> edição: 1932) e

---

<sup>489</sup> Cf. carta de Aquilino a Bernardino Machado, escrita em Tui (Espanha) e datada de 13/5/1932. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07006.047> [5/10/2017].

<sup>490</sup> Cf. o testemunho de Jerónima Dantas Machado: “Um homem uma época”, parte 1, programa televisivo emitido pela RTP em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

<sup>491</sup> Cf. decreto n.º 21 943, datado de 5/12/1932.

<sup>492</sup> Cf. entrevista feita por António Valdemar a Jerónima Dantas Machado, *Diário de Notícias*, 17/11/1985, secção “Cultura”, IV.

<sup>493</sup> Sobre as dificuldades vividas pelos exilados, cf., por exemplo, Cristina Clímaco – *ob. cit.*, 2017, p. 156.

<sup>494</sup> Cf. IANTT, PIDE/DGS, processo PSE 4004A / 3.º volume, NT-4523.

o artigo sobre o Natal, “que mereceu um corte da censura”<sup>495</sup>. Será este o prenúncio do que irá suceder durante o Estado Novo? É, pois, chegado o momento de aprofundar o que sucedeu durante o regime salazarista.

---

<sup>495</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6355-6356).

**Parte III – Aquilino, durante o Estado Novo**



## Capítulo 6 – Relações sociais, polémica e censura

### 1. Considerações prévias

Ao longo das próximas páginas, procuraremos compreender o posicionamento de Aquilino perante a ditadura salazarista e quais as representações construídas, em especial, pela máquina censória e repressiva do regime a seu respeito, ao longo de 30 anos (1933-1963). Por ora, limitemo-nos a enumerar alguns elementos dispersos, que possam aguçar o apetite do nosso leitor.

Quando o Estado Novo se institucionalizou, Aquilino tinha já no seu currículo um longo e atribulado percurso de combate à Monarquia Constitucional e à Ditadura Militar. Combates que motivaram a sua dupla detenção, bem como três exílios em França. Quando regressou a Portugal, em 1932, Aquilino era também um homem desgastado pelos sucessivos fracassos do “revirinho” e pelas irreconciliáveis fraturas dentro do próprio movimento oposicionista, que, entre outros, tinham conduzido ao estertor da Liga de Paris. Dois anos depois, no preâmbulo do seu caderno de reportagens *É a Guerra*, escreveu mesmo que as ilusões do passado haviam “voado como as penas mortas”<sup>496</sup>.

Após o seu regresso a Portugal, em 1932, continuou a lutar pelo seu programa de conseguir sobreviver do que escrevia<sup>497</sup>, num país pouco povoado, com elevadas taxas de analfabetismo e onde os proventos relativos aos direitos de autor eram escassos e nem sempre chegavam em tempo útil.

Do ponto de vista literário, em 1933, Aquilino era já um nome consagrado no panorama nacional<sup>498</sup>, tendo dado à estampa livros que o catapultavam para um lugar de destaque. Referimo-nos às obras: *A Via Sinuosa*<sup>499</sup>, *Terras do Demo* (1.ª edição: 1919), *Filhas da Babilónia* (1.ª edição: 1920), à novela “O Malhadinhas”, editada pela primeira vez em 1922, no livro de contos *Estrada de Santiago*, ao *Romance da*

---

<sup>496</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1934 a], prefácio consagrado a António Gomes Mota, p. 7.

<sup>497</sup> Segundo Celina Moura Arroz, em 1932, quando Aquilino regressou do seu último exílio, decidiu “dedicar-se integralmente à vida literária, como único trabalho do ganha-pão”. Cf. Celina Moura Arroz – *ob. cit.*, 2018, p. 33.

<sup>498</sup> Já em 14/9/1923, numa carta que Fernando Pessoa escreveu ao poeta espanhol Adriano del Valle (1895-1957), o poeta dos heterónimos classificava Aquilino como um “grande prosador”. Consultado a partir do arquivo digital disponibilizado da Casa Fernando Pessoa: <http://arquivopessoa.net/textos/3618> [12/12/2017].

<sup>499</sup> O próprio Aquilino concluiu que este romance o tinha celebrizado no Chiado. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 37.

*Raposa* e, por exemplo, ao enigmático *Andam faunos pelos bosques* (1.<sup>a</sup> edição: 1926). Este processo de reconhecimento da obra e do autor consolidou-se ao longo das décadas seguintes, sendo interessante verificar que a grande maioria das suas obras foi publicada já a partir dos anos 30 (cerca de 50 livros).

Em 1933, portanto logo no arranque do regime salazarista, quando contava 48 anos, Aquilino recebeu o recém-criado prémio Ricardo Malheiros, pelo seu livro *As três mulheres de Sansão* (1.<sup>a</sup> edição: 1932). Tratou-se do primeiro galardão literário que o escritor recebeu em vida, embora, como escreveu Luís Vidigal, essa aceitação não pareça representar “qualquer concessão ao Estado Novo”<sup>500</sup>. Até porque as mais antigas distinções literárias do SPN apenas foram distribuídas em 1934, um ano antes de Aquilino ter sido eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1933, Aquilino publicou uma adaptação da obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Através das nossas pesquisas, conseguimos perceber que, na década de 40, ela integrava a Biblioteca Ambulante do SNI, na categoria de História<sup>501</sup>. Para além de estarmos, repita-se, perante uma adaptação de um dos clássicos da literatura nacional, importa ainda registar que, tomando em consideração as pesquisas de Daniel Melo, alguns autores oposicionistas também integraram, embora em menor número, o aludido catálogo<sup>502</sup> daquelas bibliotecas oficiais do regime salazarista que viriam a desaparecer em 1950.

Certo é que António de Oliveira Salazar teve, por várias vezes, oportunidade de demonstrar a sua admiração pelo escritor beirão. Em 1936, ano em que foi criada a Mocidade Portuguesa e rebentou a Guerra Civil de Espanha, o Presidente do Conselho deu a seguinte sugestão ao jornalista francês Frédéric Lefèvre (1889-1949), interessado em conhecer a realidade nacional: “Comece o seu inquérito por Aquilino.

---

<sup>500</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 66. Registe-se que o diploma e o correspondente montante pecuniário (6500\$00) foram entregues ao nosso biografado, pelas mãos do Presidente da Academia, Júlio Dantas, no dia 7/12/1933.

<sup>501</sup> Cf. *Biblioteca Ambulante de Cultura Popular, Catálogo, SNI*, Lisboa, 1946, *apud* Fernando Rosas (coordenação) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* integrado na coleção *Nova História de Portugal*, volume 12 (direção de Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques), 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 419.

<sup>502</sup> Cf. Daniel Melo – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 152.

É um inimigo do regime. Dir-lhe-á mal de mim, mas não me importa: é um grande escritor”<sup>503</sup>.

Importa esclarecer que, em 1935, Portugal recebeu a visita de vários escritores franceses, convidados por António Ferro (1895-1956), dentro de uma lógica de propaganda além-fronteiras do regime português<sup>504</sup>. É portanto nesse âmbito que também deve ser enquadrado o encontro de Salazar com Frédéric Lefèvre, em 1936.

A admiração de Salazar pela obra de Aquilino afigura-se-nos lógica. Afinal, alguns livros do escritor beirão, apesar de colocarem a nu a realidade do mundo camponês, enquadravam-se, em certo sentido, na ideologia ruralizante do Presidente do Conselho, que, sobretudo, ao longo da década de 30, não se cansou de insistir nas virtudes da tradição e do mundo rural, por oposição à perigosa luta de classes decorrente da industrialização/urbanização. De resto, Aquilino, como tivemos oportunidade de escrever, percecionava a aldeia como a célula básica da Pátria<sup>505</sup>, uma ideia que também tinha inequívocos pontos convergentes com a ideologia, sobretudo, das décadas iniciais do Estado Novo, que, em busca dessa propalada autenticidade, chegou mesmo a dinamizar em 1938 um concurso para escolher a “aldeia mais portuguesa de Portugal”.

Salazar nasceu no Vimieiro, em Santa Comba Dão, terra localizada na margem sul do rio Dão à qual regressou ciclicamente ao longo da vida. Para além de ter frequentado, durante oito anos, o seminário, que abandonou em 1908, é bem conhecido o seu interesse pelo mundo rural. Fascinado pelas flores e pelas plantas<sup>506</sup>, fazia questão de participar em várias atividades agrícolas e de acompanhar de perto a produção de vinho na sua quinta beirão. Na entrevista que, já na década de 50, concedeu a Christine Garnier confessou: “eu sou um camponês, filho de camponeses.

---

<sup>503</sup> Cf. Luís Vidigal – “Atitudes e mentalidades na oposição ao Estado Novo: o caso de Aquilino Ribeiro”, in AAVV – *ob. cit.*, volume II, 1987, p. 66.

<sup>504</sup> Cf. Otilia Pires Martins, “Les intellectuels français et le Portugal de Salazar: mythification et dissonance”, in Carlos Reis, José Augusto Cardoso Bernardes e Maria Helena Santana (coordenação) – *Uma coisa na ordem das coisas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 597.

<sup>505</sup> Numa entrevista que concedeu, em 1958, no âmbito da qual teceu duras críticas ao Estado Novo, Aquilino classificou a aldeia como a “célula do País”. Cf. *Diário de Lisboa*, 2/6/1958, p. 2.

<sup>506</sup> Cf. a este respeito o interessante artigo jornalístico, dado à estampa por Bárbara Reis: “Cartas inéditas de Salazar revelam segredos e intimidade com três gerações de família inglesa”, in *Público*, 26/11/2017: <https://www.publico.pt/2017/11/26/sociedade/investigacao/cartas-ineditas-de-salazar-revelam-segredos-e-intimidade-com-tres-geracoes-de-familia-inglesa-1793601> [12/12/2017].

Não posso viver sem respirar o cheiro da terra. Para trabalhar preciso sentir em volta de mim árvores, moitas e flores”<sup>507</sup>.

Avesso às multidões, gostava de recolher-se no campo e percecionava a vida habitual do camponês como a matriz identitária da Pátria, uma pureza ou autenticidade que, pelo menos durante as décadas iniciais do regime, tudo fez para preservar. Um viver habitualmente que, de resto, se enquadrava nos objetivos perseguidos por um regime repressivo, antiliberal, corporativo, nacionalista, antidemocrático e tendencialmente totalitário, ao qual convinha que a população se mantivesse alheada das questões políticas.

Importa agora dizer que, apesar dos nossos esforços, não conseguimos localizar a fonte original onde constaria a aludida sugestão do Presidente do Conselho ao jornalista francês, em 1936. De resto, uma parte da entrevista concedida por Salazar a Frédéric Lefèvre, no âmbito da rubrica “Une heure avec...”, foi publicada nas *Nouvelles Littéraires* e nela não figura o nome de Aquilino<sup>508</sup>. Certo é que a afirmação do Presidente do Conselho seria transposta para a badana da primeira edição do romance *Quando os lobos uivam*, tendo a mesma já sido anteriormente divulgada na imprensa periódica. Em 1947, o *Diário Popular* publicou uma entrevista a Frédéric Lefèvre, no decurso da qual este recordou a recomendação do ditador, em 1936<sup>509</sup>. Outrossim, o próprio Aquilino invocou esta frase, quando foi interrogado pela PJ, no dia 28 de março de 1959, procurando, pois, sustentar que, de modo implícito, Salazar aceitaria que ele tivesse uma ideologia política diferente<sup>510</sup>. E fez questão de recuperá-la no corpo da obra *Abóboras no Telhado*, quer na sua edição de 1955<sup>511</sup>, quer nas sucessivas reedições<sup>512</sup>. Portanto, Aquilino não teria

---

<sup>507</sup> Cf. Christine Garnier – *Férias com Salazar*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952, p. 63.

<sup>508</sup> Edições de 24 e 31/8/1935. Na FAQ – cultura e pensamento consta um interessante Fundo, onde se integra a correspondência trocada entre António Ferro (pai de António Quadros: 1923-1993) e Frédéric Lefèvre, a respeito das diligências efetuadas em torno da entrevista que viria a ser realizada pelo jornalista francês a Salazar, na década de 30. Através das missivas é possível compreender que Ferro teve acesso prévio às temáticas previstas para a entrevista. Cf. Frédéric Lefèvre, Fundo AFC (0253), em especial, carta de Frédéric Lefèvre para António Ferro, s.d: PT/FAQ/AFC/01/001/0253/00014, s.d.

<sup>509</sup> Cf. *Diário Popular*, 16/7/1947, p. 3.

<sup>510</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 86. A frase em causa foi invocada pela defesa do escritor: cf. Heliodoro Caldeira – *Quando os lobos julgam a justiça uiva. Texto integral da acusação e defesa no processo de Aquilino Ribeiro*, São Paulo, Editora Liberdade e Cultura, s.d, p. 16.

<sup>511</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 330.

duvidado sobre o autor da afirmação em causa e fez questão de divulgar essa representação pessoal do Presidente do Conselho.

Tendo ainda como mote o conselho de Salazar a Frédéric Lefèvre, Bento da Guia partilhou uma interessante memória:

muitas vezes li em artigos sobre Aquilino, referências à entrevista que Salazar deu a um jornalista estrangeiro, ao qual disse: – Ouça Aquilino Ribeiro. Ele vai dizer-lhe mal de mim, mas é bom escritor.

Ora em 1955, Aquilino confiou-me um exemplar do seu *D. Quixote de La Mancha*<sup>513</sup>, para eu entregar pessoalmente ao seu grande amigo, Rui Pereira que vivia em Petrópolis. Encontrei-me com ele na Rua do Resende, no Rio de Janeiro, na alfaiataria de que meu pai era proprietário. Depois, num almoço no restaurante da Mesbla, longa e inesquecível conversa em que um dos temas foi naturalmente Aquilino Ribeiro, o político que ambos conhecíamos, o escritor que ambos admirávamos e o Homem que ambos estimávamos. Rui Pereira referiu-me que, encontrando-se um dia numa roda de amigos em que estava também Aquilino, falava-se da Política Portuguesa em tom claramente hostil, sendo o primeiro alvejado, Oliveira Salazar, um dos presentes acusou-o mesmo de uso e abuso de dinheiros da Nação em benefício próprio ou de amigos; e logo Aquilino intervém firme e peremptório: – Não! Isso, não! Por esse lado não ataquem o homem que ele é honesto!<sup>514</sup>

Salazar admiraria o escritor beirão, ao ponto de possuir a sua obra completa na biblioteca privada, tal como foi noticiado nos órgãos de comunicação social aquando de um leilão dos livros do Presidente do Conselho, realizado em 2011<sup>515</sup>. No espólio pessoal do ditador, armazenado na Universidade Católica, em Viseu, consta um texto escrito por Aquilino para o I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, intitulado: “Estradas. Como encara o problema o homem que vai no seu carro ou a pé e não tem o curso de engenharia”, no qual, entre muitos outros aspetos, o nosso biografado sustentou a revogação das taxas previstas no decreto 10 176, de dez de outubro de

---

<sup>512</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Abóboras no Telhado*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [19--], p. 330.

<sup>513</sup> A 1.ª edição desta obra, no que diz respeito à tradução feita por Aquilino, data de 1954.

<sup>514</sup> Cf. A. Bento da Guia – *As vinte freguesias de Moimenta da Beira*, 1.ª edição, Viseu, Edição da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, 1986, pp. 176-177.

<sup>515</sup> Cf. autor não identificado – “Livros de Salazar em leilão”, *Expresso*, 4/6/2011. Consultado a partir da página *on-line*: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/livros-de-salazar-em-leilao=f653540> [25/4/2017]. Registe-se que o espólio de Salazar se encontra disseminado por várias entidades públicas, caso do IANTT e da Universidade Católica, em Viseu, ou da Câmara Municipal de Santa Comba Dão (neste último caso, devido a um processo litigioso, as fontes ainda não se encontram disponíveis aos investigadores, mas, de modo informal, conseguimos descobrir que no espólio de Salazar conserva-se uma obra de Aquilino – *Casa do Escorpião*, dada à estampa em 1963, não incluindo qualquer dedicatória). Ademais, uma parte do espólio do ditador também se encontra nas mãos de particulares, caso do seu sobrinho-neto Rui Salazar, com o qual de resto conversámos no âmbito das nossas pesquisas. Vários dos livros do ditador já foram mesmo vendidos em leilão a alguns particulares.

1934<sup>516</sup>. O convite para o escritor participar na sessão inaugural do aludido congresso, em janeiro de 1936<sup>517</sup>, consta do seu espólio pessoal conservado na BN. Encontrámos até uma carta, classificada como urgente e datada de 15 de janeiro, na qual Luiz Lupi (1901-?), da comissão organizadora, manifesta o seu desgosto pela ausência de Aquilino nas sessões de trabalho e expressa o desejo de vê-lo por lá em breve<sup>518</sup>, o que não poderemos comprovar ter sucedido. Certo é que o seu texto seria editado nas atas do Congresso<sup>519</sup>. Não deixa, portanto, de ser interessante constatar o convite oficial e a participação de Aquilino, através de uma tese escrita para o efeito, neste importante congresso, enquadrado no espírito nacionalista do Estado Novo (nele estiveram presentes Salazar e Carmona). Aliás, segundo Francisco Correia das Neves (1929-2017), Aquilino oferecia os seus livros a Salazar e também a Santos Costa<sup>520</sup>, sendo que, no que diz respeito ao ministro da Defesa bem como a outras importantes individualidades integradas no Estado Novo, as nossas pesquisas permitiram-nos confirmar essa prática.

Como veremos, Aquilino também teceu referências elogiosas ao Presidente do Conselho, classificando-o, segundo algumas fontes, como “sagacíssimo”<sup>521</sup> e “honesto”<sup>522</sup>, no que concerne às finanças públicas. Ademais, na “Advertência ao Leitor”, que escreveu, em 1934, para a obra *Letras e letrados viseenses* de Maximiano Aragão (1858-1929), o autor beirão identificou outras individualidades do distrito de Viseu que tinham alcançado “lugar de relevo nas letras e bibliografia portuguesa” e que não haviam sido referidas por Maximiano Aragão, destacando nessa sequência Tomás da Fonseca (1877-1968), ele próprio e, por exemplo, António de Oliveira Salazar<sup>523</sup>.

---

<sup>516</sup> Cf. Universidade Católica de Viseu, Biblioteca D. José Pedro da Silva, Espólio de António de Oliveira Salazar, RM 6527: Aquilino Ribeiro – “Estradas”, Lisboa, Sociedade Nacional de Turismo, 1936.

<sup>517</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4620).

<sup>518</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1624).

<sup>519</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – “Estradas. Como encara o problema o homem que vai no seu carro ou a pé e não tem o curso de engenharia”, in *I Congresso Nacional de Turismo* III secção, Lisboa, Sociedade Nacional de Turismo, 1936.

<sup>520</sup> Cf. Francisco Correia das Neves, “O plural no singular”, *Comarca de Arganil*, 28/1/2009, p. 27. Consultado a partir de: <http://acomarcadearganil.cm-arganil.pt/#11869/27> [25/4/2017].

<sup>521</sup> Cf. *Diário Popular*, 16/10/1945, BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 96).

<sup>522</sup> Cf. A. Bento da Guia – *ob. cit.*, 1986, pp. 176-177.

<sup>523</sup> Cf. Aquilino Ribeiro (prefácio e organização) – *Letras e letrados viseenses de Maximiano Aragão*, 1.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1934 (b), p. 265.

Na obra de crónica, crítica e polémica *Abóboras no Telhado*, dada à estampa, registre-se, em 1955, Aquilino deixou as seguintes palavras elogiosas ao Presidente do Conselho:

O Sr. Dr. Oliveira Salazar está abrangido pela exceção em virtude não só dum direito natural como em *raison de conquête*. Pode-se alimentar um conceito pejorativo quanto à vida política nacional, o facto é que S. Ex.<sup>a</sup> atingiu na nossa terra o lugar supremo em preeminência, à margem pois do insinuado índice [leia-se, censura]<sup>524</sup>.

Também não deixa de ser importante assinalar que, tendo em consideração os estudos desenvolvidos por Luís Vidigal, Aquilino manteve-se – ou foi mantido? – à margem da constituição do MUNAF, em 1943, movimento muito heterogéneo que também viria a integrar intelectuais vinculados à *Seara Nova*<sup>525</sup>. A pergunta atrás formulada entre travessões parece ter uma resposta afirmativa, pois, em 1945, Aquilino voltou a enfrentar uma situação idêntica. Por conseguinte, numa carta datada de 11 de novembro do referido ano, remetida a partir da Cruz Quebrada (Lisboa) a Francisco Pulido Valente (1884-1963), o nosso biografado constatava:

Na lista das pessoas agregadas à comissão central do MUD, lista que não teve outro intuito, adivinha-se, senão fazer um balanço de forças, vejo excluído o meu nome. O facto não deixou de me magoar profundamente pelo jogo de suspeição que pode trazer consigo. O meu querido Dr. Pulido sabe com que calor, exaltação, para não dizer ânimo dedicado, tenho seguido esta batalha pela liberdade e tomado nela parte no limite das minhas forças. O seu consultório tem sido o cenáculo onde meia dúzia, entre os quais eu que me julgaria no número dos fiéis ortodoxos, iam acertar a atitude e até certo ponto retemperar a coragem. Por isso mesmo eu lhe peço o sentido favor de averiguar pelos seus amigos em que é que aquela exclusão pode atingir a minha dignidade para chamar os responsáveis a contas, pois que de méritos não é caso nem eu cuidaria. A circunstância é tanto mais de estranhar que no acervo figuram indivíduos que nem sequer, que eu saiba, assinaram as listas<sup>526</sup>.

Aquando da sua intervenção no ciclo das homenagens ao escritor, em 2013, no âmbito dos 50 anos após a sua morte, Fernando Rosas aludiu a esta questão, justificando aquela ausência através do incómodo que algumas das obras de Aquilino

---

<sup>524</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.<sup>a</sup> edição, s.d [1955], p. 330.

<sup>525</sup> Cf. Luís Vidigal – “Atitudes e mentalidades na oposição ao Estado Novo: o caso de Aquilino Ribeiro”, in AAVV – *ob. cit.*, volume II, 1987, p. 67.

<sup>526</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, carta enviada a Francisco Pulido Valente, 11/11/1945, *Casa Comum* (desenvolvido pela Fundação Mário Soares), *on-line*: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04634.005.005> [19/4/2017]. Documentação que faz parte do Fundo Manuel Mendes, no Museu do Chiado.

a respeito da Alemanha teriam provocado entre os setores da oposição em Portugal<sup>527</sup>. E o aludido historiador destacou mesmo dois livros: *Alemanha Ensanguentada* e *Volfrâmio*, a respeito dos quais teremos oportunidade de nos debruçar em fase posterior deste estudo.

Apesar da omissão do escritor beirão das aludidas listas – das quais fizeram parte nomes como José de Magalhães Godinho (1909-1994), Teófilo Carvalho dos Santos (1906-1986) ou Manuel Mendes –, certo é que ele havia sido convidado para participar numa reunião do MUD, realizada em dez de novembro<sup>528</sup>, e cerca de um mês antes daquela missiva o *Diário Popular* trazia estampada uma entrevista de Aquilino, onde este afirmava:

– Estou persuadido ainda de que o Governo tateia, incerto quanto à realidade ou fatuidade de tal circunstância. No dia em que tirar a prova teremos o problema nacional em vias de resolução.

– E como tirar a prova?

– Por meio de sufrágio. Um sufrágio franco, sincero, que exprima com a maior exatidão possível um “veredictum” da nação. [...]

A política que nos rege tem vinte anos e está atacada deste caruncho: a usura. Sucede-lhe como aos fatos. Virá-los do avesso é remédio de pouca dura [...]. O Governo do Dr. Oliveira Salazar conta o que em fisiologia se chama uma propecta idade. Mas além da propecta idade o clima é outro. O clima vem dessa Europa, desse mundo todo. Formaram-se outros eliseus. O Presidente do Conselho, que é sagacíssimo, terá dado conta<sup>529</sup>.

Estas tomadas de posição públicas deverão ser enquadradas no contexto da vitória das democracias na II Guerra Mundial (1939-1945) e em particular das expetativas semeadas pelo regime português a respeito da sua liberalização – materializadas, de resto, na criação do MUD (oito de outubro de 1945), na adoção da ambígua capa pseudodemocrática com que o salazarismo intentou travestir-se ao autointitular-se “democracia orgânica”<sup>530</sup> ou nas eleições para a Assembleia Nacional, que o Presidente do Conselho haveria posteriormente de prometer em

---

<sup>527</sup> Cf. intervenção de Fernando Rosas: II sessão do ciclo “Aquilino: o tempo da clandestinidade e dos exílios”, Lisboa, Biblioteca da Assembleia da República, 2013, *on-line*: <https://www.youtube.com/watch?v=FFLdufZyB2E> [22/12/2017].

<sup>528</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4775).

<sup>529</sup> Cf. *Diário Popular*, 16/10/1945, p. 3. O documento em causa foi conservado pelo escritor: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 96).

<sup>530</sup> Cf. José Freire Antunes – “Salazar e Caetano nas encruzilhadas do Estado”, in Marcello Caetano – *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, reimpressão: 2006, Introdução, p. 55.

entrevista ao *Diário de Notícias* serem “tão livres como na livre Inglaterra”<sup>531</sup>. Sublinhe-se que, após a vitória dos Aliados no conflito, muitos oposicionistas mostravam-se convictos na queda do regime salazarista.

As declarações do escritor beirão ao *Diário Popular* levaram Domingos de Gusmão Araújo (1889-1959) a escrever-lhe uma carta, datada de 18 de outubro de 1945, onde afirmava: “Os meus parabéns pelo que disse acerca do ato eleitoral. É assim mesmo: um movimento destes, de tanta profundidade, não deve perder-se, amesquinhar-se ou aviltar-se [...]. Parece-me que o governo finge não entender”<sup>532</sup>. Diga-se que Gusmão Araújo dirigira a *Alma Portuguesa*, revista fundada no início do século XX, e fora ainda um dos fundadores do Integralismo Lusitano.

Na sua edição de 21 de outubro de 1945, o jornal *República* divulgou o nome de alguns escritores que haviam aderido ao MUD, na campanha pelas eleições livres<sup>533</sup>. O nome de Aquilino figurava em primeiro lugar, destacando-se depois, entre outros, os casos de Ferreira de Castro (1898-1974), Alves Redol, Henrique de Vilhena (1879-1958), Miguel Torga, José Régio (1901-1969) e Hernâni Cidade (1887-1975)<sup>534</sup>. Cerca de um mês depois, Aquilino integrou também a comissão dos escritores, jornalistas e artistas democráticos, que haviam manifestado o seu apoio ao MUD e pretendiam continuar a lutar, através dos meios legais, pelas “liberdades democráticas”<sup>535</sup>, criando a Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos.

Já mais recentemente, no âmbito dos 50 anos da morte do nosso biografado (1963-2013), o jornalista António Valdemar assinou um artigo no *Público*, onde,

---

<sup>531</sup> Cf. “Uma entrevista com o Presidente do Conselho”, *Diário de Notícias*, 14/11/1945, p. 1.

<sup>532</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 3).

<sup>533</sup> Recorde-se que o governo salazarista exigiu a entrega das listas do MUD (subscritas por milhares de portugueses), de modo a que fossem fotografadas e verificada a sua fidedignidade (desde logo, se existiam assinaturas repetidas). Na realidade, a entrega destes dados ao Ministério do Interior permitiu a atualização dos ficheiros da polícia política e o reforço da perseguição aos oposicionistas. Cf. Mário Matos e Lemos – 1945 – *Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*, Coimbra, Palimage, 2018, sobretudo ps. 75 e 159.

<sup>534</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 96).

<sup>535</sup> Cf. circular, de 1945, que comunicava a formação da aludida Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos e apelava à adesão à mesma. Fora escrita por Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), Álvaro Salema (1914-1991), Alves Redol, Aquilino, Armando Rodrigues (1904-1993), Carvalhão Duarte (1897-1972), Fernando Lopes Graça (1906-1994), Ferreira de Castro, Flausino Torres (1906-1974), Irene Lisboa (1892-1958), João Gaspar Simões (1903-1987), João da Silva (1880-1960), José Bacelar (1900-1960), Manuel Mendes, Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989), Mário Dionísio (1916-1993), Mário Neves (1912-1999) e Rocha Martins. Consultada a partir da página *Casa Comum* (desenvolvido pela Fundação Mário Soares), *on-line*: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09767.092> [12/12/2017].

apesar de reconhecer que os dois beirões e ex-seminaristas (Aquilino e Salazar) fizeram mútuas referências elogiosas, concluiu: “Sempre contra o salazarismo, Aquilino Ribeiro percorreu o calvário que pesou sobre os intelectuais e outros adversários do regime”<sup>536</sup>. O jornalista e escritor Baptista-Bastos (1934-2017) também escreveu que: “Na cartografia intelectual de Aquilino não há lugar para a neutralidade. [...] passou a vida a correr riscos, a afrontar os poderes, a denunciar a mentira, a fustigar a hipocrisia”<sup>537</sup>.

Para conhecer os percursos de Aquilino durante o Estado Novo, comecemos por perscrutar a sua correspondência pessoal, pois, segundo pensamos, uma das estratégias para tentar compreender as opções políticas e ideológicas de um indivíduo passa por interrogar os fragmentos libertados pelo seu pulsar diário, em detrimento de nos limitarmos a repetir as representações que ele – de um modo mais ou menos deliberado – nos legou e que nos podem encandear. Uma preocupação tão mais premente, afinal, se pensarmos que estamos a falar de um mestre da palavra escrita.

## **2. A correspondência de Aquilino com personalidades do Estado Novo**

Entre o vasto espólio de Aquilino que se encontra na BN para tratamento documental constam 38 caixas, onde se incluem as missivas dirigidas ao escritor, bem como reproduções ou rascunhos de várias cartas escritas pelo punho do nosso biografado. Vale a pena destacar que o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Divisão de Reservados da BN organizou, em 2005, um precioso *Inventário da Correspondência* de Aquilino, que contém uma apresentação de Diogo Pires Aurélio (1946-), à época diretor da instituição. Ao longo do prolífico acervo documental (176 caixas) existem, porém, várias cartas de e para o autor que não se encontram referenciadas naquele inventário.

Do ponto de vista temporal, as missivas catalogadas estão situadas entre 1908 e 1963 e, segundo os dados constantes no levantamento documental anteriormente mencionado, permitem-nos verificar que Aquilino recebeu correspondência de 2317

---

<sup>536</sup> Cf. António Valdemar, “Aquilino e Salazar”, *Público*, 27/5/2013, p. 46: <https://www.publico.pt/opiniao/jornal/aquilino-e-salazar-26594067> [19/4/2017].

<sup>537</sup> Cf. Baptista-Bastos, prefácio “A ética e a estética da liberdade”, in Aquilino Ribeiro – *O galante século XVIII. Textos do Cavaleiro de Oliveira*, Lisboa, Bertrand Editora, 2008 (a), ps. 12 e 13.

pessoas. Além de estarmos perante um espectro socioeconómico e cultural muito abrangente, foi possível constatar que o autor beirão se correspondeu com várias individualidades que se encontravam politicamente comprometidas com o Estado Novo. Destacamos a este respeito os casos de Santos Costa (1899-1982), Mário de Figueiredo (1890-1969), Trigo de Negreiros (1900-1973), Armando Larcher (1892-?), Silva Pais (1905-1981) – embora num momento em que ainda não era diretor da PIDE –, António Ferro, Caeiro da Mata (1877-1963), José da Silva Dias (1892-1978), Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), Rafael Silva Neves Duque (1893-1969) e, por exemplo, Marcello Caetano (1906-1980). Existem também elementos que nos permitem comprovar a entrega de, pelo menos, uma missiva de Aquilino ao próprio Salazar, através de um intermediário. Ilustremos então estas asserções com alguns exemplos.

Ainda na década de 30, Aquilino trocou várias cartas com Gastão de Bettencourt, quando ele trabalhava no SPN, em Lisboa. Assim, no dia 21 de setembro de 1937, o remetente congratulava-se pelo facto de Aquilino ter aceitado colaborar nos “Diários associados do Brasil” (um artigo mensal a que correspondia uma gratificação de 100\$000 rs brasileiros) e num cartão sem data agradecia a oferta do autor, muito provavelmente uma obra da sua pena<sup>538</sup>.

Marcello Caetano, numa carta datada de 15 de novembro de 1940, agradecia ao escritor a oferta do seu último livro para depois concluir:

Sou seu leitor tão assíduo quanto o ritmo da sucessão dos seus livros o consente. Ao cabo dos trabalhos de um dia, nunca deixo de ler algumas páginas que sirvam de refrigério ao calor do cérebro sobre-excitado. [...] Recorro, por isso, muitas vezes aos seus livros e quando aparece um novo embafeiro em arco<sup>539</sup>.

Em nova missiva, datada de 22 de dezembro de 1940, enviada num envelope da Presidência do Conselho, Marcello Caetano agradecia a oferta de um novo exemplar, autografado e dedicado pelo próprio Aquilino – tradução do texto latino de António Gouveia (1505-1566) *Em prol de Aristóteles*<sup>540</sup>.

---

<sup>538</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/792 e 797).

<sup>539</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1021). Pensamos que a obra oferecida por Aquilino ao último Presidente do Conselho do Estado Novo (cargo: 1968-1974) seria *O servo de Deus e a casa roubada*, dada à estampa em 1940.

<sup>540</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1022).

Finalmente, numa carta, datada de dois de dezembro de 1955, Marcello Caetano, que à época era ministro da Presidência do Conselho de Ministros (cargo: 1955-1958), referia-se à mais recente oferta, com dedicatória, do escritor – *Abóboras no Telhado* (1.<sup>a</sup> edição: 1955) – e concluía:

Como nela previa, nem sempre as suas opiniões se conciliam com as minhas. Mas isso não é motivo para se menosprezar um livro, nem um homem. No livro admirei uma vez mais o casticismo e o vigor másculo da linguagem – um português saboroso e autêntico que faz bem ler e reler. E no autor não posso deixar de admirar também a juventude do espírito, – que não alquebra com os anos, as consagrações, os louros académicos, – e a coragem moral de lançar pedras nas águas paradas da vida intelectual portuguesa. Não sei se tem razão ou não nalgumas das suas críticas e acusações: mas não serei eu a condená-lo por pôr em letra redonda e em público as suas razões, que os visados discutirão e poderão rebater, em vez de se contentar com as conversas de café em que é costume da terra denegrir reputações e consolidar calúnias. Sempre gostei do ar livre. E nesta época do mundo em que os homens se confundem todos na mesma massa, uma personalidade como a sua é um grande espetáculo. Um homem!<sup>541</sup>

Nas suas *Memórias de Salazar*, editadas em 1977, Marcello Caetano sustentou, contra todos os factos, que durante o Estado Novo “não havia censura de livros” e que, a partir de determinada altura, tornara-se uma espécie de moda entre os escritores – caso de Aquilino – declararem-se opositores ao regime. Deixou depois as seguintes palavras a respeito dele:

O gosto ou a honra de ser perseguido levavam a interpretar como hostilidade política atos praticados sem essa intenção. Não falo do Aquilino, que aliás nas relações pessoais (dei-me bastante com ele) era muito equilibrado e justo nos seus juízos e por quem Salazar mais de uma vez manifestou consideração e admiração<sup>542</sup>.

No meio da correspondência arquivada no espólio pessoal do escritor depositado na BN destaca-se também a que inclui o nome do ministro da Defesa Nacional, desde 1944, tenente-coronel Fernando Santos Costa, que Tom Gallagher classificou como o mais importante ministro do governo salazarista durante grande parte do período da ditadura<sup>543</sup>. Beirão, natural de Alcafache, em Mangualde – a cerca de 50 quilómetros de Soutosa –, sidonista, participou na tentativa de restaurar a Monarquia, em 1919. Ademais, Santos Costa foi aluno de Salazar que, em 1936, o

---

<sup>541</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1023).

<sup>542</sup> Cf. Marcello Caetano – *ob. cit.*, 2006, p. 645.

<sup>543</sup> Cf. Tom Gallagher, “Fernando dos Santos Costa: guardião militar do Estado Novo”, in AAVV – *ob. cit.*, vol. I, 1987, sobretudo ps. 199 e 204.

convidou para subsecretário de Estado. Em 1944, viria a ocupar o cargo de ministro da guerra, desempenhando, no final da década de 50, um papel importante na repressão aos apoiantes da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Viria a sair do governo, em 1958, na sequência da remodelação feita após a vitória de Américo Tomás (1894-1987), desempenhando, ainda assim, um importante papel na anulação da “Abrilada”, golpe militar chefiado por Botelho Moniz (1900-1970), em 1961.

Nas missivas compulsadas – um total de 27 documentos, cronologicamente balizados entre 1950 e 1963 – podemos encontrar agradecimentos ao nosso biografado pela oferta das suas obras, apreciações elogiosas de natureza literária, cartões de Boas Festas e Feliz Ano Novo, referências a cartas de recomendação redigidas por Santos Costa, para depois Aquilino entregar a outras individualidades – por exemplo, para que Soutosa tivesse água corrente e capela cristã<sup>544</sup> – ou, ainda, considerações acerca de um possível monumento a erigir em Viseu, em homenagem ao escritor romântico Camilo Castelo Branco, em resposta aos pedidos formulados por Aquilino<sup>545</sup>.

A respeito do pretendido monumento, não poderemos deixar de citar uma carta, datada de 27 de maio de 1955. Nesta, Santos Costa mencionava ter recebido uma resposta do pároco da sua terra natal, Alcafache, com a data de 29 de abril, onde se destacavam alguns problemas a propósito da ideia de Aquilino em erigir uma estátua de Camilo, em Viseu. Logo após, fazia um ponto de situação da matéria:

Como não podia deixar de ser mandei a carta do meu pároco em Alcafache e a sua a sr. dr. Salazar para que ele me desse uma palavra de orientação.

[...] Quando hoje, em razão de serviço, passei por sua casa, deu-me a documentação e comunicou-me que o Ministro das Obras Públicas [Eduardo de Arantes e Oliveira, 1907-1982] não dava a sua anuência à colocação da estátua em Viseu: não sei se em absoluto, se apenas neste ou naquele local.

[...] De tudo isto me parece aconselhável desistir da ideia<sup>546</sup>.

---

<sup>544</sup> Segundo Rogério Fernandes, que cita o “Mestre Zé”, teria sido Aquilino a escolher o local para a construção da Igreja, em Soutosa. Cf. <http://colloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=52&p=42&o=r> [27/7/2017]. Ademais, a fazer fé nas palavras do filho mais novo do escritor, Aquilino Machado, o nosso biografado teria contribuído para a construção das duas escolas de Soutosa, além da escola de Romarigães, no Alto Minho. Cf. Aquilino Machado, “Republicanos nas Terras do Demo”, in Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010, p. 327.

<sup>545</sup> Sobre esta matéria, cf. a carta enviada por Aquilino Ribeiro a Santos Costa, em 5/5/1955: Manuel Braga da Cruz (organização e prefácio) – *ob. cit.*, 2004, pp. 321-322.

<sup>546</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1774).

Numa outra carta, datada de nove de março de 1956, Santos Costa agradecia a oferta do escritor (um dos seus livros, ainda a publicar), bem como as novidades recentemente enviadas:

O D. Quixote fez-me bem ao espírito; as suas notícias fazem-me bem à alma.  
O espírito é um dom que Deus deu a todos. Alma só tem quem a deseja ter, quem faz por merecê-la. Eu faço por isso.  
[...] Humilde junto a Mestre<sup>547</sup>.

José Gomes Natário, que residiu em Soutosa e privou de perto com Aquilino Ribeiro, tratando-lhe, por exemplo, dos aspetos relacionados com a gestão da quinta<sup>548</sup>, recordava-se ainda, em 2017, da visita que um importante ministro do Estado Novo (provavelmente, Santos Costa) fez ao escritor na sua casa beirã, deixando-lhe “um cartão”. Nesta sequência, o nosso biografado teria exclamado: “Olha se o Salazar descobre isto!”<sup>549</sup>

Existem, aliás, provas irrefutáveis que nos permitem afirmar que o escritor se correspondeu, a título não oficial, com funcionários dos serviços do “lápiz azul”. Por exemplo, em carta datada de 20 de julho de 1947, o capitão José da Silva Dias, subdiretor dos serviços de censura, agradeceu ao escritor a oferta das obras *Volfrâmio* e *Aventura maravilhosa*, tecendo palavras de rasgado elogio a Aquilino Ribeiro<sup>550</sup>. Outrossim, num cartão, sem data, o subdiretor em causa mostrava-se grato pela oferta de *Arcanjo Negro* e *A Estrada de Santiago*<sup>551</sup>. Registe-se, desde já, que José da Silva Dias viria a desempenhar um papel crucial na edição, em 1947, do romance *Arcanjo Negro*, que estivera vários anos preso nas amarras da censura prévia.

Numa outra missiva, datada de dois de novembro de 1949, o então Ministro das Colónias Teófilo Duarte (1898-1958), num envelope oficial, agradecia ao autor a oferta de várias obras e concluía:

e se há alguém que tenha de estar agradecido, sou eu e não V. Exa. pela ótima colaboração que está prestando à intenção de se elevar o nível dos leitores da Imprensa

---

<sup>547</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1777).

<sup>548</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4814-4816).

<sup>549</sup> Cf. entrevista gravada a José Gomes Natário, no dia 28/8/2017.

<sup>550</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1952).

<sup>551</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1955).

Ultramarina. Portugal só deixará de ser considerado um país insignificante, enquanto possuir os seus domínios ultramarinos, os quais lhe dão direito a ser ouvido todas as vezes que se discutem interesses na África, na Ásia e na Oceania<sup>552</sup>.

Vejamos, ainda, mais exemplos que corroboram a correspondência epistolar do nosso biografado com algumas das figuras ligadas ao Estado Novo.

Numa carta, datada de oito de agosto de 1946 e remetida num envelope da Legião Portuguesa, a partir do Comando Distrital de Viseu, António Maria Martins Engrácia agradecia a Aquilino a oferta da obra *Terras do Demo*<sup>553</sup>.

Num cartão, sem data, o chefe da propaganda António Ferro<sup>554</sup> agradecia ao “velho amigo Aquilino Ribeiro” a oferta do livro *O servo de Deus e a casa roubada*<sup>555</sup> (1.ª edição: 1940), sendo que no preâmbulo destas novelas foi registada a seguinte passagem: “A hora corre nada propícia para a arte que não se subordina. Os interesses materiais sobrepõem-se aos interesses do espírito com uma tirania nunca vista”<sup>556</sup>. Sublinhe-se que já em 1923, quando a I República se encaminhava para o seu estertor, Aquilino havia subscrito um protesto dos “homens das letras” contra o facto de a peça *Mar Alto* do futuro arquiteto da propaganda salazarista ter sido censurada e, ao longo da vida, Aquilino chegou mesmo a corresponder-se com a mulher de Ferro, a poetisa Fernanda de Castro (1900-1994)<sup>557</sup>. Ademais, na biblioteca pessoal de Aquilino, em Soutosa, conservam-se ainda hoje quatro obras de António Ferro, entre as quais *Gabriele d’Annunzio e eu* (edição de 1922), nas quais consta uma dedicatória com palavras de admiração lavradas pelo punho do aludido político salazarista.

Ainda a respeito do livro *O servo de Deus e a casa roubada* – obra que Aquilino ofereceu a António Ferro –, não poderemos deixar de citar uma interessante

---

<sup>552</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2031).

<sup>553</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2503).

<sup>554</sup> Sobre o chefe da propaganda do Estado Novo até 1949, cf., por exemplo, Carla Ribeiro – *António Ferro e a elaboração identitária da Nação*, versão policopiada da tese de doutoramento em História, Universidade do Porto, 2014 e ainda Jorge Ramos do Ó – *Os anos de ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949. Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*, 1.ª edição, Lisboa, Estampa, 1999.

<sup>555</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2254).

<sup>556</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *O servo de Deus e a casa roubada*, Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2009, p. 17.

<sup>557</sup> Cf. FAQ – cultura e pensamento. Aquilino Ribeiro, Fundo AFC (0371), PT/FAQ/AFC/01/001/0371/00002.

nota, redigida pelo punho do autor beirão, que encontrámos no espólio depositado na BN:

O senhor Salvação Barreto, metuculoso na sua função, uma outra vez raciocinou comigo erradamente. Dera eu a lume o livro *O servo de Deus e a casa roubada*, segundo o nome das duas novelas que o compõem. Que espécie de perversa associação de ideias lhe suscitou o título para ter suspensas durante dias anúncios e críticas ao livro?<sup>558</sup>

Sintomaticamente, na contracapa das duas novelas que constituem a obra em causa (na versão reeditada pela Bertrand) refere-se que, em 1941, correu o boato segundo o qual o título do livro era uma metáfora: Salazar seria “O Servo de Deus” e Portugal “A Casa Roubada”, o que teria levado a censura a reter a obra até que tivesse sido, por fim, esclarecida a questão. Recorde-se que o supradito livro de novelas tinha sido editado em 1940, portanto, quando decorria a II Guerra Mundial.

Numa outra carta, datada de 27 de janeiro de 1943, remetida a partir do SPN, António Ferro convidava o escritor a ser membro do júri que iria avaliar as obras de romance, conto ou novela e literatura infantil, pois o SPN previa atribuir, pela 9.<sup>a</sup> vez, os seus prémios literários<sup>559</sup>. Aquilino respondeu através de uma carta, enviada a partir da Cruz Quebrada, datada de 20 de fevereiro, recusando o convite endereçado, alegando, porém, de acordo com as suas próprias palavras, “porventura pequenas razões e não de todo inibitórias”<sup>560</sup>: teria falta de tempo, pois estava a ultimar o seu romance *Volfrâmio* (1.<sup>a</sup> edição: 1943), e como era um escritor do “vieux style” tinha receio de vir a ser injusto nas suas apreciações.

Rui Pinto, que se propôs estudar, em especial, o “Prémio Camões” atribuído pelo SPN, concluiu que “para além do estatuto creditado no/pelo campo em que se situavam, a ligação ideológica com o regime e/ou a participação nas estruturas e iniciativas do seu campo do poder constituíram critérios relevantes na seleção”<sup>561</sup> dos membros do júri encarregue de avaliar as obras a concurso.

---

<sup>558</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 117).

<sup>559</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2253).

<sup>560</sup> Cf. FAQ – cultura e pensamento. Aquilino Ribeiro, Fundo AFC (0371), PT/FAQ/AFC/01/001/0371/00002.

<sup>561</sup> Cf. Rui Pedro Pinto – *Prémios do Espírito. Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 139.

Face ao exposto, parece-nos legítimo sustentar que o convite endereçado por António Ferro, em plena II Guerra Mundial, radica na necessidade de prestigiar a iniciativa do regime salazarista, socorrendo-se para o efeito de um dos autores mais consagrados da época. É também importante recordar que o escritor beirão recusou o convite endereçado, invocando questões de pouca monta, talvez para não ferir o relacionamento pessoal com Ferro.

Regressemos, porém, à análise da correspondência de Aquilino com figuras ligadas ao Estado Novo.

Mário de Figueiredo também teve uma relação bastante próxima com o escritor beirão. Assim, numa missiva datada de 13 de agosto de 1934, escreveu o futuro ministro da Educação Nacional (1940-1944) e futuro presidente da Assembleia Nacional (1961-1969): “Quem sofre da tripa [era o caso de Aquilino], sabendo da existência das águas do Carvalhal [Castro Daire, Viseu], não tem desculpa se não vem tomá-las”. E despede-se invocando as expressões “amigo e admirador”, encaminhando depois um “abraço capaz de abraçar-lhe o tronco de gigante”<sup>562</sup>.

Numa outra carta, não datada, Mário de Figueiredo mencionava que não tivera “notícias muito animadoras do caso” pelo qual ambos se interessavam<sup>563</sup> e numa outra missiva, com a data de seis de dezembro de 1935, comunicava:

Sigo no domingo para Lisboa.

[...] Lá tratarei do caso por que se interessa com o carinho que me merece um amigo meu, quero dizer, o desejo de um homem que admirava antes de o conhecer e cuja amizade me desvanece tanto como um encanto à alma da nossa terra a ressumar nos seus livros: a ressumar e a cheirar!<sup>564</sup>

Num cartão sem data, mas com o carimbo do Ministério da Educação Nacional, Mário de Figueiredo, que, recorde-se, ocupou aquele cargo entre 1940 e 1944, agradecia a obra ofertada com dedicatória pelo autor beirão: *O servo de Deus e a casa roubada*<sup>565</sup>. Depois, numa outra carta, com a data de 25 de julho de 1941, manifestava o seu reconhecimento pela mensagem de Aquilino na sequência da

---

<sup>562</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2516).

<sup>563</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2517).

<sup>564</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2518).

<sup>565</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2519).

morte da mãe e terminava com um desabafo: “Estou mais perto de você, meu caro Aquilino, desde que morreu minha mãe! Sou talvez mais seu amigo. Faz-me bem pensá-lo e dizer-lhe”<sup>566</sup>.

Será importante mencionar que o ano de 1941 – marcado pela entrada dos EUA na II Guerra Mundial – trouxe a Portugal dificuldades de abastecimento, que se fizeram sentir no quotidiano das populações. O mundo vivia então um conflito no decurso do qual Salazar procurou manter um estatuto de não-beligerância, mas, simultaneamente, de estratégica e plástica cooperação, consoante os ventos soprados pelo desenrolar dos combates e as oportunidades de negócio externo, entretanto geradas.

Um novo cartão do Ministro da Educação Nacional Mário de Figueiredo convidava Aquilino e a respetiva esposa a assistirem à récita inaugural da série comemorativa do centenário da I representação do “Frei Luís de Sousa” de Almeida Garrett, que iria ocorrer no dia nove de dezembro de 1943, no Teatro Nacional D. Maria II<sup>567</sup>.

José Caeiro da Mata, jurista que foi professor de Salazar em Coimbra, também travou contacto epistolar com o nosso biografado – o inventário de correspondência existente na BN contabiliza 11 documentos a esse respeito. Por exemplo, num telegrama, de 21 de março de 1935, o Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentava ao autor “sinceras felicitações”<sup>568</sup>.

Aquando da morte da mãe de Aquilino, Caeiro da Mata remeteu ao escritor um telegrama, com a data de 25 de setembro de 1940, onde lhe apresentava as suas condolências<sup>569</sup>. Mariana do Rosário Gomes contava à época 92 anos e foi sepultada no cemitério de Soutosa, junto ao seu marido Joaquim Ribeiro, que havia falecido em 1918, e à sua nora Grete Tiedman, que morrera em 1927.

Num outro telegrama, datado de 12 de junho de 1946, Caeiro da Mata agradecia de “todo o coração [...] ao seu querido amigo a oferta do Malhadinhas”. E despedia-se com a expressão: “O grande e devotado admirador”<sup>570</sup>.

---

<sup>566</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2520).

<sup>567</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/7146).

<sup>568</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4222).

<sup>569</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4229).

<sup>570</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4224).

Novo telegrama, desta vez datado de julho de 1946, e Caeiro da Mata agradecia a oferta do livro *Aldeia: Terra, Gente e Bichos* e mencionava já ter concluído a sua leitura<sup>571</sup>.

Sublinhe-se que Caeiro da Mata – profusamente condecorado pelo Estado Novo – licenciou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra (onde viria a lecionar, entre 1907 e 1919 – no ano seguinte, passou para a Universidade de Lisboa, onde chegaria a ser reitor), foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1933 e 1935, e viria, por exemplo, a chefiar a delegação portuguesa na Sociedade das Nações. Entre 1944 e 1947, desempenharia o cargo de Ministro da Educação Nacional, sucedendo, assim, ao já referido Mário de Figueiredo.

Já numa carta datada de 12 de janeiro de 1956, redigida num impresso que dizia “Ministério do Interior, Gabinete do Ministro”, Joaquim Trigo de Negreiros acusava a oferta de *Abóboras no Telhado* e concluía:

Pode discordar-se de um ou outro aspeto da sua vida pública e até de algumas páginas da sua obra literária, que nem por isso se pode deixar de prestar homenagem ao prosador brilhante<sup>572</sup>.

Trigo de Negreiros foi uma figura bastante influente da sua época, desempenhando importantes funções durante o Estado Novo. Em 1923, formou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, desempenhando, entre outros, os cargos de governador civil do distrito do Porto, entre 1938 e 1940, subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre 1940 e 1944, secretário de Estado da Assistência Social e, inclusive, Ministro da Administração Interna, entre 1950 e 1958.

Fernando Eduardo da Silva Pais, o célebre diretor-geral da polícia política a partir de 1962, também se correspondeu com Aquilino, mas, sublinhe-se, numa época mais recuada, quando integrava os quadros da PSP. Por exemplo, num cartão daquela polícia, datado de oito de julho de 1942, Silva Pais agradecia os livros

---

<sup>571</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4225).

<sup>572</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4822).

oferecidos e dedicados pelo escritor<sup>573</sup>. Já num telegrama datado de 22 de novembro de 195[5?], Silva Pais felicitava o escritor pela sua “consagração nas letras”<sup>574</sup>.

Uma carta escrita por Eurico Serra (1902-?), da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa, gabinete do diretor, datada de um de outubro de 1934, informava Aquilino sobre o facto de o remetente ter trocado impressões com o Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior (1889-1946), de modo a combinar um encontro com Aquilino. O importante Ministro da Justiça do Estado Novo teria mesmo falado num eventual regresso do nosso biografado às funções públicas, na BN<sup>575</sup>, de onde, recorde-se, fora demitido, na sequência da sua participação na revolta de fevereiro, em 1927. Tal nunca chegaria, porém, a suceder, mas o simples facto de esta matéria ser abordada em instâncias superiores é demonstrativo de um certo prestígio e influência que o mestre gozava, já nesta fase inicial do salazarismo, entre as elites do poder. Mencione-se que Manuel Rodrigues, que seria demitido em 1940, integrara o grupo dos *Homens Livres*, na qualidade de integralista, fora iniciado por António Sérgio e Afonso Lopes Vieira (1878-1946), na sequência do projeto da *Seara Nova*, surgido em 1921. A este propósito, numa interessante missiva citada por Luís Vidigal, datada de 16 de janeiro de 1940, Aquilino confessava a Raul Proença ter conversado com Manuel Rodrigues, que lhe garantira ser possível que os novos volumes do *Guia de Portugal* ficassem ao encargo do orçamento do Estado, o que, todavia, não chegou a suceder<sup>576</sup>.

Num cartão, cujo envelope tinha a data de 31 de julho de 1937, Eurico Serra agradecia os dois exemplares da última obra de Aquilino, indicando que um deles seria para Manuel Rodrigues<sup>577</sup>. Registe-se que, em 1943, o Ministro da Justiça ofereceu ao escritor a obra que recentemente dera à estampa *Problemas sociais (questões políticas)*: “Ao Aquilino Ribeiro com admiração e amizade”, oferta depois retribuída pelo nosso biografado, com a obra *Volfrâmio*: “Ao Dr. Manuel Rodrigues, ao autor dos Problemas Sociais; ao amigo ilustre; ao homem de ação”<sup>578</sup>.

---

<sup>573</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5096).

<sup>574</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5102).

<sup>575</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6438).

<sup>576</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 83.

<sup>577</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6440).

<sup>578</sup> Cf. Luís Bigotte Chorão – *A crise da República e da Ditadura Militar*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Sextante Editora, 2010, p. 451.

Numa outra carta, de 21 de setembro de 1942, também de Eurico Serra, que tinha inscrito “Ministério da Justiça, Direção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, gabinete do diretor-geral”, o escritor era informado sobre o facto de não ter sido possível concretizar “a transferência do ilustre magistrado Aníbal para Almada”<sup>579</sup>. Tratar-se-ia, segundo podemos supor, do próprio filho mais velho de Aquilino, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro, pois, cerca de um mês antes, este escrevera ao pai a seguinte carta:

Não me parecia mau de todo, quanto à minha transferência para Almada, dar um simples lamiré para o Ministério, talvez para o Eurico Serra, com quem não cheguei a falar por o não ter encontrado, de forma a chamar a atenção do chefe de gabinete do Ministro ou deste<sup>580</sup>.

Já numa carta datada de junho de 1935, o Major J. de Andrade, da Direção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, agradecia a oferta feita pelo autor, que presumimos tratar-se de um livro autografado<sup>581</sup>.

Em jeito de síntese, torna-se, portanto, evidente que, como era de resto habitual na época, Aquilino procurou oferecer as suas obras, com dedicatórias personalizadas, a figuras preponderantes do Estado Novo, o que constituía um meio de divulgar o seu trabalho, mas também de garantir um bom relacionamento interpessoal, aspetos, de resto, fulcrais para um homem que desde muito cedo procurou viver em exclusividade do ofício de escritor, num país onde muito poucos o tinham conseguido.

Da troca de correspondência analisada, ressalta a admiração de várias personalidades afetas ao regime, mas também a tentativa de o escritor não se comprometer oficialmente com o Estado Novo salazarista. É neste contexto que, segundo pensamos, deve ser lida a sua recusa em participar, em 1943, no júri dos prémios literários que iriam ser atribuídos pelo SPN. De resto, se recuperarmos os elogios feitos pelo escritor beirão, em 1955, na obra *Abóboras no Telhado*, a António de Oliveira Salazar verificamos que ele procurou separar o homem e a máquina

---

<sup>579</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6444).

<sup>580</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5862). Registe-se que Aníbal Aquilino Ribeiro teria sido aprovado nas provas da Ordem em 1938. Importa também dizer que, em 1956, Aquilino Ribeiro fez um pedido idêntico a Santos Costa, desta vez pensando no filho mais novo, Aquilino Ribeiro Machado. Cf. Manuel Braga da Cruz (organização e prefácio) – *ob. cit.*, 2004, p. 320.

<sup>581</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 3).

censória do regime. Nenhum elemento compulsado nos permite, por conseguinte, afirmar que Aquilino Ribeiro foi um intelectual afeto ao salazarismo e, como teremos oportunidade de verificar, em 1954 a PIDE haveria mesmo de classificá-lo como um intelectual há muito desafeto. Todavia, nunca lemos da sua pena qualquer crítica ao regime estadonovista, que possa ser situada antes dos anos 40, o que também nos parece de todo compreensível se tivermos em consideração o passado do escritor, recém-chegado do último exílio, e a sua necessidade de sobreviver em exclusividade das letras.

Aquilino foi um racionalista, com uma dose substancial de pragmatismo, que quase todos os dias, por volta das 16h00, se deslocava à Bertrand, no Chiado, para conversar com os amigos, mas também para cumprimentar os leitores que por lá o procuravam nesse salão literário, em pleno coração de Lisboa. Um profissional das letras e das relações públicas, que também compreendia a importância de divulgar o que fazia e procurou, por conseguinte, manter um contacto estreito com o seu público.

Analisemos agora outras cartas constantes do seu espólio particular.

### **3. Num país de protegidos, pedia-se “boa classificação”, “emprego e tacho garantido”**

Em várias obras de Aquilino (caso d’*O servo de Deus e a casa roubada* ou, por exemplo, *Volfrâmio*) perpassa uma descrição bem evidente do Portugal caciquista, onde as classes desfavorecidas ofereciam as trutas mais apetitosas, as perdizes ou o laparoto entretanto caçados para solicitar a intervenção do influente local junto das áreas de decisão central, como sejam a justiça ou a governação.

No romance de certo pendor autobiográfico *Uma luz ao longe*, a personagem *Amadeu de Magalhães*, recém-aprovado no exame de instrução primária, realizado no Liceu de Lamego, refletia:

Reza o ditado que *quem não tem padrinhos morre moiro*, e é por isso que Portugal inteiro é um retábulo das alminhas do Purgatório, toda a gente de mãos postas a pedir e morrendo confortada com os Sacramentos da Santa Madre Igreja. Quando me sentei à mesa dos examinandos já levava comigo a aprovação. Prestei boas provas, o que poderia ter sido influxo benéfico da Senhora da Lapa. Do trambolhão, se o desse, não

sendo ela que me amparasse, ter-me-ia amparado a mão providente de D. Nicéforo [leia-se, o influente padrinho protetor]<sup>582</sup>.

Ora, como tivemos oportunidade de verificar, a correspondência pessoal do escritor depositada na BN permite-nos perceber que, pelo menos durante as décadas de 30 e 40 do século XX, o mesmo gozava de significativo prestígio e de algum poder de influência junto de várias personalidades oficialmente ligadas ao Estado Novo, com as quais chegou mesmo a travar relações de cordialidade e até amizade.

Nas próximas páginas, procuraremos demonstrar que, indo ao encontro do que era uma prática relativamente habitual do seu tempo<sup>583</sup>, Aquilino recorreu à sua capacidade de interferência em vários campos, para beneficiar indivíduos que lhe solicitavam ajuda. De resto, a fazer fé nas fontes por nós compulsadas, os pedidos ao escritor eram uma constante.

Ainda na década de 20, Estefânia de Santos Cardoso, de Tabosa, em Sernancelhe, escreveu a Aquilino:

Minha sobrinha não recebeu as cartas de V. Ex.<sup>a</sup>. Defendeu tese nos dias 30 e 31, obtendo a classificação de 14 valores.

Foi para exame sem proteção alguma. Se tivessem sido entregues as cartas de V. Ex.<sup>a</sup> e as apresentasse aos lentes, com certeza, estes lhe dariam outra classificação. Tenho-me afligido bastante, por mais este revés que nos atingiu<sup>584</sup>.

Cerca de dois anos depois (27 de novembro de 1926), a mesma remetente voltou a dirigir-se ao escritor beirão:

A escola de Ariz, concelho de Moimenta da Beira está vaga.

Convinha muito a minha sobrinha esta escola, porque é muito próxima da Tabosa e mesmo não faria despesas com a viagem<sup>585</sup>.

---

<sup>582</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1985 (I), pp. 83-84. Respeitámos o itálico constante na fonte.

<sup>583</sup> O historiador José Pacheco Pereira deu à estampa no jornal *Público*, na sua edição de 18/4/2015, um interessante artigo ao qual deu o sugestivo título “História social da cunha”. Eis o primeiro parágrafo: “Nos espólios que tenho organizado relativos ao século XX português há uma constante que os atravessa a todos, sejam de que natureza for, que é a presença maciça de «cunhas». Literalmente milhares de «cunhas», que aumentam quanto mais poderosas forem as funções daquele a quem se pede um favor”. Consultado a partir de <https://www.publico.pt/2015/04/18/politica/opiniao/historia-social-da-cunha-1692791> [12/12/2017].

<sup>584</sup> Carta datada de 9/11/1924. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1210).

<sup>585</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1214).

Já em pleno Estado Novo, numa missiva datada de 21 de maio de 1945, Artur Anselmo Ribeiro de Castro (-1945), advogado, pedia a Aquilino que servisse de intermediário na entrega de uma carta, de modo a que o Ministro da Educação Nacional, Caeiro da Mata (cargo: 1944-1947), autorizasse uma professora doente a permanecer no Porto, junto da mãe. Remetia-se, em anexo, o “memorial”, onde se discriminavam informações sobre a docente<sup>586</sup>.

Numa outra carta, enviada da legação de Portugal em Oslo (Noruega), datada de 13 de outubro de 1948, Manuel Aurelarvo (?) escreveu o seguinte:

Meu querido Aquilino

Aqui lhe envio esta carta, com a tradução a lápis, de um senhor que pretende traduzir para norueguês o seu *Volfrâmio*. Aconselho-o a pedir bastante – pois o norueguês é lido na Suécia e na Dinamarca [...].

Quero pedir-lhe agora um favor: o de ir pessoalmente ao dr. Caeiro da Mata recomendar a minha promoção à 1.ª classe pois há atualmente 4 vagas e eu sou o 2.º secretário n.º 2 em antiguidade. Já 3 rapazes mais novos que eu na carreira me passaram à frente<sup>587</sup>.

No dia 14 de novembro de 1938 foi enviada outra missiva a Aquilino. Objeto do remetente, Agostinho de Campos (1870-1944): rentabilizar as “boas relações” do escritor, para ajudar Sílvio Lima (1904-1993), que fora afastado da Universidade por motivos políticos<sup>588</sup>. Diga-se que o aludido professor da FLUC, com o qual Aquilino se correspondeu na década de 30<sup>589</sup>, fora demitido em 1935 e depois reintegrado em 1942. Acabaria, porém, por pedir a demissão, apenas regressando à Faculdade em 1975<sup>590</sup>.

Numa carta datada de 19 de janeiro de 1953, Júlio Fernandes Capêlo pedia a Aquilino para ajudar um jovem a encontrar trabalho. Uma vez mais sobressai a capacidade de influência que o remetente atribui ao autor beirão:

Lembrei-me dum lugar no Banco N. Ultramarino, no Espírito Santo ou noutra qualquer ou ainda numa empresa particular como o Centro da União Fabril [sic], Companhia Carris, etc. E como em qualquer daqueles ou destas não tenho ninguém a

<sup>586</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 3).

<sup>587</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 1).

<sup>588</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1137).

<sup>589</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3439).

<sup>590</sup> Sobre Sílvio Lima, cf. Luís Reis Torgal – *Um homem humilde, mas livre na sua investigação. Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS*. Acedido através da seguinte página on-line: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2887.pdf> [8/12/2016].

quem pudesse dirigir-me pensei em V. Excia supondo que, por si ou pelas suas vastas e importantes relações de amizade conseguiria lá um lugar para o meu filho compatível, é claro, com as suas habilitações literárias<sup>591</sup>.

Nova missiva, desta vez datada de 27 de fevereiro de 1933, e Ernesto Leitão Cardoso solicitava a Aquilino que desenvolvesse alguns contactos para que a respetiva mulher fosse promovida<sup>592</sup>.

De modo sintomático, muitos conhecidos de Aquilino, entre os quais vários conterrâneos da sua periférica Beira Alta, viam no escritor alguém capaz de levar os seus pedidos até quem os pudesse assistir, mesmo em questões relacionadas com problemas de saúde. A seguinte carta que lhe foi remetida por Ernesto Leitão Cardoso parece enquadrar-se neste âmbito: “Para a sua protegida [...] natural de Peva, concelho de Moimenta da Beira, poder entrar no Hospital, preciso que me mande na volta do correio o nome dos pais”<sup>593</sup>.

Noutra carta, enviada a Aquilino a partir de Tabosa, datada de 30 de julho de 1946, Salvador Martins afirmava:

venho, por este meio, agradecer todas as interferências de V. Ex.cia em meu favor. Fiquei vivamente satisfeito, porquanto obtive a classificação de “bom” (14 valores) no exame de licenciatura.

Por todos os incómodos que V. Ex.cia teve muito obrigado<sup>594</sup>.

E como um pedido raramente vem só, no dia 17 de agosto de 1947, o mesmo remetente voltou a dirigir-se ao escritor, também a partir de Tabosa: “Possivelmente terei de importunar V. Ex.cia de novo, por alturas de novembro, data provável do meu exame de admissão ao Estágio”<sup>595</sup>.

De Fráguas (Vila Nova de Paiva), foi remetida outra carta a Aquilino, com a data de 15 de outubro de 1939, onde Simão Martins pedia ajuda para o filho, Tibério Simão Martins. Nessa sequência, enviava-se em anexo um “memorial”, que

---

<sup>591</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1198).

<sup>592</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1205).

<sup>593</sup> Cf. carta datada de 18/9/1951: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1207).

<sup>594</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4151).

<sup>595</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4152).

encerrava com o nome dos membros do júri que iriam avaliar o seu descendente direto e pedia-se “boa classificação”<sup>596</sup>.

Já numa carta enviada por Manuel Alcino Magalhães, no dia 13 de julho de 1962, podemos ler:

Vou fazer nos dias 23 e 24 deste mês provas escritas para secretariado de finanças de 3.ª classe e 3.º oficial. São cerca de 500 candidatos e para secretário das finanças é necessário conseguir, pelo menos, 13 valores.

Sem a ajuda de V. Ex.ª nada conseguirei.

Estudei um bocado, é certo, mas sem o auxílio que senti bem de perto nos concursos para aspirante em 1959, é quase, senão de todo impossível, transpor esta barreira.

[...] Os exames são no Porto e o júri é constituído por [...].

Sei que sou aspirante e que ao sr. dr. o devo. E sei também que sem o mesmo auxílio, nada conseguirei agora [...].

O livro “Quando os lobos uivam” – edição brasileira, tem andado de mão em mão (à socapa com receio)<sup>597</sup>.

Já depois de ter realizado a prova escrita, Manuel Alcino Magalhães solicitou de novo a intervenção do escritor: “Conforme o Decreto que saiu em maio deste ano, o júri pode, no final da escrita, aumentar a pontuação até 5 valores, se achar a prova boa (D. cunha, por sinal...) pelo que, mais uma vez pedia a V. Exa. o especial favor de, se possível, me proteger lá por Lisboa”<sup>598</sup>.

Finalmente, eis o desenlace dos acontecimentos, narrado na primeira pessoa:

Não pude, pois, saber mais notícias sobre a minha prova escrita, mas ao conhecer o resultado final (n.º 23, com 15 valores), verifiquei que alguém me tinha ajudado. Por estes dias, começarei a agradecer melhor a ajuda do sr. dr.<sup>599</sup>.

Numa missiva enviada a partir de Caminha, Olivais, datada de 30 de julho de 1929, Tomás da Fonseca enviou a seguinte informação a Aquilino: “A Adília ficou com 17 valores. Foi o mais que pude conseguir. Não ficou desgostosa. De resto, as colocações já estão mais fáceis”<sup>600</sup>.

---

<sup>596</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4157).

<sup>597</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3823).

<sup>598</sup> Cf. carta datada de 28/7/1962: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3824).

<sup>599</sup> Cf. carta datada de 10/11/1962: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3828).

<sup>600</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2590).

No entanto, nem sempre a influência do mestre era suficiente. Esta interessante carta, sem data, constitui uma resposta de Hernâni Cidade a Aquilino sobre um motivo que facilmente poderemos adivinhar:

O rapaz é um coitadinho incapaz para estas coisas. A uma altura do último exercício de Filologia desistiu. Não pode mais. No primeiro ano teve 8. Em literatura como que faltou ao último exame (não tenho a certeza, porque a André Crabbé [esposa de Miguel Torga] tem em casa os últimos exercícios), de maneira que o melhor ainda, porque os que fez são maus, é dá-lo como tendo perdido o ano por faltas.

Prontifiquei-me há tempos a ver-lhe trabalhos em casa, que fizesse para praticar no encadeamento de ideias, coisa de que é incapaz. Prometeu trazê-los, mas [...] um mísero!<sup>601</sup>

Ora, como já tivemos oportunidade de escrever, a influência de Aquilino estendia-se às mais variadas áreas, fruto também das suas múltiplas relações interpessoais. Por exemplo, numa carta datada de três de setembro de 1948, José Mota pedia a ajuda do escritor, no âmbito de um concurso profissional:

Segunda vez recorro a V. Ex.<sup>a</sup> se digne interferir indiretamente no resultado das minhas provas B para electricista CTT de 3.<sup>a</sup> classe em curso a partir do dia 22 do corrente.

Reconhecido, agradeço, a intercessão tão benévola do senhor dr. nas provas A do mesmo concurso, sem a qual me tinha sido impossível obter resultado positivo. Devo-lhe pois, a possibilidade de me encontrar cá no estágio.

[...] Este novo e grande favor que antecipadamente agradeço ao meu benfeitor é o complemento do outro, ficando definida assim a minha situação com emprego e tacho garantido<sup>602</sup>.

Eis outra missiva, datada de 19 de julho de 1943 e remetida a partir de Lisboa, pelo jornalista Julião Quintinha (1885-1968): “Venho informá-lo de que a minha recomendada passou no exame, não tendo eu a menor dúvida de que isso se deve à sua preciosa intervenção”<sup>603</sup>.

Em 18 de maio de 1960, pediu Aquilino a Manuel Mendes:

recomende-me o rapazinho, filho do guarda-rios da minha parvónia – António Rosário Natário, n.º 4, 3.º ano, turma C – ao seu amigo dr. Fonseca Junior, insigne professor de Português no Liceu de Passos de Manuel. O rapaz não precisará muito por aí além, mas se precisar que lhe deite quanta água for necessária para não morrer moiro, isto é, não perder o ano. Que se lembre o bom professor que o senhor Alexandre Herculano nunca

<sup>601</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1557).

<sup>602</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4723).

<sup>603</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5655).

fez exame de português e foi o barra que sabemos e que as vidas, com mais português menos português, são sempre, sempre, *chiennes de vie*<sup>604</sup>.

De modo sintomático, cumpre dizer que na memória de alguns habitantes de Soutosa permanece ainda bem fresca a intervenção determinante que o nosso biografado exerceu em vários momentos das suas vidas, nomeadamente no que diz respeito às suas influentes “cartas de recomendação”. Concretize-se com um dos exemplos colhidos nas nossas entrevistas: José Gomes Natário, habitante de Soutosa, durante várias décadas Presidente da Junta de Freguesia local e ex-funcionário do jornal *O Século*, depois de esmiuçar a intervenção de Aquilino em várias fases da sua vida (obtenção de emprego e até explicações ao próprio filho, que estudava em Lisboa), exclamou: “Ele conhecia toda a gente!”<sup>605</sup>

E as fontes partilhadas poderiam multiplicar-se, que as conclusões gerais iriam manter-se. Todavia, importa não esquecer que entre a vasta documentação epistolar que consta do espólio de Aquilino na BN também existem outros tipos de pedido de ajuda e que provinham de cidadãos dos mais diferentes espectros sociais e/ou culturais<sup>606</sup>. Compulsámos, por exemplo, muitas cartas de jovens autores a solicitarem a opinião do mestre pelos seus escritos, às quais o nosso biografado parece ter, frequentemente, respondido com uma mensagem de esperança, incentivando os seus trabalhos e sugerindo possibilidades de melhoria<sup>607</sup>. Eis as palavras de Aquilino a Vitorino Nemésio, em 1926, aconselhando-o a eliminar do texto tudo o que fosse desnecessário: “Seja implacável consigo mesmo, que é a melhor forma de fazer obra duradoira”<sup>608</sup>. A própria Agustina Bessa-Luís (1922-2019) – que nunca terá conhecido pessoalmente Aquilino –, numa carta datada de 27 de dezembro de 1949, desabafava ao escritor: “A minha incipiente literatura muito deve à sua bondade. Se não fosse o primeiro cartão que me escreveu e talvez

---

<sup>604</sup> Cf. carta de Aquilino a Manuel Mendes, datada de 18/5/1960. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04634.005.010#!3> [5/10/2017].

<sup>605</sup> Entrevista gravada em Soutosa, no dia 28/8/2017.

<sup>606</sup> Cf. as palavras introdutórias de Manuela Vasconcelos ao *Inventário da correspondência. Espólio de Aquilino Ribeiro [BN Esp. D11]*, não editado, Biblioteca Nacional, Divisão dos Reservados, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, elaborado em 2005, p. 9.

<sup>607</sup> Aquilino Ribeiro chegou mesmo a lavrar vários prefácios para as obras de outros autores. Cf. Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 4, 2018.

<sup>608</sup> Cf. BN – Espólio de Vitorino Nemésio (E11/6708).

não tivesse continuado a tentar as letras<sup>609</sup>. Encontrámos até mesmo missivas de reclusos, como a que foi escrita por Óscar Martins, detido na cadeia de Monsanto, em Lisboa, no dia 23 de abril de 1961, pedindo algumas obras da autoria do nosso biografado: “um livro ou um cigarro, são bálsamos que aliviam a amargura dos encarcerados”<sup>610</sup>.

Na novela “Renúnciação”, inserta na obra *Caminhos Errados*, a personagem central, um homem na casa dos 50 anos, é atolado pela população em pedidos de ajuda, que o levam depois a afirmar:

O mal é que me custa dizer que não, ainda mais a infelizes do que a patetas, e todos levam no rosto um lampejo de esperança. A minha cobardia, se não é a comodidade, obriga-me a este ludíbrio indecente. Mas vá lá alguém convencê-los de que vêm errados, que não é verdade mover eu o Terreiro do Paço com uma perna às costas, que os políticos estão-se marimbando para quem os não assiste com um sufrágio constante ou os não exalça como o alfa e ómega da arte de governar. [...] Realmente ter ou não ter influência e usar dela eficazmente não é essencial; o que conta é fixá-la e pô-la de modo teórico e dialético à disposição de quem precisa. O português prefere ser enganado a ser desiludido; antes quer morrer esperando, confiado na Virgem, na boa alma, no bom acaso, a ser distinguido com o sincero e formal *non possumus*<sup>611</sup>.

Ora, apesar de não podermos demonstrar, de modo rigoroso, a intercessão objetiva de Aquilino em todas as solicitações atrás enumeradas, a verdade dos factos torna-se evidente: Aquilino recorreu ao prestígio e à sua influência junto das mais variadas instâncias do poder para proteger das mais diversas formas muitos que a ele recorriam. E para isso também não hesitou em socorrer-se de figuras gradas do salazarismo, junto das quais, de resto, fez questão de manter um bom relacionamento, como demonstra a prolífica troca de correspondência anteriormente analisada e, em particular, a oferta das suas obras autografadas com dedicatória personalizada, um aspeto que, de resto, corresponde aos padrões habituais de comportamento na época e, em certo sentido, até mesmo na atualidade.

Num outro prisma, o apoio financeiro que Aquilino prestou a Sarmiento de Beires<sup>612</sup>, durante o exílio, bem como, por exemplo, à filha de um dos regicidas

---

<sup>609</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3545). Veja-se ainda a este respeito o testemunho da autora de *Sibila* (1.<sup>a</sup> edição: 1954), in Henrique Almeida (direção) – *ob. cit.*, n.º 14, 1992, pp. 9-15.

<sup>610</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1265).

<sup>611</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 a], pp. 340-341.

<sup>612</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 5).

(Elvira Celeste da Costa Buíça, 1900-?)<sup>613</sup> e aos múltiplos cidadãos mais ou menos anónimos que a ele regularmente recorriam (teria mesmo concedido explicações na sua casa, em Lisboa, a um filho do seu conterrâneo José Gomes Natário), permitem-nos adivinhar um homem solidário e quase sempre disponível para ajudar os outros, em especial os beirões, tradicionalmente afastados das áreas de influência nacional.

Certo é que, apesar da rede de amizades e influências, a sua consagrada literatura também estava sujeita às malhas, muitas vezes imprevisíveis, da censura. Eis, portanto, definida a temática da próxima rubrica.

#### **4. A ação do “lápiz azul” sobre algumas obras de Aquilino**

No IANTT encontram-se depositadas provas de censura a várias obras de Aquilino: 11 fichas, que remetem para outros pareceres descritivos, cujo paradeiro é desconhecido. Uma situação que não é de todo invulgar, pois uma parte dos arquivos da censura foi destruída no contexto da revolução de 1974 e, além disso, inúmeras fontes continuam disseminadas por repositórios particulares. A título ilustrativo, Cândido de Azevedo cita vários relatórios inéditos integrados na sua coleção particular, entre os quais um que foi elaborado em 1943, na sequência de um pedido de reedição da obra *A batalha sem fim*, dada à estampa por Aquilino em 1931. A autorização oficial para a nova publicação do livro acabaria por ser obtida, apesar das ressalvas apontadas:

Este romance foi feito tomando para tema a vida dos pescadores. Um deles – o Algodres – tendo visto num livro que os frades dum convento de Coimbra, para fugirem à rapinagem dos franceses de Napoleão, foram enterrar todos os seus haveres numa duna do Pinhal do Urso, deixou a vida do mar e, com um sócio capitalista que conseguiu arranjar, tratou de proceder a escavações profundas numa das dunas do referido pinhal, a fim de encontrar o tesouro escondido, visto tantas vezes em sonhos.

Neste romance há algumas frases escabrosas, que talvez se pudessem eliminar:

A pp. 78: “Viriam benzer e consagrar a basílica esplêndida os padres da diocese com o bicharoco do bispo na vanguarda”.

A pp. 216: “E os que são solteiros, uma fêmea bem frescal para o gozo, não?” – “O que espanta são os bofes deste melro – proferiu o Joaquim Bica bamboleando a cabeça

---

<sup>613</sup> No espólio do escritor, encontram-se várias cartas enviadas por Elvira Buíça, filha de Manuel dos Reis Buíça. Numa das missivas, sem data, pode ler-se: “Fui operada ontem encontro-me sem recursos nada tenho em casa peço a V. Ex.<sup>a</sup> um pequeno auxílio, minha filha é portadora, não posso escrever pois a operação foi à mão direita. Esperando ser mais uma vez atendida desde já agradece”. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/s.r., cx. 142).

de cornambana, tão enfeitada que, as vezes que se fazia notadiço, a todos se representava de veado”.

A versalhada a páginas 297 e 298.

A introdução a páginas 7 e 8, acho, também, que deve merecer um pouco de atenção<sup>614</sup>.

Ao contrário do que seria expectável, quase todas as passagens em causa constam da 4.<sup>a</sup> reedição feita em 1943, pelo que apenas conseguimos detetar uma diferença em relação à versão primitiva da obra: a palavra “oficiais” foi substituída por “sargentos”<sup>615</sup>. Na medida em que a decisão do censor era, habitualmente, analisada por um superior é possível que este último tenha sido mais liberal na sua análise.

Repare-se que, ao longo do Estado Novo, a maioria dos escritores consagrados sempre teria recusado enviar as suas obras à censura prévia, embora esta se encontrasse legalmente prevista em determinadas situações<sup>616</sup>. No entanto, quando um determinado livro já se encontrava em circulação, a censura poderia impedir a reedição, proibir a publicitação, apreender os exemplares em circulação, penalizar os demais intervenientes no processo de edição ou até mesmo instruir um processo-crime ao seu autor. Ora, este último aspeto, em especial, também poderia levar as editoras a solicitar um parecer prévio da censura, quer para uma primeira publicação ou mesmo para uma reedição, de modo a tentar evitar problemas. Isto assume uma importância maior se pensarmos que o pedido de autorização para levar a cabo uma nova publicação da obra de Aquilino, *A batalha sem fim*, data de 1943, quando decorria a II Guerra Mundial. Teria sido a editora a enviar a obra à censura, devido ao contexto delicado que se vivia ou teria sido o próprio escritor a fazê-lo? A inexistência de fontes não nos permite responder com o devido rigor a esta questão.

Para além d’ *A batalha sem fim* (1.<sup>a</sup> edição: 1931), os 11 relatórios da censura que encontrámos no IANTT referem-se aos seguintes livros de Aquilino: *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teológicas* (1.<sup>a</sup> edição: 1959); *O Arcanjo Negro*; *Volfrâmio*; *Lápides Partidas*; *O Homem que Matou o Diabo* (1.<sup>a</sup> edição: 1930);

---

<sup>614</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *Mutiladas e proibidas*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1997, p. 165.

<sup>615</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *A batalha sem fim*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1931, p. 276 e Aquilino Ribeiro – *A batalha sem fim*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1943, p. 297.

<sup>616</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, radiodifusão, livro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1999, pp. 491-584.

*Filhas da Babilónia; Cinco Réis de Gente; Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias* (1.<sup>a</sup> edição: 1952); *Humildade Gloriosa* (1.<sup>a</sup> edição: 1954) e *Quando os lobos uivam*. Pelo menos num dos casos, Aquilino optou por enviar o texto à censura prévia, mas na maioria das restantes situações os pareceres do “lápiz azul” teriam sido elaborados já com as obras em circulação no mercado nacional. Cinco dos livros atrás nomeados foram remetidos pela própria polícia política à Direção-Geral de Censura, para que esta procedesse à sua análise.

*Volfrâmio*, editado em 1943, foi um dos livros a ser avaliado pelo “lápiz azul”, ao que tudo indica já após a sua publicação. O escritor teria também envidado esforços para editar a obra em Espanha, mas a censura franquista teria impedido a concretização desse projeto<sup>617</sup>.

Já em relação à obra *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teologais*, apesar de não conhecermos os relatórios descritivos, conseguimos perceber que os serviços de censura, em detrimento de proibirem a obra, teriam impedido a divulgação de qualquer referência ao livro na comunicação social, pouco tempo depois da sua publicação<sup>618</sup>. Esta estratégia permitia condenar, de modo subtil, a obra e o seu autor ao esquecimento (o que equivale a dizer, sobretudo no caso de quem vivia em exclusividade da literatura, colocar em causa a sua sobrevivência financeira), sem desencadear os efeitos contraproducentes de uma mais mediática e polémica proibição da obra.

A edição d’*O Arcanjo Negro* conheceu contornos bem interessantes, que é possível acompanhar com mais detalhe. De resto, num caderno de capas pretas, constante no espólio de Aquilino na BN, com o título “Registos das Edições”, deparámo-nos com algumas anotações do nosso biografado a propósito do referido romance, que, sublinhe-se, foi enviado pelo autor beirão à censura prévia:

Foi autorizada a publicação depois de 7 anos nos limbos da censura em agosto de 1947.

Foram carimbados 2200 ex. duma edição de 4400 em fins [de] setembro de 1947.

Foi posto à venda em 20-10-44 [deverá ler-se 47] ao preço de 25\$00.

---

<sup>617</sup> Cf. carta, sem data, remetida a partir de Madrid, por Alfonso Mangada, chefe comercial das Gráficas Afrodísio Aguado, S.A. a Aquilino: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 173).

<sup>618</sup> Cf. cartão, que julgamos pertencer ao final da década de 50, enviado por Fausto Lopo de Carvalho (1923-1994), diretor do *Jornal do Comércio*, a Aquilino: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1305).

Revisto em agosto de 60 [tendo em vista a reedição da obra completa do autor, na sequência da sua candidatura ao Nobel da literatura]<sup>619</sup>.

Depreende-se, portanto, que *O Arcanjo Negro* apenas foi publicado em 1947, apesar de ter sido escrito entre 1939 e 1940<sup>620</sup>. De acordo com Cândido de Azevedo, o livro de Aquilino começou por ser proibido em cinco de abril de 1940, por “focar o aspeto revolucionário da política portuguesa em 1927, ano em que eclodiu a revolução contra a ditadura”<sup>621</sup>. Viria depois a ser autorizado com cortes e substituições em 12 de agosto de 1947. O investigador Luís Vidigal explicou este desfasamento temporal alegando que: “se [Aquilino] podia ser incómodo para as oposições, não o era menos para o regime, que em 1939 proibiu a publicação de um livro seu que teria de aguardar oito anos até ver os prelos, por imposição da Censura<sup>622</sup>”.

Os motivos que desencadearam essa proibição podem ser encontrados num relatório, datado de três de abril de 1940 e assinado por um censor (nome ilegível), com o posto de capitão:

Romance que foca o aspeto revolucionário da política portuguesa em 1927, ano em que eclodiu a revolução contra a Ditadura e que neste livro se descreve a traços largos, sem a condenar, antes pondo em evidência os seus mártires e os seus mentores.

Parece-me cedo para o autor fazer a narração de factos tão recentes e que são, porventura, as suas memórias, conhecida como é a sua atividade naquele movimento revolucionário<sup>623</sup>.

A fonte que acabámos de citar inclui duas anotações manuscritas e demonstra que o livro foi enviado à censura prévia. A primeira anotação manuscrita, com a data de cinco de abril de 1940, declara o livro proibido. Através do cruzamento de fontes conseguimos perceber que a assinatura pertence a Álvaro da Salvação Barreto<sup>624</sup>

---

<sup>619</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., p. 23, cx. 120).

<sup>620</sup> No espólio particular do escritor existem duas caixas onde se inclui o rascunho e a versão original da obra *O Arcanjo Negro*, que na sua versão datilografada regista: “Cruz Quebrada, 1939-1940”. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 45 e 46).

<sup>621</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 639.

<sup>622</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, p. 66.

<sup>623</sup> Cf. relatório da censura n.º 6282, de 7/2/1959, relativo à obra *Quando os lobos uivam*, de Aquilino Ribeiro. Consultado a partir de EPHEMERA: Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira: <https://ephemerajpp.com/?s=Aquilino+Ribeiro> [11/9/2016].

<sup>624</sup> Na Fundação de Aquilino, em Soutosa, existe um livro das primeiras provas deste romance no qual consta a seguinte nota lavrada pelo punho de Aquilino: “No dia 2 de abril de 40 recebi da censura (capitão Salvação Barreto) comunicação que não autoriza a saída deste livro”. O facto de a data

(1890-1975), militar que desempenhou um importante papel ao nível da censura. Um segundo apontamento, também ele manuscrito, mas apenas introduzido em 1947, declara que a obra: “foi autorizada com cortes e substituições”. As anotações em causa confirmam, portanto, as conclusões de Cândido de Azevedo<sup>625</sup>, já partilhadas no corpo deste trabalho.

Outro relatório do “lápiz azul”, complementar daquele que temos vindo a seguir, datado de cinco de abril de 1940, contém a expressão “autorizado”, o que parece indiciar uma ratificação da sentença anterior: não permitir a publicação do livro. Quanto ao exemplar analisado, tal como era prática habitual, ordenava-se que o mesmo seguisse para o arquivo. Frise-se que, durante o Estado Novo, em determinadas situações excepcionais, chegaram mesmo a ser destruídos os livros apreendidos<sup>626</sup>.

Uma interessante carta constante no espólio do escritor na BN permite-nos compreender melhor as circunstâncias que envolveram a demorada edição da obra. Eis a mensagem redigida por José Júlio da Fonseca, a partir da livraria Bertrand em Lisboa, no dia 12 de agosto de 1947:

Meu caro Aquilino.  
Fui hoje ao capitão [José da] Silva Dias que me recebeu com requintada gentileza. Muito obrigado!  
Sem ler as modificações que fez no Arcanjo Negro, pôs imediatamente o carimbo: Visado pela comissão de censura. Quis ficar com o ex.[exemplar] encadernado e entregou-me o ex. em provas com o dito carimbo.  
Não podia ter corrido melhor!!!  
Este senhor capitão é uma pessoa encantadora e tem uma grande admiração pelo Aquilino<sup>627</sup>.

Observe-se que a missiva comprova a data apresentada por Cândido de Azevedo, a respeito do momento em que a edição da obra teria sido autorizada. Refira-se também que o capitão José da Silva Dias desempenhou o cargo de subdiretor da censura entre 1947 e 1953, sucedendo ao major Mário Baptista Coelho

---

indicada ser anterior ao relatório da censura pode resultar de um lapso do nosso biografado ou testemunhar, uma vez mais, as relações de cordialidade entre Aquilino e neste caso o subdiretor do “lápiz azul”, que o informou, a título particular, da sua decisão, antes de o fazer oficialmente.

<sup>625</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 639.

<sup>626</sup> Cf. Paulo Marques da Silva – *Fernando Namora por entre os dedos da PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo*, 1.ª edição, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2009, p. 74.

<sup>627</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2567).

(1892-1955). À época, o diretor da censura era o coronel Armando Jorge das Neves Larcher, com o qual, de resto, Aquilino se correspondeu.

Como escrevemos, o romancista também trocou missivas com José da Silva Dias, ofertando-lhe obras da sua autoria (*Volfrâmio e Aventura maravilhosa*), gesto que o subdiretor da censura agradeceu, numa carta datada de 20 de julho de 1947, tecendo ainda palavras de rasgado elogio ao escritor<sup>628</sup>. Um cartão, que poderemos situar nos finais de 1947, permite-nos ainda compreender que Aquilino também lhe ofereceu *O Arcanjo Negro*<sup>629</sup>.

Retenha-se, portanto, que a fazer fé nas insuspeitas palavras de José Júlio da Fonseca, da Bertrand, o subdiretor da censura José da Silva Dias nem sequer teria analisado as alterações introduzidas por Aquilino no seu romance, colocando automaticamente o carimbo que permitiria avançar com a edição do livro proibido ao longo de vários anos. O que também nos pode ajudar a compreender o facto de não termos encontrado um relatório censório, onde constassem os eventuais cortes efetuados e as alterações introduzidas<sup>630</sup>.

Numa outra carta, datada de nove de setembro de 1947, José Júlio da Fonseca anunciava ao escritor o início da impressão da obra e mencionava que o subdiretor da censura José da Silva Dias mandara cumprimentos ao autor beirão<sup>631</sup>.

Diga-se agora que a primeira edição da obra *O Arcanjo Negro* ficou, como era habitual, a cargo da Bertrand e possuía originalmente 338 páginas, tendo, recorde-se, o nosso biografado remetido as provas à censura prévia, um aspeto que o distingue, por exemplo, de Miguel Torga ou Fernando Namora (1919-1989), que sempre recusaram fazê-lo<sup>632</sup>, até porque esta não parece constituir uma prática comum, pelo menos, entre os escritores nacionais já consagrados, embora tivesse, como já dissemos, um enquadramento legal previsto em determinadas situações. Afinal, repare-se que o decreto-lei 22 469, de 11 de abril de 1933, era suficientemente ambíguo para permitir que, numa interpretação mais abrangente,

---

<sup>628</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1952).

<sup>629</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1955).

<sup>630</sup> No espólio do escritor encontramos as provas do *Arcanjo Negro*: “rascunho e original 1.º granel [...] 27/2/1940”, mas nada nos permite asseverar que as alterações identificadas tenham resultado da ação da censura. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 45 e 46).

<sup>631</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2568).

<sup>632</sup> Cf. Renato Nunes – *ob. cit.*, 2007, p. 35 e Paulo Marques da Silva – *ob. cit.*, 2009, p. 84.

todas as publicações pudessem ser abarcadas pela censura prévia<sup>633</sup>. Desse facto, de resto, nos testemunha uma interessante troca de correspondência entre a editora SEN, que em 1951 publicou o romance *Engrenagem*, de Soeiro Pereira Gomes (1910-1949), e a censura.

Numa carta datada de 11 de abril de 1951, a aludida editora comunicava estar convencida de que os livros não eram obrigados a ser remetidos à censura prévia, na medida em que não eram expressamente mencionados no decreto-lei número 22 469. A resposta do subdiretor da censura, em 28 de julho de 1951, merece ser aqui recuperada:

O Exmo Diretor encarrega-me de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a publicação do livro “Engrenagem”, que foi posto à venda sem ter sido submetido à apreciação destes Serviços, contrariamente ao disposto no Art. 2.º do Decreto n.º 22 469, que constitui reincidência, visto já outro livro – Refúgio Perdido – ter sido divulgado, sendo depois apreendido, por inobservância da citada disposição legal.

No ofício de 11 de abril último, dessa Editorial, procurou V. Ex.<sup>a</sup> explicar a razão da falta cometida, alegando algumas referências do citado artigo, mas omitindo a parte que no mesmo se seguia, aplicável a qualquer outras publicações em que são, evidentemente, incluídos os livros<sup>634</sup>.

Concluiu-se, portanto, que, embora pareça correto afirmar-se que a maioria dos escritores consagrados sempre teria recusado enviar as suas obras à censura prévia (uma matéria que merecia um estudo mais aprofundado), a verdade é que esta prática também se encontrava legalmente prevista, ainda para mais dentro da ambígua expressão “assuntos políticos e sociais” e que, a partir de 1944, também integraria as matérias económicas<sup>635</sup>.

Assim se compreende a admiração demonstrada, por exemplo, por Carlos de Passos (1890-1958) perante a decisão de Aquilino em respeitar aquela lei censória. Eis as palavras do aludido historiador e jornalista, numa carta datada de 16 de

---

<sup>633</sup> No artigo 2.º do decreto-lei número 22 469, de 11 de abril de 1933, pode ler-se: “Continuam sujeitas a censura prévia as publicações definidas na lei de imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social”. Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1933*, 1.º semestre, 1.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941, pp. 522-523.

<sup>634</sup> Cf. ofício confidencial n.º 929/E-34, enviado pelo subdiretor da censura, em 28/7/1951, ao Presidente da Direção da SEN (Porto). A fonte encontra-se reproduzida na entrada da obra: Soeiro Pereira Gomes – *Refúgio Perdido. Inéditos e Esparsos* (edição *fac-símile* da 1.ª edição, Porto, SEN, 1950), Lisboa, A Bela e o Monstro, 2014.

<sup>635</sup> Cf. decreto-lei n.º 34 134, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1944*, 2.º semestre, 1.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, p. 412.

novembro de 1945: “Surpreendeu-me, a valer, a nova de lhe imporem cortes no Arcanjo Negro, embora não compreenda porque sujeita o livro à sanção de ignaros aristarcos. Eu nunca tal fiz”<sup>636</sup>.

Em suma, a obra foi enviada à censura prévia, em 1940, o que, em princípio, reflete a tentativa de Aquilino em evitar problemas e custos financeiros, quer para si mesmo, quer para a editora ou para a tipografia. Saliente-se, ainda, que o testemunho de Carlos de Passos permite-nos inferir que a decisão do escritor não teria sido mantida em sigilo.

Na obra *Abóboras no Telhado*, Aquilino consagrou algumas páginas às questões que rodearam a edição do romance *Arcanjo Negro*, argumentando que a decisão de enviar a obra à censura prévia teria sido tomada por Artur Brandão (gerente e um dos proprietários da Bertrand), tendo Aquilino demonstrado o seu desagrado. Ainda segundo o autor beirão, em 1947, um censor teria lido as palavras elogiosas que Salazar endereçara, em 1936, a Aquilino e, nessa sequência, teria optado por permitir a publicação da obra, depois de ter opontado “duas ou três linhas a alterar”<sup>637</sup>.

Curiosamente, localizámos nos depósitos da censura no IANTT uma peça de teatro intitulada *O Arcanjo Negro*, adaptada por Luís Guimarães<sup>638</sup> (1900-1998) a partir do romance homónimo que o mestre editara em 1947. Esta peça foi levada à cena em 1948 e depois publicada pelo aludido dramaturgo, em 1969<sup>639</sup>.

Dando cumprimento ao que se encontrava previsto na legislação, o texto recriado por Luís Guimarães<sup>640</sup> foi analisado pela comissão de censura da Inspeção-

---

<sup>636</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5158).

<sup>637</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1955], p. 330.

<sup>638</sup> Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1923, e dois anos volvidos seria um dos fundadores da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. Crítico de teatro, colaborador de jornais, dramaturgo, realizou várias entrevistas. Por volta dos anos 40, decidiu abandonar a magistratura e dedicar-se em exclusividade às letras. Escreveu, entre outros, o livro de poemas *Bonecas que Amam* e *O Conselheiro Acácio: à sombra de Eça de Queirós*, que contou com um prefácio de Aquilino Ribeiro. Ademais, publicou, em 1953, *Aquilino Ribeiro através do seu ex-libris*.

<sup>639</sup> Cf. Luís Guimarães – *O arcanjo negro: repertório da Sociedade de Escritores Teatrais Portugueses: peça em 3 actos adaptada do romance de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Prelo, 1969.

<sup>640</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, IANTT, SNI, Direção-Geral dos Serviços de Espetáculos, processo 3725. Código de referência: PT/TT/SNI-DGE/1/3725. A adaptação em causa daria origem ao seguinte livro: Luís Guimarães – *ob. cit.*, 1969.

-Geral dos Espetáculos<sup>641</sup>, onde deu entrada no dia 11 de maio de 1948. Os cortes efetuados, em 12 páginas, permitem-nos também identificar as matérias que o censor considerou perniciosas e verificar depois até que pontos estas foram (ou não) inicialmente abordadas no próprio romance, editado em 1947, no qual Aquilino pretendeu desenvolver certos aspetos da vida política nacional, entre o período de 1925 a 1929<sup>642</sup>.

O texto cénico apresentado pelo dramaturgo à censura prévia era constituído por 113 páginas, às quais foram depois acrescentadas oito páginas<sup>643</sup>, que já incluem as alterações introduzidas por Luís Guimarães, na sequência dos cortes anteriormente efetuados pelo censor.

Se analisarmos o registo preenchido pelo censor (Manuel?), em data não especificada, podemos ler as seguintes considerações acerca do texto dramático:

Vê-se da peça a inconveniência na constituição dum lar, em que as condições sociais e a idade sejam muito diferentes.

[...] Ricardo, com 55 anos de idade, está casado com Mónica, que podia ser sua neta e de quem muito gosta.

A consciência da grande diferença de idades leva-o a duvidar do amor da mulher e da sua própria fidelidade<sup>644</sup>.

Logo de imediato, o censor considerou a peça “bem escrita”, acrescentando que a solução era “moral”. Numa fase posterior (18 de maio de 1948), optou por autorizar a sua representação, com vários cortes. Através das passagens truncadas é possível extrair algumas conclusões mais gerais, que passaremos a ilustrar com alguns exemplos:

I – foram expurgadas as referências, mais ou menos diretas, à Ditadura Militar. É precisamente neste contexto que se enquadra o seguinte corte efetuado pelo censor, que decidimos sublinhar: “Mas o tipo era sabido, desconfiou da fatura, mostrou-me a ficha da ordem e quando eu percebi que ele me ia deitar a pata ao

---

<sup>641</sup> Além de o texto cénico ser submetido à análise prévia do “lápiz azul”, os ensaios e, por exemplo, a estreia também eram vigiados. Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, pp. 179-180 e Ana Cabrera, “Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea”, in Ana Cabrera (coordenação) – *Censura nunca mais! A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2013, pp. 17-71.

<sup>642</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], “Advertência”, sem numeração.

<sup>643</sup> Identificadas na fonte com os números 21-A, 29-A, 33-A, 54-A, 55-A, 91-A, 91-A’ e 93-A.

<sup>644</sup> Cf. SNI, Direção-Geral dos Serviços de Espetáculos, processo 3725. Código de referência (IANTT): PT/TT/SNI-DGE/1/3725.

ombro atirei-me a ele, travámos luta grossa, o homem caiu, quando caiu bateu com a cabeça no passeio e ficou estatelado...<sup>645</sup>;

II – foram omitidas as referências a uma República que significasse “progresso, concórdia e liberdade”<sup>646</sup>;

III – foram eliminados os diálogos e os silêncios que incitassem o público a pensar ou extrair conclusões mais subjetivas ou politizadas. O seguinte debate entre *Filipe*, mais atreito à Ditadura, e *Ricardo*, que não deixa de criticar as benesses políticas que o primeiro obtém do regime vigente, deve ser enquadrado nesse âmbito. Reforce-se que o sublinhado indica o texto cortado:

Ricardo

[...] Descansa, ninguém te compromete. És um pilar lavrado de sociedade tens o direito de dormir a sono solto. Eu pergunto apenas se a vida será isso? Fica tranquilo. Vou dizer aos colegas, aos amigos, aos homens insatisfeitos de Portugal, que o Sr. Filipe Alvarenga engenheiro-arquiteto pela Universidade de Berlim não está para outra coisa que não seja erguer palácios, monumentos ao Génio da Raça, lindas vivendas para os felizes da sorte, casas de rendas caras para argentários... O resto para ele é niska<sup>647</sup>.

Atente-se ainda na passagem cénica no decurso da qual o diretor do jornal *Barca do Inferno* abordou a necessidade de dinamizar uma campanha que despertasse a curiosidade do leitor, de modo a garantir a venda de mais exemplares. Foi a resposta de *Teodósio* a esse desabafo que acabou por sofrer um corte estratégico. Assim, a frase “Eles assuntos não faltam, mas...” foi sublinhada pelo censor e mais tarde substituída por: “Eles assuntos não faltam”, caindo assim a conjunção adversativa “mas”, que abria margem para outras interpretações por parte do espetador;

IV – foram expurgadas as referências ao regime de censura vigente durante a Ditadura Militar. Um dos exemplos possíveis relaciona-se com o corte operado em

---

<sup>645</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 21, ato I, cena VI. O sublinhado é da nossa responsabilidade e identifica a parte do texto censurada. Iremos manter este critério aquando da citação das próximas passagens truncadas pelo “lápiz azul”.

<sup>646</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 29, ato I, cena IX.

<sup>647</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 33, ato I, cena X.

relação à suspensão do jornal *Barca do Inferno*<sup>648</sup>. E neste caso, tratou-se de uma dupla intervenção da censura, pois a contraproposta do dramaturgo, apresentada na sequência dos primeiros cortes, também voltou a ser mutilada: “O Jornal suspenso! Mas suspenso, porquê? Ora, porquê?... Eu já devia contar com isso mais dia menos dia”. Seriam ainda feitos outros cortes nesta cena, a respeito dos motivos que teriam desencadeado a suspensão do jornal<sup>649</sup>;

V – foi truncada a referência à lista criada pela Ditadura em relação aos opositores: “Talvez receio de que o nome lhes vá para o índice”<sup>650</sup>.

Como já dissemos, perante os vários cortes, o dramaturgo teve necessidade de apresentar, por duas vezes, novas propostas, para substituir os diálogos amputados. Ora, se cotejarmos a redação definitiva do texto, já depois de introduzido o imprescindível *nihil obstat*, com as passagens cortadas pelo censor não deixa, contudo, de ser curioso verificar a permanência de várias passagens inicialmente eliminadas pelo “lápiz azul”<sup>651</sup>, o que nos leva a pensar na possibilidade de algum descuido ou de ter sido outro censor a analisar as segundas provas do texto cénico apresentado por Luís Guimarães, isto, claro, se essa reanálise chegou mesmo a concretizar-se. É também importante dizer que, por vezes, numa espécie de jogo do gato e do rato, os escritores ou dramaturgos, após uma primeira análise da censura, voltavam a enviar as passagens truncadas com uma roupagem ligeiramente modificada, esperando, por certo, que a segunda análise fosse menos exigente. Essa é, portanto, outra possibilidade a ter em consideração.

Contudo, de um modo geral, conclui-se que foram respeitadas as alterações forçadas pelo censor, nomeadamente no que diz respeito aos diálogos que apresentavam um sentido mais politizado, como constitui exemplo a seguinte alteração: a fórmula “Descansa, ninguém te compromete” acabou por ser trocada por uma frase, digamos, menos politizada: “Mas ninguém te incomodará”<sup>652</sup>.

---

<sup>648</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 91.

<sup>649</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, ps. 92, 93, 93-A e 94.

<sup>650</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, pp. 53-54, ato II, cena V.

<sup>651</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, ps. 91-A, 92, 93 e 93-A.

<sup>652</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 33-A.

Cotejando agora a peça de Luís Guimarães, na versão aprovada pela censura em 1948, e o romance *O Arcanjo Negro* de Aquilino Ribeiro, constata-se que ao longo da obra do romancista beirão existem algumas passagens que denunciam a ação censória exercida pela ditadura<sup>653</sup>. Ainda na obra do nosso biografado, dada à estampa em 1947, conseguimos localizar a presença de, pelo menos, uma passagem que seria depois cortada na peça adaptada por Luís Guimarães<sup>654</sup>. E se na versão inicial da peça de teatro era denunciada “a repressão dos vencidos, as vinganças” que ocorreriam caso o golpe revolucionário contra a Ditadura fracassasse, a verdade é que no livro de Aquilino Ribeiro também nos deparamos com essa mesma denúncia<sup>655</sup>.

Recorde-se que o texto redigido por Luís Guimarães deu entrada na comissão de censura no dia 11 de maio de 1948, tendo, na véspera da sua aprovação, em 18 de maio, sido apresentado à Inspeção-Geral dos Espetáculos um aditamento, que pretendia substituir uma das cenas da peça inicialmente entregue para análise. É muito provável que este aditamento, que apenas seria aprovado em 18 de outubro, tenha resultado das dificuldades que o dramaturgo experimentou em manter a coerência do seu projeto cénico e ao mesmo tempo respeitar as subjetivas e imprevisíveis orientações da censura<sup>656</sup>.

A estreia da peça ocorreu no Teatro Trindade, em Lisboa, na noite de nove de Junho de 1948, com José Maria Alves da Cunha (1889-1956) e Maria Helena Matos (1911-2002) a desempenharem os papéis de protagonistas, enquanto Brunilde Júdice (1898-1979), Berta de Bivar (1889-1964), Constança Navarro, Constança Maria, Alves da Costa (1903-1971), João Perry (1940-), Luís de Campos e Octávio Bramão vestiram a pele das restantes personagens. Segundo Luís Guimarães, Aquilino não assistiu à estreia, mas teve oportunidade de acompanhar, numa fase posterior, uma

---

<sup>653</sup> “Uma corneta do Diabo reacionária chegara a pedir a suspensão da *Barca*”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], p. 51. Sobre os problemas que nessa época afetavam a *Barca do Inferno*, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], p. 81.

<sup>654</sup> Dirigindo-se a *Bravo*, dirá *Ricardo Tavares*: “Deixe, os relógios ainda não deixaram de dar horas; tantas hão de dar que soará a final para todos os cativeiros. Coragem!” Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], p. 263.

<sup>655</sup> Eis um dos possíveis exemplos, transcritos da obra: “– Sabem vocês qual é o pior do pior no meio destas desgraças todas?! [...] Sabem?! É a repressão que vai exercer-se sobre os vencidos, que são portugueses como os mais”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1947 b], p. 142.

<sup>656</sup> Cf. proposta de adaptação do romance *Arcanjo Negro*, apresentada por Luís Guimarães à censura prévia, p. 51. Para visualizar as alterações registadas, cf. a referida proposta de adaptação do romance, pp. 114-118.

das representações, “modestamente escondido na penumbra de uma frisa” até que “a assistência o descobriu e lhe tributou uma prolongada ovação”<sup>657</sup>.

Em jeito de síntese, não deixa de ser interessante recordar que, por vezes, o censor cortou determinadas passagens da peça que já integravam o romance de Aquilino Ribeiro, em circulação desde 1947. Este aparente paradoxo parece justificar-se pelos seguintes argumentos:

– a maior “perigosidade” associada à representação cénica de um texto levava os censores a uma atenção redobrada sobre os vários sentidos conotativos implícitos nos diálogos das diversas personagens<sup>658</sup>;

– as circunstâncias especiais que estiveram na base da liberalização da publicação do romance *O Arcanjo Negro* também poderiam ter contribuído para uma maior margem de liberdade literária de Aquilino. Afinal, a fazer fé nas fontes consultadas, o livro acabou por ser autorizado, na fase final da década de 40, sem que o subdiretor da censura José da Silva Dias lesse as alterações introduzidas pelo nosso biografado.

Tal como seria expectável, se compararmos a peça de Luís Guimarães, na sua versão aprovada pela comissão de censura prévia, em 1948, e a obra publicada pelo aludido dramaturgo, em 1969<sup>659</sup>, conseguimos perceber que, salvo raras exceções, ele respeitou os cortes feitos pelo “lápiz azul”.

Finalmente, para compreender a celeuma provocada em torno da matéria abordada n’*O Arcanjo Negro*, será fundamental dizer que, ao contrário da imagem veiculada pela historiografia oficial do Estado Novo<sup>660</sup>, a transição da Ditadura Nacional para o autoproclamado novo regime não foi pacífica, antes resultando de um complexo e conturbado processo, cujo desfecho político, pelo menos até 1933, foi sempre imprevisível e, por vezes, mesmo explosivo. A este respeito, numa carta

---

<sup>657</sup> Cf. Luís Guimarães – *ob. cit.*, 1969, p. 6.

<sup>658</sup> Cf. Ana Cabrera, “Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea”, in Ana Cabrera (coordenação) – *ob. cit.*, 2013, p. 69.

<sup>659</sup> Cf. Luís Guimarães – *ob. cit.*, 1969.

<sup>660</sup> Cf. Estefânia Cabreira e Oliveira Cabral – *História da Pátria Portuguesa* (aprovado oficialmente), (1.ª edição?), Porto, Livraria Simões Lopes, 1937, p. 122. Ainda sobre a imagem veiculada pela historiografia oficial salazarista, a respeito da transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, cf., a título ilustrativo, a seguinte fonte dirigida por A. Duarte de Almeida – *Regímen Republicano* (coleção Portugal Histórico), 1.ª edição, Lisboa, Edição João Romano Torres & C.ª, 1936, sobretudo pp. 247-299.

enviada por António Sérgio a Raul Proença, no ano em que Salazar se tornou Presidente do Conselho (1932), o ensaísta confessava:

Escrevi ao Aquilino, a pedir-lhe que rogasse ao sogro [Bernardino Machado] que tratassem de arranjar dinheiro para comprar aviões que iniciassem a revolução pelo bombardeamento enérgico dos quartéis das tropas mais fiéis ao governo, em Lisboa. É triste ter de propor cousas destas mas, se tem de haver sangue, que a coisa seja o mais rápida possível. Mas os chefes só sabem falar<sup>661</sup>.

*O Arcanjo Negro* e a adaptação teatral que dele fez Oliveira Guimarães ajudavam a recordar aqueles tempos em que a revolta era latente e cujo fim o próprio regime continuava a comemorar, nomeadamente nas efemérides associadas ao sete de fevereiro, dia que assinalava, do ponto de vista simbólico, a derrota do “revirinho”, em 1927. Circunstâncias nas quais o nosso biografado se viu envolvido de modo direto.

Eis, portanto, uma obra inconveniente, cuja edição o próprio Aquilino e a editora decidiram adiar até ter o aval da censura prévia. Uma autorização que apenas chegou quando já eram volvidas duas décadas após os acontecimentos e cerca de oito anos depois de o livro ter sido escrito.

## 5. Outros exemplos de censura

Ao longo da sua vida, Aquilino Ribeiro editou centenas de artigos na imprensa. A sua estreia ocorreu logo aos 17 anos, quando, ainda a frequentar o seminário de Beja, deu à estampa no *Cruzeiro do Sul*, em Olhão, um conto intitulado “Para os Anjos”, sob o pseudónimo Bias Agro<sup>662</sup>. Em 1926, Aquilino possuía mesmo a carteira de identidade de profissional da imprensa, hoje conservada no seu espólio particular<sup>663</sup>.

Numa entrevista concedida em 1985, Jerónima Dantas Machado afirmou que, durante o Estado Novo, o escritor publicou, pelo menos, um artigo semanal no jornal

---

<sup>661</sup> Missiva datada de março de 1932. Cf. António Sérgio – *Correspondência para Raul Proença* (organização e introdução de José Carlos González), 1.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, p. 197.

<sup>662</sup> O artigo em causa pode ser consultado em Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1986, pp. 75-77.

<sup>663</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 130).

*O Século*<sup>664</sup>. Perante a pergunta do jornalista António de Valdemar, inquirindo se Aquilino mantinha o mesmo rigor literário nos textos que pretendia divulgar na imprensa, eis a interessante resposta de Jerónima Dantas Machado:

– Regra geral acontecia o mesmo. Mas sucedia uma coisa pior: em primeiro lugar, autocensurava-se, para evitar cortes. Escrevia e parava constantemente, à procura de uma forma que não correspondia nem ao seu pensamento, nem às palavras que gostaria de utilizar. Ficava irritadíssimo, e ainda muito mais irritado quando encontrava mutilações no texto.

Não desistia por dois motivos: porque havia a obrigação da periodicidade semanal e ele era muito cumpridor e porque, embora pouco, o dinheiro da colaboração, no fim do mês, sempre nos ajudava<sup>665</sup>.

A autocensura à qual se submetia o autor parece comprovar-se com um dos episódios que colhemos aquando das nossas pesquisas. Concretizando: Aquilino procurou editar o romance *A batalha sem fim*, no jornal *O Século*. Para o efeito, escreveu uma carta, datada de seis de dezembro de 1931, portanto, ainda a partir do exílio, ao diretor do aludido periódico, João Pereira da Rosa (1885-1962), ao qual dedicou, vinte anos depois, a *Geografia Sentimental* (1.<sup>a</sup> edição: 1951). Eis as palavras que se seguiam a alguns esclarecimentos formais a respeito da obra:

Quanto à prévia leitura, imagino satisfazer ao desideratum de vossa excelência com afirmar: no contexto do livro não há uma só passagem que iniba da sua leitura quem quer que seja; nada de escabroso nem do que se convencionou chamar imoral; há duas ou três referências pejorativas à atual situação política, que não tenho dúvida em eliminar do folhetim<sup>666</sup>.

Certo é que a obra acabou por não ser editada no aludido periódico, acabando, no entanto, por ser publicada, em formato de livro, ainda em 1931.

Noutra das entrevistas que concedeu, Jerónima Machado destacou que Aquilino teve “imensos” artigos censurados e que ela teria, inclusivamente, na sua

---

<sup>664</sup> Segundo Baptista-Bastos, que trabalhou no jornal *O Século*, dirigido por Acúrcio Pereira (1891-1978), todas “as quartas-feiras de cada semana, de todos os meses e de todos os anos, Aquilino ia entregar o original que «O Século» publicava como artigo de fundo”. Cf. João Silva de Sousa (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2007, p. 43.

<sup>665</sup> Cf. entrevista feita por António Valdemar a Jerónima Dantas Machado, *Diário de Notícias*, 17/11/1985, secção “Cultura”, IV.

<sup>666</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 173).

posse as provas dessa afirmação<sup>667</sup>. Eis os exemplos relativos aos problemas de Aquilino com a censura, que tivemos oportunidade de compulsar ao longo das nossas pesquisas:

– artigo relativo à época natalícia, enviado pelo autor para o *Diário de Notícias* e cortado pela censura em 1932<sup>668</sup>;

– artigo sobre Joaquim de Carvalho (1892-1958), que sofreu alguns cortes em 1942, na parte final do texto: “no anseio de que ele, todos nós, nossos filhos, regressemos à condição de pessoas com dignidade”<sup>669</sup>;

– artigo jornalístico, que seria mutilado pela censura, em 19 de fevereiro de 1946, no decurso do qual Aquilino criticava os condicionalismos aos quais estava sujeito o escritor em Portugal<sup>670</sup>;

– texto cortado pela censura, em 1949, que Aquilino pretendia editar no jornal *O Século*. Abordaria “problemas de administração pública – repovoamento florestal e contribuições, assuntos reservados à direção”<sup>671</sup>;

– artigo sobre a “revitalização da aldeia”, enviado para *O Século*, acabou por ser suspenso, em 1957<sup>672</sup>;

– artigo intitulado “A paz no mundo”, enviado para o jornal *República*, foi cortado no dia 25 de outubro de 1959<sup>673</sup>.

Outrossim, através de uma missiva, datada de 26 de agosto de 1952, é possível constatar que *O Século* decidira não publicar um artigo intitulado “O eterno retorno”, de modo a evitar “polémicas”<sup>674</sup>. Esta decisão editorial levaria Aquilino a registar o seguinte desabafo no envelope em que se conserva o texto que acabámos de citar: “Cartas sobre os castigos no Século/Censura encoberta interessante”<sup>675</sup>.

---

<sup>667</sup> Cf. “Um homem uma época”, parte 2, programa televisivo emitido pela RTP, em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

<sup>668</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6355-6356).

<sup>669</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 35, ano X, abril-junho de 1999, p. 9.

<sup>670</sup> Cf. Congresso de Estudos Aquilinianos (organização) – *ob. cit.*, 2000, p. 53.

<sup>671</sup> Cf. missiva, datada de 15/8/1949, remetida por Acúrcio Pereira, do jornal *O Século*. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5239).

<sup>672</sup> Cf. carta datada de 14/8/1957, enviada por António Maria Lopes, chefe da secretaria-geral do *Século*. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6374).

<sup>673</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 138).

<sup>674</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6371).

<sup>675</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6372).

No dia nove de novembro de 1953, o *Diário de Lisboa* viu a censura impedir-lhe a publicação de uma carta, onde era referido o nome de Aquilino. A missiva em questão tinha sido enviada de São Brás de Alportel, em Faro, e pode resumir-se do seguinte modo: um grupo de rapazes daquela localidade tinha resolvido fundar uma biblioteca na Sociedade Recreativa 1.º de Janeiro e, nessa sequência, pedia que lhe fosse enviado um livro e a morada de alguns dos melhores escritores da época, que, de resto, enumeravam: Ferreira de Castro, Alves Redol, Aquilino Ribeiro e o jornalista Julião Quintinha<sup>676</sup>.

Num cartão, datado dos anos 50, Acúrcio Pereira remetia a Aquilino o seu artigo, que continuaria suspenso. E concluía: “Não tenho esperanças. Então, queria dizer verdades!?! Lembro-lhe que a Verdade caiu ao poço e afogou-se”<sup>677</sup>.

No processo de Fernando Namora na polícia política foi apenas a cópia de uma carta, datada de 25 de dezembro de 1955, enviada por Ruy Luís Gomes (1905-1984) ao advogado comunista de Santarém, Humberto Pereira Diniz Lopes (1919-1984). Nessa missiva abordavam-se algumas das iniciativas desencadeadas pela oposição para angariar assinaturas a favor de uma ampla amnistia em prol dos detidos políticos, destacando-se que o “número de assinaturas já na mão da Comissão” andaria próximo das 10 000. Segundo Ruy Luís Gomes, a censura estaria, no entanto, a levantar dificuldades, tendo Aquilino Ribeiro feito alguns esforços para publicar um artigo sobre aquela matéria no jornal *O Século* ou no *Diário de Lisboa*, o que não teria sido possível devido à intervenção do “lápiz azul”<sup>678</sup>.

Ainda no processo de Namora na PVDE/PIDE/DGS, outra informação policial, datada de 28 de dezembro de 1955, dá-nos conta que o MND, o MUD-Juvenil e o “Movimento Mundial da Paz” continuariam a desenvolver uma “campanha de recolha de assinaturas a favor de uma amnistia aos presos por crimes que classificaram de políticos”. Nos jornais, Aquilino tentaria – segundo a informação policial – dar o seu contributo à aludida iniciativa, uma manobra que,

---

<sup>676</sup> Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *ob. cit.*, 2.º volume, 1980, p. 205.

<sup>677</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/5241).

<sup>678</sup> Cf. IANTT – PIDE/DGS, processo de Fernando Namora na polícia política, n.º 3733 ou, ainda, IANTT: – PIDE/DGS, processo de Ferreira de Castro na polícia política – 1242 SR.

todavia, ainda não teria surtido o efeito pretendido, devido à “intervenção dos Serviços de Censura à Imprensa”<sup>679</sup>.

Importa ainda registar que, após a criação da RTP, com as emissões regulares inauguradas em 1957, o nome de Aquilino também teria passado a ser censurado. Disso nos dá conta uma carta enviada por Ferreira de Castro ao diretor dos serviços de censura, no dia 11 de novembro de 1971. Nela, o escritor neorrealista, autor do romance *A lã e a neve* (1.ª edição: 1947), justifica o facto de não aceitar conceder entrevistas dizendo que era a sua forma de protestar, de um modo geral, contra o seguinte facto: “A verdade é que as imagens e os nomes da grande maioria dos escritores portugueses, inclusivamente o grande Aquilino Ribeiro, foram, durante anos e anos, sistematicamente suprimidos pela Televisão de Portugal”<sup>680</sup>. Esta supressão de Aquilino das emissões da RTP também foi confirmada por Cândido de Azevedo<sup>681</sup>.

Prossigamos, pois, o nosso périplo pela década de 50, tendo desta vez como ponto de partida uma viagem que Aquilino fez ao outro lado do Atlântico.

## **6. A viagem ao Brasil e o livro *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias***

### **6.1 O pacote “Vera Cruz”**

Em 1952, Aquilino fez uma viagem ao Brasil, que lhe serviria depois de inspiração literária<sup>682</sup>. A jornada inaugural do pacote “Vera Cruz” iniciou-se na Ribeira das Naus, em Lisboa, no dia 20 de março, registando-se a chegada no dia 30 do mesmo mês. O regresso a Portugal, de avião, ocorreu no dia 29 de julho.

Na viagem inaugural do aludido barco também seguiu a “Missão Intelectual Portuguesa”, da qual faziam parte António de Arruda Ferrer Correia (1912-2003),

---

<sup>679</sup> Cf. IANTT – PIDE/DGS, processo de Fernando Namora na polícia política, n.º 3733 ou, ainda, IANTT: – PIDE/DGS, processo de Ferreira de Castro na polícia política – 1242 SR. Registe-se que, segundo uma indicação policial, datada de 2/1/1955, os dados obtidos foram encaminhados para o capitão Neves Graça.

<sup>680</sup> Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *ob. cit.*, 1.º volume, 1980, p. 246. Respeitamos o sublinhado constante da fonte.

<sup>681</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 242.

<sup>682</sup> Em 1955, quando Aquilino editou a sua obra de crónica, crítica e polémica *Abóboras no Telhado* dedicou-a a Jaime Cortesão, recordando logo depois a viagem realizada: “O meu insigne amigo, que me recebeu de braços abertos no Brasil, sempre bizarro de ânimo e grande de inteligência, nome celebrado aquém e além-mar”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 12. Na sequência daquela viagem, foi também publicada, em 1952, a obra *Aquilino Ribeiro no Brasil*.

Bernardo Xavier Coutinho (1896-1987), Daniel Maria Vieira Barbosa (1908-1986), Luiz Forjaz Trigueiros (1915-2000), Orlando Ribeiro (1911-1997), Vitorino Nemésio<sup>683</sup> e Luís Ribeiro Soares (1911-1997)<sup>684</sup>. Esta Missão projetada pelo SNI tinha o objetivo de levar ao Brasil “uma ideia quanto possível completa de Portugal, por meio de conferências a realizar no Rio de Janeiro e em São Paulo”<sup>685</sup>. A visita de Salazar ao paquete de luxo, no dia anterior à sua partida, ratificou o caráter oficial da iniciativa, num momento em que estavam quase a completar-se 452 anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral às terras de “Vera Cruz” e ainda 30 anos da viagem aérea de Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924). Este último episódio chegou mesmo a ser celebrado durante a viagem transatlântica, com uma intervenção do aviador Gago Coutinho, que também seguia a bordo<sup>686</sup>.

Esta aproximação do Estado Novo salazarista ao Brasil já havia começado durante o período do regime homónimo de Getúlio Vargas (1882-1954), tendo, na sequência do acordo cultural luso-brasileiro entre o SPN e o Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1941, sido criada a revista *Atlântico* (1942-1950). Aquilino colaborou no número inicial dessa revista, em 23 de maio de 1942<sup>687</sup>, embora com um texto anódino do ponto de vista político: “Os avós dos nossos avós”.

Importa ainda dizer que, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, a convite do Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues (1899-1979), o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) visitou Portugal, as colónias portuguesas de África e da Índia portuguesa, tendo daí resultado o livro *Um brasileiro em terras portuguesas* (1.ª edição: 1953). A visita a Portugal do criador da teoria do “lusotropicalismo” receberia o elogio do deputado Pinto Barriga (1897-1972), na Assembleia Nacional,

---

<sup>683</sup> No espólio de Vitorino Nemésio, confiado à guarda da BN, consta o convite oficial remetido ao escritor açoriano, no dia 4/2/1952, por José Manuel da Costa. Um convite que Nemésio aceitou, à semelhança do que faria, um ano depois, quando lhe foi proposto que integrasse o júri dos prémios literários atribuídos pelo SNI (prémio Eça de Queirós, romance, e Fialho de Almeida, novela/conto). Cf. BN – Espólio de Vitorino Nemésio (E11/1604 e 1608).

<sup>684</sup> Cf. jornal brasileiro *A Noite*, edição 14 049, 21/3/1952, p. 9: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro) [9/7/2017]

<sup>685</sup> Cf. Espólio de João Ameal: BN Esp. E37: cx. 31. Consultado a partir de Fátima Lopes (coordenação) – *Espólio de João Ameal, Mostra Documental*, Lisboa, BN, 2003, p. 41.

<sup>686</sup> A obra *Aquilino Ribeiro no Brasil* reproduz uma fotografia do nosso biografado a bordo do paquete “Vera Cruz”, na companhia do jornalista e escritor Norberto Lopes (1900-1989) e de Gago Coutinho. Cf. *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1952, p. 7.

<sup>687</sup> Cf. Heloísa Paulo – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, 1994, pp. 167-172.

na sessão de 25 de março de 1952<sup>688</sup>. Importa não esquecer que, após a II Guerra Mundial e o problema colonial daí emergente, as teorias de Gilberto Freyre passaram a ser apropriadas e até adaptadas pelo Estado Novo no espírito do seu discurso legitimador da missão colonizadora propagandeada: o nosso benigno “modo de estar no mundo”. A visita de Freyre e a presença da “Missão Intelectual Portuguesa” na viagem inaugural do navio “Vera Cruz” parecem constituir duas faces de uma mesma política legitimadora do colonialismo português e de propaganda do regime salazarista, numa época (pós-II Guerra Mundial) marcada pela independência de várias colónias africanas e asiáticas.

Aquilino sempre afirmou que a sua deslocação ao Brasil, em 1952, foi realizada a título particular<sup>689</sup> e, de facto, ao longo da nossa pesquisa não encontrámos qualquer prova que o associe à aludida Missão projetada pelo SNI. A fazer fé na imprensa da época, ele teria feito essa viagem “como convidado de honra da Companhia Colonial de Navegação”<sup>690</sup>.

Numa das entrevistas que concedeu à imprensa, Aquilino justificou a sua viagem ao Brasil, com o objetivo de ali permanecer vários meses e publicar um livro sobre o país<sup>691</sup>, tendo mesmo sido depois anunciado o título da futura obra: *Brasil Desmedido*<sup>692</sup>. Essa obra, porém, nunca chegou a ser editada e não encontrámos qualquer manuscrito ou projeto da mesma no espólio do escritor.

No decurso da sua estadia no Brasil, Aquilino foi alvo de um conjunto de homenagens. Assim, no dia 16 de julho de 1952, João Neves da Fontoura (1887-1963), Ministro das Relações Exteriores, ofereceu um almoço a Aquilino, no Palácio Itamaraty. Estiveram presentes, entre outras personalidades, o embaixador de Portugal António Leite de Faria (1904-?), Vitorino Nemésio, o embaixador Edmundo da Luz Pinto (1898-1963) e Jaime Cortesão.

---

<sup>688</sup> Cf. *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, n.º 142, 26/3/1952, V Legislatura, p. 588. Consultado a partir de file:///C:/Users/xpto/Downloads/danl05sl03n142.pdf [25/4/2017].

<sup>689</sup> Cf. requerimento de instrução contraditória, datado de 19/11/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 185-186.

<sup>690</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 16/3/1952, p. 2. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06334.055.13187#l2> [25/7/2017].

<sup>691</sup> Cf. jornal brasileiro *A Noite*, edição de 31/3/1952. Consultado a partir de [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro) [9/7/2017].

<sup>692</sup> Cf. jornal brasileiro *A Noite*, edição de 11/8/1952, já com o nosso biografado em Portugal: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=Aquilino%20Ribeiro) [9/7/2017].

No dia 17, Aquilino proferiu a conferência “Camilo e Trás-os-Montes”, por volta das 20h30, no salão nobre do Centro Transmontano Avenida Melo Matos, localizado na Tijuca (bairro na região norte da cidade do Rio de Janeiro).

Por fim, no dia 21 de julho, recebeu as insígnias de Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, das mãos do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Falamos da maior distinção que o Brasil consagra a personalidades estrangeiras. O nosso biografado aproveitou ainda para visitar a capital da Argentina, Buenos Aires.

Logo após a sua chegada ao Brasil, Aquilino concedeu uma entrevista ao jornal carioca *Última Hora*, divulgada na edição de 31 de março de 1952. Assim, depois de anunciar que a sua vinda ao Brasil estaria relacionada com a edição de um livro que a Bertrand lhe teria encomendado (um argumento que seria depois repetido, em vários momentos, pelo escritor), Aquilino teria evitado “polidamente entrar no terreno político”. Ainda assim, quando confrontado pelo repórter sobre a situação política de Portugal, teceu os seguintes comentários:

A coisa está consolidada, meu amigo, e agora tudo vai correndo... Quanto à minha atividade propriamente dita, pautada por uma linha de independência bastante conhecida, não tenho sido molestado. Basta dizer que o chefe da censura [Armando Jorge das Neves Larcher] veio a bordo apresentar-me despedidas. Evidentemente seria preferível que não houvesse censura. Mas, estou certo que ela deriva da instabilidade política e social hoje comum no continente europeu, de sorte que não temos outro remédio senão tolerá-la<sup>693</sup>.

Logo após estas palavras, Aquilino Ribeiro informou que passaria a enviar, semanalmente, para Portugal uma crônica a respeito das suas impressões do Brasil, tendo em vista a sua edição no jornal *O Século*<sup>694</sup>.

Em Portugal, o *Diário da Manhã* replicou as palavras do escritor, às quais foi dado destaque de primeira página, logo na edição de seis de abril de 1952<sup>695</sup>. Será muito importante ressaltar que o artigo anteriormente citado faz parte do espólio do

---

<sup>693</sup> Cf. entrevista de Aquilino a um jornalista não identificado – *Última hora*, Rio de Janeiro, 31/3/1952, edição 245, p. 4. Consultado a partir da edição *on-line*: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=0&Pesq=> [18/2/2018].

<sup>694</sup> Cf. entrevista de Aquilino a um jornalista não identificado – *Última hora*, Rio de Janeiro, 31/3/1952, edição 245, p. 4. Consultado a partir da edição *on-line*: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=0&Pesq=> [18/2/2018].

<sup>695</sup> Cf. *Diário da Manhã*, 6/4/1952, p. 1.

escritor na BN<sup>696</sup> e também foi incluído no processo-crime que lhe foi instruído em 1959-1960<sup>697</sup>.

Importa, porém, dizer que Aquilino publicou no *Diário de Lisboa*, na sua edição de 12 de maio de 1952, uma carta, na qual procurou desmentir várias afirmações que lhe tinham sido atribuídas durante a viagem. Segundo defendeu, tratou-se de supostos enganos por parte da imprensa. Aquilino refere-se, em concreto, aos elogios do padre Xavier Coutinho à imprensa brasileira, que teriam sido mencionados como pertencendo a Aquilino e aborda ainda o facto de a imprensa ter publicado o seu retrato, identificando-o depois como João Ameal, resultando também daí uma troca entre as afirmações produzidas pelos dois: “O que eu disse, decerto o não disse eu; disseram-no provavelmente outros”<sup>698</sup>. Na sua carta, foi, portanto, omissivo em relação às afirmações divulgadas pelo jornal brasileiro *Última Hora*, depois repetidas em Portugal pelo *Diário da Manhã*.

O facto é que os inflamados discursos proferidos na Assembleia Nacional, no dia 15 de dezembro de 1952, a respeito da sua obra *Príncipes de Portugal*, permitem-nos comprovar que a década de 50 trouxe grandes problemas para o escritor. Eis, pois, a próxima paragem do nosso estudo.

## 6.2 A polémica em plena Assembleia Nacional

*Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias* não constitui uma obra de História propriamente dita, mas o seu autor, que é sobretudo um romancista, baseia-se em personalidades e factos históricos, caldeando-os com outros elementos mais ou menos ficcionados. Como Luís Reis Torgal concluiu: “não é um livro historiográfico, mas um texto literário de «opinião» sobre a história”<sup>699</sup>.

Mencione-se que não foi a última vez que Aquilino Ribeiro empreendeu este género de incursões. Por exemplo, nas *Arcas Encoiradas*, dadas à estampa em 1953, quando perscrutou a origem etimológica dos dólmenes, o escritor manifestou a sua

---

<sup>696</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 127).

<sup>697</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 321.

<sup>698</sup> Cf. “Aquilino escreve-nos do Rio de Janeiro pondo os pontos nos ii”, *Diário de Lisboa*, 12/5/1952, p. 9. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06334.055.13255> [28/7/2017].

<sup>699</sup> Cf. Luís Reis Torgal – *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva-História, 1999, p. 192.

discordância com as conclusões do arqueólogo Leite de Vasconcelos (1858-1941) e chegou a afirmar que, quando foi concebida, a orca não se destinava ao enterramento dos mortos, representando isso sim um local onde o homem do quaternário se acoitava<sup>700</sup> e preservava o fogo comunal.

Ora, ao longo das 241 páginas que constituem o livro *Príncipes de Portugal* raramente são referenciadas as fontes consultadas e, quando muito, indica-se, em traços gerais, o estudioso que serviu de inspiração às conclusões partilhadas. Aspetos que, todavia, não impediram o autor de sustentar a veracidade da sua narrativa, perante o diretor da censura, no contexto da proibição de reedição do livro: “Não inventei nada. É questão de saber deletrear os historiadores e os cronistas que, tantas vezes, empregavam por conveniência uma linguagem hermética”<sup>701</sup>.

Aquilino apresenta a sua perspetiva, em relação às seguintes personalidades da História de Portugal: Viriato (-?, -139 a.C.); Afonso Henriques (1109?-1185); Rainha Santa Isabel (1271-1336); D. Pedro I (1320-1367); D. João I (1357-1433) e Nuno Álvares Pereira (1360-1431); D. Leonor (1434-1467), filha de D. Duarte; D. João III (1502-1557); D. Sebastião (1554-1578); D. António, o Prior do Crato (1531-1595), D. José I (1714-1777) e o Marquês de Pombal (1699-1782).

Analisemos, então, algumas passagens da obra, para compreender, quer a celeuma criada na Assembleia Nacional, quer a própria intervenção da censura estodonovista, que, como escrevemos, optou por proibir a reedição do texto.

Assim, a propósito do primeiro rei de Portugal – pai da Nação, modelo do passado glorioso amplamente glorificado pela ideologia salazarista –, escreveu Aquilino: “Era um violento e, cortado no roble de todos os guerreiros da Idade Média, egoísta, sensualão e déspota”<sup>702</sup>.

Já em relação a D. Pedro I, inicialmente descrito como “gago” e “viandeiro”, Aquilino sentenciou: “Este rei era tudo o que há de mais ramboeiro, e em chulas, comezainas e lausperenes consumia os maravedis que lhe chegavam à mão”<sup>703</sup>.

---

<sup>700</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], por exemplo, p. 53.

<sup>701</sup> Carta enviada por Aquilino ao diretor da censura, Armando das Neves Larcher, no dia 24/3/1953, motivada pela proibição de reedição da obra. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 1). O rascunho desta missiva foi publicado na obra *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias*, Lisboa, Portugália Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2008 (b), pp. XIX-XXIII (anexo IV).

<sup>702</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), p. 55.

<sup>703</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), p. 94.

Acrescentou ainda que o amante de Inês de Castro não saberia ler, nem escrever, para depois rematar:

Este D. Pedro I, averiguadamente dado às práticas homossexuais, adúltero, pois nenhuma espécie de respeito por sua mulher D. Constança o inibiu de contrair relações íntimas com Inês e, viva esta e no período do luto, com Teresa Lourenço, mãe do Mestre, o que seria contrário ao ímpeto do seu temperamento, à lógica dos amórios reais, e à psicologia dos factos, que teve mancebas em barda, como reza o cronista e estava na sua natureza de impulsivo sanguíneo, com manifestações de epilepsia e histerismo agudo, não podia suportar que se faltasse à moral rígida do sexto mandamento [Não cometerás adultério]<sup>704</sup>.

Sobre a ação de D. João III, Aquilino colocou em causa a pertinência estratégica nacional de transferir a Universidade de Lisboa para Coimbra, no século XVI, destacando ainda o caos que essa opção desencadeara<sup>705</sup>. Descreveu depois a Universidade de Coimbra – a grande cátedra de recrutamento do salazarismo – como uma instituição “bafienta, inútil, arcaica, submissa às ideias feitas<sup>706</sup>”.

Por fim, debruçando-se sobre D. António, o Prior do Crato, sentenciou: “Um garanhão sabido na arte de amar e grato às fêmeas! Tinha no entanto uma qualidade boa: não mandava enjeitar os filhos. Fazia por eles o que podia”. Aponta que o mesmo seria alcunhado de “caloteiro” pelos mercadores da praça e acusa-o de ter delapidado as joias da coroa, de modo a garantir o apoio dos estrangeiros à sua causa. Ademais, segundo narra Aquilino, Filipe II de Espanha (1527-1598) tentou subornar D. António, para que este desistisse da sua candidatura ao trono de Portugal, em 1580, mas o Prior do Crato teria feito exigências demasiado elevadas. Importa, porém, sublinhar que não é do nosso conhecimento que exista alguma fonte ou estudo de cariz historiográfico no qual se demonstre esta matéria tão controversa<sup>707</sup>.

Face aos exemplos partilhados, que, de resto, poderiam ser multiplicados, será agora mais fácil compreender a celeuma provocada pela obra, em plena Assembleia Nacional, no último mês de 1952, pois nela se desferia um violento ataque à memória histórica nacionalista que o regime procurou construir e divulgar. De um modo mais concreto, o livro de Aquilino colocava em causa a representação oficial da História nacionalista de Portugal: narrativa monocromática, indiscutível e

---

<sup>704</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), pp. 99-100.

<sup>705</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), ps. 157 e 158.

<sup>706</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), p. 159.

<sup>707</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), ps. 209, 210, 215 e 219.

épica, tão bem plasmada nas obras de João Ameal, historiador premiado pelo regime<sup>708</sup>.

Voltemos então a nossa atenção para a Assembleia Nacional, na sua sessão de 13 de dezembro. O deputado António da Fonseca Abrantes Tavares (1905-?) tomou a palavra no período antes da ordem do dia:

– Sr. Presidente: o escritor que, através da investigação e da síntese, refaz a vida dum povo ou duma instituição tem de ser escrupuloso no apuramento dos factos e nos juízos do valor que sobre eles emite.

[...] Vem isto a propósito do recente livro de Aquilino Ribeiro *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias*, onde os factos e os homens são distorcidos, amesquinados e julgados sem espírito isento, mas dir-se-ia com a intenção de esvaziar a história nacional do conteúdo perene que a informa e lhe confere unidade, para a transformar num estranho acontecer de acasos felizes e infelizes, numa sociedade de lorpas bestificadas pela igreja e regidos por ignorantes larvados.

[...] Não são só reis e príncipes que Aquilino amesquinha e ridiculariza, mas a própria Universidade [de Coimbra] e os seus mestres, que achincalha e reduz à mediocridade risível e enfatuada. E com isto não atinge apenas a vetusta e sábia corporação, madre da cultura, mas a própria cultura nacional, que ela fomentou e mantém<sup>709</sup>.

Abrantes Tavares (deputado natural de Santa Ovaia, Oliveira do Hospital) continuou a sua preleção, procurando, por exemplo, demonstrar a maneira pela qual o rei D. João III teria tentado reformar o ensino universitário, no contexto do espírito renascentista da época. Procurou ainda enquadrar a atuação da Inquisição e de D. João III como um meio de “salvar a unidade moral da Nação pela unidade da fé”.

De imediato, tomou a palavra Manuel Múrias (1900-1960) para perguntar como é que ainda era possível haver livros como o que fora publicado por Aquilino. E passou a desfibrar um cerrado ataque ao próprio autor beirão:

– Ribeiro principiou a sua vida literária pela novelística.

---

<sup>708</sup> Destaque-se a *História de Portugal*, editada por João Ameal, em 1940. Sobre esta matéria, cf. Luís Reis Torgal – “A história em tempo de «ditadura»”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga – *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1998, sobretudo pp. 273-283. Serafina Martins – uma das investigadoras aquilinianas – escreveu que *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias* tal como *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais* e *Luís de Camões: fabuloso e verdadeiro* (1.ª edição: 1950) “abalavam a mitologia de heróis nacionais fomentada pelo Estado Novo”. Cf. Serafina Martins – “Aquilino Ribeiro e a razão das Histórias” in Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu e Rosa Maria Goulart (organização) – *Literatura e cidadania no século XX – Ensaio*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, p. 137.

<sup>709</sup> Cf. *Diário das sessões*, n.º 183, 13/12/1952. Saliente-se que estes dados se encontram disponíveis a partir da Internet: <http://www.parlamento.pt>. O texto que citámos foi divulgado no *Diário da Manhã*, na sua edição de 15/12/1952.

Faltou-lhe sempre a imaginação capaz de se limitar ao verosímil.

[...] Tirante a prosa, não é obra de artista a sua, também a não é de romancista – é obra de fotógrafo ou, como sucede com certos pintores, de retocador hábil de fotografias sem luz nem relevo.

[...] Para tradutor falta-lhe, porém, quase sempre, o saber perfeito dos idiomas que tem traduzido e também o mesmo conhecimento da própria língua, quando se trata de trasladar certas expressões e certos pensamentos de alta nobreza, a que não anda habituada a pena rude do beirão mal amanhã que nem sequer parece capaz de entender o que ainda, e sempre graças a Deus, persiste na alma e no coração da boa gente rural da Beira, Douro, e de mais longe, e que dir-se-ia não ter topado jamais no seu caminhar por veredas escuras.

[...] Para historiador falta-lhe o que pode dizer-se: “não bebeu história em pequeno”, além duma inadaptabilidade aflitiva e renitente de expressão, justificável apenas pelas mesmas razões que explicam as traduções de textos latinos ou (como quem não quer a coisa) de textos gregos. [...] No fundo, trata-se, afinal, de arremetidas políticas, onde a invocação histórica não é, nem quer ser, outra coisa senão a agressão mal encapotada ao regime que assume expressamente a responsabilidade de reerguer e defender Portugal na sua grandeza para o futuro, que laboriosamente se procura levantar cada vez mais firme e cada vez mais belo.

Portanto, segundo o orador, a obra de Aquilino constituía um ataque ao próprio regime.

O debate foi encerrado pelo deputado e historiador conimbricense Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), que associou a regular publicação de “literatolices” a uma “grave falha da nossa cultura geral”. O futuro Ministro da Educação Nacional (cargo: 1961-1962) lançou depois duas irónicas perguntas que tinham como evidente alvo Aquilino Ribeiro: “Mestre de quê? Mestre de quem?”. Afinal, na sua opinião, a culpa daqueles acontecimentos pertencia a todos os presentes, que não haviam definido “uma larga, esclarecida e atenta política do espírito” e, entre outros, não ergueram “os postos de observação que mostrassem os caminhos errados e marcassem as diretrizes verdadeiras”<sup>710</sup>. Faltariam, portanto, eficazes mecanismos de vigilância e repressão.

Na sequência desta polémica, marcada por violentas críticas ao romancista beirão, o próprio Senado da Universidade de Coimbra enviou um ofício à Assembleia Nacional, assinado pelo reitor Maximino Correia (1893-1969) e aprovado por unanimidade no Senado Universitário, no dia 20 de dezembro de 1952. Nele se testemunhava a “perdurável gratidão aos Srs. Deputados que, na sessão de 13

---

<sup>710</sup> Para cf. todas as citações anteriores ainda não referenciadas, a respeito do debate na Assembleia Nacional em torno da obra de Aquilino: *Diário das sessões da Assembleia Legislativa*, V Legislatura, Sessão Legislativa 4, n.º 183, ps. 367, 370, 371, 372, 373, 374, 376 e 377.

deste mês, se ergueram a favor da Universidade de Coimbra”<sup>711</sup>. Este ofício seria lido em plena Assembleia Nacional, na sessão do dia 15 de janeiro de 1953<sup>712</sup>.

Como se sabe, Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) e o próprio CADC (onde ambos se teriam conhecido) estavam ligados à Universidade de Coimbra – na qual, recorde-se, o regime foi recrutando vários dos seus mentores – e, também por isso, não nos surpreende que o “fascismo de cátedra”, na expressão de Miguel de Unamuno (1864-1936), a percecionasse como um baluarte intocável. Ainda assim, esta não foi a última vez que o escritor viria a atacar aquela academia<sup>713</sup>.

Na sequência do debate na Assembleia Nacional publicaram-se vários ataques ao autor beirão na imprensa escrita. Por exemplo, num extenso artigo dado à estampa no *Diário da Manhã*, no dia 15 de dezembro de 1952, anunciava-se em parangonas a “Sistemática destruição dos nossos valores tradicionais”, agravada pelo facto de o livro de Aquilino ter sido dado a lume numa editorial estrangeira, com representação em Lisboa (Editorial Livros do Brasil)<sup>714</sup>.

A fazer fé nas palavras escritas pelo filho mais novo do escritor, Aquilino Ribeiro Machado, após a proibição de reedição, ter-se-ia continuado a reimprimir o livro às escondidas, sem indicar que se tratava de uma nova publicação<sup>715</sup>. Entretanto, Aquilino fez vários esforços para obter a autorização de reedição da sua obra. Por exemplo, no dia 24 de março de 1953, endereçou uma carta ao diretor dos serviços de censura Armando das Neves Larcher, que, como tivemos oportunidade de constatar, também viajou para o Brasil, no navio “Vera Cruz”, em 1952. Eis o rascunho, arquivado na BN, da missiva depois remetida para a morada oficial do diretor do “lápiz azul”:

Participa-me o editor do meu livro, *Príncipes de Portugal*, que essa Repartição lhe fizera saber pela boca dum seu funcionário, mais sob a forma de sugestão que de ordem

---

<sup>711</sup> Cf. *Diário das sessões da Assembleia Legislativa*, V Legislatura, Sessão Legislativa 4, n.º 188, pp. 472-473.

<sup>712</sup> Cf. *Diário das sessões da Assembleia Legislativa*, V Legislatura, Sessão Legislativa 4, n.º 188.

<sup>713</sup> Cf., por exemplo, estas duas obras de Aquilino Ribeiro – *O livro de Marianinha. Lengalengas e toadilhas em prosa rimada*, 2.ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993, pp. 93-94 ou *A casa grande de Romarigães*, 5.ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963, p. 334.

<sup>714</sup> Artigo integrado no processo-crime de Aquilino Ribeiro, n.º 16 223/1959, no dia 9/10/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 322. O periódico em causa consta do espólio do escritor (BN, D11/s. r., cx. 127).

<sup>715</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), anexos, p. III.

concreta, que se devia abster de reeditar aquele trabalho. Como essa monitória se não prevaleceu das normas processuais em uso nos departamentos do Estado, venho rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne esclarecer tal determinação, se determinação de facto há.

[...] Já agora dê-me V. Ex.<sup>a</sup> licença que, concomitantemente ao interesse da minha causa, desdobre diante dos seus olhos o panorama miserando dos tempos em que a Censura impôs um cânone constrictivo aos cultores das letras. Não só acabou por asfixiá-las como na atmosfera estagnada tanto o nível mental como dignidade cívica decaíram e resvalaram a um letargo que não podia ser mais funesto à causa nacional.

[...] Por outro lado, se a obra circulou livremente durante meses, é coerente que seja agora impedida de correr?

[...] Devo acrescentar que longe de mim malsinar de qualquer instituição. Quem de boamente poderia negar que da Universidade de Coimbra têm saído homens que se notabilizaram quer nas artes, quer na política tanto no passado como nos tempos modernos? Mas o clima da Universidade, estabelecida tal ressalva, como não deixei de fazer, é aquele que esbocei<sup>716</sup>.

Naquele mesmo dia (24 de março), Aquilino teria ainda enviado uma carta, a título pessoal, a Armando Larcher, para a sua residência em Lisboa, onde concluía: “Ia-lhe pedir para advogar a minha causa nas estâncias superiores. Mas será preciso depois das inequívocas provas de simpatia e deferência que me tem dado?”<sup>717</sup>.

A resposta dada, a título particular, tem a data de um de abril e nela se confirmavam as indicações já fornecidas pela censura à Editorial Livros do Brasil para não reeditar a aludida obra, com o intuito de evitar, “por inconveniente, a especulação política, a que deram lugar as impressões que o livro manifesta sobre determinadas figuras da nossa História e algumas instituições da nossa Pátria”.

Na missiva em causa, na qual perpassa a admiração do diretor da censura pelo autor beirão, Armando Larcher procurou desmontar os argumentos invocados por Aquilino, invocando, entre outros, a necessidade de proteger a opinião pública “de tudo o que possa constituir elemento de orientação menos segura e menos certa”. Além disso, acrescentava que, em mais de 25 anos de produção literária (ou seja, sensivelmente, a partir da instituição da Ditadura Militar, em 1926), Aquilino havia produzido uma “vasta obra literária, que o consagra como uma das grandes figuras da Literatura Nacional”, sem nunca haver experimentado “um constrangimento ou limitação à expressão de ideias, sentimentos e impressões, por menos conformes que fossem, com as que se poderiam considerar dominantes nas esferas governativas”. De resto, nem mesmo a ameaça deixada por Aquilino em publicar o livro no Brasil

---

<sup>716</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 1). Cf. também Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), pp. XIX-XXIII (anexo IV).

<sup>717</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), p. XXIX (anexo V).

com a narração do que se passava a seu respeito em Portugal em torno da obra *Príncipes de Portugal* conseguiu demover o diretor do “lápiz azul”: “É um assunto do domínio exclusivo da sua consciência de escritor e de português”<sup>718</sup>.

A resposta oficial da censura ao nosso biografado chegou no dia seguinte, dois de abril, o que nos permite antever uma certa cordialidade nas relações entre Armando Larcher e Aquilino, corroborada, de resto, pelas palavras do escritor, quando reconheceu já ter recebido “provas de simpatia e deferência” do diretor da censura. Como seria de esperar, a resposta institucional não trouxe nada de novo: a proibição mantinha-se<sup>719</sup>. O documento em causa, enviado para a residência do escritor, foi assinado por António Crato, o que poderá remeter-nos para António Santana Crato, que à época era secretário da direção dos serviços de censura.

No espólio de Aquilino conservam-se várias cartas de Armando Larcher, balizadas entre 1938 e 1957, nas quais se destaca o agradecimento pela oferta das obras de Aquilino (com as omnipresentes dedicatórias personalizadas lavradas pelo punho do escritor) e cartões de Feliz Natal, fontes através das quais perpassa a admiração do diretor da censura pelo mestre<sup>720</sup>. E estas relações também poderão ser importantes para compreender alguma da liberdade literária de que este gozou durante várias décadas, ao ponto de ser classificado por Fernando Rosas e Irene Pimentel como um dos “intocáveis”<sup>721</sup> do regime salazarista, até ao final dos anos 50. Uma classificação que, quanto a nós, peca por algum exagero, na medida em que Aquilino Ribeiro, apesar de ser um dos mais consagrados autores da época, também teve alguns problemas com a censura ainda na década de 40.

O intenso debate registado na Assembleia Nacional, no final de 1952, assinalou, até à época, o momento mais tenso, no que diz respeito às relações entre o escritor e o regime salazarista. Será este mais um indício de uma fraturante fase na história das relações entre o regime salazarista e Aquilino Ribeiro?

---

<sup>718</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3224-3231).

<sup>719</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (b), p. XL (Anexo VII).

<sup>720</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/3224, 3226, 3228 e 3229).

<sup>721</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 109 e Irene Flunser Pimentel – *ob. cit.*, 2007, p. 528.

## 6. A PIDE entra em ação

A fazer fé nas fontes coligidas pela polícia política, o ano de 1954 foi marcado por um conjunto de diligências da PIDE com o objetivo de obter várias informações a respeito de Aquilino. Assim, no dia 13 de agosto, foram solicitadas informações aos Serviços de Ficheiros sobre os antecedentes respeitantes ao autor beirão, então identificado nos arquivos policiais como filho de Joaquim Francisco Ribeiro e Mariana do Rosário Gomes, natural de Carregal de Sernancelhe, escritor e residente na Rua António Ferreira, em Lisboa<sup>722</sup>.

Outra fonte que integra o boletim de informação de Aquilino na PIDE tem inscrita a data de 14 de agosto de 1954 e nela se identificam os vários processos do autor na polícia política, como o que se refere à sua inclusão nas listas do MUD, em 1945<sup>723</sup>.

Seriam mesmo solicitadas informações ao Presidente da Câmara de Sernancelhe, no dia 18 de outubro de 1954, a respeito da residência do escritor. As dúvidas da PIDE não seriam dissipadas com a resposta do então Presidente da Câmara de Sernancelhe, António Moreira Roque (1884-1972): não era possível prestar qualquer informação, pois Aquilino não residia no “concelho há mais de trinta anos”<sup>724</sup>.

Curiosamente, uma das fontes que integra o boletim de informação de Aquilino na PIDE contém no cabeçalho uma indicação que remete para o “Ministério da Educação Nacional – Inspeção Superior do Ensino Particular”<sup>725</sup>. Talvez a polícia política tenha solicitado informações a respeito do passado docente de Aquilino, que entre 1915 e 1918 trabalhou no Liceu Camões, em Lisboa.

Na sequência das várias pesquisas policiais, seria registada a informação final apurada: “Moralmente, nada se apurou em seu desabono. / Politicamente, é desafeto ao Estado Novo”. Pouco tempo depois, foi acrescentada uma nova nota, desta vez

---

<sup>722</sup> Cf. Boletim de Informação n.º 173 847, NT 8103. Código referência no IANTT: PT-TT-PIDE/B/1/173847.

<sup>723</sup> Cf. boletim de informação n.º 173 847, NT 8103 (registo n.º 8201). Código referência no IANTT: PT-TT-PIDE/B/1/173847.

<sup>724</sup> Resposta datada de 22/10/1954. Cf. boletim de informação n.º 173 847, NT 8103. Código referência no IANTT: PT-TT-PIDE/B/1/173847.

<sup>725</sup> Cf. boletim de informação n.º 173 847, NT 8103 (registo n.º 8201). Código referência no IANTT: PT-TT-PIDE/B/1/173847.

manuscrita: “Há muito referenciado como desafeto, não constando nesta Polícia qualquer modificação na sua posição política. / 4-12-54”.

Face ao exposto, torna-se assim evidente que o ano de 1954 ficou marcado pela busca policial de novos elementos relativos ao nosso biografado. O que teria levado a PIDE a realizar estas pesquisas sobre o romancista? Seriam estas diligências aprofundadas no ano seguinte? Mergulhemos, pois, em 1955, ano em que Aquilino editou *O romance de Camilo*.

### **8. Instaure-se um processo-crime!**

Em 1955, Aquilino prestou declarações, enquanto testemunha de defesa, no processo político que correu contra Virgínia Moura (1915-1998), Ruy Luís Gomes e outros. O romancista redigiu um parecer, datado de 16 de abril, que motivaria o pedido de instrução de um processo-crime. Pedido esse que inspira o título da presente rubrica. Começemos, pois, pelos factos que desencadearam os acontecimentos.

Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e o seu marido António Lobão Vital (1911-1976?) foram presos em 1954, sob a acusação de terem traído a Nação, ao sustentarem o direito à autodeterminação das colónias portuguesas na Índia – Goa, Damão e Diu –, acabando mesmo por ser julgados no Tribunal Plenário do Porto. Repare-se que o ano de 1954 marcou o início do esboroar do Império Colonial português, com a perda das regiões de Dadrá e Nagar-Aveli, na Índia.

Ruy Luís Gomes era, de resto, um nome há muito referenciado na polícia política<sup>726</sup>, constando já do seu percurso várias prisões e inclusive a demissão em 1947 da Universidade do Porto. Este consagrado matemático foi um dos candidatos apresentados pelas oposições às eleições presidenciais de 1951, acabando, no entanto, por ser considerado inelegível pela máquina burocrática do regime

---

<sup>726</sup> Cf. certificado do registo policial, datado de 11/6/1951, in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Eleições presidenciais 1951 e correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, 1.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983, pp. 21-22.

salazarista. Mesmo depois do seu exílio na América do Sul, no final da década de 50, a polícia política continuou a acompanhar as suas movimentações<sup>727</sup>.

No Arquivo Histórico da atual Diretoria da PJ do Porto existe um “Livro de Entrada”<sup>728</sup> onde se resumem alguns elementos respeitantes ao processo aberto em julho de 1955, na sequência do parecer escrito de Aquilino Ribeiro, ao qual já fizemos alusão. Motivo: injúrias contra a autoridade.

Mais tarde, já em 1959, quando foi instruído um processo-crime ao escritor beirão, devido à edição do romance *Quando os lobos uivam*, a PJ de Lisboa solicitou que os documentos reunidos em 1955 fossem apensos<sup>729</sup>, a título provisório, ao processo então a decorrer, o que veio a concretizar-se no dia 25 de abril de 1959<sup>730</sup>. Esse procedimento judicial permite-nos hoje ter acesso ao conteúdo do documento enviado por Aquilino, cerca de quatro anos antes.

Assim, em 1955, o escritor classificou o processo instruído a Ruy Luís Gomes e Virgínia Moura, entre outros, como “uma monstruosidade jurídica”<sup>731</sup>. Argumentou que Ruy Luís Gomes se limitara a sustentar a via das negociações diplomáticas, em detrimento da luta pelas armas, na questão dos territórios asiáticos que opunham o regime salazarista à União Indiana. E concluiu com uma suspeita: “Tem-se a impressão que nesta emergência se pretendeu atingir mais uma vez o adversário que preconiza o regresso às liberdades democráticas”<sup>732</sup>.

Na sequência destas declarações, o ajudante do Procurador da República recomendou que o parecer de Aquilino “fosse apreendido e remetido à PJ para efeitos de instauração de processo criminal”<sup>733</sup>. Tal não foi, porém, o entendimento do subdiretor da PJ do Porto:

apesar do que fica dito, não partilho a opinião do ilustre Magistrado participante: não me parece que o arguido tenha incorrido em responsabilidade criminal.

É que, diante do número e diversidade de entidades que interferiram no processo, a afirmação em causa fica demasiadamente no vago, não incidindo sobre qualquer pessoa ou corporação com aquela força ofensiva que é necessária para que exista injúria, no sentido criminal do termo. Para que se preencha essa figura penal, é preciso que a

---

<sup>727</sup> Cf. informação policial n.º 59/60, datada de 1/3/1960, IANTT – Arquivo Salazar, DOS, PC-77, cx. 593, pasta 28.

<sup>728</sup> Cf. PJ: Arquivo Histórico da diretoria do Porto, livro de entrada, p. 164.

<sup>729</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 102.

<sup>730</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 103.

<sup>731</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 104-107.

<sup>732</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 104-107.

<sup>733</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 108.

asserção seja suficientemente acutilante e direta, por forma a ferir [a] honra ou [a] consideração de alguém: deve ser mais que uma expressão soez e descuidada, que uma descortesia, que uma impertinência.

No fundo, parece-me que aqui se trata apenas disto. Será caso para dizer que um prosador e contista (ainda que da melhor estirpe!) pode destoar quando se mete a jurisconsulto; talvez, até, para recordar aquela pérola da sabedoria popular que fala das aptidões musicais dos sapateiros (fazendo-lhe, evidentemente, a necessária adaptação – quem te manda a ti, tocador de rabeção, deitar tombas... jurídicas?). Caso para uma pronúncia crime é que se me afigura não ser. O insigne “monstro” (cfr. Jaime Cortesão) saiu um pouco da medida, da ordem, da regra que se devem esperar nas testemunhas; mas não tanto que deva ser pronunciado e julgado por injúrias.

Proponho, assim, que os autos sejam arquivados. Porto, 4 novembro 55<sup>734</sup>.

A proposta de arquivamento dos autos seria aceite, no dia cinco de novembro, por um superior hierárquico da PJ do Porto, que não foi possível identificar. Estavam, portanto, prestes a completar-se sete meses após o envio do parecer de Aquilino (16 de abril de 1955)<sup>735</sup>.

Recorde-se que, no dia 25 de abril de 1959, a documentação de 1955 foi apenas ao processo-crime que estava a ser instruído ao nosso biografado. Porém, cinco dias volvidos, o agente Adérito Augusto datilografou e assinou o termo de desapensação, havendo, pois, indicações segundo as quais os documentos iriam ser devolvidos à origem<sup>736</sup>. O processo em questão deveria, assim, ter regressado ao Arquivo Histórico da atual diretoria da PJ do Porto, mas, apesar de todos os esforços que desencadeámos, nunca conseguimos localizá-lo. De resto, tomando em consideração as disposições legais, pensamos que ele teria sido destruído<sup>737</sup>, muito provavelmente em 1985, quando foi realizado um trabalho profundo de inventariação, classificação e seleção do espólio existente no supradito Arquivo Histórico.

Teria a ameaça de um processo-crime, em 1955, levado Aquilino a refrear a sua atuação nos anos imediatos? Analisemos, desde já, alguns exemplos concretos.

Na sua obra *Abóboras no Telhado*, editada em 1955, escreveu Aquilino:

---

<sup>734</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 108-109.

<sup>735</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 109.

<sup>736</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 110.

<sup>737</sup> Cf. portaria n.º 380/88, de 14/6, *Diário da República, I Série*, n.º 135, 14/6/1988, p. 2468. O diploma legal pode ser consultado através do seguinte site: file:///C:/Users/xpto/Downloads/portaria\_n\_o\_380\_88\_documentos\_processos\_documentacao\_respon\_savel.pdf [29/1/2017].

Nós, num país desconfiado e de vista baixa, pouco para graças, com o facão da censura por cima da cabeça, que espécie de fojos, sem incorrer nas iras do poder ou da Igreja, éramos capazes de armar?<sup>738</sup>

Em outubro de 1957, portanto a cerca de um mês das eleições legislativas, o romancista subscreveu o manifesto “Os intelectuais portugueses contra a censura”. Entre os cerca de 130 subscritores poderemos ainda destacar, por exemplo, os casos de Miguel Torga, Fernando Namora e Natália Correia (1923-1993). Ao contrário do que seria expectável, não conseguimos encontrar qualquer cópia desse manifesto no arquivo do nosso biografado na PIDE. No aludido protesto pode ler-se:

Os signatários tendo verificado no decorrer da atual campanha eleitoral que, os candidatos da “União Nacional” não se propuseram lutar pela abolição da censura – cuja existência se torna vergonhosa para todos eles e traz muitos prejuízos para a sua atividade, tendo em conta que esta circunstância afeta a esperança duma solução do problema durante os quatro anos da próxima legislatura, vêm uma vez mais, manifestar a sua categórica oposição à censura, sob todas as formas em que ela se pratica<sup>739</sup>.

Num telegrama, enviado a partir do Porto e datado de 22 de novembro de 1957, Ruy Luís Gomes endereçou ao escritor beirão a seguinte mensagem: “Permita V. Exa. o saúde calorosamente desassombro com que inteiramente voltado futuro tão alto proclamou direitos insofismáveis a liberdade de pensar”<sup>740</sup>. O nome de Ruy Luís Gomes, sublinhe-se, permaneceu como “matéria reservada” até ao final do Estado Novo, pelo que qualquer notícia deveria ser “proibida”<sup>741</sup>.

Ainda em 1957, Aquilino concedeu uma entrevista a Igrejas Caeiro, transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista”, no dia 16 de julho. Depois das considerações iniciais, entre as quais se destaca o ceticismo do escritor em relação à construção de um mercado comum europeu (CEE), o locutor Igrejas Caeiro lançou-lhe a seguinte questão:

---

<sup>738</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 55.

<sup>739</sup> Cf. processos de Miguel Torga na PVDE/PIDE/DGS – IANTT: processo SR 1638, cx. 2348. Este manifesto também foi apenso ao processo de Fernando Namora na polícia política e, de acordo com a PIDE, teria sido publicado em França, no folheto *Nouvelles du Portugal*, n.º 3, de fevereiro de 1958, tendo também sido arquivado no processo da polícia política do arquiteto João Simões (1908-1995).

<sup>740</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2902).

<sup>741</sup> Informação do coronel e censor Roma Torres, datada de 30/12/1972. Cf. César Príncipe – *Os segredos da censura*, Porto, Edições Afrontamento, 2016, p. 74.

- Compreende ou repudia os sacrifícios que hoje por toda a parte se exigem do indivíduo em favor da coletividade?
- Os sacrifícios do indivíduo em favor da coletividade quer dizer... quer dizer o...
- O indivíduo sente-se cada vez mais limitado nos seus direitos. A coletividade começa a sobrepor-se...
- Bem... isso... implica o quê? Implica a existência de um indivíduo num país socialista, não? Ou num país... ou na sociedade...
- Na sociedade contemporânea vulgar...
- Sociedade contemporânea de hoje... Bem, o indivíduo naturalmente... o indivíduo nunca cede os seus direitos à coletividade...
- Bem de forma nenhuma...
- Mas é obrigado pela própria natureza dos factos e tem de ceder. Imagino que era essa a pergunta...
- Exatamente...
- Que pretendia...
- Exatamente. Eu queria exatamente saber se repudiava completamente ou aceitava esses sacrifícios...
- Francamente... francamente...
- Aceita com relutância...
- Não. Não é aceito com relutância. É que não vejo que o problema esteja posto com... Como é que eu devo dizer?
- Com clareza?
- Com lógica psicológica. Quer dizer o indivíduo despoja-se das suas regalias em proveito da sociedade porque é obrigado a despojar-se. Porque o facto mesmo de ser indivíduo, de ser ele, mantêm-[n]o na sua torre e dentro do seu coiso... dentro do seu egoísmo. O egoísmo move o mundo. O meu umbigo é o umbigo do universo. É evidente... é lamentável que assim seja, mas eu considero que o indivíduo se sobre põe a tudo e quando se não sobre põe é porque o obrigam a ceder...
- Há uma força superior...
- Uma força superior. Evidentemente, é a força centrífuga de todas as... que se exerce sobre o indivíduo...
- E que ele não pode alhear-se...
- Que não pode alhear-se<sup>742</sup>.

É curioso verificar como Aquilino, em 1957, parece ter procurado contornar a questão central de Igrejas Caeiro, à qual, apesar de não focar uma situação específica, se nos afigura lícito fazer uma analogia com a situação político-social de Portugal nessa época. O locutor teria pretendido conhecer a opinião do escritor a respeito das limitações impostas à liberdade do indivíduo, em nome do interesse da Nação, o que parece, portanto, assumir pontos de proximidade com o que se passou durante o Estado Novo, para o qual não poderia “*haver liberdade contra o interesse comum*”<sup>743</sup>. A aparente fuga de Aquilino à questão estaria relacionada com a tentativa de evitar novos problemas com a máquina repressiva do regime, quer para si, quer para o entrevistador? Claro que – importa deixar bem claro – a pergunta

<sup>742</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – entrevista realizada pelo locutor Igrejas Caeiro, em 16/07/1957, e transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista” – <http://www.rtp.pt/play/p321/e118401/a-forca-das-coisas> [20/8/2017].

<sup>743</sup> Cf. António Ferro – *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007, p. 160.

inicial do entrevistador, sendo vaga e abstrata, pode prestar-se a diversas leituras, mas também é importante ter presente que, atendendo à censura, a questão dificilmente poderia ser formulada de modo mais direto. Sem que possamos garantir, de modo rigoroso, que o sentido da nossa interpretação coincide com a intenção de Igrejas Caeiro, até porque não conhecemos qualquer esclarecimento que ele tenha deixado a este respeito, aqui fica, portanto, a nossa interrogação.

Não deixa também de ser um aspeto interessante referir que, segundo o próprio Igrejas Caeiro, os censores teriam sobretudo levantado “objeções em relação às pessoas” selecionadas para as entrevistas daquele programa<sup>744</sup>. Dito isto, apesar de tudo, a ideia de levar o nosso biografado à rádio não mereceu reparos por parte do regime. Afinal, importa não esquecer que falamos de um dos escritores nacionais mais consagrados da época.

Igrejas Caeiro fora despedido da Emissora Nacional, em 1945, em virtude de ter subscrito as listas do MUD. Em 1954, o regime impediu-o de exercer todas as atividades profissionais que estivessem dependentes da Inspeção-Geral dos Espetáculos, continuando a trabalhar como produtor independente no RCP<sup>745</sup>.

Que novidades trouxeram os derradeiros anos da década de 50 nas relações entre Aquilino e a máquina censória e repressiva salazarista? A tendência de agravamento das tensões confirmou-se? Eis o que nos propomos desvendar já de seguida.

---

<sup>744</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 266.

<sup>745</sup> Cf. testemunho de Igrejas Caeiro, *in* Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, pp. 256-269.



## Capítulo 7 – O processo-crime motivado pelo romance *Quando os lobos uivam*

Alfredo Caldeira e Diana Andringa já deram à estampa um estudo sobre o processo-crime instruído a Aquilino Ribeiro, quando este tinha 73 anos<sup>746</sup>. Apesar de estarmos perante uma referência incontornável para quem pretenda desenvolver esta matéria, procurámos também ler as fontes em primeira mão<sup>747</sup>, com o intuito de explorar alguns trilhos ainda mal conhecidos.

Os objetivos deste capítulo passarão, pois, por sistematizar as principais conclusões dos aludidos investigadores, compilar e cruzar dados disseminados por outros estudos já realizados, mas também mobilizar fontes processuais que possam ajudar-nos a acrescentar algo de novo ao trabalho que nos serve de referência. De igual modo, também será nosso objetivo tecer algumas considerações a respeito da política florestal do Estado Novo, para enquadrar a complexa questão dos baldios, que serve de trama central ao romance *Quando os lobos uivam*, de Aquilino. Sublinhe-se, portanto, que não será nosso intento esmiuçar as várias etapas do processo-crime movido ao escritor, em 1959-1960, na medida em que esse trabalho já foi realizado por Alfredo Caldeira e Diana Andringa.

Procuremos, então, enquadrar a génese do processo à luz das suas circunstâncias. Um processo que, segundo o que foi noticiado pela própria imprensa da época, poderia infligir ao nosso biografado uma pena de “até oito anos de prisão”<sup>748</sup>.

### 1. Fruto da sua época

O romance de Aquilino foi colocado à venda no último dia de 1958 e o processo-crime que lhe foi movido nasceu em 19 de março do ano seguinte, portanto, ainda no rescaldo das eleições presidenciais marcadas pelo terramoto delgadista, cuja candidatura – após a desistência de Arlindo Vicente (1906-1977), em 30 de maio (“Pacto de Cacilhas”) – foi apoiada por todas as alas da oposição. Aquilino também

---

<sup>746</sup> Cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994.

<sup>747</sup> Falamos de quatro volumes aos quais foi depois apenso outro, num total de 1316 páginas. Cf. ADL: 3.º Juízo Criminal de Lisboa. Processo n.º 16 223/1959 cx. 556 – 4 volumes + 1 apenso. Total de fls. 705+13.

<sup>748</sup> Cf. *Le Monde*, 17/11/1959. Documento integrado no processo-crime 16 223/1959: ADL: ca-PT-TTADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, p. 39.

esteve ao lado de Humberto Delgado e, por exemplo, no dia 14 de maio de 1958, quando “o general sem medo” chegou à estação do Porto, em São Bento, o romancista fazia parte da comitiva que o aguardava<sup>749</sup>.

Como refere Manuel Braga da Cruz, Humberto Delgado funcionou como um candidato “da conciliação entre oposicionistas inconformados e situacionistas descontentes”, merecendo a sua candidatura, “moderada e conciliadora”, o apoio de monárquicos como Vieira de Almeida (1888-1962) e Almeida Braga (1886-1970), mas também de republicanos como António Sérgio, Manuel Mendes, Mário de Azevedo Gomes (1885-1965), Aquilino Ribeiro, Artur Andrade (1913-2005), Vasco da Gama Fernandes (1908-1991) e Teófilo Carvalho dos Santos (1906-1986)<sup>750</sup> ou ainda dos setores comunistas. O caráter conciliador da sua candidatura não deverá, porém, fazer-nos ignorar a frontalidade, o estilo desafiador e arrebatador de Delgado, sintetizado na ousada fórmula, pronunciada pela primeira vez em dez de maio de 1958, no café Chave D’Ouro, em Lisboa, e depois generalizada, embora de modo pouco rigoroso, com a expressão: “Obviamente demito-o”.

De modo sintomático, importa desde já dizer que foi em 1958 que a delegação da PIDE de Coimbra iniciou a recolha de dados sobre o nosso biografado. Como veremos, a informação mais antiga arquivada nesse processo relaciona-se com a participação de Aquilino na Comissão Nacional da candidatura do “general sem medo”.

Quando o arquiteto português Artur Andrade foi a Lisboa convidar Humberto Delgado para este que se candidatasse à Presidência da República, na qualidade de independente, o então diretor da aeronáutica civil teria perguntado a razão que motivara a escolha. A resposta de Artur Andrade, naquele dia quatro de janeiro de 1958, na Avenida da Liberdade, teria incluído o nome de Aquilino:

[Com a sua candidatura] Pretende-se significar às Forças Armadas, se os seus responsáveis ainda têm um mínimo de capacidade de entendimento e de personalidade, que a Oposição, podendo escolher um candidato entre nomes de indefetíveis democratas como Jaime Cortesão, António Sérgio, Eduardo Santos Silva, Ferreira de Castro, Azevedo Gomes, Aquilino Ribeiro, Cunha Leal e outros, ao indicar um general no ativo está a querer exprimir claramente o desejo de esquecer o comprometimento político dos

---

<sup>749</sup> Cf. Frederico Delgado Rosa – *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*, 2.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, pp. 614-615.

<sup>750</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz – *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, ps. 113 e 114.

militares, de, em resumo, querer esquecer o passado, facilitando-lhes o caminho da reabilitação<sup>751</sup>.

Muitas são as fontes que aludem ao apoio de Aquilino à candidatura de Delgado, para a concretização da qual teria sido importante a intervenção de António Sérgio ou do próprio Manuel Mendes. Analisemos, portanto, apenas mais alguns exemplos.

Na sua edição de 28 de maio de 1958, o *Diário Ilustrado* publicou uma entrevista a Aquilino, no decurso da qual se abordava a situação do país e a candidatura de Humberto Delgado ao mais elevado cargo da Nação. Começava o jornalista:

– Como escritor, poderá fazer-nos uma rápida avaliação do que representam para a cultura portuguesa os trinta anos do regime de Salazar?

– Como escritor sei que a Mesa Censória, restabelecida pelo Estado Novo, tem sido uma camisa de onze varas na literatura portuguesa. Coitada, ela lá tem vegetado, no geral, ronzeirinha, pacatória, presa bastante ao trambolho das virtudes burguesas, sem que o entendimento tenha tentado o rumo de horizontes incertos, sempre nobre. Foi uma classe que se não vendeu, nem se passou. Calcada, desdenhada, mas de cabeça alta. [...] O Estado Novo criou prémios literários para galardoar dentre vários géneros as melhores produções do ano. Foi uma das disposições da chamada política do espírito. Nunca concorri, nem me consta que concorressem autores desenfeudados da Situação. Bastava que as produções tivessem de confinar-se à doutrina e moral de partido, para derivarem em frutos diminuídos se não sorvados. [...]

Se desejarem um Portugal rural digno do nosso século, terão que começar por demolir as furnas em que vive o pobre íncola e substituí-las por moradias que não envergonhem. Nos 32 anos de proconsulado fez-se alguma coisa disso? [...]

Os arautos do Estado Novo atravancam as gazetas; dispõem dos lugares públicos; baralham o jogo. Todas as formas de pressão e repressão lhes são fortuitas e usuais. Pois os ouvintes das suas arengas patrióticas é preciso arrebanhá-los, chamá-los tocando todos os sinos, ir por eles ao colo. Pelo contrário, os opositoristas, os que reclamam ordem nova e uma reforma do Estado, não cabem nas ruas<sup>752</sup>.

São, portanto, explícitas as críticas de Aquilino ao regime salazarista, à sua obra e em especial à ação da censura. O que, neste último caso, contrasta com as palavras que, em 1952, deixou ao jornal brasileiro *Última hora*, onde, reforce-se, apesar de confessar que seria preferível não existir censura, procurou justificar a ação do “lápiz azul”, enquanto produto de uma época. Argumentos que, de resto, se enquadravam na lógica salazarista de representar a censura enquanto um mal

---

<sup>751</sup> Cf. Frederico Delgado Rosa – *ob. cit.*, 2008, p. 567.

<sup>752</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 116).

temporário, mas necessário<sup>753</sup>. Importa, porém, dizer que, logo em 1953, Aquilino foi um dos subscritores de um abaixo-assinado – posto a circular na sequência de um comunicado à imprensa, remetido no dia quatro de novembro –, onde se pedia o fim da censura<sup>754</sup>.

Através do cruzamento de informações, conseguimos também descobrir que Aquilino concedeu uma entrevista ao *Diário de Lisboa*, no dia dois de junho de 1958, no decurso da qual ficava evidente o apoio de Aquilino ao general “sem medo”:

O meu candidato e o da maioria dos republicanos é o general Humberto Delgado. [...] se o Estado Novo inventou uma política maravilhosa com o seu corporativismo, com as suas leis restritivas, porque é que as nações não vêm aprender a governar-se neste eldorado de felicidade e de amor? [...] Porque, pelo contrário, se riem de nós? [...] a resposta implícita à interrogação do senhor dr. Oliveira Salazar: – *hei de entregar o Poder à rua? – Não, senhor, devolve-o, como havendo cumprido a sua missão, a quem lho confiou: o exército.* O exército depois dirá: é tempo de volver à constitucionalidade.

– E estará o mal no sr. dr. Oliveira Salazar? Não estará antes nos seus correlegionários, que não o deixam respirar fundo; que o não deixam esbracejar segundo a distensão dos seus braços, a quem tem de suportar a mediocridade?

– Tudo é possível<sup>755</sup>.

Fica, portanto, demonstrado o apoio de Aquilino a Delgado, mas, sobretudo, as suas duras e límpidas críticas formuladas *urbi et orbi* ao Estado Novo, durante a campanha presidencial.

Pese embora a sua forte capacidade de mobilização popular, Humberto Delgado acabou por ser “derrotado” nas urnas pelo candidato apoiado por Salazar, numa época em que “apenas 14,5% da população tinha direito de voto”<sup>756</sup>. A “vitória” de Américo Tomás foi anunciada oficialmente no dia 13 de junho de 1958, com 76% dos votos. Ainda assim, o “terramoto delgadista” abriu importantes brechas no regime salazarista, constituindo até então um dos períodos mais críticos para o ditador (depois da Guerra Civil de Espanha, 1936-1939).

---

<sup>753</sup> Cf. António Ferro – *ob. cit.*, 2007, pp. 31-34.

<sup>754</sup> Carta de Papiniano Carlos a José Régio, constante dos processos de Fernando Namora na PIDE, na medida em que o escritor neorrealista também foi um dos subscritores do aludido abaixo-assinado. Cf. IANTT – PIDE/DGS, processo n.º 3733, docs. 718-719, *apud* Paulo Marques da Silva – *ob. cit.*, 2009, p. 125.

<sup>755</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 2/6/1958, pp. 1-2. Consultado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06532.070.15823> [25/7/2017].

<sup>756</sup> Cf. Jorge Campinos – *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978, p. 43.

Não por acaso, na sua biografia de Salazar, Franco Nogueira (1918-1993) caracterizou o período de 1958 a 1964 como “A Resistência”<sup>757</sup>, acrescentando que o Presidente do Conselho teria sentido “a erosão do seu carisma” e teve “consciência de que a sua autoridade fora afetada pela batalha eleitoral”<sup>758</sup>. Não podemos, aliás, deixar de recordar que, através da lei n.º 2100, de 29 de agosto de 1959, o Estado Novo alterou o texto da Constituição. A partir daí, o Presidente da República passou a ser escolhido por um colégio eleitoral restrito, o que equivale a dizer através da influência direta do próprio Presidente do Conselho, aspeto assaz importante se tivermos em consideração que, do ponto de vista constitucional, o primeiro podia nomear e demitir o segundo<sup>759</sup>. Em 25 de julho de 1965, o colégio eleitoral que elegeu o Presidente da República era formado por 622 “grandes eleitores”, entre os quais apenas 585 estavam inscritos no dia das eleições<sup>760</sup>.

Na fase final da década de 50, em plena Guerra Fria, vários episódios contribuíram para minar o prestígio do regime português, desde logo o processo de rutura do antigo Presidente da República Craveiro Lopes (1894-1964) com o Estado Novo e o envio do célebre “memorial” do bispo do Porto<sup>761</sup>, D. António Ferreira Gomes (1906-1989), a Salazar, onde, entre outros aspetos, se apresentavam várias críticas ao Estado Novo e se aludia ao crescente divórcio entre o país e o regime (13 de julho de 1958). Sublinhe-se que o prelado, na sequência de uma viagem ao estrangeiro, apenas foi autorizado a regressar a Portugal, em julho de 1969, durante a chamada “Primavera Marcelista”<sup>762</sup>.

Isto para já não falar na incontornável “revolta da Sé”, movimento revolucionário registado na capital, no dia 12 de março de 1959, que contou com a

---

<sup>757</sup> Cf. Franco Nogueira – *Salazar*, volume V, “A Resistência” (1958-1964), 4.ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 1.

<sup>758</sup> Cf. Franco Nogueira – *ob. cit.*, volume V, 2000, p. 1.

<sup>759</sup> No artigo 81.º da Constituição de 1933 pode ler-se, logo no ponto 1, que competia ao Presidente da República: “Nomear o Presidente do Conselho e os Ministros, de entre os cidadãos portugueses, e demiti-los”. Cf. *Constituições portuguesas 1822/1826/1838/1911/1933*, Lisboa, Assembleia da República, 2004, p. 19.

<sup>760</sup> Cf. Jorge Campinos – *ob. cit.*, 1978, pp. 58-59.

<sup>761</sup> Franco Nogueira regista, a este propósito, que “o bispo do Porto não escreve em nome da Hierarquia; mas Salazar fica apreensivo, e desagradado”. Cf. Franco Nogueira – *Salazar*, volume IV, “O Ataque” (1945-1958), 4.ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 512.

<sup>762</sup> Cf. Filipe Ribeiro de Meneses – *Salazar. Uma biografia política*, 1.ª edição, Lisboa, Dom Quixote, 2010, p. 474.

participação de católicos e na sequência do qual foram presos cerca de 30 implicados.

As saídas de Santos Costa e Marcello Caetano do governo (14 de agosto de 1958), substituídos, respetivamente, por Júlio Botelho Moniz e Pedro Teotónio Pereira, constituem mais dois factos registados após o período eleitoral, num país cada vez mais isolado em relação à questão colonial, mormente depois da Conferência de Bandung, em 1955.

Não nos surpreende, portanto, que, após as eleições de 1958 – cujos resultados foram fortemente contestados pelas oposições –, a PIDE tenha intensificado a vigilância e a repressão, perseguindo mesmo personalidades que até aí eram, de algum modo, consideradas por alguns investigadores como “intocáveis”<sup>763</sup>, como Aquilino. Este adjetivo utilizado por Fernando Rosas<sup>764</sup> para se referir a Aquilino também seria recuperado por Irene Pimentel: “Os últimos anos de Neves Graça à frente da PIDE foram, contraditoriamente ou não, de abundante repressão, que atingiu mesmo oposicionistas outrora intocáveis, entre os quais se contaram António Sérgio, Vieira de Almeida, Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro”<sup>765</sup>. Diga-se que António das Neves Graça desempenhou o cargo de diretor da PIDE entre 1956 e 1960, ou seja, falamos do período que abrange o processo-crime que motiva o presente capítulo do nosso estudo.

Ainda nesta mesma linha de raciocínio, uma rápida análise estatística dos julgamentos feitos pelos Tribunais Plenários, entre 1945 (ano da sua fundação) e 1974, permite concluir que o pico “corresponde ao rescaldo da campanha presidencial de 1958”<sup>766</sup>. Assim, nos anos de 1958 e 1959 foram enviados a tribunal, respetivamente, 27 e 47 processos, o que levou Fernando Rosas a defender que “nesses dois anos o número de processos quadruplicou em relação à média de todo o período considerado [1945 a 1974]”<sup>767</sup>.

---

<sup>763</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 109.

<sup>764</sup> “Por seu turno, outro intocável, o escritor Aquilino Ribeiro, foi alvo de um processo por ofensas às autoridades judiciais pretensamente contidas no seu mais recente romance, *Quando os Lobos Uivam*, que foi apreendido das livrarias”. Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 109.

<sup>765</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel – *ob. cit.*, 2007, p. 528. Sublinhe-se que, em novembro de 1958, António Sérgio, Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e, por exemplo, Vieira de Almeida foram detidos, sendo acusados de elaborar e distribuir documentos subversivos.

<sup>766</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 164.

<sup>767</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 165.

É, pois, segundo pensamos, à luz destas circunstâncias históricas que deveremos enquadrar o processo-crime movido contra Aquilino. De resto, no próprio processo-crime alude-se à conjuntura conturbada que então se vivia, como bem o demonstra a seguinte passagem da pronúncia provisória, datada de 16 de outubro de 1959: “Pouco tempo depois da última eleição para a Presidência da República (fls. 16 a 19) e quando ainda se sentia o efeito da agitação provocada pela mesma, publicou o arguido o livro que escreveu intitulado «Quando os lobos uivam»”<sup>768</sup>. Trata-se de uma ligação que, porém, a defesa do escritor procurou, por várias vezes, desmentir<sup>769</sup>.

Exploradas, pois, em traços gerais, as suas circunstâncias históricas, é chegado o momento de nos determos na obra literária que esteve na origem do processo-crime, ou seja, do mais grave momento de tensão, no que diz respeito ao relacionamento do escritor com o regime salazarista.

## 2. “Nesta hora, em que andamos todos com grilhões nos pulsos”

Registado no depósito legal no dia 31 de dezembro de 1958, o romance *Quando os lobos uivam* foi colocado à venda naquele mesmo dia e possuía 411 páginas. Editado pela Bertrand, teve, segundo algumas fontes, uma tiragem de 9225 exemplares (8900 volumes numa edição normal mais 325 numa impressão de luxo)<sup>770</sup>.

O romance foi consagrado a Francisco Pulido Valente<sup>771</sup> (1884-1963), tendo Aquilino aproveitado o preâmbulo para, entre outros aspetos, denunciar a demissão

---

<sup>768</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 4.

<sup>769</sup> Requerimento de instrução contraditória, datado de 19/11/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 113-114.

<sup>770</sup> Dados apresentados pelo agente da PJ Adérito Augusto Afonso, no seu relatório de 24/03/1959, elaborado após a visita à *Bertrand* – cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 57. Existem, porém, algumas fontes que apontam para números diferentes, discrepâncias que poderão ficar a dever-se ao facto de, já durante a impressão da obra – e atendendo ao seu sucesso comercial –, se ter aumentado o número de exemplares inicialmente projetados (sem que isso, contudo, significasse uma 2.ª edição da mesma, até porque esta, como veremos, veio a ser rapidamente proibida pela censura).

<sup>771</sup> Já em 1935, quando escreveu *Alemanha Ensanguentada*, Aquilino Ribeiro havia dedicado algumas palavras a Pulido Valente, também para o homenagear. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1935], pp. 7-9.

do mesmo professor e a falta de liberdade de um país, onde não se investia na investigação e no qual ainda se andava “descalço”<sup>772</sup>:

Apartado tão estúpida como iniquamente da cátedra, Pulido Valente que criou em Medicina uma moral superior, e é certo que na vida das relações outra, a da vera e combativa dignidade humana, continuou fora da Escola a sua obra maravilhosa.

[...] Nesta hora, em que andamos todos com grilhões nos pulsos, fique o seu nome como o de Hermes no marco miliário da estrada e a legenda: adiante, e consideremos que para chegar a bom termo da viagem é preciso ser livres<sup>773</sup>!

O facto de estarmos perante o único espaço não ficcionado de toda a obra justifica uma análise mais detalhada do preâmbulo do romance, até porque no texto da acusação provisória, de outubro de 1959, considera-se mesmo que ele é “decisivo na revelação imediata da intenção da obra”<sup>774</sup>. Além disso, no decorrer dos interrogatórios, o escritor foi confrontado pela PJ sobre esta matéria:

Convidado a esclarecer quais os elementos em que se baseou para qualificar de iníqua e estúpida a decisão que afastou da cátedra o Professor Pulido Valente explicou que se baseou no seguinte: Ter a certeza de que o aludido professor estava a levantar a Faculdade, onde ensinava, ao nível europeu, de maneira a poder rivalizar com as faculdades estrangeiras, ou melhor, a rivalizar mesmo com essas Faculdades, e segundo o consenso geral. Se considerou iníqua a referida decisão foi porque está certo, e é de resto a opinião geral, que o Professor Pulido Valente nunca aproveitou a Cátedra para fazer propaganda política<sup>775</sup>.

Francisco Pulido Valente realizou importantes estudos sobre a paralisia geral, possuindo um consultório no Chiado, em Lisboa, onde vários intelectuais – entre os quais Aquilino, a partir da década de 30 – se concentravam para conversar, muitas vezes já depois de saírem da Bertrand. Estes encontros seriam eternizados pelo pintor

---

<sup>772</sup> No processo-crime 16 223/59 foi apensa uma parte significativa (74 páginas) da obra *O pé descalço. Uma vergonha nacional que urge extinguir*, editada em 1956, e enquadrada numa campanha da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que havia sido iniciada em 1928. Entre as passagens sublinhadas a vermelho pelos funcionários judiciais é possível ler que: “Não é, pois, a miséria que na maioria dos casos explica o degradante costume [andar descalço]. É o hábito, teimoso e inveterado, que por todos os motivos devia ser combatido até desaparecer”. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 151.

<sup>773</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1958, ps. 10 e 11.

<sup>774</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 5.

<sup>775</sup> Cf. auto das declarações prestadas por Aquilino, no dia 6/6/1959: ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 135.

natural de Gouveia, Abel Manta (1888-1922)<sup>776</sup>, num quadro, cujo título é “Tertúlia do consultório do Prof. Pulido Valente”<sup>777</sup>. Tratava-se do também designado “grupo do consultório”, entre os quais se contavam personalidades como Aquilino, Manuel Mendes, Carlos Olavo, Ramada Curto (1886-1961), Abel Manta, Lopes Graça (1906-1994) e Câmara Reis (1885-1961).

O professor universitário Pulido Valente fora demitido pelo regime salazarista, em 1947, numa leva de afastamentos motivados por questões de ordem política e ideológica, entre os quais se incluía também a rescisão de contrato da esposa de Miguel Torga, Andréa Crabbé Rocha (1917-2003)<sup>778</sup>, à época assistente na FLUL. Uma nota oficiosa publicada no *Diário da Manhã*, na sua edição de 15 de junho de 1947, transmitia as deliberações tomadas no Conselho de Ministros, no dia anterior<sup>779</sup>, que, no total, entre aposentações, demissões e rescisões implicavam 30 pessoas. Previa-se assim:

afastar do exercício de funções públicas os indivíduos que se têm destacado pela prática de atos sediciosos, deram provas inequívocas de oposição ativa aos princípios fundamentais da Constituição Política e não dão garantia, conseqüentemente, de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, tendo em especial atenção as funções desenvolvidas no exercício da função docente, em todos os graus e formas do ensino<sup>780</sup>.

Assinale-se que o ano de 1947 parece marcar o fim do período da economia de guerra, interrompendo também um certo abrandamento da máquina repressiva, que havia sido desencadeado, em 1945, na sequência da vitória dos Aliados, na II Guerra Mundial.

No processo-crime instruído ao escritor consta um artigo extraído d’*O Primeiro de Janeiro*, de 14 de janeiro de 1959, onde, entre outras, se encontra sublinhada a vermelho a seguinte passagem: “Aquilino Ribeiro, no «Prefácio», [...]”

---

<sup>776</sup> Aquilino consagrou a 1.ª edição da obra *Portugueses das sete partidas (Viajantes, aventureiros, troca-tintas)*, dada à estampa em 1951, a Abel Manta.

<sup>777</sup> Cf. Fernando Namora (apresentação e coordenação das legendas) – *Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Galeria Artis, 1963, p. 63.

<sup>778</sup> O processo de Crabbé Rocha na polícia política inclui 21 páginas de informações, destacando-se entre estas os vários elementos fornecidos pelo (recorrente) informador “Inácio”, entre 1945 e 1966. Cf. IANTT, PIDE/DGS, delegação de Coimbra, processo 6527, NT 4523.

<sup>779</sup> Com base no artigo 1.º do decreto-lei 25 317, de 13/5/1935: despacho do Conselho de Ministros de 14/6/1947, *Diário do Governo*, n.º 138, I Série, 18/6/1947.

<sup>780</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 84.

faz, de certo modo, uma profissão de fé, pois, ao terminar o elogio desse homem de ciência, exalta a intransigência do seu caráter”<sup>781</sup>.

A narrativa central do romance de Aquilino, adaptado por Francisco Moita Flores (1953-) à televisão, em 2006, desenrola-se em torno da arborização dos baldios, uma questão que o autor afluara, por exemplo, na sua obra *Aldeia: Terra, Gente e Bichos*, editada em 1946<sup>782</sup>.

O enredo inicia-se, por volta da década de 50 do século XX, com o regresso do protagonista *Manuel Louvadeus*<sup>783</sup> à sua terra nativa nas Beiras, depois de andar cerca de dez anos pelo Brasil. Quando chegou ao desejado lar nas Beiras, foi recebido pela mulher e pelos dois filhos. Diga-se que *Manuel Louvadeus* emigrara para o Brasil e através do garimpo teria encontrado muitas pedras preciosas (a “riqueza”), mas fora roubado quase por completo por outro garimpeiro.

De regresso ao torrão nativo – quase tão pobre como havia partido, à exceção do conhecimento que acumulara, nomeadamente com os muitos livros que lera –, ficou a saber que “os de Lisboa” queriam transformar a *Serra dos Milhafres*<sup>784</sup> num pinhal, acabando, assim, com os baldios: “– O pai já ouviu que nos querem roubar a serra!? Por esses povos fora, não se fala noutra coisa. Vai correr muito sangue”<sup>785</sup>.

A desilusão dos camponeses não se fez esperar: “Se me hão de levar o mato, já não roço mais. Puta que os pariu!”<sup>786</sup>. Nesta sequência – continuamos a acompanhar o enredo do romance –, ter-se-ia desenrolado um violento confronto entre os habitantes das aldeias limítrofes e os funcionários dos serviços florestais, quando estes chegaram para lavrar a *Serra dos Milhafres*, havendo mesmo a registar mortos e feridos. No total, teriam sido presas cerca de 24 pessoas, depois levadas para o Porto, tendo em vista o seu julgamento no Tribunal Plenário.

*Manuel Louvadeus* também seria detido, acusado de ser “o propagandista, entre os povos serranos, da resistência a uma decisão deliberada do Estado”<sup>787</sup>. O desenrolar das audiências é aproveitado pelo narrador para tecer críticas ao Plenário,

---

<sup>781</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 211.

<sup>782</sup> A título ilustrativo, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2010 (a), p. 91.

<sup>783</sup> Jaime Cortesão concluiu tratar-se de um nome (*Manuel Louvadeus*), no qual se mesclava o bicho e o “serrano”. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, 22/01/1959: ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 213.

<sup>784</sup> Leia-se, muito provavelmente, Serra da Nave, também designada como Serra de Leomil.

<sup>785</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1958, p. 21.

<sup>786</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1958, p. 197.

<sup>787</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1958, p. 270.

à magistratura portuguesa, ao ímpeto salazarista de forjar comunistas à força toda e, entre outros, aos próprios métodos de tortura utilizados durante os interrogatórios policiais, durante o Estado Novo.

*Manuel Louvadeus* acabou por ser confirmado como cabeça de motim – “o teórico” –, julgado em conjunto com outros serranos e condenado “a 3 anos e multa, que não era pequena”<sup>788</sup>. Os momentos finais do romance são marcados pela nova partida do protagonista para o Brasil, com o utópico objetivo de recuperar a riqueza perdida. Entretanto, a serra expropriada aos camponeses, já coercivamente plantada, fora incendiada pelo pai da personagem principal, *Teotónio Louvadeus*, que também perdera uma das suas propriedades para o Estado.

Depois de conhecida a trama central da obra, é, pois, chegado o momento de problematizar, de modo sumário, a importância que os baldios assumiram para o Estado Novo. O que também equivale a procurar identificar algumas das possíveis implicações sociais e políticas desta obra literária, atravessada por um discurso literário cristalino e fluido, em detrimento do “barroquismo inexcedível”<sup>789</sup> que, segundo o próprio escritor, havia marcado algumas das suas obras.

### 3. O Estado Novo e a questão dos baldios

Numa homenagem, a título póstumo, dinamizada em Soutosa, no dia sete de fevereiro de 1982, Aquilino foi invocado como “o escritor dos baldios”<sup>790</sup>, tendo sido inaugurada, em 2013, junto à sua atual Fundação a Associação “Baldios Terras de Aquilino Ribeiro”. Nada que, afinal, possa surpreender-nos, pois o seu romance *Quando os lobos uivam* constitui uma referência para aqueles que se propõem abordar esta matéria.

A palavra baldio significa “árido, inculto, inútil” e é vulgarmente utilizada em Portugal para designar terrenos maninhos<sup>791</sup>. O *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por Joel Serrão (1919-2008), diz-nos que, em sentido rigoroso, “só são terrenos *baldios* aqueles que estão na propriedade comum particular de todos os

---

<sup>788</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1958, p. 334.

<sup>789</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1974, p. 138.

<sup>790</sup> Cf. Manuel Rodrigues – *Os baldios*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, p. 66.

<sup>791</sup> Cf. Manuel Rodrigues – *ob. cit.*, 1987, p. 18.

moradores, ou vizinhos, dum determinado lugar, aldeia ou região”<sup>792</sup>. No decurso deste trabalho, a palavra referir-se-á, sobretudo, às serras nacionais que eram exploradas em comum pelos habitantes das comunidades locais, por vezes, já desde períodos recuados, talvez até mesmo anteriores à nacionalidade.

Ora, para escrever o romance, Aquilino buscou inspiração em dois factos históricos. Um deles ocorreu, nas primeiras décadas do século passado, em Serpins (atual freguesia do concelho da Lousã, distrito de Coimbra), tal como recordou o romancista, numa entrevista que concedeu à revista *Seara Nova*<sup>793</sup>:

– Quando os lobos uivam tem a sua temática nas serras?  
– Não se lembra – não se lembra que é rapaz novo – de uma disputa muito dramática que houve aqui há anos para os lados da Lousã? Em Serpins? Entre as aldeias e os Serviços Florestais, quando se propunham semear os baldios? As povoações enquistadas, ou tangentes ao perímetro a arborizar ergueram-se mais ou menos em pé de guerra. Se bem me lembro, houve tiroteio, mortes, prisões em barda, julgamentos nos tribunais... e muitos discursos<sup>794</sup>.

O segundo episódio que lhe teria servido de inspiração foi o projeto de arborização da Serra de Leomil (distrito de Viseu)<sup>795</sup>, que Aquilino sustenta ter sido designada pelas populações locais como Serra da Nave<sup>796</sup>. A título de referência espacial, registre-se que António Bento da Guia define esta Serra – que se avista a partir da casa de Aquilino, em Soutosa – como o “espaço geográfico situado entre os

---

<sup>792</sup> Cf. Joel Serrão (direção) – *Dicionário de História de Portugal*, volume I, Porto, Figueirinhas, 1984, p. 277.

<sup>793</sup> Recorde-se que Aquilino Ribeiro foi um dos fundadores da revista *Seara Nova* que, em 1959, era dirigida por Câmara Reis, democrata que, em 1941, havia sucedido, nessa função, a Raul Proença (1884-1941). O número em questão da revista mensal *Seara Nova* (1361), relativo à edição de março de 1959, foi apenso ao processo-crime de Aquilino Ribeiro, no dia 16/06/1959, ano em que era vendida a 5\$00.

<sup>794</sup> Conservámos o itálico constante no original. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 142.

<sup>795</sup> Com 1008 metros de altitude, o seu ponto mais alto fica localizado na freguesia de Leomil, concelho de Moimenta da Beira. Nesta Serra nascem os rios Varosa e Paiva.

<sup>796</sup> A este propósito, cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2010 (a), p. 249. Em 1954, Aquilino editou a obra de pendor etnográfico *O Homem da Nave* na qual, logo na Introdução, são feitas várias considerações a respeito dos limites geográficos e a origem etimológica do nome da serra. Cf. Aquilino Ribeiro – *Homem da Nave. Serranos, caçadores e fauna vária*, Lisboa, Bertrand Editora, 2017, Introdução, sobretudo pp. 12-13.

povos de Carapito, Alvite, Almofala, Touro, Peva, Ariz e Peravelha, espaço de ocupação dolménica no Sul do concelho de Moimenta da Beira”<sup>797</sup>.

Manuel Magalhães destaca que já em 1952, portanto, seis anos antes de Aquilino editar o seu romance, “os povos limítrofes dos lados nascente e sul, Ariz, Peravelha e Carapito, Peva, Soutosa e S. Martinho” andariam alvoroçados, pois dizia-se que “o governo queria apoderar-se da Serra e isso implicava ficarem os moradores das freguesias [...] privados de uma grande parte da sua riqueza natural”<sup>798</sup>.

Nesta mesma linha, Manuel Magalhães cita uma ata, datada de 26 de outubro de 1953, onde se diz que a população de Ariz (hoje integrada na União das Freguesias de Pera Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz, do concelho de Moimenta da Beira) tentava fazer frente aos problemas que lhe eram levantados pela decisão de o Estado arborizar “um perímetro que se estende a várias povoações que até à data se aproveitam da Nave”. Na reunião a que dizia respeito a aludida ata teriam decidido que a parte não arborizada deveria “ser preservada e utilizada como era costume antigo”<sup>799</sup>. Lavrou-se, depois, uma exposição, assinada por todos os chefes de família e entregue na Junta, acabando esta iniciativa – segundo Manuel Magalhães – por alcançar algum êxito, pois uma parte da serra acabaria por ser cultivada por quem assim o desejou.

Numa carta enviada de Ariz, em 23 de fevereiro de 1954, José de Almeida Gomes exprimia a vontade da população em conservar a serra e pedia mesmo a Aquilino: “Se lhe procurarem se a Junta está em condições de arborizar a serra que lhe diga que sim, que arboriza tudo, o que for dispensável ao logradouro comum”<sup>800</sup>, o que, portanto, nos deixa antever a intervenção direta do escritor nesta matéria, que se arrastou, pelo menos, até ao final da década.

De facto, aquando dos seus interrogatórios, na sequência do processo-crime de 1959, o nosso biografado confessou ter intercedido pessoalmente para conciliar as comunidades integradas nas “Terras do Demo”. A fazer fé nas suas declarações ao

---

<sup>797</sup> Cf. A. Bento da Guia – *ob. cit.*, 1986, p. 409. Sobre os limites geográficos da serra, cf. também Jaime Ricardo Teixeira Gouveia – *Embate em Debate: história, administração e limites no planalto beirão: um estudo de caso*, Coimbra, s.n, 2003.

<sup>798</sup> Cf. Manuel Alcino Magalhães – *ob. cit.*, 2006, p. 13.

<sup>799</sup> Cf. Manuel Alcino Magalhães – *ob. cit.*, 2006, pp. 134-135.

<sup>800</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2875).

inspetor da PJ, Pedro Manuel de Melo da Silveira Geraldês Cardoso, Aquilino interveio “a favor da tese defendida pelos Serviços Florestais”<sup>801</sup>. No respetivo auto de declarações então lavrado acrescenta-se que: “A trama do livro é esta em que o declarante considera a florestação dos montes uma necessidade de progresso mas em que há a considerar a resistência psicológica das populações”<sup>802</sup> e a defesa dos seus direitos.

Aquilino já abordara a matéria dos baldios na sua obra *O Homem da Nave*, dada à estampa em 1954. As suas opiniões a este respeito não deixam dúvidas:

Todos esses vários planaltos não andam suficientemente aproveitados? É possível. Devem ser arborizados? Sem dúvida. Mas será preciso fazê-lo com todo o cuidado, ia dizer discrição, dadas as necessidades, essas que se cifram, não apenas na lenha que queimam, como nos campos livres para a pastorícia e no corte de mato para estrumes. Condicente com elas e mais profícuo não há ainda como a serra no seu estado atual. É por isso que toda e qualquer lei que toque com a estática destas coisas deve ser circunspecta ao máximo, maleável e oportunamente tolerante<sup>803</sup>.

Embora não seja nosso objetivo aprofundar esta complexa matéria, vamos agora deter-nos com mais atenção na política preconizada pelo Estado Novo em relação à arborização dos baldios. Assim, de acordo com as pesquisas que efetuámos, teria existido uma certa continuidade ao nível das políticas florestais empreendidas a partir dos finais do século XIX, verificando-se, contudo, uma intensificação das mesmas com a Ditadura Militar e, sobretudo, após 1938, já com Salazar no poder<sup>804</sup>. Mencione-se que, na sequência das vitórias liberais oitocentistas, os baldios terão sido, por vezes, vislumbrados pela elite burguesa “esclarecida” como “um obstáculo ao progresso económico e agrícola”<sup>805</sup>. Repare-se que, já durante o Estado Novo, a emergente indústria da celulose necessitava cada vez mais de matéria-prima, o que também nos ajuda a compreender a política de apropriação coerciva dos baldios por parte do regime salazarista.

---

<sup>801</sup> Declarações prestadas por Aquilino, no dia 25/3/1960. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 70.

<sup>802</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 70.

<sup>803</sup> Cf. Aquilino Ribeiro, *ob. cit.*, 2017, pp. 193-194.

<sup>804</sup> Cf. Fernando Oliveira Baptista – *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 285.

<sup>805</sup> Cf. João Antunes Estêvão – “A florestação dos baldios”, in *Separata da revista Análise Social*, volume XIX, n.º 77-99, Lisboa, [s.n.], 1983, p. 1158.

Segundo João Antunes Estêvão, a arborização das zonas serranas foi iniciada em 1889, no Gerês e na Serra da Estrela, o que motivou tumultos<sup>806</sup>. Diz-nos a historiadora Irene Vaquinhas que foi durante o salazarismo que avançou “decididamente a campanha contra a propriedade comunitária, não obstante as violentas resistências por parte das populações locais”<sup>807</sup>, revoltas essas que ainda se encontram em grande parte por estudar.

A lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938, constitui um diploma essencial para compreender esta matéria, visando, sobretudo, a florestação dos baldios localizados a norte do Tejo. Fernando Oliveira Baptista descreve-a como “a primeira grande iniciativa do Estado Novo no domínio da política florestal”<sup>808</sup>, justificando-se acrescentar que na base IV do diploma alertava-se para a necessidade de salvaguardar os direitos dos povos locais, conciliando-os assim, na medida do possível, “com o interesse geral da arborização”. Contudo, na base XII previa-se a possibilidade de serem adquiridos ou expropriados pelo Estado os terrenos particulares incluídos nos perímetros reservados à florestação<sup>809</sup>.

A lei em causa deverá ser integrada num contexto (final da década de 30) caracterizado pela “pujança demográfica” e pela progressiva tomada de consciência política segundo a qual a área cultivável do país atingira praticamente os seus limites, no que ao nível da exploração agrícola do solo disponível dizia respeito<sup>810</sup>. Registe-se que à época era Ministro da Agricultura Rafael Silva Neves Duque, advogado e terratenente<sup>811</sup>, que se correspondeu com Aquilino, nomeadamente para lhe agradecer a oferta de um dos seus livros<sup>812</sup>.

A arborização dos baldios foi vislumbrada por vários ideólogos do Estado Novo como uma matéria decisiva, em especial, para o desenvolvimento económico,

---

<sup>806</sup> Cf. João Antunes Estêvão – “A florestação dos baldios”, in *ob. cit.*, volume XIX, 1983, p. 1178.

<sup>807</sup> Cf. Irene Vaquinhas, “Segredos e Confidências”, in José Mattoso (direção) – *História da Vida Privada em Portugal*, volume 3: *A Época Contemporânea* (coordenação de Irene Vaquinhas), 1.ª edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, pp. 364-365.

<sup>808</sup> Cf. Fernando Oliveira Baptista – *ob. cit.*, 1993, p. 284.

<sup>809</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 136, 1.ª série, 15/6/1936. Consultado a partir de <http://dre.pt/pdfgratis/1938/06/13600.pdf> [5/9/2016].

<sup>810</sup> Sobre esta matéria, cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 1998, ps. 23 e 36.

<sup>811</sup> Sobre este ministério, cf. Fernando Rosas – “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)”, in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º - 4.º), pp. 771-790: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042388Z9tQO7uI9Xi30BP4.pdf> [15/09/2016].

<sup>812</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2032).

financeiro e industrial do país<sup>813</sup>, considerando-se, portanto, que esses terrenos maninhos se encontravam subaproveitados. Embora seja difícil avançar com números rigorosos (até porque o ritmo de concretização sofreu oscilações ao longo dos vários momentos históricos do regime), Manuel Rodrigues escreveu que o Estado Novo procedeu “à reserva de mais de 400 000 ha de solo baldio para florestação”<sup>814</sup>, o que desencadeou vários motins populares.

Para compreender os motivos que levaram os povos da serra a enfrentar os funcionários florestais encarregues de cumprir as ordens governativas<sup>815</sup>, muito especialmente ao longo das décadas de 30, 40 e 50, é fundamental perscrutar o quotidiano deste Portugal profundo salazarista, que vivia em condições extremamente precárias, com uma alimentação deficitária e reduzidas (ou mesmo inexistentes) condições higiénico-sanitárias. Camponeses que, na sua maioria, habitavam casas sobrelotadas (com o rés do chão muitas vezes reservado aos animais de criação), num país que, apesar de viver algumas mudanças, ainda era marcado pela ruralidade, atravessado por elevadas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. Circunstâncias agravadas pelos racionamentos da II Guerra Mundial (sobretudo, após a entrada dos EUA no conflito, em 1941)<sup>816</sup> e que, afinal, contrastavam com as representações oficiais veiculadas pelo regime salazarista a respeito das virtudes da “casa portuguesa” e da idílica vida na aldeia<sup>817</sup>, na linha do que Fernando Rosas apelidou a ideologia “anti-industrializante” do Estado Novo<sup>818</sup>,

---

<sup>813</sup> Cf. João Antunes Estêvão – “A florestação dos baldios”, in *ob. cit.*, volume XIX, 1983, p. 1196.

<sup>814</sup> Cf. Manuel Rodrigues – *ob. cit.*, 1987, p. 52.

<sup>815</sup> Importará dizer que já mesmo durante a Monarquia Constitucional e a I República se tinham verificado motins contra a apropriação dos baldios por parte do Estado. Pensamos em concreto no movimento da “Justiça da Noite”, existente nos Açores, nomeadamente na ilha Terceira. Cf., a título ilustrativo, David Luna de Carvalho – A “Justiça da Noite” da Ilha Terceira e a Primeira República: [http://www.academia.edu/3842922/A\\_Justica\\_da\\_Noite\\_da\\_Ilha\\_Terceira\\_e\\_a\\_Primeira\\_Republica](http://www.academia.edu/3842922/A_Justica_da_Noite_da_Ilha_Terceira_e_a_Primeira_Republica) [5/9/2016]. Cf. ainda J. H. Borges Martins – *A Justiça da Noite na Ilha Terceira*, Terceira, BLU Edições, 2006.

<sup>816</sup> Segundo João Antunes Estêvão, o ritmo de execução do Plano Florestal terá desacelerado durante o conflito mundial, apenas voltando a arrancar a partir de maio de 1944. Cf. o seguinte estudo do aludido autor – “A florestação dos baldios”, in *ob. cit.*, volume XIX, 1983, p. 1218.

<sup>817</sup> Sobre esta matéria, cf. José Mattoso (direção) – *ob. cit.*, 1998, pp. 52-58.

<sup>818</sup> Cf. Fernando Rosas – *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 159.

pese embora o regime ser atravessado – mesmo ao nível da sua política agrária – por uma tensão entre reformistas e conservadores<sup>819</sup>.

A própria estrutura fundiária predominante em Portugal, em particular a norte do Tejo, revela-se importante para compreender as reações da população serrana ao fim anunciado dos baldios. A pequena propriedade, disseminada por várias parcelas, tantas vezes separadas por distâncias consideráveis, onde, com recurso a técnicas arcaicas e à mão de obra infantil arrancada das escolas primárias (atual 1.º ciclo), se praticava uma agricultura familiar de subsistência – em solos praticamente exauridos pela ausência de pousio e também pelo fraco recurso a adubos – constituem, entre outros, fatores decisivos para que os camponeses vislumbrassem nos imemoriais baldios a oportunidade de obter um complemento fundamental à sua própria sobrevivência: mel, pastagens, lenha, carvão, pedra, água, pinhas, pinhões, caça, pesca, mato para o curral, sobretudo, das ovelhas e cabras, mas também para utilizar como fertilizante natural dos seus rincões de cultivo.

Atendendo à sua integração na comunidade, cada um dos “compartes” teria acesso ao baldio. Tratava-se, portanto, de um recurso para a subsistência destes povos da serra, tendo a política anticomunitária intensificada durante o Estado Novo representado uma dura machadada nas aspirações das populações camponesas, na medida em que, numa época em que imperava a “fome” de terra agrícola (fonte de riqueza, de prestígio e de sobrevivência, que era fragmentada, rara e cara), se viram impedidas de aceder ao complemento que encontravam nos baldios, além de serem mesmo ameaçadas com pesadas multas, no caso de transgredirem.

De acordo com Fernando Oliveira Baptista, sobretudo graças à apropriação dos baldios, a área submetida ao regime florestal, entre 1931 e 1973, mais do que triplicou<sup>820</sup>. Assim, ao verem-se espoliadas de um recurso, habitualmente associado à sua própria identidade, que podia ditar a diferença entre a sobrevivência e a morte, as populações – tradicionalmente dóceis e alheadas das políticas dos “doutores” da cidade – insurgiram-se, o que levou o regime, por exemplo, em 1954, a reforçar os

---

<sup>819</sup> Cf. Fernando Rosas – “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)”, in *ob. cit.*, vol. XXVI, 1991, pp. 771-790: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042388Z9tQO7u19Xi30BP4.pdf> [15/09/2016].

<sup>820</sup> Cf. Fernando Oliveira Baptista, “Política Florestal”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (direção) – *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, 1.ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 776.

mecanismos de repressão (decreto-lei número 39 931, de 24 de novembro). Tratou-se, é certo, de revoltas esparsas, confinadas, *grosso modo*, a cada uma das realidades locais, portanto, sem um elo capaz de congregar de um modo coordenado as várias iniciativas contestatárias. Mas a verdade é que não podemos ignorar que estes motins provocaram moessa na imagem de um regime, que tudo fazia – desde logo, através da ação da censura – para alimentar a ideia de que Portugal era um oásis de paz (sobretudo, durante a II Guerra Mundial), onde não existiam suicídios, pobres, prostitutas ou conflitos de classe<sup>821</sup>.

Dito de um modo mais concreto, a questão dos baldios acarretou importantes repercussões, no que concerne ao agravamento das tensões sociais numa das pedras angulares do ideário salazarista (o mundo rural), contribuindo, entre outros, para o aumento da emigração, para a desertificação de algumas aldeias, para a proletarianização de muitos agricultores (crescimento do número de jornaleiros) e mesmo para a diminuição do número de rebanhos, em especial de ovinos e caprinos<sup>822</sup>. Falamos, pois, de um conjunto de mudanças significativas no dia a dia das populações camponesas e na sua própria economia, daí o carácter assaz sensível, ao nível político, da temática abordada por Aquilino no seu romance, dado à estampa no final de 1958. Tão mais grave se pensarmos que se trata de uma época em que se tornara evidente o problema agrário e também por isso já estava em curso o II Plano de Fomento (1959-1964), onde se previa que a arborização dos baldios prosseguisse a um ritmo de cerca de 20 000 hectares por ano, por oposição aos (nunca atingidos) 11 700 hectares por ano, previstos no I Plano (1953-1958). Mais grave ainda, finalmente, se pensarmos no delicado contexto político-social em que o livro conheceu a luz do dia, que já tivemos oportunidade de explanar.

Ora, como concluiu Cândido de Azevedo, a atuação dos censores durante o Estado Novo pautou-se por critérios político-ideológicos, pelo que os funcionários do “lápiz azul” estariam atentos às obras “que abordassem aspetos económicos, sociais,

---

<sup>821</sup> A respeito dos assuntos que mereceram, ao longo do regime estadonovista, uma maior atenção por parte da censura, cf., entre outros: Isabel Forte – *A censura de Salazar no Jornal de Notícias. Da actuação da comissão de censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*, 1.ª edição, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000; Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999; Graça Franco – *A censura à imprensa (1820-1974)*, 1.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993 e César Príncipe – *ob. cit.*, 2016.

<sup>822</sup> Cf. Manuel Rodrigues – *ob. cit.*, 1987, p. 58 e ainda Fernando Oliveira Baptista – *ob. cit.*, 1993, p. 288.

capazes de refletirem uma sociedade subdesenvolvida, ou de evidenciarem a realidade da difícil vida quotidiana do operariado e dos trabalhadores do campo, ou a luta de classes e o sindicalismo”<sup>823</sup>. Era o que sucedia com o romance que inspira o presente capítulo.

Teria a temática dos baldios constituído a pedra angular que motivou a ação judicial? Voltemos, pois, a nossa atenção para o processo.

#### 4. Análise do processo-crime

O despacho que deu início formal ao processo-crime instruído a Aquilino tem a data de 19 de março de 1959 e foi assinado pelo subdiretor da PJ de Lisboa, Rui de Matos Corte Real:

Dado que no livro “Quando os lobos uivam”, do escritor Aquilino Ribeiro, existem passos, nomeadamente a fls. 42, 150, 151, 223, 224, 226, 256, 260, 261 e segs., 265, 266, 267, 269, 283, 290, 293, 313, 323, 330, 333, 349, 356, e 390, injuriosos para corporações que exercem a autoridade pública e nomeadamente os tribunais, distribua como processo-crime à 4.<sup>a</sup> Secção, ficando a instruir o processo, por conveniência de serviço, o Sr. inspetor Dr. Geraldês Cardoso<sup>824</sup>.

Apenas um dia depois deste despacho, foram dadas instruções para que, entre outros procedimentos, fossem transcritas as passagens da obra consideradas subversivas. Assim, se consultarmos esses excertos datilografados, poderemos observar que algumas frases foram destacadas a azul e, em duas situações, a vermelho. De um modo sintetizado, as frases sublinhadas a azul prendem-se com as seguintes matérias abordadas por Aquilino: subornos aos magistrados e outros funcionários concelhios; parcialidade do sistema legal português, acusado de prejudicar os mais fracos; violência exercida pelos serviços florestais sobre as populações das serras, que o Ministério Público pretendia a todo o custo transformar em comunistas; ataques ao Tribunal Plenário, apresentado – entre outros qualificativos pouco abonatórios – como um órgão manietado pelo governo.

---

<sup>823</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 564.

<sup>824</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 7. Sobre as temáticas abordadas pelo escritor, nas páginas indicadas, cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, pp. 145-165 ou a própria fonte: ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 6-36.

Já no que diz respeito às duas passagens sublinhadas a vermelho, as mesmas encerram críticas aos polícias – “gente de letras gordas e entendimento por vezes confuso” – e à justiça: “Que era de esperar daquela árvore judicial, mais brava que a figueira da Escritura, senão frutos sorvados?”<sup>825</sup>

Para compreender melhor o nascimento deste processo-crime, em março de 1959, é fundamental recuar no tempo, procurando cruzar os elementos processuais coligidos pela PJ com a intervenção da censura, pois importa não esquecer que na origem do processo-crime esteve a publicação de uma obra literária. Trata-se de uma porta que a investigação de Alfredo Caldeira e Diana Andringa deixou em parte por explorar, na medida em que não cruzaram esses dados.

Segundo o que conseguimos apurar, o Major José de Sousa Chaves da comissão de censura pediu, verbalmente, um exemplar do livro de Aquilino à Bertrand, provavelmente entre janeiro e início de fevereiro de 1959. O volume requisitado foi-lhe confiado por António Martins Ramos, empregado da editora. Aquando da conversa, o aludido Major comunicou à Bertrand que esta não poderia fazer uma segunda edição da obra, enquanto, por outro lado, a imprensa também já teria sido proibida de divulgar críticas ao romance. Ficamos, porém, sem saber de que modo o Major da censura tomou conhecimento da “perigosidade” do romance. Teria sido uma denúncia? Teria ele mesmo ou outros funcionários da censura procedido à leitura da obra? Teriam sido os agentes da PIDE, da GNR ou do SNI, que visitavam regularmente as livrarias, a informar o funcionário do “lápiz azul”? Ademais: quem determinou a proibição de serem divulgadas críticas ao romance na imprensa e em que momento concreto o fez?

Apesar de todas as questões ainda sem resposta, certo é que, na sequência da intervenção do Major Chaves, o romance de Aquilino foi distribuído ao “leitor” José Martins Nazaré (1895-1980), no dia quatro de fevereiro de 1959, ou seja, quando a obra já estava à venda há mais de um mês. O “leitor”, recorde-se, era o especialista da censura relativamente às obras literárias e, por norma, a decisão de proibir e mandar apreender um livro era tomada na sequência da análise feita pelos funcionários do “lápiz azul”, mas nem sempre uma tal deliberação obedecia a esse tipo de lógica hierárquica. Repare-se que, por exemplo, em 1941, o livro de contos

---

<sup>825</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 11-31.

*Montanha*, de Miguel Torga, foi proibido por mera indicação do Ministro da Educação Nacional Mário de Figueiredo, com o conhecimento do Ministro do Interior Mário Pais de Sousa (1891-1949)<sup>826</sup>.

Seguindo os trâmites habituais, após a leitura da obra, que poderia (ou não) já ter sido editada (censura prévia e repressiva, respetivamente), o “leitor” fazia um relatório, no qual sugeria a proibição completa, a publicação mediante determinados cortes ou, entre outras possibilidades, a divulgação do texto apenas no contexto de uma coletânea.

As possíveis sugestões do “leitor” eram (ou não) depois confirmadas por despacho superior, normalmente o diretor-geral da censura, o subsecretário (ou o secretário) de Estado da Presidência do Conselho. O chefe do governo também poderia ser chamado a intervir, quando se tratasse de matérias mais delicadas, o que parece, de resto, ter ocorrido com alguma regularidade, pelo menos no que diz respeito a Salazar. Não nos esqueçamos que, sobretudo a partir de 1944<sup>827</sup>, com o decreto-lei número 33 545, a censura passou a estar na dependência direta do chefe do governo, na medida em que passou a ser integrada no SNI<sup>828</sup>, cujo Secretário Nacional era escolhido de modo direto por Salazar.

Começemos, pois, por apresentar na íntegra o texto constante do relatório, redigido pelo censor José Martins Nazaré, na sequência da sua análise ao romance *Quando os lobos uivam*:

O autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade deveria chamar-lhe um romance panfletário, porque todo ele foi arquitetado para fazer um odioso ataque à atual situação política.

Escrito numa prosa viril, classifica o Governo de “piratas” e descreve várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos.

Um interrogatório num posto da GNR e uma audiência dum Tribunal Plenário, são focados numa forma infamantes.

São desnecessárias mais citações, porque basta folhear o livro, encontra-se logo matéria censurável em profusão.

É evidente que, se o original tivesse sido submetido a censura prévia<sup>829</sup>, não seria autorizado, porque é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido.

---

<sup>826</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 276.

<sup>827</sup> Cf. Graça Franco – *ob. cit.*, 1993, p. 119.

<sup>828</sup> Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1.º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, p. 112.

<sup>829</sup> Segundo Georges Lucas, administrador delegado da livraria *Bertrand*, Aquilino gozava de uma situação de exceção na editora, pelo que as suas obras não eram previamente lidas pela administração.

Sucedo, porém, estou disso certo, que já devem ter sido vendidos muitas centenas de exemplares, e muitos outros também, já devem ter passado a fronteira, por isso, deixo ao esclarecido critério de V. Ex.<sup>a</sup>, decidir se nesta altura, será de boa política mandar apreender o livro, fazendo-lhe [assim, largo reclame e dando motivo a que contra o Governo se insurjam várias críticas, nacionais e estrangeiras.

Julgo que, não deixando anunciar o livro e proibindo-lhe mais edições se resolveria melhor o assunto]<sup>830</sup>.

Além do nome do autor, que inicialmente foi grafado como “Aquilo Ribeiro” (gralha depois corrigida), no relatório citado indica-se a editora e especifica-se que o exemplar enviado para o “leitor” havia sido “requisitado” à Bertrand. Uma nota manuscrita reforça ainda que “tinham sido tomadas as seguintes decisões: 1) Não autorizada a reedição; 2) não permitidas críticas na imprensa. Apreender os poucos exemplares que, possivelmente, existam”. Cândido de Azevedo, autor de vários estudos sobre a censura e detentor de um importante espólio particular sobre os relatórios do “lápiz azul”, associa estas últimas decisões a um despacho do próprio diretor da censura Quesada Pastor, datado de sete de fevereiro de 1959<sup>831</sup>.

Um novo relatório da censura, de nove de fevereiro de 1959, que deverá ser interligado com a fonte que acabámos de explorar, contém a indicação “Autorizado” e destaca que o exemplar requisitado se encontrava na posse do diretor da censura. O termo “autorizado” pretendia significar, muito provavelmente, a superior homologação das medidas atrás enumeradas. Afinal, na margem direita daquela fonte foram registadas as seguintes indicações: “Não é autorizada a reedição; Não são permitidas críticas na Imprensa; O Exmo. Major Chaves, deu conhecimento, verbalmente do despacho supra”<sup>832</sup>. O jornalista Cândido de Azevedo destaca ainda que este relatório ordenava a apreensão dos poucos exemplares porventura

---

Sublinhe-se que o Estado Novo, para além de prever a obrigatoriedade de os autores, em determinadas circunstâncias, serem forçados a apresentar as suas obras à censura prévia, procurou responsabilizar os vários intervenientes no processo de edição das obras, o que levou, por vezes, as próprias editoras a fazerem uma análise prévia das obras, para além da própria autocensura, à qual, de modo consciente ou inconsciente, os autores, por vezes, se submetiam, para evitar problemas com o regime político vigente. Cf. Auto de declarações, 24/03/1959 – ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 65-66.

<sup>830</sup> EPHEMERA: Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira [11/9/2016]. Como se depreende pela nossa citação, o relatório em causa (n.º 6282, datado 6/2/1959) encontra-se incompleto. A parte em falta, citada dentro de parênteses retos, pode ser consultada em: Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1997, p. 96. O relatório foi publicado na íntegra, em 2014, logo na entrada da edição *fac-símile* do romance de Aquilino, *Quando os lobos uivam* (iniciativa do jornal *Público*).

<sup>831</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 639.

<sup>832</sup> Cf. Arquivos da censura, IANTT, cx. 677.

existentes<sup>833</sup>, o que vai ao encontro das notas manuscritas a que aludimos no parágrafo anterior. Certo, portanto, é que, pelo menos, no início de fevereiro de 1959 a questão já havia chegado ao diretor da censura, Quesada Pastor.

Abra-se aqui um parêntese para dizer que esta não foi a última vez que o Major Chaves interferiu em questões ligadas com o escritor beirão. Segundo o testemunho de Vasco Granja (1925-2009), da Editora Arcádia, que publicou o estudo de pendor biográfico sobre Aquilino, dado à estampa por Manuel Mendes, em 1960, teria sido o Major Chaves a analisar previamente as provas tipográficas e a fazer vários cortes<sup>834</sup>.

Regressemos, porém, ao romance *Quando os lobos uivam* e às circunstâncias que motivaram a sua proibição/apreensão.

Como tivemos oportunidade de verificar, existe um hiato temporal nas fontes, que não nos permite compreender o que suscitou, em concreto, a análise da censura e por que razão o processo foi encaminhado para a PJ, em detrimento de ter sido submetido, como poderia ter sucedido, à alçada da PIDE, na medida em que os atos em causa poderiam ser enquadrados no amplo e sempre subjetivo campo dos crimes contra a segurança do Estado<sup>835</sup>. Uma situação que Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa haveriam de viver, a partir de 1972, com o seu livro *Novas Cartas Portuguesas*, também ele remetido à PJ, por despacho do diretor-geral da censura, registe-se, para instrução de um processo-crime. Certo é que, de acordo com os dados que possuímos, no caso de Aquilino tudo terá começado com um Major da censura a intervir, mandando depois o especialista do “lápiz azul” analisar uma obra literária, que no dia nove de fevereiro de 1959 já se encontrava na posse do diretor Quesada Pastor.

Importa reforçar que as sugestões do “leitor” José Martins Nazaré não foram completamente acatadas pelos seus superiores. Como tivemos oportunidade de verificar, no seu relatório, datado de seis de fevereiro de 1959, o censor entendia que

---

<sup>833</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1997, p. 96.

<sup>834</sup> Cf. testemunho de Vasco Granja, *in* Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 554.

<sup>835</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 121. Repare-se que, em 1939, a PVDE instruiu um processo-crime a Miguel Torga, na sequência da edição do “Quarto Dia” do romance autobiográfico *A Criação do Mundo*. De modo sintomático, em maio de 1959, o inspetor da PJ Galdes Cardoso escreveu mesmo que aquela polícia não tinha competência legal para dar continuidade ao processo movido contra Aquilino Ribeiro, pelo que, depreende-se, ele deveria transitar para a alçada da PIDE. Tal nunca chegou a suceder.

seria melhor tomar apenas duas medidas: proibir uma reedição do romance e impedir a divulgação de críticas na imprensa. Pesava, assim, os eventuais efeitos contraproducentes que poderiam ser desencadeados pela proibição da obra, nomeadamente no que dizia respeito à imagem nacional e internacional do regime, ou não estivéssemos, afinal, a falar de um dos escritores portugueses mais consagrados da época, com obras que tinham tiragens invulgares para o seu tempo<sup>836</sup>. Isto para já não voltar a falar da conturbada conjuntura política e social que então se vivia. Contudo, estas sugestões não seriam acatadas, pois, para além de a imprensa ter sido impedida de divulgar a obra, o romance *Quando os lobos uivam* foi mesmo proibido e nessa sequência instruído um processo-crime ao seu autor. Teria Salazar – um leitor das obras de Aquilino e da imprensa periódica diária<sup>837</sup> – acompanhado, de algum modo, o desenrolar deste processo?

A fazer fé nos serviços de escutas do regime, nomeadamente no que diz respeito às emissões gravadas no dia três de abril de 1959, Jaime Cortesão teria apresentado um protesto perante a SPE “por um despacho do Ministro da Justiça ter ordenado que Aquilino Ribeiro fosse processado”<sup>838</sup>. Teria, afinal, a decisão partido de João de Matos Antunes Varela (1919-2005), que à época ocupava o cargo de Ministro da Justiça? Atendendo ao conteúdo da obra, trata-se de uma hipótese bastante verosímil, embora nenhum elemento compulsado nos permita comprová-la.

Certo é que, logo em março de 1959, a PJ fez buscas na Livraria Bertrand e nas respetivas oficinas, confiscando vários documentos e “106 exemplares que restavam do livro”<sup>839</sup>, desenvolvendo-se diligências para descobrir os locais para onde havia sido enviado o livro. Assim, no processo-crime instruído ao escritor constam os mapas de distribuição da obra, destacando-se a sublinhado todos os locais situados fora de Portugal Continental, entre os quais poderemos destacar: Benguela, Angra do Heroísmo, Luanda, Amesterdão (sublinhado a vermelho), Ponta Delgada, Funchal, Angola, Horta, Guiné, Lourenço Marques, Bissau, Goa, Léopoldville

---

<sup>836</sup> De acordo com as informações prestadas por António Martins Ramos à PJ, no dia 24/03/1959, as tiragens das obras de Aquilino andariam, na década de 50, entre os 2000 e os 4000 exemplares. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 60.

<sup>837</sup> Cf. Filipe Ribeiro de Meneses – *ob. cit.*, 2010, p. 129.

<sup>838</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 243.

<sup>839</sup> Cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, “Cronologia comparada”, p. 128.

(sublinhado a vermelho), Moçambique, Velas (São Jorge), Gabela (Angola) e Nova Goa<sup>840</sup>.

Enquanto decorriam as formalidades processuais, Aquilino Ribeiro procurou desenvolver várias diligências junto das instâncias do poder salazarista, com o objetivo de remover as interdições que pendiam sobre um romance que havia colhido grande interesse junto do público. Neste âmbito, valerá a pena citar algumas passagens de uma carta dirigida pelo autor beirão ao diretor da censura Quesada Pastor, no dia 21 de março de 1959, onde o primeiro se insurge contra a proibição de reeditar a sua obra. Ouçamos, pois, o escritor em discurso direto:

Não é absurdo que o livro seja discutido e se não encontre ao alcance de quem o procure? Não seria contraproducente? Não seria a mais flagrante das incoerências? Não seria criar o apetite mórbido do fruto proibido?

[...] Pois, sr. dr. Quesada Pastor, tenha a bondade de levar mais uma vez a minha deprecada às instâncias superiores, ao sr. dr. Teotónio Pereira ou, mais acima, ao sr. dr. Oliveira Salazar – e restituam-me a minha *cognée*, que lhes fica a propósito na envolta dos perdões da Semana Santa, e morre aqui o incidente. Se não, que remédio, bradarei até ao fim do mundo<sup>841</sup>.

Nesta sua missiva, Aquilino parece dar a entender que Quesada Pastor já teria servido de intermediário para algum pedido seu, relacionado ou não com este último romance. Importa também registar que Pedro Teotónio Pereira – uma das figuras gradas do Estado Novo com as quais Aquilino se correspondera – ocupava à época o cargo de ministro da Presidência, ao qual chegara em 14 de agosto de 1958, substituindo Marcello Caetano. Não encontramos missivas de e para Quesada Pastor<sup>842</sup>, arquivadas no espólio pessoal do nosso biografado na BN.

A correspondência, já divulgada, entre Aquilino Ribeiro, o então diretor da censura, Quesada Pastor, e o ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, permite-nos concluir que já no dia nove de março de 1959 teria sido levantada a

---

<sup>840</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 180-196.

<sup>841</sup> A correspondência trocada entre Quesada Pastor e Aquilino Ribeiro foi publicada no jornal *Portugal Democrático*, na sua edição de maio de 1959 (ano III, n.º 24), periódico posteriormente apenso ao proc. n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 274-275.

<sup>842</sup> Cf. *Inventário da correspondência. Espólio de Aquilino Ribeiro [BN Esp. D11]*, não editado, elaborado em 2005.

interdição que pendia sobre a imprensa para que esta não fizesse referências ao livro<sup>843</sup>, ou seja, dez dias antes do início formal do processo-crime (19 de março).

Mais curioso ainda é o facto de uma carta escrita pelo autor beirão (nove de março de 1959) nos deixar antever uma putativa proposta feita pelo regime: “Pareceu-me entreluzir nas palavras trocadas com o Dr. Quesada Pastor ao telefone que, prestando-me a rever o preâmbulo, seria permitido desembaraçar o livro do lazareto”<sup>844</sup>. Aquilino não cedeu.

Entretanto, prosseguiam as formalidades jurídicas associadas à instrução do processo-crime, pelo que no dia 25 de março (seis dias após o seu início) Aquilino Ribeiro foi interrogado pelo inspetor da PJ, Pedro Manuel de Melo da Silveira Geraldes Cardoso<sup>845</sup>. No que concerne ao primeiro interrogatório, gostaríamos de destacar as fortes críticas feitas pelo escritor ao Tribunal Plenário, classificando-o como “absolutamente inútil, anacrónico”<sup>846</sup>.

Aquilino voltaria a ser ouvido nos dias 28 de março<sup>847</sup>, 14 de abril<sup>848</sup> e, por fim, no dia seis de junho de 1959<sup>849</sup>, podendo as suas afirmações ser consultadas na obra *Em defesa de Aquilino Ribeiro*<sup>850</sup>. No cômputo global das declarações prestadas pelo romancista, eis, de modo sintetizado, as que se nos afiguram mais pertinentes:

– tinha um contrato com a editora Bertrand, que o tornava independente (e como tal o único responsável pelas ideias expressas nos seus livros, até porque os seus manuscritos não eram submetidos a leitura prévia);

– não pretenderia injuriar a magistratura, porquanto tinha um filho nessa área (Aníbal), e “quanto às referências que pudessem parecer injuriosas ao governo e outras autoridades”, elas constituiriam linguagem metafórica própria de todos os “escritores isentos”;

---

<sup>843</sup> Carta de Quesada Pastor a Aquilino, *apud* Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, p. 112.

<sup>844</sup> Carta de Aquilino ao Ministro da Presidência, transcrita no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12/4/1959, num texto que tinha o título “A luta de Aquilino Ribeiro”. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>845</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 69-77.

<sup>846</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 73.

<sup>847</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 98-99.

<sup>848</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 94-100.

<sup>849</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, pp. 134-135.

<sup>850</sup> Cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, pp. 102-110.

– escreveu que o Tribunal Plenário era “absolutamente inútil e anacrónico”, mas não pretenderia “individualizar nenhum magistrado”, além de que os seus retratos eram “puramente arbitrários e fantasiados”;

– destacou que, no decurso da impressão, mandara substituir a expressão “União Nacional”<sup>851</sup> para “Liga Nacionalista”<sup>852</sup>, pelo que a sua manutenção no corpo da obra derivava de um lapso;

– na qualidade de ficcionista, não podia assumir a responsabilidade pelos seus figurantes abstratos, “tanto assim que uns dizem branco e outros dizem preto”;

– comparando o seu livro com *As Farpas*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão (1836-1915), os cadernos periódicos *Os Gatos*, de Fialho de Almeida (1857-1911) ou *As Sátiras*, de Juvenal, “reconhece que pintou apenas aguarelas cor-de-rosa”;

– apesar de ser um “escritor realista, que parte do ambiente social”, Aquilino fez questão de ressaltar que “as personagens e instituições do seu romance são ficção pura”.

Entre os restantes interrogatórios efetuados pela PJ, importa também dizer que, em abril de 1959, foi ouvido o diretor-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Filipe Jorge Mendes Frazão, que começou por dizer ter lido o romance de Aquilino, na sequência de um pedido do secretário de Estado da Agricultura, sustentando depois que o romance em causa não aludiria a qualquer caso concreto relacionado com a arborização das serras.

---

<sup>851</sup> Associação política, criada em 1930, com o intuito de congregar os apoiantes do regime. Embora o salazarismo tenha procurado desmenti-lo, na prática funcionou como o partido único, ao longo do Estado Novo. Marcello Caetano passou a chamar-lhe Ação Nacional Popular. Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986, p. 136.

<sup>852</sup> No processo-crime que inspira este capítulo do nosso estudo consta uma cópia de um dos livros já efetivamente alterados. Nela pode ler-se: “Muitas destas peitas arrepiavam logo marcha para casa do senhor juiz, do senhor delegado, do conservador ou do presidente da Liga Nacionalista [sublinhado a vermelho], que enchiam o barrigão e ficavam a arfar por mais”. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 78. Nas edições mais recentes, foi mantida a expressão “União Nacional”. Cf. Aquilino Ribeiro – *Quando os lobos uivam*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, 9.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2005, p. 97. Podemos, de resto, encontrar no espólio do escritor na BN uma página da obra em causa, já com a referida alteração feita pelo seu próprio punho (BN, D11/s. r., cx. 87).

Vejamos agora, de um modo necessariamente resumido, quais as acusações imputadas ao escritor, ao longo do processo. Começaremos, assim, por deter-nos na pronúncia provisória, de 26 de outubro de 1959, através da qual é possível perceber que Aquilino Ribeiro foi indiciado por vários delitos<sup>853</sup>, entre os quais destacamos:

- fazer perigar o bom nome de Portugal, bem como o crédito e o prestígio do Estado português no estrangeiro;
- fazer a apologia de crimes contra a segurança do Estado;
- injuriar e ofender o Presidente do Conselho e os demais ministros;
- ofender os magistrados, quer judiciais, quer do Ministério Público, bem como dos tribunais em geral e, em particular, dos Plenários de Lisboa e do Porto e dos magistrados que os integravam;
- abusar da liberdade de imprensa;
- atacar a polícia política.

Como também já o recordaram Alfredo Caldeira e Diana Andringa, às acusações atrás enumeradas associavam-se “as circunstâncias agravantes da premeditação, acumulação de crimes e de ter o mesmo, atenta a sua qualidade de pai de um Juiz de Direito, a especial obrigação de os não cometer”<sup>854</sup>.

Ao longo do processo-crime, o Ministério Público parece insistir, sobretudo, na importância dos abusos cometidos ao nível da liberdade de imprensa, nas críticas à magistratura (em especial, ao Plenário) e até ao Presidente do Conselho, além dos abrangentes e sempre ambíguos crimes contra a segurança do Estado.

No dia 28 de outubro de 1959, o juiz António Teixeira de Andrade emitiu um mandado de captura contra Aquilino Ribeiro, admitindo uma caução de 60 000\$00, para que o mesmo pudesse aguardar em liberdade o seu julgamento, o que, efetivamente, acabaria por suceder<sup>855</sup>. Na época, a caução exigida a Aquilino representava uma quantia bastante elevada, que o autor se teria mesmo recusado a

---

<sup>853</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 4-81.

<sup>854</sup> Pronúncia provisória de Aquilino Ribeiro, elaborada pelo Ministério Público, 16/10/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 40 e Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, p. 45.

<sup>855</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 89. O mandado em questão consta do espólio do escritor na BN (D11/s. r., cx. 101).

pagar. Nessa sequência, teria decorrido uma subscrição entre os amigos de Aquilino para reunir a soma exigida<sup>856</sup>.

Quando, no dia 31 de março de 1960, o juiz converteu a pronúncia provisória em definitiva optou por manter as acusações constantes na primeira, acrescentando, porém, novos aspetos, como sejam a recente edição, no Brasil, do romance *Quando os lobos uivam*, algumas transcrições do prefácio lavrado por Aquilino para uma reedição do livro de Miguel de Cervantes, *D. Quixote de la Mancha* (1.<sup>a</sup> edição: 1954 e 1955 – dois volumes) e, por fim, o inusitado requerimento do escritor beirão ao Ministério Público para que lhe fossem entregues cinco exemplares do romance proibido, pois pretendia enviá-los à Academia de Estocolmo, tendo em consideração a sua recente candidatura ao prémio Nobel da literatura, apresentada em 18 de janeiro de 1960. Por fim, na pronúncia definitiva, o juiz procurou clarificar o perigo que pendia sobre a “honra e consideração internacional de Portugal”. Concluiu, assim, que através da leitura do aludido romance

muitos ficarão – ou poderão ficar – a pensar erradamente que o nosso País é governado por pessoas desonestas, tiranas e sórdidas, os mesmos defeitos tendo as restantes entidades oficiais portuguesas, a sua magistratura é, além disso, parcial, imoral, e que somos possuidores de um nível moral, intelectual, social e económico muito inferior ao realmente existente e possível na nação portuguesa, vindo, além do mais, essa afirmação de um candidato ao Prémio Nobel da Literatura – fl. 225 – recomendado pela Sociedade Portuguesa de Escritores<sup>857</sup>.

Ora, no decurso da longa investigação desenvolvida pelo Ministério Público, foram arquivadas no processo-crime as mais variadas informações sobre Aquilino, muitas delas, de resto, sem qualquer ligação com a matéria que estava a ser investigada. Mergulhemos, pois, nessas fontes.

---

<sup>856</sup> Cf., a título de exemplo, a gravação à Rádio Brazaville, na sua emissão do dia 16/11/1959 – ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 285. Uma passagem do jornal italiano *L’Arena – Verona*, de 15/11/1959, alerta-nos para a mesma situação: “Gli amici di Aquilino Ribeiro hanno raccolto tra di loro i 60 000 escudos necessari perl a cauzione [tradução da nossa responsabilidade: Os amigos de Aquilino Ribeiro recolheram entre si os 60 000\$00 necessários à caução]”. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, p. 43.

<sup>857</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, pp. 274-275.

## 5. Documentação apensa

O processo-crime 16 223/1959 integra um vasto e surpreendente conjunto de fontes apensas, cuja análise detalhada constitui uma via privilegiada para aprofundar algumas das facetas menos conhecidas da biografia aquiliniana, bem como para interrogar as representações que a máquina de investigação e repressão ao serviço do regime construiu e/ou procurou difundir sobre o escritor. Entre a prolífica documentação anexa ao processo-crime, da qual Alfredo Caldeira e Diana Andringa apenas deram “notícia breve”<sup>858</sup>, incluem-se, por exemplo, escutas feitas a emissoras de rádios estrangeiras (v.g. Rádio Moscovo), mapas de distribuição do romance, exemplares do *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, entrevistas concedidas por Aquilino, apontamentos biográficos e literários sobre o autor, recortes de jornais, livros e revistas, excertos de obras (por vezes, quase completas<sup>859</sup>), informações sobre as revoltas de 1927 e 1928 (nas quais, como vimos, Aquilino participou), a sua prisão neste último ano, a adolescência do autor, a relação com Alfredo Costa e Manuel dos Reis Buíça e até o seu possível envolvimento no regicídio, bem como legislação diversa que, possivelmente, serviria de suporte teórico-jurídico à acusação<sup>860</sup>. Nos próximos parágrafos, procuraremos, sobretudo, estar atentos ao conteúdo das informações apensas, mas também ao modo como elas foram sublinhadas e anotadas.

Nas palavras do próprio Ministério Público, os documentos juntos ao processo serviriam “como contributo para o estudo da personalidade do arguido”<sup>861</sup>. Eis as palavras do Ajudante do Procurador, Lopes de Melo, em 19 de julho de 1960, a respeito da biografia aquiliniana recentemente coordenada por Manuel Mendes<sup>862</sup>:

Essa publicação, não obstante ela justificar só por si a junção de todos os documentos que tenho incorporado neste processo, desiludiu-me visto esperar nela mais alguma coisa de verdadeiro interesse que ainda não se encontrasse nestes autos.

---

<sup>858</sup> Cf. Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, p. 28.

<sup>859</sup> Por exemplo: Jorge d’Abreu – *A Revolução Portuguesa. O 5 de Outubro*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, pp. 309-436.

<sup>860</sup> Cf., a título ilustrativo, *Revista de Legislação e Jurisprudência* (de 1/10/1959 e 15/11/1959), onde, por exemplo, foi destacada a parte relativa aos crimes de difamação e de injúria – ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, pp. 191-216.

<sup>861</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 263.

<sup>862</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, pp. 63-66.

Verifiquei, todavia, que este processo [16 223] já é, até na parte respeitante à personalidade do réu, mais imparcial e profundo que o referido livro<sup>863</sup>.

A devassa da vida do escritor e o zelo do Ministério Público em arquivar o maior número possível de dados sobre Aquilino chegou a merecer protestos por parte da defesa, que, por várias vezes, solicitou, em vão, a sua desapensação<sup>864</sup>. A título ilustrativo, no dia 21 de março de 1960, a defesa perguntava:

Querirá fazer-se como o Criador no Juízo final para o qual, como se anuncia na Missa pró-defuntis “Quidquid latet aparebit, nihil inultum remanebit”<sup>865</sup>? É possível. Mas não estamos, felizmente para nós todos, no Juízo Final, nem a acusação é feita pelo Criador<sup>866</sup>.

De resto, importará destacar que os documentos apensos foram, por vezes, remetidos pela Direção dos Serviços Radioelétricos (fundada em 1930), respondendo assim ao pedido do Ministério Público para que lhe fossem enviadas as notícias intercetadas relativas a Aquilino<sup>867</sup>, que, entre muitos aspetos, se relacionavam com a sua putativa ligação ao regicídio, a sua participação nas revoltas de 1927 e 1928, a sua demissão da BN, entre outras polémicas.

Várias fontes apenas integravam violentos ataques ao autor beirão, difundidos na imprensa. Assim, um artigo extraído do jornal oficial da UN, *Diário da Manhã*, na sua edição de 24 de fevereiro de 1959, assinado por Álvaro Cabral, chegava mesmo a falar numa crise literária vivida pelo autor (“visível declínio”). Ele, que já havia sido grandioso quando dera, por exemplo, à estampa *A Via Sinuosa*, publicara depois o “inconcebível” *Arcanjo Negro*, além do “mau, perverso e

---

<sup>863</sup> Estas palavras de Lopes de Melo, responsável pela anexação de provas, surgiram na sequência de um protesto apresentado pela defesa três dias antes. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, p. 68.

<sup>864</sup> Protesto remetido pela defesa de Aquilino Ribeiro, que deu entrada no 3.º Juízo Criminal, no dia 16/07/1960. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, pp. 65-66.

<sup>865</sup> Versos que compõem o *Dies Irae*, que teria sido escrito no século XIII por Tomás de Celano (1200?-1265?). Ainda hoje pode, por exemplo, ser escutado na liturgia católica do Dia de Todos os Santos (1 de novembro).

<sup>866</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 260. Respeitámos o sublinhado constante na própria fonte.

<sup>867</sup> Certificado n.º 36 501, apenso ao processo-crime no dia 25/06/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 161.

acintoso” *Príncipes de Portugal*. Nesse momento, prossegue o articulista, tudo servia ao escritor para “despejar meia dúzia de barbaridades em grande estilo”<sup>868</sup>.

Procurando compilar o maior número possível de argumentos incriminatórios, os funcionários judiciais responsáveis pela instrução do processo-crime chegaram a analisar obras já editadas há várias décadas pelo autor, como as passagens sublinhadas nas páginas apenas do *Malhadinhas* nos deixam antever<sup>869</sup>.

Ainda outro exemplo a este respeito: em 1954, Aquilino deu à estampa a sua versão do clássico *Dom Quixote de la Mancha*. No prefácio à tradução da obra mais conhecida de Miguel de Cervantes (1547-1616) escreveu:

As nossas letras atravessam umas alpoldras difíceis. Com o clima reinante, a geada cresta todas as produções do espírito. Nada de verdadeiramente acre e singular pode vingar. Os vindouros não nos acusem de pobreza mental nem de ignávia. Não nos deixaram fazer mais. Quem? O lápis censório? A atmosfera política? O clima? A doutrina triunfante? A cainhez económica do velho leitor devorador de livros? Tudo isto<sup>870</sup>.

Estas afirmações seriam apenas ao processo-crime 16 223/1959 e sublinhadas a vermelho<sup>871</sup>.

Assim, entre as dezenas de documentos integrados no processo-crime 16 223/59 perpassa a obsessão judicial em sublinhar todos os elementos que, verídicos ou não, pudessem ser utilizados para atacar Aquilino, quer no que diz respeito ao conteúdo das suas obras, quer em relação ao próprio percurso cívico e político do homem. O que implicou, sublinhe-se, arquivar textos sobre episódios com meio século, como seja a fugaz passagem pelo seminário de Beja (1902-1903), mas também a sempre polémica (e não encerrada) questão do seu potencial envolvimento no regicídio, em 1908.

Outras fontes apenas ao processo-crime 16 223/59 permitem-nos ainda, na linha do que já fizeram Alfredo Caldeira e Diana Andringa, lançar a hipótese de uma

---

<sup>868</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 214.

<sup>869</sup> A título ilustrativo, cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 235.

<sup>870</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2010 (b), p. 9.

<sup>871</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 187.

campanha desencadeada na imprensa afeta ao regime, através da qual se pretendia fazer um ataque ideológico *ad hominem*<sup>872</sup>.

No ponto seguinte deste estudo, iremos debruçar-nos sobre alguns dos documentos apensos ao processo-crime, mas relativos à questão Nobel, que, sublinhe-se, teve um papel fundamental no modo como o processo-crime acabou por desenrolar-se. Talvez essas fontes, em conjunto com aquelas que parecem insinuar a ligação do escritor ao regicídio, a sua participação nas revoltas do “revirinho” ou até mesmo as conjecturas sobre as suspeitas de plágio<sup>873</sup> possam ajudar-nos a reforçar o facto de a investigação policial almejar, fundamentalmente, reunir o maior número de elementos, verídicos ou não, que permitissem atacar e condenar Aquilino Ribeiro. Um ataque, por conseguinte, de natureza pessoal e ideológica.

## 6. A candidatura ao Nobel e o fim do processo

O processo-crime conheceu o seu canto de cisne no dia 17 de novembro de 1960, quando, no âmbito das efemérides associadas aos 500 anos da morte do Infante D. Henrique (1394-1460), o Estado Novo decidiu amnistiar, entre outros, o romancista beirão<sup>874</sup>. Na sua biografia de Salazar, Franco Nogueira refere que:

Esta amnistia [...] abrangeu também alguns delitos havidos por ideológicos ou de opinião, além de delitos económicos, eleitorais, de imprensa, etc. Entre os primeiros, e abrangido pela amnistia, figurou Aquilino Ribeiro (acusado de ofensas à Magistratura pelo seu livro *Quando os lobos uivam*), e também outros como Moreira de Campos, Padre Abel Varzim, etc<sup>875</sup>.

O próprio Aquilino, numa das páginas das provas tipográficas da obra *No cavalo de pau com Sancho Pança* (1.<sup>a</sup> edição: 1960) deixou o seguinte desabafo:

---

<sup>872</sup> *A Voz*, 9/8/1959, ps. 1 e 3. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 246 e Alfredo Caldeira e Diana Andringa (organização e notas) – *ob. cit.*, 1994, pp. 226-229.

<sup>873</sup> Nas suas *Abóboras no Telhado*, Aquilino acusou Gonçalves Rodrigues de ter plagiado a sua obra *Cavaleiro de Oliveira* (1.<sup>a</sup> edição: 1936). O diretor da FLUL respondeu no *Diário Popular* e, por exemplo, no *Diário da Manhã* (18/11/1955 e 10/1/1956, respetivamente). Os artigos em causa foram integrados no processo-crime do escritor – ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, ps. 314 e 316-317. Outrossim, ainda a respeito desta matéria, Gonçalves Rodrigues editou, em 1956, a obra *O Cavaleiro de Oliveira, o senhor Aquilino e eu*.

<sup>874</sup> Através da aplicação do decreto-lei n.º 43 309, de 12/11/1960. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-4, pp. 95-98.

<sup>875</sup> Cf. Franco Nogueira – *ob. cit.*, volume V, 2000, p. 177, nota 1.

“Pelo que me respeita foi uma amnistia tirada a fórceps. Nunca um livro em Portugal teve tantas honras, crime contra a segurança do Estado, injúrias aos ministros, à magistratura. Tal não foi meu intento”<sup>876</sup>.

Para compreender o fim do processo-crime é fundamental ter em consideração a candidatura de Aquilino ao prémio Nobel da literatura, em janeiro de 1960, bem como as movimentações cívicas que se criaram em torno do processo-crime, quer dentro, quer fora das fronteiras nacionais.

O nome de Aquilino foi sugerido à Academia sueca pelo professor catedrático da FLUL Francisco Vieira de Almeida. O *Diário de Lisboa*, de 18 de janeiro de 1960, anunciou a apresentação da candidatura de Aquilino ao Nobel da literatura e transcreveu o texto criado para o efeito daquela proposta. Entre as 98 personalidades que a assinavam podemos destacar, apenas a título de exemplo, José Cardoso Pires (1925-1998), Fernando Lopes Graça, Augusto Abelaira (1926-2003), Manuel Mendes, David Mourão-Ferreira (1927-1996), Urbano Tavares Rodrigues, João Gaspar Simões, Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), Baptista-Bastos, Joel Serrão, Mário Soares (1924-2017), Domingos Monteiro (1903-1980), Branquinho da Fonseca (1905-1974), Vitorino Nemésio, Abel Manta, Ferreira de Castro, Fernando Namora, Alves Redol, Tomás da Fonseca, Vergílio Ferreira (1916-1996), José Régio e Óscar Lopes<sup>877</sup>.

O vencedor do Nobel foi anunciado em outubro de 1960<sup>878</sup>: Saint-John Perse, pseudónimo adotado, em 1924, por Marie-René Aléxis Saint-Léger Léger (1887-1975), na obra *Anabase*. Menos de um mês depois deste anúncio, Aquilino foi amnistiado.

Repare-se que Miguel Torga enfrentou uma situação muito parecida, em 1959, quando editou o volume VIII do seu *Diário*. No dia 20 de fevereiro, ou seja, dois dias após a confirmação da sua candidatura ao Nobel de 1960, começou a ser apreendido o livro em causa. Num hábil recuo estratégico, a partir do dia 25 de

---

<sup>876</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 1).

<sup>877</sup> Documento integrado no proc. n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 223.

<sup>878</sup> *O Século*, 27/10/1960. Cf. processos de Miguel Torga na PVDE/PIDE/DGS – IANTT: processo Bol. 88 977 (NT 8018).

fevereiro, o supradito volume passou a poder circular, ainda que não lhe pudessem ser feitas referências na imprensa<sup>879</sup>.

Sintetizando: no caso de Miguel Torga, a confirmação da sua candidatura ao galardão sueco teria levado o regime a recuar estrategicamente, permitindo o que pouco antes havia proibido. No caso de Aquilino, a atribuição do Nobel a um poeta francês – e, depreenda-se, o período de maior acalmia que se lhe sucedeu – teria sido aproveitado pelo regime para encerrar a polémica questão. Repare-se que o processo-crime nasceu no dia 19 de março de 1959, tendo a candidatura ao Nobel sido apresentada por volta de janeiro de 1960. A atribuição do Nobel, em outubro de 1960, desviou os holofotes do nosso biografado, o que permitiu ao regime, cerca de um mês depois, resolver a incómoda situação da melhor maneira possível. Apesar disso, o processo-crime deixaria marcas profundas em Aquilino, que, segundo a própria esposa Jerónima Machado, teria optado por adiar a publicação da primeira parte das suas memórias, apesar de já estarem prontas para edição<sup>880</sup>. Incompletas, apenas conheceriam a luz do dia, já depois do 25 de abril de 1974, ou seja, volvida mais de uma década após a morte de Aquilino.

A proposta de dois candidatos portugueses ao Nobel daria azo a um intenso debate. Assim, se o editorial do jornal *A Voz*, de 25 de janeiro de 1960, parecia querer transmitir uma mensagem de imparcialidade: “Quando se anunciou que se apresentaria este ano, para o Prémio Nobel da literatura, a candidatura de um escritor português, apressámo-nos a afirmar que, fosse qual fosse o candidato, Aquilino ou Torga, seria aos nossos olhos uma candidatura nacional a sua”<sup>881</sup>, a verdade é que os artigos publicados parecem levar-nos a sustentar o contrário. *Malgré tout*, nesta época, segundo o jornal *A Voz*, o prémio não deveria ser atribuído a Aquilino. Num comentário intitulado “O pobre Nobel”, dado à estampa no jornal *A Voz*, de 21 de janeiro de 1960, dizia-se que o que estava a acontecer em Portugal:

Vem mostrar a muita gente como são as canonizações literárias mundiais em Estocolmo. Serão assim realmente, no que respeita a países pequenos, de literaturas menos conhecidas, ou estará acaso a passar-se, em Portugal, algo de anormal e

---

<sup>879</sup> Sobre a questão Nobel, cf. Renato Nunes – *ob. cit.*, 2007, pp. 107-129.

<sup>880</sup> Cf. “Um homem uma época”, parte 2, programa televisivo emitido pela RTP, em 20/11/1976. Arquivo da RTP, origem: 76250003/000.

<sup>881</sup> Cf. processos de Miguel Torga na PVDE/PIDE/DGS – IANTT: Bol 88 977, NT 8018.

comprometedor, sinal de compadrios e de suaves maquiavelismos, em busca de Pasternakezinhos<sup>882?</sup>

[...] E ficamos a aguardar em fantasia, as deliciosas futuras traduções de Aquilino, que devem ser um regalo – em linguagem básica...<sup>883</sup>

O indefetível salazarista e polemista Manuel Anselmo (1911-1992) apresenta nos seus “Cadernos” de janeiro/fevereiro de 1960 um texto com o título: “Campanhas políticas para o prémio Nobel”, ao longo do qual recorda que a primeira candidatura a ser apresentada foi a de Torga e procura justificar a sua preferência pelo autor de *Bichos* (1.<sup>a</sup> edição: 1940), em detrimento de Aquilino Ribeiro: “Todos eles merecem o *prémio* Nobel mas entre Torga e Aquilino opto por Torga”<sup>884</sup>.

Face ao exposto, importa agora apresentar algumas conclusões a respeito do processo-crime de 1959-1960.

A obra *Quando os lobos uivam*, editada no final de 1958, continha denúncias que colocavam em causa os fundamentos do regime, pelo que, na lógica do salazarismo, afigura-se-nos compreensível a abertura de um processo-crime. E isto, sublinhe-se, apesar de o autor beirão ter optado por citar na badana do romance a célebre afirmação de Salazar, em 1936: “Comece o seu inquérito por Aquilino. É um inimigo do regime. Dir-lhe-á mal de mim, mas não importa: é um grande escritor”.

Não nos parece que a questão dos baldios seja o óbice que motivou a instrução de um processo-crime a Aquilino, em 1959-1960, constituindo, isso sim, mais um dos elementos a somar aos restantes, como sejam as críticas constantes no romance a vários órgãos de poder político e judicial (v.g., Plenário), num contexto histórico bastante delicado, ainda para mais marcado pela divulgação de recorrentes críticas proferidas pelo escritor beirão contra o salazarismo.

O preâmbulo do romance, consagrado a Pulido Valente, também não pode ser menosprezado. A este respeito, teremos de recordar a carta escrita pelo autor, no

---

<sup>882</sup> Registe-se que, em 1959, Aquilino redigiu um prefácio para a obra de Boris Pasternak, *O Doutor Jivago*, tradução de Augusto Abelaira e David Mourão-Ferreira (editora Bertrand).

<sup>883</sup> Documento integrado no processo n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, p. 224. Este artigo foi igualmente apenso a um dos processos de Torga na polícia política – cf. IANTT: Bol 88 977, NT 8018.

<sup>884</sup> Documento integrado no processo n.º 16 223/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-3, pp. 159-160.

dia nove de março de 1959, na qual se adivinha uma proposta feita pela censura: se o prefácio fosse revisto a reedição do livro poderia ter luz verde<sup>885</sup>.

Outrossim, não podemos ignorar que estamos na presença de uma obra com um discurso fluido/cristalino e uma narrativa atrativa, o que tornava a mensagem de Aquilino mais perigosa, pois poderia atingir um público mais vasto. Não por acaso, esta foi uma das três obras<sup>886</sup> do nosso biografado que seriam adaptadas à televisão e ainda recentemente foi transmitida na *RTP Memória*.

As informações coligidas pela polícia política demonstram que a instrução do processo-crime, em 1959-1960, apesar de ter ficado formalmente sob a jurisdição da PJ, foi acompanhada de perto pela PIDE. Tratou-se, segundo podemos presumir, de uma estratégica maneira de o regime sustentar a não interferência política nesta matéria. Uma asserção que parece ser corroborada por Marcello Caetano, quando deixou as seguintes palavras nas suas *Memórias de Salazar*, a respeito do processo-crime movido a Aquilino: o “Governo foi alheio ao assunto”<sup>887</sup>.

Repare-se que o caso em torno do romance *Quando os lobos uivam* foi acompanhado, pelo menos, por Quesada Pastor, pelo Ministro da Presidência Teotónio Pereira, pelo Ministro da Agricultura (que pediu ao Diretor dos Serviços Florestais que lesse a obra) e, por exemplo, também por Salazar, como comprovam os documentos existentes no seu Arquivo, dos quais teremos oportunidade de nos ocupar em parte posterior deste capítulo. Esta matéria, sublinhe-se, continuou ainda a merecer a atenção do regime, mesmo após o fim do processo: a obra *Quando os lobos julgam a justiça uiva*<sup>888</sup> seria analisada pela censura, em 1969. A este respeito, Cândido de Azevedo cita um relatório do “lápiz azul”, datado de 28 de março de

---

<sup>885</sup> Carta de Aquilino ao Ministro da Presidência, transcrita no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12/4/1959 (integrada no corpo de um texto que tinha o título “A luta de Aquilino Ribeiro”). Cf. processo de Informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573). Numa carta enviada por Aquilino a Santos Costa, em 12/11/1959, o escritor parece referir-se a esta mesma possibilidade: caso o prefácio fosse expurgado o romance *Quando os lobos uivam* seria libertado das amarras da censura. Cf. Manuel Braga da Cruz (organização e prefácio) – *ob. cit.*, 2004, p. 323.

<sup>886</sup> Para além do romance *Quando os lobos uivam* (adaptado à televisão por Francisco Moita Flores, em 2006), cf. Artur Correia e Ricardo Neto (realizadores) – *O Romance da Raposa*, obra de Aquilino Ribeiro com diálogos adaptados por Maria Alberta Menéres, RTP, 1987. Disponível *on-line*, em 13 episódios: <https://www.youtube.com/watch?v=4uawSwdY2T0> [12/12/2017] e António Faria (realizador) – *O Homem que matou o diabo*, RTP, 1979, oito episódios.

<sup>887</sup> Cf. Marcello Caetano – *ob. cit.*, 2006, p. 645.

<sup>888</sup> Cf. Heliodoro Caldeira – *ob. cit.*, s.d.

1969, onde se sugere a proibição do mencionado livro, uma recomendação aceite através de um despacho superior, daquele mesmo dia<sup>889</sup>.

Apesar de todas as dúvidas que ainda persistem, foi a intervenção do Major Chaves que desencadeou a apreensão do romance. Não deixa, porém, de ser curioso verificar que, pelo menos, a partir do dia nove de março a imprensa passou a poder fazer referências ao livro, havendo até, segundo parece, a possibilidade de libertar o livro das malhas da censura, caso fosse revisto o prefácio. Aquilino recusou e dez dias depois foi-lhe formalmente instruído o processo-crime. Entretanto, talvez venham à luz do dia novas fontes, nomeadamente as que se referem à intervenção da censura, que possam ajudar os investigadores a desvendar mais detalhes sobre esta matéria.

A candidatura de Aquilino ao Nobel de 1960 (“recomendada” pela SPE) tornou a mensagem do nosso biografado muito perigosa, internacionalizando-a ainda mais, o que se revela importante para compreender o desenlace do processo-crime instruído. Um verdadeiro mega-processo, que se arrastou entre março de 1959 e novembro de 1960, no qual foram integradas informações das mais variadas facetas do escritor e do homem ao longo de toda a sua vida, numa inequívoca tentativa de recolher vários indícios, que pudessem comprometer o autor e o cidadão. Um *puzzle* – onde muitas peças em nada se relacionam com a génese do processo-crime –, que nos remete para uma investigação e uma acusação de natureza ideológica, que a acusação procurou justificar como um estudo da personalidade, numa época conturbada, marcada por passos importantes do regime para se abrir estrategicamente à Europa, como bem o demonstra a integração de Portugal – na qualidade de um dos fundadores – na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), em 1960.

À luz das fontes analisadas, parece-nos importante reforçar que a campanha de Delgado consumou uma rutura, já anunciada pelas várias transformações operadas, após o fim da II Guerra Mundial e sobretudo ao longo da década de 50.

Os argumentos parecem, pois, reforçar a ideia segundo a qual os grandes problemas do escritor com o regime teriam surgido nos anos 50, embora, segundo pensamos, ele também não tenha sido assim tão “intocável” nas décadas precedentes, como Fernando Rosas e Irene Pimentel deram a entender. Afinal, o seu romance

---

<sup>889</sup> Cf. Cândido de Azevedo – *ob. cit.*, 1999, p. 554.

*Arcanjo Negro* teve de aguardar vários anos até que alcançasse o indispensável *nihil obstat* e pelo menos alguns artigos jornalísticos de Aquilino foram censurados, ainda durante a década de 40.

Repare-se que, em 1956, Aquilino foi eleito o primeiro Presidente da SPE. De acordo com a legislação vigente, os estatutos daquela Sociedade teriam de ser aprovados pelo Ministro da Educação Nacional Francisco de Paula Leite Pinto, o que apenas viria a ocorrer na sequência de intervenção do nosso biografado. Aquilino e Ferreira de Castro pretendiam construir uma Sociedade “de todo apolítica”<sup>890</sup>.

Eis uma carta que poderemos situar por volta de 1956, enviada a Aquilino pelo ministro em causa (cargo: 1955-1961):

Meu prezado Amigo

Em seguimento à troca de impressões que acabámos de ter, na qual me manifestou os desejos dos escritores e homens de letras de não serem incluídos nos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Escritores as cláusulas gerais e habituais expressas no ofício 13/106 da Inspeção do Ensino Particular, de 15 do passado mês, dou o meu acordo à eliminação das duas cláusulas dos Estatutos, ficando no entanto assente que os corpos gerentes da sociedade não se afastarão da linha que nelas se marcou.

O meu caro Amigo e antigo mestre é o garante perante mim e o Ministério do cumprimento das cláusulas como se de facto fizessem parte dos Estatutos<sup>891</sup>.

Francisco de Paula Leite Pinto apelida o nosso biografado de “antigo mestre”, porquanto fora seu aluno, algures durante o período em que Aquilino exerceu funções docentes no liceu Camões (1915-1918).

No processo da SPE constante no IANTT encontrámos uma informação, extraída do *Diário de Lisboa*, na sua edição de 11 de junho de 1956, segundo a qual o Ministro da Educação Nacional teria aprovado, no passado dia quatro, os estatutos da Sociedade de Escritores, “depois de lhe serem introduzidas algumas alterações formais, de harmonia com as leis vigentes”<sup>892</sup>. A missiva anteriormente citada

---

<sup>890</sup> Carta-circular assinada por Aquilino e Ferreira de Castro, datada de 30/04/1954 e enviada a vários escritores, na qual se comunicava a intenção de fazer uma reunião “com o fim de trocar impressões quanto à possibilidade de fundar uma Sociedade de Escritores, de todo apolítica, que tenha por objetivo tratar e defender exclusivamente os interesses da classe”. Cf. [http://www.ceferreiradecastro.org/efe\\_abril.php](http://www.ceferreiradecastro.org/efe_abril.php) [07/04/2017]. Sobre esta matéria, cf. também Ricardo António Alves – *Anarquismo e Neo-Realismo. Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, 1.ª edição, Lisboa, Âncora Editora, 2002, p. 156.

<sup>891</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s. r., cx. 141).

<sup>892</sup> Cf. IANTT: processo 232 CI (1).

permite-nos, portanto, compreender que a intervenção de Aquilino teria sido importante para a aprovação dos estatutos da SPE.

Aquando da reunião da primeira Assembleia Geral da SPE, em cinco de julho, Aquilino tomou a palavra para, entre outros, descrever o complexo processo de aprovação dos estatutos, afirmando que o Ministro da Educação teria acabado por compreender que as duas cláusulas que motivavam a discórdia seriam supérfluas. Ainda assim, o nosso biografado deixou bem claro no decurso da sua intervenção que, concordando-se ou não, como era evidente a lei geral condicionava “todas as atividades particulares das Sociedades de cultura”<sup>893</sup>.

Desçamos a outros arquivos, em busca de novos dados...

## 7. Aquilino na delegação da PIDE/DGS, em Coimbra

Já tivemos oportunidade de escrever que, em 1958, a delegação da PIDE de Coimbra começou a recolher informações sobre o autor de *Quando os lobos uivam*, nascendo, assim, o processo 15 573. Recorde-se, no entanto, que a polícia política já, em 1954, pesquisara informações sobre o nosso biografado, nomeadamente sobre o seu posicionamento político e as informações mais recuadas, embora esporádicas, remontam ao período em que ele subscreveu as listas do MUD, em 1945.

A delegação da PIDE/DGS da cidade do Mondego reuniu, entre 1958 e 1973, um total de 64 páginas<sup>894</sup> respeitantes a Aquilino. Da cronologia apresentada ressalta desde logo a evidente prova de que continuaram a ser coligidos dados, mesmo após a morte do romancista, em 1963. Mesmo que a preocupação policial se direcionasse, como nos parece lógico, para a atuação das oposições, certo é que essa recolha continuou a processar-se.

No processo que inspira esta rubrica, podemos encontrar recortes e informações extraídas de jornais nacionais e internacionais, relatórios feitos pelos agentes da PIDE, bem como denúncias enviadas por um regular informador da

---

<sup>893</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, 6/7/1956, p. 10. Consultado a partir de [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome\\_da\\_pasta=06527.065.14950&numero\\_da\\_pagina=9](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06527.065.14950&numero_da_pagina=9) [7/9/2017].

<sup>894</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

polícia política na região centro, identificado com o nome de “Inácio”<sup>895</sup>. A informação mais antiga está associada a um artigo da imprensa, de maio de 1958, enquanto a mais recente contém a data de 24 de maio de 1973. Nesta última, transcreve-se um excerto da obra *Lápides Partidas*, que Aquilino publicou em 1945<sup>896</sup>: “Falo em liberdade e todavia encontro-me em clausura. Mas esta clausura, bem o sinto, é a antecâmara da liberdade”<sup>897</sup>.

Embora constem referências na polícia política à assinatura, em 1945, das listas do MUD, o documento mais antigo constante no processo de Aquilino na delegação de Coimbra data de 14 de maio de 1958 e consiste numa informação extraída do jornal *República*. No aludido artigo referia-se que o escritor integrara a Comissão Nacional da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República. A aludida comissão, formada enquanto se preparava a documentação que teria de dar entrada no Supremo Tribunal de Justiça, seria presidida por Vieira de Almeida, incluindo nomes como Mendes Cabeçadas, Pulido Valente, Irene Lisboa e João Gaspar Simões. Portanto, registre-se, a primeira página a ser arquivada pela delegação da PIDE diz respeito à candidatura do “general sem medo”<sup>898</sup>.

Entre os restantes elementos reunidos pela polícia política, em Coimbra, poderemos destacar:

– um relatório assinado por Alberto da Natividade, agente da PIDE, no qual se fazia referência às cerimónias fúnebres do professor Joaquim de Carvalho, sepultado na Figueira da Foz. De acordo com este documento, durante o funeral, os “antissitucionistas” Jaime Cortesão, António Sérgio e Aquilino Ribeiro foram representados por Paulo Quintela (1915-1987)<sup>899</sup>;

---

<sup>895</sup> Sobre esta matéria, cf. Paulo Marques da Silva – *A PIDE e os seus informadores. O caso de Inácio*, 1.ª edição, Coimbra, Palimage, 2019.

<sup>896</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1945], p. 277.

<sup>897</sup> Recorte do jornal *O Arauto de Osselo*: quinzenário de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, com distribuição nacional, fundado, em 1972, por Vasco de Lemos Mourisca (1911-1984). Incluía um suplemento jurídico, intitulado “Toga”. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>898</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573). Sublinhe-se que este artigo também faz parte do processo-crime 16 223/59.

<sup>899</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

- informações remetidas pelo informador “Inácio”, a respeito do processo-crime instruído a Aquilino, em 1959<sup>900</sup>;
- em 1959, Aquilino subscreveu um requerimento a solicitar autorização para realizar um “congresso de democratas portugueses”<sup>901</sup>;
- assinatura, por parte do escritor, de um manifesto intitulado “Aos Republicanos Portugueses”, no âmbito das comemorações que seriam realizadas no dia 31 de janeiro de 1960, na cidade do Porto<sup>902</sup>.

A este respeito, importa dizer que, em 1961, um relatório policial caracterizado como “confidencial” colocava o nome de Aquilino como um dos possíveis candidatos a enfrentar o regime nas próximas eleições da Assembleia Nacional:

A “oposição” de Viseu ainda não assentou, ao que parece, definitivamente no caminho a seguir.  
Sabe-se contudo que já estiveram indicados ou se pensou nos nomes de: Escritor Aquilino Ribeiro<sup>903</sup>.

Tal não chegou, porém, a verificar-se. De resto, como era recorrente, as eleições legislativas de 1961 ficaram marcadas pela desistência das oposições nos vários círculos eleitorais e pela exclusiva eleição dos deputados integrados na UN.

Ainda através das fontes arquivadas pela polícia política de Coimbra, conseguimos perceber que, em 1962, Aquilino participou numa homenagem póstuma ao jornalista e político parlamentar José Estêvão (1809-1862)<sup>904</sup>. Outrossim, na sequência da proibição oficial das comemorações do dia do estudante, o escritor subscreveu um abaixo-assinado, onde se manifestava a solidariedade “aos estudantes

---

<sup>900</sup> Cf., por exemplo, a transcrição de um texto inserto no jornal *O Estado de S. Paulo*, na sua edição de 12/4/1959, cujo título era: “A luta de Aquilino Ribeiro”. Enviado por “Inácio”, em 20/7/1959, com a indicação de que circulava “na oposição e setor avançado”. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>901</sup> Esta informação tem a data de 1/5/1959. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573). De acordo com a própria fonte em questão, o referido requerimento foi integrado no processo n.º 16 252-SR.

<sup>902</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15 573). De acordo com uma nota policial, o panfleto em questão foi arquivado no processo n.º 10 414.

<sup>903</sup> Este relatório tem a data de 9/10/1961, portanto, a cerca de dois meses das eleições para a AN. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15 573).

<sup>904</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15 573).

universitários portugueses” e se exigia a imediata abolição da censura<sup>905</sup>. No âmbito desta crise académica – que conduziu à demissão de Marcello Caetano da reitoria da Universidade de Lisboa –, vários membros da SPE, entre os quais Aquilino, pugnaram pela comemoração do dia do estudante, a reabertura das associações académicas, a recondução das direções demitidas, a libertação de todos os universitários detidos e a não contagem das faltas decorrentes da luta académica<sup>906</sup>.

Importa mencionar que na obra *Arcas Encoiradas*, reeditada em 1962, quando discorria a propósito das zonas menos desenvolvidas das Beiras, Aquilino deixou registada a seguinte crítica ao regime salazarista:

Nos últimos anos, reduziu-se de muitas dezenas de quilómetros quadrados o largo perímetro de treva que se adensava sobre o Nordeste das duas Beiras. Para algum lado, mais que para os estádios, representações, armas e navios, havia de ir o dinheiro dos contribuintes. Em quase três décadas de Estado Novo, foram as barragens o único progresso apreciável<sup>907</sup>.

No entanto, segundo o que conseguimos concluir, nada teria sucedido em relação ao texto que acabámos de citar, que, sublinhe-se, não constava da versão original da obra *Arcas Encoiradas*, nas suas duas edições dadas à estampa em 1953<sup>908</sup>.

Retomando a análise do processo policial que inspira esta rubrica, as informações finais que nos parecem dignas de registo referem-se às homenagens que estariam a ser preparadas, no âmbito dos 50 anos da estreia literária de Aquilino, nomeadamente em Viseu<sup>909</sup>. E mesmo após a morte do escritor, em 1963, esta matéria continuou a merecer a atenção da PIDE: do *Diário de Coimbra*, na sua edição de 20 de maio de 1965, foi copiado um artigo da autoria de Vaz da Cunha, precisamente sobre uma possível sessão evocativa, que seria dinamizada pelos

---

<sup>905</sup> O protesto seria apenso ao processo de Fernando Namora na polícia política, pois o escritor neorrealista também o havia subscrito. Cf. IANTT – PIDE/DGS, proc. n.º 3733, doc. 443, *apud* Paulo Marques da Silva – *ob. cit.*, 2009, p. 156.

<sup>906</sup> Cf. IANTT – PIDE/DGS, proc. n.º 3733, doc. 440, *apud* Paulo Marques da Silva – *ob. cit.*, 2009, pp. 156-157.

<sup>907</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *Arcas Encoiradas. Estudos, Opiniões, Fantasias*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1962, p. 152.

<sup>908</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1.ª edição, s.d [1953], p. 145 e Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2.ª edição, 1953, p. 145.

<sup>909</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

Rotários<sup>910</sup> de Viseu, no dia 13 de junho<sup>911</sup>. E em 1970, aconteceria o mesmo, quando a localidade algarvia de Olhão pretendeu homenagear Aquilino<sup>912</sup>.

A iniciativa prevista pelos Rotários de Viseu, em 1965, não passou despercebida ao informador da PIDE “Inácio”, que remeteu à delegação de Coimbra, no dia 23 de maio, uma nova carta, que encerrava deste modo: “Espera-se que assistam categorizados elementos da oposição”<sup>913</sup>.

Menos de um mês depois, “Inácio” voltaria a dar novidades:

O comunista Dr. Rui Clímaco Governador do Distrito Rotário Português é orador oficial na homenagem que os rotários de Viseu prestam no próximo dia 13 ao falecido escritor Aquilino Ribeiro.

De Coimbra vão vários rotários assim como de outras partes do País. Promete ser uma grande reunião antissituacionista<sup>914</sup>.

Como era habitual nestes casos, a iniciativa deveria ter sido vigiada, pois o subdiretor Rogério Morais Coelho Dias (1913-?), da delegação da PIDE de Coimbra, enviou depois uma informação confidencial ao seu diretor em Lisboa, na qual comunicava que, no decurso da aludida homenagem, não teriam sido “feitas quaisquer alusões de carácter político”<sup>915</sup>.

Repare-se que estas sessões evocativas eram, por vezes, utilizadas como um momento privilegiado para reunir os opositores ao regime, o que também permitia a sua mais fácil identificação por parte da polícia política. Daí a sua preocupação em vigiar essas reuniões bem de perto, e o mesmo se poderá dizer em relação às

---

<sup>910</sup> A obra *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teologais* foi consagrada por Aquilino a Luís de Almeida Braga, aos Rotários de Braga e a outros amigos do escritor daquela cidade. Cf. Aquilino Ribeiro – *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teologais*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1959, p. 7.

<sup>911</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>912</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>913</sup> Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>914</sup> Informação datada de 11/6/1965. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

<sup>915</sup> Missiva datada de 14/6/1965. Cf. processo de informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15 573, NT 4639 (código/referência PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573).

cerimónias fúnebres de vários oposicionistas intransigentes, como o caso de Tomás da Fonseca, sepultado em 1968, em Mortágua, tão bem comprova<sup>916</sup>.

Em jeito de síntese, parece-nos importante destacar, sobretudo, a cronologia do processo instruído pela polícia política, em Coimbra: 1958-1973. Em princípio, poderá afigurar-se estranha a ausência de fontes a respeito de vários momentos marcantes do passado, como sejam a candidatura de Norton de Matos (1867-1955), em 1949 – que Aquilino teria apoiado –, mas a verdade é que, se já a partir de 1945 começaram a ser evidentes as críticas públicas de Aquilino ao salazarismo, foi a partir dos anos 50 que surgiram os grandes problemas do escritor com o regime. E talvez seja por isso, a fazer fé nas fontes disponíveis, que a polícia política, salvo pontuais recolhas de informação na década de 40, apenas tenha entrado em ação nos anos 50<sup>917</sup>.

É agora chegado o momento de nos embrenharmos nos arquivos do líder absoluto do Estado Novo, até 1968.

## **8. Aquilino no Arquivo Salazar**

No labiríntico espólio público e privado de Salazar, depositado no IANTT, conseguimos detetar 16 páginas de informações relativas a Aquilino Ribeiro, constando mesmo em dois documentos anotações lavradas, em princípio, pelo punho do Presidente do Conselho. A existência destas fontes não constitui uma surpresa, pois a polícia política e a censura “eram tarefa a que o ditador dedicava particular atenção”<sup>918</sup>. De resto, aquando da instrução do processo-crime a Aquilino, em 1959-1960, a PJ chegou a solicitar informações ao chefe de gabinete do Ministro da Presidência, por exemplo, sobre a demissão de Francisco Pulido Valente<sup>919</sup>, professor ao qual Aquilino consagrara o seu romance *Quando os lobos uivam*.

À semelhança do que fizemos com o processo constante na delegação da PIDE/DGS, em Coimbra, decidimos isolar as informações constantes no Arquivo Salazar, tratando-as numa rubrica à parte. Segundo pensamos, esta opção permitir-

---

<sup>916</sup> Cf. Luís Filipe Torgal – *Tomás da Fonseca – Missionário do Povo. Uma biografia*, 1.ª edição, Lisboa, Antígona, 2016, pp. 380-381.

<sup>917</sup> Ainda que, repita-se, a polícia política tenha registado elementos sobre o passado do romancista, nomeadamente quando ele subscreveu as listas do MUD.

<sup>918</sup> Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *ob. cit.*, 1.º volume, 1980, p. 8.

<sup>919</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 160.

-nos-á, na medida do possível, filtrar e colocar em evidência alguns dados que iam chegando às mãos do ditador a respeito do autor beirão. Recorde-se que Salazar revelara ser um admirador de Aquilino, teria na sua biblioteca pessoal as suas obras completas<sup>920</sup> e, como vimos, foi possível localizar no seu espólio pessoal um texto de Aquilino, apresentado ao I Congresso Nacional de Turismo, em 1936.

Assim, do ponto de vista cronológico, a informação mais antiga diz respeito a um requerimento, datado de 17 de janeiro de 1959, enviado ao Ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, e divulgado junto das redações dos jornais.

Diga-se que Teotónio Pereira, influenciado durante a juventude pelo Integralismo Lusitano (movimento ao qual esteve ligado até 1929), chegou a ser apontado como um dos possíveis sucessores de Salazar, tendo Fernando Rosas considerado mesmo tratar-se de um dos “confidentes mais próximos”<sup>921</sup> do ditador. Regressemos, porém, ao Arquivo Salazar.

No supramencionado requerimento, datado de 17 de janeiro de 1959, solicitava-se a autorização oficial para a realização de uma conferência de imprensa, no dia 20 de janeiro, a propósito do pedido de asilo político do general Humberto Delgado ao governo brasileiro. O nome do “general sem medo” encontra-se sublinhado, sempre que aparece mencionado no corpo do texto.

Ao longo do referido requerimento, que acabaria por ser indeferido pelo governo, eram denunciados, entre outros aspetos, os vários episódios censórios e repressivos que tinham marcado a candidatura do “general sem medo”, em 1958<sup>922</sup>. Além de Aquilino Ribeiro, subscreveram-no, entre outros, os seguintes “opositores ao regime” (como fazem questão de se intitular): António Sérgio, José Maria Barbosa de Magalhães (1878-1959), Vieira de Almeida, Cunha Leal, Jaime Cortesão, Artur Andrade, Eduardo Ralha (1907-?), Mário Cal Brandão (1910-1996), Olívio França (1901-1981), Fernando Abranches Ferrão (1908-1995), Manuel Mendes,

---

<sup>920</sup> Cf. *Expresso*, “Livros de Salazar em leilão”, 4/6/2011. Consultado a partir de: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/livros-de-salazar-em-leilao=f653540> [25/4/2017]. Repita-se que no espólio de Salazar, na Câmara Municipal de Santa Comba Dão, existe uma obra de Aquilino – *Casa do Escorpião*, editada em 1963.

<sup>921</sup> Cf. a entrada “Pedro Teotónio Pereira”, de Fernando Rosas, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (direção) – *ob. cit.*, volume II, 1996, p. 719.

<sup>922</sup> “Requerimento para a realização duma conferência de imprensa sobre o pedido de asilo político do sr. general H. Delgado, indeferido pelo Governo” – PIDE/DGS, propaganda apreendida, n.º 405. IANTT – código de referência: PT/TT/PIDE/001/00405. Sublinhe-se que este documento foi remetido ao Ministro da Presidência do Estado Novo, Pedro Teotónio Pereira.

Gustavo Soromenho (1907-2001), Fernando Piteira Santos (1918-1992), Armando Adão e Silva (1909-1993) e Raúl Rêgo.

No frontispício da fonte que temos vindo a explorar foram introduzidas pelos agentes policiais, no canto superior direito, as seguintes notas manuscritas: “Eleição Presidencial – 1958; Movimento Nacional Independente; 25 ZI [?]; Extratado [assinatura ilegível]”<sup>923</sup>.

Ora, o MNI foi criado por Humberto Delgado, logo após as eleições de 1958, com o objetivo de perpetuar a unidade das forças da oposição, que à época das eleições presidenciais se haviam congregado em torno da sua candidatura, e “estancar as zaragatas à sua volta”<sup>924</sup>. Ademais, a criação do jornal *Portugal Livre*, no Brasil, também surgiu integrado neste espírito. Recorde-se que, após a sua derrota nas urnas face ao candidato do regime, Delgado viu-se impossibilitado de regressar ao seu cargo de diretor-geral da Aviação Civil.

Concluiu-se, portanto, que, à semelhança do que sucedeu com o processo organizado pela delegação da PIDE de Coimbra, a informação mais antiga que consta do Arquivo Salazar a respeito de Aquilino diz precisamente respeito a Humberto Delgado. A inexistência de fontes, em ambos os casos, referentes às décadas de 30 e 40, bem como a quase toda a década de 50, afigura-se-nos, por conseguinte, bastante significativa. E ainda que essas fontes possam ter sido extraviadas após o 25 de abril de 1974, é sintomático que, em 1959/1960, quando, no âmbito do processo-crime instruído a Aquilino, se procedeu a um levantamento exaustivo das informações respeitantes ao escritor, não se lhes faça referência, de um modo mais ou menos direto, o que parece demonstrar, de facto, a sua inexistência.

A fazer fé nos elementos processuais, também chegou ao gabinete de António de Oliveira Salazar um telegrama, enviado a partir de Braga, datado de 16 de novembro de 1959, no decurso do qual se abordava o nome do nosso biografado:

Excelentíssimo Presidente do Conselho de Ministros quinhentos democratas reunidos  
Braga em homenagem ao dr. Victor [de] Sá [1921-2003] protestam a vossa excelência

---

<sup>923</sup> Cf. “requerimento para a realização duma conferência de imprensa sobre o pedido de asilo político do sr. general H. Delgado, indeferido pelo Governo” – PIDE/DGS, propaganda apreendida, n.º 405. IANTT – código de referência: PT/TT/PIDE/001/00405.

<sup>924</sup> Cf. Frederico Delgado Rosa – *ob. cit.*, 2008, p. 811.

sua inteira solidariedade com grande escritor Aquilino Ribeiro e repelem indignamente afronta cultura e inteligência portuguesa<sup>925</sup>.

Tratava-se, afinal, de mais um protesto contra o processo-crime instruído a Aquilino, na sequência da publicação do romance *Quando os lobos uivam*. Entre os promotores contavam-se nomes como Domingos Gomes Santos (1896-1978), Francisco Costa Gomes (1914-2001), José Alberto Rodrigues (1905-1979), Câmara Reys, Maria Isabel Aboim Inglês (1902-1963), Vasco da Gama Fernandes, Maria Miquelina Matos Summavielle (1915-2003), António Ramos de Almeida (1912-1961), Arlindo Vicente e Alberto Vilaça (1929-2007).

Outro documento, datado de um de março de 1960, dos Serviços de Segurança da PIDE, sintetizava dados sobre várias temáticas, entre as quais se incluem algumas notas sobre o nosso biografado:

Consta que um “comité de juristes” se prepara, em França, para iniciar uma campanha internacional em favor do epigrafado, a propósito do processo-crime em que aquele escritor é arguido, como autor do livro “Quando os Lobos Uivam”.

Estão sendo traduzidos para a língua francesa os livros “Quando os Lobos Uivam” e “Terras do Demo”, este, também do mesmo autor, traduções que pensam lançar no mercado francês quando do julgamento do citado processo.

Pensam ainda mandar a Portugal um elemento de destaque no Foro de Paris, para assistir ao referido julgamento<sup>926</sup>.

Importa mencionar que o documento em questão apresenta, no seu canto superior esquerdo, a indicação de “visto”, que, pela inconfundível caligrafia, nos parece ser da autoria do próprio António de Oliveira Salazar, a que se associa a data de cinco de março de 1960. Repare-se que as aludidas indicações faziam parte do *modus operandi* do ditador.

A simples presença de observadores estrangeiros nos julgamentos políticos revestia-se de alguma eficácia, pois, em certa medida, constituía uma forma de pressão sobre a atuação dos agentes policiais e judiciais. Daí que, nos anos 60, a pedido da defesa dos arguidos, a Associação Internacional dos Juristas Democratas tenha passado a enviar os seus delegados às audiências<sup>927</sup>, o que – como teremos

---

<sup>925</sup> Cf. manifestação de solidariedade com Aquilino Ribeiro – Arquivo Salazar, PC-77-A, cx. 590, pt. 14. Código de referência PT/TT/AOS/D-M/26/3/14.

<sup>926</sup> Cf. Informação n.º 59/60. ANTT – Arquivo Salazar, DOS, PC-77, cx. 593, pasta 28.

<sup>927</sup> Cf. Fernando Rosas (coordenação) – *ob. cit.*, 2009, p. 147.

oportunidade de comprovar nos próximos parágrafos – o regime português tentou contrariar.

Encontrámos também no Arquivo Salazar uma carta remetida ao Presidente do Conselho por um grupo de escritores franceses, que haviam constituído a “Union des Écrivains pour la Vérité”, onde se condenava a atuação do regime português contra um escritor “qui n’a commis d’autre méfait que de poursuivre l’exercice de son art”<sup>928</sup>.

O protesto era assinado pelo presidente da aludida associação, Louis Martin-Chauffier (1894-1980), um jornalista e escritor francês, que, durante a II Guerra Mundial, chegou a ser detido em campos de concentração alemães, em virtude da sua resistência à ocupação germânica da França. Entre outros, este “partisan” escreveu os seguintes romances: *La Fissure* (1.<sup>a</sup> edição: 1923); *Jeux de l’âme* (1.<sup>a</sup> edição: 1927) e *Mon Père n’est pas mort* (1.<sup>a</sup> edição: 1950).

Cerca de dois meses após a missiva anterior, o gabinete do Presidente do Conselho recebeu uma nova carta sobre a mesma temática, mas desta vez enviada a partir de Bruxelas. O seu remetente era o secretário-geral Joë Nordmann (1910-2005), da Associação Internacional dos Juristas Democratas, organização não-governamental fundada, em Paris, em 24 de outubro de 1946. Joë Nordmann foi um advogado, que integrou a Resistência francesa à ocupação nazi, movimento que, inclusivamente, acabaria por representar no Tribunal de Nuremberga (20 de novembro de 1945 – um de outubro de 1946). Viveu na clandestinidade durante o governo colaboracionista de Vichy, criado na sequência da ocupação da França pelos nazis.

A missiva de Joë Nordmann anexava uma tomada de posição sobre a “measure de refoulement”<sup>929</sup> tomada pelo Estado Novo em relação ao advogado Roger Suppervielle, delegado da Associação Internacional dos Juristas Democratas, incumbido de acompanhar o desenvolvimento do processo-crime que estava a ser movido a Aquilino. O que equivale a dizer que o aludido jurista teria sido impedido de acompanhar o caso. Uma vigilância incómoda para o regime, portanto.

---

<sup>928</sup> Missiva datada de 18/5/1960. Cf. reclamações contra a detenção e o julgamento de Aquilino Ribeiro – Arquivo Salazar, PC-51A, cx. 629, pt. 22. Código de referência PT/TT/AOS/D-M/29/17/22.

<sup>929</sup> Cf. reclamações contra a detenção e o julgamento de Aquilino Ribeiro – Arquivo Salazar, PC-51A, cx. 629, pt. 22. Código de referência PT/TT/AOS/D-M/29/17/22.

De seguida, deparamo-nos com uma informação, datada de 24 de fevereiro de 1961, que a secção central dos serviços de segurança da PIDE remeteu à Presidência do Conselho e ao Ministério do Interior. Eis as passagens que nos pareceram mais significativas:

Consta que se encontram em Portugal elementos da Radiotelevisão francesa e suíça, a fim de colherem uma série de entrevistas com personalidades portuguesas.

Segundo também consta, já foram entrevistados para a Radiotelevisão francesa os escritores Aquilino Ribeiro, Maria Lamas [1893-1983] e Miguel Torga.

[...] Como orientadores de tais indivíduos na escolha dos entrevistados, aparece-nos Artur Manuel Monteiro Ramos ou Artur Ramos, realizador de Televisão na RTP e sua mulher, Maria Helena Monteiro Ramos, que também presta serviço naquela organização.

[...] parece-nos que é de todo inconveniente continuarem tais missões a serem entregues a indivíduos desta natureza<sup>930</sup>.

No canto superior direito desta fonte foi colocada uma nota manuscrita, no dia 27 de fevereiro de 1961, assinalando, portanto, a entrada deste documento no gabinete de Salazar. Foram sublinhadas, provavelmente pelo chefe do governo, várias passagens e na margem esquerda foi anotada a seguinte indicação: “Preciso assustava-se [?] o sr. com a mulher com P [?], convivência da RTP”. Tratar-se-ia do tal “safanão a tempo” (leia-se, intervenção mais violenta da máquina repressiva e policial) amplamente defendido pelo ditador, em determinadas situações classificadas como “excepcionais”, a bem da Nação?

Em jeito de síntese, reforce-se, portanto, que, quer na delegação da PIDE/DGS em Coimbra, quer no Arquivo Salazar, as informações mais antigas a respeito de Aquilino, hoje possíveis de localizar, apenas datam do final da década de 50, girando as duas informações em torno do general Humberto Delgado. Também merecedora de registo é a existência de protestos internacionais no Arquivo do ditador, a respeito do processo-crime de 1959-1960.

Dito isto, importará agora ensaiar uma visão de conjunto, sobretudo em relação a todo o período privilegiado no nosso trabalho: 1926-1963. É essa pedra angular que tentaremos colocar já de imediato.

---

<sup>930</sup> Cf. “realização de entrevistas da radiotelevisão francesa e suíça com Aquilino” – Arquivo Salazar, PC-77, cx. 593, subd. 57. Código de referência PT/TT/AOS/D-M/26/2/57. Respeitámos o sublinhado constante na própria fonte.

## Notas conclusivas

Aquilino Ribeiro nasceu no último quartel do século XIX e faleceu na década de 60 do século seguinte. Ao longo dos seus 77 anos, Portugal viveu sob o domínio de quatro regimes políticos: Monarquia Constitucional, I República, Ditadura Militar e Estado Novo.

Fruto de uma relação entre um padre de aldeia e a sua criada, a formação de base de Aquilino foi fortemente influenciada pelo catolicismo, tendo mesmo chegado a frequentar o seminário de Beja, do qual foi expulso em 1903. Ainda assim, essas raízes marcá-lo-iam para o resto da vida, à semelhança das vivências beirãs. Matizes facilmente detetáveis na sua vasta obra literária, nomeadamente no que diz respeito à flora e à fauna das Beiras (com destaque para a raposa, o grilo e as aves, que ocupam um espaço central no seu guinhol).

Já no início do século XX, sobretudo a partir de 1906, quando Lisboa se republicanizava a um ritmo cada vez mais intenso, Aquilino viveu o ambiente pré-revolucionário, convivendo com os republicanos radicais, anarquistas e maçons. Participou nos combates contra a monarquia, quer através de uma ação panfletária (veja-se a sua colaboração no jornal *A Vanguarda*, a partir de 1906), quer da ação armada (caso da intentona da Biblioteca, em 1908). As influências libertárias, que colheu através da leitura de anarquistas como Jean Grave ou Kropotkine, acompanhá-lo-ão ao longo da vida, sendo também importante mobilizar as influências clássicas e filosóficas (neste último caso, em especial, Nietzsche e Schopenhauer) e a admiração pela cultura alemã, à qual se pode associar o antibritanismo próprio de uma geração mais revolucionária, fortemente marcada pelo impacto do Ultimato inglês de 1890. Enfim, um conjunto de referências fulcrais para compreender o caráter original, quer da sua obra, quer do seu posicionamento cívico, perante os acontecimentos do seu tempo.

O célebre rebentamento de bombas no seu quarto, em 1907, o modo como teria resistido, em silêncio, às investidas do juiz Veiga e a decorrente rocambolesca evasão da esquadra do Caminho Novo (12 de janeiro de 1908) constituem alguns dos episódios que ajudaram a construir em torno de Aquilino a representação de um jovem carismático, progressivamente admirado pelas suas incursões jornalísticas, mesmo quando exilado, em França.

Aquilino foi, acima de tudo, um homem que viveu em função de um programa de vida (o grande sentido da sua existência): tornar-se escritor profissional, num país onde raros haviam sido aqueles que tinham conseguido sobreviver, em exclusividade, do que escreviam. E este programa (como Aquilino lhe chamava), ainda para mais num país pouco povoado, marcado por elevadas taxas de analfabetismo, numa época em que os direitos de autor representavam ainda uma realidade bastante incipiente, revela-se, segundo cremos, fundamental para compreender quase tudo o que se lhe segue.

No decurso do seu primeiro exílio em Paris (*grosso modo*, entre 1908 e 1914), enquanto bolsheiro da I República (1911-1914), estudou na Faculdade de Letras, da Sorbonne. Conheceu aquela que depois seria a sua mulher, a alemã Grete Tiedman. E intensificou uma colaboração regular com a imprensa escrita portuguesa, que nunca mais seria interrompida, e à qual também foi buscar, pela vida fora, alguns dos recursos financeiros para a sobrevivência. Além disso, várias obras do autor reaproveitaram partes de artigos inicialmente dados à estampa na imprensa periódica<sup>931</sup>.

Após o seu regresso a Portugal, em 1914 (ano marcado pelo deflagrar da I Guerra Mundial e pelo fim da sua bolsa de estudo), foi nomeado professor provisório da Secção de Letras do Liceu Camões (1915-1918)<sup>932</sup>, onde teria lecionado as disciplinas de Geografia, História e Francês<sup>933</sup>. Em 1919, tornou-se segundo bibliotecário, na BN, deslocando-se à Alemanha, no ano seguinte, como representante da sua instituição de trabalho no Congresso Internacional de Bibliografia<sup>934</sup>.

---

<sup>931</sup> Veja-se, entre outras possibilidades, o caso do artigo “De ontem para hoje”, dado à estampa no jornal *O Século*, em 24/10/1951, depois aproveitado para a obra *Geografia Sentimental* ou “A História-Pátria”, editado n’ *O Século*, em 13/6/1951, que depois seria integrado nos *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias*.

<sup>932</sup> O “Diploma de Funções Públicas” foi assinado, em maio de 1915, por Bernardino Machado e Joaquim Pedro Monteiro. Cf. Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 3, 2016, p. 47. No dia 1/11/1918, Aquilino Ribeiro não tomou posse enquanto professor provisório, interrompendo assim, de modo definitivo, a sua experiência docente.

<sup>933</sup> Na novela “Domingo de Lázaro”, Aquilino Ribeiro menciona ter ainda lecionado Português. Cf. “Domingo de Lázaro”, in Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1985 (e), p. 68.

<sup>934</sup> Cf. Mário Braga (coordenação) – *ob. cit.*, 1985, p. 112 (anexos).

Enquanto membro do “grupo da Biblioteca”, em 1921, fez parte do núcleo fundador da *Seara Nova*, movimento da “extrema-esquerda da República”<sup>935</sup>, eivado de um claro propósito de regenerar a vida política e cultural do país (como, de resto, era próprio, na época, do ideal republicano de progresso e de perfeitibilidade). Um grupo que, segundo alguns autores, esteve mesmo na base da criação do “reviralhismo”. No início da década de 20, Aquilino integrou o grupo dos *Homens Livres*.

Porém, ao longo da vida, Aquilino assumiu-se como um franco-atirador, nunca se filiou no PRP, nem mesmo em qualquer uma das suas facções após a sua pulverização em 1912. A participação direta na revolta de 1927, em Lisboa, e na “revolta do Castelo”, em julho de 1928, conduziu-o aos seus dois últimos exílios, novamente em Paris. Uma participação direta no terreno, mas também como propagandista, neste último caso durante a revolta de fevereiro, em Lisboa. Durante os seus dois últimos exílios em França (com alguns interregnos, entre 1927-1932), participou na Liga de Paris e colaborou na propaganda republicana desenvolvida, sobretudo, sob a ação do prestigiado intelectual António Sérgio.

Em 1932 (a cerca de três anos de completar o seu cinquentenário), regressou a Portugal, de um modo mais ou menos clandestino, predisposto a viver em exclusividade do ofício de escritor. Na sua bagagem tinha três exílios, com as decorrentes dificuldades financeiras, duas detenções e outras tantas evasões dos calabouços nacionais, o desgaste provocado pelos sucessivos fracassos das revoltas do “revirvalho” (1927 e 1928), bem como as desilusões desencadeadas pelas irreconciliáveis fraturas dentro do próprio movimento oposicionista republicano. Numa carta que escreveu a Raul Proença, em 16 de julho de 1931, a partir de Bayonne, o escritor beirão desabafava:

Vai-se apoderando de mim o sentimento de que todo e qualquer esforço nosso está destinado a escoar-se sem rastros como água na areia. Se não se dá o milagre, o imprevisto acontecimento, e qual deva ser não sei, pelo ramerrão em que as nossas coisas vão levadas, morreremos todos no exílio<sup>936</sup>.

---

<sup>935</sup> Cf. *Seara Nova*, 15/10/1921, p. 2. Consultado *on-line* a partir de: [http://ric.slihi.pt/Seara\\_Nova/visualizador?id=09913.001.001&pag=8](http://ric.slihi.pt/Seara_Nova/visualizador?id=09913.001.001&pag=8) [14/2/2019].

<sup>936</sup> Cf. BN – Espólio de Raul Proença (E7, 1750).

Isto para já não voltar a falar na morte de Grete, em 1927, que tanto o marcou, como nos permite adivinhar o dramático texto “Nevermore”<sup>937</sup> ou algumas das palavras que foi deixando nas suas notas pessoais não editadas. Por exemplo, num interessante rascunho de um texto (ainda inédito) intitulado “Diálogo com os mortos”, Aquilino recriou um diálogo com várias pessoas que à época já teriam falecido. Assim, revê a mãe, o pai, Grete, para depois concluir que foram “aqueles que verdadeiramente me amaram no mundo e eu ameí”<sup>938</sup>. E a morte de Aillaud no ano seguinte seria também classificada pelo próprio escritor como um dos momentos mais duros da sua vida.

Quando o Estado Novo se institucionalizou, em 1933, Aquilino era já um nome consagrado no panorama literário nacional, tendo nesse mesmo ano recebido o prémio Ricardo Malheiros.

Segundo pensamos, o passado revolucionário do escritor, à época já com a responsabilidade de dois filhos ao seu encargo, e a necessidade de sobreviver em exclusividade das letras, num país pequeno como Portugal, constituem aspetos fundamentais para justificar a fase de maior “acalmia” que pautou o seu posicionamento público perante o regime salazarista, sobretudo, ao longo da década de 30 e primeira metade dos anos 40. Compulsando os seus escritos e demais intervenções desse período em concreto, nunca detetámos qualquer tomada de posição pública contra o Estado Novo, embora, recorde-se, o autor tenha visto alguns artigos jornalísticos censurados nessa época.

De modo sintomático, Adolfo Casais Monteiro editou um interessante artigo no jornal *Portugal Democrático*, na sua edição de maio de 1959, onde depois de constatar a grandiosidade do mestre, referia que até àquele momento Aquilino ter-se-ia mantido:

de certo modo alheio aos problemas mais prementes da realidade portuguesa; mesmo quando, sob um ou outro aspeto, parecera abordá-los, isto é, fizera do presente o cenário das suas obras de ficção, nós, seus contemporâneos mais novos, e que “vivíamos” essa realidade, tínhamos a impressão de que ele continuava “fechado” no mundo que acabara com o advento da ditadura. Certa ou errada, esta era uma atitude comum, e que não prejudicava aliás o alto conceito em que o grande escritor era tido<sup>939</sup>.

---

<sup>937</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 2008 (c), ps. 331 e 333.

<sup>938</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 91).

<sup>939</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 275.

Outrossim, o histórico líder do PCP Álvaro Cunhal editou um texto, após a morte do nosso biografado, onde afirmou que:

Aquilino morreu no momento de maior coerência entre a sua atividade de escritor e as suas ideias políticas, no momento de maior proximidade, fraternidade e identificação com o povo que sempre amou. Na sua longa vida de trabalho, Aquilino nem sempre foi claro, com frequência se mostrou reservado e arisco às solicitações da luta popular. Mas manteve sempre uma linha coerente que lhe permitiu chegar ao fim da vida e poder afirmar-se “o democrata inquebrantável que sempre fui”<sup>940</sup>.

As fontes constantes no seu processo na polícia política e na censura são praticamente omissas em relação à década de 30 e à primeira metade dos anos 40. E se a ausência de documentos não pode provar de modo cabal a sua inexistência na época, na medida em que eles poderiam ter desaparecido dos arquivos após o 25 de abril de 1974, o facto de não lhes ser feita referência no volumoso processo-crime instruído a Aquilino pela PJ, em 1959-1960, não parece deixar dúvidas acerca da sua inexistência.

Se é certo que ele não foi assim tão “intocável” ao longo das duas décadas iniciais do Estado Novo, ao contrário do que Fernando Rosas e Irene Pimentel deram a entender, pois teve, pelo menos, alguns artigos censurados e a obra *O Arcanjo Negro* foi impedida pela censura prévia de ser publicada, entre 1940 e 1947, certo é que os factos também demonstram que os grandes problemas de Aquilino com o regime salazarista surgiram ao longo da década de 50. A obra *Príncipes de Portugal*, editada em 1952, provocou um intenso debate em plena Assembleia Nacional; em 1959, iniciou-se a instrução de um processo-crime ao escritor e os serviços de censura impediram a divulgação de qualquer referência na comunicação social ao livro *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teologais*. Isto apesar de, já a partir de 1945, com o fim da II Guerra Mundial, serem conhecidas as posições públicas de apoio do escritor ao MUD, bem como as intervenções de crítica ao Estado Novo.

Aquilino foi um romancista pelo qual Salazar manifestou pública admiração, ao longo da década de 30, podendo sustentar-se que a sua conceção literária, marcada pela ruralidade beirã e pelos regionalismos, se enquadravam, em certo sentido, na

---

<sup>940</sup> Cf. José Pacheco Pereira – *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O Secretário-Geral*, 1.ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2015, p. 113.

ideologia estadonovista (sobretudo dos anos 30), que pugnava pela ideia de levar os portugueses a viver como habitualmente.

Num país pequeno, as relações pessoais e a correspondência epistolar de Aquilino com várias figuras gradas do regime salazarista (exploradas na parte III deste estudo) afiguram-se-nos passíveis de compreensão dentro de uma lógica de alguém que procurou sobreviver em exclusividade das letras e, sobretudo a partir da década de 30, almejou tranquilidade e tempo livre para se dedicar à sua obra e nessa sequência continuar a alcançar preponderância social no mundo literário. Importa, de resto, tomar em consideração que das cerca de 60 obras editadas pelo escritor, mais de 50 foram escritas já durante o Estado Novo. E se Luís Vidigal surpreendeu o relacionamento “pontual”<sup>941</sup> do escritor com uma figura de referência do regime salazarista (o ministro da Justiça Manuel Rodrigues Júnior), as nossas pesquisas permitiram-nos concluir que, sobretudo ao longo das décadas de 30 e 40, foi relativamente frequente a troca de correspondência com importantes personalidades da máquina salazarista, entre os quais: Santos Costa, Mário de Figueiredo, Trigo de Negreiros, Armando Larcher, António Ferro, Caeiro da Mata, José da Silva Dias, Rafael Duque, Francisco de Paula Leite Pinto e Marcello Caetano.

Recuperando uma das lições do icónico inspetor *Javert* do romance *Os Miseráveis* (1.<sup>a</sup> edição: 1862), de Victor Hugo, o mundo não pode, portanto, ser percecionado numa simples perspetiva de preto e branco, como se, numa redutora dicotomia, de um lado estivessem os oposicionistas e do outro aqueles que se consideravam afetos ao Estado Novo. Até porque é sempre possível existirem boas relações interpessoais, mesmo entre pessoas com mundividências sociopolíticas e culturais distintas. De facto, talvez seja esta uma das grandes conclusões que poderemos extrair da correspondência de Aquilino com várias personalidades integradas no regime: Aquilino sempre procurou manter-se afastado de qualquer associação formal do seu nome ao regime, não hesitando, porém, em corresponder-se com personalidades integradas na situação ou tecer referências elogiosas ao Presidente do Conselho, como demonstra o seu livro *Abóboras no Telhado*, editado em 1955. O que, por conseguinte, nos leva a concluir que para Aquilino era possível conviver com homens que tinham diferentes convicções ideológicas ou políticas.

---

<sup>941</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 83. A respeito das relações pessoais entre Aquilino e Manuel Rodrigues Júnior, cf. Luís Bigotte Chorão – *ob. cit.*, 2010, p. 451.

Se é, portanto, inquestionável que Aquilino não pode ser considerado um intelectual integrado no regime, também é certo que a necessidade de sobrevivência conduziu-o, em especial ao longo dos anos 30 e 40, a procurar dedicar-se em exclusividade ao ofício da escrita, mantendo um certo distanciamento em relação à política e ao regime. Durante esse período, evitou sempre comprometer-se publicamente com o salazarismo, mas também procurou não assumir posições públicas que lhe trouxessem dissabores (bem como à sua editora, a Bertrand). E é também à luz desse projeto de vida, bem como, repita-se, do desgaste provocado pelo seu passado revolucionário e pelas desilusões inerentes aos acontecimentos da sua vida pessoal e familiar, que deverão ser enquadradas algumas aproximações de Aquilino (um dos escritores mais prestigiados da sua época) com personalidades, de um modo mais ou menos direto, ligados ao Estado Novo.

Alguns exemplos bem concretos merecem ser aqui recuperados.

Em 1936, Aquilino foi convidado para participar no I Congresso Nacional de Turismo, uma iniciativa oficial do salazarismo. Apesar de não ter comparecido presencialmente, enviou um texto, depois editado nas atas do Congresso.

Em 1940, remeteu (ou concordou em remeter) o romance *O Arcanjo Negro* à censura prévia, de modo a evitar problemas e custos (quer para si, quer para a Bertrand). Apenas a chegada de Silva Dias à censura e a admiração que este alimentava por Aquilino teriam permitido editar o livro, em 1947.

Em 1943, António Ferro convidou o escritor para ser membro do júri que iria avaliar as obras de romance, conto ou novela e literatura infantil, pois o SPN iria atribuir, pela 9.<sup>a</sup> vez, os seus prémios literários<sup>942</sup>. Aquilino recusou o convite endereçado, alegando, porém, de acordo com as suas próprias palavras, “porventura pequenas razões e não de todo inibitórias”<sup>943</sup>: teria falta de tempo, pois estava a ultimar o seu romance *Volfrâmio*, e como era um escritor do “vieux style” tinha receio de vir a ser injusto nas suas apreciações. Palavras, provavelmente, proferidas para não ferir o relacionamento pessoal com Ferro, mas também para conservar um certo distanciamento formal em relação ao salazarismo.

---

<sup>942</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/2253).

<sup>943</sup> Cf. FAQ – cultura e pensamento. Aquilino Ribeiro, Fundo AFC (0371), PT/FAQ/AFC/01/001/0371/00002.

Não nos esqueçamos ainda que o escritor não fez parte da comissão central do MUD, em 1945, uma significativa omissão que, como tivemos oportunidade de verificar, é justificada pelo historiador Fernando Rosas com o incómodo que algumas posições ambíguas de Aquilino haviam provocado entre os setores oposicionistas, durante a II Guerra Mundial. Referimo-nos, em especial, ao enredo de obras como *Alemanha Ensanguentada* e *Volfrâmio*, que conduziram a que fosse apodado, mesmo entre amigos, como germanófilo.

Face ao exposto, parece-nos lógico sustentar que, ao longo das décadas de 30 e 40, nessa fase de maior acalmia, o escritor procurou sempre evitar qualquer associação oficial do seu nome com o regime, mas, simultaneamente, também procurou não ferir o seu relacionamento pessoal com algumas das figuras gradas do salazarismo. Além de que nos parece evidente, ao longo daquele período, a sua tentativa para não criar problemas com o regime, concentrando-se, em exclusividade, nas letras.

Atendendo às fontes disponíveis, as primeiras críticas públicas de Aquilino ao Estado Novo surgiram em 1945, o que não significa que antes não tenha enfrentado problemas com a censura na imprensa escrita, embora, como reconheceu Jerónima Dantas Machado, ele procurasse evitar esses conflitos, autocensurando-se. Apesar do património familiar herdado (sobretudo do pai e do segundo sogro, Bernardino Machado), Aquilino enfrentou vários problemas financeiros.

O final dos anos 50 e em particular a candidatura de Humberto Delgado às presidenciais consumaram o extremar de tensões, um momento de viragem iniciado com o fim da II Guerra Mundial. Sublinhe-se que em 1945 Aquilino subscreveu as listas do MUD e um ano depois assinou um protesto apresentado por vários intelectuais portugueses, que seria entregue na Presidência da República, no dia 22 de novembro, por uma comissão de escritores, jornalistas e artistas. Insurgiam-se contra as opressões, as violências e as arbitrariedades que continuavam a ser praticadas, após a vitória dos Aliados e da quase “liquidação do fascismo, nas suas formas mais odiosas e mais vis”. Naquele protesto, subscrito por 230 personalidades, reclamava-se contra a censura, a demissão de vários professores, como Mário de

Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça (1901-1948) e concluía-se exigindo “Justiça e Liberdade”<sup>944</sup>.

A publicação, em 1952, da obra *Príncipes de Portugal* motivou um intenso debate na Assembleia Nacional, no decurso do qual seriam proferidos vários ataques contra o autor, que depois teriam continuidade na imprensa coeva<sup>945</sup>.

Em 1955, Aquilino teceu duras críticas ao modo como foi conduzido o processo em que esteve envolvido, entre outros, Ruy Luís Gomes, classificando-o mesmo como uma “monstruosidade jurídica”. O nosso biografado foi uma das testemunhas de defesa do antigo candidato da oposição à Presidência da República e o seu parecer escrito consta do processo movido ao docente universitário. Em 1955, chegou mesmo a ser equacionada a possibilidade de sancionar, do ponto de vista criminal, as afirmações de Aquilino, mas os autos acabaram por ser arquivados.

E ainda assim, em 1955, Aquilino deixou registadas palavras elogiosas ao Presidente do Conselho, na sua obra de crónica e polémica *Abóboras no Telhado*:

O Sr. Dr. Oliveira Salazar está abrangido pela exceção em virtude não só dum direito natural como em *raison de conquête*. Pode-se alimentar um conceito pejorativo quanto à vida política nacional, o facto é que S. Ex.<sup>a</sup> atingiu na nossa terra o lugar supremo em preeminência, à margem pois do insinuado índice [leia-se, censura]<sup>946</sup>.

No final da década de 50, o prestigiado romancista concedeu várias entrevistas, por exemplo, ao *Diário de Lisboa*, onde, para além de manifestar o seu apoio à candidatura do general Humberto Delgado, criticou, de modo aberto, cristalino e direto, o Estado Novo. Sintomaticamente, é no final dos anos 50 que nasce o processo de Aquilino na delegação da PIDE/DGS de Coimbra e que aparecem também as primeiras referências ao escritor no Arquivo Salazar. Todavia, já em 1954, num boletim de informação da polícia política se afirmava que ele se encontrava há “muito referenciado como desafeto”, não constando qualquer modificação na sua posição política. Certo é que, como escrevemos, até 1945 não aparecem referências ao escritor nos arquivos da PVDE/PIDE, o que só por si constitui um indício bem significativo.

---

<sup>944</sup> Cf. processos de Miguel Torga na PVDE/PIDE/DGS – IANTT: processo SR 1638, cx. 2348.

<sup>945</sup> Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-1, p. 322.

<sup>946</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 330.

Aquilino teve, assim, um percurso similar a outras personalidades coetâneas, que a partir da II Guerra Mundial começaram a condenar publicamente o salazarismo, acontecendo a rutura final com a candidatura de Humberto Delgado. Uma rutura irreversível até à morte do escritor e que traria implicações mesmo para além do seu falecimento, apesar do enorme prestígio que o mestre granjeara. Repare-se que, em 1960, o seu *Romance da Raposa* já teria ultrapassado os 25 000 exemplares<sup>947</sup>.

Faleceu no dia 27 de maio de 1963, no decurso das comemorações dos seus 50 anos de vida literária. De resto, os problemas de saúde parecem ter começado a fazer-se sentir verdadeiramente logo a partir do início da década. Eis a resposta do mestre ao dramaturgo Luís Guimarães, em carta datada de 27 de março de 1961, que o convidava a assistir a uma conferência, intitulada: “Aquilino Ribeiro – Escritor beirão”:

Receio porém que o meu estado de saúde me impeça de assistir. Há mais de dois anos que não saio de casa, durante a noite, interdito de tal faculdade pelos médicos.

Vou todavia fazer o possível por quebrar essa consigne [sic] inflexível, tendo em conta o motivo, muito me desvanece e penhora<sup>948</sup>.

Raúl Rêgo, por nós citado a partir de Natália Neves dos Santos, recorda ter recebido, no dia 27 de maio de 1963, no *Diário de Lisboa*, um telefonema de Mário Neves a informá-lo da morte de Aquilino, no hospital da CUF. Depois recebeu outra chamada, no decurso da qual um capitão da censura, ainda sem saber do falecimento do autor, deu a seguinte indicação sobre o escritor, que havia sido recentemente homenageado no Porto: “É escusado mandar seja o que for à Censura sobre as homenagens a Aquilino Ribeiro. Daqui por diante será tudo cortado. Para nós Aquilino Ribeiro morreu...”. Raúl Rêgo ripostou, então, dizendo ter recebido a notícia da morte do autor, encontrando-se a redigir a notícia em causa acompanhada de uma biografia. O capitão teria ficado surpreendido com a novidade, comunicou

---

<sup>947</sup> Requerimento de instrução contraditória, datado de 19/11/1959. Cf. ADL: ca-PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-16223-1959-vol-2, p. 116.

<sup>948</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/1435).

que iria informar-se e depois daria notícias. No fim, os textos de Raúl Rêgo lá teriam acabado por ser publicados sem a intervenção do “lápiz azul”<sup>949</sup>.

De resto, já a última entrevista concedida por Aquilino, em abril de 1963, portanto, menos de dois meses antes da sua morte, fora alvo da censura. Pedro Foyos, o entrevistador, recorda os golpes feitos pelos censores, sendo que o excerto literário – selecionado da obra de Aquilino – que acompanhava a entrevista foi integralmente proibido. Embora não tenhamos acesso à entrevista original, podemos, no entanto, consultar a versão depurada, já com as alterações exigidas, depois publicada no diário *República*<sup>950</sup>.

Em 1963, o nome de Aquilino estaria, portanto, condenado pelo regime salazarista a uma espécie de desaparecimento do espaço mediático nacional (“morte civil”) e assim continuaria, mesmo após o seu falecimento.

Não subsistem, portanto, dúvidas sobre o modo como Aquilino era percecionado pelo Estado Novo quando morreu: oposicionista intransigente. A este respeito, Franco Nogueira, na sua biografia de Salazar, não se inibiu de escrever: “Morre Aquilino Ribeiro [1963], e o seu enterro, ainda que nele participem muitos homens do regime, constitui manifestação oposicionista”<sup>951</sup>. O corpo do escritor, registe-se, esteve em câmara ardente na sua casa de Alvalade, na Rua António Ferreira (n.º 7), e foi depois depositado, a título provisório, no jazigo de Alfredo Keil (1850-1907), no cemitério dos Prazeres.

As representações que o regime salazarista foi construindo em torno de Aquilino refletem esse percurso do mestre. De autor admirado por Salazar, o antigo professor de Francisco de Paula Leite Pinto passou, sobretudo a partir da década de 50, a ser censurado e perseguido. De modo inequívoco, é nesta época que surgem os grandes problemas do escritor com a máquina censória e repressiva salazarista, podendo o processo-crime de 1959-1960 ser considerado o auge desse processo.

---

<sup>949</sup> Cf. Natália Neves dos Santos – *Raúl Rêgo, o jornalista e o político*, 1.ª edição, Macedo de Cavaleiros, Poética Edições, 2014, p. 84. Logo no dia 27 de maio, o *Diário de Lisboa* editou um conjunto de textos a respeito da morte do escritor, que, apesar de não serem assinados, deverão pertencer, de facto, a Raúl Rêgo. Cf. *Diário de Lisboa*, 27/5/1963, ps. 1, 8 e 9.

<sup>950</sup> Cf. a última entrevista a Aquilino (concedida a Pedro Foyos, em abril de 1963) e outros documentos classificados como inéditos – [http://www.casaldasletras.com/Textos/AQUILINO\\_RIBEIRO.pdf](http://www.casaldasletras.com/Textos/AQUILINO_RIBEIRO.pdf) [16/5/2017].

<sup>951</sup> Cf. Franco Nogueira – *ob. cit.*, volume V, 2000, p. 486.

Aquilino, um homem impulsivo, impaciente, com falta de “sangue-frio”. Um escritor prestigiado que manejou como poucos os recursos linguísticos e marcou uma época, relacionando-se com um espectro muito abrangente de personalidades provenientes das mais variadas áreas políticas, culturais ou económico-sociais. Um homem que disse “Tudo no mundo de hoje, a começar pela vida, é uma carta de jogar”<sup>952</sup>. Aquilino jogou e ganhou o reconhecimento, encontrando-se sepultado no Panteão Nacional desde 2007, ano em que os seus restos mortais foram trasladados do Talhão dos Escritores, no cemitério dos Prazeres, em Campo de Ourique, onde fora sepultado em 28 de maio de 1963.

Aquilino, um homem fisicamente possante, com 1,77m, forjado nas caminhadas mais ou menos solitárias das caçadas que realizou nos campos beirões, um naturalista solidário, cuja obra e percurso cívico refletem as suas preocupações sociais, um caçador, amante da equitação, do bailado (em especial, Isidora Duncan: 1877-1927) e da aviação, que não hesitou em recorrer, como era habitual na época (e continua ainda, em certo sentido, a sê-lo), à sua influência, junto das mais variadas instâncias e relacionamentos junto da administração e da governação, para ajudar aqueles que recorriam ao seu auxílio, em especial os beirões, afastados dos centros de decisão nacional. E que também procurou responder com uma mensagem de esperança aos jovens que ambicionavam seguir-lhe as pisadas, como constitui especial exemplo o jovem escritor terceirense Vitorino Nemésio, ao qual chegou mais tarde a escrever: “comigo está proibido de empregar o mestre. Mestre é o meu grande Nemésio”<sup>953</sup>.

Um intelectual, no sentido de alguém que consagrou a vida à cultura, mas não um teorizador republicano, na medida em que a sua ação propagandista se desenrolou fundamentalmente no campo panfletário e também enquanto um homem de ação direta no terreno, quer durante a Monarquia Constitucional, quer durante a Ditadura Militar.

Um *bon vivant*, um apreciador da vida em todas as suas formas, particularmente atento aos detalhes e fascinado pela sinfonia polifónica da existência.

---

<sup>952</sup> Entrevista de Aquilino ao jornal *Voz de Portugal*, em maio de 1952. Cf. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.059.007> [5/10/2017] ou ainda Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], p. 17.

<sup>953</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/6719).

Um progressista, que se fascinou com as inovações da aviação, logo no início do século XX, e que procurou inteirar-se das conquistas na era espacial, sobretudo ao longo da década de 50 (caso do lançamento do programa *Sputnik*<sup>954</sup>), mas também um homem com raízes beirãs, ligado à terra e à natureza. Um defensor, sem extremismos, da unificação da ortografia de Portugal e do Brasil<sup>955</sup>, já equacionada na década de 50<sup>956</sup>, um bibliófilo, um inegável degustador dos bons sabores do mundo, a começar pelas trutas do rio Paiva – que recordava regularmente serem preparadas pela mãe, com molho de escabeche –, o vinho, a cozinha, as mulheres (com o seu requintado erotismo e sensualidade), ou não fosse ele um galanteador, enfim, a natureza; motivos que, de resto, atravessam quase todas as suas obras, aromatizadas por uma subtil, requintada e mordaz ironia, caricatural, divertida, com alguma “irreverência”<sup>957</sup> salutar, que, em certo sentido, nos fazem lembrar o dramaturgo e comediógrafo clássico Aristófanes. Podemos, assim, compreender que o seu segundo filho, Aquilino Ribeiro Machado, o tenha apelidado de “escritor cotovia”<sup>958</sup> e, por conseguinte, amante da cor e da alegria da vida. Ou que João Bigotte Chorão tenha afirmado: “Camilo, Tomaz de Figueiredo são poetas noturnos, enquanto Aquilino, com o seu senso solar da vida, enchia os olhos ávidos de luz e cor, como um pintor de rica paleta”<sup>959</sup>.

Um homem, cuja essência preferida seria a alfazema<sup>960</sup> e teria o azul como a cor favorita<sup>961</sup>. Um homem que compreendeu que a profissionalização do ofício de escritor pressupunha exclusividade e, por isso, lutou para que a profissão de escritor

---

<sup>954</sup> Cf., por exemplo, o artigo dado à estampa por Aquilino Ribeiro, no jornal *O Comércio* (Luanda), em 8/11/1957 (sem indicação do número de página). O texto em causa encontra-se guardado na documentação pessoal do escritor: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 134).

<sup>955</sup> Quando inquirido sobre o Novo Acordo, respondeu: “Meu caro repórter, isso é mais letra menos letra”, manifestando logo depois o seu desejo pela uniformidade ortográfica entre Portugal e o Brasil. Cf. entrevista a Aquilino Ribeiro: “Diga-nos a verdade”, in *Diário de Lisboa*, 10/1/1953, p. 7.

<sup>956</sup> Eis as palavras de Aquilino: “Entendo que o acordo ortográfico deve fazer-se a bem da unidade da língua”. Cf. Aquilino Ribeiro – *Correio da Manhã*, 3/1/1956. O artigo em causa encontra-se guardado na documentação pessoal do escritor: BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 134).

<sup>957</sup> Referindo-se a Aquilino Ribeiro, Tabora de Vasconcelos fala numa “visão coada por um certo sorriso bem humorado, gracioso e irreverente, alma repleta do culto duma alegria sensual, epicurista, de quem ama a vida com a intensidade mais falha de preconceitos e o entendimento são e aberto dos homens simples”. Cf. Tabora de Vasconcelos – *ob. cit.*, 1965, p. 8.

<sup>958</sup> Cf. entrevista de Aquilino Ribeiro Machado à agência Lusa, em 2007, aquando da transladação dos restos mortais do pai para o Panteão Nacional: [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/aquilino-ribeira-e-figura-marcante-da-historia\\_n162532](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/aquilino-ribeira-e-figura-marcante-da-historia_n162532) [25/12/2017].

<sup>959</sup> Cf. João Bigotte Chorão, “Imagens de Camilo”, in Júlio Pomar – *Estudos para o romance de Camilo de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Artemágica, 2005, p. 18.

<sup>960</sup> Cf. Maria Josefa de Campos (direção) – *ob. cit.*, n.º 43, ano XI, abril-junho de 2001, p. 2.

<sup>961</sup> Cf. entrevista a Aquilino Ribeiro: “Diga-nos a verdade”, in *Diário de Lisboa*, 10/1/1953, p. 7.

fosse devidamente remunerada. A criação da SPE em 1956, da qual foi o primeiro presidente, deve ser lida em função daquele objetivo, numa época em que os direitos de autor ainda davam os primeiros passos.

Um homem influente, num país pequeno de “protegidos” e “recomendados”, que se correspondeu com alguns dos homens fortes do Estado Novo: Santos Costa, Caeiro da Mata e, entre outros, António Ferro. Trocou missivas com a elite dos intelectuais nacionais e até mesmo com alguns de renome internacional: o escritor e dramaturgo Alfonso Hernández Catá (1885-1940), Jorge de Sena (1919-1978), Adolfo Casais Monteiro, Agustina Bessa-Luís, Alves Redol, Almada Negreiros (1893-1970), Augusto Abelaira, Fernando Namora, José Cardoso Pires, José Régio, José Rodrigues Miguéis (1901-1980), Raul Brandão, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Vitorino Nemésio, Ana de Castro Osório (1872-1935), João Gaspar Simões, Joaquim de Carvalho, Júlio Dantas (1876-1962), Ferreira de Castro, Tomás da Fonseca e Maria Lamas.

Republicano, livre-pensador, anticlerical e laico. Enquanto homem e escritor procurou seguir um trilha original (um franco-atirador), na linha das influências libertárias que colheu das suas leituras dos anarquistas. Daí que não seja fácil enquadrá-lo em qualquer escola ou corrente literária, apesar de ele próprio se ter classificado como um “escritor realista, que parte do ambiente social” e de vários escritores neorrealistas terem reconhecido as influências que receberam das suas obras.

Reconheça-se que ler Aquilino, com as suas célebres expressões castiças, exige esforço, persistência e disponibilidade (desde logo para descobrir o significado de inúmeras palavras, muito para além dos simples rótulos de “regionalismos”), características que parecem não fazer parte do *modus operandi* do homem contemporâneo comum, cada vez mais padronizado e, tantas vezes, formatado para apenas consumir o que já foi mastigado, portanto, de um modo voraz e utilitarista. Numa carta enviada, em seis de junho de 1959, Maria Júlia Tavares de Almeida, que confessava ser uma “leitora admiradora” do escritor, desabafava: “Tanto trabalho, você, me deu, sempre agarrada ao dicionário”<sup>962</sup>.

---

<sup>962</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 2).

Recuperemos agora a hipótese central que alinhavámos na Introdução: Aquilino foi um ex-seminarista, um intelectual de ação, que, tal como outras personalidades da sua conturbada época finissecular, acabou por tornar-se um crítico da hierarquia eclesiástica e da Monarquia Constitucional, evoluindo, assim, para um ideário republicano, aspetos que também nos ajudam a compreender a sua participação nas revoltas do “revirvalho”, em 1927 e 1928. Todavia, a década de 30 parece ter sido marcada por um certo abrandamento do seu ímpeto revolucionário (quer do ponto de vista da intervenção literária de caráter mais panfletário, quer ao nível de uma ação mais direta), sendo que Fernando Rosas e Irene Pimentel chegaram mesmo a apresentar Aquilino como um autor “intocável” até ao final dos anos 50, momento em que teria perdido esse estatuto de invulnerabilidade perante o regime salazarista.

É possível verificar que a hipótese inicial de trabalho acabou por ser confirmada pelo desenvolvimento deste estudo, havendo, porém, a acrescentar, desde logo, os fatores que teriam motivado esse abrandamento da sanha revolucionária, mormente ao longo da década de 30 e primeira metade dos anos 40. De resto, ainda que reconheçamos que os grandes problemas do escritor com o regime apenas surgiram ao longo dos anos 50, consideramos que ele não poderá ser considerado um “intocável”, na medida em que teve alguns problemas com a censura, ao longo da década de 40.

Neste estudo, interrogámos os percursos de um homem que sonhou ser escritor em exclusividade e viveu em função desse programa. Um percurso metódico e disciplinado de um mestre, um pacifista<sup>963</sup>, que esteve contra a participação de Portugal na I Guerra Mundial, na frente europeia (na linha do Partido Unionista de Brito Camacho):

Noticiava ontem uma gazeta que Portugal se preparava para declarar guerra à Alemanha. – Porquê? – perguntei a todas as veras da consciência, desde as mais nacionalisticamente portuguesa às mais livremente humanas. – Porquê? porquê? – e nenhuma resposta, constando de boas e racionais razões, satisfiz a minha interrogação ansiosa<sup>964</sup>.

---

<sup>963</sup> “A guerra exacerba no homem todas as potências da sua atávica barbárie”. Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, s.d [1955], pp. 164-165.

<sup>964</sup> Cf. Aquilino Ribeiro – *ob. cit.*, 1934 (a), p. 119.

Vasculhámos os percursos – metódicos e disciplinados – de um defensor do desarmamento global, contrário à pena de morte, mas também de um homem temperamental e impulsivo, que não hesitou, por várias vezes, em recorrer à violência para dirimir desentendimentos, o que se ilustra pelas bengaladas que deu em Alfredo Pimenta, em 1923<sup>965</sup>, ou pela cena de pancadaria com Ribeiro da Fonseca<sup>966</sup>, já na fase final da vida.

Um rumo quixotesco e “solitário”<sup>967</sup> (como concluiu Luís Vidigal), enfim, também marcado, como todos os Homens, de resto, por sombras e luzes, silêncios e erros, como seja o seu ambíguo posicionamento durante a II Guerra Mundial, que talvez deva ser lido em função da sua admiração pela matriz cultural alemã, pela representação algo romântica que construiu a seu respeito, bem como pelo seu espírito antibritânico.

Talvez este traço da personalidade de Aquilino, que um dos seus melhores amigos, António Maria Monteiro, de Alhais, tão bem descreveu, ainda em 1911, numa das muitas cartas que lhe remeteu para Paris, associado à sua grande vontade de conseguir tornar-se um escritor em exclusividade em Portugal nos ajude também a compreender algumas das sombras que fomos encontrando no seu percurso:

Davas um bom diplomata porque sabes dizer o que não sentes, e sentes o que não dizes. Esse hábito, porque foi hábito, que aí aprendeste, até às vezes o usavas como amigo, mas reconsideravas e eras franco. Não te lembras de me censurares mais de uma vez a minha rude franqueza dizendo-me: Não seja assim, você prejudica-se com essa franqueza que ninguém apreciará como deve ser apreciada<sup>968</sup>.

Eis, por conseguinte, um homem cujos percursos de vida lhe permitiram ter matéria-prima para escrever várias obras com um inequívoco pendor autobiográfico.

Ora, se as mulheres ocupam um papel central na obra (e na vida) deste “estrangeirado” – mas sempre marcado pela ruralidade –, a sua segunda esposa,

---

<sup>965</sup> O escritor endereçou uma carta ao *Diário de Lisboa*, no decurso da qual era abordada esta matéria, embora sem nunca se referir de modo direto a Alfredo Pimenta. Cf. carta de Aquilino a Joaquim Manso, *Diário de Lisboa*, 20/4/1923, p. 1.

<sup>966</sup> Cf. testemunho de Baptista-Bastos, in Aquilino Ribeiro – *O Lugar da História* (documentário), RTP2, 2000. Consultado a partir de: <http://www.youtube.com/watch?v=FvzVv9Mjre0> [23/12/2017]. Cf. também Armindo Rodrigues – *Um poeta recorda-se: memórias de uma vida*, 1.ª edição, Lisboa, edições Cosmos, 1998, pp. 247-248.

<sup>967</sup> Cf. Luís Vidigal – *ob. cit.*, 1992, p. 77.

<sup>968</sup> Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11/4503). Aquilino dedicaria a obra *Quando ao gavião cai a pena* (1.ª edição: 1936) a António Maria Monteiro.

Jerónima Dantas Machado (filha do último Presidente da I República, Bernardino Machado), desempenhou um papel crucial no processo literário do marido, acompanhando-o durante 34 anos (1929-1963). Para além de datilografar os manuscritos – por vezes, quase ilegíveis – do marido, existem mesmo testemunhos que colocam Aquilino, num determinado contexto da vida, a ditar em voz alta os seus textos, enquanto a mulher (Gigi, como era carinhosamente tratada) os datilografava à máquina<sup>969</sup>.

“Ite, la comedia è finita”<sup>970</sup>. Eis algumas das derradeiras palavras que Aquilino Ribeiro teria – segundo o seu filho mais novo, Aquilino Ribeiro Machado – pronunciado antes de falecer<sup>971</sup>, uma frase, registre-se, que encerra a dramática ópera Pagliacci (1892) do compositor Ruggero Leoncavallo (1857-1919). É com estas palavras que também nos preparamos para fechar o pano, tendo presente uma das máximas do escritor: “Mais não soube”<sup>972</sup>.

Com base nas fontes e nos estudos disponíveis, foi esta a narrativa possível que construímos sobre Aquilino Ribeiro durante os anos em que o estudámos, esperando que a partir dela outros trabalhos se sucedam, a respeito de um escritor que continua praticamente esquecido na atualidade, a começar pelos bancos da escola pública, mesmo no ensino secundário.

Esperamos regressar em breve para, numa perspetiva diferente, compreender de que modo seria possível ensaiar uma maior divulgação da obra aquiliniana, em especial entre os alunos do ensino básico e secundário, estudar alguns aspetos ainda pouco conhecidos a respeito da sua passagem pelo Colégio de Nossa Senhora da Lapa (1895-1900), aprofundar o relacionamento de Aquilino com Bernardino Machado e, *last but not least*, perscrutar, através de um conjunto de portas entreabertas que fomos encontrando ao longo das nossas pesquisas, a possibilidade de o então jovem revolucionário ter participado (ou não) no regicídio, em um de

---

<sup>969</sup> Cf. entrevista feita por António Valdemar a Jerónima Dantas Machado, *Diário de Notícias*, 17/11/1985, secção “Cultura”, IV.

<sup>970</sup> Cf. Aquilino Ribeiro Machado, “Em jeito de post-scriptum”, in Paulo Neto (direção) – *ob. cit.*, n.º 2, 2010 p. 176.

<sup>971</sup> Importa dizer que o *Diário de Lisboa*, no dia marcado pelo funeral do escritor, anunciou que as últimas palavras de Aquilino teriam sido dirigidas à esposa, Jerónima Dantas Machado: “Dá-me os meus papéis”. Cf. *Diário de Lisboa*, 28/5/1963, p. 10.

<sup>972</sup> Entrevista, s.d, a um jornal brasileiro que não conseguimos identificar. Cf. BN – Espólio de Aquilino Ribeiro (D11, s.r., caixa 87).

fevereiro de 1908 – outra das matérias também envoltas entre sombras e luzes, cujo estudo irá, entre outros, implicar uma análise exaustiva do vasto espólio pessoal do escritor confiado à guarda da BN. O que equivale a reconhecer que esta é uma das lacunas do presente estudo, bem como a inexistência de um levantamento sistemático e exaustivo dos inúmeros artigos dados à estampa por Aquilino na imprensa periódica, entre 1926 e 1963, embora, importa registá-lo, o espólio pessoal confiado à guarda da BN conserve um acervo significativo de artigos escritos pelo autor, que tivemos oportunidade de estudar e que, de resto, coincidem com os textos inventariados por Henrique Almeida no volume III da sua tese de doutoramento.

Portas que deixamos, portanto, entreabertas e nos permitem falar num próximo reencontro, com um escritor com o qual partilhamos o interesse pelo mundo rural e em particular pelas Beiras. Um autor, cujas obras, segundo pensamos, nos podem ajudar a compreender melhor o atual drama da desertificação do interior do país, que os incêndios de 15 de outubro de 2017 colocaram ainda mais a nu.

## Referências Bibliográficas

### I. Fontes

#### 1. Arquivos, bibliotecas e outras instituições

##### Arquivo da RTP

- Programa televisivo “Aquilino e Mestre Zé”, emitido em 25/5/1975. Origem: 75050005/026;
- Programa televisivo “Aquilino Ribeiro”, de Luís de Sttau Monteiro, emitido em 20/9/1981. Origem: 80550010/009;
- Programa televisivo “Mário Matos Alfaiate de Aquilino”, emitido em 17/5/1976. Origem: 75150024/002;
- Programa televisivo “Um Homem uma época” (partes 1 e 2), conduzido por Óscar Lopes, emitido em 20/11/1976. Origem: 76250003/000.

##### Arquivo Distrital de Lisboa (ADL)

- 3.º Juízo Criminal de Lisboa: proc. n.º 16 223/1959, cx. 556 – 4 volumes + 1 apenso. Total de fls.: 705+13.

##### Arquivo Distrital de Viseu (ADV)

- Assento do batismo de Aquilino Ribeiro, na freguesia de Alhais, concelho de Vila Nova de Paiva. Cx. 1A, n.º 21, Fl. 5-5N;
- Escritura de Perfilhação de Aquilino Ribeiro, exarada no Cartório Notarial de Sernancelhe. Livro 29/221, Folha 20v a 21.

##### Arquivo Histórico-Militar (AHM)

- Processos n.ºs 134 e 178 – Pacote 5, caixa 9, pasta 13 (revolta de fevereiro de 1927, em Lisboa);
- Relatório geral dos factos ocorridos na II Região Militar (revolta de 20 de julho de 1928), 1.ª divisão, 38.ª secção, caixa 67.

### **Biblioteca Nacional de Portugal (BN)**

- Espólio de Aquilino: D11 (Reservados);
- Espólio de Raul Proença: E7 (Reservados);
- Espólio de Vitorino Nemésio: E11 (Reservados).

### **Casa Museu Biblioteca da Fundação Aquilino Ribeiro (Soutosa)**

- Espólio de Aquilino (com destaque para a sua biblioteca pessoal).

### **Centro de Documentação da Polícia Judiciária**

- Fernando Luso Soares (direção) – *Investigação: revista mensal de ciência e literatura policial*, Lisboa, [s.n], 1953-1958.

### **Fundação António Quadros – cultura e pensamento (FAQ)**

- Aquilino Ribeiro, Fundo AFC (0371);
- Frédéric Lefèvre, Fundo AFC (0253).

### **Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT)**

- Arquivos da censura, IANTT, cx. 677;
- Arquivo Salazar. Código de referência: PT/TT/AOS;
- Inspeção dos Espetáculos, Comissão de Censura – Luís de Abreu Alarcão de Oliveira Guimarães, adaptação para o teatro da obra de Aquilino Ribeiro *O Arcanjo Negro*;
  - Processo-crime PSE de Aquilino Ribeiro – 4004A, NT 4253 (1928/1929).  
Código de referência: PT-TT-PIDE/E/5/4004A;
  - Processo da Sociedade Portuguesa de Escritores – processo 232 CI (1);
  - Processo de Ferreira de Castro na polícia política – 1242 SR;
  - Processo de Informação da PIDE/DGS, delegação de Coimbra, PC-SR n.º 15573, NT 4639. Código de referência: PT-TT-PIDE/DC/C/1/15573;
  - Processos de Miguel Torga na polícia política (PVDE/PIDE/DGS):
    - Processo 1514/39 (NT 4598)
    - Processo 6526 (NT 4524)
    - Processo SR 1638, cx.2348

– Processo Bol. 88977 (NT 8018)

– Secretariado Nacional de Informação, Direção-Geral dos Serviços de Espetáculos. Proc. 8844. *Tombo no inferno: o manto de Nossa Senhora* – Código de referência: PT/TT/SNI-DGE/1/8844.

**PJ: Arquivo Histórico da diretoria do Porto**

– Livro de entrada, p. 64.

**Universidade Católica de Viseu, Biblioteca D. José Pedro da Silva**

– Espólio de António de Oliveira Salazar – RM 6527: Aquilino Ribeiro.

**2. Publicações periódicas**

– *A Comarca de Arganil* (1.ª série, 1901-2009). Edição *on-line*, consultado a partir de <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/>;

– *Alma Nacional*;

– *A Vanguarda*, 20/10/1907;

– *Diário da Assembleia Nacional*, durante o Estado Novo. Edição *on-line*, consultado a partir de <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan>;

– *Diário da Manhã*;

– *Diário da República*. Edição *on-line*, consultado a partir de <https://dre.pt/>;

– *Diário de Lisboa*. Edição *on-line*, consultado a partir da página digital da Fundação Mário Soares: [http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/);

– *Diário de Notícias*;

– *Diário do Governo*;

– *Diário Popular*;

– *O Globo*. Edição *on-line*, consultado a partir de <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/>;

– *O Século*;

– *Seara Nova*.

### 3. Obras de Aquilino Ribeiro ou traduções/prefácios da sua pena

- GOUVEIA, Horácio Bento de – *Ilhéus*, 1.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Coimbra Editora, s.d [1949], prefácio de Aquilino Ribeiro;
- RIBEIRO, Aquilino – *A batalha sem fim*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1972;
- RIBEIRO, Aquilino – *Abóboras no Telhado*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1955];
- RIBEIRO, Aquilino – *Abóboras no Telhado*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [19--];
- RIBEIRO, Aquilino – *Abóboras no Telhado*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963;
- RIBEIRO, Aquilino – *A casa grande de Romarigães*, 5.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963;
- RIBEIRO, Aquilino – *Aldeia: Terra, Gente e Bichos*, Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2010 (a);
- RIBEIRO, Aquilino – *Alemanha Ensanguentada*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1935];
- RIBEIRO, Aquilino – *Alemanha Ensanguentada*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975 (a);
- RIBEIRO, Aquilino – *Anastácio da Cunha. O lente penitenciado*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [194-];
- RIBEIRO, Aquilino – *Andam faunos pelos bosques*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (a);
- RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas. Estudos, Opiniões, Fantasias*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1953];
- RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas. Estudos, Opiniões, Fantasias*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1953;
- RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas. Estudos, Opiniões, Fantasias*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1962;
- RIBEIRO, Aquilino – *A retirada dos dez mil* (tradução da obra de Xenofonte *Anábase*, editada no século IV a.C., e publicada pela primeira vez por Aquilino em 1938), Lisboa, Bertrand Editora, 2014;

- RIBEIRO, Aquilino – *As Três Mulheres de Sansão* (integra a novela “Aninhas”), Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2007;
- RIBEIRO, Aquilino – *Aventura maravilhosa de D. Sebastião rei de Portugal depois da batalha com o Miramolim*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983;
- RIBEIRO, Aquilino – *A Via Sinuosa*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (c);
- RIBEIRO, Aquilino e MIRA, Ferreira de – *Brito Camacho*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1942];
- RIBEIRO, Aquilino – *Caminhos Errados*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1947 a];
- RIBEIRO, Aquilino – *Caminhos Errados*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *Casa do Escorpião*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (c);
- RIBEIRO, Aquilino – *Cinco Réis de Gente*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (d);
- RIBEIRO, Aquilino – *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Portugália Editora, 1947;
- RIBEIRO, Aquilino – *Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teológicas*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1959;
- RIBEIRO, Aquilino – *D. Quixote de la Mancha* (tradução da obra de Miguel de Cervantes, editada no século XVII e publicada pela primeira vez por Aquilino em 1954), Lisboa, Bertrand Editora, 2010 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *É a Guerra (Diário)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1934 a];
- RIBEIRO, Aquilino – *É a Guerra (Diário)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *É a Guerra (Diário)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014;

- RIBEIRO, Aquilino – *Estrada de Santiago*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (e);
- RIBEIRO, Aquilino – *Filhas de Babilónia*, 1.<sup>a</sup> edição, Paris-Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1920;
- RIBEIRO, Aquilino – *Filhas de Babilónia*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (f);
- RIBEIRO, Aquilino – *Geografia Sentimental (História, paisagem, folclore)*, Coleção “Obras completas de Aquilino Ribeiro”, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (a);
- RIBEIRO, Aquilino – *Homem da Nave. Serranos, caçadores e fauna vária*, Lisboa, Bertrand Editora, 2017;
- RIBEIRO, Aquilino – *Humildade gloriosa*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (g);
- RIBEIRO, Aquilino – *Jardim das Tormentas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1961;
- RIBEIRO, Aquilino – *Lápides Partidas*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1945];
- RIBEIRO, Aquilino – *Lápides Partidas*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora Lda e Círculo de Leitores, 1985 (h);
- RIBEIRO, Aquilino – *Leal da Câmara. Vida e obra*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1951;
- Aquilino Ribeiro (prefácio e organização) – *Letras e letrados viseenses de Maximiano Aragão*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Seara Nova, 1934 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *Maria Benigna*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1933;
- RIBEIRO, Aquilino – *Mónica*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (i);
- RIBEIRO, Aquilino – *Novelas Exemplares* (tradução da obra de Miguel de Cervantes, editada no século XVII e publicada pela primeira vez por Aquilino em 1954), Lisboa, Bertrand Editora, 2016;

- RIBEIRO, Aquilino – *O Arcanjo Negro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1947 b];
- RIBEIRO, Aquilino – *O Arcanjo Negro*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (j);
- RIBEIRO, Aquilino – *O galante século XVIII. Textos do Cavaleiro de Oliveira*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1936;
- RIBEIRO, Aquilino – *O galante século XVIII. Textos do Cavaleiro de Oliveira*, Lisboa, Bertrand Editora, 2008 (a);
- RIBEIRO, Aquilino – *O Homem que matou o Diabo*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983 (d);
- RIBEIRO, Aquilino – *O Homem que matou o Diabo*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018;
- RIBEIRO, Aquilino – *O livro de Marianinha. Lengalengas e toadilhas em prosa rimada*, 2.<sup>a</sup> edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993;
- RIBEIRO, Aquilino – *O livro do Menino-Deus*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *O Malhadinhas* (inclui a novela “Mina de Diamantes”), obras completas de Aquilino Ribeiro, Amadora, Bertrand, 1981;
- RIBEIRO, Aquilino – *O Manto de Nossa Senhora*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963;
- RIBEIRO, Aquilino (adaptação) – *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Aventuras extraordinárias de um português no Oriente*, 13.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1997;
- RIBEIRO, Aquilino – *Portugueses das sete partidas (viajantes, aventureiros, troca-tintas)*, 6.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1992;
- RIBEIRO, Aquilino – *Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias*, Lisboa, Portugalíia Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2008 (b);
- RIBEIRO, Aquilino – *Quando ao gavião cai a pena*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984;
- RIBEIRO, Aquilino – *Quando os lobos uivam*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand, 1958;
- RIBEIRO, Aquilino – *Quando os lobos uivam*, São Paulo, Editora Anhambí, SA, 1959;

- RIBEIRO, Aquilino – *Quando os lobos uivam*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, 9.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2005;
- RIBEIRO, Aquilino – *Quando os lobos uivam*, Lisboa, Edições Avante, 2008 (d);
- RIBEIRO, Aquilino – *Romance da Raposa*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand Editora, 2006;
- RIBEIRO, Aquilino – *Oeiras*, 2.<sup>a</sup> edição, Oeiras, Câmara Municipal, 1980;
- RIBEIRO, Aquilino – *O servo de Deus e a casa roubada*, Lisboa, Bertrand Editora e Herdeiros de Aquilino Ribeiro, 2009;
- RIBEIRO, Aquilino – *S. Banaboião, anacoreta e mártir*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (k);
- RIBEIRO, Aquilino – *Terras do Demo*, Lisboa, Herdeiros de Aquilino Ribeiro e Bertrand Editora, 2012;
- RIBEIRO, Aquilino – *Um escritor confessa-se*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974;
- RIBEIRO, Aquilino – *Um escritor confessa-se; seguido de lances da minha vida: memórias*, edição revista e aumentada, Lisboa, Bertrand Editora, 2008 (c);
- RIBEIRO, Aquilino – *Uma luz ao longe*, edição comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Bertrand Editora, 1985 (l);
- RIBEIRO, Aquilino – *Volfrâmio*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d [1943];
- RIBEIRO, Aquilino – *Volfrâmio*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944.

#### **4. Artigos de Aquilino Ribeiro publicados na imprensa periódica (não reunidos em coletâneas<sup>973</sup>)**

- “A História-Pátria”, *O Século*, 13/6/1951;
- “A quarta dimensão”, *O Século*, 18/12/1957;
- “A laicização das Escolas”, *A Capital*, 20/11/1913;

---

<sup>973</sup> Atendendo à grande quantidade de artigos dados à estampa por Aquilino Ribeiro na imprensa periódica, nomeadamente no que diz respeito ao período compreendido entre 1926 e 1963, optou-se por apenas fazer referência aos textos que foram considerados como mais significativos para a elaboração deste estudo.

- “A obra do Governo”, *Diário de Lisboa*, 7/7/1923;
- Carta de Aquilino a Joaquim Manso, *Diário de Lisboa*, 20/4/1923;
- “Casos do Dia”, *A Vanguarda*, 20/10/1907;
- “Contra o possível cataclismo”, *O Século*, 23/1/1958;
- “De ontem para hoje”, *O Século*, 24/10/1951;
- “Do absurdo de Criar Escolas”, *O Século*, 10/1/1927;
- “Estradas”, Lisboa, Sociedade Nacional de Turismo, 1936;
- “Estradas Nacionais”, *O Século*, 5/1/1958;
- “No domínio da onomástica: burlas, burlados e burladores”, in Fernando Luso Soares (direção) – *Investigação: revista mensal de ciência e literatura policial*, Lisboa, [s.n], março-abril de 1954;
- “O escritor perante a Democracia”, *República*, 20/11/1945;
- “Os escritores portugueses na intimidade”, *Diário de Lisboa*, 25/1/1933;
- “Para lá do ano 2000”, *O Século*, 8/1/1958;
- “Pluralidade dos mundos”, *O Século*, 11/12/1957;
- “Progresso e pilosidade”, *O Século*, 23/8/1950.

## 5. Fontes orais

- Entrevista gravada a:
  - José Gomes Natário, habitante de Soutosa, no dia 28/8/2017.

## 6. Outras fontes

- ABREU, Jorge de – *A revolução portuguesa: o 5 de Outubro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Casa Alfredo David, 1912;
- ALMEIDA, A. Duarte de (direção) – *Regímen Republicano* (coleção Portugal Histórico), 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edição João Romano Torres & C.<sup>a</sup>, 1936;
- BAPTISTA, Jacinto (coordenação) – *Jaime Cortesão, Raul Proença: idealistas no mundo real*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990;
- CABREIRA, Estefânia e CABRAL, Oliveira – *História da Pátria Portuguesa* (Aprovado Oficialmente), 1.<sup>a</sup> edição, Porto, Livraria Simões Lopes, 1937;

- CAETANO, Marcello – *Minhas Memórias de Salazar* (com o estudo “Salazar e Caetano nas encruzilhadas do Estado Novo”, de José Freire Antunes), Lisboa, Verbo, reimpressão, 2006;
- CALDEIRA, Heliodoro – *Quando os lobos julgam a justiça uiva. Texto integral da acusação e defesa no processo de Aquilino Ribeiro*, São Paulo, Editora Liberdade e Cultura, s.d;
- CARVALHO, António G. G. Ribeiro de – *Prelúdios duma Ditadura*, Lisboa, edição de autor, 1957;
- *Cavaleiro de Oliveira. Cartas familiares* (seleção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro), 1.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1942;
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, publicadas em diferentes anos da Ditadura Militar e do Estado Novo, Lisboa, Imprensa Nacional, diversos anos;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *A política de informação no regime fascista*, 1.º e 2.º volumes, 2.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, 1.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I (1931-1939), 1.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III (1942), 1.ª edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1990;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. I (1934-1950), 1.ª edição, Lisboa,

- Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1988;
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986;
  - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Eleições presidenciais 1951 e correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983;
  - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Legislação Repressiva e Antidemocrática do Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985;
  - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Livros proibidos no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981;
  - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Proibição da TIME no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1982;
  - *I Congresso Nacional de Turismo III secção*, Lisboa, Sociedade Nacional de Turismo, 1936;
  - *Constituições portuguesas 1822/1826/1838/1911/1933*, Lisboa, Assembleia da República, 2004;
  - D’Holbach – *A verdadeira interpretação do “systema da natureza”*, 1.<sup>a</sup> edição portuguesa, Porto, Typographia Commercial, 1870;
  - DIAS, Carlos Malheiro – *Zona de Tufões*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Aillaud, Alves & Ca, 1912;
  - FERRO, António – *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007;
  - GARNIER, Christine – *Férias com Salazar*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952;

- GOMES, Soeiro Pereira – *Refúgio Perdido. Inéditos e Esparsos* (edição fac-símile da 1.ª edição, Porto, SEN, 1950), Lisboa, A Bela e o Monstro, 2014;
- GUIMARÃES, Luís – *O arcanjo negro: repertório da Sociedade de Escritores Teatrais Portugueses: peça em 3 actos adaptada do romance de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Prelo, 1969;
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar*, volume II, “Os Tempos Áureos” (1928-1936), 2.ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000;
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar*, volume IV, “O Ataque” (1945-1958), 4.ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000;
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar*, volume V, “A Resistência” (1958-1964), 4.ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000;
- PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*, 1.ª edição, Porto, Editora Inova, s.d;
- PINTO, Maria José Vaz (seleção, organização e notas) – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968*, 1.ª edição, Lisboa, DIFEL, Difusão Editorial, Lda, 1984;
- *Presença. Edição facsimilada compacta*, tomos I, II e III, 1.ª edição, Lisboa, Contexto, 1993;
- REDOL, Alves – *Gaibéus*, 7.ª edição, Mem Martins, Europa-América, 1979;
- REIS, Jorge (recolha de textos e organização) – *Aquilino. Páginas do exílio: Cartas e Crónicas de Paris, 1.º volume, de 1908 a 1914*, 1.ª edição, Lisboa, Vega, 1988 (a);
- REIS, Jorge (recolha de textos e organização) – *Aquilino. Páginas do exílio: Cartas e Crónicas de Paris, 2.º volume, de 1927 a 1930*, 1.ª edição, Lisboa, Vega, 1988 (b);
- *Sarmiento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor de Memórias do Capitão*, Lisboa, Aster, 1976.

## II. Bibliografia

### 1. Estudos ou bibliografia específica sobre Aquilino Ribeiro

- ALMEIDA, Henrique – *Aquilino Ribeiro e a crítica: ensaio sobre a obra Aquiliniana e sua recepção crítica*, 1.<sup>a</sup> edição, Porto, Edições ASA, 1993;
- ALMEIDA, Henrique – *Aquilino Ribeiro: entre jornalismo e literatura. Conformação e canonização da escrita Aquiliniana, 1903-1933* (texto policopiado: tese de doutoramento em Literatura Portuguesa), Viseu, Universidade Católica Portuguesa, s.n, 2001;
- ALMEIDA, Henrique – *Aquilino Ribeiro – O fascínio e a escrita da terra*, 1.<sup>a</sup> edição, Vila Nova de Paiva, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva/Comissão de Coordenação da região Centro, 2003;
- ALMEIDA, Henrique (direção) – *Cadernos Aquilianos*, n.ºs 1, 2, 3, 4, 14 e 18, Viseu, CEAR, editados a partir de 1992;
- ALMEIDA, Henrique – *Glossário Aquiliniano do romance Terras do Demo – introdução ao estudo da linguagem de um “escritor regionalista”*, 1.<sup>a</sup> edição, Viseu, CEAR, 1988;
- ALMEIDA, Henrique – *Roteiro. Viagem às “Terras do Demo”. Itinerário aquiliniano*, Viseu, Sindicato dos Professores da Região Centro/CEAR, 1997;
- *Aquilino Ribeiro no Brasil*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1952;
- ARROZ, Celina Moura – *Aquilino Ribeiro: Evolução do homem republicano*, 1.<sup>a</sup> edição, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2012;
- ARROZ, Celina Moura – *Análise temática da correspondência Aquilino Ribeiro e Leal da Câmara 1908-1948*, 1.<sup>a</sup> edição, [sem local de edição], Fundação Aquilino Ribeiro – Casa Museu, 2018;
- BASTOS, Manuel de Lima – *Na luz da sombra de Mestre Aquilino*, 1.<sup>a</sup> edição, Cascais, Sopa de Letras, 2011;
- BASTOS, Manuel de Lima – *No esplendor da sombra de Mestre Aquilino*, 1.<sup>a</sup> edição, Cascais, Sopa de Letras, 2011;
- BASTOS, Manuel de Lima – *O retrato de Aquilino – Pintura sobre palavras*, 1.<sup>a</sup> edição, Cascais, Sopa de Letras, 2013;

- BRAGA, Mário (coordenação) – *Aquilino Ribeiro (1885-1963). Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário do nascimento*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985;
- BRITO, Ferreira de – *Aquilino Ribeiro e a Obsessão do Sagrado*, Lamego, Museu de Lamego, 1985;
- CALDEIRA, Alfredo e ANDRINGA, Diana (organização e notas) – *Em defesa de Aquilino Ribeiro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Terramar, 1994;
- CARMO, Carina Infante do – *Adolescer em clausura. Olhares de Aquilino, Régio e Vergílio Ferreira sobre o romance de internato*, 1.<sup>a</sup> edição, Faro/Viseu, Universidade do Algarve e CEAR, 1998;
- CARMO, Natalina Oliveira do (coordenação e organização) – *Aquilino Ribeiro. Boletim Cultural*, 2.<sup>a</sup> edição, VI série, n.º 5, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, 1985;
- CARVALHO, Abílio Louro de – *Aquilino na sua Peregrinação a Compostela*, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2003;
- CARVALHO, Gilberto de – *Aquilino Ribeiro (pequenas coisas num grande homem)*, Viseu, [s.n], 1968;
- *Centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Mostra bibliográfica, catálogo*, 1.<sup>a</sup> edição, Figueira da Foz, Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás, 1985;
- COELHO, Nelly Novaes – *Aquilino Ribeiro. Jardim das Tormentas: génese da ficção aquiliana*, São Paulo, Editora Quíron, 1973;
- Congresso de Estudos Aquilinos (organização) – *Homenagem a Aquilino: Aquilino desconhecido* (catálogo), Paredes de Coura, Árvores – Cooperativa de atividades artísticas, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000;
- CORDEIRO, Ana Luísa Miranda dos Santos Costa – *Do Regionalismo ao Universalismo. Uma leitura de Andam Faunos pelos Bosques de Aquilino Ribeiro* (dissertação de mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares), Universidade Aberta, 2009;
- CORREIA, Alberto e FERNANDES, António Augusto – *Nos passos de Viterbo com Aquilino ao lado* (Roteiro), 1.<sup>a</sup> edição, Viseu, CEAR, 2004;

- CORREIA, Alberto (com a colaboração de António Augusto Fernandes) – *Viajar com... Aquilino Ribeiro*, Guimarães, Direção Regional da Cultura do Norte e Opera Omnia, 2013;
- COSTA, Filipe – *As representações da Alemanha no Diário de Viagem Alemanha Ensanguentada, de Aquilino Ribeiro. A Questão da Germanofilia Aquiliniana*, versão policopiada da dissertação de mestrado em Estudos Germanísticos, área de especialização em Estudos Luso-Alemães, apresentada à FLUC, 2006;
- COSTA, Jerónimo (direção) – *Cadernos Aquilinos*, n.º 22, Viseu, CEAR, 2014;
- *Fundação Aquilino Ribeiro. Boletim Trimestral*, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, 1991-2005;
- GARCIA, Frederick C. Hesse – *Aquilino Ribeiro: um Almocreve na Estrada de Santiago*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981;
- GOMES, Elviro da Rocha – *Glossário sucinto para melhor compreensão de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Porto, Porto Editora, 1959;
- *Inventário da correspondência. Espólio de Aquilino Ribeiro* (BN Esp. D11), não editado, Biblioteca Nacional de Portugal, Divisão dos Reservados, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, elaborado em 2005;
- LIMA, Maria da Conceição de Castro Pina Monteiro de – *As reconfigurações do amor em Aquilino Ribeiro: incursão em obras representativas*. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa (Investigação e Ensino), apresentada à FLUC, 2010. Consultada a partir de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15188?mode=full>;
- LOPES, Óscar – “Coordenadas de Aquilino na Literatura Portuguesa”, in *Revista Colóquio/Letras*, n.ºs 115/116, 1.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 7-14;
- MALPIQUE, Cruz – *Aquilino. O homem e o escritor*, Porto, Divulgação, 1964;
- MARTINS, Serafina – “Aquilino Ribeiro e a razão das Histórias” in Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu e Rosa Maria Goulart (organização) – *Literatura e cidadania no século XX – Ensaio*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, pp. 123-144;

- MENDES, Manuel (coordenação) – *Aquilino Ribeiro. A obra e o Homem*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Arcádia, 1960;
- MENEZES, Manuel – *Olhares de Aquilino sobre Alvite e os Alvitanos*, 1.<sup>a</sup> edição, Moimenta da Beira, Edições Esgotadas, 2013;
- NAMORA, Fernando (apresentação e coordenação das legendas) – *Aquilino Ribeiro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Galeria Artis, 1963;
- NETO, Paulo (direção) – *aquilino – Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, n.º 1, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2009;
- NETO, Paulo (direção) – *aquilino – Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, n.º 2, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2010;
- NETO, Paulo (direção) – *aquilino – Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, n.º 3, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2016;
- NETO, Paulo (direção) – *aquilino – Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, n.º 4, 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 2018;
- NEVES, António Silva – *Aquilino Ribeiro. Desigual entre iguais*, 1.<sup>a</sup> edição, Viseu, CEAR, 1993;
- POMAR, Júlio – *Estudos para o romance de Camilo de Aquilino Ribeiro*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Artemágica, 2005;
- QUEIROZ, Ana Isabel – *A Paisagem de Terras do Demo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Esfera do Caos, 2009;
- QUEIROZ, Ana Isabel (antologia e texto introdutório) – *Guia das Aves de Aquilino Ribeiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Boca-Palavras que alimentam, 2012;
- REIS, Jorge – *Aquilino em Paris*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Veja, 1988 (c);
- RODRIGUES, Urbano Tavares – *Aquilino visto por Urbano*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Colibri/Sociedade Portuguesa de Autores, 2014;
- SOUSA, João Silva de (direção) – *Letras Aquilinianas*, n.º 2, 1.<sup>a</sup> edição, Viseu, Confraria Aquiliniana, 2007;

- TOSCANO, Maria da Graça Alvarez (coordenação) – *Catálogo da Biblioteca de Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, 2004;
- VASCONCELOS, Taborda de – *Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1965;
- VIDIGAL, Luís – “Atitudes e mentalidades na oposição ao Estado Novo: o caso de Aquilino Ribeiro”, in AAVV – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, volume II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 59-69;
- VIDIGAL, Luís – *Imaginários portugueses*, 1.ª edição, Viseu, CEAR, 1992;
- VIDIGAL, Luís – *O jovem Aquilino Ribeiro*, 1.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

## **2. Obras de carácter geral**

- AAVV – *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, 1.ª edição, volumes I e II, Lisboa, ed. Fragmentos, 1987;
- ABREU, Luís Machado de – *Ensaio Anticlericais*, Lisboa, Roma Editora, 2004;
- ALVES, Ricardo António – *Anarquismo e Neo-Realismo. Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, 1.ª edição, Lisboa, Âncora Editora, 2002;
- AZEVEDO, Cândido de – *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, radiodifusão, livro*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1999;
- AZEVEDO, Cândido de – *Mutiladas e proibidas*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1997;
- BAPTISTA, Fernando Oliveira – *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993;
- BRANDÃO, José – *Sidónio. Contribuição para a história do presidencialismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1983;
- CABRERA, Ana (coordenação) – *Censura nunca mais! A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2013;
- CAMPINOS, Jorge – *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978;

- CARDIA, Sottomayor (organização) – *Seara Nova. Antologia*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Publicações Alfa, 1990;
- CASTANHEIRA, José Pedro – *O que a censura cortou*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Expresso, 2009;
- CATROGA, Fernando – *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra, Almedina, 2010;
- CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.<sup>a</sup> edição, Alfragide, Casa das Letras, 2010;
- CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Sextante Editora, 2010;
- CLÍMACO, Cristina – *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Colibri, 2017;
- CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa; SILVA, Armando Malheiro da e TORGAL, Luís Filipe – *Machado Santos: o intransigente da República (1875-1921)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Assembleia da República, 2013;
- CORREIA, Artur – *Romance da Raposa* (adaptado a partir do romance de Aquilino), 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Bertrand, 2009;
- CRUZ, Manuel Braga da (organização e prefácio) – *Correspondência de Santos Costa 1936-1982*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2004;
- CRUZ, Manuel Braga da – *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986;
- DICKENS, Charles – *Os Cadernos de Pickwick*, Lisboa, Tinta-da-China, 2014;
- ESTÊVÃO, João Antunes – “A florestação dos baldios”, in *Separata da revista Análise Social*, volume XIX, n.º 77-99, Lisboa, [s.n.], 1983;
- ESTEVES, Henrique Nuno Heliodoro – *Chicotes com gatilho, peixes-grades e censura literária no Estado Novo* (texto policopiado), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005;
- FARINHA, Luís – *O Revirvalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1998;

- FELICE, Renzo de – *Breve História do Fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, 1.ª edição, Lisboa, Casa das Letras, 2005;
- FERRÃO, Carlos – *História da 1.ª República*, 1.ª edição, Lisboa, Terra Livre, 1976;
- FERRÃO, Manuela; OLIVEIRA, Susana e FONSECA, Teresa (organização) – *Livros proibidos no Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2005;
- FORTE, Isabel – *A censura de Salazar no Jornal de Notícias. Da actuação da comissão de censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*, 1.ª edição, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000;
- FRANCO, Graça – *A censura à imprensa (1820-1974)*, 1.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993;
- GOMES, Joaquim Cardoso – *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006;
- GUERREIRO, Jacinto Salvador – “Nos Caminhos da Planície: contributos para o Estudo da Presença da Igreja no Baixo Alentejo” in José António Falcão (direção) – *Entre o Céu e a Terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*, tomo I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese, 2000, pp. 82-145;
- GUIA, A. Bento da – *As vinte freguesias de Moimenta da Beira*, 1.ª edição, Viseu, Edição da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, 1986;
- HENRIQUES, Mendo Castro, Maria João Medeiros, Jaime Regalado, João Mendes Rosa e Luiz Alberto Moniz Bandeira – *Dossier regicídio o processo desaparecido*, 1.ª edição, Lisboa, Tribuna, 2008;
- JOÃO, Maria Isabel da Conceição – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, texto policopiado, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999;

- LEMOS, Mário Matos e – *1945 – Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*, Coimbra, Palimage, 2018;
- LOPES, Fátima (coordenação) – *Espólio de João Ameal, Mostra Documental*, Lisboa, BN, 2003;
- LOPES, Óscar (coordenação) – *JAIME CORTESÃO*, Lisboa, Editora Arcádia Limitada, Coleção “A Obra e o Homem”, s.d, [1962];
- MADEIRA, João (coordenação) – *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007;
- MADUREIRA, Arnaldo – *28 de Maio. A génese do Estado Novo. O golpe militar e a ascensão do autoritarismo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Clube do Autor, 2016 (versão atualizada do livro publicado pelo autor em 1978, com o título *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*);
- MAGALHÃES, Manuel Alcino – *Ariz, um pouco da sua história*, 2.<sup>a</sup> edição, Ariz, Junta de Freguesia de Ariz, 2006;
- MARINHO, António Luís – *1961: O ano horrível de Salazar*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011;
- MARQUES, A. H. de Oliveira (organização e notas) – *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928: a questão do empréstimo externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Literatura Clandestina em Portugal 1926-1932*, volumes I e II, Lisboa, Fragmentos, 1990;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A unidade da oposição à ditadura, 1928-1931*, 2.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Europa-América, 1976;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de História da 1.<sup>a</sup> República Portuguesa*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1981;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-31*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975;
- MARQUES, Isabel Pestana – *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na primeira guerra mundial*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014;

- MASCARENHAS, João Mário de (coordenação) – *Relação das obras cuja circulação esteve proibida em Portugal durante o regime Salazar-Marcello Caetano*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa, 1996;
- MATOS, Helena – *Salazar – A construção do mito*, volume 1, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 2003;
- MATTOSO, José (direção) – *História da Vida Privada em Portugal*, volume 3: *Época Contemporânea* (coordenação de Irene Vaquinhas), 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011;
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013;
- MEDINA, João – *O Pelicano e a Seara. A Revista Homens Livres*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições António Ramos, 1978;
- MELO, Daniel – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004;
- MENDES, Manuel – *Retratos de alguns portugueses*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições António Ramos, 1977;
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar. Uma biografia política*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Dom Quixote, 2010;
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís – *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal 1926-1985*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1986;
- MOREIRA, Abade Vasco – *Terras da Beira. Cernancelhe e seu alfoz*, edição facsimilada da 1.<sup>a</sup> edição datada de 1929, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe, 1997;
- NEMÉSIO, Vitorino – *Obras Completas*, volume I, Poesia, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989;
- NETO, Vítor (coordenação) – *Revista de História das Ideias*, volume 22, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 2001;
- NIETZSCHE, Friedrich – *A genealogia da moral. Uma polémica*, 9.<sup>a</sup> edição, Lisboa, editora Guimarães, 2007;

- NIETZSCHE, Friedrich – *Assim falava Zaratustra*, 12.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2000;
- NIETZSCHE, Friedrich – *Ecce Homo. Como se vem a ser o que se é*, Lisboa, Edições 70, 2016;
- NIETZSCHE, Friedrich – *O Anticristo*, Lisboa, Edições 70, 2009;
- NUNES, Renato – *Miguel Torga e a PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2007;
- Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949. Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Estampa, 1999;
- PALMA-FERREIRA, João – *Do pícaro na literatura portuguesa*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência, 1981;
- PAULO, Heloísa – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, 1994;
- PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O Secretário-Geral*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2015;
- PEREIRA, José Pacheco – *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013;
- PIMENTEL, Irene Flunser – *A História da PIDE*, 1.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007;
- PIMENTEL, Irene Flunser – *História da oposição à Ditadura 1926-1974*, 1.<sup>a</sup> edição, Porto, Figueirinhas, 2013;
- PINTO, António Costa (organização) – *Fascismo em Portugal. Actas do colóquio da Faculdade de Letras*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982;
- PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992;

- PINTO, Rui Pedro – *Prémios do Espírito. Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008;
- PIRES, José Cardoso – *E Agora, José?*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Moraes, 1977 (inclui o ensaio “Técnica do golpe de censura”, editado pela primeira vez em 1972);
- PRÉPOSIET, Jean – *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70, 2007;
- PRÍNCIPE, César – *Os segredos da censura*, Porto, Edições Afrontamento, 2016;
- RAMOS, Rui (coordenação) – *História de Portugal*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009;
- REIS, António (coordenação científica) – *A República ontem e hoje. III Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 20 a 25 de Novembro de 2000*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002;
- REIS, Carlos; BERNARDES, José Augusto Cardoso e SANTANA, Maria Helena (coordenação) – *Uma coisa na ordem das coisas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012;
- RIBEIRO, Carla – *António Ferro e a elaboração identitária da Nação*, versão policopiada da tese de doutoramento em História, Universidade do Porto, 2014;
- RIBEIRO, Maria da Conceição – *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995;
- RODRIGUES, Armindo – *Um poeta recorda-se: memórias de uma vida*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, edições Cosmos, 1998;
- RODRIGUES, Manuel – *Os baldios*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987;
- ROLLO, Maria Fernanda e PIRES, Ana Paula – *Manuel de Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Assembleia da República, 2015;
- ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008;

- ROSAS, Fernando – *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As eleições de 16 de Dezembro de 1934*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições O Jornal, 1985;
- ROSAS, Fernando (coordenação) – *O Estado Novo*, integrado na coleção *História de Portugal*, volume 7 (direção de José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1998;
- ROSAS, Fernando – *Lisboa revolucionária, 1908-1975*, 1.<sup>a</sup> edição (de bolso), Lisboa, Tinta da China, 2010;
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938. Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo (1928-1938)*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1996;
- ROSAS, Fernando (coordenação) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* integrado na coleção *Nova História de Portugal*, volume 12 (direção de Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques), 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992;
- ROSAS, Fernando – *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política: Ensaio histórico*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2003;
- ROSAS, Fernando (coordenação) – *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009;
- ROUX-LANIER, Catherine; PIMBÉ, Daniel; LANOT, Frank e ROPERT, André – *A Cultura Geral de A a Z*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003;
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos – *Jaime Cortesão: um dos grandes de Portugal*, 1.<sup>a</sup> edição, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993;
- SANTOS, Fernando Piteira – *Raul Proença e a “Alma Nacional”. Da colaboração com António José de Almeida à ruptura*, 1.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979;
- SANTOS, Natália Neves dos – *Raúl Rêgo, o jornalista e o político*, 1.<sup>a</sup> edição, Macedo de Cavaleiros, Poética Edições, 2014;
- SARDICA, José Miguel – *Da Monarquia à República. Pequena história política, social e militar*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2011;

- SÉRGIO, António – *Correspondência para Raul Proença* (organização e introdução de José Carlos González), 1.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987;
- SILVA, Paulo Marques da – *Fernando Namora por entre os dedos da PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo*, 1.ª edição, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2009;
- SILVA, Paulo Marques da – *A PIDE e os seus informadores. O caso de Inácio*, 1.ª edição, Coimbra, Palimage, 2019;
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Antigas vilas do concelho de Sernancelhe*, 1.ª edição, Viseu, Edição do Autor, 2001;
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Forais da vila de Sernancelhe*, 1.ª edição, Viseu, Edição do Autor, 2003;
- SOUSA, Maria Manuela de Almeida Pinto de – *António Sérgio – Ministro da Educação* (dissertação de mestrado, em Línguas e Culturas – Estudos Portugueses, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas), Universidade de Aveiro, 2011;
- TORGAL, Luís Filipe – *Tomás da Fonseca – Missionário do Povo. Uma biografia*, 1.ª edição, Lisboa, Antígona, 2016;
- TORGAL, Luís Reis – *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva-História, 1999;
- TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, 2 volumes, 1.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009;
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1998;
- TORGAL, Luís Reis – “«Literatura oficial» no Estado Novo, Os Prémios Literários do SPN/SNI”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coordenação) – *Revista de História das Ideias*, volume 20, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999;

- TRIGO, Jorge e BAPTISTA, Luís Miguel – *Ribeiro de Carvalho – Um republicano com alma de sonhador*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Sete Caminhos, 2005;
- VENTURA, António – *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989;
- VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013;
- VIANA, António Manuel Couto; ABREU, Maurício – *Terras da Beira na literatura portuguesa*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Inapa, 1991;
- VILAÇA, Alberto – *Resistências culturais e políticas nos primórdios do Salazarismo*, 1.<sup>a</sup> edição, Porto, Campo das Letras, Editores S.A., 2003;
- WHEELER, Douglas – *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933* (tradução de António Simões do Paço), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.

### **3. Enciclopédias, dicionários, cronologias e outras obras de consulta breve**

- BARREIROS, António José – *História da literatura portuguesa*, volume II – séculos XVII-XX, 2.<sup>a</sup> edição, Braga, Editora Pax, s.d;
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coordenação) – *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, suplemento A/E, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Figueirinhas, 1999;
- BRANDÃO, Fernando de Castro – *Estado Novo. Uma cronologia*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2008;
- CHORÃO, João Bigotte (direção) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1998;
- HOUAISS, António – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003;

- LEMOS, Mário Matos e – *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário* (coordenação e prefácio de Luís Reis Torgal), Alfragide, Texto Editores, 2009;
- LEMOS, Mário Matos e – *Dicionário de História Universal*, 1.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2001;
- LOBO, Cláudia (direção) – *Visão História. O golpe militar de 28 de Maio e a ascensão de Salazar*, n.º 35, Lisboa, Medipress, Sociedade Jornalística e Editorial, Lda, 2016;
- MALTEZ, Adelino – *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, 2 volumes, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Tribuna da História, vol. I, 2004 e vol. II, 2005;
- PEREIRA, José Costa (coordenação) – *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2 volumes, Lisboa, Publicações Alfa, 1985;
- PIRES, Daniel – *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Grifo, 1996;
- PROENÇA, Raul (coordenação) – *Guia de Portugal. Beira: Tomo II – Beira Alta e Beira Baixa*, volume III, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994;
- RODRIGUES, António Augusto Simões (direção) – *História comparada. Portugal, Europa e o Mundo: Uma visão cronológica*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 1997;
- RODRIGUES, António Augusto Simões (coordenação) – *História de Portugal em datas*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 2007;
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (direção) – *Dicionário de História do Estado Novo*, volumes I e II, 1.<sup>a</sup> edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996;
- SERRÃO, Joel (direção) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971;
- SERRÃO, Joel (coordenação) – *Dicionário de História de Portugal*, volume I, Porto, Figueirinhas, 1984.

#### 4. Obras de natureza metodológica

- CRISTÓVÃO, Fernando – *Método. Sugestões para a elaboração de um ensaio ou tese*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Colibri, 2001;
- D' OLIVEIRA, Teresa – *Teses e Dissertações. Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editora RH, 2007;
- ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 17.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Presença, 2011;
- MATTOSO, José – *A escrita da História. Teoria e métodos*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988;
- SOUSA, Maria José e BAPTISTA, Cristina Sales – *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2011;
- TORGAL, Luís Reis – *História... Que História?*, Lisboa, Temas e Debates, 2015.

#### III. Webgrafia e materiais audiovisuais

- AMARO, António Rafael – “A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939)” in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995. Consultado a partir de [https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/seara\\_nova\\_e\\_resist%C3%A2ncia\\_cultural\\_e\\_ideol%C3%B3gica\\_%C3%A0\\_ditadura\\_e\\_ao\\_estado\\_novo1926\\_1939](https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/seara_nova_e_resist%C3%A2ncia_cultural_e_ideol%C3%B3gica_%C3%A0_ditadura_e_ao_estado_novo1926_1939);
- Biblioteca Nacional Digital do Brasil – <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>;
- “Carta-testamento” de Manuel Buíça: consultada a partir de <http://www.laicidade.org/documentacao/textos-historicos/carta-buica/>;
- *Casa Comum* (desenvolvido pela Fundação Mário Soares), *on-line*: <http://casacomum.org/cc/>;
- Centro de Estudos Ferreira de Castro – [http://www.ceferreiradecastro.org/efe\\_abril.php](http://www.ceferreiradecastro.org/efe_abril.php);
- Centro Virtual Camões, do Instituto Camões – <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html#.VjeBd14nzIU>;

- CORREIA, Artur e NETO, Ricardo (realizadores) – *O Romance da Raposa*, obra de Aquilino Ribeiro com diálogos adaptados por Maria Alberta Menéres, RTP, 1987. Disponível *online*, em 13 episódios: <https://www.youtube.com/watch?v=4uawSwdY2T0> [12/12/2017];
- *Expresso, on-line*: <http://expresso.sapo.pt>;
- *Filhas de Babilónia. Novelas* – <https://archive.org/stream/filhasdebabiln00ribe#page/n9/mode/2up>;
- Instituto Nacional de Estatística – [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes);
- PEREIRA, Mário Augusto (coordenação geral de projeto) – *O Douro nos caminhos da Literatura. Aquilino Ribeiro*, Ministério da Cultura, Direção Regional de Cultura do Norte, 2010;
- *Público, on-line*: <https://www.publico.pt>;
- RIBEIRO, Aquilino – A última entrevista de Aquilino (concedida a Pedro Foyos, em abril de 1963) e outros documentos classificados como inéditos – [www.casadasletras.com/Textos/AQUILINO\\_RIBEIRO.pdf](http://www.casadasletras.com/Textos/AQUILINO_RIBEIRO.pdf);
- RIBEIRO, Aquilino, documentário biográfico em dois episódios: Urbano Tavares Rodrigues (autor), RTP1 – <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/aquilino-ribeiro-episodio-1-parte-i/>; <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/aquilino-ribeiro-episodio-2-parte-i/>;
- RIBEIRO, Aquilino – entrevista realizada pelo locutor Igrejas Caeiro, em 16/07/1957, e transmitida pelo RCP no programa “Perfil de um artista” – <http://www.rtp.pt/play/p321/e118401/a-forca-das-coisas>;
- RIBEIRO, Aquilino – *O Lugar da História* (documentário), RTP2, 2000 – <http://www.youtube.com/watch?v=FvzVv9Mjre0>;
- RIBEIRO, António Lopes (realizador) – *A Revolução de Maio*, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema (1.ª edição: 1937), 2018;
- SARDICA, José Miguel – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal” in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 16 (2004), pp. 367-383. *On-line*: Veritati, Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa – <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4493>;
- *Seara Nova*: <http://www.searanova.publ.pt/>;

- II sessão do ciclo “Aquilino: o tempo da clandestinidade e dos exílios”, Lisboa, Biblioteca da Assembleia da República, 2013, *on-line*: <https://www.youtube.com/watch?v=FFLdufZyB2E>;
- *Sernancelhe à tua descoberta* (versão multilíngua), 1.<sup>a</sup> edição, Sernancelhe, Município de Sernancelhe/Progride, Projeto “Viver Melhor” Sernancelhe, 2008;
- *Última hora*, Rio de Janeiro, *on-line*: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=0&Pesq=>;
- *University of Toronto – Robarts Library*, *on-line* <https://archive.org/stream/filhasdebabiln00ribe#page/n5/mode/2up>.

## **Anexos**



## **Anexo I – Perspetiva diacrónica do processo-crime PSE de Aquilino Ribeiro: 4004A/NT-4523**

### **1.º e 2.º volumes**

21 de julho de 1928 (1.º volume) – Auto de notícia preenchido por Eduardo Monteiro de Freitas, chefe de estação da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta;

21 de julho de 1928 (1.º volume) – Auto de notícia elaborado por Romão Pereira Cardoso, chefe da estação dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta;

21 de julho de 1928 (2.º volume) – Auto de notícia elaborado por António de Oliveira, chefe de estação da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta, onde se descreve a atuação do fiscal do governo Luciano da Costa;

23 de julho de 1928 (1.º volume) – Relatório policial da autoria de João Ribeiro Baptista Montes, que fora incumbido pelo comandante militar de Viseu de ir a Mangualde no dia 21 de julho para evitar que um comboio com forças revoltosas vindas da Guarda e Pinhel prosseguisse a sua marcha em direção à Pampilhosa;

24 de julho de 1928 (1.º volume) – Declaração do administrador do concelho de Mangualde (Manuel Tavares), segundo a qual entregava ao comandante militar de Viseu uma pistola *FN* n.º 357 627, *Browning's*, que lhe havia sido confiada pelo tenente João Ribeiro do Regimento de Artilharia e que fora apreendida a Aquilino, no dia 21 de julho;

24 de julho de 1928 (1.º volume) – O administrador do concelho de Mangualde, Manuel Tavares, remeteu ao governo civil de Viseu um relatório dos acontecimentos registados em Mangualde, nos dias 21 e 22 de julho de 1928;

25 de julho de 1928 (1.º volume) – Auto de corpo de delito indireto: foram interrogados Aquilino Ribeiro e António Gomes Mota;

25 de julho de 1928 (1.º volume) – O Comandante do Regimento de Infantaria n.º 12 remeteu ao governo civil da Guarda um ofício a solicitar o auto de notícia levantado ao fiscal do governo, de via e obras da Beira Alta, Luciano da Costa;

26 de julho de 1928 (1.º volume) – Continuação do auto: interrogado o terceiro preso, Artur Mendonça;

26 de julho de 1928 (1.º volume) – Continuação do auto: interrogado o chefe da polícia de Viseu (Manuel da Cruz), que apreendeu uma pistola (*FW* n.º 13 661, *Browning*) quando, em Viseu, passou revista ao automóvel que transportou Aquilino e Gomes Mota, no dia 21 de julho;

26 de julho de 1928 (1.º volume) – Continuação do auto. No quartel do comando militar de Viseu foram ouvidas as seguintes testemunhas: sargentos António Prestes e Ismael Augusto, que, no dia 21 de julho, haviam sido incumbidos de interromper a linha de caminho de ferro da Beira Alta, para impedir a passagem de um comboio que transportava as tropas revoltosas da Guarda para Mangualde;

26 de julho de 1928 (1.º volume) – O oficial da Polícia Judiciária Militar, Celestino Baptista da Silva, solicitou ao diretor da exploração da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta que fossem colocados à sua disposição, para audição, os agentes que estivessem a par dos factos relacionados com o auto que estava a ser realizado;

26 de julho de 1928 (1.º volume) – Em Tondela, no gabinete do administrador daquele concelho, foi interrogado José Peixoto, sobre a sua presença em Mangualde, junto dos revoltosos, na tarde de 21 de julho;

27 de julho de 1928 (1.º volume) – O Governo Civil da Guarda remeteu ao comandante do Regimento de Infantaria n.º 12 o auto de notícia, levantado no comissariado de polícia da Guarda, ao fiscal do governo Luciano da Costa;

27 de julho de 1928 (1.º volume) – No quartel do comando militar de Viseu foram ouvidas mais duas testemunhas: José Marques Pêgo e Joaquim Monteiro, praças da GNR em Mangualde;

27 de julho de 1928 (1.º volume) – O oficial Celestino Baptista da Silva ordenou o interrogatório das seguintes testemunhas: o condutor que tinha transportado até à estação de Mangualde os polícias que ali foram presos pelos revoltosos, os mencionados polícias e o tenente Figueiredo de Artilharia de Montanha de Viseu. Solicitava-se ao governador civil da Guarda que colocasse à disposição do mencionado oficial (que conduzia as investigações) o preso Luciano da Costa e que fossem capturados Domingos Marques Pinto e Abraão de Almeida Costa Jardim, ambos residentes em Mangualde;

27 de julho de 1928 (1.º volume) – Mandado de captura: Celestino Baptista da Silva ordenou a prisão de Domingos Marques Pinto e Abraão d'Almeida Costa Jardim;

28 de julho de 1928 (1.º volume) – Continuação do auto: ouvido o tenente António de Figueiredo, do Grupo Independente de Artilharia de Montanha n.º 12, de Viseu. De seguida, foi interrogado César Sampaio, condutor de praça, de Viseu, que tinha transportado António Gomes Mota. Posteriormente, foi inquirido o cabo da polícia cívica de Lisboa, António Neves. Foram também interrogados os dois guardas cívicos: José Soares e Manuel Pereira de Jesus. Registou-se que foi chamado o tenente Fonseca, do Regimento de Artilharia de Montanha, n.º 12, na medida em que poderia identificar outros implicados no movimento revolucionário;

28 de julho de 1928 (1.º volume) – O diretor da exploração dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta enviou uma nota reservada, classificada como urgente, ao oficial da Polícia Judiciária Militar, Celestino Baptista da Silva, a informá-lo que, no dia 31 de julho, estariam na estação de Mangualde, pelas 9h00, os agentes requisitados pelo referido oficial, tendo em vista o interrogatório solicitado;

29 de julho de 1928 (1.º volume) – O comando militar de Viseu remeteu ao oficial Celestino Baptista da Silva uma nota urgente, à qual vinha anexada uma nota do governo civil da Guarda dirigida ao Comandante do Regimento de Infantaria n.º 12, bem como o auto de notícia mencionada na mesma nota (os documentos anteriormente referidos seriam depois apensos ao presente auto);

29 de julho de 1928 (1.º volume) – No quartel do comando militar de Viseu, foi ouvido o tenente de artilharia de montanha n.º 12, Joaquim Antunes da Fonseca;

29 de julho de 1928 (1.º volume) – Nota urgente (n.º 808) do comando militar de Viseu para que o oficial Celestino Baptista da Silva se dirigisse à Guarda;

30 de julho de 1928 (1.º volume) – No Quartel do Comando Militar de Viseu, foi ouvido o oficial de barbeiro, Inácio Ferreira. Posteriormente, foi interrogado o condutor Abílio dos Santos;

30 de julho de 1928 (1.º volume) – O oficial Celestino Baptista da Silva solicitou ao Comissário de Polícia [de Viseu?] a captura de Hernâni Pessoa;

30 de julho de 1928 (2.º volume) – A companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta enviou, por intermédio do engenheiro da exploração, a

partir da Figueira da Foz, o auto de notícia n.º 790 ao delegado do Procurador da Polícia da comarca da Guarda;

31 de julho de 1928 (1.º volume) – Em Mangualde, na estação da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta, foram interrogados, individualmente, os funcionários que, porventura, mais conhecimentos teriam sobre os factos a apurar. Pela ordem do interrogatório: Manuel da Fonseca Matos, chefe de segunda classe da estação dos caminhos de ferro em Mangualde; Rosa Cândida, guarda de passagem de nível da Mesquitela; Lúcio Augusto Sobral, chefe de lanço da companhia; Evaristo Nunes, maquinista que tripulou o comboio que conduziu as tropas revoltosas à estação de Mangualde; Alberto Luzeiro, fogueiro de segunda classe da máquina que conduziu os revoltosos da estação da Guarda à estação de Mangualde; Bernardino Henriques, capataz de via e obras, que dirigiu o corte da linha à entrada do túnel entre a estação de Mangualde e Contenças; Alberto Francisco, jovem de 20 anos que fora mandado vigiar os sinais colocados antes do túnel de Mourilhe;

1 de agosto de 1928 (1.º volume) – Continuação do auto, já no edifício do governo civil da Guarda. Celestino Baptista da Silva ouve, na qualidade de testemunha, o governador civil substituto da Guarda, António Conceição Rocha. Posteriormente, foi interrogado o secretário-geral do Governo Civil, Homem Tavares de Almeida.

Ainda nesse mesmo dia, Celestino Baptista da Silva deslocou-se à estação dos caminhos de ferro da Guarda para ouvir o chefe de estação Jacinto dos Santos, ali tomando conhecimento que o mesmo teria sido destacado para a estação de Cantanhede, no dia 29 de julho;

2 de agosto de 1928 (1.º volume) – No edifício da administração do concelho de Nelas, foi ouvido o condutor de praça Narciso Paes de Brito, cujo nome havia sido referido pela testemunha António de Figueiredo. Posteriormente, foram interrogados António Monteiro, também ele condutor de praça, e Henrique Alfredo d'Albuquerque, relojoeiro;

2 [data presumível] de agosto de 1928 (2.º volume) – No cartório da Guarda foi autuado o ofício e o auto de notícia de Luciano da Costa, documentos entregues pelo chefe da secretaria do Tribunal da Guarda;

2 de agosto de 1928 (2.º volume) – Indicação segundo a qual os autos lavrados se destinavam ao Ministério Público;

2 de agosto de 1928 (1.º volume) – O oficial Celestino Baptista da Silva remeteu um ofício (n.º 19) ao administrador do concelho de Tondela;

3 de agosto de 1928 (1.º volume) – Na estação dos caminhos de ferro de Cantanhede foi ouvido o chefe da estação, Jacinto dos Santos;

3 de agosto de 1928 (1.º volume) – O administrador do concelho de Mangualde enviou ao governador civil de Viseu um auto de declarações, acompanhado de uma nota, datada de 28 de julho. De acordo com as averiguações efetuadas, José Peixoto de Alarcão estivera na vila de Mangualde na noite de 20 de julho e no dia seguinte, com dois passageiros que o aludido administrador acreditava serem de Viseu. Concluía-se que José Peixoto de Alarcão apoiara as tropas revoltosas;

3 de agosto de 1928 (1.º volume) – O diretor da exploração da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta remeteu ao delegado do Procurador da República da comarca de Mangualde o auto de notícia n.º 791;

4 de agosto de 1928 (1.º volume) – Na casa de reclusão de Viseu, foram novamente interrogados António Gomes Mota e Aquilino Ribeiro. Posteriormente, foram também ouvidos Artur Mendonça, condutor, e Ernesto Torres Furtado;

4 de agosto de 1928 (1.º volume) – Celestino Baptista da Silva solicitou ao diretor da Polícia de Informações, junto do Ministério do Interior, para que fosse ouvido Luciano da Costa, sobre os pontos da acusação constantes no auto de notícia de 23 de julho [na verdade, 21]. Salientou-se que, depois de concretizado, o auto em questão deveria ser remetido ao aludido oficial para que fosse apenso ao auto que estava a realizar-se;

4 de agosto de 1928 (1.º volume) – Foi remetido ao diretor da Polícia de Informações junto do Ministério do Interior um relatório feito por um oficial de polícia que teria a seu cargo o auto de corpo de delito contra Luciano da Costa, então preso. Solicitou-se que o mesmo fosse interrogado, pois as suas declarações teriam de constar do referido auto;

4 de agosto de 1928 (1.º volume) – Em Celorico da Beira, o escrivão de Direito, Jaime Ribeiro Sucena, lavrou o auto de corpo de delito de Luciano da Costa;

5 de agosto de 1928 (1.º volume) – No comando militar de Viseu, foi ouvido o condutor César Sampaio;

5 de agosto de 1928 (1.º volume) – João Rodrigues de Almeida, oficial de diligência da extinta administração do concelho de Mangualde e adido à secretaria da comarca municipal daquele concelho, atestou que capturou na vila de Mangualde Abraão d'Almeida Costa Jardim. Informou também não ter prendido Domingos Marques Pinto, devido ao facto de o mesmo se encontrar em parte incerta;

5 de agosto de 1928 (2.º volume) – Ordem para que os autos viessem com visto, findas as férias judiciais (findo o processo instrutório, os volumes organizados deveriam ser remetidos ao Tribunal Militar);

5 de agosto de 1928 (2.º volume) – Indicação que dava conta da receção da ordem anterior;

5 de agosto de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos;

5 de agosto de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos recebidos;

6 de agosto de 1928 (1.º volume) – O administrador do concelho de Mangualde informou o oficial Celestino Baptista da captura de Abraão d'Almeida Costa Jardim. Comunicou, igualmente, ainda não ter sido possível prender Domingos Marques Pinto e questionou se a ordem de detenção daquele indivíduo ainda se mantinha;

6 de agosto de 1928 (1.º volume) – Celestino Baptista da Silva recebeu uma nota (n.º 452) do administrador do concelho de Mangualde, com a data daquele mesmo dia, acompanhada do mandado de captura emitido pelo referido tenente, no dia 27 de julho. Na resposta, Celestino Baptista da Silva informou que se mantinha a ordem de detenção a Domingos Marques Pinto;

7 de agosto de 1928 (1.º volume) – Interrogado, no comissariado de polícia de Viseu, Abraão d'Almeida Costa Jardim. Nesse mesmo dia, o oficial da Polícia Judiciária Militar, Celestino Baptista da Silva, concluiu que Abraão não estivera implicado no movimento e, nessa sequência, dirigiu-se ao comissariado de polícia de Viseu, para ordenar a sua libertação;

7 de agosto de 1928 (1.º volume) – Interrogado, na secretaria da administração do concelho de Mangualde, Manuel Tavares, administrador daquele

concelho. Posteriormente, foram interrogados Celestino Cabral Pinto e José Joaquim Gonçalves Camilo;

7 de agosto de 1928 (1.º volume) – Auto de acareação: no quartel da casa de reclusão da 2.ª Região Militar de Viseu, a testemunha António Conceição Rocha e o presumido delinquente António Gomes Mota foram colocados frente a frente, por se terem constatado divergências nos seus depoimentos anteriores;

7 de agosto de 1928 (1.º volume) – O comissariado geral de polícia de Viseu informou, através de uma nota confidencial, o capitão Celestino Baptista da Silva, que, de acordo com o administrador do concelho de Tondela, Hernâni Pessoa não se encontrava na área daquele concelho, mas sim a residir na Figueira da Foz. Informou também que as diligências desencadeadas pela polícia de Coimbra para prender aquele cidadão se revelaram infrutíferas, na medida em que Hernâni Pessoa deveria ter fugido;

7 de agosto de 1928 (1.º volume) – Nota confidencial do comissariado da polícia de Viseu a informar que Hernâni Cardoso Pessoa não foi encontrado em Tondela, nem na Figueira da Foz;

8 de agosto de 1928 (1.º volume) – O oficial Celestino Baptista da Silva recebeu a nota confidencial remetida pelo comissariado da polícia de Viseu, no dia anterior;

9 de agosto de 1928 (1.º volume) – Auto de perguntas ao preso Luciano da Costa, em Lisboa, na repartição da Polícia de Informações do Ministério do Interior;

10 de agosto de 1928 (1.º volume) – A direção da Polícia de Informações do Ministério do Interior remeteu ao oficial da Polícia Judiciária Militar do comando de Viseu o auto de perguntas ao qual se referia o ofício de 16 de agosto, anteriormente enviado pelo aludido oficial;

11 de agosto de 1928 (1.º volume) – Na sede do comando militar de Viseu procedeu-se à análise dos seguintes documentos: nota enviada pelo administrador do concelho de Mangualde (três de agosto de 1928), auto de declarações levantado em 26 de julho pelo administrador do concelho de Tondela e um exemplar do jornal *O Século*, de 24 de julho. Nesta sequência, foi solicitado ao administrador do concelho de Tondela que capturasse José Peixoto de Alarcão;

13 de agosto de 1928 (1.º volume) – Sede do comando militar de Viseu: receção do ofício n.º 574, de dez de agosto, da Polícia de Informações do Ministério do Interior, que acompanhava a nota confidencial urgente enviada pelo oficial Celestino Baptista da Silva, datada de quatro de agosto, e o auto de perguntas relativo a Luciano da Costa, elaborado em nove de agosto. Os documentos foram depois apensos ao auto;

13 de agosto de 1928 (1.º volume) – O administrador do concelho de Tondela respondeu ao ofício n.º 19, de dois de agosto, enviado pelo oficial da Polícia Judiciária Militar, capitão Celestino Baptista da Silva. O administrador do concelho referia, entre outros aspetos, que as pessoas que o informaram sobre o que se passou em Tondela com José Peixoto de Alarcão se encontravam ausentes da vila, não podendo, assim, remeter o auto solicitado pelo aludido oficial;

14 de agosto de 1928 (1.º volume) – Interrogado José Peixoto, na sede do comando militar de Viseu. Posteriormente, foi ouvido o funcionário do hotel Avenida, em Viseu, Jaime Conceição Costa. Depois de destacar a impossibilidade de ouvir mais testemunhas (por não se conhecer a sua morada), sugeriu-se que o recluso José Peixoto de Alarcão fosse libertado;

14 de agosto de 1928 (1.º volume) – O oficial da Polícia Judiciária Militar, capitão Celestino Baptista da Silva, elaborou uma relação das testemunhas que, até àquele momento, já tinham sido chamadas a depor no auto de corpo de delito (no total, 30 testemunhas);

14 de agosto de 1928 (1.º volume) – Ordem para que se procedesse ao corpo de delito indireto com as testemunhas indicadas;

4 de setembro de 1928 (1.º volume) – A Polícia de Informações do Ministério do Interior, em Lisboa, solicitou ao comandante da casa de reclusão de Viseu que lhe comunicasse o destino dado aos indivíduos implicados no movimento revolucionário, identificados no auto de corpo de delito levantado pelo capitão Celestino Baptista da Silva, de Viseu. Curiosamente, o agente policial encarregue de responder esqueceu-se de indicar o nome dos indivíduos;

6 de setembro de 1928 (1.º volume) – O comandante da casa de reclusão de Viseu informou o diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior que no ofício enviado não tinham sido indicados os nomes dos indivíduos, pelo que não

poderia fornecer as informações pretendidas, até porque o auto levantado não fora preenchido naquele estabelecimento;

12 de setembro de 1928 (1.º volume) – A Polícia de Informações do Ministério do Interior remeteu ao comandante da casa de reclusão de Viseu o nome dos indivíduos implicados no movimento revolucionário e que, por lapso, não haviam seguido no dia quatro de setembro;

14 de setembro de 1928 (1.º volume) – Resposta do comandante da casa de reclusão ao diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior, em Lisboa, onde se incluem informações sobre a evasão de Aquilino Ribeiro e António Gomes Mota. Este documento foi recebido pela Polícia de Informações no dia 15 de setembro e imediatamente remetido à secção de investigação daquela polícia;

1 de outubro de 1928 (1.º volume) – Na vila de Mangualde, foi preenchido o auto de corpo de delito contra Luciano da Costa, sendo o queixoso Romão Pereira Cardoso, chefe da estação dos caminhos de ferro de Gouveia;

1 de outubro de 1928 (2.º volume) – Indicação segundo a qual os autos iriam continuar a ser realizados, tendo em vista o seu envio ao Ministério Público. Ordenou-se que se procedesse ao corpo de delito indireto com as testemunhas indicadas no auto;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Foram recebidas as indicações anteriores;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos. Ordenava-se que se procedesse à inquirição das testemunhas no dia 11 de outubro;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Recebida a indicação anterior;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Termo de entrega de mandado: num cartório da Guarda foi entregue ao oficial de diligências Raul Relvas [?] um mandado para intimação de testemunhas;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Indicação segundo a qual haviam sido enviados ofícios ao governador civil da Guarda e ao diretor da companhia dos caminhos de ferro da Beira Alta, Joaquim José Andrade e Silva Abranches, com o intuito de requisitar várias testemunhas;

2 de outubro de 1928 (2.º volume) – Mandado emitido pelo juiz da comarca da Guarda (José Homem da Silveira Fernandes) para que fossem intimados a

comparecer naquele tribunal no dia 11, pelas 11h00, as seguintes testemunhas: Jacinto dos Anjos, Damião Leitão, Armando Homem Tavares de Almeida e José das Neves Policarpo;

6 de outubro de 1928 (2.º volume) – Certidão segundo a qual José das Neves Policarpo fora intimado em sua própria casa e inteirado do conteúdo do mandado;

9 de outubro de 1928 (2.º volume) – A companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta respondeu ao ofício anteriormente enviado (dois de outubro) pelo juiz de Direito da comarca da Guarda;

11 de outubro de 1928 (2.º volume) – Num cartório da cidade da Guarda, foram juntos aos autos o ofício e o mandado anteriormente referidos (dois de outubro de 1928);

11 de outubro de 1928 (2.º volume) – Auto de corpo de delito indireto. No tribunal judicial da Guarda foram ouvidas as seguintes testemunhas, pelo juiz de Direito José Homem da Silveira Fernandes Vaz: Damião Leitão, Leandro Homem Pavan d'Almeida e José das Neves Policarpo;

11 de outubro de 1928 (2.º volume) – Continuação dos autos. Referiu-se o lapso em ter sido requisitado para comparecer no tribunal Jacinto dos Anjos, quando, na verdade, deveria ter sido escrito Jacinto dos Santos. Nesta sequência, solicitou-se a requisição deste último indivíduo para depor;

13 de outubro de 1928 (1.º volume) – Mandado assinado por António Barreiros Cardoso, em exercício na comarca de Mangualde, para que as seguintes testemunhas comparecessem no tribunal da vila de Mangualde, no dia 22 de outubro, pelas 13h00: José Maria Augusto do Amaral, António de Almeida e Júlio dos Santos.

13 de outubro de 1928 (2.º volume) – Foi recebido o pedido de requisição enviado no dia 12 de outubro;

13 de outubro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos. Neste documento, foi manuscrita uma nota, no dia 15 de outubro, onde se referia que a testemunha Jacinto dos Santos havia sido requisitada para ser ouvida no dia 22 de outubro;

15 de outubro de 1928 (2.º volume) – Indicação segundo a qual foi recebida a informação anterior, datada de 13 de outubro;

15 de outubro de 1928 (2.º volume) – Foi enviado um ofício ao diretor da companhia dos caminhos de ferro, onde se requisitava a testemunha Jacinto dos Santos;

18 de outubro de 1928 (1.º volume) – As testemunhas mencionadas no mandado de 13 de outubro foram intimadas, pelo oficial Angelino dos Santos Midões, a comparecer em tribunal;

22 de outubro de 1928 (1.º volume) – No tribunal judicial da vila de Mangualde ouviram-se as seguintes testemunhas: José Maria Augusto do Amaral, António de Almeida e Júlio dos Santos;

22 de outubro de 1928 (2.º volume) – Auto de corpo de delito indireto. No tribunal judicial da Guarda foi ouvida a testemunha Jacinto dos Santos;

23 de outubro de 1928 (1.º volume) – Indicação para que fosse requisitado o autuante Romão Pereira Cardoso, com o intuito de que este indicasse mais testemunhas, caso as tivesse;

23 de outubro de 1928 (2.º volume) – Continuação dos autos: ordem para que se procedesse ao exame direto dos aparelhos danificados pelos arguidos;

31 de outubro de 1928 (2.º volume) – Receção da ordem, datada de 23 de outubro;

31 de outubro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos;

31 de outubro de 1928 (2.º volume) – O exame anteriormente ordenado foi agendado para o dia 17 de novembro, pelas 15h00;

31 de outubro de 1928 (2.º volume) – Receção da indicação anterior;

2 de novembro de 1928 (1.º volume) – Rodolfo Artur d'Abreu, juiz de Direito na comarca de Celorico da Beira, ordenou que fosse intimada a testemunha Júlio Augusto Borges, do Baraçal, para comparecer no tribunal judicial de Celorico, no dia 19 de novembro, às 11h;

2 de novembro de 1928 (2.º volume) – Certidão que atestava que Manuel [?] Martins Laoojs [?], curador geral dos órfãos na comarca da Guarda, fora intimado;

2 de novembro de 1928 (2.º volume) – Termo de entrega de mandado: num cartório da Guarda foi confiado ao oficial de diligência, Raul Relvas, um mandado para intimação de peritos;

2 de novembro de 1928 (2.º volume) – Mandado emitido pelo juiz de Direito da comarca da Guarda, José Homem da Silveira Fernandes Vaz, dirigido aos peritos, para que fossem à estação da Guarda e ao gabinete telegráfico, no dia 17 de novembro, pelas 15h00. Pretendia-se, assim, a realização de um exame direto nos aparelhos telegráficos e de tudo o que fosse remetido à apreciação dos peritos (para avaliar a dimensão dos estragos);

5 de novembro de 1928 (1.º volume) – O diretor da exploração da companhia dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta respondeu ao ofício enviado no dia dois de novembro de 1928 pelo juiz de Direito da comarca de Celorico da Beira (já no dia oito de novembro, solicitou-se que este documento fosse junto aos autos);

9 de novembro de 1928 (2.º volume) – Certidão em como foram intimados, nesse mesmo dia, os peritos Armando Lourenço e António Ferreira Batista;

10 de novembro de 1928 (1.º volume) – Um oficial intimou presencialmente Júlio Augusto Borges, do Baraçal, para comparecer no tribunal judicial de Celorico, no dia 19 de novembro, às 11h;

17 de novembro de 1928 (2.º volume) – Num cartório da Guarda foi anexo aos autos o mandado dirigido aos peritos;

17 de novembro de 1928 (2.º volume) – Auto de exame direto: os peritos não puderam pronunciar-se sobre os prejuízos causados, nem sequer realizar o exame pretendido, pois os objetos submetidos ao seu exame no gabinete telegráfico já haviam sido reparados;

19 de novembro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos;

19 de novembro de 1928 (1.º volume) – Auto de corpo de delito indireto: interrogado Júlio Augusto Borges;

21 de novembro de 1928 (2.º volume) – Recebidos os autos conclusos de 19 de novembro;

21 de novembro de 1928 (2.º volume) – Continuação dos autos, tendo em vista o seu envio ao Ministério Público. Informação segundo a qual iriam ser solicitados os serviços do engenheiro dos caminhos de ferro;

22 de novembro de 1928 (1.º volume) – O pedido de requisição do autuante Romão Pereira Cardoso, preenchido no dia 23 de outubro de 1928, foi recebido por alguém que não conseguimos identificar;

23 de novembro de 1928 (1.º volume) – Indicação segundo a qual Romão Pereira Cardoso tinha sido requisitado para prestar declarações no dia 29;

24 de novembro de 1928 (2.º volume) – Receção da informação datada de 22 de novembro;

24 de novembro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos;

24 de novembro de 1928 (1.º volume) – Foi entregue ao oficial Midões o mandado para a intimação de Romão Pereira Cardoso;

24 de novembro de 1928 (1.º volume) – Indicação segundo a qual Romão Pereira Cardoso tinha sido requisitado;

26 de novembro de 1928 (2.º volume) – Receção dos autos conclusos datados de 24 de novembro;

26 de novembro de 1928 (1.º volume) – Ordem para que se remetessem os autos elaborados à competente autoridade militar, na medida em que o julgamento daqueles crimes pertencia ao foro militar;

29 de novembro de 1928 (1.º volume) – Termo de declarações: no tribunal judicial de Mangualde foi ouvido Romão Pereira Cardoso;

30 de novembro de 1928 (1.º volume) – O escrivão elaborou os autos, tendo em vista o Ministério Público;

4 de dezembro de 1928 (2.º volume) – O engenheiro diretor da exploração dos caminhos de ferro portugueses da Beira Alta respondeu ao ofício do delegado do Procurador da República na comarca da Guarda, datado de 26 de novembro, informando que os aparelhos avariados pelos revolucionários já haviam sido reparados e colocados nos seus lugares. Esta resposta seria recebida no dia seis de dezembro, procedendo-se depois à sua apensação aos autos;

4 de dezembro de 1928 (1.º volume) – Sugestão para que se remetesse o processo à autoridade militar competente (Tribunal Militar Territorial de Viseu), tendo em vista o julgamento do crime;

6 de dezembro de 1928 (2.º volume) – Informação segundo a qual, num cartório da Guarda, teria sido junto um ofício aos autos;

6 de dezembro de 1928 (2.º volume) – Autos conclusos;

7 de dezembro de 1928 (2.º volume) – Receção dos autos conclusos;

8 de dezembro de 1928 (2.º volume) – Continuação dos autos, com vista ao Ministério Público;

8 de dezembro de 1928 (2.º volume) – Indicação segundo a qual os autos seriam remetidos ao foro militar;

9 de dezembro de 1928 (1.º volume) – A sugestão apresentada no dia quatro de dezembro foi recebida por alguém que não conseguimos identificar;

10 de dezembro de 1928 (1.º volume) – Concluiu-se que o processo deveria mesmo ser remetido ao Tribunal Militar de Viseu;

10 de dezembro de 1928 (1.º volume) – Indicação da receção dos autos;

11 de dezembro de 1928 (1.º volume) – Termo de remessa, preenchido para certificar o encaminhamento do processo ao Tribunal Militar de Viseu, por intermédio do magistrado do Ministério Público;

4 de janeiro de 1929 (1.º volume) – Confidencial: o Ministério da Guerra remeteu ao diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior os dois autos de corpo de delito por transgressão, instaurados nas comarcas de Celorico da Beira e Mangualde a Luciano da Costa, para serem apensos ao processo que agora analisamos;

6 de janeiro de 1929 (1.º volume) – O diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior respondeu, através do ofício n.º 874, ao Ministério da Guerra, acusando a receção dos dois autos instaurados a Luciano da Costa;

8 de janeiro de 1929 (2.º volume) – Receção da indicação datada de oito de dezembro de 1928;

10 de janeiro de 1929 (2.º volume) – Autos conclusos;

11 de janeiro de 1929 (2.º volume) – Informação manuscrita que não conseguimos decifrar;

11 de janeiro de 1929 (2.º volume) – Receção dos autos conclusos;

10 de maio de 1929 (2.º volume) – Ofício remetido pelo comandante do corpo de Polícia de Segurança Pública de Viseu ao Delegado Especial do Ministro do Interior – Polícia de Informações (em Lisboa). O mencionado comandante informa que o chefe daquela polícia iria acompanhar o cidadão Domingos Marques Pinto, cumprindo, assim, o que lhe fora ordenado no ofício de 25 de abril de 1928.

### **3.º volume**

Na capa do 3.º volume do processo-crime PSE n.º 4004A foi colocada a data (1 de abril de 1930) e a seguinte interrogação: “Processo n.º 4001 [ou] 4003?”.

15 de agosto de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, o tenente António Joaquim Martins iniciou o auto de corpo de delito direto, na sequência da fuga de Aquilino Ribeiro e António Gomes Mota. Resumiu os factos, enumerou as diligências desencadeadas, nomeadamente no que concerne à audição das seguintes testemunhas: António Augusto Fernandes, António Francisco Lopes, António Tiago, Herculano Martins, Joaquim Teixeira Guerra, Armindo Martins, José da Cruz Teixeira, Joaquim António, Adalberto Duarte, Pedro Silvestre, Celestino de Ascensão Candeias, Daniel Esteves de Almeida, António de Almeida, José Lourenço, Manuel de Oliveira e António José Pereira de Oliveira.

Ao mencionado auto de corpo de delito direto foi apensa uma carta enviada a António Gomes Mota, enquanto estivera preso, bem como um esboço da casa de reclusão de Viseu;

15 de agosto de 1928 – O comandante da casa de reclusão de Viseu (Fontelo), António Soares, remeteu um telegrama (n.º 695) ao comando militar de Viseu, onde comunicava a evasão de Aquilino e Gomes Mota;

16 de agosto de 1928 – O comandante da casa de reclusão de Viseu (Fontelo), António Soares, remeteu a nota n.º 699 ao comando militar de Viseu, onde confirmava a notícia enviada no telegrama anterior acerca da fuga dos dois detidos;

17 de agosto de 1928 – O comandante da casa de reclusão de Viseu (Fontelo), António Soares, emitiu a ordem n.º 238 – a, para ser cumprida internamente;

18 de agosto de 1928 – Relação das testemunhas que intervieram no auto de corpo de delito contra António Gomes Mota, Aquilino Ribeiro e António José Pereira de Oliveira, elaborado pelo oficial da PJ António Martins, no quartel de Viseu. No decurso do auto foram ouvidas as seguintes testemunhas: António Augusto Fernandes, António Francisco Lopes, António Tiago, Herculano Martins, Joaquim Teixeira Guerra, Armindo Martins, José da Cruz Teixeira, Joaquim António, Adalberto Duarte, Pedro Silvestre e Celestino da Ascensão Candeias (estes três últimos encontravam-se detidos naquela casa de reclusão de Viseu);

19 de agosto de 1928 – Relatório elaborado pelo comandante da casa de reclusão de Viseu, António Soares;

20 de agosto de 1928 – Confidencial e urgente: nota n.º 124 enviada pelo comando militar de Viseu ao regimento de infantaria n.º 14 para que fosse nomeado um capitão mais antigo do que o capitão de infantaria António Soares, comandante da casa de reclusão de Viseu, para dar cumprimento à nota reservada n.º 2/2/P, de 18 de agosto, da 2.ª repartição do comando da 2.ª região militar: deveria continuar-se o auto de corpo de delito relativamente à fuga dos presos da casa de reclusão de Viseu.

21 de agosto de 1928 – Ordem para que o capitão Celestino Rodrigues da Costa cumprisse o que fora determinado na nota n.º 124, de 20 de agosto;

21 de agosto de 1928 – O capitão Celestino Rodrigues da Costa e o tenente Frederico Marques Lopes (escrivão) dirigiram-se ao quartel da casa de reclusão de Viseu, para dar cumprimento ao determinado na nota n.º 124, de 20 de agosto. Já na casa de reclusão, o capitão António Soares, comandante daquela casa, entregou ao capitão Celestino o auto de corpo de delito levantado a seguir à fuga dos presos. Posteriormente, foi interrogado António Soares;

22 de agosto de 1928 – Continuação do auto de corpo de delito: no quartel da casa de reclusão de Viseu, foi ouvido o oficial António Joaquim Martins que estava de serviço no quartel de reclusão de Viseu, no dia em que fugiram os presos (15 de agosto). Posteriormente, procedeu-se também à audição das seguintes testemunhas: José do Carmo, 2.º sargento, que estava de serviço no dia da fuga; pela segunda vez, António Augusto Fernandes, cabo de dia no momento da evasão e, por fim, José dos Santos, tenente em serviço na casa de reclusão;

23 de agosto de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, foram ouvidos os oficiais Carlos da Costa Figueiredo e António de Figueiredo. Posteriormente, seriam também interrogados os sargentos que se encontravam de serviço aquando da fuga: Emílio da Costa Ferreira, Manuel Pires Moreira e Alfredo Gomes;

23 de agosto de 1928 – Correspondência confidencial, urgente: o comando militar de Viseu remeteu ao oficial da PJ, Celestino Rodrigues da Costa, em Viseu, o relatório das averiguações efetuadas, dando, assim, cumprimento ao determinado na

nota confidencial n.º 198/1 do mesmo comando, de 16 de agosto. O referido relatório seria apenso ao corpo de delito que estava a ser elaborado;

24 de agosto de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, foram ouvidos os cabos que se encontravam de serviço aquando da fuga: José Augusto Belo, Jerónimo Rodrigues Maia, Eduardo Brito, Manuel Ernesto Nunes dos Reis e António Augusto Rodrigues. Foram ainda interrogados os seguintes reclusos: Pedro Silvestre e Celestino Candeias;

24 de agosto de 1928 – O comandante do grupo independente de artilharia de montanha, n.º 12, respondeu à nota urgente que lhe fora enviada pelo oficial da PJ (na casa de reclusão de Viseu) informando-o de que o tenente António de Almeida, daquele grupo, não poderia comparecer na casa de reclusão, no dia 25 de agosto, pois encontrava-se de licença, ausente de Viseu;

25 de agosto de 1928 – Na casa de reclusão de Viseu, foram ouvidas as testemunhas que haviam sido requisitadas ao grupo independente de artilharia de montanha n.º 12 (à exceção do tenente António d'Almeida que à data se encontrava ausente da cidade): António Francisco Lopes, 2.º sargento; Joaquim António, soldado; Armindo Martins, soldado e António Tiago, soldado. Foram também interrogados os peritos requisitados ao regimento de infantaria n.º 14: Pedro José, Augusto Fernandes Pascoal, Apolónio Cardoso Salviano e Onofre Marques. Por fim, foi ouvido o sapateiro António José Pereira de Oliveira;

27 de agosto de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, foi ouvido, pela segunda vez, José do Carmo, sargento de dia que se encontrava de serviço aquando da fuga. A seguir, procedeu-se à acareação da testemunha Celestino Candeias, soldado, e do sapateiro, António José Pereira de Oliveira;

27 de agosto de 1928 – No quartel do comando militar de Viseu: referência ao facto de não ter sido possível ouvir o comandante militar, pois teria saído de Viseu em missão de serviço judicial;

27 de agosto de 1928 – A 4.ª repartição da direção-geral do Ministério da Guerra remeteu ao diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior o ofício confidencial n.º 1743, acompanhado pelo processo respeitante a Aquilino Ribeiro, António Gomes Mota e a outros civis que tomaram parte no movimento revolucionário de 20 de julho;

27 de agosto de 1928 – Na casa de reclusão de Viseu, elaborou-se uma cópia da nota n.º 781, de dois de outubro de 1927, dirigida ao comandante militar de Viseu, onde se solicitava que o reforço da guarda estivesse na casa de reclusão ao pôr do sol, pois até àquele dia apenas chegava às 21h30, o que fazia com que a prisão não garantisse a devida vigilância;

27 de agosto de 1928 – Feita uma cópia manuscrita da ordem n.º 238 – A, emitida pelo comandante da casa de reclusão de Viseu, António Soares, no dia 17 de agosto de 1928;

27 de agosto de 1928 – Elaborada uma cópia manuscrita da ordem n.º 214, emitida anteriormente pelo comandante da casa de reclusão de Viseu, António Soares, onde se determinava o horário das visitas aos presos políticos daquele estabelecimento prisional;

27 de agosto de 1928 – Realizada uma cópia manuscrita da ordem n.º 232, emitida pelo comandante da casa de reclusão, António Soares;

28 de agosto de 1928 – No quartel do grupo independente de artilharia de montanha n.º 12, de Viseu, foram ouvidos: Abel Nunes Perestrelo de Vasconcelos, comandante militar da unidade; António Maria Monteiro, referido pelo sapateiro António José Pereira de Oliveira aquando do seu interrogatório; António Alvarenga, referido pelo capitão António Soares (comandante da casa de reclusão de Viseu), no momento do seu interrogatório; Abranches Pinto, também mencionado pelo capitão António Soares; António d'Almeida, tenente do grupo independente de artilharia de montanha n.º 12 e, por fim, Serafim Francisco Pereira, mencionado pelo presumido delinquente António José Pereira de Oliveira;

29 de agosto de 1928 – Carta enviada ao ministro da guerra por um “amigo da situação”, onde, entre outros aspetos, se informava que no passado já outros detidos tinham fugido do mesmo quarto de onde recentemente se tinham evadido Aquilino e Gomes Mota;

31 de agosto de 1928 – No quartel do comando militar de Viseu, ouvido o comandante Carlos Carreira Pequeno, coronel de infantaria, inspetor da 2.ª inspeção de infantaria e comandante militar de Viseu. Posteriormente, foram inquiridos os capitães: Silvério do Amaral Lebre e Amadeu Gomes de Figueiredo;

1 de setembro de 1928 – O oficial da PJ, no quartel de Viseu, fez um inventário das testemunhas que intervieram no auto de corpo de delito contra António Gomes Mota, Aquilino Ribeiro e António José Pereira de Oliveira;

4 de setembro de 1928 – O Ministério da Guerra enviou uma nota confidencial ao comandante da 2.<sup>a</sup> Região Militar de Viseu, à qual se anexou uma carta;

8 de setembro de 1928 – O comando militar de Viseu remeteu uma nota confidencial ao comandante do Regimento de Infantaria n.º 14, onde se incluía uma nota da repartição do gabinete do Ministério da Guerra e uma carta datada de 31 de agosto de 1928, com um despacho do ministro da guerra. Os documentos deveriam ser entregues ao capitão do Regimento de Infantaria n.º 14, Celestino Rodrigues da Costa, para dar cumprimento ao despacho do próprio ministro da guerra;

10 de setembro de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, procedeu-se à continuação do auto de corpo de delito: ouvido o tenente Alfredo Ernesto Pina, ao qual se referia a missiva, de 29 de agosto de 1928, enviada ao ministro da guerra;

10 de setembro de 1928 – Nota enviada pelo comandante militar de Tancos, da Escola Prática de Engenharia, ao oficial da Polícia Judiciária Militar, capitão Celestino Rodrigues da Costa, onde se comunicava que o capitão Brandão de Brito e o tenente Leonel da Cunha deveriam estar no comando militar de Tancos;

11 de setembro de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu: o oficial Celestino da Costa enviou uma deprecada ao comandante militar de Tancos para que fossem ouvidos os seguintes oficiais: capitão aviador, José Maria Brandão de Brito e o tenente do serviço de administração militar Leonel Pereira da Cunha;

11 de setembro de 1928 – Celestino Rodrigues da Costa, capitão do regimento de infantaria n.º 14, informou o comandante militar de Tancos da necessidade de serem ouvidos, como testemunhas, José Maria Brandão de Brito, capitão aviador, e Leonel Pereira da Cunha, tenente do serviço de administração militar;

12 de setembro de 1928 – Apresentou-se no quartel da casa de reclusão de Viseu o capitão aviador José Maria Brandão de Brito, que se encontrava de passagem por Viseu. De seguida, foi interrogado, pela segunda vez, o tenente José dos Santos;

13 de setembro de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, foram ouvidos: Carlos da Costa Figueiredo, oficial; António de Figueiredo, oficial e, por fim, Alfredo Gomes, sargento;

14 de setembro de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, ouvido o tenente de infantaria António Joaquim Martins, oficial de serviço naquela casa de reclusão no dia da fuga. Posteriormente, foram ainda interrogados os sargentos: Manuel Pires Moreira, José do Carmo e Emílio da Costa Ferreira;

16 de setembro de 1928 – O comandante de Tancos da Escola Prática de Engenharia enviou a deprecada, tendo em vista a sua entrega ao oficial da Polícia Judiciária Militar, Celestino Rodrigues da Costa;

16 de setembro de 1928 – No quartel da Escola Prática de Engenharia em Tancos, ouvido Leonel Pereira da Cunha;

18 de setembro de 1928 – No quartel da casa de reclusão de Viseu, interrogado o capitão António Soares, que à época da fuga de Aquilino e Gomes Mota era o comandante da casa de reclusão;

19 de setembro de 1928 – No quartel do regimento de infantaria n.º 14, de Viseu, foi entregue ao oficial Celestino Rodrigues da Costa a deprecada enviada pelo comandante militar de Tancos, depois de cumprida. Anexou-se uma nota do comando militar de Viseu (n.º 1060, de dez de setembro), bem como a deprecada e o rol de testemunhas;

19 de setembro de 1928 – O oficial Celestino Rodrigues da Costa elaborou um inventário das testemunhas que intervieram no auto de corpo de delito instaurado contra o capitão António Soares;

27 de setembro de 1928 – O coronel comandante interino da 2.ª região militar, Jacinto dos [apelido ilegível] ordenou os próximos passos que deveriam ser desencadeados, na sequência das conclusões que o auto elaborado permitiu comprovar;

8 de janeiro de 1929 – Urgente: o Ministério da Guerra remeteu ao diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior o auto de corpo de delito indireto instaurado a António Gomes Mota, Aquilino Ribeiro e António José Pereira de Oliveira pelo crime de arrombamento e fuga. O aludido auto deveria ser apenso ao processo respeitante ao movimento revolucionário de 20 de julho de 1928;

12 de janeiro de 1929 – A Polícia de Informações acusou, através do ofício n.º 3, a receção do auto que lhe havia sido remetido no dia oito de janeiro;

20 de novembro de 1929 – O Ministério das Colónias informou o chefe do gabinete do Ministério do Interior de um ofício emitido pela 1.ª repartição do quartel general da colónia de Angola, com a data de 21 de outubro de 1929, que continha informações sobre Luciano da Costa. Esta informação deu entrada no Ministério do Interior, no dia 21 de novembro de 1929, e foi recebida pela Polícia de Informações do Ministério do Interior no dia 23 de novembro de 1929. Nela seria posteriormente incluída uma nota manuscrita para que este documento fosse apenso ao processo de Luciano da Costa;

26 de novembro de 1929 – Guia de entrega de 4000\$00 à direção da guarda contra a mendicidade. A referida quantia foi confiada ao comandante da cruzada contra a mendicidade, em Viseu, pelo comerciante José da Costa Guimarães, em nome de António Gomes Mota, em virtude da multa que lhe foi aplicada.